



Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4430

Sexta-feira - 12 de Janeiro de 2024

Florianópolis/SC

SUMÁRIO

MUNICÍPIOS

Abelardo Luz.....	3	Erval Velho	478	Meleiro	818
Água Doce.....	17	Faxinal dos Guedes.....	480	Modelo	819
Águas Mornas	19	Flor do Sertão	485	Monte Carlo	821
Anchieta	21	Formosa do Sul	490	Monte Castelo	826
Anitápolis.....	25	Forquilha	492	Morro da Fumaça	835
Antônio Carlos	26	Fraiburgo.....	506	Navegantes.....	837
Apiuna.....	30	Garopaba.....	526	Nova Itaberaba	841
Armazém	42	Garuva	530	Nova Trento	843
Arroio Trinta.....	45	Gaspar	531	Nova Veneza	847
Balneário Barra do Sul	48	Governador Celso Ramos	549	Novo Horizonte	851
Balneário Camboriú	50	Ibirama	550	Palhoça	855
Balneário Piçarras.....	54	Içara	552	Palma Sola.....	920
Balneário Rincão	82	Imbituba	565	Palmeira	921
Bandeirante	163	Imbuia	570	Papanduva.....	924
Barra Bonita.....	171	Indaial.....	571	Paraíso	925
Barra Velha.....	172	Iomerê	581	Passo de Torres.....	928
Bela Vista do Toldo.....	191	Ipuacu.....	585	Paulo Lopes	930
Biguaçu	192	Ipumirim	591	Penha.....	931
Blumenau	201	Iraceminha	594	Petrolândia	936
Bombinhas.....	281	Irani	595	Pinheiro Preto	937
Bom Jardim da Serra	203	Irineópolis	598	Piratuba.....	945
Bom Jesus	213	Itá	658	Planalto Alegre.....	950
Bom Jesus do Oeste	224	Itaiópolis	663	Pomerode.....	952
Bom Retiro	279	Itapema	666	Porto Belo.....	958
Braço do Trombudo	288	Itapiranga.....	668	Porto União.....	978
Brusque.....	289	Itapoá	673	Praia Grande.....	980
Caibi	314	Ituporanga	676	Presidente Castello Branco	981
Camboriú.....	317	Jacinto Machado	679	Presidente Getúlio	982
Campo Alegre	336	Jaguaruna	686	Presidente Nereu.....	988
Campo Belo do Sul	349	Jaraguá do Sul	688	Quilombo.....	1019
Campo Erê.....	350	Jardinópolis	692	Rio das Antas.....	1031
Campos Novos	363	Joaçaba	696	Rio dos Cedros.....	1033
Canelinha	366	Jupia	757	Rio do Sul.....	1032
Canoinhas.....	370	Lacerdópolis.....	762	Rio Negrinho.....	1034
Catanduvas.....	375	Lages	764	Rio Rufino.....	1036
Celso Ramos	404	Laguna	766	Rodeio.....	1046
Chapadão do Lageado	405	Lauro Muller	768	Romelândia.....	1048
Chapecó	413	Leoberto Leal	781	Santa Rosa do Sul	1051
Cocal do Sul.....	414	Lindóia do Sul	782	Santiago do Sul.....	1052
Concórdia	418	Lontras.....	787	São Bento do Sul.....	1053
Cordilheira Alta	435	Macieira.....	789	São Bernardino	1059
Coronel Freitas.....	436	Mafrá	791	São Cristóvão do Sul.....	1060
Corupá	437	Major Gercino	796	São Domingos.....	1062
Cunha Porã.....	439	Major Vieira	797	São Francisco do Sul.....	1098
Curitibanos	443	Maravilha.....	801	São João Batista.....	1102
Dionísio Cerqueira	466	Marema	802	São Joaquim	1103
Ermo	477	Matos Costa.....	803	São José.....	1108

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

dom@ciga.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina





Diário Oficial

Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 4430

Sexta-feira - 12 de Janeiro de 2024

Florianópolis/SC

Sumário

São José do Cedro.....	1114	Tangará.....	1187	Vargeão.....	1224
São Lourenço do Oeste.....	1117	Três Barras.....	1192	Vargem.....	1228
São Miguel do Oeste.....	1126	Treviso.....	1193	Vidal Ramos.....	1230
São Pedro de Alcântara.....	1135	Treze de Maio.....	1200	Videira.....	1231
Saudades.....	1145	Treze Tílias.....	1202	Vitor Meireles.....	1236
Schroeder.....	1146	Trombudo Central.....	1203	Xanxerê.....	1238
Seara.....	1148	Tubarão.....	1204	Xaxim.....	1243
Serra Alta.....	1150	Turvo.....	1219	Zortéa.....	1244
Sombrio.....	1151	União do Oeste.....	1221		
Taió.....	1154	Urussanga.....	1223		

CONSÓRCIOS

CIGA.....	1247
CINCATARINA.....	1251
CISAM.....	1252
CIRSURES.....	1253

Abelardo Luz

PREFEITURA

DECRETO Nº 001 DE 02 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507271

DECRETO Nº. 001/2024

Nomeia servidor cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Comunitário.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. DAYELI DE OLIVEIRA VINCI, RG n.º 5.696.124 SSP/SC e CFP n.º 091.904.269-40, para exercer a partir desta data o Cargo em comissão de Diretor de Desenvolvimento Comunitário, de acordo com anexo III, da Lei Complementar n.º 033, de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz-SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 002 DE 02 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507272

DECRETO Nº. 002/2024

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido o servidor Sr. FABIO COSTA DE QUADROS, contratado no Cargo Temporário de Vigia ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 002/2023, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 003 DE 03 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507276

DECRETO Nº. 003/2024

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. MARCELO GUSTAVO MATTIAS, contratado no Cargo Temporário de Professor ACT - 40 horas, aprovado através de Processo Seletivo nº 003/2022, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 004 DE 08 DE JANEIRO 2024

Publicação N° 5507286

DECRETO N° 004/2024

“DECRETA O RETORNO A SERVIDORA EM CARGO EFETIVO”

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art.1º. – O RETORNO da Servidora Público Municipal Sra. VANDERLITA APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Ensino, com 20 horas semanais, que se encontrava em Licença sem Vencimento, concedida desde a data de 04/10/2022.

Art.2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

DECRETO N° 005 DE 08 DE JANEIRO 2024

Publicação N° 5507290

DECRETO N°. 005/2024

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO COMISSIONADO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ALCEO ALBERTO FILA, contratado no Cargo Comissionado de Coordenador de Apoio Operacional - 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 006 DE 08 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507293

DECRETO Nº. 006/2024
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido a servidora Sra. MARISETE PINHEIRO FELESBINO IUNG, contratada no Cargo Temporário de Assistente Social ACT - 30 horas, aprovada através de Processo Seletivo nº 001/2023, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 008 DE 08 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507297

DECRETO Nº. 008/2024
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO COMISSIONADO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ODAIR ROBERTO DA SILVA, contratado no Cargo Comissionado de Assessor de Comunicação e Informação - 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 009 DE 09 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507302

DECRETO Nº. 009/2024
Nomeia servidor cargo em comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Serviço e Turismo.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. ODAIR ROBERTO DA SILVA, RG n.º 2.695.733 SSP/SC e CFP n.º 019.243.599-01, para exercer a partir desta data o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Serviço e Turismo, de acordo com anexo III, da Lei Complementar n.º 033, de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Serviço e Turismo, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz-SC, em 09 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 010 DE 09 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5507303

DECRETO Nº. 010/2024
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO ELETIVO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. CLEMERSON FERREIRA, contratado no Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar - 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 09 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2024023

Publicação Nº 5507309

PORTARIA Nº. 001/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. SONIA FELISBERTO, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Limpeza Copa e Cozinha, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 02/07/2022 a 01/07/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2024023

Publicação Nº 5507313

PORTARIA Nº. 002/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. LEA ADELINA SCHEMBACH DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Limpeza Copa e Cozinha, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 04/04/2022 a 03/04/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2024023

Publicação Nº 5507315

PORTARIA Nº. 003/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. ALESSANDRA SUTIL DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Limpeza Copa e Cozinha, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 01/03/2022 a 28/02/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2024023

Publicação Nº 5507330

PORTARIA Nº. 006/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. DANIELA APARECIDA GROSBELLI MACIEL, ocupante do Cargo Efetivo de Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 03/05/2022 a 02/05/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2024023

Publicação Nº 5507332

PORTARIA Nº. 007/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. TATHIELI FERRONATO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Clínico Geral, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 02/03/2022 a 01/03/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507336

PORTARIA Nº. 008/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Prêmio de pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal Sr. VALDEMAR SIQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanal, conforme art. 107 da Lei Complementar nº 135 de 22/03/2016, referente ao período aquisitivo de 22/03/2016 a 06/01/2023. Sendo que a mesma será gozada no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507338

PORTARIA Nº. 009/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Prêmio de pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal Sr. LUIZ DARCI LEMOS, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia, 40 horas semanal, conforme art. 107 da Lei Complementar nº 135 de 22/03/2016, referente ao período aquisitivo de 22/03/2016 a 21/03/2021. Sendo que a mesma será gozada no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507344

PORTARIA Nº. 010/2024

REVOGAÇÃO DA PORTARIA N.º 170/2017.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR, a partir da data de 02 de janeiro de 2024 a Portaria nº 170/2017 a qual designava a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde, no Setor CAPS (Centro de Referência Psicossocial) do Município de Abelardo Luz SC, o Servidor Público Municipal Sr. MAURICIO DE FREITAS, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista, 40 horas do Município de Abelardo Luz.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507345

PORTARIA Nº. 011/2024

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, CONFORME ESPECÍFICA.

Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, VI, XIV, e XVIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. SHEILE CRISTINA DAMBROS CARNEIRO VAZ, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeiro ACT, pelo período de 120 (cento e vinte) dias de acordo com Art. n.º 97 da Lei Complementar n.º 135 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Abelardo Luz - SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 012 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507347

PORTARIA Nº. 012/2024

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, CONFORME ESPECÍFICA.

Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, VI, XIV, e XVIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. NOELEN CANCIAN, ocupante do Cargo Efetivo de Nutricionista, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias de acordo com Art. n.º 97 da Lei Complementar n.º 135 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Abelardo Luz - SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 013 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507350

PORTARIA Nº. 013/2024

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, CONFORME ESPECÍFICA.

Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, VI, XIV, e XVIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. CRISTINA DOS SANTOS DIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Nutricionista, pelo período de 120 (cento e vinte) dias de acordo com Art. n.º 97 da Lei Complementar n.º 135 de 22 de março de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Abelardo Luz - SC, em 02 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 014 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507352

PORTARIA Nº. 014/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Prêmio de pelo período de 30 dias, a Servidora Público Municipal Sra. SILVANA IARA NUNES DA SILVA FERRAZ, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Limpeza Copa e Cozinha, 40 horas semanal, conforme art. 107 da Lei Complementar nº 135 de 22/03/2016, referente ao período aquisitivo de 22/03/2016 a 18/06/2021. Sendo que a mesma será gozada no período de 08/01/2024 a 06/02/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 015 DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507363

PORTARIA Nº. 015/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias a Servidora Público Municipal Sra. CLEIZE APARECIDA PAGNONCELLI BATTISTI, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 05/06/2022 a 04/06/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 08/01/2024 a 06/02/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 016 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507367

PORTARIA Nº. 016/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias ao Servidor Público Municipal Sr. NATANAEL COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Meio Ambiente, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 01/07/2022 a 30/06/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 08/01/2024 a 22/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 017 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507368

PORTARIA Nº. 017/2024

NERCI SANTIN, PREFEITO MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, Férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROMERITO NAIGELL EMMERICH, ocupante do Cargo Efetivo de Cuidador Social, 40 horas semanais, referente ao Período Aquisitivo de 07/01/2022 a 06/01/2023. Sendo que as mesmas serão gozadas no período de 02/01/2024 a 31/01/2024.

Registre-se e publique-se

Abelardo Luz – SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA Nº 018 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507369

PORTARIA Nº. 018/2024

CONCEDER PROGRESSÃO SERVIDORES EFETIVOS DO QUADRO GERAL DO MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

CONCEDER Progressão do Adicional por Qualificação 60 horas de Curso, de acordo com o art. 12 da Lei Complementar n.º 083 de 20 de dezembro de 2010, aos Servidores Públicos Municipais conforme segue:

Nome	Cargo
Adelino Jose Casanova	Agente de Serviços Gerais
Adenir Veloso	Vigia
Ademar Kosmam	Operador de Máquinas
Adir de Oliveira Ribas	Motorista
Adriana Cristina Stringhi	Técnico em Enfermagem
Adriana Pergher	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Alan Jose Goterra	Motorista de Ônibus
Alessandra Menegais	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Alessandra Sutil dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Albani de Lurdes Andreta	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Almir Godoy	Motorista de Caminhão
Altemir Pires da Rosa	Motorista de Ônibus
Alexandre Ricardo Passero	Engenheiro
Amelia Kuhn	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Aline Valler Arnhold	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Ana Paula Maciel	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Andrea Paula Piasczinski	Enfermeiro
Andreia Fernandes	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Andreia Pereirade Freitas	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Andressa Caroline Jahn de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Aparecida Maura Almeida Souza	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Antonio Alves do Nascimento	Motorista de Ônibus
Antonio Antunes dos Santos	Vigia
Antonio Carlos Ferreira	Operador de Máquina
Antoninho Joarez Leopoldina	Motorista de Ônibus
Carla Cristina Antunes	Contador
Carlos Alberto Negretto	Auxiliar de Manutenção
Carlos de Sennes Pinto	Médico Veterinário
Carlos Sergio Oblitas Alvarez	Médico Clinico Geral

Celio Roberto de Oliveira	Mecânico
Celita Magistralli de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cibeli Terezinha de Jesus	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cidiane Kepper	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cintia Pensin	Médico Clinico Geral
Cirione Liliane Sorgatto de Oliveira Simão	Auxiliar de Enfermagem
Cladir Gonsalves da Silva Biazin	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Claudete Guimara Boito Ferreira	Agente de Serviços Gerais
Claudecir Nunes de Freitas	Agente de Serviços Gerais
Claudemar Damaceno	Agente de Serviços Gerais
Claudecir Damaceno	Operador de Máquinas
Claudimar Paulo da Costa	Vigia
Claudinei Pagnussat	Motorista
Claudionir Jose Romário	Vigia
Cleci Salete dos Santos Lemes	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cleberton Barreto	Motorista de Ônibus
Cleize Aparecida Pagnoncelli Battisti	Técnico em Enfermagem
Cledison Abati	Operador de Máquinas
Cleonice Eva Frighetto Durel	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cleomar de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cleusa Aparecida dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Cleusa Aparecida Nunes	Agente de Serviços Gerais
Cristina Machado Schulmeister	Agente de Controle Interno
Daiane Valsoler	Motorista de Caminhão
Darci Baldo	Motorista de Ambulância
Daniela Aparecida Grosbelli	Técnico em Enfermagem
Daniela Basso Frozza	Arquiteto
Darcy Duarte Ribeiro	Agente de Serviços Gerais
Delise de Fatima dos Santos Ficagna	Agente Administrativo
Denilza Martins Campos	Auxiliar Administrativo
Diogo Muller	Motorista de Ônibus
Diego Muller	Motorista de Caminhão
Eder Evaldo Leuze	Vigia
Edair Gris	Odontólogo
Edenilse Lisandra de Jesus	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Ediane Regina Goulart	Agente Vigilância Sanitária/Superior
Ediane Valler	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Elaine Kleinubing Valler Elisios	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Elgio Trentin	Motorista de Ambulância
Eliane Barreto Berte	Agente Administrativo
Elisangela de Ramos Carus	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Elisangela Costa	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Elisangela Regina dos Santos	Motorista de Ônibus
Elisandra Conceição da Silva	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Elizandro da Cruz	Mecânico
Eloir Aparecida Rodrigues de Souza	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Eva Rosana Vaz	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Evandro Brancher	Vigia
Fabiana Lucia Zampieri	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Fabiano Massola Coradin	Motorista de Ônibus
Fabio Saidenfuss Noronha	Agente de Serviços Gerais
Fabiola Bastiani de Sennes Pinto	Enfermeiro
Franciele Regina Basso	Enfermeiro
Francieli Squena	Assistente Social
Flademir Mazute da Silva	Agente de Serviços Gerais
Flavio Rodrigues dos Santos	Motorista
Gilson Antonio Lemos	Mecânico
Gilmar de Oliveira	Motorista
Gilse Curioni	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Geanderson Vargas	Técnico em Segurança do Trabalho
Gelson Scheffer	Motorista de Ônibus
Geni Rosa Derossi	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Genilde Boin Carbonera	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Genuino Boita	Motorista de Caminhão

Helio Xavier do Rego	Motorista
Indianara Francys dos Santos	Odontólogo
Ionara dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Isabel Pereira da Silva Ramos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Ivanir Jose Ribeiro	Motorista
Ivone Alves de Quadra	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Jacir de Miranda	Agente de Serviços Gerais
Jacir Saidenfuss Noronha	Operador de Máquinas
Jane Aparecida de Mello Pinheiro	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Janete Aparecida Pedroso Vieira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Jaqueline Bulcão de Jesus	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Jaqueline Samara Kosinski	Auxiliar de Consultório Dentário
Jessica Aparecida Dominski Soares	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Jean Paulo Pereira dos Santos	Vigia
João Alberto Venancio	Agente de Serviços Gerais
João Altair Moreira	Operador de Máquina
João Carlos Possan	Motorista de Ônibus
João Carlos Venancio	Agente de Serviços Gerais
Joarez Lemes	Agente de Serviços Gerais
Josiane Nascimento Oliveira	Técnico em Enfermagem
Joselaine Pantaleao Melo	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Araça
José Antonio Vaz	
Jovani Maciel	Vigia
Juciane Menezes da Motta	Vigia
Jucimari Da Vila Basei	Enfermeiro
Julciane Ines Nunes dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Kelly Fabiana Melo Mozer	Auxiliar de Enfermagem
Kenedi Reolon Machado	Motorista de Ambulância
Lea Adelina Schembach de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Leandro Nunes da Silva	Agente de Serviços Gerais
Leodir de Oliveira Ribas	Vigia
Leoni Lourenco Ferreira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Lisandro Capeli	Agente de Serviços Gerais
Loreni Terezinha Bulcão Teixeira Vidal	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Lucas Pereira Ferraz	Agente de Serviços Gerais
Luciano Figuero dos Santos	Agente de Serviços Gerais
Luzia Godoy de Souza Gonçalves	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Luiz Antonio de Farias	Motorista
Luiz Darci Lemos	Vigia
Maicol de Lima	Operador de Máquina
Marcia Brinker	Técnico em Enfermagem
Mari Terezinha Brunetto	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Maria Cristina Corvalan	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Maria de Lourdes Cruz Craus	Agente de Serviços Gerais
Maria Natalina Gelinski Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Maria Nelita Siqueira de Pruencia	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Marinalva Vancini Vieira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Marivone de Almeida	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Maria Vera Martins Lopes	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Marisa Pinno	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Jose Maria
Marineuza Fachinello Granoski	Assistente Social
Marilza Pompeo da Silva	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Marcelo do Nascimento Ramos	Vigia
Marcos Nunes Gonçalves	Vigia
Marli Soares Borges da Rosa	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Marloiva Fila	Auxiliar de Enfermagem
Mauricio de Freitas	Motorista
Meires Vieira da Silva	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Miguel dos Santos	Vigia
Milton Cesar Felisberto	Motorista
Neiva Maghry dos Santos	Técnico em Enfermagem
Neiva Betini	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Neusa Betini	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Neori dos Santos	Motorista de Ônibus

Nildo da Silva	Agente de Serviços Gerais
Noeli Maia da Silva Costa	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Paulo Cezar Queiroz	Agente de Serviços Gerais
Patricia Ferreira Araujo	Enfermeiro
Person Baumgratz	Motorista de Ambulância
Pedro Souza	Motorista de Ônibus
Rajan Techo de Araujo	Farmacêutico/Bioquímico
Rafael Camara Santin	Farmacêutico/Bioquímico
Romaldo Roberto Wibrantz	Vigia
Rosane de Almeida	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Rosane Aparecida Gonçalves Lins Ribeiro	Auxiliar de Enfermagem
Rosane Fernandes de Souza	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Rosane Tressino	Assistente Social
Roselaine Teresinha Costa Barela	Auxiliar de Controle Interno
Rosangela Pereira Paz	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Roselei Pereira da Fonseca	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Roseli Aparecida da Silva	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Roseli Lima	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Roseli Pereira da Fonseca	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Sadi da Silva	Agente de Serviços Gerais
Salete Alves da Crus	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Araçã
Sandra Regina Pereira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Sandra Mara de Souza	Agente Administrativo
Sandra Pereira dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Santo Saturnino Mathias	Operador de Máquina
Silvana Iara Nunes da Silva Ferraz	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Silvana Salete Brinker Bussolaro	Técnico em Enfermagem
Simone Alves de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Solange Aparecida Zampieri	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Sonia Felisberto	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Sueli Fatima de Oliveira	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Suzana Regina Scheis	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Suzani Gracias Wegher Beninca	Fisioterapeuta
Tathieli Ferronato da Silva	Médico Clínico Geral
Tatiane Aparecida Pasetti	Cuidador Social
Tatiane Claudia Cunico	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Tatiane Rita Gonçalves	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Tatiane Pires Tasca Stefani	Engenheiro Agrônomo
Tiago Chuster	Agente de Serviços Gerais
Valdecir Nunes Goncalves	Motorista de Ônibus
Valdecir Waldhauer	Tesoureiro
Valdemar Lemes da Silva	Vigia
Valdemar Siqueira	Agente de Serviços Gerais
Valdemir Gonçalves	Motorista
Valdomiro Iracemo Brancher	Agente de Serviços Gerais
Vanderlei Cardoso	Operador de Máquina
Valquiria Celina dos Santos	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Vera Lucia Fragoso	Agente de Serviços Gerais
Vilmar Nunes Gonçalves	Motorista de Caminhão
Volmir Luiz Kunz	Operador de Máquina
Weruska Maggi Morais Benetti	Farmacêutico/Bioquímico
Zanete Zenira Machado	Agente de Limpeza Copa Cozinha/Cidade
Zoerdi Aparecida Moreira de Alves	Agente de Limpeza Copa Cozinha/25 de Maio
Zulmar Zanetin	Motorista de Ônibus

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2023.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Abelardo Luz - SC, em 17 de janeiro de 2023.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 019DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507370

PORTARIA Nº. 019/2024

CONCEDER PROGRESSÃO SERVIDORES EFETIVOS DO QUADRO MAGISTÉRIO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

CONCEDER Progressão Horizontal por Avaliação de Desempenho, de acordo com o art. 37 parágrafo §3º da Lei Complementar n.º 079 de 11 de dezembro de 2009, aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Cargo
Abigail Delgado Caleffi Farina	Professor Inglês 30 horas
Adriana Aparecida Bullé	Professor Séries Iniciais 20 horas
Adriana Aparecida Bullé	Professor Séries Iniciais 20 horas
Aguimari Aparecida Marcolan	Professor Educação Infantil 20 horas
Aline Daiane dos Santos Festa	Professor de Ciências 30 horas
Ana Cláudia Coradin	Professor História 20 horas
Ana Célia T. Nascimento e Sá	Professor Educação Infantil 20 horas
Andressa da Silva	Orientador Educacional 40 horas
Andreia Ribas de Freitas	Professor Educação Infantil 20 horas
Armida Cristina Voos	Professor de Língua Portuguesa 40 horas
Camila Riboldi	Professor Educação Infantil 20 horas
Carmen Janete de Souza Oliveira Barella	Professor de Inglês 20 horas
Clair de Fátima Tonello Rodrigues	Orientador Educacional 40 horas
Cristiane Ferronato	Professor Matemática 20 horas
Cristiane Ferronato	Professor Matemática 20 horas
Charlene Pereira	Professor Educação Física 40 horas
Daiana Muniz	Professor Matemática 30 horas
Daiane Carla Gedos	Professor Educação Infantil 20 horas
Daiane Cristina dos Santos	Professor Educação Infantil 20 horas
Daiani Marchesini	Professor Educação Infantil 20 horas
Elineri Sirino	Professor Educação Infantil 20 horas
Edelir Betini da Luz	Assistente Técnico Pedagógico
Ediane Aparecida Fortuna	Professor Educação Infantil 20 horas
Edicréia Silva Damasceno	Professor Educação Infantil 40 horas
Edson Batista Chuway	Professor de Geografia 20 horas
Eldemar Ricardo	Professor de Geografia 40 horas
Elair Batista Nunes	Professor Português 40 horas
Elenice Palaoro Scarioto	Professor Educação Infantil 40 horas
Eliane Girelli	Professor de Ciências 20 horas
Eliane Leda Conci	Professor Artes 20 horas
Eliane Tacca de Souza	Professor Séries Iniciais 40 horas
Elizabete Giacomelli Verginaci	Professor Séries Iniciais 20 horas
Elizabete Giacomelli Verginaci	Professor Séries Iniciais 20 horas
Elizandra Fernandes	Professor Educação Infantil 40 horas
Endiane Sirino	Professor Educação Infantil 20 horas
Enio Lavratti	Professor Educação Física 40 horas
Enivete Teixeira Necker	Professor Educação Especial 20 horas
Evandro Adílio de Quadros	Professor de Filosofia 20 horas
Fatima Terezinha de Oliveira Ferreira	Professor Educação Infantil 20 horas
Fernanda Duarte Silva	Orientador Educacional 20 horas
Fernanda Duarte Silva	Professor Séries Iniciais 20 horas
Florentino Camargo	Professor Séries Iniciais 20 horas
Francieli Fabris	Professor Educação Infantil 20 horas
Gilvana dos Santos	Professor Séries Iniciais 20 horas
Gilvana dos Santos	Professor Séries Iniciais 20 horas
Gracieli Mezzomo Fabris	Professor Educação Infantil 20 horas
Gracieli Prigol	Professor de Ciências 20 horas
Gracieli Prigol	Professor de Ciências 20 horas
Ilena Maciel	Professor Educação Infantil 20 horas
Ines Lourdes Mossi da Luz	Professor Educação Especial 20 horas

Iraci Chiquelero	Professor de Ciências 40 horas
Ivaci de Oliveira	Professor Séries Iniciais 40 horas
Ivonete Bogo	Professor de Inglês 40 horas
Janete Aparecida Arruda	Professor Educação Infantil 20 horas
Janete Weber	Professor Educação Infantil 40 horas
Jessica Brancher Godoi	Professor de Matemática 20 horas
Joceli dos Santos	Professor Educação Infantil 20 horas
José Ari da Silva	Professor Geografia 40 horas
Jucineia Narciso dos Santos	Professor Educação Infantil 40 horas
Juliana Sgarbossa Correia	Professor Educação Especial 20 horas
Katia Lilian Brunetto	Professor Educação Física 20 horas
Kelen Kindermann	Professor Educação Física 40 horas
Kleber Jose dos Santos	Professor Educação Física 20 horas
Leandra Rita Barizon Ricardo	Orientador Educacional 40 horas
Leonora de Fátima Kunrath	Professor de Ciências 40 horas
Lisiane de Godois	Professor de História 20 horas
Luciana Pereira da Silva Chuway	Professor Séries Iniciais 40 horas
Luciane Gavasso	Professor Educação Infantil 20 horas
Maria Alzira Serpa Rodrigues	Professor Educação Infantil 20 horas
Marcelo Arseno	Professor Educação Física 40 horas
Marcia Ines Gabriel	Professor de História 20 horas
Marciane Maciel	Assistente Técnico Pedagógico
Marineis Ana Babinski Michelin	Professor Educação Infantil 20 horas
Marli de Barros Schaedler	Professor Educação Infantil 20 horas
Marlon Andrei Belica Boita	Professor Educação Física 40 horas
Mauricio Betini da Luz	Professor Educação Física 40 horas
Nazir dos Santos Lima	Professor Educação Infantil 20 horas
Odair Pinto Buratti	Professor Educação Física 20 horas
Osmari Berno Narzetti	Professor Matemática 20 horas
Peterson Santos Martarello	Professor Educação Física 40 horas
Rejane Cantele Zorzi	Professor Séries Iniciais 20 horas
Robison Risso	Professor de Ciências 40 horas
Rosemari Narciso dos Santos	Professor Séries Iniciais 20 horas
Rosemari Narciso dos Santos	Professor de Geografia 20 horas
Rosinir Agostini	Professor Educação Física 40 horas
Rutess Fátima Rodigheri	Professor Séries Iniciais 40 horas
Sandra Lia de Mello	Professor de História 20 horas
Sérgio Girardi	Professor de Matemática 20 horas
Sidione Forti Ogliari	Professor Educação Infantil 20 horas
Silone Pellizzer	Professor Séries Iniciais 40 horas
Silvia Cristina Ferreira	Professor Séries Iniciais 40 horas
Simone Aparecida da Silva	Professor Séries Iniciais 20 horas
Simone Eléia Romio	Professor Séries Iniciais 40 horas
Sirlene Fatima Wegher	Professor Séries Iniciais 40 horas
Sofia Elisa Panassolo Valandro	Professor Séries Iniciais 40 horas
Sônia Brizola de Jesus	Professor de Inglês 40 horas
Tali Scartazzini	Professor de Artes 20 horas
Tali Scartazzini	Professor de Artes 20 horas
Tania Maria Girardi Filisberto	Professor Inglês 40 horas
Vanderlei Luiz Lombardi	Professor Filosofia 20 horas
Vania Maria Fernandes de Oliveira	Professor Educação Especial 20 horas
Vanessa Aparecida Dal Olmo	Professor de Inglês 20 horas
Veranice da Silva	Professor Educação Infantil 20 horas
Veridiana Terezinha Pereira da Cruz	Professor Educação Infantil 20 horas
Zenilda da Rosa	Professor Educação Infantil 20 horas

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Abelardo Luz - SC, em 08 de janeiro de 2024.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2024

Publicação Nº 5507678

DECRETO Nº 007/2024 – DE 11 DE JANEIRO DE 2024

“NOMEIA COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO DOS FESTEJOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores públicos para fazerem parte da Comissão Central Organizadora dos Festejos do Município de Água Doce para o exercício de 2024:

Presidente: Marinês Aparecida Toigo Vargas

Vice-Presidente: Camila Raquel Macagnan Dangui

Secretária: Emilyn Balestrin Zanatta

Membros: Ari Agostinho Mendes

Clair Antonio Gemelli

Josiane C. Lins Vianna Zattera

Marino de Souza Pinto

Tania Caron dos Santos

Vanir Putton

Zelaine Aparecida Peliciolli

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce/SC, 11 de janeiro de 2024

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 008/2024

Publicação Nº 5510803

DECRETO 008/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA FONTE DE RECURSOS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26º da Lei nº 3324/2023 de 28 de novembro de 2023

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 3.324/2023 de 28 de novembro de 2023, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.242,62 (sete mil duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos), para Fundo Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado os elementos de despesas 3.3.90.00.00.00.2.500.0000.0679/03 e 3.3.90.00.00.00.2.500.0000.0213/03 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	
01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL 6.182.26.2.053	
6.182.26.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL	
3.3.90.00.00.00.2.500.0000.0679/03 Aplicações Diretas	2.242,62
3.3.90.00.00.00.2.500.0000.0213/03Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL	7.242,62

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit exercício anterior verificado na rubrica - de Recursos Próprios. FR 1.500.0000.0679.e 1.500.0000.0213

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de janeiro de 2024.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita Municipal

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 009 DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507958

DECRETO Nº. 009/2024

Concede Exoneração, a pedido, a Servidor Público Municipal.

Omero Prim, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR do serviço público municipal de Águas Mornas, a pedido, o Senhor Vanilly Sioff Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, matrícula nº. 1624, a partir do dia 11 de janeiro de 2024.

Art. 2º. – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11.01.2024.

Águas Mornas-SC, 12 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

LUANA CAROLINE DA SILVA ROSA
Responsável

PORTARIA Nº. 015 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507329

PORTARIA Nº. 015/2024

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 155 a 159, da Lei Complementar nº. 017/2015, de 21.12.2015, e Legislação Federal específica,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, a partir do mês de janeiro de 2024, de acordo com o LI - Laudo de Insalubridade, datado de 10.10.2023, sobre o valor do piso municipal mínimo fixado em Lei Municipal, aos servidores abaixo relacionados, no respectivo cargo e com o devido percentual:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PERCENTUAL 20%

1633 - Laura de Lourdes Rodrigues Medeiros
1634 - Elen de Almeida

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas-SC, 11 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
Responsável

PORTARIA Nº. 016 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507379

PORTARIA Nº. 016/2024

CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal Senhor Carlos Oberg, matrícula nº 1309, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 10.01.2024, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar nº. 17/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10.01.2023.

Águas Mornas, 11 de janeiro de 2024.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Luana Caroline da Silva Rosa
RESPONSÁVEL

Anchieta

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2018-PM

Publicação Nº 5508663

	SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO Nº 041/2018, FIRMADO ENTRE A EMPRESA LUAN LUCAS VOLPINI – MEI E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC.
--	---

O MUNICIPIO DE ANCHIETA, através do Prefeito Municipal, Sr. Ivan José Canci, e a empresa LUAN LUCAS VOLPINI - MEI, já qualificada no contrato nº 041/2018, com fundamento da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93, considerando o previsto na Cláusula Sétima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O prazo previsto na Cláusula Sétima do Contrato nº 041/2018, será prorrogado por decisão administrativa, para mais 5 (cinco) anos consecutivos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 04 de dezembro de 2023.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF: 625.835.909-44	LUAN LUCAS VOLPINI Contratado/Responsável CPF: 065.792.229-30
--	---

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2018-PM

Publicação Nº 5508683

	SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO Nº 041/2018, FIRMADO ENTRE A EMPRESA LUAN LUCAS VOLPINI – MEI E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC.
--	--

O MUNICIPIO DE ANCHIETA, através do Prefeito Municipal Em Exercício, Sr. Edgar José Benetti, e a empresa LUAN LUCAS VOLPINI - MEI, já qualificada no contrato nº 041/2018, com fundamento da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93, considerando o previsto nas Cláusulas Quinta e Sexta do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DAS TARIFAS

O reajuste das tarifas será atualizado conforme Decreto nº 013/2024 de 11/01/2024, com base na UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), acumulado nos últimos 12 (doze) meses, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato nº 041/2018.

O preço máximo a ser cobrado em razão do serviço de remoção (guincho) passa a ser de:

- a) R\$: 188,22 (cento e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos) aos veículos descritos no art. 96, II, “a”, 2, 3, 4, 5, 6 e 7; “b”, 1, 2, 3, 4 e 5, do CTB, no perímetro urbano de Anchieta e com distância de até 40Km;
- b) R\$: 251,37 (duzentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos) aos veículos descritos no art. 96, II, “a”, 8, 9, 11 e 12; “b”, 6, 7 e 8; e, “c”, 1, 2 e 3 do CTB, no perímetro urbano de Anchieta, e com distância de até 40Km.

Caso exceder a distância fixada, fica autorizada a empresa concessionária a cobrar o valor de R\$: 3,77 (três reais e setenta e sete centavos) o quilometro rodado excedente ao limite de 40 Km, aos veículos descritos na alínea ‘a’ do subitem 1.1. e R\$: 5,01 (cinco reais e um centavo) o quilometro rodado excedente ao limite de 40 Km, aos veículos descritos no inciso alínea ‘b’ do subitem 1.1.

SERVIÇO DE GUARDA E DEPÓSITO:

O preço máximo a ser cobrado em razão do serviço de guarda e depósito passa a ser de:

- a) R\$: 12,53 (doze reais e cinquenta e três centavos), por dia, para ciclomotor, motoneta, motocicleta e quadriciclo;
- b) R\$: 25,09 (vinte e cinco reais e nove centavos), por dia, para automóvel e caminhonete;
- c) R\$: 62,80 (sessenta e dois reais e oitenta centavos), por dia, para Caminhão, microônibus e ônibus;
- d) R\$: 150,78 (cento e cinquenta reais e setenta e oito centavos), por dia, para reboque e semi-roboques (bi-trem e carreta).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 11 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI Prefeito Em Exercício CPF: 239.549.731-20	LUAN LUCAS VOLPINI Contratado/Responsável CPF: 065.792.229-30
--	---

DECRETO Nº. 012/2024

Publicação Nº 5508255

DECRETO Nº. 012/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR DA PARCERIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a parceria firmada entre o Município de Anchieta/SC mediante formalização de Termo de Fomento nº 016/2023, com o Associação de Anchietaense de Turismo - ANCHIETUR, CNPJ n. 31.456.356/0001-68, conforme preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 2.786/2023.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado como gestor da parceria firmada com Associação de Anchietaense de Turismo - ANCHIETUR, através do Termo de Fomento nº 016/2023, a senhora JULIANA MARIA DRASZEWSKI, servidora do Município de Anchieta, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Compete ao gestor da parceria:

- I - Appreciar a prestação de contas apresentada pelas Organizações da Sociedade Civil;
- II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Organização da Sociedade Civil pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- III - Comunicar formalmente à Organização da Sociedade qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Acordo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 10 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 013/2024

Publicação Nº 5508253

DECRETO Nº. 013/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº 001/2005 que dispõe sobre as normas gerais de Direito Tributário e de Administração Tributária do Município de Anchieta com alteração dada pela Lei Complementar nº 047/2013;

Considerando que a atualização da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM está prevista no parágrafo primeiro do artigo 109 do Código Tributário Municipal (LC 001/2005), alterado pela Lei Complementar nº 047/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a UFRM em 3,71% para aplicação a partir da presente data, conforme índice somatório do INPC, acumulado do exercício de 2023.

Art. 2º Com a aplicação de tal índice a UFRM passa a ter o valor de R\$ 125,72 (cento e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), para o exercício de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 11 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 014/2024

Publicação Nº 5508599

DECRETO Nº. 014/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGAR JOSÉ BENETTI, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o “Calendário Fiscal” para o exercício de 2024, definindo os tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências da Cooperativa de Credito Poupança e Investimento Fronteiras do Paraná, Santa Catarina e São Paulo - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias integradas ao sistema FEBRABAN.

Art. 3º Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2024, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário do Município, bem como passível de inscrição em Dívida Ativa, protesto e posterior cobrança judicial.

Art. 4º Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2024, considera-se como vencimento o dia 30/12/2024, dia do encerramento do expediente bancário de 2024. A partir do dia 01/01/2025 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Município de Anchieta – SC, 11 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO

1) IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Art. 137 – LC 001/2005)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
10/05/2024 COM 10% DE DESCONTO	10/05/2024	10/06/2024	10/07/2024

2) ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA: (Art. 213 – LC 001/2005)

2.1 – IMPOSTO HOMOLOGADO OU POR ESTIMATIVA (Art. 213 Inciso I – LC 001/2005)

1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
15/02/2024	15/03/2024	15/04/2024	15/05/2024	17/06/2024	15/07/2024	15/08/2024	16/09/2024	15/10/2024	18/11/2024	16/12/2024	15/01/2025

2.2 – IMPOSTO FIXO (Art. 213 Inciso II e III – LC 001/2005)

1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
15/02/2024	15/03/2024	15/04/2024	15/05/2024	17/06/2024	15/07/2024	15/08/2024	16/09/2024	15/10/2024	18/11/2024	16/12/2024	15/01/2025

3) TAXA DE COLETA DE LIXO (Art. 234 – LC 001/2005)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
10/05/2024 COM 10% DE DESCONTO	10/05/2024	10/06/2024	10/07/2024

4) TLLF/TVCPNU – TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (Art. 243 – Parágrafo 2º LC 001/2005)

COTA ÚNICA
28/03/2024

Município de Anchieta – SC, 11 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI
Prefeito Municipal em Exercício

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PP Nº 051/2023-PM

Publicação Nº 5507490

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 106/2023 – Pregão Presencial nº 051/2023.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito Em Exercício, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 106/2023, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Registro de Preço visando aquisição de combustível (Óleo Diesel S-10), para suprir as necessidades dos veículos e máquinas das Secretarias de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde do Município de Anchieta/SC, para o período de até 12 meses após a data de Homologação do Processo Licitatório.

Empresa Vencedora:

SAFRA DIESEL LTDA.

Produto: Óleo Diesel S-10 - Unitário R\$: 5,01

Quantidade Estimada para Período 12 Meses: 250.000,00 mil/litros. FMS/PM.

Marca: Sul Combustíveis.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$: 1.252,500,00 (Hum Milhão, Duzentos e Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais).

Anchieta/SC, 11 de janeiro de 2024.

EDGAR JOSÉ BENETTI – Prefeito Em Exercício.

Anitápolis

PREFEITURA

PORTARIA 02/2024

Publicação Nº 5507750

PORTARIA Nº 02/2024
CONCEDE LICENÇA

A Prefeita Municipal de Anitápolis em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 504/00 de 28.12.2000, e pela Seção II, Art. 97, Inciso I da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor JAIR DA ROSA, matrícula nº 441, ocupante do cargo de Motorista II do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 90 (noventa) dias para tratamento de saúde, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeados através da nomeados através da Portaria nº 085/2020 de 21.08.2020, a partir de 03 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 11 de janeiro de 2024.

Solange Back
Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA_034/2024

Publicação Nº 5509078

PORTARIA Nº 034/2024

Prorroga prazo para posse.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar o PRAZO PARA POSSE de MARIA EDUARDA DIMON, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, por 30 dias a partir da data 02/01/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2024.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_035/2024

Publicação Nº 5509079

PORTARIA Nº 035/2024

Prorroga prazo para posse.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar o PRAZO PARA POSSE de JÚLIA BACK SCHMITT, para o cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 40 HORAS (PCD), por 30 dias a partir da data 11/01/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2024.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_036/2024

Publicação Nº 5509080

PORTARIA Nº 036/2024

Concede Licença Prêmio aos servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:
Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ROSILMA HILLESCHHEIM JUNKES	ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	03/04/2015 a 02/04/2020 E 03/04/2020 a 19/04/2022	10/01/2024 a 02/04/2024
FRANCIELLY KELM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	05/01/2015 a 04/01/2020	01/02/2024 a 15/02/2024

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/01/2024.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_037/2024

Publicação Nº 5509083

PORTARIA Nº 037/2024
Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar 005/2022;

Considerando o resultado de perícia médica emitido pelo SESI, Pericias Médicas – Medicina e Segurança do Trabalho;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, por 60 (sessenta) dias ao servidor FAVIO ROBERTO LOPES DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA, a partir de 24 de dezembro de 2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/12/2023.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_038/2024

Publicação Nº 5509086

PORTARIA Nº 038/2024
Dispõe sobre a abertura de processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Comissão do Processo de Sindicância Investigativa 001/2023, nomeada pela Portaria nº 474/2023, de 05 de setembro de 2023, publicada no DOM /SC, Edição nº 5122422, exarou relatório de encerramento;

CONSIDERANDO que, em sua decisão final, a referida comissão opinou pela abertura do processo administrativo disciplinar:

RESOLVE:

Art. 1º – Instaurar processo administrativo disciplina, nos termos do art. 170, II, da Lei Complementar 5/2022, com objetivo de apurar possíveis responsabilidades da servidora C.W. de M.

Art. 2º – Apuração dos possíveis atos, será conduzida pela Comissão abaixo nomeando o Presidente, inclusiva:

- Francielly Kelm, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, matrícula nº 1514 (PRESIDENTE)
- Hilton Luiz Ouriques, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula nº 1580
- Jocilene Irene Guesser, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, matrícula nº 2157

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

PORTARIA_039/2024

Publicação Nº 5509089

PORTARIA Nº 039/2024

Dispõe sobre a abertura de processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Comissão do Processo de Sindicância Investigativa 001/2023, nomeada pela Portaria nº 474/2023, de 05 de setembro de 2023, publicada no DOM /SC, Edição nº 5122422, exarou relatório de encerramento;

CONSIDERANDO que, em sua decisão final, a referida comissão opinou pela abertura do processo administrativo disciplinar:

RESOLVE:

Art. 1º – Instaurar processo administrativo disciplina, nos termos do art. 170, II, da Lei Complementar 5/2022, com objetivo de apurar possíveis responsabilidades da servidora R.M.N.K.

Art. 2º – Apuração dos possíveis atos, será conduzida pela Comissão abaixo nomeando o Presidente, inclusiva:

- Hilton Luiz Ouriques, ocupante do cargo de agente administrativo, matrícula nº 1580 (PRESIDENTE)
- Adilson Arruda Coelho, ocupante do cargo de professor, matrícula nº 1519
- Francielly Kelm, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, matrícula nº 1514

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

PORTARIA_040/2024

Publicação Nº 5509092

PORTARIA Nº 040/2024

Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 34 dias ao servidor MARCELO ALVES DO AMARAL, ocupante do cargo de DIRETOR MUNICIPAL, referente aos períodos aquisitivos de 11/05/2021 a 10/05/2022 e 11/05/2022 a 10/05/2023 a partir de 05 de fevereiro de 2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

PORTARIA_041/2024

Publicação N° 5509093

PORTARIA N° 041/2024

Prorroga prazo para posse.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56 da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 005/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar o PRAZO PARA POSSE de RENATA SILVA DE SOUZA, para o cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA 20 HORAS, por 30 dias a partir da data 11/01/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 2024.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2024.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2024.

P.A.F.K.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO 4760/2024

Publicação Nº 5508888

DECRETO Nº 4760/2024

De 11/01/2024

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA RURAL (ZR) DO MUNICÍPIO.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de MARLISE VOSS, inscrita no CPF sob o nº 106.645.179-60, AUGUSTO CÉSAR VOSS, inscrito no CPF sob o nº 106.645.589-92 e JÚLIO EDINOR VOSS, inscrito no CPF sob nº 106.649.219-06, do imóvel localizado na Zona Rural (ZR) do Município, situado na Estrada Geral Ribeirão Pedra Branca s/nº, devidamente registrado no Registro de Imóveis - RI de Ascurra/SC, sob Matrícula nº 5217, com área total de 234.564,02 m² (duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e sessenta e quatro metros e dois decímetros quadrados), assim distribuídos:

I - Parcela 01: com área de 30.130,41 m²

II - Parcela 02: com área de 22.046,69 m²

III - Parcela 03: com área de 20.765,39 m²

IV- Parcela 04: com área de 20.198,01 m²

V- Parcela 05: com área de 25.587,36 m²

VI-Parcela 06: com área de 20.189,08 m²

VII-Parcela 07: com área de 26.340,30 m²

VIII-Parcela 08: com área de 20.057,83 m²

IX-Parcela 09: com área de 21.620,54 m²

X-Parcela 10: com área de 27.628,41 m²

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 11 de janeiro de 2024.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 001/2024

Publicação Nº 5492593

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC

EDITAL DE CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, para conhecimento dos interessados, que estão abertas inscrições para o Cadastro Simplificado nº 001/2024, objetivando a seleção de candidato(a) ao preenchimento de vaga de Professor de Artes Habilitado, Professor de Artes não habilitado, Professor de Ciências Habilitado, Professor de Ciências não habilitado para admissão em caráter temporário, haja vista, a ausência de interessados e aprovados em seleção anterior. O período de inscrições vai de 15 de janeiro de 2024 a 19 de janeiro de 2024 no horário das 08 horas as 12 horas e das 14 horas as 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação situada a Avenida Quintino Bocaiuva nº 770, centro, no município de Apiúna/SC ou pelo e-mail administrativoeducacao@apiuna.sc.gov.br . Demais informações poderão ser obtidas no edital publicado no site www.apiuna.sc.gov.br.

Apiúna, SC, em 12 de janeiro de 2024.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 0028/2024

Publicação Nº 5510781

PORTARIA Nº 0028/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA ALEX CARLOS HERMANN COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor da ata	PAULO ALEXANDRE FORBICI	53406
Fiscal da ata de registro	ALEX CARLOS HERMANN	97691
Auxiliar do fiscal da ata	JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA	113620

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Ata nº	Objeto	Empresa Contratada
01/2024	AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HDIRAULICA E DE UM ROMPEDOR HIDRAULICO PARA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	PRIME INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA VIANMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Art. 2º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado como Fiscal, ficará automaticamente designada, a servidor JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA acima mencionado como Auxiliar do Fiscal do Contrato, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0029/2024

Publicação Nº 5510783

PORTARIA Nº 0029/2024
De 10 de janeiro de 2024
EXONERAR GILSON RAIMUNDO FACE APOSENTADORIA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 08 de janeiro de 2024, GILSON RAIMUNDO, servidor efetivo ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA, face sua aposentadoria.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0030/2024

Publicação Nº 5510784

PORTARIA Nº 0030/2024
De 10 de janeiro de 2024
EXONERAR ROSANA BORGES DA SILVA ROEDEL FACE APOSENTADORIA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 20 de dezembro de 2023, ROSANA BORGES DA SILVA ROEDEL, servidor efetivo ocupante do cargo de PROFESSOR, face sua aposentadoria.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0031/2024

Publicação Nº 5510785

PORTARIA Nº 0031/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA MARIANI FORMAGI COMO FISCAL DO CONTRATO 1/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JEAN MARCOS BENVENUTTI	99597
Fiscal do Contrato	MARIANI FORMAGI	71110
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MARCIANE PETTERS FERRARI	19534

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
1/2024 Contrato de Rateio APIS 83/2023	CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU - APIS, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS AÇÕES PERTINENTES À ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO EM ÁREAS MULTIFINALITARIAS NO EXERCÍCIO DE 2024.	AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU - APIS

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MARCIANE PETTERS FERRARI matrícula 19534 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0032/2024

Publicação Nº 5510786

PORTARIA Nº 0032/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA MARIANI FORMAGI COMO FISCAL DO CONTRATO 2/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JEAN MARCOS BENVENUTTI	99597
Fiscal do Contrato	MARIANI FORMAGI	71110
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MARCIANE PETTERS FERRARI	19534

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
2/2024 Resolução Cincatarina 0148/2023	DISPÕE SOBRE A TABELA DE RATEIO FIXO MENSAL PARA MANUTENÇÃO DO CINCATARINA PARA EXERCÍCIO DE 2024.	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MARCIANE PETTERS FERRARI matrícula 19534 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0033/2024

Publicação Nº 5510787

PORTARIA Nº 0033/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA MARIANI FORMAGI COMO FISCAL DO CONTRATO 3/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JEAN MARCOS BENVENUTTI	99597
Fiscal do Contrato	MARIANI FORMAGI	71110
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MARCIANE PETTERS FERRARI	19534

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
3/2024 Contrato Rateio APIS – 92/2023.	CONTRATO DE RATEIO PARA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU – APIS E O MUNICÍPIO DE APIÚNA.	AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU – APIS

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MARCIANE PETTERS FERRARI matrícula 19534 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0034/2024

Publicação Nº 5510788

PORTARIA Nº 0034/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA WILLIAN GRUBERT COMO FISCAL DO CONTRATO 4/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	FLÁVIO BAZZANELLA	32980
Fiscal do Contrato	WILLIAN GRUBERT	163880
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MAICO MENEGHELLI	146960

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
4/2024 Convênio CIMVI 009/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS DE COLETA MANUAL E MECANIZADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES (ORGÂNICOS, RECICLÁVEIS E REJEITOS), BEM COMO OS GERADOS PELO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTADORES DE SERVIÇOS, COM CARACTERÍSTICAS DE DOMICILIARES, DEPOSITADAS JUNTO ÀS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, E SEU TRANSPORTE, DIRETO OU ATRAVÉS DE UNIDADE DE TRANSBORDO, A CENTRAL DE RESÍDUOS DO CIMVI, NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ PARA O EXERCÍCIO DE 2024.	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MAICO MENEGHELLI matrícula 146960 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0035/2024

Publicação Nº 5510789

PORTARIA Nº 0035/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA LURDES DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO 5/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	ROBERTO CARLOS DA SILVA	18317
Fiscal do Contrato	LURDES DA SILVA	101672
Auxiliar do Fiscal do Contrato	VALDIR AMARANTE	125946

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada

5/2024 Convênio CIMVI 019/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO DE TURISMO, QUE SERÃO EXECUTADOS DE FORMA PARCIAL PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS, COM VISTAS AO PLANEJAMENTO, CONTROLE, REGULARIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CONCERNENTES AO TURISMO REGIONALIZADO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
-----------------------------------	---	---

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor VALDIR AMARANTE matrícula 125946 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0036/2024

Publicação Nº 5510790

PORTARIA Nº 0036/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA WILLIAN GRUBERT COMO FISCAL DO CONTRATO 6/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	FLAVIO BAZZANELLA	32980
Fiscal do Contrato	WILLIAN GRUBERT	163880
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MAICO MENEGHELLI	146960

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
6/2024 Convênio CIMVI 031/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO AMBIENTAL NA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS (EXTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS PARA USO EM OBRAS PÚBLICAS), QUE SERÃO EXECUTADOS DE FORMA PARCIAL PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS, COM VISTAS AO PLANEJAMENTO, CONTROLE, AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO, ACOMPANHAMENTO, REGULARIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES PARA EXTRAÇÃO DE JAZIDAS MINERAIS, POTENCIALMENTE DEGRADADORAS DO MEIO AMBIENTE PARA O EXERCÍCIO DE 2024	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MAICO MENEGHELLI matrícula 146960 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0037/2024

Publicação Nº 5510791

PORTARIA Nº 0037/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA LURDES DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO 7/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	ROBERTO CARLOS DA SILVA	18317
Fiscal do Contrato	LURDES DA SILVA	101672
Auxiliar do Fiscal do Contrato	VALDIR AMARANTE	125946

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
7/2024 Convênio CIMVI 041/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO DE CULTURA, QUE SERÃO EXECUTADOS DE FORMA PARCIAL PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS, COM VISTAS AO PLANEJAMENTO, CONTROLE, REGULARIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES CONCERNENTES À CULTURA PARA O EXERCÍCIO DE 2024	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor VALDIR AMARANTE matrícula 125946 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0038/2024

Publicação Nº 5510792

PORTARIA Nº 0038/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA WILLIAN GRUBERT COMO FISCAL DO CONTRATO 8/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	FLAVIO BAZZANELLA	32980
Fiscal do Contrato	WILLIAN GRUBERT	163880
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MAICO MENEGHELLI	146960

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
8/2024 Convênio CIMVI 051/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE GESTÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO QUE SERÃO EXECUTADOS DE FORMA PARCIAL PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS, COM VISTAS À ASSESSORIA TÉCNICA-JURÍDICA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MAICO MENEGHELLI matrícula 146960 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0039/2024

Publicação Nº 5510793

PORTARIA Nº 0039/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO 9/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JANAINA FOLQUENING	134910
Fiscal do Contrato	CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA	13196
Auxiliar do Fiscal do Contrato	ANDRÉ LUIZ ZUCHI	92967

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
9/2024 Convênio CIMVI 068/2023	CONVÊNIO PARA ADESAO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL CONSORCIADA QUE SERÃO EXECUTADOS DE FORMA PARCIAL PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, CONSISTINDO NA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS, COM VISTAS AO ASSESSORAMENTO TÉCNICO/JURÍDICO, PLANEJAMENTO INTEGRADO, CONTROLE E/OU EXECUÇÃO DE ATIVIDADES INERENTES AO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2024.	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor ANDRÉ LUIZ ZUCHI matrícula 92967 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0040/2024

Publicação Nº 5510794

PORTARIA Nº 0040/2024
De 10 de janeiro de 2024

DESIGNA CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA COMO FISCAL DO CONTRATO 10/2024

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JANAINA FOLQUENING	134910
Fiscal do Contrato	CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA	13196
Auxiliar do Fiscal do Contrato	ANDRÉ LUIZ ZUCHI	92967

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
10/2024 Rateio CIMVI 01/2023	CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GUABIRUBA, ILHOTA, INDAIAL, LUIZ ALVES, MASSARANDUBA, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, FINANCEIRAS E ORÇAMENTÁRIAS NO EXERCÍCIO DE 2024.	CONSÓRCIO MUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor ANDRÉ LUIZ ZUCHI matrícula 92967 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0041/2024

Publicação Nº 5510795

PORTARIA Nº 0041/2024
De 10 de janeiro de 2024
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO COORDENADORA DO CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 001/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito do município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

r e s o l v e :

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Cadastro Simplificado nº 001/2024

Art. 2º - A Comissão a que se refere o art. 1º fica assim composta:

- I - Mariléia Rezini Merini - Presidente
- II – Juliana Vanelli - Secretária
- III - Ana Paula Custódio - Membro
- IV – Ana Paula da Luz Cani - Membro
- V - Daniela Cristofolletti- Membro

Paragrafo Único – A Comissão Coordenadora poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º - Compete a Comissão Coordenadora promover a realização das provas, emitir julgamento mediante a atribuição de notas e/ou pontos, deliberar sobre os casos omissos.

Parágrafo Único - Em sendo contratada empresa especializada para a elaboração, aplicação e correção das provas, caberá a Comissão Coordenadora, a fiscalização da aplicação das provas.

Art. 4º - As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão Coordenadora presidir as reuniões.

Art. 6º - Compete ao Secretário da Comissão Coordenadora:

- I – lavrar as atas dos trabalhos da comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;
- II – coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;
- III – propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;
- IV – Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0042/2024

Publicação N° 5510796

PORTARIA N° 0042/2024
De 10 de janeiro de 2024

EFETIVA A POSSE DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE APIUNA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Ordinária nº 160/1992 de 30/10/1992, e considerando o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar realizada no dia 01 de outubro de 2023;

RESOLVE

Art. 1º - Efetivar a posse aos Membros do Conselho Tutelar de Apiúna pelo mandato correspondente de 10/01/2024 até 09/01/2028.

Art. 2º - Tomam posse como Membros do Conselho Tutelar os candidatos:

Joceli Eichstadt
João Maba
Claudia Oriques Bento
Patrícia Santos de Jesus

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0043/2024

Publicação N° 5510797

PORTARIA N° 0043/2024
De 11 de janeiro de 2024
EXONERAR SERVIDOR EFETIVO PATRICIA SANTOS DE JESUS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 10 de janeiro de 2024, PATRICIA SANTOS DE JESUS, servidor efetivo ocupante do cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0044/2024

Publicação N° 5510798

PORTARIA N° 0044/2024
De 11 de janeiro de 2024
EXONERAR SERVIDOR EFETIVO NADIR INES WERNER FUSINATO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 10 de janeiro de 2024, INES WERNER FUSINATO, servidor efetivo ocupante do cargo de AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0045/2024

Publicação Nº 5510802

PORTARIA Nº 0045/2024
De 11 de janeiro de 2024

DESIGNA MARIANI FORMAGI COMO FISCAL DO CONTRATO 2/2024 FMS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito, no uso das suas atribuições constitucionais e legais, considerando os decretos 2994/2018 de 23/07/2018 e 3910/2021 de 16/08/2021, e o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

RESOLVE

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no(s) Contrato(s) a seguir relacionado(s) conforme atribuições e responsabilidades dispostas na Instrução Normativa CI Nº04/2018:

Relação de Servidores		
Função	Nome	Matrícula Nº
Gestor do Contrato	JEAN MARCOS BENVENUTTI	99597
Fiscal do Contrato	MARIANI FORMAGI	71110
Auxiliar do Fiscal do Contrato	MARCIANE PETTERS FERRARI	19534

Relação de Contrato(s)/Ata(s)		
Contrato nº	Objeto	Empresa Contratada
2/2024 fms Contrato de Rateio APIS 84/2023	Contrato de Rateio que entre si celebram a Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu - APIS, e os Municípios de Apiúna, objetivando o rateio de recursos para manutenção das ações pertinentes à atuação do Consórcio na área da saúde no exercício de 2024.	AGÊNCIA PÚBLICA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE EUROPEU - APIS

Art. 2º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor MARCIANE PETTERS FERRARI matrícula 19534 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de janeiro de 2024.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO 4761/2023

Publicação N° 5509060

**MUNICÍPIO DE APIÚNA**

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

DECRETO N° 4761/2024

De 11/01/2024

ALTERA O DECRETO N° 4745/2023 DE 13/12/2023 QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR N° 274/2023, DE 05/12/2023, PARA DEFINIR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS ATIVIDADES ESSENCIAIS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º – Fica acrescentado o inciso V no artigo 2º do Decreto n° 4745/2023 com a seguinte redação:

Art. 2º – [...]

V – Direção de Creches Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, 11 de janeiro de 2024.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito de Apiúna/SC

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16
e-mail: administracao@apiuna.sc.gov.br – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

Armazém

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001 DE 08 DE JANEIRO DE 2024 "NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E GESTOR DE CONTRATOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARMAZÉM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5509122



Estado de Santa Catarina CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARMAZÉM

PORTARIA Nº 001 de 08 de janeiro de 2024

"NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E GESTOR DE CONTRATOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARMAZÉM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MURIEL GONÇALVES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o disposto na Lei 14.133/2021 "LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS" que visa selecionar a proposta mais vantajosa para Administração Pública por meio de seus procedimentos e processamento.

CONSIDERANDO a observância da estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e demais princípios positivados na Lei supra mencionada.

CONSIDERANDO o disposto a Lei nº 2.006/2023 que "REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE ARMAZÉM/SC".

Considerando a Lei Complementar nº 1734/2018, que "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARMAZÉM, INSTITUI REGIME JURÍDICO ÚNICO, PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL, FIXA VENCIMENTOS E NÚMERO DE VAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", e suas alterações supervenientes.

RESOLVE:

Artigo 1º – Nomear a partir desta data, como **Agente de Contratação** a servidora Fabrícia Rosa Berto Mózerle, que exerce o cargo de provimento efetivo de Assessora Legislativa da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém, recebendo para tanto, gratificação de 60% (sessenta por cento) sobre sua remuneração, para desempenhar as atribuições inerentes à função.

Fone/Fax: (0**48) 3645-0008 - Praça 19 de Dezembro, nº 150 - Centro - CEP: 88740-000 ARMARZÉM - SC



Estado de Santa Catarina CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARMAZÉM

Artigo 2º - Fica nomeada a partir desta data, como **Equipe de Apoio** para desempenhar os trabalhos de contratação direta e auxiliar o Agente de Contratação nas licitações e com operacionalização dos sistemas da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém os seguintes membros:

- 1º Membro: Caroline Lopes Cardoso
- 2º Membro: Heloísa Domingos Vitorino.
- 3º Membro: Wanessa Fernandes Stedile Wensing
- 4º Membro: Henrique Dias Warmling Arent Mendes.

Parágrafo 1º - Fica a servidora Caroline Lopes Cardoso, que exerce o cargo de provimento efetivo de Assessora Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém, nomeada como primeiro membro da Equipe de Apoio, responsável por desempenhar os trabalhos de DFD - Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Pesquisa de Preço, Termo de Referência e demais documentos e procedimentos inerentes as licitações e contratação direta, recebendo gratificação de 30% (trinta por cento) sobre sua remuneração.

Parágrafo 2º - Em caso de ausência do membro disposto no parágrafo anterior, as responsabilidades serão automaticamente repassadas ao membro subsequente em sua ordem.

Artigo 3º - Para assumir as responsabilidades de **Gestor de Contrato** nomeia a servidora Heloísa Domingos Vitorino, que exerce o cargo de provimento comissionado de Assessora Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém, recebendo gratificação de 30% (trinta por cento) sobre sua remuneração.

Artigo 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria nº 001/2023 da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRASE.

Armazém-SC, 08 de janeiro de 2024.

MURIEL GONÇALVES DA ROSA
Presidente

Fone/Fax: (0**48) 3645-0008 - Praça 19 de Dezembro, nº 150 - Centro - CEP: 88740-000 ARMAZÉM - SC

PORTARIA Nº 002 DE 09 DE JANEIRO DE 2024 DESIGNA A VEREADORA ADRIANA NEVES FRAGA PARA EFETUAR JUNTAMENTE COM O PRESIDENTE DESTA CASA LEGISLATIVA AS MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS

Publicação Nº 5509128

**Estado de Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAZÉM****PORTARIA Nº 002 de 09 de janeiro de 2024**

MURIEL GONÇALVES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Armazém, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º – Designar a vereadora **ADRIANA NEVES FRAGA**, Portadora da Cédula de Identidade **RG. Nº. XXXXXX SSP/SC** e **CPF. Nº. XXXXXXX**, para efetuar **juntamente com o presidente desta Casa Legislativa** as movimentações bancárias na conta corrente **XXXX-X**, na Agência **4642-6** Banco do Brasil com os seguintes poderes:

- a) Emitir Cheques
- b) Abrir contas de depósito
- c) Solicitar saldos, extratos e comprovantes
- d) Requisitar talonários de cheques
- e) Autorizar outros débitos
- f) Efetuar transferências / Pagamentos por qualquer
- g) Autorizar débito em conta relativo a operações
- h) Retirar cheques devolvidos
- i) Endossar cheques
- j) Autorizar aplicações financeiras
- k) Autorizar aplicação em fundos de investimentos
- l) Autorizar resgates de aplicações financeiras
- m) Autorizar resgate de aplicações de fundo de investimentos
- n) Autorizar Cancelamento de Agendamento de Aplicações
- o) Autorizar Cancelamento de Agendamento de Resgate
- p) Efetuar transferências / pagamentos
- q) Sustar / Contra-Ordenar cheques
- r) Cancelar cheques
- s) Baixar Cheques
- t) Efetuar resgates/aplicações Financeiras
- u) Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- v) Efetuar pagamentos por meio eletrônico
- w) Efetuar transferências por meio eletrônico
- x) Efetuar Pagamentos, exceto por meio eletrônico
- y) Efetuar transferências exceto por meio eletrônico
- z) Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro
- aa) Solicitar saldos / extratos, exceto investimentos
- bb) Solicitar saldos / extratos de investimentos

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRÁ-SE.
Armazém-SC, 09 de JANEIRO de 2024.

MURIEL GONÇALVE DA ROSA
Presidente

Fone/Fax: 3645-0008 - PÇ José Diomário da Rosa, 150- Centro - CEP: 88740-000 ARMAZÉM - SC

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2024 - FMS - REVISÃO VEÍCULAR NA GARANTIA

Publicação Nº 5507429



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0001/2024 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0001/2024 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, senhor Paulo Renato de Moraes, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2539/2024 e 2541/2024, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento na Lei 14.133/21, resolve:

RATIFICAR a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo Menor preço Por item, embasada no **Art. 75, IV, a)**, e tendo como objeto **Contratação de empresa autorizada para Prestação de Serviços de Revisão Preventiva nos veículos: Spin 1.8L AT Premier placa RYA5F33 (40.000 KM), Spin Premier placa RYI1C75 (30.000 KM) e SPIN 1.8L Premier placa RYD9C86 (80.000 KM), pertencentes a Secretaria de Saúde do Município de Arroio Trinta.,** nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

248 - AUTO MECANICA GERAL LTDA (86.548.054/0001-01)


Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
VEÍCULO SPIN PLACA RYA5F33 – 4ª REVISÃO					
1	35721 - Óleo motor lubrificante ACD SINT.SAE 0W-20 98550812- Código original	Un	4	45,00	180,00
2	31627 - Vela de ignição Código original 93221446	Un	4	35,00	140,00
3	35603 - Vedador Nao Alveolar 90528145 – cód. original	Un	1	25,00	25,00
4	30813 - ELEMENTO DO FILTRO D	Un	1	160,00	160,00

	96950990 - Código original				
5	33911 - Fluido para freio HI. 93205290 - Código original	Un	4	30,00	120,00
6	30821 - FILTRO DE OLEO 24588463 - Código original	Un	1	60,00	60,00
7	35717 - Descarbonizante Código Original 1017546	Un	1	55,00	55,00
8	39294 - Kit hig ar cond	Un	1	189,00	189,00
9	5845 - Geometria	Un	1	80,00	80,00
10	22110 - Balanceamento	Un	1	60,00	60,00
11	26873 - Quarta revisão	Un	2	159,00	318,00
Valor Total					1.387,00
VEÍCULO SPIN PLACA RYD9C86 – 8ª REVISÃO					
12	38333 - 3.OF 1350307 - Kit lubrificação.	Un	1	52,45	52,45
13	35717 - Descarbonizante Código Original 1017546	Un	1	55,00	55,00
14	30813 - ELEMENTO DO FILTRO D 96950990 - Código original	Un	1	156,38	156,38
15	39263 - Lub ACD Sint.Sae Cód. 98553888	Un	10	65,00	650,00
16	35719 - FILTRO DE COMBUSTIVEL (93316245) Código original	Un	1	51,22	51,22
17	33911 - Fluido para freio HI. 93205290 - Código original	Un	4	26,04	104,16
18	31191 - 24588463 Filtro De óleo	Un	1	56,38	56,38
19	30231 - Vedador de Borracha Código original: 90528145	Un	1	11,69	11,69
20	35721 - Óleo motor lubrificante ACD SINT.SAE 0W-20 98550812- Código original	Un	7	42,00	294,00
21	29304 - Oitava Revisão GM M0111	h	2	189,00	378,00
22	22922 - Balanceamento	Un	1	60,00	60,00
23	5845 - Geometria	Un	1	80,00	80,00
Valor Total					1.949,28
VEÍCULO SPIN PLACA RYH1C75 – 3ª REVISÃO					
24	35717 - Descarbonizante Código Original 1017546	Un	1	55,00	55,00
25	31191 - 24588463 Filtro De Óleo	Un	1	56,38	56,38
26	32803 - 52126117 - JOGO DE PASTILHAS	Un	1	583,11	583,11
27	31627 - Vela de ignição Código original 93221446	Un	4	31,09	124,36
28	30813 - Elemento Do Filtro D	Un	1	156,38	156,38

	96950990 - Código original				
29	35721 - Óleo motor lubrificante ACD SINT.SAE 0W-20 98550812- Código original	Un	7	42,00	294,00
30	39294 - Kit hig ar cond	Un	1	189,00	189,00
31	28767 - Cond. Metais 200 MI	Un	200	0,45	90,00
32	22920 - Geometria	Un	1	80,00	80,00
33	33434 - GM M0061 - Terceira revisão	Un	2,3	159,00	365,70
34	22922 - Balanceamento	Un	1	60,00	60,00
Valor Total					2.053,93
Total Geral					5.390,21

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 08/01/2024.

 Documento assinado digitalmente
PAULO RENATO DE MORAIS
Data: 11/01/2024 16:16:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Paulo Renato de Moraes
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta.

Balneário Barra do Sul

PREFEITURA

POSSE CONSELHEIRO TUTELAR CLAUDIO NATHAN SOUZA

Publicação Nº 5507298

TERMO DE POSSE

CONSELHEIRO TUTELAR - GESTÃO 2024-2028
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas, na Câmara Municipal, no Município de Balneário Barra do Sul, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Valdemar Barauna da Rocha, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1.182/2014, à Conselheiro Tutelar do Município de Balneário Barra do Sul/SC, eleito no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e três em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para o mandato 2024/2028.
O presente Termo de Posse será datado e assinado pelo Conselheiro Tutelar.

Balneário Barra do Sul/SC, 10 de janeiro de 2024.

VALDEMAR BARAUNA DA ROCHA
Prefeito Municipal

Claudio Nathan Souza
Conselheiro Tutelar

POSSE CONSELHEIRO TUTELAR DALILA MAY DOS SANTOS

Publicação Nº 5507305

TERMO DE POSSE

CONSELHEIRA TUTELAR - GESTÃO 2024-2028
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas, na Câmara Municipal, no Município de Balneário Barra do Sul, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Valdemar Barauna da Rocha, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1.182/2014, à Conselheira Tutelar do Município de Balneário Barra do Sul/SC, eleita no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e três em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para o mandato 2024/2028.
O presente Termo de Posse será datado e assinado pela Conselheira Tutelar.

Balneário Barra do Sul/SC, 10 de janeiro de 2024.

VALDEMAR BARAUNA DA ROCHA
Prefeito Municipal

Dalila May dos Santos
Conselheira Tutelar

POSSE CONSELHEIRO TUTELAR DIEGO PEREIRA

Publicação Nº 5507310

TERMO DE POSSE

CONSELHEIRO TUTELAR - GESTÃO 2024-2028
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas, na Câmara Municipal, no Município de Balneário Barra do Sul, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Valdemar Barauna da Rocha, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1.182/2014, à Conselheiro Tutelar do Município de Balneário Barra do Sul/SC, eleito no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e três em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para o mandato 2024/2028.
O presente Termo de Posse será datado e assinado pelo Conselheiro Tutelar.

Balneário Barra do Sul/SC,10 de janeiro de 2024.

VALDEMAR BARAUNA DA ROCHA

Prefeito Municipal

Diego Pereira

Conselheiro Tutelar

POSSE CONSELHEIRO TUTELAR LUCAS DOS SANTOS

Publicação Nº 5507317

TERMO DE POSSE

CONSELHEIRO TUTELAR - GESTÃO 2024-2028

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas, na Câmara Municipal, no Município de Balneário Barra do Sul, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Valdemar Barauna da Rocha, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1.182/2014, à Conselheiro Tutelar do Município de Balneário Barra do Sul/SC, eleito no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e três em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para o mandato 2024/2028.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelo Conselheiro Tutelar.

Balneário Barra do Sul/SC,10 de janeiro de 2024.

VALDEMAR BARAUNA DA ROCHA

Prefeito Municipal

Lucas dos Santos

Conselheiro Tutelar

POSSE CONSELHEIRO TUTELAR MARCOS VICTOR GREIPEL

Publicação Nº 5507323

TERMO DE POSSE

CONSELHEIRO TUTELAR - GESTÃO 2024-2028

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO BARRA DO SUL/SC

No décimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte quatro, às 09 horas, na Câmara Municipal, no Município de Balneário Barra do Sul, foi dada posse, pelo Prefeito Municipal, senhor Valdemar Barauna da Rocha, de acordo com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução n. 170/2014 do CONANDA e Lei Municipal nº 1.182/2014, à Conselheiro Tutelar do Município de Balneário Barra do Sul/SC, eleito no dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e três em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para o mandato 2024/2028.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelo Conselheiro Tutelar.

Balneário Barra do Sul/SC,10 de janeiro de 2024.

VALDEMAR BARAUNA DA ROCHA

Prefeito Municipal

Marcos Victor Greipel

Conselheiro Tutelar

Balneário Camboriú**PREFEITURA****ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 012/2023 - PMBC**

Publicação Nº 5508820

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 012/2023 - PMBC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2022 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos prédios da Administração Pública Municipal, através do Sistema de Registro de Preços com fornecimento de mão de obra, ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da Secretaria de Educação, na SEDE Administrativa da Secretaria de Educação – SEDUC, nas unidades escolares (CEMs) - Centros de Educação Municipal, nos polos de atendimento de Educação Especial, nos NEIs (Núcleos de Educação Infantil) - Modalidade Pré Escolar e nos NEIs (Núcleos de Educação Infantil) - Modalidade Creche, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Eletrônico nº 153/2022 - PMBC.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.967.293,60 (três milhões novecentos e sessenta e sete mil duzentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

DESPACHO: Conforme requerido no Memorando nº 61.306/2023 de 28/12/2023, SUSPENDO O CONTRATO Nº 012/2023-PMBC com a empresa AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 24.980.538/0001-78, nos termos do item 13.6 do referido sinalagma, até a conclusão do processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes para a efetiva rescisão contratual por inadimplemento.

O termo de suspensão também se encontra publicado no site deste Município e pode ser acessado no link: <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/licitacao/FK5SW8HA.pdf>

Balneário Camboriú, 09 de janeiro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 047/2023 - PMBC

Publicação Nº 5508825

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 047/2023 - PMBC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2022 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos prédios da Administração Pública Municipal, através do Sistema de Registro de Preços com fornecimento de mão de obra, ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Eletrônico nº 153/2022 - PMBC.

VALOR GLOBAL: R\$ 115.453,44 (cento e quinze mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

DESPACHO: Conforme requerido no Memorando nº 1.038/2024 de 09/01/2024, SUSPENDO O CONTRATO Nº 047/2023-PMBC com a empresa AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 24.980.538/0001-78, nos termos do item 13.6 do referido sinalagma, até a conclusão do processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes para a efetiva rescisão contratual por inadimplemento.

O termo de suspensão também se encontra publicado no site deste Município e pode ser acessado no link: <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/licitacao/SN2UB9EN.pdf>

Balneário Camboriú, 09 de janeiro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 136/2023 - PMBC

Publicação Nº 5508837

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 136/2023 - PMBC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2022 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nos prédios da Administração Pública Municipal, através do Sistema de Registro de Preços com fornecimento de mão de obra, ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Eletrônico nº 153/2022 - PMBC.

VALOR GLOBAL: R\$ 206.377,20 (duzentos e seis mil trezentos e setenta e sete reais e vinte centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

DESPACHO: Conforme requerido no Memorando nº 1.038/2024 de 09/01/2024, SUSPENDO O CONTRATO Nº 136/2023-PMBC com a empresa AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 24.980.538/0001-78, nos termos do item 13.6 do referido sinalagma, até a conclusão do processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes para a efetiva rescisão contratual por inadimplemento.

O termo de suspensão também se encontra publicado no site deste Município e pode ser acessado no link: <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/licitacao/FZ3UK6YN.pdf>

Balneário Camboriú, 09 de janeiro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 211/2023 - PMBC

Publicação Nº 5508838

ORDEM DE SUSPENSÃO - CONTRATO Nº 211/2023 - PMBC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 153/2022 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADA: AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de dois postos de trabalho para os serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva da estrutura física da Secretaria da Pessoa Idosa, através de empresa especializada, sob o Sistema de Registro de Preços, com fornecimento de mão de obra, ao longo de 4 (quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Eletrônico nº 153/2022 - PMBC.

VALOR GLOBAL: R\$ 35.619,92 (trinta e cinco mil e seiscentos e dezenove reais e noventa e dois centavos).

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

DESPACHO: Conforme requerido no Memorando nº 1.286/2024 de 10/01/2024, SUSPENDO O CONTRATO Nº 211/2023-PMBC com a empresa AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ: 24.980.538/0001-78, nos termos do item 13.6 do referido sinalagma, até a conclusão do processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes para a efetiva rescisão contratual por inadimplemento.

O termo de suspensão também se encontra publicado no site deste Município e pode ser acessado no link: <https://www.bc.sc.gov.br/arquivos/licitacao/AJ5MQ2JA.pdf>

Balneário Camboriú, 10 de janeiro de 2024.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

PE 012/2023 - FMAS - 208/2023 - COMPRASGOV - (ERRATA

Publicação Nº 5508893

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023 – FMAS**COMPRASGOV Nº 208/2023**

Com base no art. 25 do Decreto Municipal 10.540/2021, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, e no site: <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>, cujo objeto trata da Contratação de empresa para serviço de administração e gestão de sistemas, denominado "Cartão Maternidade", através de parecer exarado pelo Despacho 8 – Memorando nº 48.237/2023, sofrerá alteração no edital que se encontra disponibilizado no sítio municipal. A realização da sessão pública fica postergada para as 10h00min do dia 30/01/2024, no Portal COMPRASGOV.

Ficam mantidas as demais condições.

Balneário Camboriú, 11/01/2023.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

PORTARIA 014/2024

Publicação Nº 5508688

PORTARIA SGA/GSGA nº 014/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do Protocolo 6.521/2020, onde foi solicitada a apuração da responsabilidade pelas irregularidades cometidas na execução da despesa.

Assim, visto que a apuração de fatos irregulares envolvendo servidor público é dever da Administração, RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel (Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 11 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

PORTARIA 015/2024

Publicação Nº 5508697

PORTARIA SGA/GSGA nº 015/2024

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO, Secretária de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Tendo em vista que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do Protocolo 60.249/2023, onde foi solicitada a apuração da responsabilidade pelas irregularidades cometidas na execução da despesa.

Assim, visto que a apuração de fatos irregulares envolvendo servidor público é dever da Administração, RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 10.827/2022, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Rodrigo Rauen Leão (Secretário); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Natália Camila Cidral Mansolim (Membro), Thaisa Tavares Medeiros Maciel

(Membro) e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel (membro), para apurar mediante SINDICÂNCIA, com fulcro no art. 225 da Lei 1.069/1991, a fim de analisar o fato acima descrito do possível ilícito administrativo praticado e tipificação legal, bem como indicação dos responsáveis por intermédio do competente DESPACHO DE INSTRUÇÃO E INDICAÇÃO.

Art. 2º - Determinar que a respectiva sindicância seja conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa, com fulcro no artigo 235 da Lei Municipal nº 1.069/1991.

Balneário Camboriú, 11 de janeiro de 2024.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024 – PMBP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 – PMBP

Publicação Nº 5508850

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2024 – PMBP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 – PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 616/2023 e demais legislações aplicáveis. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para futura contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de segurança privada, limpeza, conservação, brigadistas e de locação de equipamentos (sanitários químicos, equipamentos de sonorização/iluminação, tendas com coberturas, grades de proteção, palcos, tabladados, stands e camarim), devidamente montados e instalados, para atender os eventos promovidos pelas secretarias e fundações municipais de Balneário Piçarras. Valor estimado da futura contratação R\$ 16.611.750,00 (dezesesseis milhões seiscentos e onze mil e setecentos e cinquenta reais). Data de abertura da sessão pública: 26/01/2024, às 08h30min. Local: Portal do Compras Públicas – <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. O edital na íntegra encontra-se disponível no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras (SC), 10 de janeiro de 2024.

Fabiano José Alves – Prefeito Municipal e.e.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2023 - FME INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 003/2023 – FME

Publicação Nº 5508519

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2023 - FME

INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 003/2023 – FME

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

HOMOLOGADO EM 11/01/2024

O Município de Balneário Piçarras/SC, através da Secretaria de Administração e Gestão Interna, com fundamento na lei nº 14.133/2021, de 01/04/2021, e suas alterações, torna público termo de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO referente ao Credenciamento de instituições de ensino da rede privada para prestação de serviços, por meio de oferta de vagas da Educação Infantil (Creche e Pré-escola) para os alunos da rede municipal de ensino de Balneário Piçarras, no ano letivo de 2024. O valor total de homologação e adjudicação é conforme os itens credenciados, no valor total máximo de R\$ 2.045.978,00 (dois milhões quarenta e cinco mil novecentos e setenta e oito reais).

CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL M DE MARIA LTDA - CNPJ – 45.923.283/0001-81– Lote 1 a 6.

Balneário Piçarras, 11 de janeiro de 2024.

Fabiano José Alves - Prefeito Municipal em exercício de Balneário Piçarras (SC).

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 38/2023 - ADESAO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CINCATARINA Nº 76/2023 - P.A. Nº 72/2023**

Publicação Nº 5509076

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 02D7BFF60CEAE5F996B47AFA5669D3B56250AE2E



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53

**CONTRATO 38/2023 DE 19/12/2023**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES BALNEÁRIO PIÇARRAS E A EMPRESA MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA, REFERENTE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC0072/2023 – CINCATARINA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ADITIVOS, LUBRIFICANTES E FILTROS DE ÓLEO, COM O USO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU POR MEIO DE ETIQUETA AUTOADESIVA COM TECNOLOGIA RFID (RADIO FREQUENCY IDENTIFICATION) OU TECNOLOGIA NFC (NEAR FIELD COMMUNICATION) OU SIMILAR, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA USO NOS VEÍCULOS AUTOMOTORES EM UMA AMPLA REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três presentes de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BALNEÁRIO PIÇARRAS** pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Emanuel Pinto, nº 78, Centro, CEP 88380-000, Balneário Piçarras - SC, inscrita no CNPJ sob nº 83.551.523/0001-53, neste ato representada pelo Presidente ADEMAR DE OLIVEIRA, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **MAXIFROTA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FROTA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Tancredo Neves, nº 450, Edf. Suarez Trade Center, Sala 2501, Caminho das Árvores. Cep. 41.820-901, na cidade de Salvador, inscrita no CNPJ sob o nº 27.284.516/0001-61, neste ato representada pelo, Sr. Henrique Avelino dos Anjos, doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços, constantes do Objeto seguir, e o **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32 e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. André Luiz de Oliveira, doravante denominado **INTERVENIENTE**, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, nas disposições da Resolução nº 209, de 31 de outubro de 2022, da Resolução nº 083 de 4 de abril de 2023, ambas do CINCATARINA, na Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores, aplicando-se os preceitos de direito público, as normas e princípios de direito administrativo e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Constitui Objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada no gerenciamento do fornecimento de Combustíveis, Aditivos, Lubrificantes e Filtros de Óleo, com o uso de cartão magnético ou por meio de etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*) ou

Página 1

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

página 1 de 27

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-valorar> através do código HQSXD-0DCPM-ESDQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



tecnologia NFC (*Near Field Communication*) ou similar, com fornecimento parcelado, para uso nos veículos automotores e equipamentos, dos Entes da Federação Consorciados, Cooperados ou Referendados ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o **ANEXO I**, parte integrante do Edital e deste Contrato.

1.2 – Fazem parte do Objeto do Contrato:

1.2.1 – Controle das despesas com abastecimento dos veículos automotores e equipamentos junto à rede credenciada.

1.2.2 – Equipamentos para o processamento das informações dos cartões e terminais ELETRÔNICOS periféricos na rede credenciada ou das etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID (Radio Frequency Identification) ou tecnologia NFC (Near Field Communication) ou similar.

1.2.3 – Cartões ELETRÔNICOS ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID (Radio Frequency Identification) ou tecnologia NFC (Near Field Communication) ou similar para cada veículo e equipamento, para o gerenciamento de informações da frota, sem custo para Órgãos Participantes; e contingenciamento através de outros meios físicos ou eletrônicos para casos que envolvam problemas na captura de informações, visando evitar paralisações do serviço.

1.2.4 – Organização das informações dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação dos condutores, datas e horários, tipos de combustíveis, lubrificantes, que deverão ser alimentados por meio ELETRÔNICO e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para os Órgãos Participantes, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão de relatórios gerenciais, conforme detalhamento descrito.

1.2.5 – Disponibilização de relatórios customizáveis que possibilitem a geração e o cruzamento de informações necessárias ao Órgão Participante conforme detalhamento descrito no Termo de Referência.

1.2.6 – Disponibilização de ferramenta de BI – Business Intelligence (Inteligência de Negócios) que permita agrupar os dados de todos os órgãos e entidades que aderirem à Ata de Registro de Preços e ao Contrato, de forma consolidada, relacionando através de indicadores as principais disparidades encontradas.

1.2.7 – Disponibilização de informações através de ferramentas no sistema informatizado que permita o controle e gerenciamento dos quantitativos utilizados dos itens e consolidados pelos Órgãos Participantes, para acesso do Órgão Gerenciador.

1.3 – Possuir Rede credenciada de estabelecimentos que forneçam:

Página 2

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9QMD enquanto armazenado no Portal

página 2 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



1.3.1 – Combustíveis dos tipos: Gasolina (comum e aditivada), Etanol (comum e aditivado), Diesel (comum e aditivado), Diesel S-10 e GNV;

1.3.2 – Aditivos;

1.3.3 – Lubrificantes;

1.3.4 – Filtros de óleo;

1.4 – Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, para cada Centro de Custo do CONTRATANTE, sendo que deverá ser disponibilizado mensalmente para o CONTRATANTE um relatório detalhado dos abastecimentos realizados.

1.4.1 – Sempre que o CONTRATANTE entender necessário, será exigida da CONTRATADA declaração dos estabelecimentos credenciados, que as despesas estão sendo quitadas mensalmente, conforme estabelecido no Edital.

1.5 – Para os fins deste Contrato, considera-se que a expressão “veículos/equipamentos” representa a seguinte definição: veículos terrestres, veículos aquáticos, equipamentos motorizados, equipamentos acoplados e rebocáveis, caldeiras e outros tipos de equipamentos que possuam tanque de combustível próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – Este Contrato é decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP e será formalizado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada CONTRATANTE.

2.1.2 – A contratação com os Fornecedores registrados será formalizada pelo CONTRATANTE por intermédio de Contrato e emissão de Nota de Empenho de Despesa.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues na forma estabelecida no Termo de Referência, em rede de postos de combustíveis credenciados, de acordo com o preço da bomba, na data do abastecimento, através do uso de cartão magnético ou por meio de etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*) ou tecnologia NFC (*Near Field Communication*) ou similar.

2.1.4 – Não poderá o preço da bomba, na data do abastecimento, ser superior ao Preço Máximo estabelecido no Sistema de Levantamento de Preços da ANP.

Página 3

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 3 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



2.1.5 – O preço de mercado adotado será o menor preço informado, pela CONTRATADA, dentre os postos credenciados em cada local.

2.1.6 – A presente contratação é celebrada na forma de execução indireta e **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, sendo que os quantitativos e valores foram estimados pelo CONTRATANTE.

2.1.6.1. – Nesse regime, contrata-se a execução de obra ou serviço por preço certo de unidades determinadas. Tem sua utilização recomendada nos casos em que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão. Justamente por isso é que se utiliza a empreitada por preço unitário, afinal, o CONTRATANTE não tem condições de definir com grande precisão os quantitativos a serem adotados, notadamente pelo fato de que a demanda pelo objeto deste contrato surge na medida em que o CONTRATANTE necessita realizar a contratação dos serviços de gestão de combustíveis e correlatos.

2.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas dos itens ocorrerão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrente dos fornecimentos efetivamente realizados, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

3.2 – A contratação do serviço Objeto deste instrumento contratual, conforme consta na proposta da CONTRATADA, parte integrante deste instrumento, terá como Taxa de Administração o percentual de - 4.92% (quatro virgula noventa e dois por cento negativo).

3.3 – Nos valores, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, Taxa de Administração, frete, seguro, treinamento, instalação do sistema, manutenção de equipamentos e *softwares*, cartões, etiquetas autoadesivas, assistência técnica e outros necessários ao cumprimento integral do Objeto da contratação.

3.4 – O valor contratado é meramente estimativo, de forma que os pagamentos dependerão dos fornecimentos, efetivamente, prestados.

3.5 – O percentual de Taxa de Administração ofertado deverá ser considerado no momento do pagamento da Nota Fiscal, durante toda a execução do Contrato.

3.5.1 – O CONTRATANTE tem a prerrogativa de, em caso de fornecimento de Combustíveis, Aditivos e Lubrificantes e filtros, acima dos parâmetros estabelecidos ou da média do valor de mercado, conforme o caso, ter glosado das respectivas notas fiscais os montantes correspondentes às diferenças

Página 4

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 4 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



indevidamente repassadas pela CONTRATADA, os quais deverão ser devolvidos aos cofres públicos pela prestadora de serviços.

3.6 – O CONTRATANTE, seus Órgãos e Entidades serão responsáveis pelo pagamento dos serviços que fizerem uso, devendo, para tanto, assinar Contratos individualizados com a CONTRATADA, sob a gestão do CINCATARINA.

3.7 – O valor estimado para este contrato é de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento pelas aquisições, Objeto da Ata de Registro de Preços, será feito pelo Órgão Participante em favor do Fornecedor, mensalmente, mediante transferência bancária (TED, DOC, depósito ou PIX) em conta corrente de titularidade do fornecedor ou boleto, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.

4.1.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento até o vigésimo dia do mês subsequente ao serviço prestado, Objeto deste Contrato, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

4.1.2. – Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da proposta vinculada, sendo responsabilidade da licitante manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório ao qual está vinculada esta Minuta do Contrato, salvo nos casos supracitados de consórcio de empresas e entre matrizes e filiais.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – As despesas resultantes do Contrato serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, observado o que consta no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.5 – A CONTRATADA deverá comprovar, de forma inequívoca, o repasse dos pagamentos efetuados às empresas credenciadas das respectivas despesas realizadas pelo CONTRATANTE.

4.6 – A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, decorrentes dos fornecimentos efetivamente realizados, ficando claro que o CONTRATANTE não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.

Página 5

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 5 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



4.7 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os Combustíveis fornecidos em postos varejistas credenciados, de acordo com o preço de bomba, na data do abastecimento, não podendo ser o preço superior ao valor máximo estabelecido, no Sistema de Levantamento de Preços da ANP, no município do abastecimento.

4.8 – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os Aditivos, Lubrificantes e Filtros de Óleo, fornecidos em estabelecimentos credenciados, de acordo com o valor de mercado, na data do abastecimento.

4.9 – Efetivado mediante apresentação da Nota Fiscal, que deverá ser emitida em nome do Órgão Participante, devendo constar também o CNPJ, o número da Licitação e da Ata de Registro de Preços.

4.10 – A Nota Fiscal compreenderá a utilização dos serviços Objeto do Contrato, no mês anterior a sua emissão;

4.11 – Para fins de pagamento, somente serão considerados gastos realizados junto à rede credenciada.

4.12 – Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na ata de registro de preços, e tendo o Fornecedor, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 – O valor percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável, durante a vigência deste Contrato e suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativa.

5.2 – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 124, inciso II, letra “d” da Lei Federal nº 14.133/2021, a partir da análise e discussão de planilha de custos.

5.3 – Para revisão dos preços, a CONTRATADA deverá solicitar, formalmente, ao CONTRATANTE o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, e ainda, comprovar hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

5.4 – O CONTRATANTE também poderá solicitar a revisão em caso de redução de valores por conta da política de preços praticada nas refinarias.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Página 6

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 6 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



6.1 – Se o CONTRATANTE não efetuar o pagamento no prazo previsto neste Contrato, e tendo a CONTRATADA, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas decorrentes do objeto do presente contrato, correrão à conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante referente ao exercício de 2023 e seguintes. O Órgão Participante, somente quando da contratação/empenhamento, deverá especificar a classificação orçamentária, nos termos do art. 10, parágrafo único, da Resolução n. 186/2022 do CINCATARINA, a qual consta abaixo:

Órgão	01 (Câmara Municipal de Vereadores)
Unidade	001 (Câmara Municipal de Vereadores)
Atividade	2.00.2
Modalidade da Aplicação	3.3.90.30.39.00.00.00 3.3.90.30.01.00.00.00
Fonte	Recursos Ordinários

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, nos termos do art. 94 c/c art. 105, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado até a vigência máxima prevista na Lei Federal n. 14.133/2021.

8.1.1 – Considerando o item 1.7, do Edital, havendo interesse público na prorrogação do contrato, poderá ser exigida a utilização exclusiva de uso da tecnologia das etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*) ou tecnologia NFC (*Near Field Communication*) ou similar, com prazo de implantação de até 60 (sessenta) dias, contados da prorrogação.

8.1.1.1 – Sendo exigido a utilização exclusiva da tecnologia referida neste item, como condição para prorrogação, e estando ajustado entre as partes, o Contratado é obrigado à implantação, no prazo referido, sob pena de rescisão contratual por descumprimento e aplicação das penalidades previstas em lei, edital e contrato.

Página 7

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

página 7 de 27

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



8.2 – O presente Contrato deverá ser divulgado no sítio eletrônico oficial do Contratante na internet, nos termos do art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

9.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – O presente Contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 137 da Lei Federal n. 14.133/2021, mediante decisão formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e ampla defesa.

10.2 – A extinção contratual deverá observar as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.3 – Nos termos do § 7º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, fica facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados segundo o cadastro de reservas para a contratação do remanescente dos serviços em consequência de rescisão contratual, observados os critérios estabelecidos nos § 2º e 4º, do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MODELO DE CONTRATAÇÃO, USUÁRIOS, DO PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 – O modelo de contratação, usuários, prazo para implantação e execução dos serviços, deverão seguir rigorosamente todas as disposições e especificações contidas no Edital de Licitação, Ata de Registro de Preços, Contrato e no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Página 8

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapiçarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualsign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 8 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



12.1 – Além das obrigações previstas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, compete à CONTRATADA:

- a) Disponibilizar estrutura administrativa que garanta o bom desempenho de suas atribuições técnicas e administrativas, dando o necessário suporte para uma eficiente execução do serviço e um bom relacionamento com o CONTRATANTE e com os estabelecimentos credenciados.
- b) Planejar e executar a implantação do sistema contratado, integrando-o com os sistemas de frota existentes e utilizados pelo CONTRATANTE.
- c) O sistema da CONTRATADA deve satisfazer aos requisitos mínimos exigidos neste instrumento.
- d) Validar o planejamento da implantação, em momento oportuno, junto ao CINCATARINA e ao Ente da Federação Contratante, contemplando o cronograma e forma de execução das seguintes ações:

I - Indicação e manutenção de preposto, aceito pelo contratante, para representar a Fornecedora na execução do contrato;

II - Customização do Sistema de Gestão de Frota;

III -Cadastramento dos veículos/equipamentos com informações suficientes para que sejam emitidos todos os relatórios de interesse do CINCATARINA e dos Órgãos e Entidades contratantes. Deve-se garantir que somente serão cadastrados veículos/equipamentos com dados completos e fidedignos;

IV - Cadastramento dos gestores e condutores;

V - Confecção e distribuição dos cartões magnéticos ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar, sem custo adicional para os órgãos e entidades contratantes, conforme necessidade;

VI - Parametrização dos cartões de veículos;

VII - Parametrização dos limites de consumo e financeiros;

VIII -Capacitação dos usuários;

IX - Suporte aos gestores;

X - O sistema deverá possuir ou implementar o padrão de compatibilidade de envio de informações a central de informações para a plataforma do CINCATARINA (Smart CIGA) no padrão fiware.org.

XI - O sistema deverá utilizar o CKAN, uma ferramenta livre para criação de repositórios de dados abertos mantida pela Open Knowledge Foundation, uma rede colaborativa sem fins lucrativos promotora do conhecimento livre com forte atuação no Brasil. De código aberto, o software funciona como um sistema de gerenciamento de dados que alimenta hubs e portais. A plataforma atende a um público que abrange desenvolvedores, jornalistas, pesquisadores, ONGs, ou qualquer interessado no tema. Ele é usado por governos nacionais e locais, instituições de pesquisa e outras organizações que recolhem e sistematizam essas informações.

- e) Implantação, parametrização e integração dos sistemas tecnológicos. A implantação do sistema de gestão compreende:

I - Cadastramento de todos os veículos/equipamentos do Órgão Participante/Contratante;

Página 9

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapiçarras.sc.gov.br

página 9 de 27

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



- II - Cadastramento de todos os usuários, motoristas e condutores do Órgão Participante/Contratante;
 - III - Início da execução dos serviços na rede credenciada;
 - IV - Identificação visual e divulgação da rede credenciada;
 - V - Implantação, integração e parametrização dos sistemas tecnológicos;
 - VI - Confecção e distribuição de cartões ou etiquetas, conforme necessidade do Órgão Participante/Contratante;
 - VII - Treinamento de usuários, gestores e técnicos responsáveis em cada Órgão Participante/Contratante;
 - VIII - Treinamento dos funcionários da rede credenciada.
- f) Prover suporte técnico e capacitação permanente para os gestores, aprovadores e condutores do CONTRATANTE, após a fase de implantação, em cada órgão aderente ao Contrato, de acordo com a conveniência e necessidade do CONTRATANTE.
- g) Atender em até 24 (vinte e quatro) horas toda e qualquer demanda feita pelo CINCATARINA acerca da parametrização dos cartões.
- h) Garantir que o sistema, uma vez operacional, satisfaça todos os requisitos desse instrumento.
- i) Cadastrar todos os veículos e equipamentos da frota, com informações suficientes para que sejam emitidos todos os relatórios de interesse do CONTRATANTE.
- j) Garantir que só deverão ser cadastrados veículos/equipamentos com dados completos e fidedignos.
- k) Confeccionar e distribuir os cartões magnéticos ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar, sem custo adicional para o CONTRATANTE, conforme necessidade:
- I - Administrar todas as solicitações e cancelamentos demandados.
 - II - Implementar a Expedição ou cancelamento de cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar a partir da autorização do CINCATARINA ou por ele indicado.
 - III - Associar cada cartão ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar a um veículo e equipamento.
 - IV - Cada órgão/entidade fará jus a um quantitativo de cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar genéricos, definido pelo CINCATARINA, que poderá ser associado a qualquer veículo e equipamento.
- l) Disponibilizar consultores que, durante a vigência contratual, deverão realizar, a pedido do CINCATARINA ou órgão/entidade participante, visitas técnicas a gestores dos Entes da Federação Consorciado objetivando a capacitação para a análise dos indicadores de desempenho da frota e o suporte técnico para a execução da gestão da frota, informar ao CINCATARINA sobre o cronograma das visitas, e relatórios das reuniões.
- m) Executar o monitoramento e o acompanhamento do desempenho do serviço, sugerindo métricas e indicadores de desempenho e resultados, para os gastos e consumos, apoiando os gestores setoriais e analistas em gestão administrativa na análise dos dados e operacionalização do sistema.
- n) Definir uma metodologia para o controle dos indicadores de desempenho e das despesas com abastecimento, com recomendações de ações de melhoria operacional e redução de custo. O sistema de gerenciamento deve:

Página 10

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapiçarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DOM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 10 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



- I - Permitir integração (transferência e recebimento de informações por meio de arquivos eletrônicos).
- II - Utilizar o CKAN, solução de gerenciamento de dados abertos, para o envio de todos os dados relacionados ao serviço prestado;
- III - Disponibilizar, em tempo real, todos os dados das operações capturados pelo uso dos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar, com detalhes suficientes para compilação de relatórios;
- IV - Disponibilizar acesso às informações, via web, 24 (vinte e quatro) horas por dia, não devendo ser necessário nada mais que um navegador de internet;
- V - Disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas através de e-mail, telefone e outros. O suporte aos gestores deverá ser feito exclusivamente por **consultor dedicado** da contratada durante o horário comercial, e atendimento pelo 0800 ou outro suporte fora do horário comercial.
- VI - Comportar senhas de acesso que permitam a visualização e extração de informações e relatórios de todos os órgãos participantes simultaneamente ou de alguns selecionados, a critério do usuário;
- VII - Prover solução para individualizar cada motorista no momento do abastecimento de modo que o sistema possa identificar quem foi o responsável pela despesa dessa natureza com cada veículo ou equipamento;
- VIII - Prover solução que evite que veículos e equipamentos alugados, em caso de substituição, tenham seu cadastro mantido ativo após devolução ou substituição.
- IX - Permitir consulta do saldo disponível nos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar a qualquer tempo, através dos terminais eletrônicos de transação, SMS, aplicativo para dispositivos móveis ou *call center*, além do próprio sistema de gestão;
- X - Disponibilizar, em forma de mapa e lista, quando da efetiva execução do Contrato, a localização dos estabelecimentos da rede credenciada, de modo que seja possível visualizar publicamente (sem necessidade de login), simultaneamente, os postos de uma determinada região.
- XI - Possibilitar o agrupamento de veículos e equipamentos cadastrados, por família, por centro de custos, por município da transação, por estabelecimento da transação (Nome e CNPJ), ou por qualquer combinação desses de forma hierarquizada ou por qualquer informação disponível. Entende-se por "família" os agrupamentos de veículos e equipamentos por marca, modelo e motorização;
- XII - Permitir restrições ao uso dos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar;
- XIII - Registrar a data e hora dos acessos e as atividades realizadas pelos usuários.
- XIV - Cadastrar e manter atualizado os estabelecimentos credenciados;
- XV - Disponibilizar bases de dados distintas contemplando informações de veículos ativos e alienados ou solução de filtragem que permita resultado semelhante;
- XVI - Capturar os dados relativos às operações, no momento da transação;

Página 11

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 11 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



XVII – Conter uma gestão financeira hierarquizada para cada órgão, permitindo um acompanhamento centralizado e por centro de custo;

XVIII – Parametrizar restrições e permissões para as transações de fornecimento de forma que estas se estendam para os órgãos hierarquicamente inferiores. Caso nas bases inferiores existam parâmetros com valores diferentes nas mesmas regras, então os parâmetros dos órgãos inferiores irão sobrepor aos parâmetros hierarquicamente acima, por serem mais específicos;

XIX – Possibilitar controle para que os limites definidos para gasto nos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar sejam de uso exclusivo dos órgãos, e que, em caso de veículos emprestados, estes deverão utilizar limites individuais do órgão a qual foi emprestado/cedido.

- o) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do Contrato e das condições estabelecidas neste instrumento.
- p) Responsabilizar-se solidariamente pelos atos de sua Rede Credenciada na execução dos Contratos originários deste instrumento.
- q) Relatar toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço, respondendo todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, com o pronto atendimento às demandas.
- r) Reembolsar os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes prestadores de serviço e o CONTRATANTE.
- s) Disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas através de *e-mail*, telefone e outros.
- t) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.
- u) Manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA.
- v) Para além dos documentos de habilitação e qualificação ordinariamente exigidos por imperativo legal, a Lei Federal n. 14.133/2021 trata da capacidade técnico-operacional dos licitantes, determinando em seu art. 67 as formas de comprovação da capacidade de executar o objeto da licitação.
- w) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o Objeto deste instrumento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação expedida pelo CONTRATANTE.
- x) Fornecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, em meio magnético, eletrônico e/ou documental, relatórios e informações constantes do seu banco de dados, em consonância com os parâmetros definidos pelo CONTRATANTE, não podendo haver limitações ao período solicitado.
- y) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte e demais custos resultantes da execução do Contrato.
- z) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- aa) Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato.

Página 12

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DOM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 12 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



- bb) Quanto às obrigações da CONTRATADA, relativas às informações:
- I - Guardar sigilo sobre as informações dos contraentes constante do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis aos contratantes para fins de consulta e auditoria, ainda que extinto o Contrato, por, no mínimo, 10 (dez) anos;
 - II - Disponibilizar, permanentemente para os contratantes, por meio de mídia eletrônica, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do Contrato, inclusive após o seu término;
 - III - Disponibilizar capacidade de armazenamento suficiente para manter todos os dados disponíveis para consulta online;
 - IV - Disponibilizar, através do sistema, a possibilidade de exportação de dados para várias tecnologias (.xls, .xlsx, .txt, .csv, .pdf ou outras similares);
 - V - Disponibilizar, sem ônus para os contratantes, as atualizações das funcionalidades dos sistemas de gestão;
 - VI - Prover os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) necessários à garantia do funcionamento do sistema, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e, ainda, apoiar as ações de melhorias tecnológicas e funcionais, quando solicitadas pelo CINCATARINA;
 - VII - Desenvolver, às suas expensas, processos de gerenciamento do serviço, compatíveis com o ambiente seguro, via WEB, online, interligando os locais de atendimento com os contratantes;
 - VIII - Disponibilizar aos contratantes pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos e em extensão e formatação a serem definidas pelos contratantes;
 - IX - Responsabilizar-se pela instalação e manutenção dos softwares do sistema;
 - X - Responsabilizar-se pela integração com os Sistemas de Frotas existentes e utilizados pelos contratantes;
 - XI - Disponibilizar manual de utilização do sistema em língua portuguesa;
 - XII - Estabelecer, junto à sua rede credenciada, os critérios de definição dos preços a serem pagos para o abastecimento de combustíveis, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital de Licitação.
- cc) Quanto à rede de Fornecedores credenciados, a CONTRATADA deverá:
- I - Garantir que a sua Rede Credenciada atenda aos requisitos mínimos elencados neste Contrato, no Edital e seus Anexos;
 - II - Pagar, pontualmente, aos estabelecimentos credenciados, o valor efetivamente devido, ficando definido que o CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA;
 - III - Manter nos estabelecimentos credenciados à sua rede, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema Objeto deste Contrato;
 - IV - Planejar, em conjunto com o CINCATARINA, a inclusão e exclusão de estabelecimentos à sua rede credenciada, seja qual for a origem da solicitação;

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

Página 13

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

página 13 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



V - Exercer o credenciamento e o descredenciamento dos estabelecimentos, observando as exigências técnicas e condições definidas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, observados os prazos e quantitativos mínimos previstos no Edital e Termo de Referência;

VI - Treinar os colaboradores dos estabelecimentos da rede credenciada para operar os equipamentos necessários;

VII - Fiscalizar a qualidade da prestação dos serviços dos postos, garantindo que o abastecimento só ocorra após a conferência do condutor, do veículo, da quilometragem e dos respectivos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar;

VIII - Disponibilizar 01 (um) profissional com objetivo de prestar assessoria relativa ao Objeto deste Contrato, junto ao CINCATARINA;

IX - Manter os cadastros dos estabelecimentos credenciados atualizados, garantindo que as informações dos relatórios sejam fidedignas;

X - Certificar-se de que estão emitindo Notas Fiscais dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos;

XI - Fornecer Gasolina (comum e aditivada), Etanol (comum e aditivado), Diesel (comum e aditivado), Diesel S-10 e GNV; Aditivos; Lubrificantes; Filtros;

XII - Quando for o caso, nas notas fiscais emitidas pela rede credenciada, deverá estar prevista a retenção do Imposto de Renda, em conformidade com a IN nº 1234/2012 a serem apresentados em forma de relatório pela CONTRATADA.

12.1 – São obrigações do CONTRATANTE:

I - Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a Fornecedora de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados;

II - Acompanhar a execução operacional da Fornecedora;

III - Fiscalizar a qualidade do serviço prestado;

IV - Propor medidas de regulamentação e controle;

V - Estabelecer diretrizes para a atuação da Fornecedora;

VI - Aprovar o planejamento definido junto com a Fornecedora para inclusão e exclusão de estabelecimentos da Rede Credenciada;

VII - Acompanhar os processos de penalização movidos pelo CINCATARINA em face da Fornecedora;

VIII - Liberar um login de acesso ao Controle Interno da Administração, para acompanhamento dos gastos e maior transparência da solução.

IX - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Licitação, seus Anexos e no Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato e das obrigações nele assumidas, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

Página 14

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DOM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 14 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



- a) Advertência;
- b) Impedimento de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a **03 (três) anos**.
- c) Por atraso superior a **5 (cinco) dias** da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR constituído em mora, sujeito a multa de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o **6º (sexto) dia** de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a **30 (trinta) dias**;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de **10% (dez por cento)** calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos **30 (trinta) dias** do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de **15% (quinze por cento)** por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;
- f) Dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CINCATARINA ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Fornecedor o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.
- g) Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 156, IV e §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2 – O licitante ou contratado também terá responsabilidade administrativa pelas infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3 – A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições previstas nos art. 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.4 – Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 – O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na prestação dos serviços, Objeto deste Contrato, a qualquer hora, por intermédio de seus agentes públicos, aos quais caberá acompanhar a execução dos serviços, fiscalizar os prazos e especificações do Objeto do Contrato, efetuar a liberação dos pagamentos, bem como comunicar à CONTRATADA, formalmente, o descumprimento de quaisquer cláusulas deste Contrato.

14.2 – A CONTRATADA, após o recebimento da notificação, deverá regularizar os problemas apontados pela fiscalização do CONTRATANTE, sem quaisquer ônus adicionais.

14.3 – A fiscalização atuará desde o início da prestação dos serviços até o término do presente Contrato.

Página 15

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DOM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 15 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



14.4 – A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste Contrato.

14.5 – Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, o titular da fiscalização deverá comunicar por escrito ao CINCATARINA, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, bem como neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA O GERENCIAMENTO DA FROTA A SER DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA

15.1 – Permitir integração (transferência e recebimento de informações por meio de arquivos eletrônicos em formato .csv, .xls ou mais atual) de sua base de dados existente nos sistemas informatizados utilizados pelo CONTRATANTE.

15.2 – Utilizar o CKAN, solução de gerenciamento de dados abertos, para o envio de todos os dados relacionados ao serviço prestado.

15.3 – Disponibilizar, em tempo real, todos os dados das operações capturados pelo uso dos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar, com detalhes suficientes para compilação de relatórios.

15.4 – Disponibilizar acesso às informações, via WEB, 24 (vinte e quatro) horas por dia, não devendo ser necessário nada mais que um navegador de *Internet*;

15.5 – Disponibilizar suporte técnico 24 (vinte e quatro) horas através de e-mail, telefone e outros. O suporte aos gestores deverá ser feito exclusivamente por consultor dedicado da contratada durante o horário comercial, e atendimento pelo 0800 ou outro suporte fora do horário comercial;

15.6 – Comportar senhas de acesso que permitam a visualização e extração de informações e relatórios de todos os órgãos participantes simultaneamente ou de alguns selecionados, a critério do usuário;

15.7 – Prover solução para individualizar cada motorista no momento do abastecimento de modo que o sistema possa identificar quem foi o responsável pela despesa dessa natureza com cada veículo ou equipamento;

15.8 – Prover solução que evite que veículos e equipamentos alugados, em caso de substituição, tenham seu cadastro mantido ativo após devolução ou substituição;

15.9 – Permitir a consulta do saldo disponível nos cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar a qualquer tempo, através dos terminais eletrônicos de transação, SMS, aplicativo para dispositivos móveis ou *call center*, além do próprio sistema de gestão.

Página 16

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9QMD enquanto armazenado no Portal

página 16 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



15.10 – Disponibilizar, em forma de mapa, quando da efetiva execução do Contrato, a localização dos estabelecimentos da rede credenciada, de modo que seja possível visualizar, simultaneamente, os postos de uma determinada região. Esse mapa deve ser dotado, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

- a) Zoom, da escala de 1.000:1 até a escala de 10.000:1;
- b) Identificação dos estabelecimentos pelo nome fantasia;
- c) Valores dos combustíveis praticados, oferecendo opção de escolha ao condutor;
- d) Elaboração de rotas, entre os estabelecimentos, de modo que seja possível planejar paradas em viagens pelo Estado de Santa Catarina.

15.11 – Possibilitar o agrupamento de veículos e equipamentos cadastrados, por família, por município da transação, por estabelecimento da transação (Nome e CNPJ), por qualquer combinação desses de forma hierarquizada ou por qualquer informação disponível. Para os fins deste Termo de Referência, entende-se por “família” os agrupamentos de veículos e equipamentos por marca, modelo e motorização.

15.12 – Permitir restrições ao uso dos cartões por:

- a) Dia da semana, feriados e horário;
- b) Quilometragem mínima e máxima;
- c) Tipo de combustível e tipo de serviço;
- d) Tempo entre as transações;
- e) Local da transação;
- f) Consumo/desempenho;
- g) Valor;
- h) Cota de consumo.

15.13 – Registrar a data e hora dos acessos e as atividades realizadas pelos usuários.

15.14 – Cadastrar e manter atualizados os estabelecimentos credenciados contendo, no mínimo:

- a) Nome Fantasia e Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) UF;
- d) Município;
- e) Endereço;
- f) Telefone;
- g) Horário de funcionamento;
- h) Área de atuação;
- i) Serviços que oferece.

15.15 – Disponibilizar bases de dados distintas contemplando informações de veículos ativos e alienado ou solução de filtragem que permita resultado semelhante.

15.16 – Capturar os dados relativos às operações, no momento da transação, incluindo, no mínimo:

Página 17

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 17 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



- a) Data, horário, estabelecimento em que ocorreu, número da autorização, município em que ocorreu, motorista ou aprovador responsável e veículo a que se refere;
- b) Tipo de combustível;
- c) Quantidade abastecida;
- d) Valor unitário pago;
- e) Hodômetro/Cronômetro atual do veículo/equipamento.

15.17 – Conter uma gestão financeira hierarquizada para cada órgão, permitindo um acompanhamento centralizado.

15.18 – Parametrizar restrições e permissões para as transações de fornecimento de forma que estas se estendam para os órgãos hierarquicamente inferiores. Caso nas bases inferiores existam parâmetros com valores diferentes nas mesmas regras, então os parâmetros dos órgãos inferiores irão sobrepor aos parâmetros hierarquicamente acima, por serem mais específicos:

- a) Devem ser atendidas em até 24 horas toda e qualquer demanda feita pelo CINCATARINA acerca da parametrização dos cartões.

15.19 – Possibilitar controle para que os limites definidos para gasto nos cartões sejam de uso exclusivo dos órgãos, onde em caso de veículos emprestados, estes deverão utilizar limites individuais do órgão a qual foi emprestado/cedido.

15.20 – Permitir, dentro do mesmo orçamento, cotação sem limite de quantidade de credenciados participantes.

15.21 – Apontar a especificação dos lubrificantes recomendados pela Fabricante/Montadora de cada veículo a fim de evitar que sejam utilizados produtos que danifiquem o veículo, identificando a durabilidade temporal e a durabilidade estimada em quilômetros de cada tipo de lubrificante.

15.20 – Emitir alerta para a troca de lubrificantes do veículo com 1.000 (um mil) quilômetros de antecedência em relação à próxima troca, bem como com uma semana de antecedência em relação à data de vencimento do lubrificante, conforme o caso. Para tanto, deverá ser considerada a quilometragem/data da última troca, a durabilidade do lubrificante em quilômetros e a data de vencimento do mesmo.

15.20.1 – Esse alerta deverá permanecer ativo até que a nova troca de lubrificante seja realizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS DOS RELATÓRIOS EMITIDOS PELO SISTEMA DA CONTRATADA

16.1 – Relação dos veículos cadastrados.

16.2 – Relação dos condutores e gestores.

Página 18

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 18 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



16.3 – Relação dos estabelecimentos credenciados filtrável por qualquer das informações constantes no cadastro.

16.4 – Relação das operações de fornecimento.

16.5 – Relação consolidada de todas as operações.

16.6 – Relação das operações realizadas em contingência.

16.7 – Relação das operações não realizadas por estarem em desconformidade com as parametrizações do sistema.

16.8 – Relação das operações realizadas em desconformidade com os índices de referência definidos pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE.

16.9 – Indicação dos veículos que apresentem distorções em termos de deslocamento, consumo por quilômetro, custo por quilômetro, no período, comparando com a média da família do veículo.

16.10 – Relação dos cartões inativos por 30 (trinta) dias, 120 (cento e vinte) dias ou mais, filtrável por órgão e por centro de custo, e seu respectivo percentual em relação à quantidade total de cartões e do total de cada um dos filtros.

16.11 – Relação do preço médio pago por tipo de combustível, e seu respectivo percentual em relação à quantidade total de transações e do total de cada um dos filtros disponíveis.

16.12 – Relação mensal contendo a identificação do valor a ser pago à CONTRATADA.

16.13 – Relação dos preços praticados pela rede credenciada.

16.14 – Relação dos limites de créditos distribuídos aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos.

16.15 – Relação do volume de gastos realizados por tipo de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e Arruela de Vedação do “Bujão” do Câter, quando necessário.

16.16 – Relatórios comparativos entre órgãos, centros de custo, veículos ou qualquer outro, desde que haja informação disponível no sistema.

16.17 – Relação de cartões magnéticos ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar.

16.18 – Relação das restrições aplicadas à rede credenciada e à frota.

Página 19

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 19 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



16.19 – Deve haver pelo menos um *login* e senha para que possibilite ao usuário o acesso aos relatórios consolidados de toda a frota cadastrada, permitindo que os dados sejam visualizados no nível de BI – *Business Intelligence* (Inteligência de Negócios) pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE.

16.20 – Os dados capturados pelo sistema devem estar disponíveis para geração de relatórios em tempo real.

16.21 – Os relatórios devem fornecer todas as informações disponíveis no sistema sobre os itens de análise e permitir que os campos de informação sejam critérios de filtragem.

16.22 – Deve ser possível visualizar os relatórios de forma customizada, através da escolha de quais dos dados disponíveis serão utilizados.

16.23 – Os relatórios devem ser exportáveis para ao menos um formato compatível com *softwares* de planilha de dados (.xls, .csv, .odt, etc).

16.24 – Não deve haver limite para o intervalo temporal selecionado para exportação de relatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REQUISITOS DE OPERACIONALIZAÇÃO PARA USO DOS CARTÕES MAGNÉTICOS OU ETIQUETAS AUTOADESIVAS COM TECNOLOGIA RFID OU NFC OU SIMILAR

17.1 – Cada cartão ou etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID ou NFC ou similar é de uso exclusivo do veículo/equipamento nele identificado, não sendo permitido o abastecimento de combustíveis ou o lançamento de qualquer outra despesa relativa a veículo/equipamento diverso daquele, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de solução que identifique e iniba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.

17.2 – Os cartões ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar deverão ser fornecidos devidamente personalizados conforme modelo disponibilizado pelo CINCATARINA para cada veículo/equipamento, identificados por secretaria ou órgão, placa e outras informações disponibilizadas pelo sistema;

17.3 – O cartão ou etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID ou NFC ou similar destinado ao veículo/equipamento permanecerá como propriedade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser devolvido em caso de inutilização definitiva ou rescisão do Contrato.

17.4 – Para utilização do sistema, deverão ser observadas as seguintes hipóteses, a depender da tecnologia adotada:

17.4.1 – Para utilização do cartão do veículo, o condutor ou responsável deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da CONTRATADA, será efetuada a

Página 20

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 20 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, a respectiva identificação do motorista ou responsável e a adequação da operação às restrições definidas no sistema.

17.4.2 – Para utilização de etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID ou NFC ou similar, o condutor ou responsável terá sua identificação confirmada através de senha pessoal e intransferível a qual validará a transação de abastecimento no estabelecimento e vinculará o CPF do condutor, constando também as informações do veículo e seu hodômetro.

17.4.3 – Finalizada a operação em quaisquer das hipóteses previstas nos itens 17.4.1 ou 17.4.2 o condutor ou responsável digitará a senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da CONTRATADA instalado no estabelecimento credenciado, denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes à compra recém realizada.

17.5 – Em caso de danos involuntários ao cartão do veículo ou etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID ou NFC ou similar ou ao equipamento da CONTRATADA instalado na rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a CONTRATADA a disponibilizar procedimento de compra em contingência, caso não seja possível realizar a transação eletrônica, através de serviço de atendimento ao cliente disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da CONTRATADA, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota do CONTRATANTE, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

17.6 – As informações referentes aos casos de transação contingencial, nos moldes do item acima, devem ser inseridas imediatamente no sistema após o restabelecimento da normalidade.

17.7 – A CONTRATADA deverá prover meios para que o CONTRATANTE possa comunicar a perda ou roubo do cartão utilizado ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar, desobrigando-o sobre qualquer transação realizada a partir da data/hora da comunicação.

17.8 – Na hipótese de o crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outros), apenas o responsável pela gestão dos veículos poderá realizar um crédito adicional e somente para o período necessário, devendo o limite voltar automaticamente ao habitual no mês subsequente.

17.9 – O sistema deverá imprimir no comprovante de transação de abastecimento as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para o CONTRATANTE, indispensáveis à manutenção da segurança e o controle do sistema:

17.9.1 – O saldo remanescente do cartão destinado ao veículo ou etiquetas autoadesivas com tecnologia RFID ou NFC ou similar.

Página 21

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9QDM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 21 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



17.9.2 – Quilometragem indicada no hodômetro do veículo no momento do abastecimento.

17.9.3 – O nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de aquisição de combustível.

17.9.4 – A data, a hora e a quantidade em unidades (litros ou m³) de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e/ou Arruela de Vedação do “Bujão” do Câter (quando necessário) adquiridos.

17.9.5 – Tipo de Combustível, Aditivo, Lubrificante, Filtro de Óleo e/ou Arruela de Vedação do “Bujão” do Câter (quando necessário) adquiridos.

17.9.6 – Valor total da operação.

17.9.7 – Matrícula do condutor no ato do abastecimento de combustíveis ou aquisição do serviço.

17.9.8 – O CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento de despesas quando realizadas sem a utilização do cartão ou por meio de etiqueta autoadesiva com tecnologia RFID (*Radio Frequency Identification*) ou tecnologia NFC (*Near Field Communication*) ou similar de identificação do veículo/equipamento, com exceção daquelas realizadas seguindo o padrão de operações em contingência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM ATENDIDOS PELA REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA

18.1 – Para integrar a rede credenciada a ser utilizada pelo CINCATARINA e CONTRATANTE, os estabelecimentos deverão apresentar os seguintes documentos à CONTRATADA:

18.1.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

18.1.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o Objeto contratual.

18.1.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.1.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

Página 22

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 22 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



18.1.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

18.1.6 – Atestado emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou por empresa por ele credenciada, quanto à regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento.

18.1.7 – Atestado emitido pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA, informando que o estabelecimento está dentro das condições exigidas por aquele órgão.

18.1.8 – Registro do estabelecimento na Agência Nacional do Petróleo - ANP, de acordo com a Portaria 116/2000, informando a bandeira da Distribuidora.

18.1.9 – O estabelecimento credenciado deverá manter a documentação exigida durante todo o período em que se mantiver na condição de credenciado.

18.1.10 – A referida documentação poderá ser exigida pelo CINCATARINA e/ou CONTRATANTE para comprovação do fiel cumprimento dos requisitos de credenciamento previsto nos itens acima, durante o período da contratação, a qualquer tempo.

18.1.11 – Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente.

18.1.12 – Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, Objeto deste Contrato.

18.1.13 – Os estabelecimentos credenciados à rede da Fornecedora devem manter, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema Objeto desta contratação.

18.1.14 – Os colaboradores da rede credenciadas devem ter sido treinados pela Fornecedora para operar corretamente os equipamentos necessários para funcionamento da solução.

18.1.15 – Os estabelecimentos devem emitir notas fiscais dos produtos e/ou serviços realizados, discriminando-os individual e pormenorizadamente, especificando quantitativos, marcas e modelos. É de responsabilidade da Fornecedora certificar-se que sua rede de credenciados está emitindo as notas fiscais corretamente.

18.1.16 – Os estabelecimentos devem fornecer: Gasolina (comum e aditivada), Etanol (comum e aditivado), Diesel (comum e aditivado), Diesel S-10 e GNV; Aditivos; Lubrificantes; Filtros.

Página 23

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9QMD enquanto armazenado no Portal

página 23 de 27



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53



18.1.17 – Quando for o caso, nas notas fiscais emitidas pela rede credenciada, deverá estar prevista a retenção do Imposto de Renda, em conformidade com a IN nº 1234/2012 a serem apresentados em forma de relatório pela CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ATRIBUIÇÕES DO INTERVENIENTE CINCATARINA

19.1 – São atribuições do CINCATARINA na condição de INTERVENIENTE:

- a) Realizar a gestão corporativa dos serviços, analisando todos os dados acerca das operações do CONTRATANTE de forma centralizada;
- b) Adotar medidas visando um eficaz relacionamento com a Contratada de forma a ensejar o melhor desempenho e qualidade dos serviços contratados;
- c) Processar e aprovar os Contratos Administrativos decorrente da licitação;
- d) Enviar os Contratos assinados para a Contratada;
- e) Aprovar o Plano de Implantação da Contratada, em conjunto com o CONTRATANTE;
- f) Coordenar a implantação do serviço da Contratada;
- g) Acompanhar a execução operacional da Contratada e do CONTRATANTE;
- h) Fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela Contratada e seus credenciados;
- i) Propor medidas de regulamentação e controle;
- j) Estabelecer diretrizes para a atuação da Contratada;
- k) Aprovar o planejamento definido junto com a Contratada para inclusão e exclusão de estabelecimentos da rede credenciada;
- l) Acompanhar a atuação dos consultores contratados e a evolução dos indicadores;
- m) Acompanhar e aprovar os processos de solicitação de penalização iniciados pelo CONTRATANTE, na inércia desses ou quando provocada, proceder à penalização da Contratada;
- l - Os processos de solicitação de penalização deverão ser encaminhados ao INTERVENIENTE para aprovação e execução;
- II - O CONTRATANTE somente poderão provocar os processos de penalização, após terem notificado a Contratada e recebido resposta insatisfatória.
- n) Acompanhar os reajustes e revisões concedidos pela CONTRATADA durante a execução do contrato;
- o) Outras atribuições previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços Consolidada e no contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

20.1 – O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0072/2023-e, Pregão, na Forma Eletrônica nº 0076/2023, Registro de Preços, realizado pelo Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, na condição de Órgão Gerenciador e Interveniente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Página 24

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualsign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

página 24 de 27



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CNPJ: 83.551.523/0001-53**



21.1 – É competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato.

BALNEÁRIO PIÇARRAS (SC), 19 de dezembro de 2023.

BALNEÁRIO PIÇARRAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES: 83551523/000153

Digitally signed by BALNEÁRIO PIÇARRAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES: 83551523/000153
DN: C=BR, S=SC, L=BALNEÁRIO DE PIÇARRAS, O=ICP-Brasil, OU=videconferencia, OU=0340281900173, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=ARINFODOMEX, OU=RFB e CNPJ A1, CN=BALNEÁRIO PIÇARRAS CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES: 83551523/000153
Reason: I am the author of this document
Location:
Date: 2023.12.20 08:53:08-03'00'
Foxit PDF Reader Version: 2023.2.0

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
BALNEÁRIO PIÇARRAS
ADEMAR DE OLIVEIRA**
Presidente
CONTRATANTE

**MAXIFROTAS
HENRIQUE AVELINO DOS ANJOS**
CONTRATADA

ANDRÉ LUIZ DE
OLIVEIRA: 0275469
5907

Assinado de forma digital por
ANDRÉ LUIZ DE
OLIVEIRA: 02754695907
Data: 2023.12.20 17:04:49
03'00'

**CINCATARINA
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**
Diretor Executivo
INTERVENIENTE

Testemunhas:

Charles Hille
C.P.F.: 842.751.389-53

**MAYARA
SILVA
CARVALHO**
Assinado de forma digital por MAYARA SILVA CARVALHO
Dados: 2023.12.20 11:26:41 -03'00'

Eduardo Hobold
C.P.F. : 093.824.369-10

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Página 25

Av. Emanuel Pinto, nº 78 – Centro – Balneário Piçarras/SC – CEP: 88380-000 – (47) 3345-1034 –
www.camarapicarras.sc.gov.br

página 25 de 27

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal



PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes, utilizando métodos de autenticações eletrônicas que comprovam a autoria e garantem a integridade do documento em forma eletrônica. Esta forma de assinatura foi admitida pelas partes como válida e deve ser aceito pela pessoa a quem o documento for apresentado. Todo documento assinado eletronicamente possui admissibilidade e validade legal garantida pela Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Data de emissão do Protocolo: 21/12/2023

Dados do Documento

Tipo de Documento	Contrato Administrativo - Público - Maxifrota
Referência Contrato	Contrato nº 038.2023
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	21/12/2023
Validade	21/12/2023 até Indeterminado
Hash Code do Documento	0187EE4A2C924A6C05E625C9238AFA2C545E61DE7730E2A4BD69168B3F7C5D

Assinaturas / Aprovações

Papel (parte)	Contratadas
Relacionamento	27.284.516/0001-61 - MAXIFROTA
Representante	CPF
Henrique Avelino dos Anjos	506.865.775-15
Ação:	Assinado em 21/12/2023 12:44:16 - Forma de assinatura: Usuário + Senha + SMS IP: 172.71.6.54
Info.Navegador	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/120.0.0.0 Safari/537.36 Edg/120.0.0.0
Localização	Não Informada
Tipo de Acesso	Normal

Enquanto estiver armazenado no Portal, a autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento poderá ser verificada através do endereço <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD**



No caso de assinatura com certificado digital também pode ser verificado no site <https://verificador.iti.gov.br/>, utilizando-se o documento original e o documento com extensão .p7s.

Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

Validação de documento não armazenado no Portal QualiSign

Caso o documento já tenha sido excluído do Portal QualiSign, a verificação poderá ser feita conforme a seguir;

a.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (CADES)

A verificação poderá ser realizada em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar>, desde que você esteja de posse do documento original e do arquivo que contém as assinaturas (.P7S). Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

b.) Documentos assinados exclusivamente com Certificado Digital (PADES)

Para documentos no formato PDF, cuja opção de assinatura tenha sido assinaturas autocontidas (PADES), a verificação poderá ser feita a partir do documento original (assinado), utilizando o Adobe Reader. Você também poderá fazer a validação no site do ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação através do endereço <https://verificador.iti.gov.br/>

c.) Documentos assinados exclusivamente SEM Certificado Digital ou de forma híbrida (Assinaturas COM Certificado Digital e SEM Certificado Digital, no mesmo documento)

Para documento híbrido, as assinaturas realizadas COM Certificado Digital poderão ser verificadas conforme descrito em (a) ou (b), conforme o tipo de assinatura do documento (CADES ou PADES).

A validade das assinaturas SEM Certificado Digital é garantida por este documento, assinado e certificado pela QualiSign.

Validade das Assinaturas Digitais e Eletrônicas

No âmbito legal brasileiro e em também em alguns países do Mercosul que já assinaram os acordos bilaterais, as assinaturas contidas neste documento cumprem, plenamente, os requisitos exigidos na Medida Provisória 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e transformou o ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia garantidora da autenticidade, integridade, não-repúdio e irretroatividade, em relação aos signatários, nas declarações constantes nos documentos eletrônicos assinados, como segue:

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º. As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º. O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Pelo exposto, o presente documento encontra-se devidamente assinado pelas Partes, mantendo plena validade legal e eficácia jurídica perante terceiros, em juízo ou fora dele.

Documento assinado eletronicamente. Verificação em <https://www.qualisign.com.br/portal/dc-validar> através do código HQSXD-0DCPM-E9DQM-TOYMD enquanto armazenado no Portal

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2024

Publicação Nº 5508929

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BCBEC1DB973BA18DD247CAA73B3D67A5FC0DE1B1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA PESCA E MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO - Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/PMBR/2024 - Tipo: MENOR PREÇO por item; Objeto: Registro de Preços para aquisições de seixo rolado. Data/Hora da abertura: 25/01/2024 às 10h00min. Fundamentação: Lei Nº 14.133/21; Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC; Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações e Contratos, na Av. Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17H00min, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes>, pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Transparência/Licitações/Editais. Balneário Rincão – SC, 11 de janeiro de 2024. Jairo Celoy Custodio-Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 007/2024

Publicação Nº 5509045



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO/GP/Nº 007/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 093, DE 03
DE AGOSTO DE 2020.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 84, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Municipal nº 003, de 03 de janeiro de 2024, e no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 093, de 03 de agosto de 2020, que regulamentou o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão/SC, 11 de janeiro de 2024.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 11 de janeiro de 2024.

RAMIRES LINO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA SA Nº 429/2023

Publicação Nº 5508283



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 429/2023, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE AFASTAMENTO A FUNCIONÁRIA TAIZE CARDOSO TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 c/c art. 108 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede afastamento do serviço público a servidora Taize Cardoso Torres, brasileiro (a), CPF nº. 031.110.939-05, Professor(a), 40 horas semanais, da Secretaria de Educação e Assistência Social, para fins de auxílio doença junto ao INSS, a partir do dia 05/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 01 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 01 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 430/2023

Publicação Nº 5508286



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 430/2023, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA LARYSSA CANEVER MARTIGNAGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata, Laryssa Canever Martignago, CPF nº 100.423.289-69, para ocupar o cargo de Chefe de Setor I, 40 horas semanais, da Procuradoria Geral do Município, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 04 de dezembro de 2023.

RAMIRES LINO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 04 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 431/2023

Publicação Nº 5508287



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 431/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
PORTARIA SA Nº. 431/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 22/12/2023 até o dia 02/02/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PRORROGAR ATÉ
ANALISA SIMOES CHAGAS	958.632.810-49	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
ANDREA DA SILVA FERREIRA	998.477.799-53	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
DENISE RODRIGUES DE OLIVEIRA	543.006.490-49	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
DULCINEIA FERNANDES DE LIMA DOS SANTOS	804.575.094-49	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
GESIANE DALPRA	053.128.659-23	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
MARIA ALBERTINA GARCIA DE SOUZA	909.411.449-68	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 431/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIANE BEATRIZ REUS FIDELIS	108.125.999-00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
PAULA DAIANE ABREU SILVA	003.647.370-77	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
RAQUEL APARECIDA COSTA	961.244.319-04	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
RAQUEL MADALENA MOTTA DA LUZ	021.365.799-67	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
rita de cassia porto	416.232.829-34	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
ROSIMARI CARRADORE	813.721.409-72	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
SAMARA VARGAS PADILHA	062.082.639-80	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
SANDRA FERREIRA DA ROCHA	608.098.841-00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
VALDETE DE OLIVEIRA	612.132.689-15	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024
ZANEIDE INACIO	780.319.409-59	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 431/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 432/2023

Publicação Nº 5508292



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 432/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE IRMA EUFRASIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Irma Eufrasio, CPF nº 049.049.439-02, Agente de Serviços Públicos, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, até o dia 02/02/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 433/2023

Publicação Nº 5508293



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 433/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE PAOLA BRIGIDO TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Paola Brigido Torres, CPF nº 124.925.889-80, Agente de Serviços Gerais, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, pelo período que durar a gravidez e que estiver vigente o Auxílio Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 434/2023

Publicação Nº 5508294



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 434/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 434/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE AUXILIARES DE SALA DE AULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Auxiliar de Sala de Aula, a contar do dia 15/12/2023 até o dia 02/02/2024:

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PRORROGAR ATÉ
ANA PAULA DA SILVA SILVANO	077.831.639-47	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
CLAUDIA NASCIMENTO VIEIRA	014.154.542-99	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
DAIANA CARDOSO VARGAS DE FIGUEIREDO	050.493.109-11	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
ELISA GALDINO GONÇALVES	082.833.029-81	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
FABIANA FRANÇA TEIXEIRA	035.478.089-10	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
FRANCIELE DA SILVA PADILHA TEIXEIRA	066.656.809-08	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 434/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

GABRIELA MACHADO FELIPE	105.677.249-21	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
HELLEN ONOFRO DO CANTO	110.173.809-02	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
IZOLA REGINA RIBEIRO NUNES	003.825.340-26	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
JANE LAVINO MAXIMIANO	770.977.779-15	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
JUSSARA PEREIRA DA ROSA ALVES	067.534.549-93	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
KAMILLY CANDIDO	143.392.469-21	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
KETSAN GOULART RAMOS LIMA	043.358.369-02	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
LUCIMAR BORGES	912.238.149-04	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
MARIA THERESA FERNANDES PHILIPPI	119.086.529-77	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
MARILANE DE OLIVEIRA FORTUNA	058.063.199-03	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
MIRIAM DE OLIVEIRA SANTIAGO	089.834.049-73	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
ROSANE DA SILVA CARDOSO BATISTA	030.461.589-71	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	02/02/2024
VANESSA BORGES PACHACO	009.076.459-50	AUXILIAR DE SALA DE AULA	20H	02/02/2024
VANICE PEREIRA DUARTE DA ROSA	007.656.079-13	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 434/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 435/2023

Publicação Nº 5508296



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 435/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 435/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DOS MONITORES DE PROJETOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Monitores de projetos, a contar do dia 15/12/2023 até o dia 02/02/2024:

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PRORROGAR ATÉ
CARMELIDIA DIAS BISPO CARVALHO	031.806.539-81	MONITOR DE PROJETOS	40H	02/02/2024
CUSTODIA MARIA MARCILIO COSTA	578.587.219-68	MONITOR DE PROJETOS	20H	02/02/2024
DAIANE DUTRA DE SOUZA	078.001.929-62	MONITOR DE PROJETOS	40H	02/02/2024
ELENIR EVANGELISTA AMARAL	707.466.059-00	MONITOR DE PROJETOS	20H	02/02/2024
JAYOR NESI TEIXEIRA	107.516.789-29	MONITOR DE PROJETOS	40H	02/02/2024
KAREN INACIO DE JESUS	119.996.339-97	MONITOR DE PROJETOS	20H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 435/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

KAROLINA SIMOES CHAGAS	034.423.540-80	MONITOR DE PROJETOS	20H	02/02/2024
------------------------	----------------	---------------------	-----	------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 436/2023

Publicação Nº 5508298

PORTARIA SA Nº. 436/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DOS PROFESSORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Professor, a contar do dia 15/12/2023 até o dia 02/02/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PRORROGAR ATÉ
ALLAN REZENDE ANDRADE	047.784.259-36	PROFESSOR	40H	02/02/2024
BRUNA MICHELE SANTOS DA SILVA	987.007.310-72	PROFESSOR	40H	02/02/2024
CAROLINE GHILARDE	069.029.169-85	PROFESSOR	40H	02/02/2024
CINTIA CANDIDO VETTORAZZI	109.306.019-04	PROFESSOR	40H	02/02/2024
CINTIA SILVEIRA BORBA	057.120.549-65	PROFESSOR	20H	02/02/2024
DRIELEN SANTIAGO AMANCIO	086.969.279-82	PROFESSOR	40H	02/02/2024
GISLAINE DA SILVA OLIVEIRA	076.933.369-90	PROFESSOR	40H	02/02/2024
GISLAYNE DE MELLO SABINO	079.532.859-16	PROFESSOR	20H	02/02/2024
KEYTINI COLOMBO JUSTINO	082.286.329-40	PROFESSOR	30H	02/02/2024
LILIANE VAZ DOS SANTOS	067.641.209-27	PROFESSOR	40H	02/02/2024
LUANA BORGES PATRICIO ARCENO	071.297.449-01	PROFESSOR	20H	02/02/2024
MICHELE CREPALDI DA ROSA	062.237.629-25	PROFESSOR	40H	02/02/2024
REINALDO RIBEIRO	072.357.099-01	PROFESSOR	40H	02/02/2024
RUTE RICARDO MARTINS MARQUES	048.688.889-43	PROFESSOR	40H	02/02/2024
SANDREIA DE FARIAS MELLER	659.703.739-15	PROFESSOR	40H	02/02/2024
VANESSA BORGES PACHECO	009.076.459-50	PROFESSOR	20H	02/02/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

PORTARIA SA Nº 437/2023

Publicação Nº 5508300



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 437/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 437/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerrar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Agente de Serviços Gerais, conforme data apontada na tabela a seguir;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DATA DE ENCERRAMENTO
CARLA GUIMARAES NEVES AGOSTINHO	049.411.059-74	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023
EDNA MARIA DAROS COELHO	618.194.769-87	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023
ELISANGELA FRAGA DO NASCIMENTO	893.744.879-34	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023
JAINÉ A. RODRIGUES DE MACEDO	122.362.009-35	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023
LILIANE ALAMINI ROSA	065.529.709-00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023
SIMONE TIBINCOSKI	058.731.339-05	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	22/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 437/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 438/2023

Publicação Nº 5508301



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 438/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

EXONERA DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ALICE SILVA DA SILVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera do quadro de funcionários, Alice Silva da Silveira, CPF nº 073.103.809-67, Monitor(a) de Projetos, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a contar do dia 15/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 439/2023

Publicação Nº 5508303



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 439/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 439/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE AUXILIARES DE SALA DE AULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerrar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Auxiliar de Sala de Aula, conforme data apontada na tabela a seguir;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DATA DE ENCERRAMENTO
ANA CLAUDIA DE CAMARGO M. FAVA DOS REIS	075.557.308-04	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
CAMILI PEREIRA ROCHA	102.470.189-10	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	15/12/2023
CRISTIANE GIEHL DO NASCIMENTO	071.387.249-77	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
DENISE COLOGNI PADILHA DA CUNHA	083.868.299-58	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	15/12/2023
ENEIDA DE SOUZA OSCAR ALEXANDRE	028.112.859-62	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
FABIANA CRISPIM DE OLIVEIRA	007.679.170-06	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA N°. 439/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

FERNANDA MEDEIROS DA SILVA	009.023.289-56	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
KAROLINE PEDRO JOSÉ	123.071.929-64	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
LEIA CAROLINA ROSSO	097.098.129-55	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	15/12/2023
LEILA JOSE NUNES	066.840.879-07	AUXILIAR DE SALA DE AULA	20H	15/12/2023
MANUELA AUGUSTINHO	054.947.309-21	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
MARCIANA SARTOR GOMES	087.372.509-30	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
RAQUEL TEIXEIRA MOTTA	081.747.049-22	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
SILVANA DA SILVA ROCHA	026.591.339-05	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
SILVANIA CAETANO MACHADO ANGRA	025.573.069-16	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	15/12/2023
TATIANE MARCELINO PEREIRA ZILLI	051.634.769-12	AUXILIAR DE SALA DE AULA	20H	15/12/2023
THUANY VIANA FERREIRA	096.554.809-09	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, n°. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 439/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE PROFESSORES ACTS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerrar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Professor(a), conforme data apontada na tabela a seguir;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DATA DE ENCERRAMENTO
ANDREA ROSSDEUTSCHER TCATCH	018.699.399-48	PROFESSOR	20H	15/12/2023
ANDREIA CARLA STAKOWSKI DE SOUZA BORGES	023.289.889-89	PROFESSOR	20H	15/12/2023
ANDREIA GRACIANO LINO	020.804.669-09	PROFESSOR	20H	15/12/2023
BARBARA ELIANE DE JESUS	844.073.959-15	PROFESSOR	30H	15/12/2023
BRUNA ALBINO DOS SANTOS	090.956.939-88	PROFESSOR	30H	15/12/2023
BRUNA MACHADO ROCHA	074.051.019-33	PROFESSOR	20H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CLEITON FERNANDO ANGELI FOGAÇA	699.654.120-49	PROFESSOR	10H	15/12/2023
CRISTIANE DE ASSIS PEREIRA	020.919.699-82	PROFESSOR	20H	15/12/2023
CRISTIANE PRUDENCIO ALVES TEIXEIRA	066.482.189-83	PROFESSOR	40H	15/12/2023
DAIANE ROSA (2766)	064.994.899-80	PROFESSOR	20h	15/12/2023
DAIANE ROSA (2808)	064.994.899-80	PROFESSOR	20h	15/12/2023
DANIELA DAGOSTIM FERNANDES (2767)	038.078.399-17	PROFESSOR	20H	15/12/2023
DANIELA DAGOSTIM FERNANDES (2803)	038.078.399-17	PROFESSOR	20H	15/12/2023
DANIELA MAXIMO RAMOS	045.843.519-88	PROFESSOR	20H	15/12/2023
DENIZE ZANETTE DE SOUZA (2769)	044.034.589-80	PROFESSOR	20H	15/12/2023
DENIZE ZANETTE DE SOUZA (2804)	044.034.589-80	PROFESSOR	10H	15/12/2023
DRIELE COSTA	060.143.359-94	PROFESSOR	30H	15/12/2023
EDNA FERNANDES CARDOSO	036.155.649-79	PROFESSOR	20H	15/12/2023
ELISANGELA PATRICIO REUS ALVES	087.783.599-37	PROFESSOR	20H	15/12/2023
ELISIANE AGOSTINHO MENDES (2772)	072.131.819-39	PROFESSOR	20H	15/12/2023
ELISIANE AGOSTINHO MENDES (2936)	072.131.819-39	PROFESSOR	20H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ETIENE ELIAS ONOFRE	071.313.339-21	PROFESSOR	40H	15/12/2023
GEIZA SILVA DE JESUS VIANA	058.253.039-36	PROFESSOR	30H	15/12/2023
GIOVANA PIUCO CANDIOTO	060.835.129-64	PROFESSOR	20H	15/12/2023
GISLAINE FERNANDES RODRIGUES (2777)	025.766.829-28	PROFESSOR	20H	15/12/2023
GISLAINE FERNANDES RODRIGUES (2805)	025.766.829-28	PROFESSOR	20H	15/12/2023
GRAZIELA PRUDENCIO SORATTO DO NASCIMENTO	035.824.889-26	PROFESSOR	40H	15/12/2023
IOLANDA ROMELI LIMA (2780)	721.523.709-53	PROFESSOR	20H	15/12/2023
IOLANDA ROMELI LIMA (2806)	721.523.709-53	PROFESSOR	20H	15/12/2023
JESSICA KAROLINE BERNARDI	065.762.359-84	PROFESSOR	20H	15/12/2023
JESSICA MENDONÇA DA SILVA	086.537.439-28	PROFESSOR	20H	15/12/2023
JUCIANE CRISTINA DA SILVA NIKOSKI	015.769.609-00	PROFESSOR	20H	15/12/2023
JUCIANE SILVEIRA BORGES	025.209.489-14	PROFESSOR	40H	15/12/2023
KELLEN FERREIRA SANTOS	100.391.659-73	PROFESSOR	40H	15/12/2023
LARISSA CARDOSO BATISTA	083.699.759-09	PROFESSOR	40H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

LARISSA LIMA MANOEL	096.085.859-88	PROFESSOR	40H	15/12/2023
LIZ REGINA ALEXANDRINO FERNANDES	046.061.909-81	PROFESSOR	10H	15/12/2023
LUCIANA VEFAGO CASCAES VERTUOSO	041.158.519-37	PROFESSOR	20H	15/12/2023
LUCINEIA MARTINS CANDIDO GONÇALVES	422.349.052-49	PROFESSOR	20H	15/12/2023
MAIARA PRUDENCIO RODRIGUES	080.160.929-18	PROFESSOR	20H	15/12/2023
MARA ROSANE REUS NIETTO	729.922.129-20	PROFESSOR	20H	15/12/2023
MARISTELA MACHADO SILVEIRA	452.217.070-04	PROFESSOR	20H	15/12/2023
MERCEDES MAZZONETTO STANCATTI (2790)	343.525.380-00	PROFESSOR	20H	15/12/2023
MERCEDES MAZZONETTO STANCATTI (2807)	343.525.380-00	PROFESSOR	10H	15/12/2023
MILENE DUARTE VIDART	011.165.270-73	PROFESSOR	20H	15/12/2023
PATRICIA DE PAULA PHILIPPI	032.131.699-19	PROFESSOR	30H	15/12/2023
PATRICIA MADEIRA BARCELOS	032.579.739-00	PROFESSOR	20H	15/12/2023
PATRICIA SOUSA DE JESUS	071.949.799-00	PROFESSOR	20H	15/12/2023
PRISCILA APARECIDA DO PRADO BONADIA	354.223.108-88	PROFESSOR	20H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA N°. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

REJEANE BORGES FERNANDES BORGES MARCELINO	030.810.049-26	PROFESSOR	30H	15/12/2023
ROSANE DA SILVA	629.306.309-06	PROFESSOR	40H	15/12/2023
SABRINA CUSTODIO RODRIGUES	058.306.859-65	PROFESSOR	40H	15/12/2023
SHEILA FERNANDES MARCELINO	112.664.729-24	PROFESSOR	30H	15/12/2023
SILMARA DAIANE CORREA VIANA	042.042.699-07	PROFESSOR	10H	15/12/2023
SILVANA DOS SANTOS RANACOSKI SCARPATTO	025.572.959-65	PROFESSOR	40H	15/12/2023
TAMIRES ESTACIO GUISLON	114.216.299-09	PROFESSOR	20H	15/12/2023
VALDIRENE GOULARTE GABRIEL ESPANHOL	020.912.579-90	PROFESSOR	40H	15/12/2023
VALERIA DANIEL WESSLER	054.051.319-97	PROFESSOR	20H	15/12/2023
VERIDIANA ROBERTI	044.086.893-94	PROFESSOR	20H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 440/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 441/2023

Publicação Nº 5508308



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 441/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 441/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE INSTRUTOR(A)/PROFESSOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerrar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados ocupantes do cargo de Instrutor(a)/Professor(a), conforme data apontada na tabela a seguir;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DATA DE ENCERRAMENTO
ANDRESSA MARCOS CARLOS	059.151.939.94	INSTRUTOR(A) / PROFESSOR(A)	10H	15/12/2023
DANIEL HAHN DA SILVA	035.822.019-02	INSTRUTOR(A) / PROFESSOR(A)	10H	15/12/2023

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 441/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 442/2023

Publicação Nº 5508311



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 442/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ENCERRA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE GABRIELLY VIEIRA MENDES E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra o contrato temporário da funcionária Gabrielly Vieira Mendes, CPF nº 105.672.349-16, Monitor(a) de Sistema de Informática, 30h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a contar do dia 15/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 443/2023

Publicação Nº 5508313



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 443/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE FERNANDA VIEIRA TORRES FELICIANO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Fernanda Vieira Torres Feliciano, CPF nº 059.524.979-50, Professor(a), 20h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, pelo período que durar a gravidez e que estiver vigente o Auxílio Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 444/2023

Publicação Nº 5508316



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 444/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE LIENE SILVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga os contratos temporários da funcionária Liene Silveira, CPF nº 018.524.639-70, matrícula 2785 e 2809, Professor(a), 20h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, pelo período que estiver vigente o auxílio doença reconhecido.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 445/2023

Publicação Nº 5508318



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 445/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 445/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados no cargo de Agente de Serviços Gerais, pelo período de 02/01/2024 a 31/01/2024, retornando duas atividades no dia 01/02/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
ANALU DE MELLO CONSTANCIA	053.939.799-75	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ANA REUS NUNES	045.333.109-23	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
GUILHERMINA NEIVA ANDERNS CAVALHEIRO	924.627.909-34	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
IDINEIA FERNANDES DA SILVA	861.808.519-72	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MADERLON AUGUSTINHO DE SOUZA	048.290.449-69	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 445/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

MARIELI DA SILVA DOS SANTOS	093.682.789-03	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MAURINA SOUZA FERNANDES	838.021.189-87	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
TANIA MARIA AGUIRRE DE SOUZA	488.099.260-72	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 446/2023

Publicação Nº 5508323



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 446/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 446/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados no cargo de Professor(a), pelo período de vigente na tabela, retornando no primeiro dia útil subsequente;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
ADRIANA PEDRO ESTÁCIO MAFFEI	898.579.929-00	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ALBERTINA DE MEDEIROS ZEFERINO GRUNOW	951.670.489-15	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ALINE BORGES BISPO	059.640.199-00	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
AMANDA PATRICIO EZEQUIEL	051.887.309-95	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
ANA CARLA JOAQUIM LIMA	064.472.729-21	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 446/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ANA PAULA CASCAES SILVANO MELLER	039.200.299-09	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ANDREA GUESSI CUSTODIO	040.888.319-77	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ANDREA ROSSDEUTSCHER TCATCH	018.699.399-48	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
ANDREIA CARLA STAKOWSKI DE SOUZA	023.289.889-89	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
BARBARA TAVARES DAGOSTIN	952.951.519-72	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
BEATRIZ FERNANDES PEDRO	951.079.409-00	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
DORIZETE CASAGRANDE FERNANDES	653.164.959-34	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ELIANE BOCIANOSKI	465.667.919-49	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ENEARA MONTEGUTTI SILVEIRA	016.919.229-60	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
FERNANDO FARIAS TOPANOTTI	040.026.509-52	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
FRANCIELLY PAGNAN	008.697.129-85	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
JANAINA ALVES FA LUZ	069.563.179-90	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
JESSICA KAROLINE BERNARDI	065.762.359-84	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
JUCELIA MELO CARDOSO	584.058.109-78	PROFESSOR(A)	40H	19/12/2023 a 17/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA N°. 446/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

JULIANA DE OLIVEIRA ZACCARON	056.129.659-66	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
JULIANA MIZIESKI MENDES	057.018.839-30	PROFESSOR(A)	30H	02/01/2024 a 31/01/2024
KARINA DE SOUZA	889.212.719-53	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARGARETE GARCIA SILVESTRE	496.401.869-53	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARIA HELENA BORTOLUZZI CANTEIRO	719.151.689-53	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARIA KARINA DOS REIS MACHADO	031.701.479-00	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARIA SALETE GONCALVES MAZUCO	819.422.149-87	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARILEIA DE MELLO	029.629.179-09	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARILIA DE OLIVEIRA ZACCARON	062.012.329-07	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
REGIANI RECK DAVID LIMA	023.235.399-90	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
REGINALDO ANTONIO JOAQUIM	685.491.139-72	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
RICARDO TEIXEIRA CANARIN	032.889.859-77	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ROBERTA MITCHELA BEZ BIROLO LOPES	026.282.699-29	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ROSANE RIBEIRO GOULART	036.149.089-50	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024

Av. Leoberto Leal, n°. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 446/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

ROSILANE PEDRO EZIQUEL	027.949.889-64	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
ROZANGELA SILVEIRA	028.844.209-16	PROFESSOR(A)	40H	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 447/2023

Publicação Nº 5508325



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 447/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE ANA FLAVIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Ana Flavia da Silva, CPF nº 108.313.259-84, Auxiliar de Sala de Aula, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, pelo período que durar a gravidez e que estiver vigente o Auxílio Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL


RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 448/2023

Publicação Nº 5508334



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 448/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 448/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS GESTORES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados no cargo de Gestor(a) Escolar, pelo período de 26/12/2023 a 24/01/2024, retornando duas atividades no dia 25/01/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
DOLORES DA LUZ SILVA	626.676.299-49	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
FERNANDA SALES	025.697.099-80	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
JUSSARA ARINO FERNANDES	103.970.119-11	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
SUELEN DOS SANTOS	061.093.879-75	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
VIVIANA KARIN MENDES FERNANDES	042.838.529-02	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
VIVIANE CRISPIM DA ROSA	037.149.679-90	GESTOR(A) ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 448/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 449/2023

Publicação Nº 5508342



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 449/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 449/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SECRETARIOS ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados no cargo de Secretário(a) Escolar, pelo período de 26/12/2023 a 24/01/2024, retornando duas atividades no dia 25/01/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
JHENIFFER GARCIA WALTRICK	119.732.049-08	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
LARISSA ZANATTA EVALDT	116.652.819-79	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
LUANA COSTA ALBANO	102.737.759-95	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
MARIA ANTONIA FERNANDES RABELO	079.985.029-24	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
MILAINE SIMAO ROSALINO	046.715.699-90	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024
MINEIA BELMIRO	909.316.109-15	SECRETÁRIO ESCOLAR	40H	26/12/2023 a 24/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 449/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 450/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 450/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE 21 DIAS DE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO PERÍODO DE 18/12/2023 A 07/01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017, Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período de 18/12/2023 a 07/01/2024, retornando duas atividades no dia 08/01/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
GESIANE DALPRA	053.128.659-23	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
ROSIMARI CARRADORE	813.721.409-72	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
VALDETE DE OLIVEIRA	612.132.689-15	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
CAROLINE GHILARDE	069.029.169-85	PROFESSOR(A)	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
MICHELE CREPALDI DA ROSA	062.237.629-25	PROFESSOR(A)	40H	18/12/2023 a 07/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 450/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

VANESSA BORGES PACHECO (2801)	009.076.459-50	PROFESSOR(A)	20H	18/12/2023 a 07/01/2024
FRANCELE DA SILVA PADILHA TEIXEIRA	066.656.809-08	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
GABRIELA MACHADO FELIPE	105.677.249-21	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
JUSSARA PEREIRA DA ROSA ALVES	067.534.549-93	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
LUCIANA TOME PAULO	086.303.839-50	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
LUCIMAR BORGES	912.238.149-04	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
MARILAINÉ DE OLIVEIRA FORTUNA	058.063.199-03	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 07/01/2024
VANESSA BORGES PACHECO (2566)	009.076.459-50	AUXILIAR DE SALA DE AULA	20H	18/12/2023 a 07/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 451/2023

Publicação Nº 5508375

PORTARIA SA Nº. 451/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL PELO PERÍODO ABAIXO APONTADO ENTRE OS DIAS 18/12/2023 A 16/01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período de 18/12/2023 a 16/01/2024, retornando duas atividades no dia 17/01/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
ANA FLAVIA DA SILVA	108.313.259-84	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
ANA PAULA DA SILVA SILVANO	077.831.639-47	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
BEATRIZ BORGES DUARTE	080.031.709-23	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
CAMILA CARDOSO DE OLIVEIRA	108.695.899-38	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
CAMILA DA SILVA DE OLIVEIRA TROMBIN	090.455.219-54	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
FABIANA FRANÇA TEIXEIRA	035.478.089-10	AUXILIAR DE SALA DE AULA	30H	18/12/2023 a 16/01/2024
NEUZA EROTIDES FERREIRA	315.188.340-00	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
QUERLI DA ROSA RABELO	025.699.539-70	AGENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
SANDRA PETROSKI MAGE	050.022.619-90	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	40H	18/12/2023 a 16/01/2024
VANICE PEREIRA DUARTE DA ROSA	007.656.079-13	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	18/12/2023 a 16/01/2024

Art. 2º Conceder férias ao profissional abaixo relacionado, pelo período de 18/12/2023 a 01/01/2024, retornando duas atividades no dia 02/01/2024;

IVONEI PEREIRA VELHO	564.813.229-87	MONITOR (A) DE PROJETOS	40H	18/12/2023 a 01/01/2024
----------------------	----------------	-------------------------	-----	-------------------------

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .
Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

PORTARIA SA Nº 452/2023

Publicação Nº 5508377

PORTARIA SA Nº. 452/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS MOTORISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias aos profissionais abaixo relacionados, pelo período vigente na tabela, retornando no primeiro dia útil subsequente;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	RETORNO AO TRABALHO
ALCIONI DE LIMA VARGAS	027.838.999-65	MOTORISTA ESCOLAR/ÔNIBUS	40H	02/01/2024 a 31/01/2024	01/02/2024
JEAN CARLOS COSTA MAXIMIANO	019.687.869-10	MOTORISTA DE CAMINHÃO	40H	18/12/2023 a 16/01/2024	17/01/2024
JOARES TEIXEIRA	653.192.579-53	MOTORISTA ESCOLAR/ÔNIBUS	40H	18/12/2023 a 16/01/2024	17/01/2024
MARIEL JOSE PAIXAO ISMAEL	702.996.419-53	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	40H	02/01/2024 a 31/01/2024	01/02/2024
ODAIR JOSE FERNANDES	741.329.709-49	ARTÍFICE EM GERAL	40H	18/12/2023 a 16/01/2024	17/01/2024
SELDO DOS SANTOS	502.092.990-53	MOTORISTA DE VEÍCULOS EM GERAL	40H	18/12/2023 a 16/01/2024	17/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

PORTARIA SA Nº 453/2023

Publicação Nº 5508379



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 453/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE VANESSA FERNANDA CARDOSO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Vanessa Fernanda Cardoso, CPF nº 028.671.029-36, Monitor(a) de Projetos, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, até o dia 22/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 454/2023

Publicação Nº 5508382



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 454/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ENCERRA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE VANESSA FERNANDA CARDOSO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra o contrato temporário da funcionária Vanessa Fernanda Cardoso, CPF nº 028.671.029-36, Monitor(a) de Projetos, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a contar do dia 22/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 455/2023

Publicação Nº 5508383



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 455/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

**PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS DE TATIANE PATRICIA DA LUZ CUSTODIO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença sem vencimentos (Port. 053/2023), de Tatiane Patricia da Luz Custodio, CPF nº 038.777.399-11, Professor(a), 20 horas semanais, da Secretária de Educação e Assistência Social, de 15/02/2024 pelo período de 01 (um) ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 456/2023

Publicação Nº 5508385



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 456/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

**PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS DE MONICA REGINA DA SILVA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença sem vencimentos (Port. 052/2023), de Monica Regina da Silva, CPF nº 673.186.900-78, Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, da Secretária de Educação e Assistência Social, de 01/02/2024 pelo período de 01 (um) ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 457/2023

Publicação Nº 5508387



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 457/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 457/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE 30 DIAS DE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017, Lei Municipal nº. 443/2023 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período vigente na tabela, retornando no primeiro dia útil subsequente;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	RETORNO AO TRABALHO
AMANDA MOTTA DA SILVA	079.838.149-33	ASSISTENTE SOCIAL	30H	26/12/2023 a 24/01/2024	25/01/2024
CRISTIANE APARECIDA ONGHERO	043.233.379-73	PSICÓLOGO (A) - EDUCAÇÃO	40H	26/12/2023 a 24/01/2024	25/01/2024
JESSICA KUCKER DOS SANTOS	075.829.179-52	AGENTE ADMINISTRATIVO	40H	02/01/2024 a 31/01/2024	01/02/2024
JOSI RAQUEL HEINEN	994.321.370-15	NUTRICIONISTA	40H	11/12/2023 a 09/01/2024	10/01/2024
LIDIANE RODRIGUES LESSA	981.255.329-00	AGENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	40H	26/12/2023 a 24/01/2024	25/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 457/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

MONICA JOAQUIM FERNANDES	057.214.859-30	PSICOPEDAGOGO (A)	40H	26/12/2023 a 24/01/2024	25/01/2024
RUTE RICARDO MARTINS MARQUES	048.688.889-43	PROFESSOR (A)	40H	26/12/2023 a 24/01/2024	25/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL


RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 458/2023

Publicação Nº 5508389



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 458/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 458/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE 15 DIAS DE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período vigente na tabela, retomando no primeiro dia útil subsequente;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS	RETORNO AO TRABALHO
ANGELITA FERRAO BARRIQUEL	023.851.969-48	PSICÓLOGO (A)	40H	17/01/2024 a 31/01/2024	01/02/2024
DAIANE GARCIA NASCIMENTO FELIX	058.465.589-41	MONITOR (A) DE PROJETOS	40H	03/01/2024 a 17/01/2024	15/01/2024
SIMONE SERAFIM ABREU GONÇALVES	037.483.039-80	ASSISTENTE SOCIAL	30H	02/01/2024 a 16/01/2024	17/01/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 458/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 459/2023

Publicação Nº 5508390



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 459/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE GIANI FELICIANO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário da funcionária Giani Feliciano Joaquim, CPF nº 095.415.989-60, Professor(a), 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, até o dia 18/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 460/2023

Publicação Nº 5508392



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 460/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.**RETORNA AO CARGO A FUNCIONÁRIA GIANI FELICIANO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao cargo, a funcionária Giani Feliciano Joaquim, brasileiro(a), CPF nº. 095.415.989-60, Professor(a), 40 horas semanais, da Secretaria de Educação e Assistência Social, após seu afastamento por auxílio maternidade, a contar do dia 18/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 461/2023

Publicação Nº 5508393



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 462/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EXONERA DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS RAFAELA DE JESUS LEOPOLDO DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera do quadro de funcionários, Rafaela de Jesus Leopoldo, brasileiro(a), Técnico(a) de Enfermagem, 40h semanais, CPF nº 040.783.439-70, da Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

DAIANE CARDOSO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 462/2023

Publicação Nº 5508398



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 462/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

**EXONERA DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS RAFAELA DE JESUS LEOPOLDO DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera do quadro de funcionários, Rafaela de Jesus Leopoldo, brasileiro(a), Técnico(a) de Enfermagem, 40h semanais, CPF nº 040.783.439-70, da Secretaria de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

DAIANE CARDOSO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 463/2023

Publicação Nº 5508402



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 463/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

NOMEIA SOFIA DA SILVA MILANEZI PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, Sofia da Silva Milanezi, CPF nº 077.030.559-80, no cargo de Assessor(a) de Gabinete, 40 horas semanais, da Secretaria de Administração e Finanças, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 464/2023

Publicação Nº 5508403



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 464/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE GIANI FELICIANO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra o contrato temporário da funcionária Giani Feliciano Joaquim, CPF nº 095.415.989-60, Professor(a), 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a contar do dia 18/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 465/2023

Publicação Nº 5508407



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 465/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.**RETORNA AO CARGO A FUNCIONÁRIA MARILIA DE OLIVEIRA ZACCARON E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao cargo, a funcionária Marília de Oliveira Zaccaron, brasileiro(a), CPF nº. 062.012.329-07, Professor(a), 20 horas semanais, da Secretaria de Educação e Assistência Social, após seu afastamento por auxílio maternidade, a contar do dia 18/12/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL


RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 466/2023

Publicação Nº 5508410



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 466/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

PORTARIA SA Nº. 466/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGA CONTRATOS TEMPORÁRIOS DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os contratos temporários firmados entre a Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e os profissionais abaixo relacionados, a contar do dia 15/12/2023 até o dia 02/02/2024:

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PRORROGAR ATÉ
BEATRIZ BORGES DUARTE	080.031.709-23	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
CAMILA CARDOSO DE OLIVEIRA	108.695.899-38	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
CAMILA DA SILVA DE OLIVEIRA TROMBIN	090.455.219-54	AUXILIAR DE SALA DE AULA	40H	02/02/2024
IVONEI PEREIRA VELHO	564.813.229-87	MONITOR (A) DE PROJETOS	40H	02/02/2024

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA SA Nº. 466/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 467/2023

Publicação Nº 5508414

PORTARIA SA Nº. 467/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DO CARGO DE AGENTE TECNICO PEDAGOGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO PERÍODO DE 02/01/2024 A 31/01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período de 02/01/2024 a 31/01/2024, retornando suas atividades no dia 01/02/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
DANIELA PEREIRA DA COSTA	021.646.329-74	AGENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	40H	02/01/2024 a 31/01/2024
GISELE TEIXEIRA FERNANDES	008.015.119-17	AGENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	40H	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

PORTARIA SA Nº 468/2023

Publicação Nº 5508424



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 468/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ENCERRA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE ADRIANA MARIA EUZEBIO RIBEIRO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 443/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra o contrato temporário da funcionária Adriana Maria Euzebio Ribeiro, CPF nº 050.326.339-76, Professor(a), 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 469/2023

Publicação Nº 5508425



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 469/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ENCERRA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE RENATA LAURINDO VIEIRA DE SOUZA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra o contrato temporário da funcionária Renata Laurino Vieira de Souza, CPF nº 069.200.749-07, Auxiliar de Sala de Aula, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação .

Balneário Rincão (SC), 15 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 15 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 470/2023

Publicação Nº 5508428

PORTARIA SA Nº. 470/2023, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023.
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS ANTECIPADAS AOS PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO PERÍODO DE 02/01/2024 A 31/01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 4433/2019 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias coletivas aos profissionais abaixo relacionados, pelo período de 02/01/2024 a 31/01/2024, retornando suas atividades no dia 01/02/2024;

NOME	CPF Nº	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS
ALINE ANTENOR DA SILVA FREITAS	063.432.229-01	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
AMANDA DA SILVA LOURENÇO	100.546.889-30	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
DANIELA GUGLIELMI CUSTODIO DE BITTENCORUT	061.385.389-00	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
DIANDRA COSTA CORREA	106.665.629-03	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
GABRIELA PEREIRA VIANA	091.044.519-29	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
IANA SILVEIRA BRIGIDO SILVANO	040.438.679-21	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
JUCELIA CIPRIANO DO CANTO DA SILVEIRA	023.306.669-18	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
JUNIA SANERIPP PAULINO	056.505.289-69	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
LUCIANA VEFAGO CASCAES VERTUOSO	041.158.519-37	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
LUCIANE RODRIGUES REUS	047.749.719-52	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARIA EDUARDA BORGES FERNANDES	078.309.309-88	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
MARISTELA RODRIGUES DE SOUZA FERREIRA	072.321.589-80	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
MICHELE RODRIGUES DE ARAUJO	026.138.859-20	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
RAFAELA NASARIO DA ROSA	079.981.579-92	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
ROSANE XAVIER DA ROSA	050.008.049-61	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024
VANDERLEIA CABREIRA DAL MOLIM	073.077.549-67	PROFESSOR(A)	20H	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

PORTARIA SA Nº 471/2023

Publicação Nº 5508435



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 471/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**NOMEIA ANA PAULA HENRIQUE DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017, Concurso Público Nº 001/2023 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear para cargo efetivo Ana Paula Henrique de Souza, brasileiro (a), CPF nº 032.555.349-17, para ocupar o cargo de Enfermeiro(a), 40h semanais, na Secretaria de Saúde, a contar desta data tendo em vista sua aprovação no concurso público 001/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 20 de dezembro de 2023.

DAIANE CARDOSO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 20 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 472/2023

Publicação Nº 5508438



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 472/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**NOMEIA EDILENA DE FATIMA LEAL BRITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017, Concurso Público Nº 001/2023 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear para cargo efetivo Edilena de Fatima Leal Brito, brasileiro (a), CPF nº 281.925.242-72, para ocupar o cargo de Técnico(a) de Enfermagem, 40h semanais, na Secretaria de Saúde, a contar desta data tendo em vista sua aprovação no concurso público 001/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 20 de dezembro de 2023.

DAIANE CARDOSO
SECRETÁRIA DE SAÚDE

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 20 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SA Nº 473/2023

Publicação Nº 5508440



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA SA Nº. 473/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.**PRORROGA O CONTRATO TEMPORÁRIO DE ALCIONI DE LIMA VARGAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº. 287/2017 e com o Decreto GP. nº. 114/2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o contrato temporário do funcionário Alcioni de Lima Vargas, CPF nº 027.838.999-65, Motorista Escolar/Ônibus, 40h semanais, na Secretaria de Educação e Assistência Social, a cortar do dia 15/12/2023 até o dia 02/02/2024.

Art. 2º Esta Portaria retroage ao dia 15/12/2023

Balneário Rincão (SC), 20 de dezembro de 2023.

JUCILENE ANTONIO FERNANDES
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RAMIRES LINO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicada e registrada nesta Secretaria em 20 de dezembro de 2023.

Av. Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7200

PORTARIA SAMAE Nº 053/2023

Publicação Nº 5508054



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 053/2023, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

ENCERRA CONTRATO TEMPORÁRIO DE JUVENCIO DA SILVA BAGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Encerrar o contrato temporário de Juvencio da Silva Bagé, brasileiro, CPF nº 011.427.509-22, no cargo de Agente de Serviços Gerais – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 04 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 04 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 054/2023

Publicação Nº 5508058



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 054/2023, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA JUVENCIO DA SILVA BAGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata, Juvencio da Silva Bage, brasileiro (a), CPF nº 011.427.509-22, no cargo de Pedreiro, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 05 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 05 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 055/2023

Publicação Nº 5508059



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 055/2023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

**CONTRATA TEMPORARIAMENTE LEANDRO GERVASIO ROSA BARBOSA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO
MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de
suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em
conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Leandro Gervasio Rosa Barbosa, brasileiro
(a), CPF nº 242.005.208-00, no cargo de Gari/Coletor(a) de Lixo – Operação Veraneio, 40
horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município
de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 08 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 056/2023

Publicação Nº 5508061



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 056/2023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE RICARDO PAULETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Ricardo Pauletto, brasileiro (a), CPF nº 659.998.430-49, no cargo de Agente Administrativo – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 13 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 13 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 057/2023

Publicação Nº 5508062



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 057/2023, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023.

**CONTRATA TEMPORARIAMENTE GUSTAVO SINFRONIO PUCCI CHAVES E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO
MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, no uso de
suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em
conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Gustavo Sinfronio Pucci Chaves, brasileiro
(a), CPF nº 122.613.859-43, no cargo de Gari/Coletor(a) de Lixo – Operação Veraneio, 40
horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município
de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 18 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 18 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 058/2023

Publicação Nº 5508063



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 058/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE FABRICIO MOREIRA MACIEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Fabricio Moreira Maciel, brasileiro (a), CPF nº 029.198.540-89, no cargo de Gari/Coletor(a) de Lixo – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 19 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 19 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 059/2023

Publicação Nº 5508064



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PORTARIA SA Nº. 059/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE HAMILTON FRANCISCO VIDAL NETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Halminton Francisco Vidal Neto, brasileiro (a), CPF nº 071.299.469-62, no cargo de Gari/Coletor(a) de Lixo – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 19 de dezembro de 2023.

EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Secretaria em 19 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 060/2023

Publicação Nº 5508066



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 060/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE ALVIM DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Alvim de Souza, brasileiro (a), CPF nº 505.984.579-68, no cargo de Motorista de Caminhão – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 19 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 19 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 061/2023

Publicação Nº 5508067



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PORTARIA SA Nº. 061/2023, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE ANDERSOM DA SILVA BOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Andersom da Silva Bosa, brasileiro (a), CPF nº 062.012.309-55, no cargo de Motorista de Caminhão – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 19 de dezembro de 2023.

EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Secretaria em 19 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

PORTARIA SAMAE Nº 062/2023

Publicação Nº 5508068



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

PORTARIA SA Nº. 062/2023, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE FABRICIO RITA CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições, o que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Complementar nº. 013/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Contrata temporariamente, Fabricio Rita Campos, brasileiro (a), CPF nº 028.746.340-00, no cargo de Gari/Coletor(a) de Lixo – Operação Veraneio, 40 horas semanais, no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão (SC), a contar desta data até 15/03/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na sua data de publicação.

Balneário Rincão (SC), 20 de dezembro de 2023.

**EDMILSON BRAZ CARLOS
DIRETOR PRESIDENTE**

Publicada e registrada nesta Secretaria em 20 de dezembro de 2023.

Rua Paraná, nº. 809 – Centro – Balneário Rincão – SC – CEP: 88828-000
Telefone: (48) 3468-7800

Bandeirante

PREFEITURA

PORTARIA 014 - 08 DE JANEIRO - FÉRIAS - MOISÉS GUILHERME HEINZ

Publicação N° 5510736

Portaria nº 014, de 08 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor, Senhor MOISÉS GUILHERME HEINZ, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais 40hrs, Código TSG - 402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 22/09/2022 a 21/09/2023, com gozo de 30 (trinta) dias, no período de 10/01/2024 a 08/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 08 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 015 - 09 DE JANEIRO - ALTERAÇÃO DEFINITIVA CARGA HORÁRIA - CLÁUDIO ANDRÉ MACHADO

Publicação N° 5510737

Portaria nº 015, de 09 de janeiro de 2024.
ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital nº 27/2023 de alteração de Carga horária, de 12/12/2023;
Considerando a Homologação da Relação de servidores inscritos e aptos a alteração de Carga horária, de 18/12/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária do Senhor CLÁUDIO ANDRÉ MACHADO, ocupante do Cargo de provimento Efetivo Professor de Educação Básica – Nível II, Nível III – Pós Graduação em Nível de Especialização, de 20 horas semanais para 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente alteração terá validade a partir da presente data.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de janeiro de 2024.

CELSO BIGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 016 - 09 DE JANEIRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - JOSIANE ZENI

Publicação N° 5510738

Portaria nº 016, de 09 de janeiro de 2024.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA, CONFORME ATESTADO MÉDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora, Senhora JOSIANE ZENI, ocupando o cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Creche, Código ANA - 401, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com as atribuições e a remuneração atinente ao cargo, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 09/01/2024, em consonância com o Atestado Médico subscrito na mesma.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 017 - 10 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - DANIELA ANGELA KOSSMANN

Publicação N° 5510739

Portaria nº 017, de 10 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a portaria nº 079, de 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de mandato, a servidora, Senhora DANIELA ANGELA KOSSMANN, ocupante do Cargo de Membro de Conselho (Conselheira Tutelar), 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 018 - 10 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - CRISTIANE PATRICIA WASEM

Publicação N° 5510740

Portaria nº 018, de 10 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a portaria nº 079, de 10 de janeiro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de mandato, a servidora, Senhora CRISTIANE PATRICIA WASEM, ocupante do Cargo de Membro de Conselho (Conselheira Tutelar), 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 019 - 10 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - IVANETE JACOBSEN BORGER

Publicação Nº 5510741

Portaria nº 019, de 10 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a portaria nº 288, de 09 de maio de 2023.
RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de mandato, a servidora, Senhora IVANETE JACOBSEN BORGER, ocupante do Cargo de Membro de Conselho (Conselheira Tutelar), 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 020 - 10 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - DIVA DAL BELLO TRAMPUSCH

Publicação Nº 5510742

Portaria nº 020, de 10 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a portaria nº 288, de 09 de maio de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de mandato, a servidora, Senhora DIVA DAL BELLO TRAMPUSCH, ocupante do Cargo de Membro de Conselho (Conselheira Tutelar), 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 021 - 10 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - MARIZANE DA SILVA

Publicação Nº 5510743

Portaria nº 021, de 10 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando a portaria nº 465, de 1º de setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por término de mandato, a servidora, Senhora MARIZANE DA SILVA, ocupante do Cargo de Membro de Conselho (Conselheira Tutelar), 40 horas semanais, junto ao Conselho Tutelar, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 022 - 10 DE JANEIRO - NOMEAÇÃO - CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 5510744

Portaria nº 022, de 10 de janeiro de 2024.
NOMEIA CONSELHEIRAS TUTELARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as servidoras senhoras DANIELA ANGELA KOSSMANN, DIVA DAL BELLO TRAMPUSCH, IVANETE JACOBSEN BORGER, JOSIELI RODRIGUES DA ROSA e LUCIANA COMIM KUHN para ocupar o Cargo de Conselheira Tutelar, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º Ficam as servidoras ciente das atribuições do seu cargo de acordo com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.005/2013, conforme segue:

I – Zelar pelo efetivo atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, conforme determina o art. 7º, da Lei nº 8.069, de 13/07/1990;

II – Zelar e garantir os Direitos a crianças e adolescentes quando ameaçados ou violados esses Direitos, através das Medidas de Proteção, requisitando serviços e programas públicos, de acordo com o art. 136, da Lei nº 8.069, de 13/07/1990;

III – Fomentar a valorização e a qualificação das ações de políticas públicas e lutar pela extensão da cidadania de crianças e adolescentes;

IV – Prestar proteção especial a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, que se concretiza com a aplicação de Medidas Especiais de Proteção;

V – Deflagrar o processo de reordenamento normativo de reordenamento institucional e de melhoria da atenção direta à criança e ao adolescente, munindo o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público, com dados, informações, subsídios e argumentos;

VI – Fomentar a participação ativa, protagônica das crianças e dos adolescentes a respeito dos seus direitos e deveres, atuando como extensor da cidadania;

VII – Cumprir a verdadeira missão do Conselho Tutelar que é de atender todas as crianças e todos os adolescentes que tenham quaisquer dos seus Direitos ameaçados ou violados, que estejam em situação de credores dos Direitos;

VIII – Assessorar ao Poder Público Municipal na elaboração da Proposta Orçamentária do Município, com subsídios, dados, informações e análises, advogando a alocação de recursos para criação, manutenção e fortalecimento de serviços e programas específicos de atendimento dos Direitos de crianças e adolescentes, especialmente os previstos nos arts. 87, III a IV e 90 da Lei nº 8.069, de 13/07/1990;

IX – Promover a execução de suas deliberações colegiadas, requisitando serviços públicos;

X – Representar junto à autoridade judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

XI – Expedir notificações, durante o procedimento apuratório da situação de violação ou ameaça dos Direitos de crianças e de adolescentes;

XII – Encaminhar declinatória de competência para a Justiça da Infância e da Juventude, quando a matéria não é de competência do Colegiado;

XIII – Representar ao Ministério Público, de todo e qualquer fato que se configure como crime ou infração administrativa contra criança e adolescente, previstos no Código Penal ou na Lei nº 8.068, de 13/07/1990;

XIV – Representar em nome da família, violação do art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XV – Zelar pelos princípios de autonomia funcional do Conselho Tutelar;

XVI – A atuação dos Conselheiros Tutelares é circunscrita ao espaço territorial para o qual foram escolhidos;

XVII – A competência é determinada:

- a) Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;
- b) Pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsáveis;
- c) Pelo lugar da ação ou omissão, nos casos de ato infracional, observadas as regras de continência e ou prevenção;

XVIII – Representar infração direta ao Poder Judiciário, nos termos do art. 194, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bandeirante, SC, o agente público deverá cumprir a jornada de trabalho fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para funcionamento da repartição pública a qual desempenha suas atribuições.

Art. 4º De conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 1.287/2018 ficam autorizados os agentes públicos do Poder Executivo do Município de Bandeirante, SC, a dirigir os veículos oficiais dentro e fora do território do Município, desde que possuam a habilitação necessária, devendo efetuar os registros de controle de viagem em documento denominado "Diário de Bordo".

Art. 5º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 023 - 11 DE JANEIRO - EXONERAÇÃO - MARLEI OLIBONI LAMB

Publicação Nº 5510745

Portaria nº 023, de 11 de janeiro de 2024.
EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora, Senhora MARLEI OLIBONI LAMB, efetiva no cargo de Professora Anos Iniciais do Ensino Fundamental ocupando o cargo de provimento em Comissão de Secretária Municipal de Educação, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento 40 hrs, Código DCA - 401, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, em conformidade com pedido protocolado sob o número 003/2024 no dia 02/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos ao dia 05/01/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 024 - 11 DE JANEIRO - DESIGNAÇÃO - GILBERTO BASSO

Publicação Nº 5510746

Portaria nº 024, de 11 de janeiro de 2024.

DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor senhor GILBERTO BASSO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, para exercer as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes, Grupo II – Direção, Chefia e Assessoramento, Código DCA - 401, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes,

pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, com as atribuições e remuneração atinente a carga horária e ao cargo.

Art. 2º O Secretário Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes deverá desempenhar suas atribuições com dedicação exclusiva de 40 horas semanais devendo representar e divulgar o Município de Bandeirante/SC quando na participação de eventos diversos, além de desempenhar as atribuições de chefia, direção, assessoramento, planejamento, coordenação, supervisão, avaliação, orientação, normatização e controle dos serviços públicos:

I – Quanto a área de infraestrutura e transportes:

- a) da Política de Infraestrutura Público Municipal e da Política de Transportes Público Municipal em consonância com o Plano de Governo e em atendimento a legislação em vigor;
- b) de execução de projetos de infraestrutura e de transportes mais viáveis nas áreas técnica, econômica e ambiental;
- c) de análise e aprovação de parcelamento de solo;
- d) de análise dos projetos para construção, reconstrução, reforma, ampliação ou demolição efetuada por entidade particular ou pública, expedição de alvarás e habite-se na área de construção civil e serviços públicos;
- e) de elaboração de Projetos de Engenharia Civil, Propostas, Planos de Trabalho, Termos de Referência e demais documentos necessários à formalização dos Termos de Convênios, Contratos de Repasses, Transferências de Recursos de Investimentos e de Custeio e outros instrumentos congêneres;
- f) de execução de obras públicas municipais;
- g) dos trabalhos ordinários de abrir, ampliar, alargar, recuperar, manter, conservar e melhorar as condições encontradas no sistema viário municipal;
- h) dos trabalhos realizados nas propriedades particulares;
- i) dos trabalhos de infraestrutura de melhoria da mobilidade urbana e acessibilidade, transporte coletivo, de telecomunicações, de distribuição de energia elétrica, de recolhimento de resíduos, independentemente se os serviços forem realizados pela entidade pública ou privada e outros;
- j) de manutenção e utilização dos equipamentos urbanos;
- k) dos projetos para captação de recursos financeiros objetivando a execução de obras públicas ou a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, independentemente a Secretaria envolvida;
- l) de licenciamento ambientais necessários a execução de obras públicas municipais;
- m) dos levantamentos topográficos, laudos e pareceres técnicos e avaliações em geral;
- n) da elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas de natureza urbanística, necessários ao processo de planejamento físico e territorial do Município;
- o) do Plano Diretor do Município e de outros planos que visem ordenar a ocupação, o uso ou a regularização do solo;
- p) das normas urbanísticas para o Município, especialmente as normas referentes ao desenho urbano, zoneamento, obras, edificações e posturas;
- q) da fiscalização, visando o cumprimento das normas referentes ao uso do solo, zoneamento, loteamentos, meio ambiente, nos termos do que lhe for deferido, de construções particulares e de órgãos públicos estaduais e federais;
- r) do exame e a aprovação dos pedidos de licenciamento para construções e loteamentos urbanos, conforme as normas municipais em vigor;
- s) das atividades concernentes a construção, manutenção e conservação de obras públicas municipais e instalações para prestação de serviços à comunidade;
- t) dos trabalhos topográficos e de desenhos indispensáveis às obras e aos serviços a cargo da Secretaria;
- u) dos serviços de varrição, limpeza de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos;
- v) do planejamento, a construção, a conservação e manutenção de parques, praças e jardins públicos;
- w) da política de transportes administrativos do Município;
- x) da manutenção dos serviços de iluminação pública;
- y) dos serviços da rede de água municipal urbana e rural;
- z) da autorização, a fiscalização, a regulamentação e o controle dos transportes públicos coletivos, bem como de outros serviços públicos ou de utilidade pública concedidos ou permitidos;
 - a1) da administração dos serviços de máquinas e equipamentos da Frota Rodoviária Municipal, incluindo a guarda, o abastecimento, a manutenção e o controle dos veículos, equipamentos e máquinas;
 - b1) da execução dos serviços de carpintaria, pintura, marcenaria, eletricidade e de serviços de reparos para os demais Secretarias Municipais;
 - c1) de examinar e aprovar os projetos de urbanização de áreas pertencentes a particulares e fiscalizar a execução de arruamentos aprovados;
 - d1) de examinar e aprovar os projetos de construções particulares, bem como inspecionar e vistoriar edificações;
 - e1) de elaborar ou contratar os projetos de execução de rede de iluminação, obras viárias e prédios públicos, segundo as diretrizes do planejamento geral do Município;
 - f1) de executar ou fiscalizar a implantação e manutenção da rede de iluminação de logradouros públicos municipais, monumentos e próprios municipais;
 - g1) de executar ou fiscalizar a construção e conservação das estradas do Município, bem como manter a infraestrutura industrial de apoio aos seus trabalhos;
 - h1) das parcerias governamentais e com entidades públicas ou privadas; e,
 - i1) dos agentes públicos buscando o melhor desempenho de suas funções, respeitada a legislação pertinente, supervisionando, controlando e orientando as atividades executadas na esfera de sua competência, assegurando a qualidade na prestação dos serviços.

II – Quanto à área de saneamento:

- a) da Política de Saneamento Público Municipal em consonância com o Plano de Governo e em atendimento a legislação em vigor;
- b) de acesso ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos de forma adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das redes, de fiscalização preventiva e corretiva do cumprimento das normas de meio ambiente, independentemente se os serviços forem realizados pela

entidade pública ou privada;

c) dos Conselhos e Comissões Municipais que objetivem à articulação de políticas de desenvolvimento local voltadas a melhoria da qualidade de vida da população;

d) das políticas de fomento à moderação do consumo de água;

e) de manutenção e conservação de obras de saneamento básico e drenagem urbana;

f) de manutenção do sistema de saneamento, limpeza de bueiros, prover equipes com materiais, equipamentos e ferramentas necessárias, transporte das equipes até o local dos serviços;

g) de fiscalização do cumprimento das posturas municipais referentes ao poder de polícia aplicado à higiene pública e ao saneamento;

h) das metas e os resultados alcançados;

i) das parcerias governamentais e com entidades públicas ou privadas; e,

j) dos agentes públicos buscando o melhor desempenho de suas funções, respeitada a legislação pertinente, supervisionando, controlando e orientando as atividades executadas na esfera de sua competência, assegurando a qualidade na prestação dos serviços.

Art. 3º Ficam autorizados os agentes públicos do Poder Executivo do Município de Art. 3º De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bandeirante, SC, o agente público deverá cumprir a jornada de trabalho fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para funcionamento da repartição pública a qual desempenha suas atribuições.

Art. 4º De conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 1.287/2018 ficam autorizados os agentes públicos do Poder Executivo do Município de Bandeirante SC a dirigir os veículos oficiais dentro e fora do território do Município, desde que possuam a habilitação necessária, devendo efetuar os registros de controle de viagem em documento denominado "Diário de Bordo".

Art. 5º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 11 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 025 - 12 DE JANEIRO - FÉRIAS - JULIANA MENEGATTI

Publicação Nº 5510761

Portaria nº 025, de 12 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora, Senhora JULIANA MENEGATTI, ocupante do Cargo de Engenheira Civil, Grupo III - Atividade de Nível Superior 30 hrs, Código ANS - 301, 30 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Saneamento e Transportes, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 03/01/2023 a 02/01/2024, com gozo de 10 (dez) dias no período de 29/01/2024 a 07/02/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 12 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 026 - 12 DE JANEIRO - FÉRIAS - CENESIO JOSE BRAUN

Publicação Nº 5510762

Portaria nº 026, de 12 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS AO (À) SERVIDOR (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao (à) servidor (a), Senhor CENÉSIO JOSÉ BRAUN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Grupo VII – Transportes e Serviços Gerais, Código TSG403, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro

Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 08/04/2022 a 07/04/2023, com gozo de 15 (quinze) dias, no período de 15/01/2024 a 29/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 12 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 027 - 12 DE JANEIRO FÉRIAS - DAIANE SEHNEM

Publicação Nº 5510763

Portaria nº 027, de 12 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora, Senhora DAIANE SEHNEM, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Controladora Interna, Grupo III – Atividades de Nível Superior, Código ANS - 405, 40 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 03/05/2022 a 02/05/2023, com gozo de 10 (dez) dias, no período de 17/01/2024 a 26/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 12 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 028 - 12 DE JANEIRO - FÉRIAS - CAROLINI LALISSE HEINZ

Publicação Nº 5510764

Portaria nº 028, de 12 de janeiro de 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias à servidora, Senhora CAROLINI LALISSE HEINZ, ocupando o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo VI – Atividades De Administração Geral, Código AAG402, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, referente ao período aquisitivo de 15/12/2022 a 14/12/2023, com gozo de 10 (dez) dias, no período de 22/01/2024 a 31/01/2024.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 12 de janeiro de 2024.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL Nº 02 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507563

EDITAL Nº 02 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

Estabelece normas para a chamada pública de Instrutor de Informática – Nível Médio, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Rede Municipal de Ensino de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal de Barra Bonita – SC.

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando não houve candidato inscrito no processo seletivo originado pelo Edital 02/2023, no mesmo dia torna-se público o procedimento para a chamada pública de Nível Médio.

Torna público os procedimentos para a chamada pública de Instrutor de Informática – Nível Médio, destinada ao provimento de vaga temporária para o ano letivo de 2024 na rede municipal de ensino;

1. DA DATA E DAS VAGAS

1.1 A Chamada Pública realizar-se-á no dia 26 de janeiro de 2024 (sexta-feira), às 13h10min, na Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Esporte, sito à Avenida Buenos Aires, Centro.

1.2 Das vagas

Disciplina	Escola	Número de aulas	Observações
Instrutor de Informática – Nível Médio	EBM Olavo Bilac	40 horas	Até o fim do ano letivo.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG, CPF;
- b) Comprovante de estar cursando alguma graduação;
- c) Comprovante de tempo de serviço na área de atuação.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Estar cursando alguma graduação;
- b) Cursos na área da educação e/ou informática, sendo que deverão ser entre Março/2020 até Dezembro/2023;
- c) Maior tempo de serviço na área de atuação de forma comprovada.

3.2 Havendo dois ou mais professores habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Barra Bonita e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

3.3 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, terão preferência os que tiverem maior tempo de serviço na rede municipal de ensino de Barra Bonita e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

Títulos	Nº Máx. de títulos	Valor do título	Total
Estar cursando alguma graduação;	10 fases	2 pontos por fase	2 pontos
Cursos na área da educação e/ou informática, realizados entre Março/2020 até Dezembro/2023 sendo que a cada 100h de curso a pontuação será de 0,50 pontos. O máximo a chegar é 600h.	600h	0,50 pontos a cada 100h	3 pontos
Maior tempo de serviço na área de atuação de forma comprovada, sendo: Comprovante de atuação em Rede de Ensino Pública, Privada ou Filantrópica, em funções de Magistério, sendo a cada 1 ano de tempo de serviço receberá a pontuação de 0,5 pontos, até o limite máximo de 10 anos, num total máximo de 5,0 ponto.	10 anos	5 pontos	5 pontos
Total de pontos =			10 pontos

Barra Bonita, em 08 de janeiro de 2024.

Aginaldo Deresz
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

02/039 MARIA ANA PEDREIRA

Publicação N° 5509131

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E9036EA812FB2B55D9376E6ECC8DCAF7BDC2BEB8

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 067/2023

Dispensa de Licitação nº 009/2023

Extrato ao Contrato nº 002/039/2023

E9036EA812FB2B55D9376E6ECC8DCAF7BDC2BEB8

Contratada: MARIA ANA DOS SANTOS

Objeto Locação de imóvel (sem benfeitorias), Locação de imóvel (sem benfeitorias), objeto da matrícula 4805 do CRI de Barra Velha, situado a Estrada Geral de Medeiros, Bairro: Medeiros, relativo a área que será explorada conforme as coordenadas georreferenciadas - referentes ao polígono "Inicia-se no ponto V-01 com LAT. 26°42'46.45"S e LONG. 48°44'46.45"O, seguindo / V-02 de LAT. 26°42'51.94"S e LONG. 48°44'46.5"O, seguindo / V-03 de LAT. 26°42'54.80"S e LONG. 48°44'54.41"O, seguindo / V-04 de LAT. 26°42'48.71"S e LONG. 48°44'54.31/01 com LAT. 26°42'46.45"S e LONG. 48°44'46.45"O – polígono este que está inserido dentro do imóvel com área total de 121.631,80m2, imóvel este, com posição estratégica para a extração e retirada de macadame, a ser realizada com o maquinário municipal de modo a suprir a necessidade do município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 100.000,00

Data da assinatura: 11/01/2024

Data do vencimento: 11/05/2024

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

MARIA ANA DOS SANTOS

Pela Empresa Contratada

Douglas Elias da Costa

Prefeito

1ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº007/2023

Publicação N° 5509683

1ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº007/2023

A Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto de Barra Velha, de acordo com o Edital nº 007/2023, e considerando a homologação do resultado final da prova objetiva e títulos, através do Decreto nº 1974/2023, de 06 de dezembro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação para escolha de vagas, conforme o Edital nº 007/2023, para os seguintes cargos:

- Professor de Educação Infantil - Habilitado
- Professor de Anos Iniciais- Habilitado
- Agente de Educação Infantil
- Auxiliar de Educação Especial

1. DO LOCAL, DATA E HORA DE APRESENTAÇÃO

1.1. Os candidatos relacionados no item 3.1, deverão se apresentar na Secretaria de na sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, situada à Av. Governador Celso Ramos, 198, nos seguintes dias e horários:

- a) Vagas para PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: dia 15/01/2024 às 8h30min
- b) Vagas para PROFESSOR DE ANOS INICIAIS: dia 15/01/2024 às 14h
- c) Vagas para Agente de Educação Infantil: dia 16/01/2024 às 14h
- d) Vagas para Auxiliar de Educação Especial: dia 16/01/2024 às 15h

2. DA CONVOCAÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS

- 2.1. Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.
- 2.2. Será permitida a ampliação da carga horária, até o limite de 40h semanais, aos professores já convocados e/ou contratados, antes de efetuar nova convocação.
- 2.3. Os docentes convocados por este seletivo, no ato da escolha de vaga, poderão indicar outra unidade escolar de seu interesse como segunda opção.
- 2.4. No decorrer do ano vigente, abrindo vaga na unidade indicada como segunda opção, o candidato será comunicado via telefone para efetuar a troca. Havendo empate para uma mesma vaga, o critério usado será a classificação do candidato no seletivo.

3. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

- 3.1. Ficam convocados para a escolha de vagas os seguintes candidatos:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADOS

1. LUCIENE VANDA KRETZSCHMAR
2. SCHEILA MARIA DE MELO BEZERRA
3. NAYARA APARECIDA DE OLIVEIRA
4. CRISTIANO MARIANO BATTISTI
5. ROSELI MARIA MACHADO
6. ANA LILIAM ROCHA DA SILVA
7. SIMONE BATISTA SOARES
8. GLACIELA PACZKOVSKI
9. JORIANA DO NASCIMENTO DE JESUS COSTA
10. PALOMA DUARTE
11. CAMILA DIAS CRUZ GONÇALVES
12. ANA CLAUDIA MOURA RODRIGUES
13. GRACE KELLY FUCK
14. SUELI MACHADO DA SILVA
15. ANGELICA ESCOBAR ROLAND
16. IVANIR HERMES AZEVEDO
17. BRUNA CRISTIELY FOGACA GOMES
18. RAQUEL DAVID DOS SANTOS
19. PATRICIA APARECIDA KARVAT
20. PAULA DOS SANTOS
21. CLERIA DOS SANTOS GOULARTE
22. RENATA GOMES DOS SANTOS DE JESUS
23. MORENA MAIRA OLIVEIRA
24. JULIANA PORTO DE BARROS
25. SONIA CLEIA IGNÁCIO DA SILVA
26. RAQUEL ATANÁSIO
27. THAMIRIZ FERNANDA COUTO
28. LETICIA MARINA IGNACIO LOPES
29. IVONETE ARTMANN MENDES
30. TATIANE MARCELE DE SOUZA SILVA
31. CLAUDIA ROBERTA MARTINS GILLI
32. DANIELA APARECIDA DE MACEDO
33. EDIMARA LUZIA STOPASOL DOS SANTOS
34. AMANDA TRINDADE DE SOUZA
35. LAIS PERES
36. VIVIAN JENIFER ALVES
37. AMANDA NISHIMORI ALCOVA
38. PAMELA NARDES MARCOS MACHADO
39. ROSMARY RECH
40. LUCIMARA DE PAULA FRANZOSI
41. LUCIANA DOS SANTOS ROSA
42. AMANDA DEFINO
43. INÊS REGINA MARCELINO FRANCISCO
44. FRANCIELE CRISTINA ROSA DA SILVA
45. JOICE FRANCIELE KLITZKE
46. LETICIA TAINAH DA SILVA
47. SUELLEN ADRIANE TOMAZ
48. GABRIELA DE SOUZA
49. MARIA DAS DORES SILVA DE CARVALHO
50. KELY REGINA SCHMIDT
51. CLEIDIANE MOURA DE JESUS SARAIVA
52. LARISSA PEREIRA DOS SANTOS
53. SIRLEIA VALCANA

54. SILVANIA MOREIRA DA SILVA
55. KARLA CARDOSO DA SILVA
56. ANA CLAUDIA ALVES DE SOUZA
57. MARIELI DO BELEM SOARES COLLODEL

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADOS

1. MARIA APARECIDA DE MELO PANDOJA
2. REGIANE ULLER
3. KARINA KRISTINA NAU
4. ROSELI MARIA MACHADO
5. ANDRESSA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS LIMA
6. RENATA GOMES DOS SANTOS DE JESUS
7. MARIA APARECIDA CEOLIN FREITAS
8. EVELLYN POERNER DOS PASSOS
9. PALOMA DUARTE
10. BRUNA CRYSTINE ANACLETO RIBEIRO
11. CRISTIANO MARIANO BATTISTI
12. CLERIA DOS SANTOS GOULARTE
13. HEGLE MARTINS
14. BRUNA CRISTIELY FOGAÇA GOMES
15. JUCIMARA DOS SANTOS KOSTURESKO DE SOUZA
16. VANESSA KAROLYNE MONTOWSKI RIBAS
17. LUANE BALDI DO NASCIMENTO
18. KEILA CRISTIANE MARQUES DE OLIVEIRA
19. ROSARIA APARECIDA DA SILVA
20. EVANIZE PAMPLONA
21. VIVIAN JENIFER ALVES
22. MARA SUELI SILVEIRA
23. MARIANA FERREIRA MENDES
24. MARIELA DE SOUZA CORREA
25. HENRIETTE CRISTINA RAMOS MARCONDES
26. TAYNARA ELISA LOVISON
27. ADANI JACIRA ESTRAI
28. STEFANI DEUNISIO DA SILVA
29. JORIANA DO NASCIMENTO DE JESUS COSTA
30. GRACE KELLY FUCK
31. EDIMARA LUZIA STOPASOL DOS SANTOS
32. TATIANE ELIENNE NAVARRETE LEMOS URBANO
33. MAYZA FERNANDA HESS
34. LIA ROSE DE ASCENÇÃO RAMOS CANDEIAS
35. FERNANDA DE FATIMA CALDAS
36. ANGELICA ESCOBAR ROLAND
37. LETICIA PEREIRA DA SILVA
38. GREIS ANDREIA DA COSTA
39. MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA
40. MARIA EDUARDA SILVA
41. CAMILLA LEAO CASUBEK
42. ANDRESSA DA SILVA RAMOS
43. ADRIANA BERNARDINA
44. CRISTIANE FAGUNDES
45. ADRIANA TERESINHA COSTA DA SILVA
46. JOANELI LARISSA ROTHERMEL
47. JOSIANE CRISTINA COSTA SARAIVA

AGENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. CRISTIANE JANUARIO
2. LETICIA GABRIELI DELFINO DA SILVA
3. DANIELE RIBEIRO
4. SIELITON ASSUNCAO FONSECA
5. ANDRESSA HENNING DOS SANTOS
6. EVANICE LAURINDO RODRIGUES

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. CAROLINE LUIZE BOEHM
2. EDUARDA PRIGG SIEDSCHLAG
3. JESSICA MAYARA RIBEIRO

4. CHARLENE MENDES TORRES
5. SARAH HELENA AGUIAR GONCALVES
6. CRISTIANE JANUARIO
7. SUZANE LIMA SAID KELLER
8. ISOLDE MARIA MELZ MORAES
9. PRICILLA THAYS DE SOUZA
10. BRENDA CAROLINE RIBEIRO FLORES
11. ALINE AGUIDA PEREIRA
12. EDUARDA COMELLI BATTESINI
13. HEBILIM LOPES SAMPAIO

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

4.1 Os documentos necessários para a contratação estarão disponíveis acessando o link abaixo e clicando em EDITAIS SEMEC na aba ARQUIVOS/2024;

<https://barravelha.atende.net/cidadao/pagina/processos-seletivos-semec>

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos no Edital de inscrição e convocação, serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em quaisquer de suas fases.
- 5.2 Será facultado, uma única vez, ao candidato convocado, a renúncia da classificação obtida no Processo Seletivo.
- 5.3. Em caso de renúncia à vaga, o candidato assumirá o último lugar na lista de aprovados do cargo para o qual prestou prova, desde que apresente uma solicitação formal no ato da recusa da vaga.
- 5.4. O não cumprimento do item 5.3 desclassifica o candidato de todas as etapas deste certame.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

NILCÉIA TOMAZ
Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto

DECRETO Nº 1998, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509679

DECRETO Nº 1998, DE 11 DE JANEIRO DE 2024
Dispõe sobre Feriados e Pontos Facultativos no âmbito do Município de Barra Velha-SC para o exercício de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1.º Em cumprimento ao estabelecido na legislação de cada um dos níveis da Administração Pública, os feriados Nacionais, Estaduais e Municipais instituídos em Lei, serão observados no âmbito do Município conforme o quadro abaixo:

DATA/2024	
01 DE JANEIRO	Confraternização Universal
29 DE MARÇO	Sexta Feira Santa – Paixão de Cristo
31 DE MARÇO	Páscoa
21 DE ABRIL	Tiradentes
1º DE MAIO	Dia do Trabalhador
20 DE MAIO*	Festa do Divino Espírito Santo
30 DE MAIO*	Corpus Christi
07 DE SETEMBRO	Independência do Brasil
12 DE OUTUBRO	Dia de Nossa Senhora Aparecida
02 DE NOVEMBRO	Dia de Finados
15 DE NOVEMBRO	Proclamação da República
20 DE NOVEMBRO	Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra
07 DE DEZEMBRO *	Emancipação Política do Município de Barra Velha
25 DE DEZEMBRO	Natal

* Feriado Municipal

Art. 2.º Ficam determinados como Ponto Facultativo em todas as repartições da Administração Pública Municipal, ressalvadas as necessidades de cada órgão, as seguintes datas:

DATA/2024	
12 DE FEVEREIRO	Carnaval
13 DE FEVEREIRO	Carnaval
14 DE FEVEREIRO	Quarta feira de Cinzas até as 13h
31 DE MAIO	Sexta-Feira
28 DE OUTUBRO	Dia do servidor público
24 DE DEZEMBRO	Véspera de Natal

§ 1.º O ponto facultativo do dia 28 de outubro, não se aplica à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

§ 2.º A secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto terá o feriado escolar no dia 15 de outubro, dia do Professor.

Art. 3.º Fica revogado o Decreto 1997, de 03 de janeiro de 2024.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

PORTARIA Nº 067, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508916

PORTARIA Nº 067, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 1869 de 03/05/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARCELO APARECIDO MARTINELI para o cargo efetivo de Agente de Educação Infantil, Nível I, do Anexo I-B da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 068, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508919

PORTARIA Nº 068, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 1869 de 03/05/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MERLING SUZANN VOGEL para o cargo efetivo de Agente de Educação Infantil, Nível I, do Anexo I-B da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no CEI Madre Paulina, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 069, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508924

PORTARIA Nº 069, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 1869 de 03/05/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MAISA DA SILVA BRITO para o cargo efetivo de Agente de Educação Infantil, Nível I, do Anexo I-B da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no CEI Profª Célia Muller Cubas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 070, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508931

PORTARIA Nº 070, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 1869 de 03/05/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato SUELY CARNEIRO FRANK para o cargo efetivo de Agente de Educação Infantil, Nível I, do Anexo I-B da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no CEI Profª Daniele Ramon Eschholz Schuch, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 071, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508937

PORTARIA Nº 071, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 1869 de 03/05/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato VIVIANE RAFAELA DE ARRIOLA WELINSKI para o cargo efetivo de Agente de Educação Infantil, Nível I, do Anexo I-B da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no CEI Frei Libório Schmitt, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 072, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508939

PORTARIA Nº 072, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato LEONARDO ABIDO para o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível II- 1, do Anexo V, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no EBM Manoel Antônio da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 073, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508941

PORTARIA Nº 073, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo

71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ANDRE ROSA DA COSTA CORREA MARIMON para o cargo efetivo de PROFESSOR DE ARTE, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Frei Libório Schmitt, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 074, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508944

PORTARIA Nº 074, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ROSA BROETTO para o cargo efetivo de PROFESSOR DE ARTE, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 075, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508948

PORTARIA Nº 075, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ANTONIO JOSÉ TONELLO para o cargo efetivo de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino

de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 076, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508950

PORTARIA Nº 076, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ANA BEATRIZ DE LIMA PORCINCULA para o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 077, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508954

PORTARIA Nº 077, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato CLEISSON RAFAEL PINTO para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no EBM Profª Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 078, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508959

PORTARIA Nº 078, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ELANE SILVA DE SOUZA para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no EBM Profª Antônia Gasino de Freitas - Extensão, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 079, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508963

PORTARIA Nº 079, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato TALIA RAFAELLI SCHANTZ ANHAIA para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Manoel Antônio de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 080, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508967

PORTARIA Nº 080, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARIA AUXILIADORA MAIA DIAS para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE LÍNGUA INGLESA Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Prof. Maria Tusnelda Bernstorff, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 081, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508969

PORTARIA Nº 081, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARIA LUISA DA SILVA para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE LÍNGUA INGLESA Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Prof. Maria Tusnelda Bernstorff, ERM Prof. João Manoel da Silva, ERM Epifânio Manoel Ignácio e ERM Judite Bernardina Aguiar, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 082, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508974

PORTARIA Nº 082, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal

nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato JESSICA SANTOS GEMELLI para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 083, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508977

PORTARIA Nº 083, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato SOLANGE MARIA GUARDA para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino de Freitas, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 084, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508980

PORTARIA Nº 084, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato LEANDRO SERRANO TORRES para o cargo efetivo de PROFESSOR(A) DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício no EBM. Profª Antônia Gasino de Freitas - Extensão carga horária de 35 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 085, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5508982

PORTARIA Nº 085, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato GIOVANNA CRISTINA SCHEUNEMANN VASCONCELOS para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 086, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5508984

PORTARIA Nº 086, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato GLACIELA PACZKOVSKI para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 087, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5508990

PORTARIA Nº 087, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato LUCIENE VANDA KRETZSCHMAR para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 088, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5508993

PORTARIA Nº 088, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MARIA DAS DORES SILVA DE CARVALHO para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 089, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5508997

PORTARIA Nº 089, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato DAIARA SILVANO para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito**PORTARIA Nº 090, 11 DE JANEIRO 2024**

Publicação Nº 5509004

PORTARIA Nº 090, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato NATASHA BATISTA ROSA para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito**PORTARIA Nº 091, 11 DE JANEIRO 2024**

Publicação Nº 5509005

PORTARIA Nº 091, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo

71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ANA LILIAM ROCHA DA SILVA para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 092, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5509008

PORTARIA Nº 092, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato ELIANE APARECIDA VOGENSKI para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Hilda Batista da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 093, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5509010

PORTARIA Nº 093, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato BRUNA CRISTIELY FOGACA GOMES para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª

Marli Hess de Faria, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 094, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5509015

PORTARIA Nº 094, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato VANESSA BATISTA ROSA para o cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na CEI Profª Porfíria Coelho da Silva, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 095, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509017

PORTARIA Nº 095, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato SILVIANE DA COSTA SILVANO para o cargo efetivo de MONITOR (A) DE TRANSPORTE ESCOLAR, Nível I - 1, do Anexo IX da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 096, 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509024

PORTARIA Nº 096, 11 DE JANEIRO DE 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato FABRICIO LOPES TEIXEIRA para o cargo efetivo de PEDREIRO, Nível I - 1, do Anexo VI da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 097, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5509026

PORTARIA Nº 097, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato MAYSA FERNANDA HESS para o cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino de Freitas - Extensão, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

PORTARIA Nº 098, 11 DE JANEIRO 2024

Publicação Nº 5509029

PORTARIA Nº 098, 11 DE JANEIRO 2024

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 001/2022, homologado pelo Decreto nº 1833 de 09/02/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato KAREN GARANHANI SALCEDO para o cargo efetivo de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotado na Secretaria Municipal da Educação e Cultura e Desporto, com exercício na EBM Profª Antônia Gasino de Freitas - Extensão, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de janeiro de 2024

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº001/2024 -PREF

Publicação Nº 5507643

EXTRATO DE CONTRATO
Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – SC
CONTRATO Nº001/2024 – PREF

Contratante: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com sede sita à Rua Estanislau Schumann, nº 4873, no município de Bela Vista do Toldo - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDECIR KRAUSS.

Contratado: INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA, com endereço na Localidade de Colônia Ruthes, s/n, Bairro: Rio da Anta, Município de Santa Terezinha - SC, inscrito no CNPJ sob nº 02.254.896/0001-60, neste ato representado pelo Sr (a) PAULO CESAR FRARE.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA POR METROS CÚBICAS DESTINADAS A CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES E MATA-BURROS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	MADEIRA EM EUCALIPTO SERRADA POR M³	M³	40	R\$ 620,00	R\$ 24.800,00
VALOR TOTAL					R\$ 24.800,00

Valor: R\$ 24.800,00 (Vinte e Quatro Mil e Oitocentos Reais).

Vigência: 11/01/2024 até 31/12/2024.

BELA VISTA DO TOLDO, (SC) 11 DE JANEIRO DE 2024.
VALDECIR KRAUSS
Prefeito Municipal
A íntegra do contrato encontra-se disponível no portal transparência do município.

Biguaçu

PREFEITURA

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE BIGUAÇU GESTÃO 2024 - 2028

Publicação Nº 5508277

ATA DA SOLENIDADE DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR GESTÃO 2024 - 2028

Aos 10 (dez) dias do mês de janeiro de 2024, às 19:00 horas, no Auditório da Igreja Matriz São João Evangelista, no Município de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, foi realizada reunião para a Cerimônia de Posse dos membros do Conselho Tutelar eleitos no Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar, com eleição ocorrida em 1º de outubro de 2023, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990), a Resolução n. 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a Lei Municipal nº 4153, de 16 de março de 2023, bem como o Edital nº 01/2023, publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município (CMDCA) de Biguaçu, em que regulamentou o processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar neste Município.

Em atendimento ao que determina o art. 139, § 2o, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deu-se início à solenidade de posse dos novos membros do Conselho Tutelar. Foram convidados para compor a mesa: Prefeito Municipal de Biguaçu, Salmir da Silva; Vice-Prefeito Municipal de Biguaçu, Alexandre Martins de Souza; Promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu, Dr. João Carlos Linhares Silveira; Secretário Municipal de Administração, Vinicius Hamilton do Amaral; Secretário Municipal de Relações Institucionais Substituto, Antônio Carlos de Azevedo.

A Cerimônia de Posse foi iniciada pelo Prefeito Municipal Salmir da Silva. A posse dos membros do Conselho Tutelar foi realizada pelo Prefeito Municipal e a entrega do Certificado de Diplomação foi realizada pela Presidente do CMDCA para os membros suplentes, estando o Conselho Tutelar de Biguaçu assim constituído, por ordem alfabética:

Membros titulares do Conselho Tutelar para a gestão 2024-2028
Aline Coutinho Juanol
Balbina Cleonice da Rosa Lessa
Claudete Maria Steil Pereira
Priscila Carminotti da Silva
Silesio Gonçalves dos Santos
Membros suplentes do Conselho Tutelar para a gestão 2024-2028
Bárbara Antão Inácio Padilha
Cristiano Silva Rita
Jane Adriane Prestes Inácio
Maria Aparecida Marcelino
Rafaela Dall’ Agnol
Sandro Augusto Buralde

Após a assinatura do termo de posse, a solenidade foi encerrada às 20:00 horas, sendo que esta ata foi redigida por mim, Lucas Martins, servidor da Prefeitura Municipal de Biguaçu, e será assinada pelos presentes.

Assinaturas:
Lucas Martins

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EDIÇÃO 4416 DO CTR 268-2023 PROCESSO 265-2023-PMB

Publicação Nº 5507774

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

Errata do Extrato de Publicação do Contrato Nº 268/2023, publicado do Diário Oficial dos Municípios, dia 26/12/2023, Edição nº 4416.

Onde se lê: “Nº Processo: 365/2023”

Leia-se: “Nº Processo: 265/2023”

Biguaçu, 12 de janeiro de 2023.

SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 4717/2023

Publicação Nº 5507886

PORTARIA nº 4717 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4154/2023, da servidora MAITÉ BROERING FERNANDES, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), MAITÉ BROERING FERNANDES aprovada no Processo Seletivo nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA MELHOR EM CASA, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 07/11/2023 a 06/11/2024, para compor Equipe Profissional Multiprofissional de Apoio (EMAP) do Programa Melhor em Casa de acordo com a Portaria Nº 963, de 27 de Maio de 2013, conforme justificado pelo Memorando 25.248/2022. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/11/2023.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4718/2023

Publicação Nº 5507890

PORTARIA nº 4718 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4157/2023, da servidora TAYNÁ ROMÃO AGOSTINHO, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), TAYNÁ ROMÃO AGOSTINHO aprovada no Processo Seletivo nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ESCRITURÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS CACHOEIRAS, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2023 a 05/11/2024, em substituição ao servidor efetivo Maycon da Silva, matrícula nº 8838-1 que se encontra exercendo Função de Confiança. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2023.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4719/2023

Publicação Nº 5507893

PORTARIA nº 4719 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4156/2023, da servidora BRUNA SANTOS DUARTE, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), BRUNA SANTOS DUARTE aprovada no Processo Seletivo nº 001/2022, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II – 40H, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS FUNDOS, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2023 a 05/11/2024, em substituição a servidora efetiva Bruna Caroline de Souza, matrícula nº 17102-1 que se encontra exercendo Função de Confiança."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2023.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4720/2023

Publicação Nº 5507897

PORTARIA nº 4720 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4155/2023, da servidora INGRID RIBEIRO DE TOLEDO PINTO, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), INGRID RIBEIRO DE TOLEDO PINTO aprovada no Processo Seletivo nº 020/2023, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA – PROGRAMA MELHOR EM CASA, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/11/2023 a 05/11/2025, para atender a Projetos e Programas da Estratégia da Saúde da Família na Atenção Básica. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/11/2023.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4721/2023

Publicação Nº 5507899

PORTARIA nº 4721 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº 4153/2023, da servidora LUCIENY ROSÂNGELA MENDES ANACLETO, que passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º Admitir o (a) servidor (a), LUCIENY ROSÂNGELA MENDES ANACLETO aprovada no Processo Seletivo nº 010/2023, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no CEO – CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme aprovação no Processo Seletivo Nº 010/2022, no período de 07/11/2023 a 06/11/2024, para manter o funcionamento dos serviços odontológicos na Atenção Básica evitando assim prejuízos no atendimento à população, considerando que não existem classificados em Concurso Público para assumirem a vaga na jornada por ela exigida. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/11/2023.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 51/2024

Publicação Nº 5508129

PORTARIA nº 51 de 11 de janeiro de 2024

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) ANA LUCIA MACHADO DA COSTA, detentor do cargo de provimento efetivo ODONTOLOGO, para exercer a Função de Confiança de DIRETOR DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011 no período de 02/01/2024 a 31/01/2024 em substituição ao servidor Vítor Locks, que se encontra em férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2024.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 52/2024

Publicação Nº 5508132

PORTARIA nº 52/2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARLENE PEREIRA BELLE CORREA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo em anexo, no período de 02/01/2024 a 29/06/2024.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 53/2024

Publicação Nº 5509670

PORTARIA nº 53 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, HELLEN FONSECA DE SOUZA DA COSTA VALE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 54/2024

Publicação Nº 5509672

PORTARIA nº 54 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, DALVA SANTOS DAS MERCÊS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ORIENTADOR SOCIAL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 55/2024

Publicação Nº 5509673

PORTARIA nº 55 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, SARAH JUNCKES DUARTE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 56/2024

Publicação Nº 5509675

PORTARIA nº 56 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, LARISSA FETTER WEGNER, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 57/2024

Publicação Nº 5509676

PORTARIA nº 57 de 11 de janeiro de 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MARIA FERNANDA SCHMITT BUNN, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE BIGUAÇU GESTÃO 2024-2028

Publicação Nº 5508278

TERMO DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
GESTÃO 2024-2028

No décimo dia do mês de janeiro do ano de 2024, às 19:00 horas, no Auditório da Igreja Matriz São João Evangelista, no Município de Biguaçu foi dada posse, pelo(a) Prefeito Municipal de Biguaçu, Salmir da Silva, e de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990, com a Resolução

n. 231/2022 do Conanda e com Lei Municipal nº 4153, de 16 de março de 2023, aos membros titulares do Conselho Tutelar do Município de Biguaçu, eleitos no dia 1º de outubro de 2023, em processo de escolha conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para um mandato de 4 (quatro) anos, a contar da data de hoje.

O presente Termo de Posse será datado e assinado pelos membros do Conselho Tutelar eleitos.

Biguaçu, 10 de janeiro de 2024.

Salmir da Silva
Prefeito Municipal

Membros do Conselho Tutelar titulares eleitos e empossados na data de hoje:

Aline Coutinho Juanol
Portaria nº 40/2024

Balbina Cleonice da Rosa Lessa
Portaria nº 38/2024

Claudete Maria Steil
Portaria nº 41/2024

Priscila Carminatti da Silva
Portaria nº 39/2024

Silésio Gonçalves dos Santos
Portaria nº 42/2024

CONVOCAÇÃO Nº 068 EDITAL 001/2022 - SEMAD

Publicação Nº 5508101

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE RECURSOS HUMANOS****CONVOCAÇÃO SEMAD Nº 068 – Edital 001/2022**

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso das atribuições, **CONVOCA** os candidatos aprovados no **Processo Seletivo SEMAD Edital 001/2022**, abaixo relacionados para comparecer na Secretaria da Saúde - Prédio Boulevard Biguaçu – Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 68 – Centro - BIGUAÇU – SC, **até o dia 16 de janeiro de 2024**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 40H

051 - JUAN FELIPE SILVEIRA DE OLIVEIRA
052 - PAULIANE BRASIL SILVA
053 – FRANCISCO CARLOS SILVA QUEIROZ JÚNIOR
054 - TAYSE ESPINDOLA DOS SANTOS
055 - TATIANA LUCIANA DA SILVA
056 - ELIANE MARIA ROQUE
057 - LISANDRA VELLEDA DE OLIVEIRA
058- JULIANA FEIBER PEREIRA
059 - NORTON LUIS ZANOTTO
060 - ALINNY CRISTIANE DE SOUZA MARTINS DA SILVA
061 - JACKELINE DOS SANTOS MELO
062 – KARINA BERLING DE JESUS

CARGO: ENFERMEIRO II – 40H

029 - KARLA DAIANA MACHADO
030 - MARINA MAIA DE OLIVEIRA
031 - FABRICIA SERAPIAO

Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 68
Bairro Centro – Biguaçu – CEP 88.160-130
Telefone (48) 3039-8500 E-mail: rhsmsbigua@gmail.com

CONVOCAÇÃO Nº 069 EDITAL 001/2022 - SEMAD

Publicação Nº 5509087

**P R E F E I T U R A D E**
BIGUAÇUSECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**CONVOCAÇÃO SEMAD Nº 069 – Edital 001/2022**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o **candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 001/2022, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia 16/01/2024**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará o contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 11 de janeiro de 2024.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

CARGO – MOTORISTA III – D -

14 – FELIPE CORREA FRANZÓI

15 – DILTON ROSA

CARGO – ASSISTENTE SOCIAL

41 – CENIRA BATISTA VELOSO

Praça Nereu Ramos, 90 – Centro – Biguaçu – CEP 88160.116
Telefone (48) 3094-4100

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA DO 3 ADITIVO DO CONTRATO N. 03/2022 – TOMADA DE PREÇO TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº 01/2022**

Publicação Nº 5509130

Extrato da do 3 aditivo do Contrato n. 03/2022 – Tomada de Preço tipo Técnica e preço nº 01/2022

Objeto: ACRÉSCIMO DOS QUANTITATIVOS DE 25%, do contrato nº 001/2022 referente a Tomada de preço nº 001/2022 firmado com a empresa 9MM PROPAGANDA LTDA.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratado: Empresa 9MM PROPAGANDA LTDA - CNPJ n. 05.332.468/0001-05

Valor total estimado: R\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais)

Dotação Orçamentária: 33.90.39.880000000000

Data de assinatura do aditivo: 18/12/2023

Vigência: até 09/04/2024.

Fundamento legal: art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 11 de janeiro de 2024

Douglas Fernandes de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

REVOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2022

Publicação Nº 5509168

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – REVOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2022.

Informamos que Sr. Senhor Secretário Municipal de Trânsito e Transportes no uso de suas atribuições legais, REVOGOU o Pregão Eletrônico nº 165/2022 - Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção e segurança (algema, tonfa, bastão retrátil e colete a prova de bala) para atendimento aos agentes de trânsito/SMTT. Em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta. Base legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Complementar nº 123/06, Lei Federal nº 10.520/02 e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Registrado no TCE/SC sob o código: 4F865906C01C392DF8E6C10C5DE30E8ADFD35708.

Blumenau, 12/01/2024

Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2024

Publicação Nº 5509172

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2024

Na forma do artigo 235 da Lei Complementar nº 632/2007 (Código Tributário Municipal), ficam os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definido em lei civil, localizado na zona urbana do Município ou em áreas a ela equiparadas por lei NOTIFICADOS do lançamento do IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) do exercício de 2024.

O lançamento ora notificado é efetuado com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Municipal, disciplinado pelos artigos 122 a 128 da LC 632/2007 e obedece aos critérios estabelecidos nos artigos 222 a 238 da mesma lei.

O débito poderá ser quitado à vista ou em até onze (11) parcelas, de acordo com a tabela a seguir, observado o valor mínimo de R\$ 20,00 (vinte reais) por parcela:

PARCELA VENCIMENTO

Única com doação do desconto 15/02/2024

Única com 5% desconto 15/02/2024

Única com 3% desconto 15/03/2024

1ª parcela 15/02/2024

2ª parcela 15/03/2024

3ª parcela 15/04/2024

4ª parcela 15/05/2024

5ª parcela 17/06/2024

6ª parcela 15/07/2024

7ª parcela 15/08/2024

8ª parcela 16/09/2024

9ª parcela 15/10/2024

10 parcela 18/11/2024

11 parcela 16/12/2024

Os carnês de pagamento serão entregues no endereço dos contribuintes até o dia 02 de fevereiro de 2024. Aqueles que não receberem o carnê até a data apazada, poderão dirigir-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, Praça Victor Konder, 2, bairro Centro, para solicitar segunda via, que também poderá ser obtida mediante acesso ao endereço www.blumenau.sc.gov.br/cidadao.

Discordando do lançamento o contribuinte deverá formular pedido de revisão fundamentado à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme artigo 236 da LC 632/2007, até o dia 15 de março de 2024.

O lançamento poderá ser revisto nos casos previstos no artigo 70 da LC 632/2007. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou-se a expedição do presente edital.

Blumenau, 11 de janeiro de 2024.

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD PAD Nº 027/2022

Publicação Nº 5509173

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD

PAD N. 027/2022

ACUSADO: A.G.R

ADV: DANIELLE RODRIGUES DA SILVA – OAB/SC 19.957

Fica intimada a advogada constituída do acusado para ter ciência do teor do despacho de fl. 160, que designa audiência para oitiva de testemunhas, a se realizar na Escola Técnica de Saúde - ETSUS, situada na Rua 02 de Setembro, 1510, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP 89052-000, no dia 08 de fevereiro de 2024, a partir das 14h.

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD PAD Nº 027/2023

Publicação Nº 5509176

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO – 3ª CPASD

PAD N. 027/2023

ACUSADA: R.C.C.M.

ADVS: ANDRÉ ABREU BINDÉ – OAB/SC 46.953 e RAPHAEL DANILLE CORREIA - OAB/SC 39.925

Ficam intimados os advogados do Servidor Acusado para ter ciência do despacho de fls. 48-49, bem como da designação de audiência para oitiva de testemunhas, a se realizar na Escola Técnica de Saúde - ETSUS, situada na Rua 02 de Setembro, 1.510, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP 89052-000, no dia 01 de fevereiro de 2024, a partir das 14 horas.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL N.º 001/2024 – PROGRAMA HABITACIONAL SC MAIS MORADIA

Publicação Nº 5507519

EDITAL N.º 001/2024

INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS PARA O PROGRAMA HABITACIONAL SC MAIS MORADIA – BOM JARDIM DA SERRA/SC
O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAZ SABER QUE, A PARTIR DO DIA 18 DE JANEIRO DE 2024 ATÉ O DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2024, ESTARÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA HABITACIONAL SC MAIS MORADIA, COM BASE NA LEI ESTADUAL N. 18.482, DE 1º DE AGOSTO DE 2023 E LEI MUNICIPAL N.º 1.531/2023, POR MEIO DE CADASTRAMENTO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

01. OBJETO

1.1. O objeto do presente edital é a abertura de inscrições para seleção de famílias interessadas na aquisição de casas, subsidiadas pelo programa habitacional SC Mais Moradia do Estado de Santa Catarina em parceria com o Município de Bom Jardim da Serra/SC, para construção de residências, destinadas às candidatas que vivem em situação de extrema pobreza.
1.2. O Município de Bom Jardim da Serra/SC, assume o compromisso de disponibilizar o loteamento para construção das referidas moradias e organizar o processo de seleção dos candidatos, assim como, elaborar o projeto de execução da construção, dentro dos padrões, estabelecidos pelos conselhos e empresas concessionárias competentes.

02. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Poderão se inscrever no Programa Habitacional SC MAIS MORADIA, as famílias que atendam aos critérios abaixo:
a) Famílias que recebam no máximo até 03 (três) salários mínimos, sendo considerados os rendimentos de todos os membros da família;
b) Famílias que residam no Município de Bom Jardim da Serra/SC;
c) Não ter sido qualquer membro da família beneficiário de outro programa habitacional de concessão de casa e/ou lote, salvo se tenha desistido e devolvido casa/lote ao Município, devidamente comprovado;
d) Ser o representante da família brasileiro nato e/ou naturalizado;
e) Ser o representante da família maior de idade ou emancipado;
f) Estar o representante da família inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais – CADÚNICO;
g) A inscrição será validade mediante protocolo assinado pelo servidor responsável pela inscrição e termo de concordância assinado pelo declarante das informações.
2.1.2 Todas as informações e documentos apresentados poderão ser avaliados e reavaliados pelo Comissão Especial do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, com o objetivo de averiguar a veracidade das informações, sob pena das cominações legais.
2.2. As famílias classificadas, aptas a receber o benefício, para validar a pontuação da sua inscrição, deverão apresentar, toda a documentação, sob pena de reclassificação ou até mesmo desclassificação, não sendo aceita documentação incompleta ou após o prazo previsto neste edital.
2.2.1. A realização da inscrição e a classificação da família no programa não garante a concessão do benefício, nem tampouco aprovação no programa.
2.2.2. As inscrições deferidas/homologadas serão publicadas, que será afixado em mural público (Prefeitura) e publicadas no site oficial do município (<https://www.bomjardimdaserri.sc.gov.br/>).
2.2.3. O interessado em contestar a lista de inscrições, ou que tiver sua inscrição indeferida, poderá interpor recurso e/ou impugnação junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, s/n, próximo à Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação da lista de seleção.
2.2.4. É de inteira responsabilidade do representante da família acompanhar as chamadas, publicações e prazos legais do programa.
2.2.5. A presente seleção terá preferências as famílias que tenham como membro da família pessoa do sexo feminino (matriarca), independentemente do estado civil que se encontra.
2.2.6. 02 (duas) vagas serão obrigatoriamente destinadas a idoso e pessoa com deficiência, sendo 01 para a família que tiver idoso como membro e 01 para família que possuir como membro pessoa com deficiência. Caso na classificação dos 16 (dezesesseis) primeiros colocados, nenhuma dessas famílias possuírem pessoa idosa ou pessoa com deficiência, haverá uma RECLASSIFICAÇÃO das 15ª e 16ª vagas, sendo que concorrerão somente famílias que possuam alguma pessoa com deficiência para disputa da 15ª vaga, e concorrerão somente famílias que tenham alguma pessoa idosa para disputa da 16ª vaga.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS

3.1. As participantes serão classificadas em ordem decrescente de acordo com a maior pontuação obtida, seguindo os critérios abaixo:

Item	Descrição do Critério	Pontos
01	Família inscrita no Cadastro Único	03
02	Família com renda per capita menor que R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais)	05
03	Possuir integrante do núcleo familiar em situação de desemprego	02

04	Possuir filhos menores de 10 (dez) anos	05
05	Possuir, em caso de núcleo monoparental, a condição de vítima de violência doméstica devidamente formalizada antes da data da publicação deste Edital;	10
06	Famílias chefiadas por mulheres	10
07	Atestado de frequência escolar de todas as crianças e adolescentes que fazem parte da família	07
88	Possuir integrante do núcleo da família portador de doença grave, nos termos do inciso XIV, do art. 6º, da Lei Federal n.º 7.713/1998	04
19	Possuir integrante do núcleo familiar com deficiência, nos termos da Lei Federal n.º 13.146/2015	04
010	Possuir integrantes idosos no núcleo familiar, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003	04
111	Família que resida no Município há mais de 6 (seis) meses	02
12	Residir em local desprovido de fornecimento institucional de energia elétrica e saneamento básico	08
113	Os beneficiários contemplados no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) n.º 0004/2017/01PJ/SJA	08

2.2 O cálculo da renda per capita será feita através da soma de todas as rendas dos membros da família, dividida pelo número de moradores;

2.3 Caso não comprove renda formal de qualquer dos membros da família, será considerado como ganho mensal o valor de 01 (um) salário mínimo nacional, para fins do cálculo de que trata o item 3.1, salvo se comprovadamente todos os membros da família encontrarem-se desempregados ou sem qualquer tipo de renda, incluindo programas sociais;

2.4 A doenças graves de que trata o item "08", serão aquelas constantes na legislação federal, quais sejam: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida.

3.5 A falta de comprovação de qualquer dos itens 01 a 12 não desclassificará o participante, contudo, o mesmo não pontuará no referido item.

3.6. Considera-se vítima de Violência Doméstica a mulher, incluindo a mulher transexual e travesti, que sofra violência física, moral, patrimonial, sexual ou psicológico, em seu ambiente doméstico, familiar ou de intimidade. Ademais, compreende-se formalizada a violência doméstica, a partir da notícia-crime, é dizer, do relato formal do fato criminoso à autoridade competente, geralmente ao delegado de polícia ou a um membro do Ministério Público.

3.7. Entende-se por atestado de frequência escolar, a constatação de presença mínima mensal de 85% nas aulas dos alunos de seis a 15 anos e de 75% dos jovens entre 16 e 17 anos.

3.8. Consideram-se beneficiários do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) n.º 0004/2017/01PJ/SJA, aqueles enumerados em seu bojo.

3.9 São critérios de desempate:

1º) Família com menor renda per capita;

2º) Famílias com portadores de deficiência ou doenças graves enquadradas na Lei Federal n.º 7.713/98 devidamente comprovadas;

3º) Maior número de membros na família;

3.10. Estarão impedidos de participar do programa e serão desclassificados:

3.10.1. Em que qualquer membro da família já tenha sido contemplado com residência, seja de qualquer programa habitacional, Municipal, Estadual e/ou Federal;

3.10.2. Em que qualquer dos membros da família já seja proprietária ou posseira com ânimo de dono, de imóvel rural ou urbano;

3.10.3. Em que qualquer dos membros da família seja participante de qualquer tipo de programa de regularização fundiária (Lar Legal, REURB, etc.).

3.10.4. Em que a soma total dos rendimentos dos membros da família ultrapasse 03 (três) salários mínimos.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O processo de seleção e classificação serão analisados e julgados por Comissão Especial, designada exclusivamente para esse fim, a qual deverá atentar-se ao seguinte:

a) Serão classificadas as 16 (dezesesseis) primeiras melhores colocadas, entretanto serão divulgadas todas as pontuações de todas as inscritas;

b) O representante que omitir informações ou prestá-las de forma inverídica, sem prejuízo de outras sanções, poderá ser reclassificada ou excluída, a qualquer tempo, do processo de seleção estabelecido neste instrumento;

c) Finalizada a etapa de inscrições, será publicado a lista de classificadas, contendo a relação das classificadas, iniciando o prazo de 02 dias para impugnação;

d) Durante o período de impugnação de que trata a alínea "c", será instituído um ponto de atendimento junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua Manoel Cecílio Ribeiro s/n, próximo à Prefeitura Municipal, para esclarecimento de dúvidas, formalização de denúncias e contestações relacionadas ao programa habitacional, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13:00h às 17:00h. As denúncias e contestações deverão ser apresentadas de maneira escrita e assinada pelo denunciante conforme anexo V.

f) As denúncias e contestações serão investigadas pela Comissão Especial, cabendo inclusive visitas in loco.

4.2. A homologação da lista das candidatas selecionadas será efetuada pelo Chefe do Poder Executivo, após aprovação da Comissão Especial.

4.3. As informações e documentações apresentadas pelos inscritos para o programa em conjunto com o governo estadual (SC MAIS MORADIA), poderão ser verificadas pela Comissão Especial, a qualquer tempo, por meio de fiscalização presencial.

4.4. O Processo de seleção, após resultado da Comissão especial, e antes da homologação pelo Chefe do Poder Executivo, será encaminhado ao Conselho Municipal de Habitação e Interesse para emitir parecer e/ou resolução.

5. DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua Manoel Cecílio Ribeiro s/n, próximo à Prefeitura Municipal, com horário de atendimento das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, com início no dia 18 de janeiro de 2024 a 19 de fevereiro de 2024.

6. DO SORTEIO DA LOCALIZAÇÃO DOS LOTES DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DAS CASAS

O sorteio das posições dos lotes será realizado somente após a homologação da lista de classificação e construção das referidas casas, com o intuito de garantir a transparência dos atos, o que será feito de forma pública no dia da entrega das chaves.

7. DOS PRAZOS

Calendário simplificado elencando as etapas e os prazos a serem seguidos pelos candidatos:

Data	Etapas
11 de janeiro de 2024	Publicação do Edital
12 a 15 de janeiro de 2024	Impugnação do Edital
18 de janeiro de 2024 até o dia 19 de fevereiro de 2024	Prazo para Inscrição
20 a 21 de fevereiro de 2024	Análise documental das inscrições
21 de fevereiro de 2024	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidas e indeferidas/desclassificadas
22 a 23 de fevereiro de 2024	Prazo para interposição de recurso à candidata inabilitada/desclassificada
26 a 27 de fevereiro de 2024	Análise da interposição de recurso à candidatas inabilitada/desclassificada, pela Comissão Especial
27 de fevereiro de 2024	Publicação do resultado dos recursos interpostos pelas candidatas
28 a 29 de fevereiro de 2024	Prazo para impugnação da população em geral
01 a 04 de março de 2024	Análise da impugnação da população em geral, pela Comissão Especial
05 de março de 2024	Divulgação e Publicação de Resultado Final

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Após a finalização do processo de inscrição, as selecionadas poderão ser interpeladas a comprovar a condição declarada, conforme inscrição realizada, por meio da apresentação de documentos, visitas domiciliares e outras diligências que se entenderem pertinentes.

8.2. Para fins de esclarecimento, aclara-se que o programa habitacional é de exclusiva responsabilidade do Estado de Santa Catarina, cabendo ao Município de Bom Jardim da Serra/SC tão somente a organização do processo de seleção, o fornecimento do lote e a construção das casas, seguindo os principais critérios estabelecidos pelo Estado, não podendo o Município ser responsabilizado pela falta de liberação do valor destinado a construção das referidas moradias, não respondendo também pelo atraso desta liberação.

8.3. Cabe frisar aqui que não sendo disponibilizado o valor para a construção das casas, os lotes também não serão disponibilizados.

8.4. A família selecionada, através de seu representante inscrito, que deverá ser do sexo feminino, exceto somente se não houverem inscritos que atinjam o número de 16 (dezesesseis), firmará com o Município de Bom Jardim da Serra/SC TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (anexo VIII) com o prazo de 10 (dez) anos.

8.5. Constatada qualquer irregularidade, o Município promoverá a rescisão unilateral do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, podendo promover ação judicial de reintegração de posse. Para os fins supramencionados, entende-se por irregularidade: a falta de manutenção; a venda ou locação, ou qualquer outro tipo de cessão da posse sobre o imóvel.

Bom Jardim da Serra/SC, ____ de _____ de _____

César Nesi
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

Cópia dos documentos de TODOS que residem na casa:

I - Cadastro único

II - RG

III - CPF

IV - Título de eleitor (maiores de 16 anos)

V - Certidão de nascimento das crianças, caso não tenham RG e CPF;

VI - Atestado de frequência escolar dos filhos;

VII - Comprovantes de residência atual (conta de água, luz ou telefone);

VIII - Comprovante de renda ou desemprego de todos os membros da família que exerçam atividade remunerada. (Obs.: A renda ou o desemprego poderão ser comprovados através das Declaração de Renda, (conforme anexo III e IV), cópia da Carteira de Trabalho, aviso prévio, e extrato bancário);

IX - Laudo médico de pessoas com doenças crônicas;

X – Certidão Negativa Municipal;

XI – Declaração de que qualquer membro da família não ser proprietário de bem imóvel;

XIII – Existência de aluguel deverá ser comprovada através de contrato de aluguel ou declaração reconhecida em cartório pelo proprietário;

XIV – Quando a casa for cedida trazer declaração reconhecida em cartório pelo proprietário.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA UNIDADE FAMILIAR

Eu, _____, portadora do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____

Declaro expressamente, sob responsabilidade civil e criminal, para efeitos de participação do processo de inscrição no programa habitacional SC MAIS MORADIA, do Município de Bom jardim da Serra/SC, que sou mulher responsável pela unidade familiar da qual faço parte, sendo responsável pela fonte de renda da minha família.

Bom Jardim da Serra/SC, _____ de _____ de _____

Assinatura da Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RENDA

Eu, _____, portadora do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____

Declaro para os devidos fins, que não possuo renda formal ou informal.

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 15 da Lei 12.101/09.

Bom Jardim da Serra/SC, _____ de _____ de _____

Assinatura da Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO AUTÔNOMO

Eu, _____, portadora do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____

Declaro para os devidos fins, que não mantenho vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica, mas que exerço atividade autônoma de _____ e recebo mensalmente rendimentos no valor de R\$ _____.

Declaro também estar ciente das penalidades legais a que estou sujeito

Bom Jardim da Serra/SC, _____ de _____ de _____

Assinatura da Declarante

ANEXO V

CARTA DE NOTÍCIA ("DENÚNCIA")

Ao Presidente do Conselho Gestor do Fundo de Habitação e de Interesse Social,
Prezado(a) Senhor(a)

Eu, _____, portador(a) do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____

venho por meio desta noticiar os fatos a seguir escandidos:

Diante do relatado solicito providencias, quanto a averiguação do fato e eventual desclassificação da denunciada.

Bom Jardim da Serra/SC, ____ de ____ de ____

Assinatura da(o) Noticiante

**ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

Eu, _____, portadora do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____
Declaro, que é meu (minha) _____ (pai, mãe, padrasto, madrastra, filho(a)) e vive sob minha dependência econômica, visto não receber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento de aposentadoria, superior ao limite de isenção mensal (art. 35, da Lei nº 9.250, de 26/12/1995). Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei.

Bom Jardim da Serra/SC, ____ de ____ de ____

Assinatura da Declarante

**ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**

Eu, _____, portadora(o) do RG n.º _____, órgão expedidor _____ e do CPF n.º _____ residente no endereço _____
Declaro, para fins de comprovação de residência, que _____ reside no endereço acima. A casa é alugada no valor de R\$ _____ mensais, a responsabilidade do pagamento de água e luz também é por conta da moradora. Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações prestadas.
Ademais, comprometo-me a reconhecer a firma da presente declaração e, a anexar o Comprovante de Residência em meu nome, como prova do teor, ora declarado.

Bom Jardim da Serra/SC, ____ de ____ de ____

Assinatura da Declarante

ANEXO VIII

TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO INDIVIDUAL DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA DE IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL

De um lado o MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, regularmente inscrita no CNPJ sob o n. 02.038.553/0001-69, com sede à Rua Manoel Cecílio Ribeiro n.º 68, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Pedro Luiz Ostetto, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, doravante denominado CONCEDENTE; e, de outro lado, _____ (concessionário), brasileira(o), estado civil, profissão, portadora da Cédula de Identidade RG n.º _____ inscrita no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliada(o) na Rua _____, doravante denominada de CONCESSIONÁRIA(O), celebram a presente CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA, com fundamento no artigo 183, § 1º da Constituição Federal, artigo 4º, V, "h", da Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), da Lei Federal n.º 14.118/2021, da Lei Estadual n.º 18.482/2022 e Lei Municipal n.º 1.531/2023, conforme as cláusulas e condições enunciadas abaixo.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL CONCEDIDO Terreno com área de _____ m², localizado no lote n.º _____, Gleba _____, medindo (____m) de frente, (____m) da frente para os fundos ao lado direito, considerando-se quem olha da rua para o terreno, (____m) da frente para os fundos ao lado esquerdo, e (____m) de fundo. (Descrever os limites do terreno e suas divisas com nomes de ruas e metragens, conforme constante no projeto urbanístico de regularização da área).

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONCEDENTE tem o domínio útil do imóvel objeto desta concessão, sito a Rua _____, no bairro _____, neste Município, consoante inscrição no Registro Geral de Imóveis de São Joaquim (SC) sob a matrícula n.º _____, registrado em _____, que será considerado como um todo, de forma indivisa, sendo entretanto demarcadas as partes ideais a serem ocupadas por cada um da(s) CONCESSIONÁRIA(s) e seus respectivos Núcleos Familiares, nos termos da planta em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONCEDENTE cede à CONCESSIONÁRIA o imóvel supratranscrito, para que a CONCESSIONÁRIA exerça seu direito de uso para fins de moradia para si ou para sua família.

CLÁUSULA TERCEIRA: O CONCEDENTE e a(s) CONCESSIONÁRIA(s) ajustam a presente concessão a título gratuito.

CLÁUSULA QUARTA: Após a assinatura do presente contrato, a(s) CONCESSIONÁRIA(S) fruirá(ão) plenamente do uso do lote do terreno descrito na Cláusula Segunda, bem como responderão por todos os respectivos encargos civis, administrativos e tributários.

CLÁUSULA QUINTA: Fica vedado às CONCESSIONÁRIAS:

- I - Dar destinação diversa da moradia ao imóvel;
- II - Proceder a transferência ou alienação do uso concedido para atividade comercial ou qualquer outra diversa da moradia da concessionária ou de sua família.

CLÁUSULA SEXTA: A concessão, ora convencionada, terá a duração de 10 anos, prorrogáveis por igual período.

CLAUSULA SÉTIMA: As partes, neste ato, e na presença das testemunhas abaixo, requerem, ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do presente Termo de Concessão, nos termos do item 37 do art. 167 da Lei 6.015/1973 (Lei de Registros Públicos).

CLÁUSULA OITAVA: A(s) CONCESSIONÁRIA(s) obriga(m)-se a exercer os direitos e deveres que lhe são conferidos pelo presente instrumento, incluindo a construção ou reformas do imóvel, consoante as normas de uso, ocupação e edificação do solo segundo as diretrizes municipais de urbanização.

CLÁUSULA NONA: A(s) CONCESSIONÁRIA(s) declara(m) sob as penas de Lei, que preenchem os requisitos obrigatórios constantes da Lei Municipal n.º 1.531/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA: A presente concessão extingue-se de pleno direito se a(s) CONCESSIONÁRIA(s):

- I - Der ao imóvel concedido destinação diversa da determinada pela Cláusula Segunda;
- II - Der em locação total o imóvel;
- III - Transferir a terceiros, a qualquer título, o imóvel concedido, sem a prévia e expressa anuência do CONCEDENTE;
- IV - Adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural;
- V - Pela morte dos concessionários.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos casos definidos acima, ficará a concessão revogada, o que implicará na reversão do domínio pleno, inclusive a posse, do imóvel ao Município.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos casos definidos acima, a concessionária será notificada no prazo de 30 dias para oferecer defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A extinção, será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Será garantida a ampla defesa, sendo certo que o descumprimento qualquer cláusula deste termo será apurada através de prévio processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Não importará em tácita alteração dos termos desta concessão o eventual atraso ou omissão do CONCEDENTE no exercício das faculdades conferidas pelo presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro da Comarca de São Joaquim (SC), para solução de qualquer pendência originária do presente Termo. E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias para os fins de direito.

Bom Jardim da Serra/SC, ____ de ____ de ____

Chefe do Poder Executivo

Beneficiário Conjuge

Testemunha Testemunha

PORTARIA N.º 013/2024 - NOMEAR DIRETOR DE AGRICULTURA

Publicação Nº 5508581

PORTARIA Nº 013/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Diretor de Agricultura, Meio Ambiente e de Obras e Serviços Públicos o Sr. MAURÍCIO DA SILVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 08 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 014/2024 - EXONERAR TÉCNICA ADMINISTRATIVA

Publicação N° 5508589

PORTARIA N° 014/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido do cargo de Técnico Administrativo (40h) a Sra. BEATRIZ DA SILVA FERNANDES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 015/2024 - EXONERAR ODONTÓLOGA

Publicação N° 5508596

PORTARIA N° 015/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido do cargo de Odontóloga (40h) a Sra. JULIANA AUTH FETTER.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 016/2024 - EXONERAR CONSELHEIRA TUTELAR

Publicação N° 5508607

PORTARIA N° 016/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, por término de contrato, do cargo de Conselheira Tutelar a Sra. CLAUDIA CRISTINA DA SILVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 017/2024 - EXONERAR CONSELHEIRA TUTELAR

Publicação N° 5508612

PORTARIA N° 017/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, por término de contrato, do cargo de Conselheira Tutelar a Sra. CAMILA RODRIGUES PIVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 018/2024 - EXONERAR CONSELHEIRA TUTELAR

Publicação N° 5508617

PORTARIA N° 018/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, por término de contrato, do cargo de Conselheira Tutelar a Sra. MABEL DEAN VELHO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 019/2024 - EXONERAR CONSELHEIRA TUTELAR

Publicação N° 5508625

PORTARIA N° 019/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, por término de contrato, do cargo de Conselheira Tutelar a Sra. JOACIL APARECIDA DA SILVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PORTARIA N.º 020/2024 - EXONERAR CONSELHEIRA TUTELAR

Publicação N° 5508630

PORTARIA N° 020/2024
De 11 de janeiro de 2024

César Nesi Prefeito Municipal em exercício de Bom Jardim da Serra, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal na Seção II, art. 75º, inciso VII,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, por término de contrato, do cargo de Conselheira Tutelar a Sra. JULIANA DA SILVEIRA CABRAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à 09 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 11 de janeiro de 2024.

CÉSAR NESI
Prefeito Municipal em Exercício

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

DECRETO 01/2024

Publicação Nº 5507706



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BOM JARDIM DA SERRA
C.N.P.J.: 82.844.754/0001-92
Município: BOM JARDIM DA SERRA

Página : 1 / 1

DECRETO Nº 01/2024, de 2 de Janeiro de 2024.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BOM JARDIM DA SERRA e autorização contida na Lei Municipal nº 1544/2023, de 30 de Novembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 250.020,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SEC. DO MEIO AMB. AGRICULTURA, INFRA-ES - SEMAGISP		
07.001 - DEPTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
07.001.15.451.12.1022-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$150.000,00
1.710.3210.0079	(SF) - Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	150.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES - SEDUCE		
05.002 - DEPTO MUNICIPAL DE ESPORTES		
05.002.27.812.6.2024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas		R\$100.020,00
1.710.3210.0079	(SF) - Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	100.020,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R\$150.000,00
1.710.3210.0079	(SF) - Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	150.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R\$100.020,00
1.710.3210.0079	(SF) - Emendas Parlamentares Impositivas Transferências do Estado	100.020,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Janeiro de 2024.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.1/2024

Publicação Nº 5510747

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2024
Código registro TCE: 1C95610D75017CC333EDABBA7021FD1333DC8533

Setor Solicitante: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

1. OBJETO

1.1 Aquisição de licenciamento da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, registrada no INPI sob o nº BR512023001834-1, que consiste em uma página, no formato chat, alimentada por algoritmo de inteligência artificial, que responde dúvidas tributárias referentes aos tributos de competência municipal e de situações sujeitas a fiscalização tributária municipal. A ferramenta, conforme testes realizados, apresenta, em segundos, orientações detalhadas aos agentes públicos municipais sobre rotinas e trâmites cotidianos de temas tributários, que agilizam e tornam eficiente o trabalho dos setores relacionados a administração tributária, contabilidade e procuradoria municipal. Além disso, possui versão voltada para o público em geral, parametrizada conforme a realidade do Município e com informações sucintas e diretas, o que otimizará o atendimento dos cidadãos, conforme tabela a seguir:

Quant./und	Descrição	Valor unitário	Valor Total
12 meses	Aquisição de licenciamento da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, registrada no INPI sob o nº BR512023001834-1, que consiste em uma página, no formato chat, alimentada por algoritmo de inteligência artificial, que responde dúvidas tributárias referentes aos tributos de competência municipal e de situações sujeitas a fiscalização tributária municipal. A ferramenta, conforme testes realizados, apresenta, em segundos, orientações detalhadas aos agentes públicos municipais sobre rotinas e trâmites cotidianos de temas tributários, que agilizam e tornam eficiente o trabalho dos setores relacionados a administração tributária, contabilidade e procuradoria municipal. Além disso, possui versão voltada para o público em geral, parametrizada conforme a realidade do Município e com informações sucintas e diretas, o que otimizará o atendimento dos cidadãos	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00

1.2 Fazem parte integrante deste Processo o Estudo Técnico e Termo de Referência anexo.

2. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada mediante Inexigibilidade de Licitação, através de Autorização de Fornecimento, nos termos do art. 74, inc. I da Lei 14.133/2021. A contratação se dará com exclusividade a empresa CONTRIBUTOS ESTUDOS TRIBUTÁRIOS LTDA, a qual possui exclusividade DA PLATAFORMA.

3. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATO.

- 3.1. A Contratada se obriga a prestar o serviço ora contratado nos moldes desse instrumento e da proposta apresentada. Concluindo-se pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 3.2. O adjudicatário terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 3.2.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 3.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 3.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 3.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão na Lei que rege esta inexigibilidade.
- 3.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

4. DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da expedição do contrato, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada da empresa contratada, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 14.133/2021.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Por este instrumento, a contratada obriga-se a:

- 5.1.1. Cumprir rigorosamente todas as especificações dos bens adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado do Termo de Referência;
- 5.1.2. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 5.1.3. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.1.4. Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o Objeto;
- 5.1.5. Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;
- 5.1.6. Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Por este instrumento, a contratante obriga-se a:

- 6.1.1. Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento contratado;
- 6.1.2. Notificar a empresa contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos bens/serviços;
- 6.1.3. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 6.1.4. Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.5. Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:
 - 6.1.5.1. Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
 - 6.1.5.2. Que possuam nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o Termo de Referência;
 - 6.1.5.3. Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento.
- 6.1.6. O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela contratada, no ato da entrega/realização dos bens/serviços e da nota fiscal pela contratada;
- 6.1.7. O recebimento provisório não implica sua aceitação;
- 6.1.8. O recebimento definitivo dar-se-á, pela contratada, após a verificação do cumprimento das especificações dos materiais, nos moldes do Termo de Referência e da proposta vencedora, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

- 7.1.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao Departamento de Compras do Município de Bom Jesus, mediante apresentação do objeto licitado, cujo pagamento será realizado a partir do 10º dia do mês subsequente a prestação do serviço, através de transferência bancária na conta do titular. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;
- 7.1.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da Contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada.
- 7.1.3. A documentação de cobrança não aceita pela Contratante será devolvida à Contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.
- 7.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 7.3. A Contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;
- 7.4. Junto às Notas Fiscais a Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;
- 7.5. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).
- 7.6. A critério da contratante, os créditos existentes em favor da Contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;
- 7.7. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.3 e 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a Contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;
- 7.8. A Contratante, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela Contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
 - 7.8.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;
 - 7.8.2. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a Contratada atenda cláusula infringida;
 - 7.8.3. Paralisação dos serviços por culpa da Contratada.
- 7.9. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:
 - 7.9.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
 - 7.9.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
 - 7.9.3. A Contratante pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Ordem de Serviço.
- 7.1.10. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 7.4 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização será exercida por um representante da Contratante, designado por ela, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

9. DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

9.1. A empresa Contratada reconhece os direitos da Contratante concernente a:

9.1.1. rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei 14133/2021;

9.1.2. aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

9.1.3. fiscalizar a execução do ajuste.

10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta é, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no site do Município: www.bomjesus.sc.gov.br.

11.2. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei 14.133/2021.

12. DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

13. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD”), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

13.1.1. A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.1.2. O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados ou dos clientes deste para a Contratada.

13.1.3. A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

13.1.4. A administração Pública não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

13.1.5. A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Administração Pública, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

13.1.6. A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

13.1.7. As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

13.1.8. A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Administração Pública, conforme a política de privacidade e demais normas internas, bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Administração Pública e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

13.1.9. A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

13.1.10. A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

13.1.11. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

13.1.12. A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Administração Pública, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.1.13. A Contratada deverá notificar a Administração Pública, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

a) Data e hora provável do incidente;

b) Data e hora da ciência pela contratada;

c) Relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;

d) Número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;

e) Indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;

f) Os riscos relacionados ao incidente;

g) Dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;

h) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

13.1.14. A Administração Pública, terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante

a LGPD e o Contrato.

13.1.15. A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Administração Pública, por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações do Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

13.1.16. A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Administração Pública, para execução dos serviços:

- a) Adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Administração Pública, para execução do objeto do Contrato;
- b) Realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) Efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;
- d) Manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- e) Seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Administração Pública, por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

14. DA VINCULAÇÃO

14.1. Respeitando o Princípio da Vinculação, a contratação vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Ordem de Serviço, e a proposta da contratada.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Diante do exposto submete-se o presente Edital à consideração à Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à contratação.

15.1.1. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.1.2. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

15.2.3. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

15.3.3.1. ANEXO II.1 – Termo de Referência;

15.3.3.2. ANEXO II.2 – Parecer Jurídico;

Bom Jesus/SC, 10 de janeiro de 2024.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2024

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO

Aquisição de licenciamento da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, registrada no INPI sob o nº BR512023001834-1, que consiste em uma página, no formato chat, alimentada por algoritmo de inteligência artificial, que responde dúvidas tributárias referentes aos tributos de competência municipal e de situações sujeitas a fiscalização tributária municipal. A ferramenta, conforme testes realizados, apresenta, em segundos, orientações detalhadas aos agentes públicos municipais sobre rotinas e trâmites cotidianos de temas tributários, que agilizam e tornam eficiente o trabalho dos setores relacionados a administração tributária, contabilidade e procuradoria municipal. Além disso, possui versão voltada para o público em geral, parametrizada conforme a realidade do Município e com informações sucintas e diretas, o que otimizará o atendimento dos cidadãos.

3. SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Responsável: Amarildo Jung

4. LOCAL DA ENTREGA

O serviço será usufruído via internet, nos portais relativos para o acesso a funcionalidade. Especificamente, o endereço contributo.pro para a versão do fisco (para agentes públicos) e no site contributo.info para a versão aberta ao público em geral.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

Comentários: A aquisição da licença de uso da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal permitirá que os agentes públicos relacionados a área tenham acesso a informações precisas sobre tributos municipais, que são constantemente atualizados na plataforma, que utiliza mecanismos de inteligência artificial para compreender e melhorar as respostas. A obtenção de tais informações, de forma rápida e ágil, será de grande valia para as rotinas diárias dos setores municipais envolvidos, e agilizará o atendimento das demandas administrativas.

6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

Comentários: O Município encontra-se em transição para a nova Lei de Licitações, e considerando que o município possui menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, encontra-se na exceção do art. 176 da Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Comentários: A escolha do serviço se deu em razão da eficiência demonstrada, especialmente pelo detalhamento das respostas e da agilidade em obtenção da informação, que ocorre em segundos. Também não há limitação de usuários e restrições de uso da ferramenta, sem contar a existência de versão destinada aos contribuintes, que irá agilizar muitos atendimentos.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

Comentários: A licença de uso abarca todas as funcionalidades, sem cobrança adicionais por usuário ou utilização, em valor fixo mensal. Por isso, a contratação pelo período de doze meses, permitida a renovação, demonstra-se adequada para o Município.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Comentários: O serviço é ofertado por fornecedor exclusivo, conforme registro no INPI, por isso inviável a pesquisa de mercado. Os preços consultados diretamente com o fornecedor demonstram que a proposta apresentada ao Município está em consonância com os preços praticados no mercado para outros Municípios, e também justificáveis pelos estudos de preço detalhados apresentados pelo fornecedor.

10. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Comentários: A Estimativa de contratação é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020)

Comentários: A Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, conforme os descritivos detalhados analisados, é um programa de computador treinado exclusivamente em temas tributários, com base de conhecimento que se atualiza constantemente conforme seja mais e mais utilizada. A tecnologia apresenta respostas detalhadas, não exclusivamente em texto, muitas vezes em vídeo e em materiais complementares, com grande capacidade de processamento e conhecimento. A solução tem um ciclo de vida continuado, isto é, entregará resultados

permanentemente ao Município, enquanto vigor o contrato, inclusive, conforme indicação e testes realizados, já contém informações sobre reformas tributárias em andamento/aprovação no Congresso Nacional, que permitirão que os agentes públicos, e os contribuintes, tenham acesso a dados atualizados sobre qualquer mudança relacionada aos tributos municipais.

12. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020)

Comentários: disponibilização será imediata da versão do fisco, apenas com o prazo de sessenta dias para liberação da versão aberta aos cidadãos, em razão da necessidade de configuração dos parâmetros conforme as regras municipais, sem qualquer custo adicional de implantação ou treinamento.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).

Comentários: Efetuou-se período de teste da ferramenta, na sua versão destinada aos agentes públicos, com a comprovação da relevância do sistema, especialmente para permitir a obtenção de informações precisas, detalhadas e atualizadas sobre questões inerentes a tributação e fiscalização tributária municipal. A ferramenta permitirá aceleração do fluxo de resposta de demandas internas, com a simplificação extrema da busca de informações pelos agentes públicos sobre temas tributários. A versão destinada aos contribuintes, também foi testada com base no disponibilizado para outros municípios e demonstrou ser de grande valia na resposta direta a questões relevantes, o que facilitará a obtenção de dados pelos cidadãos e reduzirá atendimentos via WhatsApp, e-mail e telefone.

14. PROVIDENCIAS PREVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Comentários: No próprio site da ferramenta existem a disposição dos usuários tutoriais de uso, tanto em vídeo, quanto em texto, o que facilita significativamente o aprendizado, sem qualquer custo adicional além da licença. Previamente ao contrato já se realizou os devidos testes da ferramenta, para confirmar sua funcionalidade.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não existem contratações correlatas referentes a este objeto.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).
Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

Comentários: Não haverá qualquer impacto ambiental.

17. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considera-se viável esta contratação.

17.1 JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

Comentários: A contratação é considerada viável, visto que funcionalidade demonstra grande eficiência, e implementará as rotinas de inteligência artificial na área tributária municipal, a fim de otimizar os trâmites cotidianos e acelerar a análise de processos internos, sem contar a segurança das respostas apresentadas.

Amarildo Jung
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

ANEXO II.1 – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2024

1. OBJETO

1.1 Aquisição de licenciamento da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, registrada no INPI sob o nº BR512023001834-1, que consiste em uma página, no formato chat, alimentada por algoritmo de inteligência artificial, que responde dúvidas tributárias referentes aos tributos de competência municipal e de situações sujeitas a fiscalização tributária municipal. A ferramenta, conforme testes realizados, apresenta, em segundos, orientações detalhadas aos agentes públicos municipais sobre rotinas e trâmites cotidianos de temas tributários, que agilizam e tornam eficiente o trabalho dos setores relacionados a administração tributária, contabilidade e procuradoria municipal. Além disso, possui versão voltada para o público em geral, parametrizada conforme a realidade do Município e com informações sucintas e diretas, o que otimizará o atendimento dos cidadãos.

Quant./und	Descrição	Valor unitário	Valor Total
12 meses	Aquisição de licenciamento da Inteligência Artificial de Tributos e Fiscalização Tributária Municipal – Contributo, registrada no INPI sob o nº BR512023001834-1, que consiste em uma página, no formato chat, alimentada por algoritmo de inteligência artificial, que responde dúvidas tributárias referentes aos tributos de competência municipal e de situações sujeitas a fiscalização tributária municipal. A ferramenta, conforme testes realizados, apresenta, em segundos, orientações detalhadas aos agentes públicos municipais sobre rotinas e trâmites cotidianos de temas tributários, que agilizam e tornam eficiente o trabalho dos setores relacionados a administração tributária, contabilidade e procuradoria municipal. Além disso, possui versão voltada para o público em geral, parametrizada conforme a realidade do Município e com informações sucintas e diretas, o que otimizará o atendimento dos cidadãos	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da aquisição tem por finalidade atender a demanda do setor requisitante, conforme descrição detalhada, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas, dando suporte às tarefas e ações operacionais, nas atividades desenvolvidas pelo setor.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no Mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 A prestação dos serviços deverá iniciar a partir do recebimento da nota de empenho.

4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação.

4.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

5.2 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.4 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.6 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiro sem decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4 comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, não ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do serviço.

9.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

9.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas

no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobre estado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6 Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.7.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica conveniado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela será de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida.

10. DO REAJUSTE

10.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

11.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.1 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.2.2 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.4 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021 e demais:

11.3.1 Advertência;

11.3.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.3.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.5 Impedimento de licitar e contratar;

11.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.3.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

11.4 As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

11.5.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.5.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.5.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhido sem favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

11.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Amarildo Jung

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos Trabalhistas – CNDT;
- 2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

ANEXO II.2 – PARECER JURÍDICO

PARECER JURÍDICO

A inexigibilidade é regulamentada no artigo 74 da Lei nº 14.133/21. No presente caso o objeto descrito encontra respaldo no inciso I do referido artigo, vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

Sendo assim, o estudo técnico, e o termo de referência apresentados, fazem jus a parecer favorável desta procuradoria.

Bom Jesus/SC, 10 de janeiro de 2024.

Cinthia Schneider Pellegrini

OAB/SC 43.050

Procuradora

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº018/2024

Publicação Nº 5508946

PORTARIA Nº 018/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento ao Servidor(a) Público Municipal Srª. LUANA KAREN WERLANG, inscrito(a) na matrícula nº 783-8, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração e fazenda, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, período aquisitivo de 02 de janeiro de 2021 a 01 de janeiro de 2022, período de concessão de 15 de fevereiro de 2024 a 19 fevereiro de 2024 e período aquisitivo de 02 de janeiro de 2022 a 01 de janeiro de 2023, período de concessão de 20 de fevereiro de 2024 a 05 março de 2024.

Art. 2º. Fica convertido em Abono Pecuniário um terço (1/3) da licença, por critério discricionário do Poder executivo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de janeiro de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº019/2024

Publicação Nº 5509068

PORTARIA Nº 019/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Públicos Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Roseni M. de S. Bruxel	09.02.22 a 08.02.23	15.01.24 a 13.02.24	350-6
Jeferson Persch	17.10.21 a 16.10.22	15.01.24 a 03.02.24	425-1
Antonio Nascimento	13.08.22 a 12.08.23	15.01.24 a 24.01.24	157-0
Juliane Fagundes	04.02.22 a 03.02.23	16.01.24 a 30.01.24	858-3
Michel H R Wesner	06.02.23 a 05.02.24	19.01.24 a 28.01.24	916-4
Ismael Antonio Hahn	24.05.21 a 23.05.22	15.01.24 a 29.01.24	266-6
Elizangela Rodovski Fae	05.05.22 a 04.05.23	15.01.24 a 29.01.24	511-8
Marcio Andre Ribeiro dos Santos	17.05.22 a 16.05.23	16.01.24 a 25.01.24	627-0
Neiva Dall Agnol Hahn	01.04.21 a 31.03.22 01.04.22 a 31.03.23	12.01.24 a 21.01.24 22.01.24 a 31.01.24	516-9

Art. 2º. Os Servidores Sr Jeferson Persch, inscrito na matrícula sob nº 425-1 e Srª Neiva Dall Agnol Hahn matrícula: 516-9, irão gozar de férias pelo período de 10 e 20 dias, tendo 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 & 2º da Lei nº 542/2006(Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 11 de janeiro de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

RETIFICA PORTARIA Nº004/2024

Publicação Nº 5508907

RETIFICA PORTARIA Nº 004/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

DISPOE SOBRE EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Exonerada do serviço público municipal, a partir da data de 02 de janeiro de 2024, a servidora Sr.^a SALETE FUZINATTO ZIMMERMANN, inscrita na matrícula sob nº 394-8, ocupante do cargo efetivo de Professora II 40hrs, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte, nomeada na data de 02 de março de 2007.

Art. 2º. A Aposentadoria será concedida a servidora, ora exonerada pela Previdência Social- Instituto Nacional do Seguro Social INSS, através do benefício nº205.478.748-0.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de janeiro de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

RETIFICA PORTARIA Nº005/2024

Publicação Nº 5508884

RETIFICA PORTARIA Nº 005/2024, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Sr.^a ANDRESSA KOCH GERARD, do serviço público municipal, sendo sua exoneração a partir da data de 08 de janeiro de 2024, inscrita na matrícula sob nº 914-8, ocupante do cargo de Fisioterapeuta 20hrs, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, nomeada na data de 12 de janeiro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de janeiro de 2024.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508051



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 003/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

COMERCIAL BREDTA LTDA ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

COMERCIAL BREDALTD ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Comercial Breda Ltda ME
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA

COMERCIAL BRED A LTDA ME, com sede na Avenida Cristo Rei nº. 205, sala 01, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 10.994.826/0001-62, neste ato representada por sua representante legal Senhora Andreia Ieda Ollmann Breda, portadora do CPF nº. 035.198.399-62 e RG nº. 4.127.290.

Item	Quant.	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	650 Und	Abacaxi Perola - Com polpa intacta e limpa, compacta, firme, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, pesando exatamente entre 1 a 1,5 kg, aroma e sabor da espécie, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, danos físicos, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e/ ou qualidade. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. De colheita recente, com acondicionamento em caixas devidamente higienizadas. Não será recebido produto em caixas sujas. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min - vespertino: até 14h. Contendo etiqueta com peso.	In natura	7,35	4.777,50
2	1.500 Kg	Banana Caturra - Banana de 1ª qualidade e classificada. Deve apresentar características bem formadas, livre de danos fisiológicos, para e doenças. Estar em perfeitas condições de maturidade. Acondicionada em caixas plásticas ou com revestimento plástico limpo. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min - vespertino: até 14h.	In natura	4,35	6.525,00
3	950 Kg	Maça Gala - Tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, não batidas nem amassadas. Não pode conter fruta com sarda, e/ou granizadas, devem ser sãs, sem rupturas e/ou pancadas na casca. Entregues encarteladas. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	In natura	7,29	6.925,50
6	3.000	Melancia - Fruta in natura, espécie redonda,	In natura	3,99	11.970,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

	Kg	aplicação alimentar. Características: graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, com polpa firme e intacta, pesando entre 8 a 12kg cada unidade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar			
7	150 Kg	Melão Amarelo - Melão comum ou Pingo de Mel. De Primeira qualidade, amarelo, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos físicos ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	In natura	6,18	927,00
8	600 Kg	Pêssego - de polpa branca ou amarela, colhido no ponto de consumo, fresco, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos e grau médio de maturação, com polpa firme e intacta, livre de mofo ou partes pútridas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Deverá estar acondicionado em embalagens plásticas especial para alimentos, contendo 1 Kg cada. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	In natura	10,45	6.270,00
10	800 Kg	Bergamota Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	In natura	5,25	4.200,00
11	800 Kg	Laranja Pera - cor amarela esverdeada, livre de resíduos de fertilizantes, sabor e cheiro cítricos, tamanho de acordo com a variedade, devendo ser bem desenvolvidas e madura, com polpa intacta, de colheita recente. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	In natura	4,65	3.720,00
12	100 Kg	Abobrinha Verde - Abobrinha italiana. De primeira qualidade, limpa com coloração e tamanho médios e uniformes, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. De colheita recente. Embalagem em kg, boa qualidade, inteira. Entrega conforme solicitação/ cronograma do Setor de Alimentação Escolar. Contendo etiqueta com peso.	In natura	5,29	529,00
13	20 Kg	Alho à Granel - alho graúdo, devem apresentar características bem formadas, livres de danos fisiológicos, pragas e doenças. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	In natura	28,25	565,00
15	150	Batata Doce - de casca rosa, graúda, sem rama, tamanho e coloração uniformes, fresca, compacta e firme, sem lesões, sem rachaduras e cortes, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. O produto deverá apresentar o peso na embalagem, devendo ser atóxica e especial para alimentos. Contendo etiqueta de peso.	In natura	4,55	682,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

17	200 Und	Brócolis - tipo cabeça, in natura, fresco, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme e intacto, isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em embalagem atóxica e especial para alimentos, entregue conforme cronograma de alimentação escolar. contendo etique de peso.	In natura	7,38	1.476,00
18	150 Kg	Abóbora Japonesa (cabutiá) - com casca verde, polpa laranja, intacta e firme, aspecto, cheiro e sabor próprio, sem deformações, isenta de enfermidades, sujidades, parasitas, larvas e material terroso, sem danos físicos e mecânicos oriundos de manuseio e transporte, acondicionado em embalagem resistente, atóxico e especial para alimentos. o produto deverá apresentar peso na embalagem. entregue conforme cronograma escolar de alimentação.	In natura	4,30	645,00
19	700 Kg	Chuchu 1ª qualidade, firme, sem manchas, perfurações, rachaduras, bolores ou vestígios de insetos. Polpa íntegra, não amolecida ou murcha, sem manchas, coloração e umidade característica. Grau médio de amadurecimento. Contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	In natura	4,80	3.360,00
20	200 Und	Couve-Flor - in natura, fresco, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme e intacta, isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionado em embalagem resistente, atóxica e especial para alimentos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	In natura	7,35	1.470,00
21	450 Kg	Cebola Nacional - De boa qualidade, deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Acondicionadas em embalagens de plástico resistente. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Contendo etiqueta com peso.	In natura	4,50	2.025,00
22	250 Kg	Cenoura - Nova, limpa, sem barros, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Acondicionadas em embalagens de plástico resistente. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	In natura	6,30	1.575,00
23	500 Kg	Pepino Verde In Natura - Novos, limpos, sem barros, de primeira qualidade. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	In natura	6,65	3.325,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

24	5 Kg	Pimentão Verde - in natura, firme, intacto, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem lesões de origem, acondicionado em embalagem resistente, atóxica e especial para alimentos. O produto deverá apresentar o peso na embalagem. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar	In natura	10,25	51,25
60	700 Und	Rosca de Polvilho - Biscoito de polvilho em pacote de 80 gramas, sabor tradicional, não deve conter glúten, livre de conservantes, 0% gordura trans alérgicos: contem leite e derivados, ovos e derivados de soja. contém lactose. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	Luna	5,65	3.955,00
72	350 Kg	Carne de Frango, Tipo Coxa e Sobrecoxa de frango DESOSSADA congelada, empacotada em pacotes de 1 kg com embalagem plástica transparente e resistente. Deve estar congeladas, livre de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais, conforme citado acima, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo de inspeção do SIF e validade mínima 4 meses a partir da data de entrega.	Diplomata	12,05	4.217,50
78	100 Lt	Leite de Soja - alimento com soja não transgênica (deverá constar) sabor original pronto para beber, com tampa abre e fecha. Ingredientes: água, grãos de soja, açúcar invertido, minerais (cálcio e zinco), vitaminas (E, B6, A, ácido fólico, D e B12), aromatizante, estabilizantes: citrato de sódio, goma gelana e goma xantana, emulsificante lecitina de soja e edulcorante sucralose. Não contém glúten. Acondicionada em embalagem de 1 litro. Original do fabricante, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no ministério da agricultura-serviços de inspeção federal (sif) ou serviços de inspeção estadual (sie).	Naturalis	7,40	740,00
81	800 Duzia	Ovos de Galinha - Ovos de galinha caipira, vermelhos, médios, fresco, casca firme, intacta, lisa e limpa. Não deve apresentar rachadura/trincado. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica. Deverá estar devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Possuir registro nos órgãos de Inspeção sanitária. Validade de no mínimo 15 dias a partir da entrega do produto. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Cantu	7,40	5.920,00
91	120 Pct	Chá (hortelã), Pacotes individuais de 10 gr a 12 gr. Plantas selecionadas dessecadas. 100% natural. Esterilizados individualmente. Sem agrotóxico.	Nutriwider	4,74	568,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

		Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. OBS. Não será aceito em caixas e sachês. Parâmetro de qualidade Chamel ou de melhor qualidade			
94	30 Und	Louro Em folha seca, obtido de espécies vegetais genuínas folhas sãs, limpos e secos, de coloração verde pardacenta, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico transparente atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Ingredientes: Louro. Não conter Glúten. Com tabela de informação nutricional. A embalagem deverá conter data de fabricação, validade e lote do produto. Peso de 5 g. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Apti	1,50	45,00
101	30 Und	Azeite de Oliva Extra Virgem - Embalagens de 500 ml, extra virgem. Embalagem contendo data de fabricação e data de validade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Andorinha	30,90	927,00

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Comercial Breda Ltda ME
Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508186



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 004/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

CARMEN CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI ME, com sede na Linha Lageado das Flores S/Nº, Interior, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.663.087/0001-54, neste ato representada por sua representante legal Senhora Carmen Cristiane Zimmermann Gruchinski, portadora do CPF nº. 074.970.459-46 e RG nº. 5.652.484, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

CARMEN CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI ME, com sede na Linha Lageado das Flores S/Nº, Interior, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.663.087/0001-54, neste ato representada por sua representante legal Senhora Carmen Cristiane Zimmermann Gruchinski, portadora do CPF nº. 074.970.459-46 e RG nº. 5.652.484

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Carmen Cristiane Zimmermann Gruchinski ME
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2024

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA					
<u>CARMEN CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI ME, com sede na Linha Lageado das Flores S/Nº, Interior, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.663.087/0001-54, neste ato representada por sua representante legal Senhora Carmen Cristiane Zimmermann Gruchinski, portadora do CPF nº. 074.970.459-46 e RG nº. 5.652.484</u>					
Item	Quant.	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
44	350 Kg	Biscoito caseiro, feito de forma artesanal e que se utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de plástico transparente, lacrado, com garantia de higiene e consistência adequada, embalagens de 1 kg contendo rotulo do produto com todas as especificações obrigatórias, data de produção do dia anterior da entrega. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	Fabricação Própria	30,75	10.762,50
46	250 Kg	Bolo Simples Artesanal- sem recheio e com cobertura: fubá, chocolate, cenoura, abacaxi, laranja ou pão-de-ló. A embalagem deverá ser transparente e resistente, especial para alimentos, embalados individualmente em material atóxico, limpo, não violado, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, data de validade, quantidade de produto (kg) e fornecedor. O produto deverá ser bem assado, sabor característico, sem mofos, íntegro, fresco. Data de produção do dia anterior à entrega.	Fabricação Própria	27,95	6.987,50
57	350 Kg	Pão Frances - Cada unidade contendo 50 gramas aproximadamente, superfície macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente, resistente e íntegra. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia da entrega. Isento de mofos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Fabricação Própria	14,85	5.197,50
59	350 Kg	Pão de Forma Fatiado - Pão a base de farinha de trigo, sovado para sanduiche, caseiro, com peso aproximado de 0,600 gramas, entregue fatiado. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente, resistente e íntegra. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia anterior à entrega. Isento de mofos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar	Fabricação Própria	14,05	4.917,50

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Carmen Cristiane Zimmermann Gruchinski ME
Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508507



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENÉROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 005/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

SCS COMÉRCIO LTDA EPP, com sede na Avenida Santa Catarina, 813, Município de Maravilha, inscrita no CGC/MF sob o nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Senhora Solange Castanha Schimelfenig, portador do CPF nº. 015.942.379-13 e RG nº. 3.400.840, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório n°. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

SCS COMÉRCIO LTDA EPP, com sede na Avenida Santa Catarina, 813, Município de Maravilha, inscrita no CGC/MF sob o n°. 13.995.853/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Senhora Solange Castanha Schimelfenig, portador do CPF n°. 015.942.379-13 e RG n°. 3.400.840

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

SCS Comércio Ltda EPP
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ANEXO I – ATA Nº 005/2024

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

Empresa Vencedora:

SCS COMÉRCIO LTDA EPP, com sede na Avenida Santa Catarina, 813, Município de Maravilha, inscrita no CGC/MF sob o nº. 13.995.853/0001-52, neste ato representada por sua representante legal Senhora Solange Castanha Schimelfenig, portador do CPF nº. 015.942.379-13 e RG nº. 3.400.840

Item	Quant.	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
27	120 Kg	Mandioca Descascada Congelada de colheita recente e congelada. Embalagem: saco plástico transparente, atóxico não violado e resistente à manipulação e ao transporte. Informações nutricionais de acordo com a ANVISA Peso líquido: 1 kg.	Real	10,80	1.296,00
28	120 Pct	Achocolatado em Pó Solúvel - Alimentos Achocolatado em pó instantâneo, embalagem de 730g, embalagem econômica. Ingredientes: Açúcar, cacau em pó, minerais, maltodextrina, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizante. Contém Glúten e contém traços de leite . Informação nutricional em porção de 20g (ou seja, 2 colheres de sopa). Deve constar: Valor energético 75 kcal; carboidratos 17g; proteínas 0,8g; gorduras totais 0,6g, saturadas 0g; gorduras trans não conter; fibras alimentares 1,1g; sódio 23mg; cálcio 188mg; ferro 2,6g; vitamina B1 0,23 mg; vitamina B2 0,25 mg; niacina 3 mg; vitamina B6 0,25mg; vitamina B12 0,45 microgramas; ácido pantotênico 0,9	Apti Power	9,85	1.182,00
32	50 Kg	Gelatina - Em pó de diversos sabores, embalagem de polietileno, contendo 1 kg. Ingredientes: Açúcar cristal, gelatina em pó comestível, acidulante (ácido fumárico), sal, aromatizante (aroma natural do sabor), e corantes artificiais amarelo tartrazina, amarelo crepúsculo, azul indigotina. Rendimento deverá ser de 63 porções de 100g. Informação nutricional: em porção de 20g (2 colheres de sopa) deve conter: valor energético 75 kcal; carboidratos 17g dos quais açúcares 17g; proteínas 1,6g; sódio 71mg. Não conter glúten. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes, acondicionados em caixas limpas, íntegras e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação.	Nutry	17,25	862,50
36	50 Und	Doce de Banana com cacau sem adição de açúcar, sem aditivos químicos ou adoçantes, geleia 100% fruta, unidades de 195g. Envasadas em embalagem de vidro. Deve conter data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com legislação vigente. Ingredientes: Banana, tâmara e cacau.	Hubner	21,90	1.095,00
38	80 Kg	Amido de Milho - pacote de 1 kg, em polietileno, 100% amigo de milho. Deve constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Ingredientes: Amido de milho (steptomyces viridochromogenes, bacillus thuringiensis, agrobacterium tumefaciens, zea mays). Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Manu	7,05	564,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

40	50 Und	Farelo de Aveia - integral, em pacotes de 170g cada. A embalagem deve estar devidamente lacrada, intacta, original do fabricante. Prazo de validade deve ser maior que 06 meses a partir da data de entrega. Deve apresentar coloração clara e grânulos soltos, ou seja, sem sinais de umidade e sujidades, livre de insetos, fungos, e matéria terrosa. A embalagem de conter: fabricante, lote, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente.	Naturale	5,25	262,50
42	80 Pct	Aveia em flocos finos, pacote com 165g, flocos finos e integrais tradicionais. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação descritas na embalagem	Naturale	3,95	316,00
50	80 Kg	Farinha de Trigo Especial - Tipo I. Pacotes de 1Kg, fortificada com ferro e ácido fólico. Contendo 100% trigo, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Especificidade de uso: preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. O rótulo deve conter as instruções de fabricação de no máximo 30 dias e prazo de validade de no mínimo 6 meses, lote do produto e tabela com informações nutricionais.	Clarissima	3,20	256,00
51	40 Und	Farinha de Trigo Integral - 100% farinha de trigo integral, rica em fibras, sem aditivos químicos, contém glúten, embalagem primária, na embalagem deve conter especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, lote e validade, pacote de papel de 01 Kg.	Realta	4,80	192,00
55	50 Und	Massa Cabelo de Anjo com Ovo- ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovo em pó e corantes: urucum e cúrcuma. Contém glúten. alérgicos: contém ovos e derivados de trigo, pode conter aveia, centeio, cevada e soja. Em uma porção de 80 gramas do produto não deve conter sódio e nem gorduras trans (contando na tabela de informação nutricional). Embalagens: plástica transparente, resistente, bem vedada. Deve conter registros conforme prevê legislação vigente. Com selo de qualidade, conter data de fabricação, lote e prazo de validade. Pacote de 500 gramas.	Orquidea	4,80	240,00
62	500 Und	Polvilho Azedo - Embalagem de 500 gr. Sem glúten, 100% mandioca e deve estar IMPRESSO NA EMBALAGEM. Produto livre de substância terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais ou vegetais, polietileno atóxico, com data de fabricação e prazo de validade, deverá estar íntegro, sem rupturas, pacotes limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deve conter informação nutricional e registro nos órgãos competentes. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Manu	4,65	2.325,00
64	550 Kg	Feijão - Tipo preto, pacotes de 1 kg, grãos inteiros, sem sujidades, embalagens plásticas, transparente, resistente. Com data de envase recente e prazo de validade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Sivieiro	6,97	3.833,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

65	300 Pct	Lentilha Tipo 1, classe misturada, constituído de grãos inteiros e sadios com teor de umidade máxima de 15 %, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, embalagem de 500 g, em sacos plásticos transparente e atóxicos, limpos e não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em fardos lacrados. Com marca registrada. Na embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Manu	7,90	2.370,00
67	350 Kg	Carne bovina BIFE CARNE BOVINA (BIFE), de coxão mole, cortada em bifés, congelada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIE ou SIF, embalagem com no máximo 1 kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n. 304, de 22/04/96 e n. 22/04/98, da resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Alessi	33,00	11.550,00
68	350 Kg	Carne Bovina em PEDAÇOS Sem Osso De 1ª qualidade, RECORTE DE COXÃO MOLE, em pedaço único de aproximadamente 3kg, sem osso, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelada. Contendo em seu rótulo: espécie do produto, embalagem, validade e peso.	Alessi	33,40	11.690,00
70	1.100 Kg	Carne Moida Congelada Bovina - Tipo patinho. congelada, limpa, com aspecto próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, com cor própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, com odor próprio. inspecionada (municipal, estadual ou federal), conforme legislação vigente. o estabelecimento deverá apresentar comprovação de licenciamento pelo sim (serviço de inspeção municipal de maravilha), sie, sif ou sisbi. sem osso, sem sebo, com no máximo 10% de gordura, sem nervos. a embalagem deverá ser de plástico transparente e resistente, especial para alimentos e embalagem de 1 kg. A temperatura das carnes será monitorada e estas não deverão chegar ao local de entrega com temperatura supe	Alessi	24,95	27.445,00
73	400 Kg	Carne de Frango, Tipo Peito de Frango sem Osso - SASSAMI. Em pedaços de tamanho médio, sem osso, de 1ª qualidade, em pacotes de 1kg, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas. Entregue congelada. Contendo em seu rótulo: espécie do produto, data da embalagem, validade e peso, sem tempero.	Diplomata	14,00	5.600,00
74	250 Und	Creme de Leite fresco (NATA) – esterilizado, teor de gordura 30%, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem de 300g cada unidade. Data de validade mínima 30 dias a contar a partir da data de entrega. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e registro no Ministério da Saúde. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Aurora	8,60	2.150,00
75	1.500 Und	Iogurte com polpa de frutas, diversos sabores conforme solicitação. Embalagem contendo 900 ml. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima 30 dias. Registro no SIE ou SIF.	Amanhecer	5,25	7.875,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

80	300 Kg	Linguicinha de frango, ingredientes carne de frango, empacotada à vácuo em embalagem plástica de 800 gramas. Com certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Vale	16,35	4.905,00
84	200 Und	Requeijão cremoso de primeira qualidade, embalado em copo hermeticamente fechado – copo de 180 gr. A embalagem original deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Frizzo	7,35	1.470,00
85	30 Und	Requeijão Cremoso Zero Lactose - tradicional, com textura cremosa. Deverá conter data de fabricação, lote, dados de identificação do fornecedor e validade. Embalagem original do fabricante e com peso de 180 gramas.	Lac Lelo	9,10	273,00
86	100 Und	Cafê Solúvel, granulado ou em pó em embalagem de vidro ou lata com peso líquido de 160 g, com tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura, com 100% de pureza. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento insatisfatório, misturas e peso insatisfatório. Deve ter sabor característico. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega. Apresentar o selo da ABIC. Ingredientes: 100% café	Amigo	16,55	1.655,00
87	100 Kg	Colorau, Colorifício em pó fino, de coloração avermelhada e sem presença de sujidade ou materiais estranhas, embalagem de polietileno, transparente, resistente. Validade mínima de 12 meses. Entre em pacotes de 500 g. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	Brusto	5,30	530,00
93	20 Und	Fermento em Pó Químico - Embalagem de 250 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, com registro no Ministério da Saúde. Ingredientes: amido de milho geneticamente modificado, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Apti	5,00	100,00
96	30 Und	Uvas Passas preta - rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: informações nutricionais, nome e/ou marca, ingredientes, data de fabricação, data de validade e lote do produto. Entrega em embalagem de 150 gramas, lacrada.	Brusto	8,40	252,00
98	200 Und	Vinagre de Maça - composição: fermentado acético de maça hidratado, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso. Deve estar hermeticamente fechado, constar na embalagem a data de fabricação, validade e lote. Embalagem de plástico lacrada com 750 ml.	4ES	3,50	700,00

Airton Antônio Reinehr
 Prefeito Municipal

SCS Comércio Ltda EPP
 Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508727



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 006/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

BUGRE COMERCIAL EIRELI, com sede na Rua Marechal Floriano nº 1130, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 35.088.051/0001-00, neste ato representada por sua representante legal Senhora Ivoni Paulina Boff, portadora do CPF nº. 477.163.209-04 e RG nº. 1.416.040, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

BUGRE COMERCIAL EIRELI, com sede na Rua Marechal Floriano nº 1130, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 35.088.051/0001-00, neste ato representada por sua representante legal Senhora Ivoni Paulina Boff, portadora do CPF nº. 477.163.209-04 e RG nº. 1.416.040

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Bugre Comercial Eireli
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA

BUGRE COMERCIAL EIRELI, com sede na Rua Marechal Floriano nº 1130, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 35.088.051/0001-00, neste ato representada por sua representante legal Senhora Ivoni Paulina Boff, portadora do CPF nº. 477.163.209-04 e RG nº. 1.416.040.

Item	Quant.	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
30	250 Pct	Açúcar cristal, em pacotes de 2 kg, branco de 1º qualidade, contendo sacarose, peneirado, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matérias terrosas, parasitas e detritos animais e vegetais, rotulada de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária transparente, incolor. O produto e a embalagem devem obedecer à legislação vigente. Validade mínima de 12 meses	Euroçucar	8,05	2.012,50
33	120 Und	Geleia de Frutas artesanal SABORES MORANGO, UVA OU FIGO ARTESANAL - Contendo 720 gramas. Embalagem de vidro, atóxica, íntegra, com tampa e lacre de proteção. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Validade superior a três meses a partir da data de entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Nutriouro	20,80	2.496,00
34	50 Und	Geleia Artesanal de Frutas Vermelhas sem adição de açúcar, sem aditivos químicos ou adoçantes, geleia 100% fruta, unidades de 195g. Envasadas em embalagem de vidro. Deve conter data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com legislação vigente. Ingredientes: amora, morango, mirtilo e tâmara.	Hubner	20,70	1.035,00
35	50 Und	Geleia Artesanal de Frutas Vermelhas sem adição de açúcar, sem aditivos químicos ou adoçantes, geleia 100% fruta, unidades de 195g. Envasadas em embalagem de vidro. Deve conter data de fabricação e validade. A embalagem deve estar de acordo com legislação vigente. Ingredientes: Uva e tâmara.	Hubner	20,70	1.035,00
37	150 Und	Melado batido de cana Embalagem contendo 750g. Produto registrado no Ministério da Agricultura, inspecionado. Deve constar tabela de informação nutricional, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade, com mínimo de 06 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Melado da Serra	17,30	2.595,00
43	350 Pct	Biscoito Maria, pacote com 370 gramas, de boa qualidade. Com data de fabricação recente e validade de no mínimo 6 meses	Piccinini	4,33	1.515,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

45	300 Pct	Biscoito Salgado tipo água e sal - 0% lactose, consistência crocante, fino, sem corantes artificiais, pacote de 200 gramas, isento de fragmentos estranhos. Deverá apresentar-se em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados biscoitos com características organolépticas anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem biscoitos quebradiços, a embalagem deverá ser original do fabricante, constar tabela com informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega do produto e lote do produto. Entregue em caixas de papelão devidamente lacradas, não podendo estar amassadas ou sujas.	Piccinini	4,55	1.365,00
49	300 Kg	Farinha de Milho - Fubá de milho fino. Pacotes de 1kg. Composição 100% milho, ferro, ácido fólico. Cor amarela, não pré-cozido, em embalagens plásticas, transparente, resistente, com solda íntegra e reforçada. Com data de fabricação recente e prazo de validade. Informações nutricionais em porção de 50g (1/2x) deve conter: valor calórico 177 kcal; carboidratos 39g; proteínas de 3,6g; gorduras totais 1g; gorduras saturadas e trans 0g; fibra alimentar 2,3g; sódio 0mg; ferro 2,1mg; ácido fólico 75ug. Indústria Brasileira. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Dalla	2,70	810,00
66	450 Und	Apresentado fatiado – Embalagem de 200g, embalado a vácuo. Contendo ingredientes: Carne suína, água (26,79%), sal, proteína de soja (2,35%), fécula de mandioca (2%), açúcar, estabilizante: tripolifosfato de sódio (INS 451i), espessante: carragena (INS 407), realçador de sabor: glutamato monossódico (INS621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS 316), corante natural: carmim de cochonilha (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250), aroma idêntico ao natural de: cravo, canela, pimenta-vermelha, noz-moscada, limão, laranja, gengibre e páprica. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número do lote, prazo de validade de no mínimo 2 meses	Pamplona	7,55	3.397,50
69	600 Kg Kg	Carne Bovina em Cubos - Tipo patinho, alcatra ou coxão mole, congelada, limpa, com aspecto próprio do produto, não amolecida nem pegajosa, com cor própria característica, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, com odor próprio. inspecionada (municipal, estadual ou federal), conforme legislação vigente. o estabelecimento deverá apresentar comprovação de licenciamento pelo sim (serviço de inspeção municipal de maravilha), sie, sif ou sisbi. deverá ser cortada em cubos de aproximadamente 3 a 5 cm cada, sem osso, sem sebo, com no máximo 10% de gordura, sem nervos. A embalagem deverá ser de plástico transparente e resistente, especial para alimentos e embalagem de 1 kg. A temperatura das carnes s	Alessi	29,00	17.400,00
71	600 Kg	Carne de Frango, tipo Coxa e Sobre Coxa de Frango - Em pedaços de tamanho de aproximadamente 220 gramas por unidade, apresentar após o descongelamento consistência firme e compacta. Entregue congelada. Contendo em seu rótulo: espécie do produto, data da embalagem, validade e peso. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Sublime	7,70	4.620,00
77	3.000 Lt	Leite Longa Vida Integral - Embalagem 1 litro - Tipo Tetra-Pack, UHT, integral, com registro no Ministério da Agricultura, com prazo de validade e data de envase recente. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Terra Viva	4,00	12.000,00
79	300 Lt	Leite Integral Zero Lactose - integral pasteurizado, longa vida, processado pelo sistema ultra fresh e tratamento térmico UHT. Deverá conter 3,2% de gordura. Embalagem tetra pak de 1 Litro. Produto sem estabilizantes. Ingredientes: leite integral, enzima lactase, Vitamina C (ácido ascórbico), ferro	Terra Viva	4,65	1.395,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

		(pirofosfato de sódio), zinco (sulfato de zinco) Vitamina D (colecalfiferol), vitamina A (acetato de retinila). Não contém glúten. Alérgicos: contém leite. Diabéticos: contém glicose e galactose. Consumir preferencialmente sob orientação de médico ou nutricionista. com registro nos órgãos competentes. Prazo de validade mínimo 120 dias a contar da data de entrega do produto. O produto deverá esta			
82	300 Kg	Queijo Mussarela - Queijo, tipo mussarela, de 1ª qualidade, entregue em embalagens de 1 kg com ingredientes de leite, conservação 0 a 10°C. Produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação sanitária em vigor. Apresentação em barra, acondicionada em embalagem plástica apropriada, transparente, limpa, resistente e inviolável. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e Inmetro. Prazo de validade mini	Terra Viva	34,50	10.350,00
83	50 Und	Queijo 0% Lactose - embalado em embalagem de 150 gramas, queijo muçarela para dietas com restrição de lactose. Fatiado, resfriado, com sistema abre e fecha. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, lote, validade, peso líquido e registro no ministério da agricultura.	Crioulo	11,95	597,50
88	50 Pct	Cacau em pó 100% - zero lactose, embalagem de 150g. sem adição de açúcar, sem lactose. Deverá conter os dados completos do fabricante. Não conter glúten. Aspecto: Produto homogêneo. Cor: Marrom. Aroma: Característico. Sabor: próprio. Deve apresentar as informações nutricionais, fabricação, lote do produto, validade. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Nutriouro	8,70	435,00
90	120 Pct	Chá (camomila), Pacotes individuais de 15 gr. Plantas selecionadas dessecadas. 100% natural. Esterilizados individualmente. Sem agrotóxico. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. OBS. Não será aceito em caixas e sachês. Parâmetro de qualidade Chamel ou de melhor qualidade	Incas	3,00	360,00
92	600 Und	Extrato de Tomate Embalagem de 300g. De primeira qualidade, em embalagem resistente e integra, com data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses. A embalagem deverá conter informações nutricionais, data de fabricação, validade e lote do produto. Apresentando cor vermelha, odor e sabor próprio. Ingredientes: tomate e sal.	Bonare	2,10	1.260,00

Airton Antônio Reinehr
 Prefeito Municipal

Bugre Comercial Eireli
 Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508882



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 007/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

MARISTELA FELDMANN DE RAMOS, com sede na Rua Antônio Schuh nº 164, Bairro Palmeiras, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 36.079.947/0001-87, neste ato representada por sua representante legal Senhora Maristela Feldmann de Ramos, portadora do CPF nº. 037.586.559-43 e RG nº. 4.748.363, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

MARISTELA FELDMANN DE RAMOS, com sede na Rua Antônio Schuh nº 164, Bairro Palmeiras, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 36.079.947/0001-87, neste ato representada por sua representante legal Senhora Maristela Feldmann de Ramos, portadora do CPF nº. 037.586.559-43 e RG nº. 4.748.363

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Maristela Feldmann de Ramos
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2024 – ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA

MARISTELA FELDMANN DE RAMOS, com sede na Rua Antônio Schuh nº 164, Bairro Palmeiras, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 36.079.947/0001-87, neste ato representada por sua representante legal Senhora Maristela Feldmann de Ramos, portadora do CPF nº. 037.586.559-43 e RG nº. 4.748.363.

Item	Quant.	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
47	450 Kg	Cuca Artesanal - Bolo caseiro doce de aproximadamente 1,500 kg, alimento a base de massa contendo leite, ovos, fermento, sabor doce e cozida no forno. Contendo data de fabricação, data de validade e rotulagem conforme legislação. Data de produção do dia anterior à entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Fabricação própria	15,00	6.750,00
53	300 Kg	Macarrão Caseiro Artesanal - Macarrão Caseiro a base de ovos, sem conservantes e aditivos químicos. Apresentação em embalagens de 1 kg, que devem apresentar externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade de produto. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia anterior à entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Fabricação própria	11,35	3.405,00
56	750 Kg	Pão Tipo cachorro quente - De leite, cada unidade contendo 70 gramas aproximadamente, superfície macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente, resistente e íntegra. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia da entrega. Isento de mofo. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Fabricação própria	11,40	8.550,00
58	350 Kg	Pão de Milho fatiado - Pão a base de farinha de milho, caseiro, com peso aproximado de 0,600 gramas, entregue fatiado. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente, resistente e íntegra. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia anterior à entrega. Isento de mofo. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Fabricação própria	12,30	4.305,00
63	500 Kg	Salgado Assado Salgado assado tipo pastel, com recheio de diversos sabores (carne moída de gado, frango desfiado, presunto e queijo) com peso médio de 100 gramas. Sem adição de conservantes. Contendo data de fabricação, data de validade e rotulagem conforme legislação. Data de produção do dia anterior a entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: 07h30min, vespertino: 13h00min.	Fabricação própria	29,85	14.925,00

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Maristela Feldmann de Ramos
Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508996



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENÉROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 008/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Acesso BR 282 Plinio Arlindo de Nes nº 6911, Bairro Belvedere, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 33.842.718/0001-84, neste ato representada por sua representante legal Senhora Gisele dos Santos, portadora do CPF nº. 037.326.939-02 e RG nº. 4.193.480, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Acesso BR 282 Plinio Arlindo de Nes nº 6911, Bairro Belvedere, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 33.842.718/0001-84, neste ato representada por sua representante legal Senhora Gisele dos Santos, portadora do CPF nº. 037.326.939-02 e RG nº. 4.193.480

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

NSC Comercio de Alimentos Ltda
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024 – ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA

NSC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Acesso BR 282 Plinio Arlindo de Nes nº 6911, Bairro Belvedere, Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 33.842.718/0001-84, neste ato representada por sua representante legal Senhora Gisele dos Santos, portadora do CPF nº. 037.326.939-02 e RG nº. 4.193.480

Item	Quant	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
29	50 Pct	Açúcar Baunilha - Açúcar Baunilha, pacote de 500 gramas, instantâneo. Acondicionado em embalagens de polietileno atóxico. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação descritas na embalagem. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min - vespertino: até 14h.	Apti	9,89	494,50
31	70 Kg	Açúcar Mascavo - produto 100% natural, embalagem de 1 Kg, novo, cor clara, com odor e aparência próprios do produto. Deve ser isento de sujidades, parasitas, matérias terrosas e detritos de animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica atóxica íntegra resistente e com solda reforçada. Não deve conter aditivos e conservantes. A embalagem deverá conter externamente dados de identificação de procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto e data de validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega do requisitante. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	Daju	13,70	959,00
39	300 Pct	Arroz parboilizado - Arroz beneficiado parboilizado polido, peso líquido de 5 kg, longo fino tipo 1, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, vedada. Data de fabricação recente e validade de no mínimo 12 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Caxanga	24,85	7.455,00
41	80 Pct	Aveia em Flocos Grossos Aveia em flocos, pacote com 165g, flocos grossos e integrais tradicionais. Deverá constar data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses. Rendimento, instruções de preparo e conservação descritas na embalagem. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Naturale	4,35	348,00
48	100 Kg	Farinha de Mandioca Branca - Em pacote de 1kg, contendo farinha de mandioca branca, seca, fina beneficiada, tipo I. Com registro no Ministério da Agricultura constante do rótulo e/ou da embalagem. Não deverá apresentar odor forte e intenso, além de coloração anormal. Validade mínima de 12 meses. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Kg	6,30	630,00
54	30 Und	Macarrão de Arroz - sem ovos, sem leite, tipo parafuso, características: cor, odor, sabor e textura característica. Embalagem primária: saco plástico. hermeticamente selado, atóxica, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente. Deve constar data de fabricação, validade e lote. Pacote de 500g.	Urbano	6,75	202,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

61	150 Und	Polvilho Doce - Sem glúten, 100% mandioca e deve estar impresso na embalagem. isento de substâncias terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais ou vegetais. não pode estar úmido, fermentado ou rançoso., original do fabricante. com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, lote e prazo de validade mínima de 6 meses a partir da entrega do produto. os pacotes devem estar íntegros, sem rupturas, pacotes limpos não violados, resistentes e que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. deve conter registros nos órgãos competentes. embalagem plástica de 500 gramas	Prata	4,40	660,00
89	120 Pct	Chá (Erva doce), Pacotes individuais de 40 gr. Plantas selecionadas dessecadas. 100% natural. Esterilizados individualmente. Sem agrotóxico. Com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. OBS. Não será aceito em caixas e sachês. Parâmetro de qualidade Chamel ou de melhor qualidade.	Apti	4,00	480,00
95	20 Und	Orégano Em embalagem de plástico de 100 gramas, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Incas	6,00	120,00
97	150 Kg	Sal tipo Marinho - refinado, iodado. com no mínimo 96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo. Acondicionado em saco de polietileno, resistente, não deve apresentar sujidades e umidade, na embalagem deve apresentar data de fabricação, lote, validade e ingredientes. Pacote de 1 Kg.	Supersal	1,80	270,00
99	20 Und	Canela em Pó Pura - produto deve apresentar as características sensoriais de acordo com o produto, canela in natura, em forma de pó fino. acondicionada em embalagens plásticas, vedadas hermeticamente, isentas de sujidades e contaminações físicas. Peso líquido de 30 gramas. Embalagem contendo data de fabricação, prazo de validade e lote.	Incas	3,40	68,00
100	200 Und	Óleo de Soja - Embalagem de 900ml, com data de fabricação e validade de no mínimo 12 meses. Registro no Ministério da Saúde. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Cocamar	6,20	1.240,00

Airton Antônio Reinehr
 Prefeito Municipal

NSC Comercio de Alimentos Ltda
 Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509056



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE
GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR) PARA O ANO 2024.

PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº 009/2024

As 08:00 horas do dia 21 de dezembro de 2023, nas dependências do Centro Administrativo Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 5555/2021 do Senhor Prefeito Municipal Sr. Airton Antônio Reinehr, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

A Municipalidade em conformidade nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº. 031/2023, Ata de julgamento de Preços e procedimentos homologados pelo Sr. Prefeito Municipal, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO (MERENDA ESCOLAR)**, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa:

EVERTON TREVISAN, com sede na Rua Duque de Caxias nº 935, Bairro Araucária, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 53.183.857/0001-50, neste ato representada por seu representante legal Senhor Everton Trevisan, portador do CPF nº. 057.525.619-22 e RG nº. 4.704.525, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supra citado acima numerado, como segue:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para **Registro De Preços Para Eventual e Fracionada Aquisição de Gêneros de Alimentação (Merenda Escolar) para o ano 2024**, conforme demandas, com a totalidade registrada constante no Anexo I.

CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - a) advertência;
 - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
 - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o **descredenciamento do SICAF**, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Airton Antônio Reinehr, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº. 031/2023.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços nº 031/2023, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 031/2023, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pelo departamento de compras municipal e/ou Secretaria de Educação.

2). A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada na Escola Municipal Albano Borre, conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h conforme requisição da Secretaria da Educação.

3). O prazo máximo para entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

- 1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as devidas especificações;
- 2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

- 1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora em ordem cronológica, após apresentação do documento fiscal e a devida comprovação da entrega e conferência das especificações dos produtos, devidamente atestada pelo setor competente.
- 2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.
- 3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;
- 4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

- 1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.
- 2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os produtos, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 3350/2023 e seus anexos, a proposta da empresa:

EVERTON TREVISAN, com sede na Rua Duque de Caxias nº 935, Bairro Araucária, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 53.183.857/0001-50, neste ato representada por seu representante legal Senhor Everton Trevisan, portador do CPF nº. 057.525.619-22 e RG nº. 4.704.525.

2). Fica designado o servidor (a) Mirian Schunemann dos Santos, ocupante do cargo de Diretora, para acompanhamento e fiscalização dos atos praticados oriundos desta contratação, sendo o Fiscal de Contrato/Ata de Registro de Preços

3). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

4). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste/SC, aos 11 de Janeiro de 2024.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Everton Trevisan
Empresa Contratada

Testemunhas:

Walter Naujorks
Secretário de Administração

Mirian Schunemann dos Santos
Diretora
Fiscal da Ata de Registro de Preços

Silvana Garghetti – OAB/SC 37.753
Assessoria Jurídica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120
 Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
 CNPJ 01.594.009/0001-30

CEP 89.873-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024 – ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 031/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3350/2023

EMPRESA VENCEDORA

EVERTON TREVISAN, com sede na Rua Duque de Caxias nº 935, Bairro Araucária, Município de Modelo/SC, inscrita no CNPJ sob nº. 53.183.857/0001-50, neste ato representada por seu representante legal Senhor Everton Trevisan, portador do CPF nº. 057.525.619-22 e RG nº. 4.704.525

Item	Quant	Descrição do Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
4	600 Kg	Manga Tommy Características Gerais: de forma alongada, ovóide ou arredondada, casca esverdeada com manchas amarelas ou róseas quando maduro. Polpa carnosa, suculenta comestível, de coloração amarela ou amarelo-alaranjada, podendo ser fibrosa conforme algumas variedades. Fruta com polpa firme, intacta, isenta de enfermidades, de boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	7,20	4.320,00
5	750 Kg	Mamão Importado De 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, doce e não amassado e não batido. Unidades de aproximadamente de 1000g a 1500g. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h.	Produção própria	10,60	7.950,00
9	150 Kg	Pera Nacional - Tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, especial, deve ser doce e suculenta, não deverá estar verde nem totalmente madura. Não pode conter fruta com sarda, e/ou granizadas, devem ser sãs, sem rupturas e/ou pancadas na casca. Acondicionada em embalagem própria para alimentos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	11,75	1.762,50
14	1.000 Kg	Batata Monalisa Escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, com etiqueta do fornecedor	Produção própria	5,00	5.000,00
16	250 Kg	Beterraba - nova, de 1ª qualidade, especial, grau médio de amadurecimento, limpas, sem barro, acondicionadas em embalagens de plástico resistente, contendo etiqueta com peso. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar e com peso identificado.	Produção própria	4,95	1.237,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Av. Nossa Senhora de Fátima, 120

CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

CNPJ 01.594.009/0001-30

25	300 Kg	Repolho Verde - in natura, limpo, espécie comum, com tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidos, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, acondicionado em embalagem resistente, atóxica e especial para alimentos. O produto deverá apresentar o peso na embalagem. Unidade aproximadamente de 1-1,5 Kg. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	Produção própria	5,85	1.755,00
26	500 Kg	Tomate Carmem De 1ª qualidade, tipo longa vida. Deve apresentar característica bem formada, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar.	Produção própria	8,49	4.245,00

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

Everton Trevisan
Empresa Contratada

Bom Retiro

PREFEITURA

182.01.24 - P. DES. TRAB. BRAÇAL GUILHERME S. PADILHA

Publicação N° 5509028

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 182/24 de 11.01.24

Designa Trabalhador Braçal Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Guilherme dos Santos Padilha, para atuar como Trabalhador Braçal 40 horas semanais na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 11 de janeiro com término no dia 31 de dezembro de 2024, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública nº 17/2023, para Contratação de Trabalhador Braçal, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I, Nível 01 do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2024.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

183.01.24 - P. DES. TRAB. BRAÇAL MARIO S. DA CONCEIÇÃO

Publicação N° 5509030

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 183/24 de 11.01.24

Designa Trabalhador Braçal Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Mario Silvio da Conceição, para atuar como Trabalhador Braçal 40 horas semanais na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 11 de janeiro com término no dia 31 de dezembro de 2024, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Chamada Pública nº 17/2023, para Contratação de Trabalhador Braçal, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I, Nível 01 do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2024.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

184.01.24 - P. DES. TRAB. BRAÇAL ALVACIR DO NASCIMENTO

Publicação N° 5509031

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 184/24 de 11.01.24

Designa Trabalhador Braçal Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Alvacir do Nascimento, para atuar como Trabalhador Braçal 40 horas semanais na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 11 de janeiro com término no dia 31 de dezembro de 2024, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Chamada Pública nº 17/2023, para Contratação de Trabalhador Braçal, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I, Nível 01 do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2024.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

185.01.24 - P. DES. TRAB. BRAÇAL IVAN ADIR ANDRADE

Publicação N° 5509038

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 185/24 de 11.01.24

Designa Trabalhador Braçal Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ivan Adir Andrade, para atuar como Trabalhador Braçal 40 horas semanais na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 11 de janeiro com término no dia 31 de dezembro de 2024, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Chamada Pública nº 17/2023, para Contratação de Trabalhador Braçal, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Trabalhador Braçal – Padrão I, Nível 01 do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de janeiro de 2024.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

MINUTA INEXIGIBILIDADE 01/2024 CREDENCIAMENTO

Publicação N° 5507768

MINUTA EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N° 01/2024- CREDENCIAMENTO

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que lança processo de licitação de Credenciamento, visando receber propostas e documentos de habilitação, objetivando o Credenciamento para Aquisição de gêneros alimentícios, para atender a demanda da merenda escolar municipal, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal 95/2021, com sua redação atual. Os documentos necessários ao credenciamento e as propostas serão recebidos pelo Agente de Contratação, durante o período de vigência deste edital, durante o horário de funcionamento do setor administrativo da Prefeitura Municipal de Bom Retiro – SC. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro pelo Fone (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal

Bom Retiro, 12 de janeiro de 2024.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Bombinhas

PREFEITURA

AVISO DE COMPRA DISPENSÁVEL E TERMO DE FOMENTO 003/2023 PMB - COLÔNIA DE PESCADORES Z-22

Publicação Nº 5508040



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
AVISO DE COMPRA DISPENSÁVEL E TERMO DE
FOMENTO 003/2023 PMB
F1B2A11C77E23F15A71A82BE98DEF42167C6F8A6**

O Município de Bombinhas (SC) torna pública a compra dispensável – OC 745/2023 – PMB e TERMO DE FOMENTO 003/2023 Colônia de pescadores Z-22 - PMB, em conformidade com **Lei 14.133/2021**, Art. 74, caput.

OBJETO: Repasse de valores destinados a execução de repasse de emenda orçamentária impositiva nº0025/2022 para aquisição de equipamentos e materiais, manutenção predial e manutenção das atividades da entidade nos termos do plano de trabalho, que é parte integrante do presente instrumento.

CONTRATADA: Colônia de pescadores Z-22, portador do CNPJ: 00.288.410/0001-80, residente no bairro de Zimbros, Geral nº S/N, Bombinhas-SC.

VALOR: R\$ 7.399,16 (Sete mil trezentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).

Bombinhas, 29 de Dezembro de 2023.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário Interino de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CR 003/2023 - FMS

Publicação Nº 5509034



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 003/2023-FMS**

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado. Objeto: **Prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames laboratoriais constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.** Data da Homologação: 11/01/2024. Vencedores: **ISABELLAB LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS LTDA, BIOMED ANALISES CLÍNICAS LTDA, COSTA HEIL LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA-ME, DOUTOR MED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.**

Bombinhas, 11 de janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO CR: 005/2023 - FMS

Publicação Nº 5508743

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 005/2023-FMS**

O MUNICÍPIO DE BOMBINHAS (SC), através do Prefeito Municipal Paulo Henrique Dalago Muller, em conformidade com a Lei 8666/93, vem por meio deste, HOMOLOGAR o resultado do Edital já mencionado. Objeto: **Prestação de serviços, para realização de exames, elencados pelos grupos da tabela do SIGTAP – sistema de gerenciamento da tabela de procedimentos, medicamentos e OPM do SUS e demais regramentos, pelo período de doze meses, por valores iguais aos definidos na tabela de valores vigente CIS – AMFRI disponível no site da AMFRI, e em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.** Data da Homologação: **11/01/2024**. Vencedores: **PRÔMAIS CONSULTAS E EXAMES LTDA.**
Bombinhas, 11 de janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº089/2019 PMB

Publicação Nº 5507961

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO 089/2019 - PMB
A08FAD11188E59FF623AD9073DAB6DBD9349492**

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DO FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO/SC, para o dia 03/01/2023.

CONTRATADA: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS, inscrito no CNPJ sob nº 14.284.430/0001-97, com sede na Rodovia SC 401, KM 05, nº 4600, Bloco 0, Saco Grande II, Florianópolis/SC.

DATA DA ASSINATURA: 03 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº007/2019 PMB

Publicação Nº 5507976



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO
DO CONTRATO 007/2019 - PMB

9DC1108CF365A24A31286CD2625D35E9DCA27182

OBJETO: O presente termo, tem por objeto a **RENOVAÇÃO** contratual com **SUPLEMENTAÇÃO** no valor de R\$ 20.375,00 (vinte mil, trezentos e setenta e cinco reais) que corresponde a 01 (um) mês de execução de serviço, bem como a prorrogação da vigência contratual até 10 de fevereiro de 2024, para a continuidade do serviço público, visto que já existe um processo em andamento.

CONTRATADA: **ART VIVA CONSTRUÇÕES E PAISAGISMOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.037.216/0001-00, com endereço na Rua Santa Terezinha, nº 148, cidade Camboriú/SC.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº001/2022 FUMREBOM

Publicação Nº 5507955



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO
001/2022- FUMREBOM

4E3B4DA746A3BE53E79C036F2B0A278E269D86D0

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto **RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK PARA ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS/SC E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**”. Resultando **SUPLEMENTAR R\$ 2.337,52 (dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos)** dos valores originalmente contratados, bem como **PRORROGAR** a data da vigência original do contrato para o dia **05/01/2025**.

CONTRATADA: **UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Antonio Cherem, nº 35, Centro, Tijucas/SC, CEP 88200-000, inscrição no CNPJ nº 02.235.318/0001-87.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº007/2022 FAMAB

Publicação Nº 5507978



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO
007/2022-FAMAB**

6ABA5BE54EE8377700196A4EA8CE39E4E1618DA9

OBJETO:O presente termo tem por objeto “RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E/OU IMPRESSORAS), SOFTWARES DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E BILHETAGEM, INVENTÁRIO, CONTABILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE INSUMOS ORIGINAIS (EXCETO PAPEL), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AMPARO AO MEIO AMBIENTE”. Implicando em SUPLEMENTAR os valores originalmente contratados em R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), bem como definir a data de vigência contratual para o dia 02 de janeiro de 2025.

CONTRATADA: SELBETTI TECNOLOGIA S.A, CNPJ 83.483.230/0001-86 com sede à Rua Padre Kolb, 723, Bairro Bucarein, Joinville – SC.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº012/2022 FMT

Publicação Nº 5507973



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO
012/2022-FMT

BBC29A545530294B118C330693AD7699B9F818D1

OBJETO:O presente termo tem por objeto “**RENOVAÇÃO** DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REPROGRAFIA CORPORATIVA (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS (MULTIFUNCIONAIS E/OU IMPRESSORAS), SOFTWARES DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E BILHETAGEM, INVENTÁRIO, CONTABILIZAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE INSUMOS ORIGINAIS (EXCETO PAPEL), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE BOMBINHAS” **Implicando em SUPLEMENTAR os valores originalmente contratados em R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais), bem como definir a data de vigência contratual para o dia 02 de janeiro de 2025.**

CONTRATADA: **SELBETTI TECNOLOGIA S.A**, CNPJ 83.483.230/0001-86 com sede à Rua Padre Kolb, 723, Bairro Bucarein, Joinville – SC.

DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº002/2022 FMAS

Publicação Nº 5507985



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO 002/2022- FMAS
2D7219382EF536DA9FCA6235651A0FB15F87458D

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK PARA ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA A SEDE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”. Resultando SUPLEMENTAR R\$ **2.337,48 (dois mil trezentos e trinta e sete reais e quarenta e oito centavos)** os valores originalmente contratados, bem como PRORROGAR a data da vigência original do contrato para o dia 06/01/2025.

CONTRATADA: **UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Antonio Cherem, nº 35, Centro, Tijucas/SC, inscrição no CNPJ nº 02.235.318/0001-87.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº003/2022 FMAS

Publicação Nº 5507980



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO 003/2022- FMAS
6077497C7E9CC2F6DB10EF1099A54F3C3E5C2A95

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINK PARA ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E PARA O CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO”. Resultando SUPLEMENTAR R\$ **4.382,76 (quatro mil e trezentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos)** os valores originalmente contratados, bem como PRORROGAR a data da vigência original do contrato para o dia **06/01/2025**.

CONTRATADA: **UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Antonio Cherem, nº 35, Centro, Tijucas/SC, inscrição no CNPJ nº 02.235.318/0001-87.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024..

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES
Secretário de Administração

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº039/2022 PMB

Publicação Nº 5507968



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO 039/2022 - PMB
74FFE8BBA31A1679E20BDC039C6F60EA91432EE4

OBJETO: O presente termo tem por objeto a **RENOVAÇÃO** da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DESENVOLVIDO EM TECNOLOGIA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, NA FORMA DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO), SEM LIMITE DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO E MANUTENÇÃO (CORRETIVA E LEGAL), PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, e SUPLEMENTAÇÃO** do contrato original a título de ampliação de capacidade de **DATACENTER** (item 43) no valor de R\$ 1.034.862,90 (um milhão, e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) dos valores originalmente contratados, bem como cuja vigência passa a ser de 05/01/2024 a 04/01/2025.

CONTRATADA: **IPM – SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede a Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 86, 6º andar da Torre Süden, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88010-120.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº104/2022 PMB

Publicação Nº 5507966



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOMBINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO
ADITIVO DO CONTRATO 104/2022 - PMB
572F3836F41659097D0A54880232D2C634B73E77

OBJETO: O presente termo tem por objeto a **PRORROGAÇÃO** da vigência contratual para o dia 13 de junho de 2024, conforme solicitado na CI nº 001/2024.

CONTRATADA: **FJ CONSTRUTORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.743.102/0001-53, com sede na Rua 13, 162, Itapema/SC.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Janeiro de 2024.

Bombinhas, 10 de Janeiro de 2024.

LUIZ HENRIQUE GONÇALVES

Secretário de Administração

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº09/2024

Publicação Nº 5507472

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2024

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: DELLA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ nº 44.550.728/0001-62

Valor: R\$1.200.000,00

Licitação: 255/2023

Itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30

Objeto: Registro de preços para aquisição de itens de playgrounds, mobiliário público e serviços especializados para o Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 11/01/2024 à 11/01/2025

Braço do Trombudo, 11/01/2024

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2021

Publicação Nº 5509337

EXTRATO 2.º TERMO ADITIVO CONTRATO 07/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 843DBB0AEF724C05E96C85ABB59D021CEF872D12

Contratante: Câmara Municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.255-0001-60,

Sito a Rua Praça da Independência, 25, Centro, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ 00456865000167

A Rua Júlio Gaidzinski, 320, Pio Correa,

Cidade Criciúma/SC

Objeto "Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seus Anexos, pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores do Município de Braço do Trombudo/SC

Do Prazo: Fica prorrogado até 31/12/2024 o prazo do Contrato, contados a partir de 01/01/2024.

Do valor: No valor do Contrato, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado nos últimos 12 meses, em 4,82%.

Data da assinatura: 30.12.2023

Nelson Fredolino Lutz
Presidente.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027-2023

Publicação Nº 5507759

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2023

PARTES: O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

CNPJ DA CONTRATADA: 07.555.412/0001-37

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO BÁSICO E EXECUTIVO DE ILUMINAÇÃO DO CANAL EXTRAVASOR PAVIMENTADO DA BEIRA RIO, LIGANDO OS BAIRROS MALUCHE E DOM JOAQUIM, CIDADE DE BRUSQUE/SC.

ADITIVO DE PRAZO: 12/01/2024 a 11/04/2024

SIGNATÁRIOS: RAFAEL KNISS E GABRIEL GIONGO COLFERAI

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 07 2024 -SAMAE

Publicação Nº 5507752

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 07/2024.

Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE.

Detentor da Ata: V. DO ROCIO TOALDO CESTAS BÁSICAS.

CNPJ: 38.145.318/0001-33.

Objeto: FORNECIMENTO DE SACOLÃO E MATERIAIS PARA COZINHA DO SAMAE.

Valor total: R\$ 193.096,80.

Processo Licitatório: 72/2023.

Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390300700000000.175370000003.

Vigência: 30/06/2024.

Fiscal: Alírio Pedro dos Santos Filho.

Brusque-SC, 11 de janeiro de 2024.

Cláudio Adão Pereira

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 08 2024 -SAMAE

Publicação Nº 5507754

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 08/2024.

Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE.

Detentor da Ata: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS LTDA – ME.

CNPJ: 19.633.424/0001-11.

Objeto: FORNECIMENTO DE SACOLÃO E MATERIAIS PARA COZINHA DO SAMAE.

Valor total: R\$ 19.763,89.

Processo Licitatório: 72/2023.

Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390300700000000.175370000003.

Vigência: 30/06/2024.

Fiscal: Alírio Pedro dos Santos Filho.

Brusque-SC, 11 de janeiro de 2024.

Cláudio Adão Pereira

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09 2024 -SAMAE

Publicação Nº 5507871

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 09/2024.

Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE.

Detentor da Ata: CASA PROPRIA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ: 03.166.245/0001- 81.

Objeto: FORNECIMENTO DE CIMENTO.

Valor total: R\$ 41.530,00.
Processo Licitatório: 73/2023.
Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390309900000000.175370000003.
Vigência: 31/12/2024.
Fiscal: Gilberto dos Anjos.

Brusque-SC, 11 de janeiro de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 2024-SAMAE

Publicação Nº 5508942

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 10/2024.
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque – SAMAE.
Detentor da Ata: LABB LABORATÓRIOS LTDA.
CNPJ: 81.322.141/0001-22.
Objeto: SERVIÇO DE ANÁLISES DE ÁGUA E EFLUENTES EM ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Valor total: R\$ 139.999,97.
Processo Licitatório: 75/2023.
Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33390395100000000.175370000003.
Vigência: 31/12/2024.
Fiscal: Ricardo Bortolotto.

Brusque-SC, 11 de janeiro de 2024.

Cláudio Adão Pereira
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 0001/2024

Publicação Nº 5509119

PORTARIA Nº 0001/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.
Considerando o Ofício nº 714/2023 da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal/vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
JOCELI FUCKNER DE MELLO GALLINA	139424-6	PROFESSOR	HORIZONTAL	D II	E II
LECI DIAS DA SILVA MARTINS	719463	COORDENADOR PEDAGÓGICO	HORIZONTAL	A II	B II
MARILIA LUETZOW	10000238341-1	PROFESSOR	HORIZONTAL	A II	B II
MICHELE COSTA VISCONTI	4288211-1	PROFESSOR	HORIZONTAL	C II	D II
VILMAR BECKER	443778-2	PROFESSOR	HORIZONTAL	B II	C II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 014-2024 -SAMAE

Publicação Nº 5508933

PORTARIA Nº 014/2024

O Diretor Presidente do SAMAE, nomeado pela portaria 15.152/2023, no uso de suas atribuições e de acordo com artigo 101, inciso I e art. 111 §1º da Lei orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 14.133/2021;

Considerando o Decreto nº 9.430, de 28 de março de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre as normas gerais de licitação e contratação no âmbito do Município de Brusque;

Considerando o Decreto nº 9.448, de 13 de abril de 2023, que dispõe sobre a alteração, inclusão e revogação de dispositivos do Decreto nº 9.430/2023;

Considerando o disposto nos incisos II, III e V do art. 15 do Decreto nº 9.430/2023;

RESOLVE

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuarem como Agentes de Contratação nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto nº 9.430/2023, alterado pelo Decreto nº 9.448/2023, no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque.

I - Leandro Bolognini, matrícula 2399, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar De Escritório;

II – Giuliano Rigo, matrícula 10000329111, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, para atuar também na condução dos procedimentos de contratação direta.

§ 1º O servidor designado no inciso I atuará como Pregoeiro, na forma do art. 8º, § 5º da Lei n. 14.133/2021, em caso de impedimento ou ausência motivada poderá ser substituído pelo servidor designado no inciso II.

§ 2º O servidor designado no inciso II atuará na condução dos procedimentos de contratação direta, em caso de impedimento ou ausência motivada poderá ser substituído pelo servidor designado no inciso I.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio para auxiliar o Agente de Contratação e o Pregoeiro, no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, os servidores: Jean Wons Fernandes, matrícula 3760; Deivison Araldi, matrícula 48070; Jorge Roberto Cantão Miranda, matrícula 100003354093 e Marina Ramos Reis, matrícula 4056078.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 02 de janeiro de 2024.

CLAUDIO ADÃO PEREIRA
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 026-2024

Publicação Nº 5508615

Portaria nº 026/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ELISA PIEPER NASCIMENTO FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 10/01/2024 a 08/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 027-2024

Publicação Nº 5508616

Portaria nº 027/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARIA DAS DORES DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 028-2024

Publicação Nº 5508618

Portaria nº 028/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ADELANTA SCUISSIATTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 11/01/2024 a 09/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 05/03/2017.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 029-2024

Publicação Nº 5508619

Portaria nº 029/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/06/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 030-2024

Publicação Nº 5508621

Portaria nº 030/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FABIANA GUILARDI BARROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 15/01/2024 a 13/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 031-2024

Publicação Nº 5508623

Portaria nº 031/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARIA APARECIDA FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/04/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 032-2024

Publicação Nº 5508626

Portaria nº 032/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ROSANGELA MARIA DA SILVA MASTRANDREAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 033-2024

Publicação Nº 5508627

Portaria nº 033/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LARISSA MARIA FISCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Físico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 15/01/2024 a 13/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 037-2024

Publicação Nº 5508629

Portaria nº 037/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ROSIANE VANDRESEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 21/01/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 038-2024

Publicação Nº 5508631

Portaria nº 038/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CINTIA FERNANDA GONÇALVES SCHLINDWEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Ag. Fiscal. Vig. Sanitária, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 11/01/2024 a 09/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 039-2024

Publicação Nº 5508632

Portaria nº 039/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) KAMILA RICARDO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consultório Odontológico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 18/06/2017.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 040-2024

Publicação Nº 5508634

Portaria nº 040/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARCELO BRUNO CASTRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista Especialista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 15/03/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 041-2024

Publicação Nº 5508639

Portaria nº 041/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) NILMA DELGADO MEIRELES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 046-2024

Publicação Nº 5508642

Portaria nº 046/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FERNANDA GONÇALVES CLEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 07/01/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 047-2024

Publicação Nº 5508643

Portaria nº 047/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) GRAZIELLE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 13/08/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 048-2024

Publicação Nº 5508644

Portaria nº 048/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CELIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 049-2024

Publicação Nº 5508646

Portaria nº 049/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MINELLI SILVA CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 09/01/2024 a 07/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 18/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 09/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 050-2024

Publicação Nº 5508648

Portaria nº 050/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SHIRLEI CARLENE VISCONTI DEMARCHE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 15/05/2017.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 051-2024

Publicação Nº 5508649

Portaria nº 051/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LAIS NEUSA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 04/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 052-2024

Publicação Nº 5508651

Portaria nº 052/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) MARCO AURELIO LANG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 053-2024

Publicação Nº 5508652

Portaria nº 053/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CATIANE DA CUNHA GREGORIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 054-2024

Publicação Nº 5508656

Portaria nº 054/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ALINE DOS SANTOS MUNHOZ MATEUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 055-2024

Publicação Nº 5508657

Portaria nº 055/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SIMARA HELOISA DE SIMAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 10/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 056-2024

Publicação Nº 5508660

Portaria nº 056/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) VALQUIRIA BERNADETE RUNCKUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consultório Odontológico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 27/02/2017.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 057-2024

Publicação Nº 5508661

Portaria nº 057/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) SARA TABITA AMARAL DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 058-2024

Publicação Nº 5508664

Portaria nº 058/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) VERA LUCIA FUZON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 04/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 059-2024

Publicação Nº 5508665

Portaria nº 059/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FLAVIA APARECIDA FAGUNDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 060-2024

Publicação Nº 5508670

Portaria nº 060/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) KAYRA WERKHAUSEN CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 14/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 061-2024

Publicação Nº 5508672

Portaria nº 061/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ADRIANA WEHRLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Consultório Odontológico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 063-2024

Publicação Nº 5508674

Portaria nº 063/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) THAYNA NUNES BRITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 064-2024

Publicação Nº 5508677

Portaria nº 064/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) LIDIANE CAROLINA REITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 065-2024

Publicação N° 5508679

Portaria nº 065/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ROSIMEIRE PINHEIRO GOMES FONSECA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 16/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 066-2024

Publicação N° 5508681

Portaria nº 066/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ANELISE NAGEL KETZER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/04/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 27/12/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 068-2024

Publicação N° 5508686

Portaria nº 068/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) EDUARDO HOFFMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 069-2024

Publicação Nº 5508691

Portaria nº 069/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FLAVIA ZEN MARTINS NAKAO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 22/04/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 072-2024

Publicação Nº 5508695

Portaria nº 072/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) CRISTIANO TITO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/07/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 073-2024

Publicação Nº 5508699

Portaria nº 073/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) TACIANA DALMARCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 22/11/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 074-2024

Publicação Nº 5508701

Portaria nº 074/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 075-2024

Publicação Nº 5508706

Portaria nº 075/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) RICARDO LAUBE MORITZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotado(a) no Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 10/01/2024 a 08/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 02/05/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 076-2024

Publicação Nº 5508708

Portaria nº 066/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ANELISE NAGEL KETZER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/04/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 27/12/2018.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 077-2024

Publicação Nº 5508713

Portaria nº 077/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) ELISANGELA PICOLOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotado(a) no Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 30/01/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 078-2024

Publicação Nº 5508716

Portaria nº 078/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) FRANCIELLE RODRIGUES DE OLIVEIRA MOLINARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 09/05/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 09 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 099-2024

Publicação Nº 5508718

Portaria nº 099/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) PATRICIA JENIFER ANTONIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 17/03/2016.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 100-2024

Publicação Nº 5508721

Portaria nº 100/2024

O Diretor-Geral de Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 14.825/2023, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) TIAGO RODRIGO ROZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Veterinário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 08/01/2024 a 06/02/2024, referente ao período aquisitivo iniciado em 29/03/2017.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/01/2024, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Janeiro de 2024.

BRENO NUNES NEVES
Diretor-Geral de Gestão Estratégica

SUZANA MARCIA MACHADO MAFRA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 02-2024-LEGISLATIVO

Publicação Nº 5508736



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 02, de 11 de janeiro de 2024

Exonera servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, o Senhor Sergio Luiz Câmara Berzosa, encerrando suas atividades funcionais no dia 11 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Brusque, 11 de janeiro de 2024.

Ver. Cassiano Tavares
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor-Geral

Rua Eduardo Von Buettner, 65 - Centro - Fone/Fax: (47) 3351-2891 - 88350-050 - Brusque - SC
Página 1/1

PORTARIA 03 -2024-LEGISLATIVO

Publicação Nº 5508738



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 03, de 11 de janeiro de 2024

Exonera servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, o Senhor Vilson Tamanini, encerrando suas atividades funcionais no dia 11 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Brusque, 11 de janeiro de 2024.

Ver. Cassiano Tavares
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor-Geral

Rua Eduardo Von Buettner, 65 - Centro - Fone/Fax: (47) 3351-2891 - 88350-050 - Brusque - SC
Página 1/1

PORTARIA 04 - 2024-LEGISLATIVO

Publicação Nº 5508739

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE****Portaria nº 04, de 11 de janeiro de 2024**

Nomeia servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, o Senhor Vilson Tamanini, inscrito no CPF/MF sob o nº ...189.639-..., a contar de 12 de janeiro de 2024, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 11 de janeiro de 2024.

Ver. Cassiano Tavares
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor-Geral

Rua Eduardo Von Buettner, 65 - Centro - Fone/Fax: (47) 3351-2891 - 88350-050 - Brusque - SC
Página 1/1

PORTARIA 05 -2024-LEGISLATIVO

Publicação Nº 5508740



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 05, de 11 de janeiro de 2024

Nomeia Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear no Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, do quadro de pessoal da Câmara Municipal, o Senhor Cleiton Luiz Bittelbrunn, inscrito no CPF sob nº ...910.199-..., a contar de 12 de janeiro de 2024, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Brusque, 11 de janeiro de 2024.

Ver. Cassiano Tavares
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor-Geral

Rua Eduardo Von Buettner, 65 - Centro - Fone/Fax: (47) 3351-2891 - 88350-050 - Brusque - SC
Página 1/1

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508050

DECRETO Nº 006/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Desapropria por Utilidade Pública, a área que menciona, e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 70, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Fica Desapropriada por Utilidade Pública, por via amigável ou judicial parte central da chácara rural nº 105 com a área de 86,00m² (oitenta e seis metros quadrado) de propriedade de JAIR CARLOS RESTELLI, sob matrícula 11.526 sem benfeitoria, a saber:

ÁREA DESAPROPRIADA

Fica Desapropriada por Utilidade Pública, por via amigável ou judicial, a a parte central da chácara rural nº 105 com a área de 86,00m² (oitenta e seis metros quadrados) de propriedade de JAIR CARLOS RESTELLI, sob matrícula 11.526 sem benfeitoria, confrontando a área ora declarada de Utilidade Pública ao:

NORTE

Com pequena parte da chácara rural nº 105 da CENTRAL ELETRICA DE SANTA CATARINA, matricula nº 9.123.

SUL

Com parte maior da chácara rural nº 105 matricula nº 11. 526.

LESTE

Com parte maior da chácara rural nº 105 matricula nº 11. 526.

OESTE

Com parte maior da chácara rural nº 105 matricula nº 11. 526.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE MAIOR DA CHÁCARA RURAL Nº 105, COM ÁREA DE 62.714,00 m², (sessenta e dois mil setecentos e quatorze metros quadrado), PARTE SUDESTE DA CHÁCARA RURAL Nº 106, COM ÁREA DE 8.584,00 m², (oito mil quinhentos e oitenta e quatro metros quadrado), PARTE NORTE DA CHÁCARA RURAL Nº 106, COM ÁREA DE 4.106,00 m², (quatro mil cento e sei metros quadrado), PEQUENA PARTE DA CHÁCARA RURAIS Nº 106, e PARTE MAIOR DAS CHÁCARAS RURAIS Nº 107 e 108 COM ÁREA DE 75.870,00 m², (setenta cinco mil oitocentos e setenta metros quadrado), CHÁCARA RURAL Nº 109, COM ÁREA DE 43.280,00 m², (quarenta e três mil duzentos e oitenta metros quadrado), e CHÁCARAS RURAIS Nº 110 e 111, COM ÁREA DE 92.080,00 m², (noventa e dois mil e oitenta metros quadrado), PERFAZENDO A ÁREA TOTAL 286.634,00m², (duzentos e oitenta e seis mil seiscentos e trinta e quatro metros quadrado), SITUADO NA SEDE DO MUNICIPIO DE CAIBI, COMARCA DE PALMITOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, SEM BENFEITORIAS.

CONFRONTAÇÕES

NORTE

*Uma linha com parte sudoeste da chácara rural nº 7 de GILVANIAO SLAVIERO, matricula nº 10.513, e com parte sudeste da chácara rural nº 7, e parte sul da chácara rural nº 8 de ARGIS DOS SANTOS, matricula nº 16.233.

* Uma linha com parte sudeste da chácara rural nº 94 e 95 de ADILAR CARLESSO, matricula nº 3.612, e a outra linha com as chácaras rurais nº 96 e 97 e parte norte das chácaras rurais nº 107 e 108 de MARIOCIR SECCO, matricula nº 10.330.

* Por duas linhas com as chácaras rurais nº 96 e 97 e parte norte das chácaras rurais nº 107 e 108 de MARIOCIR SECCO, matricula nº 10.330, e com as chácaras rurais nº 98 e 99 de ARTUR SLAVIERO, matricula nº 2.834.

*Uma linha com a parte maior da chácara rural nº 106 da RADIO CAIBI LTDA, matricula nº 5.757

*Por duas linhas com pequena parte da chácara rural nº 105 da CENTRAL ELETRICA DE SANTA CATARINA, matricula nº 9.123.

*Uma linha com a parte da chácara rural nº 105 de JAIR CARLOS RESTELLI, área desmembrada, matricula nº 11.526.

SUL

*Uma linha com parte leste da chácara rural nº 114, e parte noroeste da chácara rural nº 117, e parte oeste da chácara rural nº 118, e parte noroeste das chácaras rurais nº 121 e 122 de EDER SECCO, matricula nº 11.682, e com parte da chácara rural nº 118, e com chácara rural nº 119 de EVANDRO SCOPEL, matricula nº 9.529. e com parte norte da chácara rural nº 12-A, e com parte da mesma chácara de OSMAR ANTONIO ALESSIO, matricula nº 6.718. e com parte leste da chácara rural nº 12, e com parte oeste da chácara rural nº 13 de LEONARDO NELSON PIGNAT E OUTROS, matricula nº 1.342, e com parte leste da chácara rural nº 13, de JOÃO CARLOS CONTE E OUTROS, matricula nº 15.595.

*Uma linha com a parte maior da chácara rural nº 106 da RADIO CAIBI LTDA, matricula nº 5.757

*Uma linha com pequena parte da chácara rural nº 105 da CENTRAL ELETRICA DE SANTA CATARINA, matricula nº 9.123.

LESTE

- *Uma linha com a chácara rural nº 104, de ELIO ANTONIO FERRONATO E OUTROS, matrícula nº 2.814.
- *Uma linha com as chácaras rurais nº 96 e 97 e parte norte das chácaras rurais nº 107 e 108 de MARIOCIR SECCO, matrícula nº 10.330.
- *Uma linha com a parte maior da chácara rural nº 106 da RADIO CAIBI LTDA, matrícula nº 5.757.
- *Uma linha com a parte da chácara rural nº 105 de JAIR CARLOS RESTELLI, área desmembrada, matrícula nº 11.526.

OESTE

- *Uma linha com parte leste da chácara rural nº 114, e parte noroeste da chácara rural nº 117, e parte oeste da chácara rural nº 118, e parte noroeste das chácaras rurais nº 121 e 122 de EDER SECCO, matrícula nº 11.682, e com a chácara de terras de cultura nº 112 e 113, de CLAUDIR BALDO, matrícula nº 6.622.
- *Uma linha com a parte maior da chácara rural nº 106 da RADIO CAIBI LTDA, matrícula nº 5.757.
- *Uma linha com pequena parte da chácara rural nº 105 da CENTRAL ELETRICA DE SANTA CATARINA, matrícula nº 9.123.
- *Uma linha com a parte da chácara rural nº 105 de JAIR CARLOS RESTELLI, área desmembrada, matrícula nº 11.526.
- *Uma linha com as chácaras rurais nº 96 e 97 e parte norte das chácaras rurais nº 107 e 108 de MARIOCIR SECCO, matrícula nº 10.330.

Art. 2º - O imóvel de que trata este artigo, destinar-se-á a implantação da estrutura do sistema de transmissão de TV digital

Art. 3º - Para efeito de pagamento amigável ou Judicial, da presente desapropriação, é atribuído o valor de R\$ 22.114,00 (vinte e dois mil cento e quatorze reais) de acordo com Laudo de Avaliação apresentado pela Comissão especialmente designada.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei ficarão a cargo das dotações do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Fica revogado as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 11 de janeiro de 2024

LEONARDO GALLON

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra

Miguel Piccoli

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 005/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507857

DECRETO Nº. 005/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre desmembramento de lote rural em perímetro urbano e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2285/2011, de 23 de setembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado o DESMEMBRAMENTO DE PARTE NORDESTE DO LOTE RURAL INSERIDO EM PERIMETRO URBANO Nº 63, com área total de 20,000 m², da matrícula nº 15.417 conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descrito, Mapa e ART, anexos, resultando a área conforme descrição abaixo:

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Imóvel: MAPA DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO A PARTE NORDESTE DO LOTE RURAL Nº 63

Proprietário: NÁDIA INÊS BARÉA DE SORDI & CIA LTDA

CARME FACINI VITSRKI

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrículas: 15.417

Área Total (m2) P. NORDESTE DO LOTE RURAL Nº63: 20.000,00m²

1*Área de NÁDIA INÊS BARÉA DE SORDI & CIA LTDA, PARTE DO LOTE RURAL Nº 63:13.400,00m²

2*Área de CARME FACINI VITSRKI, PARTE DO LOTE RURAIS Nº 63:6.600,00m²

DIVISÃO DE CONDOMÍNIO

1*Área de NÁDIA INÊS BARÉA DE SORDI & CIA LTDA:

PARTE DO LOTE RURAL Nº 63: COM ÁREA DE 13.400,00m², SENDO QUE SE ENCONTRA ENCRAVADO DENTRO DESTA ÁREA AS SEGUINTES

PARTE ÁREA DE DIREITO DO DEINFRA DA S.C. 283 COM A ÁREA DE 1.804,00m², 20% DA ÁREA PÚBLICA FICA DIVIDIDA EM DUAS ÁREAS, UMA ÁREA NÃO EDIFICANTE COM A ÁREA DE 1.359,00m², E OUTRA ÁREA VERDE COM A ÁREA DE 1.321,00m², SENDO QUE FICARÁ COMO ÁREA ÚTIL UMA ÁREA DE 8.916,00m², LOCALIZADO NA RODOVIA S.C. 283, CENTRO MUNICÍPIO DE CAIBI COMARCA DE PALMITOS, SANTA CATARINA.

CONFRONTAÇÕES

AO NORDESTE

Com a RODOVIA S.C – 283 de CAIBI – PALMITOS.

AO SUDESTE

Com parte do lote rural nº 63, de CARME FACINI VITSRKI. Matrícula nº 15.417.

AO SUDOESTE

Com parte central sul do lote rural nº 63, de SERGIO LUIZ DELAZZARI. Matrícula nº 15.762.

AO NOROESTE

Com parte noroeste do lote rural nº 63, e parte maior das chácaras rurais nº 91 e 93 de ALDA DE SORDI E OUTROS. Matrícula nº 10.396.

2*Área de CARME FACINI VITSRKI:

PARTE DO LOTE RURAL Nº 63: COM ÁREA DE 6.600,00m², SENDO QUE SE ENCONTRA ENCRAVADO DENTRO DESTA ÁREA AS SEGUINTE PARTES: ÁREA DE DIREITO DO DEINFRA DA S.C. 283 COM A ÁREA DE 912,00m², 20% DA ÁREA PÚBLICA FICA DIVIDIDA EM DUAS ÁREAS, UMA ÁREA NÃO EDIFICANTE COM A ÁREA DE 700,00m², E OUTRA E ÁREA VERDE COM A ÁREA DE 620,00m². SENDO QUE FICARÁ COMO ÁREA ÚTIL UMA ÁREA DE 4.368,00m², LOCALIZADO NA RODOVIA S.C. 283, CENTRO MUNICÍPIO DE CAIBI COMARCA DE PALMITOS, SANTA CATARINA.

CONFRONTAÇÕES

AO NORDESTE

Com a RODOVIA S.C – 283 de CAIBI – PALMITOS.

AO SUDESTE

Com parte sudeste do lote rural nº 63, de SERGIO LUIZ DELAZZARI. Matrícula nº 15.060.

AO SUDOESTE

Com parte central sul do lote rural nº 63, de SERGIO LUIZ DELAZZARI. Matrícula nº 15.762.

AO NOROESTE

Com parte do lote rural nº 63, de NÁDIA INÊS BARÉA DE SORDI & CIA LTDA. Matrícula nº 15.417.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 11 de janeiro de 2024.

LEONARDO GALLON

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2023 - FME

Publicação N° 5509177

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 036/2023 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2024 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS, PORTAS, RODAPÉS E FORROS DE GESSO ACARTONADO COM ACABAMENTOS, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE:11/01/2024
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 057/2023 - FMS

Publicação N° 5509997

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 057/2023 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 078/2023 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAPACHO PERSONALIZADO DESTINADOS A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE:14/12/2023
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 060/2023 - FMS

Publicação N° 5508872

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 060/2023 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2024 a 003/2024 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÁS ADESIVAS PARA DESFIBRILADOR PARA A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 11/01/2024
1ª Publicação.

RESULTADO CHAMAMENTO 024/2023 - FMS

Publicação N° 5510045

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Processo Licitatório N° 108/2023- FMS

Inexigibilidade Nº 34/2023-FMS
Chamamento Nº 24/2023 - FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"Fracassada".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

SUSPENSÃO CC 003/2023 - PMC

Publicação Nº 5509428

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CB003A20CAF81F204A304A376037D5E8817B6832

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2023
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 03/2023 - PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que a licitação foi:
"SUSPENSA PARA ANALISE DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO"
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA RESUMO DE CONTRATO CHAMAMENTO 001/2023 - FMAS

Publicação Nº 5509248

TERMO DE ERRATA RESUMO DE CONTRATO CHAMAMENTO 001/2023 - FMAS

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Administração vem comunicar que na publicação do resumo do contrato CHAMAMENTO 001/2023 , publicado no dia 11 de Janeiro de 2024 no DOM/SC:

- Onde lê-se: Valor R\$ 4.304.165,56

- Leia-se: 653.184,00

Camboriú SC, 11 de Janeiro de 2024.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

031/2024

Publicação N° 5508339



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 031/2024***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 905/2023 de 15/08/2023, firmado entre **EMANUEL RAFAEL CARVALHO MELO** matrícula 26600-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **PSICOLOGO**.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 08/01/2024, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e24708
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:7675650506
8
Dados: 2024.01.10
15:43:29 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

032/2024

Publicação Nº 5508340



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 032/2024**CONCEDE ACESSO DE CATEGORIA FUNCIONAL A SERVIDOR****(A) PÚBLICO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar Municipal nº 40/2012 regulamentada pelo Decreto nº 3.262/2018 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO o parecer exarado pela Comissão Permanente de Avaliação de Promoção Horizontal em 20/12/2023;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **EMERITA INEZ MULLER**, matrícula Nº 4368-1, acesso da categoria de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS **C**, que ocupa, para AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS **D**, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do servidor mencionado no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10 17:07:08
-03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

034/2024

Publicação N° 5508346



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 034/2024

EXONERA GESTOR(A) DE ESPORTES AMADOR

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar n°. 049/2013 de 03/01/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, **LUAN CARLOS ROTERS** matrícula n° 24-1, do cargo em comissão de **GESTOR DE ESPORTE AMADOR**, da FUNDAÇÃO DE ESPORTES, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10 17:29:45
-03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

035/2024

Publicação Nº 5508347



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 035/2024**CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR(A)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada aos servidores que relaciona;

Nome Função Gratificada

11616-4	CARLOS ALBERTO GHIORZI	FG-2
14587-1	MARIA THEODORA WALTRICK DE BEM	FG-2
13195-1	TONI FAUSTO FRAINER	FG-2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10
17:37:20 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

036/2024

Publicação Nº 5508350



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 036/2024**CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR(A)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada aos servidores que relaciona;

Nome Função Gratificada

18733-1	MARCELA VIDAL ELEUTERIO	FG-2
---------	-------------------------	------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10
17:41:01 -03'00'
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

037/2024

Publicação Nº 5508352



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 037/2024**CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR(A)**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada aos servidores que relaciona;

Nome Função Gratificada

14804-1	LISIA CARLA TONIAZZO	FG-2
---------	----------------------	------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10
17:54:32 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

038/2024

Publicação Nº 5508354



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 038/2024***CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR(A)***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada aos servidores que relaciona;

Nome Função Gratificada

4430-1	JONAS MEDEIROS	FG-2
--------	----------------	------

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10
17:57:18 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

039/2024

Publicação N° 5508357



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 039/2024

***Concede Licença Para Exercer
Mandato Eletivo***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº. 039/2012, Art. 163, de 02/01/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença para exercer mandato eletivo de Conselheiro Tutelar, ao servidor **LAURO DA ROSA FONSECA**, portador do CPF N°. 025.***.***-**, matrícula nº 12551-2, a partir de 10/01/2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.10
18:03:34 -03'00'

Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-000 Tel: 047 3365 9500

040/2024

Publicação Nº 5508370



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 040/2024**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012 de 02.01.2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, a funcionária **PAMELLA SODRE TAVARES**, matrícula nº. 26522-1, servidora EFETIVA no cargo de FISIOTERAPEUTA, a partir de 28/12/2023.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 28/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 10 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:76756505
068
Dados: 2024.01.10
18:08:57 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

042/2024

Publicação Nº 5510061



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 042/2024***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 1000/2023 de 06/09/2023, firmado entre **ANA PAULA AGUIAR AVILA LESSA** matrícula 25009-5 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **PROFESSOR(A)**.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 19/01/2024, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e24708
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11
15:44:41 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

044/2024

Publicação N° 5510071



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 044/2024***RESCINDE CONTRATO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 450/2023 de 13/04/2023, firmado entre **ELIENE DA SILVA SEROMENHO LIMA** matrícula 25665-2 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **ASSISTENTE EDUCACIONAL**.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 22/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11
16:00:38 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

045/2024

Publicação N° 5510074



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 045/2024

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 624/2023 de 16/05/2023, firmado entre **TERESA CRISTINA SIMOES** matrícula 26364-1 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **ASSISTENTE EDUCACIONAL**.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 08/01/2024, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:767565050
68
Dados: 2024.01.11
18:06:50 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

046/2024

Publicação Nº 5510077



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 046/2024***RESCINDE CONTRATO A PEDIDO***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço 897/2023 de 14/08/2023, firmado entre **SANDRA DA ROCHA IGNACIO FLORES** matrícula 24123-3 e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de **ASSISTENTE EDUCACIONAL**.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 18/12/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:767
56505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11
18:10:44 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

047/2024

Publicação N° 5510081



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA N° 047/2024

*CONCEDE ACESSO DE CATEGORIA FUNCIONAL A SERVIDOR (A)
PÚBLICO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **KATHIANE NATALIA DA SILVA LANA RUDOLF**, matrícula N°. 19154-1, acesso da categoria de MONITOR (A) **nível 1**, que ocupa, para MONITOR (A) **nível 2**, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7675650
5068

Assinado de forma digital por
EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11 18:17:43 -03'00'

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

048/2024

Publicação Nº 5510084



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 048/2024

*CONCEDE ACESSO DE CATEGORIA FUNCIONAL A SERVIDOR (A)
PÚBLICO (A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **QUELIN CRISTINI DE OLIVEIRA**, matrícula Nº. 19056-3, acesso da categoria de MONITOR (A) **nível 2**, que ocupa, para MONITOR (A) **nível 3**, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma
digital por EDUARDO
PUGATSCH:7675650506
8
Dados: 2024.01.11
18:21:43 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@camboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

049/2024

Publicação Nº 5510087



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 049/2024***Retorno da Licença Para Tratar de Interesses Particulares***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 art nº 66, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorno, a pedido, da Licença Para Tratar de Interesses Particulares, do(a) servidor(a) **NEUDIR PAULO DAS NEVES**, portador do CPF Nº 711.***.***-**, matrícula nº. 11704-4, a partir de 08/01/2024.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 08/01/2023, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:7
6756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11
19:03:06 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

050/2024

Publicação Nº 5510090



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO- DEPTO DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 050/2024***Retorno da Licença Para Tratar de
Interesses Particulares***

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 019/2008 art nº 66, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorno, a pedido, da Licença Para Tratar de Interesses Particulares, do(a) servidor(a) **ELISETE SOARES VOITICZKI**, portador do CPF Nº 030.***.***-**, matrícula nº. 4919-1, a partir de 22/01/2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 22/01/2024, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 11 de janeiro de 2024.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO
PUGATSCH:76
756505068
EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

Assinado de forma digital
por EDUARDO
PUGATSCH:76756505068
Dados: 2024.01.11
19:07:46 -03'00'

OUVIDORIA 0800-6469500
ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br
Rua Getúlio Vargas, 77 Centro – Camboriú - SC CEP: 88340-347 Tel: 47 3365 9500

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.629 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509942

DECRETO Nº 16.629 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 71.391,97 (setenta e um mil, trezentos e noventa e um reais, noventa e sete centavos), nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, Fonte de Recursos: 2.660.0000.0501 Recursos (SF) FEAS – ALTA SUPERÁVIT.

23.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CA.	
23.001 -	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA.	
23.001.8.243.78.2081 -	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL -PSE	
3.0.00.00.00.0501 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0501 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0501 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00.0501 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 71.391,97

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fundo Municipal de Assistência Social, Fonte de Recursos: 2.660.0000.0501 Recursos (SF) FEAS – ALTA SUPERÁVIT.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 16.630 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510102

DECRETO Nº 16.630 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO IPRECAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:

Art. 1º Autoriza o IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., do a suplementar o no valor de R\$ 997.000,00 (novecentos e noventa e sete mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a Fonte de Recurso: 2.802.0000.1031 (SF) - Taxa de Administração RPPS - SUPERÁVIT.

21.000 -	IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	
21.001 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPRECAL	
21.001.9.272.59.2.052 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL	
400000.00.1031 -	Despesas de Capital	
440000.00.1031 -	Investimentos	
449000.00.1031 -	Aplicações Diretas	
449051.00.1031 -	Obras e Instalações	R\$ 997.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior, do IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., referente a Fonte de Recurso: 2.802.0000.1031 (SF) - Taxa de Administração RPPS - SUPERÁVIT.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 16.631 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510177

DECRETO Nº 16.631 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.658.242,19 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais, dezenove centavos), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a seguinte Fonte de Recursos: Recurso 1109 – (SF) Transferência Especial União – Rede de Água - Superávit.

07.000 -	SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE.	
07.001 -	SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.	
07.001.17.512.29.2024 -	Manutenção e Ampliação das Estações e Rede de Abastecimento de Água.	
4.0.00.00.00.1109 -	Despesas de Capital	
4.4.00.00.00.1109 -	Investimentos	
4.4.90.00.00.1109 -	Aplicações Diretas	
4.4.90.51.00.1109 -	Obras e Instalações	R\$ 2.658.242,19

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit do Exercício Anterior, referente a seguinte Fonte de Recursos: Recurso 1109 – (SF) Transferência Especial União – Rede de Água - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 16.632 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510491

DECRETO Nº 16.632 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 12 da Lei Municipal nº 5.188 de 06 de dezembro de 2023; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente, referente a seguinte Fonte de Recursos: Recurso 2.500.0000.0002 – (SF) Recursos Ordinários - Superávit.

08.000 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
08.003 -	Coordenadoria de Turismo.	
08.003.23.695.38.1016 -	Realização de Eventos Turísticos Municipais.	
3.0.00.00.00.0002 -	Despesas Correntes	
3.3.00.00.00.0002 -	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.0002 -	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00.0002 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 149.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, Fonte de Recursos: 2.500.0000.0002 – (SF) Recursos Ordinários - Superávit.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 23.609 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510724

PORTARIA Nº 23.609 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 23.019 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 2021; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 23.019 de 16 de novembro de 2023, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 02 (zero dois) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, SANDRA REGINA LEPECK, registro no sistema sob nº 956264, referente ao período aquisitivo: 04 de outubro de 2022 a 03 de outubro de 2023.”

Art. 2º As demais disposições previstas na Portaria nº 23.019 de 16 de novembro de 2023, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de novembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 23.610 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510725

PORTARIA Nº 23.610 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 23.435 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 2021; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 23.435 de 13 de dezembro de 2023, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, SANDRA REGINA LEPECK, registro no sistema sob nº 956310, referente ao período aquisitivo: 04 de outubro de 2022 a 03 de outubro de 2023."

Art. 2º As demais disposições previstas na Portaria nº 23.435 de 13 de dezembro de 2023, permanecem vigentes na integra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de dezembro de 2023.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 23.611 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510726

PORTARIA Nº 23.611 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 6º do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 03 (zero três) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, SANDRA REGINA LEPECK, registro no sistema sob nº 956310, referente ao período aquisitivo: 04 de outubro de 2022 a 03 de outubro de 2023.

Art. 2º A Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, gozará as férias no período de 10 de janeiro de 2024 á 12 de janeiro de 2024, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 09 de janeiro de 2024 sob nº 051257.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 11 de janeiro de 2024.

MATHEUS FUCKNER
Prefeito Municipal em Exercício

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 12/01/2024.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 2º SEM. 2023 - CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPO ALEGRE

Publicação Nº 5509011



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal											
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>
Despesa com Pessoal (últimos 12 meses)	65.997,07	59.100,25	80.245,76	117.271,23	78.897,40	56.689,88	103.298,25	69.972,94	70.428,46	75.425,96	73.895,10	813.181,70
Despesa com Pessoal (últimos 12 meses) (1)	65.997,07	59.100,25	80.245,76	117.271,23	78.897,40	56.689,88	103.298,25	69.972,94	70.428,46	75.425,96	73.895,10	813.181,70
Pessoal Ativo	65.997,07	59.100,25	80.245,76	117.271,23	78.897,40	56.689,88	103.298,25	69.972,94	70.428,46	75.425,96	73.895,10	813.181,70
Vinculados, Vantajosa e Outras Despesas Variáveis	56.584,68	57.679,74	60.101,13	68.888,36	60.904,14	59.753,36	64.173,10	59.236,06	59.236,06	64.268,75	62.767,59	77.943,17
Obrigações Patronais	9.412,79	1.510,51	20.144,63	30.382,84	17.983,26	-3.084,51	39.126,15	10.446,96	11.202,40	11.127,11	11.127,11	3.275,62
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Períodos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal (documentos de Contratos de Terceirização ou de contratação sob forma indireta) (1º ao 12º de art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA NÃO COMPATIVÁVEL (1º ao art. 19 da LRF) (6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Desajustes Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (6) = (7) - (8)	65.997,07	59.100,25	80.245,76	117.271,23	78.897,40	56.689,88	103.298,25	69.972,94	70.428,46	75.425,96	73.895,10	813.181,70
												932.307,28
												0,00

<div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div>Tesouro Nacional</div></div>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	77.245.097,55	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	77.245.097,55	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	932.300,29	1,21
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.634.705,85	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.402.970,56	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.171.235,27	5,40


RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

 <small>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</small>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>TESOURO NACIONAL</div>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 16 da LC 176/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTF (art. 16 da LC 176/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 16 da LC 176/2021)												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTF (VIII)												
% DTF (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 16 DA LC 176/2021 (%)												

<div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div>TESOURO NACIONAL</div></div>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2023

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa									
	Disponibilidade de Caixa					Disponibilidade de Caixa				
	Disponibilidade de Caixa		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			Disponibilidade de Caixa		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		
	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar	Restos a Pagar
Restos a Pagar	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos	Liquidadados e Não Pagos
Restos a Pagar	Anterior	Exercício	Anterior	Exercício	Anterior	Exercício	Anterior	Exercício	Anterior	Exercício
Restos a Pagar	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.398,10	0,00	0,00	0,00	7.697,23	-5.293,13	0,00	0,00	0,00	-5.293,13
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alimentação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extracurriculares Vinculados a Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extracurriculares Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.398,10	0,00	0,00	0,00	7.697,23	-5.293,13	0,00	0,00	0,00	-5.293,13

<div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div>TESOURO NACIONAL</div></div>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2023
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	77.245.097,55
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	77.245.097,55

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	932.300,29	1,21
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	4.634.705,85	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	4.402.970,56	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	4.171.235,27	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	-5.293,13

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2023
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by CAROLINE REGINA DA SILVA:08166564955 Date: 2024.01.11 16:29:26 BRT Reason: Perfil: Contador Responsável Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC
Assinatura: 2
Digitally signed by JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA:00552252921 Date: 2024.01.11 16:33:53 BRT Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Campo Alegre - SC
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Campo Belo do Sul

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2024 - PROCESSO 01/2024 -ADM

Publicação Nº 5508005



ESTADO DE SANTA CATARINA / PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
R. MAJOR TEODÓSIO FURTADO, 30 - CENTRO - Campo Belo do Sul - SC CEP: 88580-000 CNPJ: 82.777.319/0001-92 Telefone: (49) 3249-1133 -E-mail: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Site: www.campobelodosul.sc.gov.br/

AVISO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2024

AVISO DE DISPENSA Nº 01/2024 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Município de Campo Belo do Sul/SC em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a, **CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE EDITAL A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ABERTURA E FECHAMENTO DA PASSAGEM NA PONTE SOBRE O RIO CAVEIRAS, NA LOCALIDADE DE TRAVESSÃO DO MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL- SC**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 16/01/2024 às 13:00h

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul/SC, sito a Rua: Major Teodósio Furtado, nº 30 Centro, Campo Belo do Sul/SC – CEP: 88580-000, no horário das 08:00hs às 13:00hs dias uteis ou pelo Email: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município através do Email: licitacao@campobelodosul.sc.gov.br Outras informações poderão ser obtidas na Sala de Licitações e Compras, na sede da Prefeitura Municipal, Rua: Major Teodósio Furtado , nº 30, Centro, – CEP – 88580-000, 2º piso no horário das 08h:00 às 13h:00hs, de segunda a sexta feira.

Campo Belo do Sul, 10 de janeiro de 2024.

Agente de Contratação

Campo Erê

PREFEITURA

DECRETO 3169/24

Publicação Nº 5507942

DECRETO Nº 3.169 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

REGULAMENTA DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS AGENTES PÚBLICOS QUE TRABALHARÃO DIRETAMENTE NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À EXECUÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o art. 57 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o Capítulo IV do Título I da referida lei, composto pelos arts. 7º ao 10, dispõe sobre os Agentes Públicos para desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que o art. 7º da referida lei dispõe sobre os requisitos dos agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que o art. 8º da referida lei dispõe, no § 3º, a necessidade de regulamentar a atuação e funcionamento dos agentes públicos que trabalharão diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos;

Considerando que os art. 9º, art. 14, IV, art. 48, parágrafo único e art. 122, § 3º da referida lei dispõe sobre as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos;

Considerando que o art. 10 da referida lei dispõe sobre a possibilidade de a advocacia pública promover a representação judicial ou extrajudicial do agente público que tiver que se defender em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da mesma lei;

Considerando que a União regulamentou o assunto por meio do Decreto nº 11.246, de 27 de Outubro de 2022 – Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta disposições gerais sobre os agentes públicos que atuarão

diretamente no desempenho das funções essenciais à execução de licitações e contratos administrativos, pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Campo Erê.

Art. 2º Os agentes públicos referidos neste Decreto são, em especial:

- I - Agente de Contratação;
- II - Servidores que compõem a Comissão de Contratação;
- III - Pregoeiro;
- IV - Servidores que compõem a Equipe de Apoio;
- V - Gestor de Contrato;
- VI - Fiscal de Contrato.

Parágrafo único. Os agentes públicos que exercerão as funções mencionadas nos incisos do caput serão designados em ato legal da autoridade competente.

Art. 3º Os agentes públicos designados preencherão os seguintes requisitos:

- I - Preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
- II - Tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
- III - Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Em observação ao princípio da segregação de funções, é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º A fim de melhor conferir efetividade ao disposto no inciso III do caput deste artigo, os agentes públicos designados deverão assinar o

Termo de Conflitos de Interesse (Anexo Único) a partir do momento que tiverem ciência do objeto do processo de contratação e identificar impedimento para sua atuação, devendo comunicar a Administração Pública Municipal para sua imediata substituição.

§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

§ 4º Considerando o inciso I do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, o disposto no caput e §§ 1º e 2º deste artigo poderá ser cumprido até 31/03/2027.

Art. 4º É proibido aos agentes públicos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

III - Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei;

IV - Participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

V - Ter vínculo, com quem disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público;

VI - Ter cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, contratado pela empresa contratada pela Administração Pública durante a vigência do contrato;

VII - Ter vínculo, com quem for subcontratado, de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, sendo tal vedação estendida no caso de o vínculo ser com cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente público.

Parágrafo único. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Art. 5º Agente de Contratação é pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para conduzir processo licitatório.

§ 1º Conduzirá as modalidades:

I - Concorrência;

II - Concurso.

§ 2º Tem como obrigações:

I - Tomar decisões em prol da boa condução da licitação, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas das unidades de compras descentralizadas ou não, o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - Acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o Plano de Contratações Anual seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

III - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada;

c) Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, devendo a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

d) Coordenar a sessão pública;

e) Verificar e julgar as condições de habilitação;

f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

g) Indicar o vencedor do certame;

h) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos e na sequência para a autoridade superior para adjudicação e homologação;

IV - Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 3º Será auxiliado por Equipe de Apoio.

§ 4º Responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe de Apoio.

§ 5º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais:

I - Poderá, a critério da Autoridade Competente, ser substituído por Comissão de Contratação;

II - Cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo Poder Público Municipal, poderá contar com serviço de empresa ou de profissional especializado, devidamente contratada pela Administração Pública, para assessoria na condução da licitação.

§ 6º Para fins deste decreto, consideram-se:

I - Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e/ou aviso de contratação direta, por meio de especificações usuais de mercado;

II - Bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso anterior, exigida justificativa prévia.

§ 7º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 8º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

§ 9º Considerando o disposto no inciso I do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, o disposto no caput neste artigo poderá ser cumprido até 31/03/2027.

Art. 6º Comissão de Contratação é o conjunto de, no mínimo, 3 (três) servidores indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, para conduzir processo licitatório.

§ 1º Conduzirá as modalidades:

I - Diálogo Competitivo, devendo a composição da comissão ser de pelo menos 3 (três) servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão;
II - Concorrência e Concurso apenas no caso de substituição ao Agente de Contratação em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, sendo a substituição a critério do Prefeito, em razão da natureza do bem a ser adquirido, devendo a substituição ser motivada.

§ 2º Tem como obrigações:

I - Receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

II - Tomar decisões em prol da boa condução da licitação, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas das unidades de compras descentralizadas ou não, o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

III - Acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o Plano de Contratações Anual seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

IV - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada;

c) Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, devendo a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

d) Coordenar a sessão pública;

e) Verificar e julgar as condições de habilitação;

f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

g) Indicar o vencedor do certame;

h) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos e na sequência para a autoridade superior para adjudicação e homologação;

V - Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 3º Será auxiliado por Equipe de Apoio quando substituir o Agente de Contratação.

§ 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 5º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, cujo objeto não seja rotineiramente contratado pelo Poder Público Municipal, poderá contar com serviço de empresa ou de profissional especializado, devidamente contratada pela Administração Pública, para assessoria na condução da licitação.

§ 6º Para fins deste decreto, consideram-se:

I - Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital e/ou aviso de contratação direta, por meio de especificações usuais de mercado;

II - Bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso anterior, exigida justificativa prévia.

§ 7º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 8º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

Art. 7º Pregoeiro é pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para conduzir processo licitatório.

§ 1º Conduzirá a modalidade Pregão.

§ 2º Tem como obrigações:

I - Tomar decisões em prol da boa condução da licitação, impulsionando o procedimento, inclusive demandando às áreas internas das unidades de compras descentralizadas ou não, o saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - Acompanhar os trâmites da licitação, promovendo diligências, se for o caso, para que o Plano de Contratações Anual seja cumprido na data prevista, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação;

III - Conduzir a sessão pública da licitação, promovendo as seguintes ações:

a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

b) Verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital, em relação à proposta mais bem classificada;

c) Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado e também com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, devendo a negociação, depois de concluída, ter seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

- d) Coordenar a sessão pública;
 - e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
 - f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - g) Indicar o vencedor do certame;
 - h) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
 - i) Encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos e na sequência para a autoridade superior para adjudicação e homologação;
- IV - Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 3º Será auxiliado por Equipe de Apoio.

§ 4º Responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe de Apoio.

§ 5º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 6º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

§ 7º Considerando o disposto no inciso I do art. 176 da Lei Federal nº 14.133/2021, o disposto no caput neste artigo poderá ser cumprido até 31/03/2027.

Art. 8º Equipe de Apoio é o conjunto de, no mínimo, 3 (três) servidores indicados pela Administração, para auxiliar na condução de processo licitatório.

§ 1º Auxiliará nas modalidades:

I - Concorrência;

II - Concurso;

III - Pregão.

§ 2º Tem como obrigações:

I - Auxiliar o Agente de Contratação na condução do processo licitatório;

II - Auxiliar o Pregoeiro na condução do Pregão;

III - Auxiliar a Comissão de Contratação quando substituir o Agente de Contratação.

§ 3º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 4º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

Art. 9º Gestor de Contrato é a pessoa designada pela autoridade competente para gerir o contrato administrativo.

§ 1º Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:

I - Seguir o Edital quanto às regras relativas à gestão do contrato;

II - Seguir o modelo de gestão previsto no contrato administrativo;

III - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;

IV - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

V - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar no relatório de riscos eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

VI - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VII - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao Setor de Licitações e Compras para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, e em consonância com a fiscalização quando for o caso;

VIII - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;

IX - Entrar em contato com o Contratado, quando necessário, para resolver questões relativas ao contrato administrativo, inclusive a quanto à solicitação de documentos regulares e válidos;

X - Gerir as datas estabelecidas pela Administração Pública em edital e contrato, tanto em relação à vigência do contrato quanto em relação ao prazo da execução do objeto;

XI - Constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações;

XII - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

XIII - Diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso;

XIV - Sugerir as demais providências cabíveis para o bom andamento e execução do contrato.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderão participar no apoio das atividades de gestão do contrato, sempre com supervisão do Gestor de Contrato.

§ 3º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 4º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão.

Art. 10 Fiscal do Contrato é a pessoa designada pela autoridade competente de acordo com o objeto contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

§ 1º Tem como obrigações mínimas, sem prejuízo de outras correlatas:

- I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
 - II - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, para que elabore o documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
 - III - Acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração;
 - IV - Acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;
 - V - Acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;
 - VI - Seguir o Termo de Referência sobre como a execução do objeto deve ser acompanhada e fiscalizada;
 - VII - Seguir o Projeto Básico quanto às normas de fiscalização do objeto a serem seguidas;
 - VIII - Seguir o Edital quanto às regras relativas à fiscalização;
 - IX - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - X - Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
 - XI - Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
 - XII - Nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deve fiscalizar a distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados pelo contratado, podendo a Administração responder solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado;
 - XIII - Receber o objeto do contrato provisoriamente:
 - a) Obras e serviços: mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - b) Compras: com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.
- § 2º Para a fiscalização, poderá ser nomeado um ou mais servidores.
- § 3º A Administração Pública poderá contratar terceiros para assistir e subsidiar o(s) fiscal(is) dos contratos, devendo ser observadas as seguintes regras:
- I - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
 - II - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.
- § 4º Todos os atos devem ser motivados de forma explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- § 5º Poderá contar com o apoio da assessoria jurídica e órgão de Controle Interno, de acordo com as atribuições de cada órgão, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 11 Se os agentes públicos precisarem defender-se nas esferas administrativa, controladora ou judicial em razão de ato praticado com estrita observância de orientação constante em parecer jurídico elaborado na forma do § 1º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021, a advocacia pública promoverá, a critério do agente público, sua representação judicial ou extrajudicial.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput deste artigo quando provas da prática de atos ilícitos dolosos constarem nos autos do processo administrativo ou judicial.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput deste artigo inclusive na hipótese de o agente público não mais ocupar o cargo, emprego ou função em que foi praticado o ato questionado.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, em 10 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Eu, (NOME COMPLETO), servidor público municipal ocupante do cargo (CARGO), com matrícula nº 000, DECLARO que na data de 00/00/0000 tive ciência do objeto do Processo de Contratação XXX nº 000 e tenho conflito de interesses, estando impedido para trabalhar diretamente com o processo de contratação em questão, sob pena de responsabilização nos termos do Estatuto do Servidor Público – Lei Complementar Municipal nº 000.

Município de XXX, 00 de XXX de 202X.

XXX

Servidor Público Municipal – Matrícula nº 000

DECRETO 3170/24

Publicação Nº 5507957

DECRETO Nº 3.170 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE AS CONTRATAÇÕES DIRETAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o art. 57 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o Capítulo VIII do Título II (arts. 72 a 75) dispõe sobre Contratação Direta, compreendendo os casos de Inexigibilidade (art. 74) e Dispensa de Licitação (art. 75);

Considerando que em 03 de Agosto de 2021 o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina editou RESOLUÇÃO GP N. 29 DE 3 DE AGOSTO DE 2021 – Redefine, com base na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, os critérios para contratações diretas de pequeno valor no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

Considerando que o Tribunal de Contas de Santa Catarina em 26 de setembro de 2022 editou a Resolução n. TC-199/2022 que "Regulamenta, com base na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, os critérios para contratações diretas de pequeno valor (art. 75, incisos I e II) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina";

Considerando que em 17 de Outubro de 2022 o Ministério Público de Santa Catarina editou ATO N. 908/2022/PGJ – Define os procedimentos administrativos de contratação direta de bens e serviços no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as contratações diretas pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Campo Erê.

§ 1º As contratações diretas deverão ser incluídas no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver, obedecendo-se às disposições previstas no art. 12, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Conforme art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de Maio de 2000 (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências), entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O processo de contratação direta deverá observar, por analogia ao art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das licitações de âmbito internacional;

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do possível contratado ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará a invalidação do processo;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

Parágrafo único. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Art. 3º As contratações diretas deverão, preferencialmente:

I - Ser realizadas na forma eletrônica, por analogia ao art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021;

II - Ser firmadas com microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º O processo de contratação direta deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos, conforme preconiza o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, termo de referência, análise de riscos, projeto básico ou projeto executivo;
- II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida em regulamento municipal editado com base no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do art. 62 ao 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo:
- a) Declaração Unificada (Anexo Único) sobre:
- i. Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ii. Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
- iii. Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- iv. Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber;
- v. Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- vi. Cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – LGPD;
- b) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Controladoria-Geral da União – CGU, tanto em nome do fornecedor quanto de seu sócio majoritário (art. 12 da Lei nº 8.429/1992):
- i. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- ii. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- c) Comprovação de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- d) Comprovante de regularidade com o FGTS;
- e) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata;
- VI - Razão da escolha do contratado;
- VII - Justificativa de preço;
- VIII - Autorização da autoridade competente, observando, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- § 1º Acerca do inciso I, o Documento de Formalização de Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência – TR deverão cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.
- § 2º Acerca do inciso III, o parecer jurídico poderá ser dispensado nas hipóteses previstas em regulamento específico, conforme art. 53, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- § 3º Acerca do inciso V, poderá ser exigida somente a documentação indicada nas alíneas “a” a “e” para as seguintes hipóteses de contratação:
- I - Contratações para entrega imediata, ou seja, aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, conforme art. 6º, X da Lei Federal nº 14.133/2021;
- II - Contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e
- III - Contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no art. 70, III da Lei Federal nº 14.133/2021.
- § 4º Conforme art. 22, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de contratação de obras e serviços de grande vulto (art. 6º, XXII da Lei nº 14.133/2021) ou forem adotados os regimes de contratação integrada (art. 6º, XXXII da Lei nº 14.133/2021) e semi-integrada (art. 6º, XXXIII da Lei nº 14.133/2021), o edital de contratação direta obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos (art. 6º, XXVII da Lei nº 14.133/2021) entre o contratante e o contratado.
- § 5º Acerca da divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato ou outro instrumento hábil:
- I - Deve ser divulgado e mantido à disposição do público, devendo o comprovante da divulgação ser anexado ao processo;
- II - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição indispensável para a eficácia dos contratos e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 94, II da Lei nº 14.133/2021, contado da data da assinatura do instrumento de contrato ou da confirmação de recebimento, pelo contratado, de outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;
- III - Enquanto o PNCP não for implementado e efetivamente viabilizado para a Administração Pública Municipal, a divulgação será realizada no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal.
- § 6º A formalização de contrato administrativo ou sua substituição deverá seguir o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- § 7º O fornecedor estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual.
- § 8º No caso de obras, conforme art. 94, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, o Município divulgará em sítio eletrônico oficial:
- I - Em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e,
- II - Em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.
- § 9º Com fundamento no art. 82, § 6º da Lei nº 14.133/2021, o sistema de registro de preços poderá, por meio de regulamentação própria, ser utilizado nas hipóteses de dispensa de licitação previstas neste decreto para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

CAPÍTULO II

CONTRATAÇÃO DIRETA EM RAZÃO DO BAIXO VALOR

Art. 5º É possível a realização de contratação direta em razão do baixo valor para os casos indicados no art. 75, I, II e § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - Para contratação que envolva valores inferiores ao indicado no art. 75, I da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
- II - Para contratação que envolva valores inferiores ao indicado no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de outros serviços e

compras;

III - Para contratações até o valor indicado no art. 75, § 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Parágrafo único. Conforme art. 75, § 2º da Lei nº 14.133/2021, os valores referidos nos incisos I e II serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Art. 6º Não será admitida a contratação direta em razão do baixo valor se:

I - O valor estiver acima do limite legal;

II - Houver ata de registro de preços, contrato ou outro instrumento contratual vigente celebrado para atender à necessidade do solicitante, salvo quando houver justificativa pela administração; ou

III - A Administração Pública Municipal tiver o bem em estoque e/ou almoxarifado.

Art. 7º Conforme art. 75, § 1º da Lei nº 14.133/2021, para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 4º deste decreto, deverão ser observados:

I - O somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade e passíveis de serem agrupados ante sua similaridade de gênero praticada no mercado, considerando o Plano de Contratações Anual, quando houver.

Parágrafo único. Quanto ao inciso III do art. 5º:

I - Não se aplica o disposto neste artigo, conforme art. 75, § 7º da Lei nº 14.133/2021;

II - O valor somente deverá ser utilizado após esgotado o valor do inciso I do art. 5º, devendo ser comprovada a imprevisibilidade, justificada formalmente no processo de contratação direta.

Art. 8º Conforme art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Deverão ser observadas as seguintes normas quanto ao aviso:

I - As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

II - Se não ocorrer a divulgação, deverá ser feita justificativa e anexada ao processo;

III - Recebimento de propostas adicionais poderá ocorrer por qualquer via formal, como protocolo presencial, via postal e por e-mail ao Departamento de Licitações e Contratos – DLC, sendo sempre na plataforma definida pela Administração Municipal no caso de dispensa na forma eletrônica.

Art. 9º O aviso indicado no artigo 8º deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - Especificação do objeto;

II - Quantidades e preço estimado de cada item;

III - Local e prazo de entrega do bem, serviço ou obra;

IV - Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, no que tange ao tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021;

V - Condições da contratação;

VI - Descrição das irregularidades e sanções por inexecução total ou parcial, às quais estará sujeito o contratado;

VII - Data, horário e endereço eletrônico e sistema em que ocorrerá o procedimento;

VIII - Com fundamento no art. 26 da Lei nº 14.133/2021, para a aquisição ou contratação de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, poderá prever margem de preferência de até 10% (dez por cento) sobre o preço daqueles que não se enquadrem nestas categorias.

Art. 10 Ainda quanto ao aviso indicado no artigo 8º, deve ser observado:

I - Como critério de desempate, havendo propostas iguais à menor já ofertada, prevalecerá aquela que for recebido e registrado primeiro;

II - Verificado que o melhor preço está acima do valor máximo definido para a contratação, poderão ser negociadas condições mais vantajosas junto ao melhor classificado e, restando desclassificado, também poderão ser negociadas condições mais vantajosas em relação aos demais interessados, obedecendo a ordem de classificação inicialmente estabelecida;

III - Caso inexistente a negociação prevista no inciso anterior e verificado que há nos autos propostas de preços com valores inferiores ao identificado na fase de lances, poderá ser declarada como melhor proposta aquela com o menor preço na fase de planejamento, considerando-se os requisitos de qualidade, prazo e demais condições fixadas no edital;

IV - Sendo a proposta vencedora diversa daquela inicialmente registrada no órgão, serão solicitados os documentos previstos no art. 4º deste decreto, que devem ser apresentados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da solicitação da Administração Municipal, mas na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;

V - No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada em sua integralidade;

VI - No caso de o procedimento restar fracassado, poderá:

a) Republicar o procedimento, ou;

b) Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

c) Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços (orçamento solicitado diretamente ao fornecedor) que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

VII - Os dispostos nas alíneas "a" e "c" do inciso anterior poderão ser utilizados nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.
Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, em 10 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA), (CNPJ), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

- a) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
- c) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- d) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
- e) Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) Cumprimento da Lei nº 13.709/2018 – LGPD.

Declaro que o referido é verdade sob as penas do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO FORNECEDOR – CNPJ/CPF)

DECRETO 3171/24

Publicação Nº 5507977

DECRETO Nº 3.171 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTRATAÇÕES PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o caput do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação;

Considerando que § 5º do mesmo artigo dispõe que é dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutos de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico;

Considerando que a Advocacia-Geral da União disciplinou o assunto por meio da ORIENTAÇÃO NORMATIVA AGU Nº 69, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021, publicada em 23/09/2021;

DECRETA:

Art. 1º Este decreto dispõe sobre a dispensa de análise jurídica para contratações pela Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Campo Erê/SC.

Parágrafo único. As disposições contidas neste decreto poderão não ser aplicadas para os casos em que a autoridade competente entender pela necessidade de análise jurídica.

Art. 2º Ficam dispensadas de análise jurídica, e consequente emissão de parecer jurídico, os processos de dispensa de licitação dispostas no artigo 75 da Lei 14133/2021 que atendam os seguintes requisitos, cumulativamente:

- I - Baixo valor;
- II - Baixa complexidade;
- III - Entrega imediata do bem.

§ 1º Considera-se baixo valor as contratações que não ultrapassem o valor equivalente a 50% do limite previsto no artigo 75, incisos I e II da Lei 14.133/2021.

§ 2º Fica definido como de baixa complexidade aqueles definidos no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

§ 3º Entende-se como entrega imediata do bem aquela que ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da ordem de fornecimento, conforme art. 6º, X da Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Também ficam dispensadas de análise jurídica a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico, devendo os documentos serem formalmente entregues à Administração Pública Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.
Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, em 10 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

DECRETO 3172/24

Publicação Nº 5507987

DECRETO Nº 3.172 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NAS CONTRATAÇÕES PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o art. 57 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o inciso VIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que contratado é pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;

Considerando que o inciso IX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que licitante é pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;

Considerando que o art. 11, II da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que um dos objetivos do processo licitatório é assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Considerando a União disciplinou o assunto por meio da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de Dezembro de 2021, editada pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, que Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Campo Erê/SC.

§ 1º Quando forem executados recursos da União decorrentes de transferências voluntárias deve-se observar as regras da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de Dezembro de 2021, editada pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão, conforme determinação do art. 3º da referida instrução.

§ 2º Conforme art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de Maio de 2000 (Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências), entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Para efeito deste Decreto, considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

Art. 3º Os editais ou os avisos de contratação direta deverão possibilitar a contratação das pessoas físicas de que trata o art. 2º, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos,

instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

Art. 4º O edital ou o aviso de contratação direta deverá conter, dentre outras cláusulas:

I - Exigência de certidões ou atestados de qualificação técnica, quando couber, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação;

II - Apresentação dos seguintes documentos, no mínimo:

a) Documentos pessoais, como CPF, Carteira de Identidade ou CNH;

b) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;

d) Certidão negativa de insolvência civil, que contemple o domicílio ou sede da pessoa física;

e) Declaração (Anexo Único):

1. Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2. Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;

III - Exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração;

IV - Exigência de indicação do PIS/NIS;

V - Exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf), quando couber.

§ 1º Para fins de cumprimento do inciso I, (não) serão aceitos certidões ou atestados que informem que a pessoa física forneceu materiais ou prestou serviços compatíveis com o objeto da licitação quando não era trabalhador autônomo e/ou quando possuía qualquer vínculo de subordinação.

§ 2º O valor de que trata o inciso III deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

§ 3º O sistema mencionado no inciso V é constituído e regulamentado pelo Poder Executivo Federal.

Art. 5º Além da apresentação da declaração indicada no item 2 da alínea "e" do inciso II do artigo anterior, a Administração Pública Municipal sempre verificará existência de sanção que impeça a participação da pessoa física no certame e/ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

Parágrafo único. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal.

Art. 6º No que se refere aos recolhimentos ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Administração Municipal deverá observar, quando for o caso:

I - Descontará, do valor a ser pago à pessoa física, 11%;

II - Recolherá, a título de contribuição patronal, 20% sobre o valor do contrato.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a necessidade de recolhimento de outras contribuições.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, em 10 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

ANEXO ÚNICO

DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME), (CPF), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

a) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.

Declaro que o referido é verdade sob as penas do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA)

(NOME – CPF)

DECRETO 3173/24

Publicação Nº 5507994

DECRETO Nº 3.173 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO AUXILIAR CREDENCIAMENTO, PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC.

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o art. 57 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

Considerando a necessidade de observância aos princípios previstos no art. 5º da referida lei, assim como às disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de Setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

Considerando que o Credenciamento é um dos procedimentos auxiliares, que deve obedecer a critérios claros e objetivos definidos em regulamento (art. 78, § 1º);

Considerando que em 17 de Outubro de 2022 o Ministério Público de Santa Catarina editou ATO N. 908/2022/PJ – Define os procedimentos administrativos de contratação direta de bens e serviços no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, dedicando o Capítulo VII ao Credenciamento (arts. 35 ao 50);

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o credenciamento, procedimento auxiliar previsto no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito do Município de Campo Erê/SC.

Art. 2º Conforme art. 6º, XLIII da Lei Federal nº 14.133/2021, credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, credenciem-se para executar o objeto quando convocados.

Parágrafo único. Nos termos do art. 6º, L da Lei Federal nº 14.133/2021, a comissão de contratação, que é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, tem a função de receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares.

Art. 3º O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente (art. 79, I da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - Com seleção a critério de terceiros (art. 79, II da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - Em mercados fluidos (art. 79, III da Lei Federal nº 14.133/2021): caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º O processo administrativo visando o credenciamento se desenvolverá da seguinte forma:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, termo de referência e/ou outros documentos;

II - Justificativa para realização de processo de credenciamento ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

III - Autorização da autoridade competente para abertura do processo de credenciamento, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;

IV - Designação da comissão de contratação, nos termos do art. 6º, L da Lei Federal nº 14.133/2021;

V - Elaboração de Edital de Chamamento de Interessados;

VI - Remessa do processo de credenciamento para o órgão de assessoramento jurídico, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da realização de credenciamento;

VII - Divulgação do Edital de Chamamento de Interessados, o qual deve ser mantido à disposição do público, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

VIII - Lavratura de ata da sessão pública, assinada pela comissão de contratação e pelos demais participantes, quando presentes, que indicará objetivamente:

a) Cumprimento dos requisitos pelo interessado;

b) Se há e quais são as diligências necessárias para melhor análise da documentação do interessado.

IX - Ato legal da autoridade competente que credencia o interessado, devendo o ato ser publicado nos mesmos termos do edital.

§ 1º Acerca do inciso I, o Documento de Formalização de Demanda – DFD, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Termo de Referência – TR deverão cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

§ 2º Acerca do inciso VI, o parecer jurídico poderá ser dispensado nas hipóteses previstas em regulamento específico, conforme art. 53, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 3º Acerca do inciso VII:

I - A divulgação do edital deve ocorrer no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme art. 174, § 2º, III da Lei Federal nº

14.133/2021;

II - Apenas no caso do art. 176, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, enquanto o PNCP não for implementado e efetivamente viabilizado para a Administração Pública Municipal, a divulgação será realizada no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;

III - A autoridade competente poderá, diante da ocorrência de situações que assim recomendam e independentemente do valor estimado do objeto que se pretende contratar via credenciamento, deliberar a ampliação da publicidade, como por exemplo publicação em jornal de grande circulação e outros meios de comunicação social.

§ 4º Acerca dos incisos III e IX, a autoridade competente observará e aplicará, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 5º O edital de chamamento de interessados conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - A descrição detalhada do objeto;

II - Local da prestação do serviço ou fornecimento do bem;

III - Valor a ser pago ou porcentagem de desconto;

IV - Cronograma da execução do objeto, com estipulação de prazos compatíveis de fornecimento e/ou prestação do serviço;

V - Especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade pretendidos com a contratação;

VI - Impedimentos de participação;

VII - Requisitos/documentos para credenciamento;

VIII - Comissão de contratação que avaliará os requisitos/documentos para credenciamento;

IX - Prazo compatível, em dias úteis, a contar da entrega dos documentos pelo interessado, para a comissão de contratação avaliar os requisitos/documentos para credenciamento;

X - Proibição expressa do cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração Pública Municipal;

XI - Pagamento;

XII - Possibilidade de denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes, nos prazos fixados no edital;

XIII - Pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.

§ 1º Na hipótese do inciso I do art. 3º:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados, como determina o art. 79, parágrafo único, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Conforme art. 79, parágrafo único, II da Lei Federal nº 14.133/2021, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, como por exemplo a ordem cronológica de credenciados.

§ 2º Na hipótese do inciso II do art. 3º:

I - A Administração definirá no edital o valor da contratação, que será o mesmo para todos os credenciados, como determina o art. 79, parágrafo único, III da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - O contratado só poderá prestar serviços ou fornecer bens mediante prévia autorização da Administração Municipal.

§ 3º Na hipótese do inciso III do art. 3º:

I - A Administração poderá definir no edital a porcentagem de desconto a ser aplicada sobre o valor do objeto no momento da contratação, que será a mesma para todos os credenciados;

II - Conforme art. 79, parágrafo único, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

§ 4º Acerca do inciso III do caput deste artigo, o valor a ser pago ou a porcentagem de desconto deverá ser calculado na forma estabelecida em regulamento municipal editado com base no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º Para a contratação do credenciado deverá ser feito Documento de formalização de demanda, a fim de ser formalizada contratação direta na forma inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º O Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, bem como deverá ser indicada a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual – PCA, quando houver.

§ 2º Ainda, o Documento de Formalização de Demanda – DFD deverá apresentar justificativa para realização da contratação direta de credenciado ao invés da realização de processo licitatório, sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

§ 3º A contratação direta deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio.

§ 4º Será admitida a denúncia (extinção do contrato) por quaisquer das partes nos prazos fixados no edital, conforme art. 79, parágrafo único, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Erê-SC, em 10 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra

LEONICE DE FATIMA COMIN
Setor de Atos Oficiais
Matrícula nº 00312-3

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.557/24 DE 11/01/2024 NOMEIA COMISSÃO DO BOLSA ATLETA MUNICIPAL CONFORME O ARTIGO 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.687 DE 07 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 5508515

DECRETO Nº 9.557/24 DE 11/01/2024

NOMEIA COMISSÃO DO BOLSA ATLETA MUNICIPAL CONFORME O ARTIGO 9º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.687 DE 07 DE ABRIL DE 2021.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem a Comissão do Bolsa Atleta Municipal:

I - Secretário Municipal de Esporte e Lazer: Eliton Marcio Zanoni;

II - Diretor de Esporte: Kerly Vezolli de Rossi;

III – Técnico em Apoio Administrativo: André Gonçalves;

IV - Profissional de Educação Física: Edson Ricardo Maximiniano;

V - Profissional de Educação Física: Maristela Meneguzzo de Andrade.

Art. 2º - As pessoas nomeadas na forma do Art. 1º terão um mandato de 2 (dois) ano, a partir da data de publicação deste decreto.

Art.3º -. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
11 de janeiro de 2024.

Gilmar Marco Pereira
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº24/2024-FHJA

Publicação Nº 5508223



MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS
Rua Nereu Ramos, 379
Centro - 89620.000 - SC
(49) 3090-2900

PORTARIA Nº 024/2024 FHJA DE 11/01/2024

**NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO
CONCURSO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR
DR. JOSÉ ATHANÁZIO, NA FORMA QUE
ESPECIFICA.**

RAFAEL MOISES MANFREDI, Diretor Geral da Fundação Hospitalar
Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no estatuto 01/2022 Da Fundação
Hospitalar Dr. José Athanázio, conforme Art.17,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores a seguir relacionados para compor a
Comissão Especial de Acompanhamento do Edital n. 01/2024 de Concurso Público da Fundação
Hospitalar Dr. José Athanázio:

I - ORLEI CHAGAS DE MORAES;

II - SUELEN DE OLIVEIRA CAMARGO; e

III - FRANCIELE WON MULLER.

Art. 2º. À comissão compete o acompanhamento e fiscalização de
atividades e eventos de todo o processo do referido certame.

Parágrafo único. Homologado o Concurso Público, a comissão será
extinta automaticamente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Campos Novos-SC, 11 janeiro de 2024

RAFAEL MOISES MANFREDI

Diretor Geral Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio



PREFEITURA DE
CAMPOS NOVOS
CELEIRO CATARINENSE

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 16/2024

Publicação Nº 5508216

PORTARIA SAMAE CNO 16/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Portaria SAMAE CNO 10/2024 de 03 de janeiro de 2024 – férias da servidora Juliana Priscila Rigo Antunes. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 17/2024

Publicação Nº 5508217

PORTARIA SAMAE CNO 17/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

REVOGAR a Portaria SAMAE CNO 84/2023 de 06 de novembro de 2023 e;
NOMEAR Comissão Permanente de Licitação, que será a mesma na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Pregoeiro	Cleiton Oneda
Membro	Alexandre José Biolchi
Membro	Adriane Pavan Nora
Membro	Mário Luiz Pegoraro

Na ausência do pregoeiro titular, assume o primeiro membro.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 18/2024

Publicação Nº 5508219

PORTARIA SAMAE CNO 18/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER gratificação por integrar a comissão de Licitação ao servidor ALEXANDRE JOSÉ BIOLCHI, Assistente Administrativo, Padrão 6.1.L, a partir desta data.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

4198/2023

Publicação Nº 5508702

LEI Nº 4198, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

Cria o Programa "Doce Lar", instituindo auxílio para a melhoria habitacional no Município de Canelinha e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de CANELINHA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Auxílio Melhoria Habitacional, programa de assistência social denominado "Doce Lar", que tem por finalidade a concessão de auxílio financeiro para aquisição de materiais de construção e contratação de mão de obra destinadas à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais dos grupos familiares em estado de vulnerabilidade social.

§ 1º Considera-se unidade habitacional a edificação destinada predominantemente à moradia da família beneficiada.

§ 2º É vedada a utilização do Auxílio Melhoria Habitacional em imóveis de natureza exclusivamente comercial, bem como a sua utilização para embelezamento com pinturas, jardinagem, entre outros.

§ 3º O auxílio de que trata o caput também poderá ser empregado na aquisição de materiais de construção destinados a promover a acessibilidade nas unidades habitacionais em que residam pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e, ainda, para a instalação de energia elétrica e fornecimento de água.

§ 4º O Auxílio Melhoria Habitacional destina-se atender, exclusivamente, famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas na Secretaria de Assistência Social, Habitação e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º São requisitos para o recebimento do Auxílio Melhoria Habitacional:

I – residir na unidade habitacional que receberá as benfeitorias por mais de 01 (um) ano;

II - famílias que tenham renda per capita igual ou menor a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, bem como renda familiar total de até 3 salários mínimos vigentes;

III – estar cadastrado no Cadastro Único (CadÚnico);

IV - responsável legal maior de dezoito anos;

V - ser proprietário ou possuidor da unidade habitacional, excluído o ocupante de imóvel alugado;

VI - unidade habitacional sem risco estrutural grave, localizada fora de área de risco;

VII – único imóvel para fins de moradia;

VIII – apresentar a documentação necessária para o cadastro na Secretaria de Assistência Social, Habitação e Desenvolvimento Econômico.

§ 1º Entende-se por renda familiar a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente por todos os membros da família, maiores de 16 (dezesseis) anos, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios socioassistenciais.

§ 2º Entende-se por grupo familiar todos os membros que moram no mesmo domicílio com a finalidade de convivência e que se mantêm pela contribuição dos mesmos.

§ 3º Entende-se por dependentes os menores de 18 (dezoito) anos, os idosos acima de 60 (sessenta) anos, pessoas com deficiência e pessoas com doença crônica ou grave comprovados por atestado ou laudo médico.

§ 4º A permanência temporária de um indivíduo em um núcleo familiar não caracteriza a constituição de grupo familiar prevista nos §§ 1º e 2º.

Art. 3º Terão prioridade de atendimento e recebimento do Auxílio Melhoria Habitacional, os grupos familiares:

I - cujo responsável pela subsistência seja mulher;

II - de que façam parte pessoas com deficiência, conforme a Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III - de que façam parte idosos, conforme a Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - com menor renda familiar.

Art. 4º Para realizar a inscrição o interessado deverá preencher requerimento padrão e apresentar os seguintes documentos:

I - cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os membros que compõem o grupo familiar;

II - carteira de trabalho e previdência social - CTPS;

III - certidão de nascimento, se solteiro; certidão de casamento ou declaração de união estável;

IV - comprovante de rendimentos de todos os membros do grupo familiar; os que não possuem vínculo empregatício e que realizarem trabalho autônomo ou informal poderão comprovar renda mediante Declaração de Renda formalizada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

V - comprovante de que reside na unidade habitacional há mais de um ano;

VI - comprovante da posse ou propriedade do imóvel;

VII - outros documentos solicitados pela equipe técnica do Serviço Social, quando se fizerem necessários.

Art. 5º O valor a ser concedido pelo Auxílio Melhoria Habitacional limitar-se-á ao valor máximo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por solicitação.

Parágrafo único. O repasse do valor concedido será realizado mediante transferência bancária diretamente na conta corrente de titularidade do requerente, em até 30 (dias) após a solicitação e entrega de todos os documentos previstos no art. 4º desta Lei.

Art. 6º A família beneficiada deverá comprovar o uso dos recursos disponibilizados para a aquisição de materiais de construção e a contratação de mão de obra destinada à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da concessão do benefício, nos termos da Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC.

§ 1º A comprovação do uso dos recursos será realizada mediante a apresentação de nota fiscal, além de registro fotográfico que ateste o antes e depois da área em que se realizou a melhoria.

§ 2º Deve a autoridade administrativa titular da competência para concessão do Auxílio Melhoria Habitacional exigir a prestação de contas da pessoa física que receber o recurso público.

§ 3º O beneficiário deverá adquirir os materiais de construção e/ou a contratação de mão de obra de empresas ou prestador de serviço estabelecidas no Município de Canelinha.

§ 4º Excetua-se da obrigação prevista no § 3º quando os materiais de construção e serviços, comprovadamente, não forem ofertados neste município;

§ 5º Para que se confirme a exceção, deverá o beneficiário juntar três declarações de empresas ou prestadores de serviço, informando a inexistência do produto ou serviço.

Art. 7º A aplicação indevida dos recursos de que trata esta Lei sujeitará o beneficiário às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis:

I - vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer programa habitacional municipal;

II - obrigação de devolver integralmente os recursos recebidos, em valor corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Art. 8º A inscrição, seleção e fiscalização do cumprimento da presente Lei ficará a cargo da Secretaria de Assistência Social, Habitação e Desenvolvimento Econômico, cabendo ao Secretário a designação de servidor responsável para a fiscalização e acompanhamento do programa "Doce Lar".

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 10. Os órgãos municipais responsáveis pela inscrição, seleção, fiscalização e prestação de contas do "Programa Doce Lar", deverão enviar trimestralmente a Câmara de Vereadores de Canelinha relação dos beneficiários do programa e cópias das suas respectivas prestações de contas.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor após decorrido quarenta e cinco dias de sua publicação oficial.

Canelinha/SC, 20 de dezembro de 2023.

Diogo Francisco Alves Maciel
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010/2024 PMC

Publicação Nº 5507261

PORTARIA Nº 010 DE 04 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a transferência da servidora Ivete Moreira Rodrigues para a Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica à disposição da Fundação Hospital Municipal de Canelinha a servidora Ivete Moreira Rodrigues – Matrícula 2237, admitida na data 16/06/2014, ocupante do cargo de Provisão efetivo Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em exercício do Município

PORTARIA Nº 011/2024 PMC

Publicação Nº 5507265

PORTARIA Nº 011 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar em todos os seus termos a portaria em que concedeu uma gratificação pela Responsabilidade do Setor de Processamento de Dados da Contabilidade da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha a servidora Carolina Soares Inacio, matrícula 3969, lotada na Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em exercício do Município

PORTARIA Nº 012/2024 PMC

Publicação Nº 5507285

PORTARIA Nº 012 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder uma gratificação ao servidor Jean Carlos Roza – mat. 727, ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Assistente Administrativo II, pela Responsabilidade do Setor de Processamento de Dados da Contabilidade da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, com valor previsto em Lei.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 014/2024 PMC

Publicação Nº 5507294

PORTARIA Nº 014 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

Antônio Carlos Machado Junior, Prefeito em Exercício de Canelinha, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso XXVIII, do artigo 70, e alínea "c" do inciso II, do artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Canelinha e demais disposições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Gratificar o servidor Vitor Sperandio, portador da matrícula 4186, lotado na Secretaria de Administração e Finanças com 1 (uma) gratificação prevista no inciso II do artigo 1º da Lei nº 3266/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpre-se, registre-se e publique-se.

Antônio Carlos Machado Junior
Prefeito em Exercício

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 023/2024

Publicação Nº 5507823



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 023/2024

MARIA HERMÍNIA MORESCHI, Secretária Municipal de Assistência Social, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação temporária da servidora **MARLY VEIGA**, aprovada no Processo Seletivo 002/SEMAS/2023 para atuar no cargo de Orientador Social, vaga em vacância, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01/12/2023 a 30/05/2024, conforme Memorando nº 124/2024/SEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de janeiro de 2024.

MARIA HERMÍNIA MORESCHI
Secretária Municipal de Assistência Social

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina (DOM/SC)

PORTARIA Nº 037/2024

Publicação Nº 5507279



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 037/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor **ROBERTO DO PRADO**, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a desfrutar no período de 10/01/2024 a 29/01/2024, conforme Processo Digital nº 10.568/2023/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de janeiro de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA Nº 041/2024

Publicação Nº 5507273



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 041/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor **LUIZ OCIMAR FERREIRA**, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2021/2022 e 2022/2023, a desfrutar no período de 15/01/2024 a 03/02/2024, conforme Processo Digital nº 10.572/2023/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de janeiro de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA Nº 044/2024

Publicação Nº 5507560



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 044/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor **JULIANO GABRIEL PERCIAK POSONSKI**, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, a desfrutar no período de 22/01/2024 a 05/02/2024, conforme o Memorando nº 24.921/2023/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de janeiro de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



PORTARIA Nº 063/2024

Publicação Nº 5508521



MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE LEIS E DECRETOS

PORTARIA Nº. 063/2024

FRANCIELI DA COSTA COLLA, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais delegadas pelo Decreto Municipal nº 180/2022, resolve:

CONTRATAR APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL

Art. 1º- Fica contratada temporariamente **GIOVANA VANZ DE ALEXANDRINA**, aprovada via processo seletivo 007/SMS/2023 para o cargo Médico ESF – 40 horas, vaga em vacância, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar na UBS Jair Corte, no bairro Piedade, a partir do dia 11/01/2024 até 10/01/2025, conforme Memorando nº 238/2024/SMS.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de janeiro de 2024.

FRANCIELI DA COSTA COLLA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios
de Santa Catarina (DOM/SC).

RUA SENADOR FELIPE SCHMIDT, 10. CENTRO DE CANOINHAS | CEP 89460-090
E-MAIL: LEIS@PMC.SC.GOV.BR | CONTATO: 47 3621 7740 | WWW.PMC.SC.GOV.BR



Catanduvas

PREFEITURA

ATA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO TP 0001/2023

Publicação Nº 5508532

ATA EXTRAORDINÁRIA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO TP Nº 0001/2023

Aos 11 (onze) dias do mês de janeiro de 2024, eu, Leandro Guerra, no uso de minhas atribuições como Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro deste município de Catanduvas – SC, nomeado pelo Decreto Municipal nº 2.680/2021, alterado pelo Decreto nº 2.792/2022, de 03 de junho de 2022, emito parecer final a respeito da Tomada de Preços nº 0001/2023, tendo como objeto, obras e serviços de engenharia, tendo como objeto a execução de obra de drenagem, pavimentação asfáltica (C.B.U.Q.) e sinalização das Ruas 16 de Março, Waldemar Bortolon e das travessas se, denominação A e B, no bairro Sebaldo Kunz neste município de Catanduvas – SC.

Dos Fatos:

O referido Processo Licitatório de nº 0161/2023, na modalidade de Tomada de Preços nº 0001/2023, teve seu início na sessão pública de habilitação do dia 14/12/2023, conforme ata de habilitação e proposta, devidamente publicada no site deste Município, onde participaram as seguintes empresas: Rai Serviços Eireli (CNPJ 13.369.386/0001-55); Setep Construções S.A (CNPJ 83.665.141/0001-50); Kaeng Infraestrutura Eireli (CNPJ 22.798.043/0001-05) e LB Comércio e Serviços (CNPJ 04.492.725/0001-03).

Seguindo com o referido processo, no dia 03/01/2024 deu-se a abertura dos envelopes nº 02, contendo as propostas das empresas habilitadas, onde contatou-se empate ficto entre as empresas Setep Construções S.A. (grande porte) no valor global de R\$1.706.690,69 (um milhão setecentos e seis mil seiscentos e noventa reais e sessenta e nove centavos) e LB Comércio e Serviços (micro empresa) pelo valor global de R\$1.806.782,40 (um milhão oitocentos e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), diante do exposto, e nos termos do art. 45, I, da LC 123/2006, a empresa ME ou EPP tem direito a oferecer lance inferior ao do primeiro colocado, em até 02 (dois) dias úteis de sua publicação e convocação. A nova proposta deverá ser protocolada até o dia 05 de janeiro de 2024, junto ao Setor de Licitações do Município de Catanduvas – SC. Encerrado o prazo estipulado, a empresa LB Comércio e Serviços não apresentou nova proposta, declinando automaticamente do processo. Ocorre ainda que a terceira colocada também micro empresa, Rai Serviços Ltda, ofertou inicialmente o valor de R\$1.836.297,33 (um milhão oitocentos e trinta e seis mil duzentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos), estando sua proposta dentro da margem de 10% em relação a empresa de grande porte. Este Município, então, concede direito a empresa Rai Serviços para ofertar nova proposta, conforme convocação publicada e expedida dia 08/01/2024.

A empresa Rai Serviços Eireli, uma vez convocada, encaminhou via correio eletrônico no dia 10/01/2024, sua nova proposta de preços e planilhas, dentro do prazo estabelecido na convocação, cobrindo a oferta inicial feito pela empresa Setep Construções S.A., apresentando o seguinte valor global: R\$1.705.809,01 (um milhão setecentos e cinco mil oitocentos e nove reais e um centavo).

Diante do apresentado, está Comissão, declara vencedora do processo em questão a empresa Rai Serviços Eireli, pelo valor global de R\$1.705.809,01 (um milhão setecentos e cinco mil oitocentos e nove reais e um centavo).

Este Município, através da Comissão de Licitação, abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventuais recursos, iniciando as 07h00min do dia 12 de janeiro de 2024 e encerrando dia 18 de janeiro de 2024. Após este prazo dar-se-á a sequência na tramitação do referido processo. Era o que tinha a apresentar.

Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata e dar-se-á publicidade junto ao site do Município e DOM/SC, para que surta seus efeitos legais.

Leandro Guerra
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Município de Catanduvas - SC

PORTARIA 11258-2023

Publicação Nº 5507901

PORTARIA P/11258/2023 de 20.12.2023

“Exonera, antes do termo final de contratação temporária”.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002;

RESOLVE

EXONERA, no interesse da Administração Pública Municipal, as funções citadas abaixo, em caráter emergencial e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Infraestrutura, Saúde, Assistência Social e Educação, Cultura e Desporto.

NOME	FUNÇÃO	ATO ANTERIOR
ELIANE TEREZINHA ROMAN	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO - 25 HRS	P/11060/2023
IVONETE FLORES	TECNICO EM ENFERMAGEM	P/11060/2023
FRANCIELLE ZECHINI GARBIN	TECNICO EM ENFERMAGEM	P/11060/2023
DEISE AP. DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	TECNICO EM ENFERMAGEM	P/11060/2023
GISELE LOPES DE LIMA SCOPEL	TECNICO EM ENFERMAGEM	P/11060/2023
BARBARA ALVES DE CARVALHO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
DANIELA GARDIANO DALPONTE	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
DANIELE LUZIA AMADEI DALCIEIRO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
MARILEI CAETANO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
NATIELI LUIZA ZUQUI	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
SIMONE DE LOURDES CAVALHEIRO	AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE	P/11060/2023
MARLI BORIN	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO - 40 HRS	P/11060/2023
GELSON DA SILVA	MOTORISTA	P/11060/2023
ADINEI LUIS DE LIMA	MOTORISTA	P/ 11171/2023
JANDIRA ROSA DE FREITAS	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO - 40 HRS	P/ 11164/2023
ELIANA DOS SANTOS	EDUCADORA SOCIAL	P/ 11158/2023
ANA PAULA RAMILIO ZUQUI	AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO - 25 HRS	P/11037/2023-A
MARIA AMABILE APARECIDA ALVES DE MORAIS	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11060/2023
ALTAIR DA ROCHA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11206/2023
ANTONIO LUIZ RAMILIO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11206/2023
MIGUEL FERREIRA DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11206/2023
NELSON ZAMBIASSI	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11206/2023
JOSE VALMIR LEITE	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11206/2023
LUCIA SIKORSKI RECH	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	P/11060/2023
ALTAIR JOSE DALCIEIRO	OPERADOR DE MAQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS	P/11060/2023
MARCIANO ZUCHI DE OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS	P/11060/2023
MARCOS WYLLIAN ELEUTERIO PEREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS	P/11060/2023
JEFERSON CORDEIRO DOS SANTOS	MOTORISTA	P/11206/2023

Este ato altera o período de contratação constante nas Portarias anteriores, até 15 de dezembro de 2023.

Catanduvas, 15 de dezembro de 2023.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 009/2021

Publicação Nº 5507420

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 009/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2021

TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 009/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC E A EMPRESA CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO

MENSAL, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DO SISTEMA DE GESTÃO DE CEMITÉRIO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC, com sede na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Bairro Centro, neste município de Catanduvas – SC, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/ MF sob nº 82.939.414/0001-45, representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Paulo Constante Fuga, portado do RG nº 111.855 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.163.939-91, doravante denominado CONTRATANTE;

CONTRATADO: A empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 403, sala 02, Bairro centro, município de Concórdia – SC, CEP 89700-174, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 23.299.477/0001-15, neste ato representada pelo seu administrador Sr. Silmar Antônio Balbino, portador da Cédula de Identidade RG nº 6012330202 SSPPC/ RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 383.829.890-04, doravante denominado simplesmente CONTRATADA;
Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 10 de fevereiro de 2021.

CONSIDERANDO pedido de prorrogação de prazo apresentado pela Secretaria de Infraestrutura;
CONSIDERANDO pedido de prorrogação de prazo apresentado pela CONTRATADA;
CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO, do Contrato original, item 3.1.;
CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços e estender o prazo do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal;
CONSIDERANDO que a contratada encontra-se de forma regular perante as suas obrigações tributarias e que atende todas as exigências impostas por elas.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato em 05 (seis) meses, com novo prazo iniciando em 12 de fevereiro de 2024 e findando em 12 de julho de 2024;

CLÁUSULA SEGUNDA – As despesas relativas a este termo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
05.002.15.452.0008.2021.3.3.90	1.500	57/2024	Manutenção dos Serviços Urbanos

CLÁUSULA TERCEIRA – A Contratante pagará a Contratada o valor total de R\$ 1.586,50 (mil e quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), divididos em parcelas mensais de R\$ 317,30 (trezentos e dezessete reais e trinta centavos);

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso IV, do art 57 da lei 8.666/1993
E por estarem justas e contratadas, assinam as partes do presente, 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 11 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
PAULO CONSTANTE FUGA

SILMAR ANTÔNIO BALBINO
CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

RREO 2023 - EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 (RECEITAS CORRENTES X DESPESAS CORRENTES)

Publicação Nº 5507353

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 (RECEITAS CORRENTES X DESPESAS CORRENTES)

Parâmetros: Exercício: 2023; Mês: 12; Consolidado: S; Nível: 1; Detalhar meses: N - Versão: 3 de 16/10/2023 14:40:31

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
Receitas Correntes (I)	58.723.894,50
Despesas Correntes (II)	53.218.688,60
Saldo (III) = (I - II)	5.505.205,90
% Despesas Correntes vs Receitas Correntes (IV) = (II / I)*100	90,63%

1 Nos demonstrativos mensais os valores de inscritos de restos a pagar não processados continuarão a ser considerados. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento serão excluídos.

Sistema Contábil - Betha Sistemas. Usuário: ronaldolvison. Emissão: 10/01/2024, às 08:26:00. Protocolo: 73cec03a-3cb0-4dcd-a399-977569e5b40

RREO ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507247



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 3
Data de emissão: 10/01/2024
Exercício de 2023

RR-REO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c")												R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S(f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	%(btotal b)		No Bimestre	Até o Bimestre	%(dtotal d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	48.900.000,00	78.977.376,47	9.705.744,55	69.940.223,77	100,00	9.037.152,70	100,00	13.234.979,02	66.092.080,17	100,00	12.885.296,30	3.848.143,60
LEGISLATIVA	2.030.000,00	2.030.000,00	346.489,46	1.550.054,72	2,22	479.945,28	2,35	346.489,46	1.550.054,72	2,35	479.945,28	0,00
Ação Legislativa	2.030.000,00	2.030.000,00	346.489,46	1.550.054,72	2,22	479.945,28	2,35	346.489,46	1.550.054,72	2,35	479.945,28	0,00
ADMINISTRAÇÃO	5.460.538,80	5.827.942,80	1.026.665,58	5.522.712,93	7,90	305.229,87	8,21	1.351.871,59	5.427.299,68	8,21	400.643,12	95.413,25
Administração Geral	5.460.538,80	5.827.942,80	1.026.665,58	5.522.712,93	7,90	305.229,87	8,21	1.351.871,59	5.427.299,68	8,21	400.643,12	95.413,25
SEGURANÇA PÚBLICA	403.650,00	631.094,29	24.279,49	296.335,50	0,42	334.758,79	0,45	109.085,51	296.114,20	0,45	334.980,09	221,30
Defesa Civil	268.750,00	421.666,29	3.877,25	175.494,55	0,25	246.171,74	0,27	51.228,01	175.307,35	0,27	246.358,94	187,20
Policimento	134.900,00	209.428,00	20.402,24	120.840,95	0,17	88.587,05	0,18	57.857,50	120.806,85	0,18	88.621,15	34,10
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.943.680,00	3.571.277,26	451.503,74	3.108.236,80	4,44	463.040,46	4,70	607.798,24	3.108.236,80	4,70	463.040,46	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	320.000,00	320.000,00	38.318,29	264.016,58	0,38	55.983,42	0,40	45.872,73	264.016,58	0,40	55.983,42	0,00
Assistência Comunitária	2.623.680,00	3.251.277,26	413.185,45	2.844.220,22	4,07	407.057,04	4,30	561.925,51	2.844.220,22	4,30	407.057,04	0,00
SAUDE	10.772.320,00	20.487.056,08	2.555.103,00	18.324.601,20	26,20	2.162.454,88	27,45	3.459.674,66	18.145.109,04	27,45	2.341.947,04	179.492,16
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.611.000,00	2.581.409,28	455.671,58	2.486.213,25	3,55	95.196,03	3,76	484.867,97	2.486.213,25	3,76	95.196,03	0,00
Atenção Básica	8.050.200,00	17.746.858,05	2.076.230,73	15.749.090,68	22,52	1.997.767,37	23,56	2.948.026,16	15.569.598,52	23,56	1.777.259,53	179.492,16
Vigilância Sanitária	111.120,00	158.788,75	23.200,69	89.297,27	0,13	69.491,48	0,14	26.780,53	89.297,27	0,14	69.491,48	0,00
EDUCAÇÃO	14.509.431,20	20.122.414,88	3.876.377,85	19.173.575,53	27,41	948.839,35	27,81	3.968.633,89	18.378.555,72	27,81	1.743.859,16	795.019,81
Educação Infantil	5.433.697,20	6.401.776,06	955.856,89	6.190.259,81	8,85	211.516,25	9,20	917.075,00	6.080.419,82	9,20	321.356,24	109.839,99
Ensino Fundamental	8.635.734,00	13.035.638,82	2.740.313,26	12.298.602,55	17,58	737.036,27	17,57	2.871.131,19	11.613.422,73	17,57	1.422.216,09	685.179,82
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	9.798,96	19.862,36	0,03	137,64	0,03	9.798,96	19.862,36	0,03	137,64	0,00
Ensino Superior	420.000,00	665.000,00	170.408,74	664.850,81	0,95	149,19	1,01	170.628,74	664.850,81	1,01	149,19	0,00
CULTURA	1.480.000,00	1.485.202,71	282.091,00	1.373.875,16	1,96	111.327,55	2,08	353.258,02	1.372.515,16	2,08	112.687,55	1.360,00
Diffusão Cultural	1.480.000,00	1.485.202,71	282.091,00	1.373.875,16	1,96	111.327,55	2,08	353.258,02	1.372.515,16	2,08	112.687,55	1.360,00
DIREITOS DA CIDADANIA	135.000,00	145.000,00	58,43	81.170,88	0,12	63.829,12	0,12	4.811,52	81.170,88	0,12	63.829,12	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	135.000,00	145.000,00	58,43	81.170,88	0,12	63.829,12	0,12	4.811,52	81.170,88	0,12	63.829,12	0,00
URBANISMO	5.585.640,00	18.121.719,18	624.043,58	14.535.934,94	20,78	3.585.784,24	17,85	1.453.518,08	11.800.129,86	17,85	6.321.589,32	2.735.805,08
Infra-Estrutura Urbana	817.740,00	11.735.996,00	8.092,42	8.767.046,07	12,54	2.968.949,93	9,16	559.902,70	6.052.740,99	9,16	5.683.255,01	2.714.305,08
Serviços Urbanos	4.767.900,00	6.385.723,18	615.951,16	5.768.888,87	8,25	616.834,31	8,70	893.615,38	5.747.388,87	8,70	638.334,31	21.500,00



MUNICIPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 2 / 3
Data de emissão: 10/01/2024
Exercício de 2023

RR - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c")											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
HABITAÇÃO	205.000,00	223.000,00	28.844,83	117.893,87	0,17	105.106,13	30.500,91	117.893,87	0,18	105.106,13	0,00
Habitação Urbana	205.000,00	223.000,00	28.844,83	117.893,87	0,17	105.106,13	30.500,91	117.893,87	0,18	105.106,13	0,00
SANEAMENTO	1.200.000,00	1.225.000,00	38.691,26	1.034.492,22	1,48	190.507,78	199.889,21	1.034.492,22	1,57	190.507,78	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.200.000,00	1.225.000,00	38.691,26	1.034.492,22	1,48	190.507,78	199.889,21	1.034.492,22	1,57	190.507,78	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	117.000,00	164.000,00	45.994,95	161.122,00	0,23	2.878,00	45.994,95	161.122,00	0,24	2.878,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	117.000,00	164.000,00	45.994,95	161.122,00	0,23	2.878,00	45.994,95	161.122,00	0,24	2.878,00	0,00
AGRICULTURA	1.072.000,00	1.431.929,27	147.550,47	1.248.306,34	1,78	183.622,93	287.274,02	1.248.306,34	1,89	183.622,93	0,00
Extensão Rural	1.072.000,00	1.431.929,27	147.550,47	1.248.306,34	1,78	183.622,93	287.274,02	1.248.306,34	1,89	183.622,93	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	295.000,00	20.000,00	750,00	1.535,92	0,00	18.464,08	750,00	1.535,92	0,00	18.464,08	0,00
Demais Subfunções	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	20.000,00	20.000,00	750,00	1.535,92	0,00	18.464,08	750,00	1.535,92	0,00	18.464,08	0,00
TRANSPORTE	550.000,00	819.000,00	0,00	816.939,75	1,17	2.060,25	650.000,00	816.939,75	1,24	2.060,25	0,00
Transporte Rodoviário	550.000,00	819.000,00	0,00	816.939,75	1,17	2.060,25	650.000,00	816.939,75	1,24	2.060,25	0,00
DESPORTO E LAZER	791.000,00	1.182.000,00	116.097,00	1.148.379,57	1,64	33.620,43	155.325,35	1.107.547,57	1,68	74.452,43	40.832,00
Desporto Comunitário	791.000,00	1.182.000,00	116.097,00	1.148.379,57	1,64	33.620,43	155.325,35	1.107.547,57	1,68	74.452,43	40.832,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.324.740,00	1.465.740,00	141.203,91	1.445.056,44	2,07	20.683,56	210.103,61	1.445.056,44	2,19	20.683,56	0,00
Outros Encargos Especiais	1.281.740,00	1.400.740,00	123.430,98	1.386.055,17	1,98	14.684,83	192.330,68	1.386.055,17	2,10	14.684,83	0,00
Serviço da Dívida Interna	43.000,00	65.000,00	17.772,93	59.001,27	0,08	5.998,73	17.772,93	59.001,27	0,09	5.998,73	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Reserva de Contingência	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)											
TOTAL (III) = (I + II)	48.900.000,00	78.977.376,47	9.705.744,55	69.940.223,77	100,00	9.037.152,70	13.234.979,02	66.092.080,17	100,00	12.885.296,30	3.848.143,60

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:24:52.
Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507252

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Sep/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	TOTAL (U.T. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2023
RECEITAS CORRENTES (I)		4.917.100,34	5.443.310,79	5.031.711,57	6.317.096,07	5.179.591,99	5.486.433,49	5.942.740,94	4.947.067,85	5.140.910,03	5.107.193,13	5.483.729,86	6.914.138,71	65.911.096,77	55.893.920,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		539.647,35	499.135,01	855.956,71	1.867.676,17	985.760,14	1.004.280,80	897.039,98	507.614,54	695.138,66	624.654,55	554.898,41	943.292,90	9.275.098,22	4.942.920,00
I.P.T.U.		22.255,20	21.710,76	187.556,42	1.091.514,92	104.983,74	87.989,72	87.293,31	88.830,00	76.988,91	63.440,68	45.284,88	56.796,35	1.915.118,89	1.674.400,00
I.S.S.		285.287,91	182.370,87	260.276,34	272.600,19	238.902,76	244.233,78	266.830,19	238.410,20	248.778,81	220.443,79	215.440,79	258.624,02	2.832.199,70	1.436.660,00
I.T.B.I.		0,00	0,00	69.862,00	162.205,63	37.033,33	522.429,76	91.836,01	79.068,12	51.864,73	72.405,32	63.254,35	80.376,66	1.230.535,91	0,00
I.R.R.F.		108.674,28	157.290,32	146.866,70	147.528,46	138.987,02	86.209,64	190.525,79	47.757,76	285.801,48	174.591,01	182.002,59	391.174,53	2.036.599,58	641.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		123.429,96	137.763,06	191.195,25	193.826,97	66.763,29	63.437,90	60.454,68	53.546,46	51.705,73	113.269,70	48.935,80	56.321,34	1.160.652,14	1.190.860,00
Contribuições		97.940,87	91.688,09	85.367,54	98.972,92	94.864,99	94.573,21	97.180,78	98.333,77	98.386,54	98.200,40	102.771,55	116.145,24	1.156.145,24	815.900,00
Recita Patrimonial		174.047,06	145.805,51	176.746,45	113.302,65	138.577,05	118.021,75	113.358,56	123.994,80	98.855,16	94.425,13	87.995,84	126.051,56	1.612.181,52	84.922,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	18.000,00	14.520,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços		12.771,29	10.033,95	15.465,58	11.850,80	20.647,45	18.267,39	18.090,93	20.686,73	16.242,06	9.604,46	12.478,90	34.422,30	200.591,84	1.067.810,00
Transferências Correntes		4.064.497,63	4.675.920,78	3.872.082,96	4.209.941,42	4.326.788,27	4.236.070,77	4.892.133,79	4.156.374,48	4.217.825,90	4.288.159,22	4.720.108,29	5.789.070,73	53.618.954,24	48.675.888,00
Cota-Parte do F.P.M.		1.407.655,38	1.509.556,25	1.168.163,18	1.335.575,05	1.484.706,08	1.386.704,35	1.722.535,64	1.162.847,15	1.185.404,87	1.100.559,65	1.428.468,37	1.761.051,97	17.670.000,00	16.770.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.328.338,35	1.288.137,30	1.292.820,68	1.409.670,22	1.335.084,81	1.414.329,41	1.383.509,52	1.419.873,30	1.477.944,87	1.452.846,49	1.450.664,82	1.807.403,92	17.060.523,69	18.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		190.849,63	295.746,17	245.734,71	263.141,69	277.220,16	256.163,18	241.696,63	259.106,31	237.469,59	218.519,06	129.333,71	62.786,43	2.698.789,47	1.140.000,00
Cota-Parte do I.T.R.		703,26	126,02	29,51	33,86	7,26	44,43	71,53	17,75	5.080,19	20.637,86	243,50	421,62	27.416,79	20.000,00
Transferências da LC 61/1989		13.203,28	9.415,54	11.666,79	12.329,75	11.186,59	13.949,35	12.673,44	11.280,62	14.619,70	16.332,15	13.382,17	14.416,67	154.568,05	159.000,00
Transferências do FUNDEB		736.719,53	786.989,79	747.503,72	795.131,16	802.041,58	795.143,19	759.926,50	781.955,72	786.436,45	801.035,35	792.660,64	926.761,40	9.612.306,03	7.661.750,00
Outras Transferências Correntes		387.028,20	385.947,71	406.162,37	394.049,49	416.521,79	387.736,86	861.720,53	521.293,63	510.850,23	657.028,66	905.387,45	686.792,32	6.503.299,24	4.925.136,00
Outras Receitas Correntes		28.204,14	20.736,45	26.072,33	15.352,11	15.164,09	15.269,57	34.936,90	40.053,53	14.397,71	12.393,19	7.548,02	18.029,67	248.127,71	306.480,00
DEDUÇÕES (II)		588.420,02	700.596,45	543.853,20	604.151,97	621.640,80	614.637,53	532.325,96	570.624,80	549.511,61	551.538,84	604.409,79	695.340,90	7.187.202,27	7.063.800,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. entre Regimes Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB		588.420,02	700.596,45	543.853,20	604.151,97	621.640,80	614.637,53	532.325,96	570.624,80	549.511,61	551.538,84	604.409,79	695.340,90	7.187.202,27	7.063.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		4.328.680,32	4.742.723,34	4.488.028,37	5.712.944,10	4.557.941,19	4.871.845,56	5.410.414,98	4.376.443,05	4.591.307,42	4.545.402,29	4.879.320,07	6.216.797,81	58.723.894,50	48.830.120,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (IV) = (III - V)		4.328.680,32	4.742.723,34	4.488.028,37	5.712.944,10	4.557.941,19	4.871.845,56	5.410.414,98	4.376.443,05	4.591.307,42	4.545.402,29	4.879.320,07	6.216.797,81	58.723.894,50	48.830.120,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (IV - V)		4.328.680,32	4.742.723,34	4.488.028,37	5.712.944,10	4.557.941,19	4.871.845,56	5.410.414,98	4.376.443,05	4.591.307,42	4.545.402,29	4.879.320,07	6.216.797,81	58.723.894,50	48.830.120,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:24:10.

Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507256



MUNICIPIO DE CATANDUVAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1/ 2

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00



MUNICIPIO DE CATANDUVAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 2/ 2

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:25:53.
Nota(s) Explicativa(s):

Catanduvas, 10/01/2024

RREO ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 06

BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507307



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 1
Data de emissão: 10/01/2024
Exercício de 2023

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	1.000.000,00	-1.000.000,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)		
DESPESAS DE CAPITAL	21.890.480,40	16.721.535,17	5.168.945,23		
Investimentos	21.694.480,40	16.529.215,45	5.165.264,95		
Inversões Financeiras	180.000,00	180.000,00	0,00		
Amortização da Dívida	16.000,00	12.319,72	3.680,28		
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00		
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00		
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	21.890.480,40	16.721.535,17	5.168.945,23		
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	21.890.480,40	15.721.535,17	6.168.945,23		

Catanduvas, 10/01/2024
Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:25:35.
Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507259

Página: 1 / 3



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

ACIMA DA LINHA				R\$ 1,00
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023		
		RECEITAS REALIZADAS (a)		
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.830.120,00	58.724.494,98		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.942.920,00	9.275.096,22		
IPTU	1.674.400,00	1.915.118,89		
ISS	1.436.660,00	2.932.199,70		
ITBI	0,00	1.230.535,91		
IRRFF	641.000,00	2.036.589,58		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.190.860,00	1.160.652,14		
Contribuições	815.900,00	1.156.145,24		
Receita Patrimonial	84.922,00	1.512.782,00		
Aplicações Financeiras (II)	70.402,00	1.494.782,00		
Outras Receitas Patrimoniais	14.520,00	18.000,00		
Transferências Correntes	41.612.088,00	46.331.751,97		
Cota-Parte FPM	13.570.000,00	14.382.571,35		
Cota-Parte ICMS	14.400.000,00	13.648.426,12		
Cota-Parte IPVA	912.000,00	2.159.832,53		
Cota-Parte ITR	16.000,00	21.933,52		
Transferências da LC 61/1989	127.200,00	123.654,46		
Transferências do FUNDEB	7.661.750,00	9.512.305,03		
Outras Transferências Correntes	4.925.138,00	6.503.028,96		
Demais Receitas Correntes	1.374.290,00	448.719,55		
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00		
Receitas Correntes Restantes	1.374.290,00	448.719,55		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	48.759.718,00	57.229.712,98		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	69.880,00	3.933.363,31		
Operações de Crédito (VIII)	0,00	1.000.000,00		
Amortização de Empréstimos (IX)	69.880,00	92.456,06		
Alienação de Bens	0,00	539.300,00		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00		
Outras Alienações de Bens	0,00	539.300,00		
Transferências de Capital	0,00	2.301.607,25		
Convênios	0,00	1.406.998,57		
Outras Transferências de Capital	0,00	894.608,68		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	2.840.907,25		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	48.759.718,00	60.070.620,23		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	48.759.718,00	60.070.620,23		



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
							LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)		57.061.896,07	53.218.430,70	53.104.126,25	52.937.940,36	512.936,53	481.136,23	481.094,53	
Pessoal e Encargos Sociais		32.331.386,74	31.252.534,02	31.252.534,02	31.252.534,02	364.637,44	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (XIX)		49.000,00	46.681,55	46.681,55	46.681,55	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes		24.681.509,33	21.919.215,13	21.804.910,68	21.638.724,79	148.299,09	481.136,23	481.094,53	
Transferências Constitucionais e Legais			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Correntes		24.681.509,33	21.919.215,13	21.804.910,68	21.638.724,79	148.299,09	481.136,23	481.094,53	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)		57.012.896,07	53.171.749,15	53.057.444,70	52.891.258,81	512.936,53	481.136,23	481.094,53	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)		21.890.480,40	16.721.535,17	12.987.899,92	12.196.547,53	0,00	3.902.850,13	3.902.850,13	
Investimentos		21.694.480,40	16.529.215,45	12.795.580,20	12.004.227,81	0,00	3.902.850,13	3.902.850,13	
Inversões Financeiras		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras		180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XXVII)		16.000,00	12.319,72	12.319,72	12.319,72	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]		21.874.480,40	16.709.215,45	12.975.580,20	12.184.227,81	0,00	3.902.850,13	3.902.850,13	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)		78.887.376,47	69.880.964,60	66.033.024,90	65.075.486,62	512.936,53	4.383.986,36	4.383.944,66	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)		78.887.376,47	69.880.964,60	66.033.024,90	65.075.486,62	512.936,53	4.383.986,36	4.383.944,66	
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVla - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]			-9.901.747,58						
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIC)]			-9.901.747,58						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO			VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência			-72.282,00						
JUROS NOMINAIS			Janeiro - Dezembro 2023						
			VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)			1.494.395,29						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)			4.120.408,79						
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)			-12.527.761,08						



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez/2022(a)	Janeiro - Dezembro 2023 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)			
DEDUÇÕES (XL)			
Disponibilidade de Caixa	788.173,80	10.849.581,32	
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	19.095.546,73	11.136.075,75	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.691.700,00	10.824.108,35	
Demais Haveres Financeiros	19.541.971,77	11.907.000,99	
	514.836,11	957.579,98	
	335.435,66	125.312,66	
	403.846,73	311.967,40	
	-18.307.372,93	-286.494,43	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)			
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)			-18.020.878,50
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			
		VALOR CORRENTE	
		-5.888.850,00	
AJUSTE METODOLÓGICO			
		Janeiro - Dezembro 2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		442.743,87	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		5.050.373,55	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI - XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		-12.527.761,08	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-9.901.747,58	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		14.226.169,66	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		14.226.169,66	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			0,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:04:57.
Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507260



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / MÊS DEZEMBRO 2023

Página: 1 / 1

Data de emissão: 10/01/2024

Exercício de 2023

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (j+i)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2022 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2022 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	636,50	514.199,61	512.936,53	1.899,58	0,00	41.687,27	5.915.314,33	4.383.986,36	4.383.944,66	386.976,95	1.186.079,99	1.186.079,99
PODER EXECUTIVO	636,50	514.199,61	512.936,53	1.899,58	0,00	41.687,27	5.915.314,33	4.383.986,36	4.383.944,66	386.976,95	1.186.079,99	1.186.079,99
FUNDO MUN. DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158,71	137,97	137,97	20,74	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.740,00	8.740,00	8.740,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	59.511,81	58.675,99	835,82	0,00	0,00	3.224,22	1.312,00	1.312,00	1.912,22	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	175.795,62	175.641,62	154,00	0,00	12.320,00	16.157,56	4.804,78	4.804,78	11.352,78	12.320,00	12.320,00
FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	0,00	7.900,26	7.900,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PLANEJAMENTO	0,00	56.503,46	56.503,46	0,00	0,00	0,00	22.676,44	22.039,88	22.039,88	638,56	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPOR	636,50	151.449,28	151.176,02	909,76	0,00	12.552,17	2.062.077,72	1.718.929,14	1.718.887,44	339.915,66	15.826,79	15.826,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	58.014,94	58.014,94	0,00	0,00	12.315,10	3.802.170,28	2.627.975,19	2.627.975,19	28.576,99	1.157.933,20	1.157.933,20
SERVIÇOS DE UTILIDADE PUBLICA	0,00	3.124,24	3.124,24	0,00	0,00	0,00	107,40	47,40	47,40	60,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	636,50	514.199,61	512.936,53	1.899,58	0,00	41.687,27	5.915.314,33	4.383.986,36	4.383.944,66	386.976,95	1.186.079,99	1.186.079,99

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVA, Emissão: 10

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:24:33.

Notas(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507267



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1 / 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
1 - RECEITA DE IMPOSTOS		3.752.060,00	8.114.444,08		
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU		1.674.400,00	1.915.118,89		
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI		0,00	1.230.535,91		
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS		1.436.660,00	2.932.199,70		
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF		641.000,00	2.036.589,58		
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		36.089.000,00	37.504.701,37		
2.1 - Cota-Parte FPM		16.770.000,00	17.561.051,97		
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		16.000.000,00	15.992.404,68		
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e		770.000,00	1.568.647,29		
2.2 - Cota-Parte ICMS		18.000.000,00	17.060.523,69		
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação		159.000,00	154.568,05		
2.4 - Cota-Parte ITR		20.000,00	27.416,79		
2.5 - Cota-Parte IPVA		1.140.000,00	2.699.789,47		
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00		
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00	1.351,40		
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		39.841.060,00	45.619.145,45		
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))¹		7.063.800,00	7.187.210,82		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		2.896.465,00	4.217.575,55		
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS		7.671.750,00	9.547.280,31		
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		7.671.750,00	9.385.239,61		
6.1.1 - Principal		7.661.750,00	9.350.264,33		
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		10.000,00	34.975,28		
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00		
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF		0,00	0,00		
6.2.1 - Principal		0,00	0,00		
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00		
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00		
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0,00	0,00		
6.3.1 - Principal		0,00	0,00		
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00		
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00		
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR		0,00	162.040,70		
6.4.1 - Principal		0,00	162.040,70		
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00		
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB		0,00	0,00		
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹		597.950,00	2.163.053,51		
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR			
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00			
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00			
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00			
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		9.547.280,31			
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	9.371.019,35	9.210.536,43	9.210.536,43	9.210.536,43	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.835.550,00	7.831.362,11	7.831.362,11	7.831.362,11	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.871.750,00	3.868.335,12	3.868.335,12	3.868.335,12	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	3.963.800,00	3.963.026,99	3.963.026,99	3.963.026,99	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.535.469,35	1.379.174,32	1.379.174,32	1.379.174,32	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	1.060.469,35	959.982,21	959.982,21	959.982,21	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	475.000,00	419.192,11	419.192,11	419.192,11	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 2 / 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)	
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	9.203.080,53	9.203.080,53	9.203.080,53	0,00	0,00	0,00	
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.041.039,83	9.041.039,83	9.041.039,83	0,00	0,00	0,00	
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	162.040,70	162.040,70	162.040,70	0,00	0,00	0,00	
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.831.362,11	7.831.362,11	7.831.362,11	0,00	0,00		
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)			
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.569.667,73	7.831.362,11	7.831.362,11	83,44			
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00			
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00			
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)		
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	954.728,03	344.199,78	344.199,78	0,00	3,61		
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)²	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (x)	
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	855.197,23	0,00	7.455,90	0,00	-7.455,90	7.455,90	
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	855.197,23	0,00	7.455,90	0,00	-7.455,90	7.455,90	
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)		
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.867.002,70	5.577.509,10	5.386.749,27	5.357.365,10	190.759,83		
20.1 - Educação Infantil	967.000,00	862.870,21	831.014,23	831.014,23	31.855,98		
20.2 - Ensino Fundamental	4.900.002,70	4.714.638,89	4.555.735,04	4.526.350,87	158.903,85		
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)		
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.238.022,05	14.788.045,53	14.597.285,70	14.567.901,53	190.759,83		
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	5.899.219,35	5.691.187,54	5.659.331,56	5.659.331,56	31.855,98		
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	9.338.802,70	9.096.857,99	8.937.954,14	8.908.569,97	158.903,85		
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR			
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)				5.577.509,10			
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				7.187.210,82			
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (g)				0,00			
25 - VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)				7.455,90			
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				120.166,81			
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) ⁷,⁸				234.609,34			
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)				12.417.399,67			
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ² e ⁵				VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)	
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS				11.404.786,36	12.417.399,67	27,22	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁹	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)		
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	813.310,94	813.310,94	578.701,60	234.609,34	0,00		
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	813.310,94	813.310,94	578.701,60	234.609,34	0,00		
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 3 / 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RS 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		625.134,00		1.379.443,50		
31.1.1 - Salário-Educação		579.090,00		979.101,30		
31.1.2 - PDDE		0,00		0,00		
31.1.3 - PNAE		0,00		212.592,87		
31.1.4 - PNATE		38.924,00		49.136,31		
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		7.120,00		138.613,02		
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		266.600,00		435.598,08		
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00		
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00		
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		0,00		0,00		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		4.884.392,83	4.385.530,00	3.781.270,02	3.781.270,02	604.259,98
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL		502.556,71	499.072,27	421.088,26	421.088,26	77.984,01
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL		3.696.836,12	3.201.744,56	2.675.468,59	2.675.468,59	526.275,97
32.3 - ENSINO MÉDIO		20.000,00	19.862,36	19.862,36	19.862,36	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR		665.000,00	664.850,81	664.850,81	664.850,81	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)		20.122.414,88	19.173.575,53	18.378.555,72	18.349.171,55	795.019,81
33.1 - Despesas Correntes		16.643.764,92	16.088.758,67	16.086.554,87	16.057.170,70	2.203,80
33.1.1 - Pessoal Ativo		11.773.019,35	11.667.815,86	11.667.815,86	11.667.815,86	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		100.000,00	75.941,40	75.941,40	75.941,40	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes		4.770.745,57	4.345.001,41	4.342.797,61	4.313.413,44	2.203,80
33.2 - Despesas de Capital		3.478.649,96	3.084.816,86	2.292.000,85	2.292.000,85	792.816,01
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital		3.478.649,96	3.084.816,86	2.292.000,85	2.292.000,85	792.816,01
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)		
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		22.271,73		915.724,15		
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		9.547.280,31		979.101,30		
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		9.225.419,95		1.858.621,98		
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		344.132,09		36.203,47		
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00		
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00		
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		344.132,09		36.203,47		

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:27:11.

¹ Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³ Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶ As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷ Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.


Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO X - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507335



MUNICIPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2022 A 2098


Página : 1 / 3
Data de emissão: 10/01/2024
Exercício de 2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

RREO ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507341



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 1

Exercício de 2023

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					SALDO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)								
Receta de Alienação de Bens Móveis	0,00					555.159,06	-555.159,06	
Receta de Alienação de Bens Imóveis	0,00					539.300,00	-539.300,00	
Receta de Alienação de Bens Intangíveis	0,00					0,00	0,00	
Receta de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00					0,00	0,00	
						15.859,06	-15.859,06	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d - e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)								
Despesas de Capital	152.400,00	66.400,00	66.400,00	66.400,00	0,00	0,00	86.000,00	
Investimentos	152.400,00	66.400,00	66.400,00	66.400,00	0,00	0,00	86.000,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2022 (I)	2023 (J) = (Ib - (IIIf+IIg))					SALDO ATUAL	
VALOR (III)	-28.074,60						488.759,06	460.684,46

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas- Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:26:35.
Nota(s) Explicativa(s):

RREO ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507380

Página : 1 / 9

Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.752.060,00	3.752.060,00	8.114.444,08	216,27
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.674.400,00	1.674.400,00	1.915.118,89	114,38
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	1.230.535,91	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.436.660,00	1.436.660,00	2.932.199,70	204,10
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	641.000,00	641.000,00	2.036.589,58	317,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.319.000,00	35.319.000,00	35.934.702,68	101,74
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	15.992.404,68	99,95
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	27.416,79	137,08
Cota-Parte IPVA	1.140.000,00	1.140.000,00	2.699.789,47	236,82
Cota-Parte ICMS	18.000.000,00	18.000.000,00	17.060.523,69	94,78
Cota-Parte IPI-Exportação	159.000,00	159.000,00	154.568,05	97,21
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)	39.071.060,00	39.071.060,00	44.049.146,76	112,74

R\$ 1,00



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 2 / 9

Exercício de 2023

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.806.450,00	10.523.040,72	9.564.035,46	90,89	9.560.385,46	90,85	9.559.512,73	90,84	3.650,00
Despesas Correntes	6.577.450,00	8.592.920,72	8.369.516,34	97,40	8.365.866,34	97,36	8.364.993,61	97,35	3.650,00
Despesas de Capital	229.000,00	1.930.120,00	1.194.519,12	61,89	1.194.519,12	61,89	1.194.519,12	61,89	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.611.000,00	2.581.409,28	2.486.213,25	96,31	2.486.213,25	96,31	2.484.865,96	96,26	0,00
Despesas Correntes	2.601.000,00	2.571.409,28	2.485.565,25	96,66	2.485.565,25	96,66	2.484.217,96	96,61	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	648,00	6,48	648,00	6,48	648,00	6,48	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	39.000,00	24.490,00	62,79	24.490,00	62,79	24.490,00	62,79	0,00
Despesas Correntes	0,00	29.000,00	24.490,00	84,45	24.490,00	84,45	24.490,00	84,45	0,00
Despesas de Capital	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	9.417.450,00	13.143.450,00	12.074.738,71	91,87	12.071.088,71	91,84	12.068.868,69	91,82	3.650,00



Página : 3 / 9
Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R\$ 1,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS					
	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	12.074.738,71	12.071.088,71			12.068.868,69
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00			0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em	0,00	0,00			0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00			0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	12.074.738,71	12.071.088,71			12.068.868,69
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)					6.607.372,01
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)'					5.467.366,70
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	0,00				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	27,41	27,40			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)' (i) = (h - (i ou II))	
		Empenhadas (j)	Liquidadas (k)	Pagas (l)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscritos indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q - u)
Empenhos de 2023	6.607.372,01	12.071.088,71	0,00	5.870,02	0,00	5.870,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	6.175.875,27	11.426.420,72	5.250.545,45	186.943,08	0,00	0,00	0,00	186.943,08	0,00	5.250.545,45
Empenhos de 2021	5.365.632,29	8.435.038,27	3.069.405,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.069.405,98
Empenhos de 2020	4.448.596,92	6.961.404,01	2.512.807,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.512.807,09
Empenhos de 2019 e anteriores	4.471.438,29	6.924.602,36	2.453.164,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.453.164,07
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 5 / 9

Exercício de 2023

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.315.870,00	1.315.870,00	3.168.684,41	240,81
Proveniente da União	1.260.570,00	1.260.570,00	2.853.561,39	226,37
Proveniente dos Estados	55.300,00	55.300,00	315.123,02	569,84
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.339.870,00	1.339.870,00	3.168.684,41	236,49

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.243.750,00	7.223.817,33	6.150.975,22	85,15	5.975.133,06	82,71	5.928.987,25	82,08	175.842,16
Despesas Correntes	1.228.750,00	5.117.814,39	4.297.951,33	83,98	4.297.951,33	83,98	4.255.757,52	83,16	0,00
Despesas de Capital	15.000,00	2.106.002,94	1.853.023,89	87,99	1.677.181,73	79,64	1.673.229,73	79,45	175.842,16
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	111.120,00	119.788,75	64.807,27	54,10	64.807,27	54,10	64.807,27	54,10	0,00
Despesas Correntes	71.060,00	79.728,75	64.807,27	81,28	64.807,27	81,28	64.807,27	81,28	0,00
Despesas de Capital	40.060,00	40.060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.354.870,00	7.343.605,08	6.215.782,49	84,64	6.039.940,33	82,25	5.993.794,52	81,62	175.842,16

Página : 7 / 9
Exercício de 2023



MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100		
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.050.200,00	17.748.858,05	15.715.010,68	88,55	15.535.518,52	87,54	15.488.499,98	87,27	179.492,16	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.611.000,00	2.581.409,28	2.486.213,25	96,31	2.486.213,25	96,31	2.484.865,96	96,26	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	111.120,00	158.788,75	89.297,27	56,24	89.297,27	56,24	89.297,27	56,24	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	10.772.320,00	20.487.056,08	18.290.521,20	89,28	18.111.029,04	88,40	18.062.663,21	88,17	179.492,16	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (e)
		Até o Bimestre (b)	(b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	(c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	(d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	34.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	33.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	34.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS				DESPESAS PAGAS	
				DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)				0,00	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em				0,00	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)				0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)				0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:03:27.
Notas:
* Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
* Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
* Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.
Nota(s) Explicativa(s):

CATANDUVAS, 10/01/2024

RREO ANEXO XIII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - 06 BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507348

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO INVÁLIDO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR					SALDO FINAL (acumulado até o bimestre)						
TOTAL DE ATIVOS Ativos Constituídos pela SPE TOTAL DE PASSIVOS Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE Provisões de PPP Outros Passivos ATOS POTENCIAIS PASSIVOS Obrigações Contratuais Riscos não Provisionados Garantias Concedidas Outros Passivos Contingentes	NADA A DECLARAR											
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2) Contratadas (I.1) A contratar (I.2) DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) Contratadas (I.1) A contratar (I.2)	NADA A DECLARAR											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)												

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: MUNICIPIO DE CATANDUVAS. Emissão: 10/01/2024, às 08:25:40.

Nota(s) Explicativa(s):


Celso Ramos

PREFEITURA

PREGAO ELETRONICO 1-2024 MERENDA

Publicação N° 5509013

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS Rua Dom Daniel Hostin, 930 - Centro - Celso Ramos - SC CEP: 88598-000 CNPJ: 78.493.343/0001-22 Telefone: (49) 3547-1211 E-mail: gabinete@celsoramos.sc.gov.br	PREGÃO ELETRÔNICO Nr° 1/2024
	Processo Adm.: 1/2024 Data do Processo: 09/01/2024

AVISO DE LICITAÇÃO - NÚMERO 1/2024

A Comissão Permanente de Licitações, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere ao DECRETO - 3125/2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar no dia 23/01/2024 as 09:00, no endereço, RUA DOM DANIEL HOSTIN, 930, Celso Ramos - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° 1/2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

Informamos que a íntegra do edital encontra-se disponível no endereço supracitado.

Objeto do processo:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA MERENDA ESCOLAR, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS.

Celso Ramos, 11 de Janeiro de 2024

.....
Presidente da Comissão de Licitação

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2024

Publicação Nº 5507993

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2024
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E

O Município de Chapadão do Lageado-SC, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.120/0001-27, localizada na Rua Allan Régis Inácio, nº 15, Centro, Chapadão do Lageado-SC, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL SR. ABEL DA SILVA, vem através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados e, especialmente, Thais Alessandra da Silveira, Charles Alexandre da Silveira, e Francisco Machado, que o núcleo urbano informal consolidado denominado de NUI Centro 05, encontra-se em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de interesse ESPECÍFICO - REURB-E, conforme Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018. Para o núcleo urbano informal consolidado em questão foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Documento de Responsabilidade Técnica, bem como outros elementos necessários, afim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse das unidades imobiliárias no referido núcleo urbano, a ser registrada no respectivo Ofício de Registro de Imóveis de Ituporanga/SC.

O núcleo é localizado no município de Chapadão do Lageado-SC, e apresenta seguinte descrição: Núcleo Urbano Informal Centro 05 (NUI01_10), situado no Bairro Centro, Área Urbana do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, com característica predominantemente residencial, contendo a área de 8.860,28 m² (oito mil e oitocentos e sessenta metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados) e perímetro de 383.67 m (trezentos e oitenta e três metros e sessenta e sete centímetros), assim descrito: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice N0, de coordenadas N 6947723.70909 m e E 643671.26698 m; deste, segue confrontando com Rua Antônio Sativo da Silveira, com os seguintes azimute plano e distância: 144°51'7.32" e 110.99; até o vértice N1, de coordenadas N 6947632.95714 m e E 643735.16208 m; deste, segue confrontando com Terras de Thais Alessandra da Silveira e Charles Alexandre da Silveira (Mat. 19.838 ORI Ituporanga), com os seguintes azimute plano e distância: 236°07'58.23" e 40.42; até o vértice N2, de coordenadas N 6947610.43374 m e E 643701.60219 m; deste, segue confrontando com Terras de Thais Alessandra da Silveira e Charles Alexandre da Silveira (Mat. 19.838 ORI Ituporanga), com os seguintes azimute plano e distância: 232°05'7.65" e 39.59; até o vértice N3, de coordenadas N 6947586.10542 m e E 643670.36744 m; deste, segue confrontando com Rua Erinete de Souza Machado, com os seguintes azimute plano e distância: 325°25'51.33" e 13.02; até o vértice N4, de coordenadas N 6947596.82845 m e E 643662.97865 m; deste, segue confrontando com Rua Erinete de Souza Machado, com os seguintes azimute plano e distância: 325°28'2.65" e 100.74; até o vértice N5, de coordenadas N 6947679.81927 m e E 643605.87110 m; deste, segue confrontando com Área Remanescente, com os seguintes azimute plano e distância: 57°13'58.16" e 39.02; até o vértice N6, de coordenadas N 6947700.94 m e E 643638.68 m; deste, segue confrontando com Francisco Machado (Matrícula 36.508 ORI Ituporanga), com os seguintes azimute plano e distância: 55°03'10.98" e 39.75; até o vértice N0, de coordenadas N 6947723.71 m e E 643671.27 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. O Núcleo Urbano Informal Centro 05 está contido na Matrícula nº 19.838, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, atualmente em propriedade de Thais Alessandra da Silveira, portador(a) do CPF nº 028.374.839-74; Charles Alexandre da Silveira, portador(a) do CPF nº 001.232.209-12; Matrícula nº 36.508 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, atualmente em propriedade de Francisco Machado portador(a) do CPF nº 292.687.459-68; Matrícula nº 36.509 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, atualmente em propriedade do Município de Chapadão do Lageado.

Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará a perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o art. 31, §1º, §5º e §6º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §1º, §5º e §6º, do Decreto Federal nº 9.310/2018. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da última publicação do presente edital, sendo protocoladas na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, priorizando o procedimento extrajudicial para solução dos conflitos, conforme art. 31, §3º, da Lei Federal nº 13.465/2017 e art. 24, §7º, do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial e outra no jornal de circulação local.

Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2024

Publicação N° 5508057

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 07/2024
INEXIGIBILIDADE N° 06/2024

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ZENAIDE DE SOUZA MACHADO

Vigência: até 31/12/2024.

Fundamento Legal: art. 74, inciso V, da Lei n. 14.133/2021;

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), mensais.

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE NO MÍNIMO 600 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA ABRIGAR A SEDE E OS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS.

Chapadão do Lageado/SC, 12 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2024

Publicação N° 5508060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 08/2024
INEXIGIBILIDADE N° 07/2024

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: AGROPECUÁRIA LONGEN EPP, HELIO JOSÉ MONTIBELLER e ROSANA OLGA MARQUEZ MONTIBELLER

Vigência: até 31/12/2024.

Fundamento Legal: art. 74, inciso V, da Lei n. 14.133/2021;

Valor: R\$ 7.697,85 (sete mil e seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), mensais.

Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 810 m², SITUADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA ABRIGAR AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO, BEM COMO, A CRECHE MUNICIPAL.

Chapadão do Lageado/SC, 12 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 021/2024

Publicação N° 5507534

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 021/2024

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 11.01.2023 à 10.01.2024, a SHEILA KRAUSE LENZ, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutica, na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.01.2024 à 13.02.2024, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 022/2024

Publicação N° 5507524

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 022/2024

O Prefeito Municipal do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 331/2023, que admitiu em caráter temporário CLEBER FELIX NEVES, para exercer as funções do cargo de Farmacêutico ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, até 13.02.2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 024/2024

Publicação N° 5507596

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 024/2024

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Suspender o gozo das férias concedidas e convocar por necessidade de serviço público o servidor, CLEBER MEURER, ocupante do cargo de Professor, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, a partir de 15.01.2024, devendo o período remanescente de 23 (vinte e três) dias, a serem usufruídos em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 026/2024

Publicação N° 5507926

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 026/2024

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar n° 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar por necessidade de serviço público o servidor, ACIR MELLO, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 10, 11 e 12 de janeiro de 2023, (03 dias), a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade da administração e o interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 027/2024

Publicação N° 5507938

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 027/2024

- CONSIDERANDO a implementação do Programa Brasil Sorridente;
- CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público, em caráter emergencial, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, aumentada em decorrência da implementação do Programa.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar N° 0040 de 15/05/2009 e conforme Edital de Processo Seletivo n° 002/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário MARIANA SEHNEM, para exercer as funções do Cargo de Atendente de Consultório Dentário ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15.01.2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 028/2024

Publicação N° 5507952

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 028/2024

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear ESTEFANI DE SOUZA, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento - Nível DAS-1, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 15.01.2024.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2024

Publicação Nº 5507970

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 029/2024

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Nº 0738 de 09.07.2020 do Município de Chapadão do Lageado – SC,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ESTEFANI DE SOUZA, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor Técnico, como Coordenadora Executiva do PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, do Município de Chapadão do Lageado, a partir de 15.01.2024.

Art. 2º A servidora acumulará a função referida com as provenientes do Cargo em Comissão de Assessor Técnico.

Art. 3º A designação não implicará em remuneração adicional pelo acúmulo das atribuições.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2024

Publicação Nº 5507979

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 030/2024

DESIGNA PARA EXERCER FUNÇÕES NA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ESTEFANI DE SOUZA, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Técnico, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para exercer a função de Secretária da Junta de Serviço Militar no Município de Chapadão do Lageado, a partir de 15.01.2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 031/2024

Publicação N° 5507991

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 031/2024

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar N° 0040 de 15/05/2009 e conforme Processo seletivo n° 002/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário SABRINA DELLA VECHIA SCARABELOT, para exercer as funções do Cargo de Psicóloga ACT - 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15.01.2024

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 032/2024

Publicação N° 5507999

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 032/2024

- CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público n° 001/2020;
- CONSIDERANDO a nomeação através da Portaria n° 015/2024;
- CONSIDERANDO a apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar n°. 008 de 23.12.99;
- CONSIDERANDO que os servidores têm lotação na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar n°. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar n°. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MARIA BETANIA VITALINO, nomeada para ocupar o cargo efetivo de Técnica em Enfermagem - 40 horas, pela Portaria n° 015/2024 de 10 de janeiro de 2024, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15.01.2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°025/2024

Publicação N° 5507681

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N°025/2024

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

- CONSIDERANDO, os fatos relatados no OF.PMCL/GP/N° 003/2024, expedida pelo Gabinete do Prefeito, recebido em 10.01.2024, que relata possível irregularidade no pagamento de férias a Servidor Municipal;

- CONSIDERANDO a alínea "f", inciso II, do art.70 da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, que dispõe sobre abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de suas penalidades;
- CONSIDERANDO o regime disciplinar, disposto no Título VI – Capítulos I a IV, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.98, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- CONSIDERANDO o disposto no art. 82 do Estatuto, que trata sobre a responsabilidade civil do servidor, decorrente de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou terceiros;
- CONSIDERANDO os arts. 92 a 95 da Lei Complementar nº 008/98, que trata da apuração de responsabilidade por irregularidades cometidas no serviço público;
- CONSIDERANDO, que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso II, alínea f, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de processo administrativo para apurar os fatos relativos à possíveis irregularidades no pagamento de férias do servidor de matrícula n. 205802.

Art.2º Para dar cumprimento ao disposto no art. anterior ficam designados os membros da Portaria nº 012/2024, de 08.01.2024, que "Nomeia membros da Comissão Permanente de Sindicância e/ou Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dá outras providências."

Art.3º Para dar cumprimento as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, poderá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art.4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à administração superior desta entidade na forma da Lei.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2024

Publicação Nº 5507567

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 023/2024

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 19.09.2022 a 18.09.2023, ao servidor CLAUDINEI FRANÇA, ocupante do Cargo em Provisão Efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 15.01.2024 à 13.02.2024, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA Nº1-2024**

Publicação Nº 5507927

PORTARIA LEGISLATIVA Nº01/2024

PORTARIA N.01/2024 DE 11/01/2024

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a presidência do Sr. Marcelo Leandro Marquez, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 39. inciso VIII do Regimento:

CONSIDERANDO o direito do servidor no gozo de férias remanescentes provenientes da Portaria nº04/2023, referente ao período aquisitivo 2022, 2023.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor JOSUÉ AFONSO EGER, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação Social de QUINZE DIAS, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, sendo que serão gozados os quinze dias no período de 15/01/2024 a 29/01/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir 15 (quinze) de janeiro de 2024.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 11 de janeiro de 2024.

Marcelo Leandro Marquez
Presidente

Ivan Carlos Pereira
Vice-Presidente

Regiane Marquez
1ª Secretária

Cleide Joanita Machado Franzen
2ª Secretária

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

Publicação Nº 5509103

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, através da Diretoria de Regularização Fundiária e Habitação, com sede administrativa na Rua Clevelândia, 727-E, Arena Condá – Ala Sul, Centro, nesta cidade de Chapecó – SC, CNPJ nº 83.021.808/0001-82, torna público aos interessados a realização de CHAMADA PÚBLICA, com o objetivo de selecionar empresas do ramo da construção civil, com comprovada Capacidade Técnica, interessadas em apresentar proposta à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para elaboração de projeto e construção de habitação de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

O edital para conhecimento geral encontra-se disponível para Consulta no site do Município de Chapecó- <https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/Compras/Chamamentos%20P%20c3%bablicos/> e na Diretoria de Gestão de Compras, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 957-S, Centro. Dúvidas poderão ser sanadas pelo e-mail: licita@chapeco.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3321-8455.

O recebimento do envelope, contendo a documentação de habilitação e a manifestação de interesse das empresas, dar-se-á na Diretoria de Gestão de Compras, localizada no endereço supracitado.

Chapecó-SC, 11 de janeiro de 2024.

Ediane Aparecida Folle
Diretora de Regularização Fundiária e Habitação

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2024

Publicação Nº 5509100

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2024

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal de Chapecó - FAS

OBJETO – O presente Termo de Convênio consiste no estabelecimento de cooperação financeira entre o MUNICÍPIO e o FAS, para a aplicação dos recursos no pagamento de profissionais cirurgiões-dentistas, nos materiais odontológicos, nos materiais de higiene, limpeza e vestuário, conforme legislação vigente – Lei Complementar nº 754 de 01/06/2022, sendo que a mesma estabelece uma coparticipação do servidor de 30% de seus gastos.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Convênio vigorará a partir de 01 de Fevereiro de 2024 até 31 de Dezembro de 2024.

VALOR: Até R\$ 240,000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 04 de Janeiro de 2024 – Thiago Felipe Etges, Secretário de Governo, Marizete Zanini de Souza, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA Nº. 001/2024

Publicação Nº 5509099

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA Nº. 001/2024

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Instituto de Desenvolvimento Regional – SAGA.

OBJETO – Constitui objeto do presente Termo de Parceria, o apoio as pequenas agroindústrias familiares do Município de Chapecó no cumprimento da legislação sanitária e segurança alimentar, além de prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial voltados às agroindústrias familiares que especifica, conforme Plano de Trabalho, aprovado pelo MUNICÍPIO.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Parceria vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2024, conforme prazo previsto no anexo Programa de Trabalho para a consecução de seu objeto.

Sempre que necessário, mediante proposta da ENTIDADE devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Parceria.

VALOR: R\$ 80.150,50 (Oitenta mil, cento e cinquenta reais e cinquenta centavos)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 04 de Janeiro de 2024 – Mauro Cesar Zandavalli, Secretario de Desenvolvimento Rural, Luís Clóvis Dal Piva, Presidente do SAGA.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 20/24

Publicação Nº 5508029

DECRETO SAF/Nº. 20/24, de 10 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERA A PEDIDO

ABEL ALVES DE ARAUJO NETO, portador do CPF nº 041.542.349-00, Assistente Social ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 585/22, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 21/24

Publicação Nº 5508032

DECRETO SAF/Nº. 21/24, de 10 de janeiro de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERA

Por término de contrato de trabalho por prazo determinado ROSILENE CIPRIANO BARBOSA, portadora do CPF nº 914.561.429-68, Professora ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 130/23, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretario Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 22/24

Publicação Nº 5508034

DECRETO SAF/N. 22/24, de 10 de janeiro de 2024.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.821, de 20 de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor total de R\$ 164.916,00 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e dezesseis reais) para o exercício de 2024, com a seguinte descrição:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do programa de proteção social básica - CRAS	2.025	
Elemento	Descrição	Valor

3.3.90.00.00.00.00.00.2.661.0000.5065	Aplicações Diretas	15.124,00
3.3.90.00.00.00.00.00.2.660.0000.5035	Aplicações Diretas	28.190,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do programa de proteção especial - CREAS	2.026	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.2.661.0000.5065	Aplicações Diretas	20.290,00
3.3.90.00.00.00.00.00.2.660.0000.5035	Aplicações Diretas	30.170,00
4.4.90.00.00.00.00.00.2.661.0000.5065	Aplicações Diretas	16.549,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ÓRGÃO	12	
Manutenção do programa de benefícios eventuais	2.029	
Elemento	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.2.661.0000.5065	Aplicações Diretas	32.029,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
ÓRGÃO	11	
Manutenção do bloco de atenção primária em saúde	2.017	
Elemento	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00.2.605.0000.5040	Aplicações Diretas	22.564,00

Total R\$ 164.916,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar, por conta do superávit financeiro de 2023, nas fontes de recursos 660 e 661 – Transferências do Sistema único de Assistência Social da União e Estado, para aplicações em custeio e investimentos em Assistência Social e fonte de recursos 605 – Transferências SUS, para piso nacional dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, SC, 10 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

JULGAMENTO, CONFORME PORTARIA 26/22

Publicação Nº 5507703

JULGAMENTO

Aprovo e Homologo o Relatório Final apresentado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, referente à Sindicância, instaurada conforme Portaria nº. 26/22, de 14 de setembro de 2022, movido em face de SANDRA MARIA DE SOUZA e SILENE PERUCHI BONADEO, ante o exposto, considerando o ofício 0471/2023/03PJ/URS, de 30 de outubro de 2023, do Ministério Público de Santa Catarina, 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Urussanga, a comissão encerra o processo de sindicância, não sendo mais de sua competência o julgamento das oras sindicadas. Ainda, orienta a Administração a abrir um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) o qual possibilitará o contraditório e ampla defesa e dará continuidade à apuração das infrações administrativas e respectivas penalidades. Restitua-se o processo à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, para dar ciência às servidoras e demais providências, inclusive aquelas indicadas nas conclusões do Relatório Final.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de janeiro de 2024.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 01/24

Publicação N° 5507444

PORTARIA SMS/N° 01/24, de 11 de janeiro de 2024.

AUTORIZA O SERVIDOR ABAIXO MENCIONADO A DIRIGIR O VEÍCULO DO MUNICÍPIO.

Art. 1º Fica o servidor público municipal abaixo relacionado autorizado a dirigir o veículo: ÔNIX RYA 9J65:

- TIAGO LEANDRO TAVARES, Auxiliar Administrativo/Almoxarifado, CPF n. 052.616.039-00, CNH n. 03427935443, Categoria AB;

Art. 2º O servidor desempenhará a função inerente ao seu cargo, e quando da necessidade, fica autorizado a dirigir o veículo acima mencionado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de janeiro de 2024.

GLÍCIA PAGNAN

Secretária Municipal de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 24/2023 - 2ºTA CONTRATO 37/2021**

Publicação N° 5507898

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0F054A670BAFBD4BF33D4E685FD3D276707F5BE2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 24/2023 – 2º ADITIVO AO CONTRATO N° 37/2021

CONTRATADA: DATATEM SOLUÇÕES LTDA.

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA DATATEM SOLUÇÕES LTDA. PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE CONEXÃO AS REDES DE DADOS, COM USO DA APN PRIVADA, COM CONEXÃO DIRETA, PARA ACOMPANHAMENTO ON LINE DOS NÍVEIS DE MEDIÇÃO DO RESERVATÓRIO E DO ACIONAMENTO A DISTANCIA DOS CONJUNTOS MOTO BOMBA.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DE 3,85% (TRÊS VÍRGULA, OITENTA E CINCO POR CENTO) AO VALOR O CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 29/12/2021.

VALOR TOTAL: R\$ 471,60 (QUATROCENTOS E SETENTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 01 DE JANEIRO DE 2024 E TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

DATA DE ASSINATURA: 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALISSON DA SILVA

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 25/2023 - 2ºTA CONTRATO 04/2022

Publicação N° 5507907

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B2A1A5E94DFF86215C9AB7994BCAFEDA38B2C729

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 25/2023 – 2º ADITIVO AO CONTRATO N° 04/2022

CONTRATADA: CONTATO INTERNET EIRELI

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA CONTATO INTERNET EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS VIA FIBRA ÓPTICA DE VELOCIDADE DE 250 MBPS DE DOWNLOAD, 125 MBPS DE UPLOAD E IP FIXO PARA SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DE 3,85% (TRÊS VÍRGULA, OITENTA E CINCO POR CENTO) AO VALOR O CONTRATO

FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 31/01/2022.

VALOR TOTAL: R\$ 2.111,64 (DOIS MIL, CENTO E ONZE REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 01 DE JANEIRO DE 2024 E TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

DATA DE ASSINATURA: 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALISSON DA SILVA
DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 26/2023 - 4ª CONTRATO 20/2020

Publicação Nº 5507935

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0685F54372DC947E16F0318E64D4C12AA68420CE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 26/2023 – 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020
CONTRATADA: VIGILÂNCIA RADAR LTDA

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA VIGILÂNCIA RADAR LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS DE ALARME E NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DE 3,85% (TRÊS VÍRGULA, OITENTA E CINCO POR CENTO) AO VALOR O CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 01/10/2020.

VALOR TOTAL: R\$ 1.896,24 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS)

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, COM INÍCIO EM 01 DE JANEIRO DE 2024 E TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

DATA DE ASSINATURA: 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALISSON DA SILVA
DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 27/2023 - 3ª CONTRATO 19/2021

Publicação Nº 5507971

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA8D64F368AE42D4E61D5E33FC7B37C16334D84C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 27/2023 – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2021
CONTRATADA: ALEXANDRE FELTRIN FERNANDES

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E O SR. ALEXANDRE FELTRIN FERNANDES, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NA DEFESA DOS INTERESSES DA RESPECTIVA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA EM TODOS OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS DE INTERESSE DO ÓRGÃO, INCLUSIVE, PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS E DIANTE DO PROCESSO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO.

OBJETO DO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 09/08/2021.

VALOR TOTAL: R\$ 3.100,00 (TRÊS MIL E CEM REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 30 (TRINTA) DIAS, COM INÍCIO EM 01 DE JANEIRO DE 2024 E TÉRMINO EM 31 DE JANEIRO DE 2024.

DATA DE ASSINATURA: 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

ALISSON DA SILVA
DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 – SEMED: FOOD TRUCKS PARA A EXPO EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA

Publicação Nº 5507835



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 – SEMED: FOOD TRUCKS PARA A EXPO EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PMC, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua 29 de Julho, nº 1786, Bairro Itaíba, Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, em exercício, Dóris Marcon, COMUNICA QUE, estarão abertas, de **16 de janeiro até 26 de janeiro de 2024**, as inscrições para o comércio de alimentos e bebidas exclusivamente do tipo “Food Trucks”, nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, local Parque de Exposições, durante a formação de professores do ano letivo 2024 para o Evento Expo Educação, Inovação e Cultura.

1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente edital, o chamamento de interessados para comercialização de comidas e bebidas exclusivamente do tipo “Food Trucks”, durante a formação do ano letivo 2024 para o Evento Expo Educação, Inovação e Cultura, que será realizado no Parque de Exposições, no Município de Concórdia nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, nos locais e horários especificados neste edital.

1.2. Poderão se inscrever os interessados que preencherem os requisitos constantes no item 2, deste edital.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar pessoas jurídicas que explorem venda e/ou comercializem gêneros alimentícios e bebidas, em veículos ambulantes especializados, conhecidos como “Food Trucks”.

2.2. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

2.3. A Prefeitura Municipal de Concórdia/SC, não se responsabilizará pela negociação de compra e venda dos produtos comercializados, bem como, por eventuais danos nos produtos ou possíveis furtos e/ou roubos. Cada credenciado é responsável pela guarda e montagem de seu espaço e produtos, bem como da limpeza no espaço ocupado e arredores antes, durante e após encerrado o evento, bem como a destinação correta do lixo e esgoto.

2.4. Os inscritos deverão obedecer a legislação sanitária vigente para a prestação de serviços de alimentação em eventos de massa RDC ANVISA N.656 de 24 de março de 2022, bem como demais legislações sanitárias pertinentes ao caso. Os participantes ficarão sujeitos a fiscalização sanitária a qualquer momento da realização dos eventos.



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

3. DOS LOCAIS E QUANTIDADE DE VAGAS

3.1. A Formação de abertura do ano letivo 2024, realizada no Parque de Exposições, na Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201, contemplando o comércio de gêneros alimentícios industrializados e lanches prontos. Serão disponibilizadas 4 vagas para comercialização de alimentos salgados, 4 vagas para alimentação doce e 1 vagas para bebidas não alcoólicas, conforme quadro a seguir:

SALGADOS: Hamburguer, Pão com Carne, Espetinho de carne, Pastel, Batata Frita, Cachorro Quente.	FOOD TRUCKS ESTABELECIDOS EM CONCÓRDIA/SC.	Até 02 (duas) vagas.
SALGADOS: Hamburguer, Pão com Carne, Espetinho de carne, Pastel, Batata Frita, Cachorro Quente	FOOD TRUCKS NÃO ESTABELECIDOS EM CONCÓRDIA/SC.	Até 02 (duas) vagas.
DOCES: Churros, Crepes, sobremesas	FOOD TRUCKS ESTABELECIDOS EM CONCÓRDIA/SC.	Até 02 (duas) vagas.
DOCES: Churros, Crepes, sobremesas	FOOD TRUCKS NÃO ESTABELECIDOS EM CONCÓRDIA/SC.	Até 02 (duas) vagas.
BEBIDAS sem álcool	FOOD TRUCKS ESTABELECIDOS EM CONCÓRDIA/SC.	01(uma) vaga.

3.2. No caso de as inscrições excederem o número total de vagas disponibilizadas, a seleção será realizada por ordem de entrega do pedido de chamamento, concedendo as vagas aos primeiros que entregarem a documentação completa e em conformidade.

3.3. Não tendo preenchido as vagas dos “Food Trucks não estabelecidos em Concórdia”, as mesmas serão destinadas aos “Food Trucks estabelecidos em Concórdia”.

3.4. Os Food Trucks deverão estar devidamente instalados e prontos para a comercialização dos produtos nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, das 8h às 20h.



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

3.5 As empresas deverão estar devidamente instalados e prontos com (MESAS E CADEIRAS PARA CONSUMO) para a comercialização dos produtos nos horários de início previstos no item 3.3.

4. DO LOCAL, PRAZO E DOCUMENTOS DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições são gratuitas e serão realizadas **no período de: 16 de janeiro a 26 de janeiro de 2024.**

4.1.1. Junto ao Protocolo Geral, situado no 1º piso da Prefeitura Municipal de Concórdia, sito a Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, das 7h00 às 13h00. Em caso de dúvidas, entrar em contato através dos fones (49) 3441-2136.

4.2 Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 4.1 deste edital, salvo prorrogação deste.

4.3. Para solicitar a inscrição, os interessados deverão apresentar a documentação abaixo elencada:

- a) **FICHA DE INSCRIÇÃO** (Anexo I): Preenchida e assinada pelo responsável.
- b) **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO**: Documento pessoal com foto;
- c) **COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA**: da sede da pessoa jurídica estabelecida no município que pode ser através da apresentação talão de água, de luz, alvará de funcionamento ou de outro documento hábil para tal finalidade;
- d) **CARTÃO CNPJ**;
- e) **ASO**

4.4. Para envio da documentação deverá ser observado:

4.4.1. Os documentos em que há necessidade de assinatura deverão estar digitalizados com assinatura do responsável;

4.4.2. Os demais documentos solicitados deverão estar anexados “digitalizados com rubrica em todas as páginas”.

4.4.3. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos relacionados aos arquivos e/ou página de internet disponibilizada pelo interessado.

4.3.2. A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por arquivos não recebidos, danificados, corrompidos ou qualquer outra situação em que não seja possível realizar a execução/abertura do mesmo. O proponente deverá entrar em contato com a SEMED para confirmar o recebimento, através do telefone 49 3030-0222.



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

5. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS INSCRITOS

5.1. Dia 29 de janeiro de 2024, será divulgada a lista dos inscritos aptos, nos mesmos locais de publicação, não cabendo recurso.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

6.1. A instalação dos food trucks deverá ser feita em local indicado por servidor designado nas datas estabelecidas neste edital.

6.2. Deverão obrigatoriamente observar os horários de instalação e comercialização dos produtos nas datas e horários estabelecidos no item 3.3 deste edital.

6.3. É expressamente proibido o uso de GLP, em locais não autorizados e especificados no projeto de prevenção contra incêndio.

6.4. As instalações dos *food trucks* são de responsabilidade do credenciado, bem como o cabeamento para conexão do food Truck na rede de energia elétrica.

6.5. Deverão possuir disjuntor geral de proteção contra sobre carga, curto-circuito, em *food truck*, para ligação do ramal oriundo do quadro de comando.

6.6. A infraestrutura elétrica interna é de responsabilidade da empresa expositora (bem como disjuntores, cabos, dispositivos IDR de proteção contra choque elétrico).

6.7. Quando houver cargas maiores, toda a infraestrutura para ligação na rede de distribuição da concessionária deverá ser fornecida pela credenciado (sendo esse também responsável pelos trâmites na CELESC). Quando de cargas menores, serão disponibilizados caixas, cabos PP e quadros com disjuntores em postes específicos para que, a partir dessas, o eletricitista contratado pela empresa possa fazer a ligação na rede do parque/rede de distribuição.

6.8. A empresa deverá fornecer a potência elétrica de cada equipamento que demandará utilização do seu Food Truck, anexando está relação ao demais documentos que deverão ser fornecidos.

6.9. Cadê aos comerciantes a montagem, a decoração e/ou atrativos do seu espaço/carro, bem como a limpeza no espalho e arredores, além da responsabilização por possíveis danos causados na estrutura do local.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O ato de inscrição implica a aceitação e concordância integral das normas especificadas neste Edital.



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

7.2. O chamamento será processado, por seleção dos inscritos, aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as condições estabelecidas neste Edital, nos Termos Ficha de Inscrição (Anexo “I”) e Termo de Ciência – Instalações Elétricas e Lisa de Carga Elétrica (Anexo “II”).

7.3. As dúvidas decorrentes deste Edital e ou pedidos de informações poderão ser feitos na Secretaria Municipal de Educação.

7.4. Os casos omissos, não previstos no presente EDITAL, serão encaminhados à análise e deliberação da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo evento, no qual irá basear suas decisões segundo as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública.

8. DO ANEXO AO EDITAL

8.1. Integra o presente Edital, os seguintes anexos: ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO e ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA – Instalações Elétricas e Lista de Cargas Elétricas Formulário para utilização de Infraestrutura.

8.2. Este Edital estará disponível para acesso ao Portal do Cidadão Concórdia, no link concordia.atende.net/cidado, aba Diversos, em Editais – Chamamento – 2024 – PMC.

Concórdia, 11 de janeiro de 2024.

Doris Marcon
Secretária Municipal de Educação, em exercício.



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____

CNPJ: _____

ALVARÁ: _____

E-MAIL: _____

NOME DO RESPONSÁVEL: _____

CPF: _____

ASO Nº: _____

TELEFONE: _____

PRODUTOS COMERCIALIZADOS: _____

Declaro estar ciente dos termos e normas do Edital de Credenciamento nº 01/2024 – PMC e assumo o compromisso de participar dos eventos escolhidos nesta Ficha, seguindo rigorosamente as normas estabelecidas no referido edital

Concórdia, ____ de ____ de 2024.

ASSINATURA



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

ANEXO II – Termo de Ciência – Instalações Elétricas, Lista de Cargas Elétricas Formulário para utilização de Infraestrutura

Evento: FOOD TRUCKS PARA A EXPOEDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA

Empresa: _____

Data: ____/____/____

1 - Meio de ligação entre o local a ser instalado e o ponto de energia elétrica disponibilizado:

- ☐ Extensão com plug macho 2P+T (padrão NBR 14136) - Tomada monofásica (1 fase + neutro);
- ☐ Extensão com plug macho 3P+T industrial - Tomada trifásica (3 fases + neutro);
- ☐ Extensão ligada direto no disjuntor disponibilizado - Tomada trifásica (3 fases + neutro);

2 - Seção do condutor utilizado (exemplo: 4 cabos com seção de 2,5 mm² cada). É uma extensão simples?

R: _____

3.1 - Perguntas **exclusivas** para foodtrucks, carros de exposições gerais (salvo stands):

Há disjuntor de proteção para as instalações elétrica provisórias? () – Se sim, qual a capacidade?

R: _____

3.2 - Há dispositivo de Diferencial Residual – DR para proteção contra choques elétricos no circuito de tomadas?

R: _____

3.3 - Há aterramento da estrutura metálica (chassi) e demais partes metálicas pertinentes?

R: _____

Lista de Cargas Elétricas a serem instaladas

Descrição do Equipamento	Tensão de Operação (Volts)	Potência do Equipamento (Watts)	Observações



Prefeitura Municipal de Concórdia

Secretaria Municipal de Educação

Rua 29 de Julho, 1786 - Concórdia SC - CEP 89700-073
Fone: (49) 3030-0222 - e-mail: semed@concordia.sc.gov.br

Observações importantes:

- Para food trucks, carros de exposições, sistema de som e instalações elétricas do palco é recomendado a utilização de disjuntores e dispositivos DR para circuitos de tomadas.
- Para extensões simples, a partir dos pontos de tomadas fornecidos pela municipalidade, são recomendados cabos chamados PP (Exemplo: Cabo PP 3x2,5 mm²) com “plug” macho para tomadas 2P+T. Em situações específicas, com eletricista habilitado e existência de disjuntores internos gerais, poderá ser ligadas as extensões nos terminais dos disjuntores existentes nas caixas de comando do parque.
- Durante os eventos, food trucks, carros de exposições, sistema de som e instalações elétricas do palco os responsáveis da empresa deverão ter as ART's pedidas no termo assinadas, caso haja vistoria do CREA/SC.
- Todo e qualquer adequação elétrica (interna e de extensões para interligação à infraestrutura elétrica do parque de exposições) é de responsabilidade da empresa.

Assinatura do Responsável da Empresa

Data: ____/____/____

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 – SEMED – STANDS S/ ESTRUTURA PARA A EXPO EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA

Publicação Nº 5507828

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 – SEMED –
STANDS S/ ESTRUTURA PARA A EXPO EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E CULTURA

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PMC, pessoa jurídica de direito público, situado à Rua 29 de Julho, nº 1786, Bairro Itaíba, Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, em exercício, Dóris Marcon, COMUNICA QUE, estarão abertas, de 16 de janeiro até 26 de janeiro de 2024, as inscrições para empresas interessadas na exposição no evento Expo Educação, Inovação e Cultura, a ser realizado nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, no Parque de Exposições, localizado na Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201.

Serão disponibilizados 08 (oito) espaços para os seguintes ramos de atuação:

- a) Tecnologia;
- b) Livraria;
- c) Editora;
- d) Cafeteria;
- e) Instituições de Ensino.

1. OBJETO:

1.1. Constitui o objeto do presente edital, o chamamento de interessados para exposição no evento Expo Educação, Inovação e Cultura, que será realizado no Parque de Exposições, no Município de Concórdia nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, nos locais e horários especificados neste edital.

1.2. Poderão se inscrever os interessados que preencherem os requisitos constantes no item 2, deste edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1 Poderão participar empresas dos seguintes ramos de atuação: Tecnologia, livraria, editora, cafeteria, instituições de Ensino.

2.2. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinam o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3. DOS LOCAIS E QUANTIDADE DE VAGAS:

3.1. A Formação de abertura do ano letivo 2024, realizada no Parque de Exposições, na Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201, serão disponibilizados 8 espaços de aproximadamente 3 à 4 metros cada.

3.2. No caso de as inscrições excederem o número total de vagas disponibilizadas, a seleção será realizada por ordem de entrega do pedido de chamamento, concedendo as vagas aos primeiros que entregarem a documentação completa e em conformidade.

3.3. As empresas deverão estar devidamente instaladas e prontas para a exposição nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, das 8h às 20h.

4. DO LOCAL, PRAZO E DOCUMENTOS DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período de: 16 a 26 de janeiro de 2024.

4.1.1. Junto ao Protocolo Geral, situado no 1º piso da Prefeitura Municipal de Concórdia, sito a Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, das 7h00 às 13h00. Em caso de dúvidas, entrar em contato através dos fones (49) 3441-2136.

4.2 Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 4.1 deste edital, salvo prorrogação deste.

4.3. Para solicitar a inscrição, os interessados deverão apresentar a documentação abaixo elencada:

- a) FICHA DE INSCRIÇÃO (Anexo I): Preenchida e assinada pelo responsável.
- b) DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: Documento pessoal com foto;
- c) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: da sede da pessoa jurídica estabelecida no município que pode ser através da apresentação talão de água, de luz, alvará de funcionamento ou de outro documento hábil para tal finalidade;
- d) CARTÃO CNPJ;
- e) ASO

4.4. Para envio da documentação deverá ser observado:

4.4.1. Os documentos em que há necessidade de assinatura deverão estar digitalizados com assinatura do responsável;

4.4.2. Os demais documentos solicitados deverão estar anexados "digitalizados com rubrica em todas as páginas".

4.4.3. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por eventuais problemas técnicos relacionados aos arquivos e/ou página de internet disponibilizada pelo interessado.

4.3.2. A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por arquivos não recebidos, danificados, corrompidos ou qualquer outra situação em que não seja possível realizar a execução/abertura do mesmo. O proponente deverá entrar em contato com a SEMED para confirmar o recebimento, através do telefone 49 3030-0222.

5. DO USO DE ESPAÇO PÚBLICO:

5.1 Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Termo de Permissão de Uso de Espaço Público" (Anexo I deste Edital), a ser firmado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação e pelo credenciado, onde serão estabelecidas as condições para prestação dos serviços.

5.2 O prazo de vigência será para o período de realização do evento que ocorrerá no período de 06 e 07 de fevereiro de 2024.

5.3 Os espaços (sem estrutura) serão dispostos, conforme Anexo IV, deste edital, no Parque de Exposições, localizado na Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201, Concórdia – SC no Hall de entrada e do lado externo direito da Arena do Centro de Eventos.

5.4 A organização dos espaços deverá acontecer no dia 02 e 05 de fevereiro de 2024.

5.5. Cada expositor terá disponível um espaço com dimensões de aproximadamente 03 a 04 metros, sem estrutura.

6. DA ESCOLHA DOS ESPAÇOS:

6.1 A definição dos espaços de cada expositor será realizada por sorteio entre os oito credenciados no dia 2 de fevereiro de 2024, no Parque de Exposições, no Hall de entrada da Arena do Centro de Eventos, no seguinte endereço Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201, às 9h.

7. DOS RESULTADOS E RECURSOS:

7.1 Lista dos credenciados será publicada no site da Prefeitura Municipal de Concórdia (concordia.atende.net), sub portal Editais, no mesmo local de disposição deste Edital, no dia 29/01/2024.

7.2 Não serão aceitos recursos.

8. DEMAIS CONSIDERAÇÕES A SEREM OBSERVADAS:

8.1 A Comissão Organizadora do evento é isenta de qualquer responsabilidade (furtos, condições adversas do tempo) sob o material exposto durante qualquer período de exposição.

8.2 Cópia deste Edital e seus anexos, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Educação, Rua 29 de Julho, 1.786, Bairro Itaíba, no horário das: 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do telefone nº 49 3030.0222, R. 208 ou R. 227, ou e-mail fernanda.klein@concordia.sc.gov.br, rosane@concordia.sc.gov.br.

10. DOS ANEXOS DO EDITAL

10.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO;
- b) ANEXO II - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2024.

DORIS MARCON

Secretária Municipal de Educação, em exercício.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 02/2024 - PMC

ANEXO I

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO

Nº /2024

Pelo presente Termo de Permissão de Uso de Espaço Público, de um lado o Município de Concórdia, através da Secretaria Municipal de Educação, sito na Rua 29 de Julho, 1.786, Bairro Itaíba, doravante denominada PERMITENTE, neste ato representada pela sua Secretária Municipal, Gládis Regina Bizolo dos Santos, e, de outro lado, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº, com sede na rua, nº, na cidade de, neste ato representada pelo(a) Senhor (a) doravante denominada PERMISSIONÁRIA, têm entre si, justo e contratado, cláusulas e condições que obrigam a cumprir e respeitar a qualquer título, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA terá o direito de, nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2024, instalar-se nas dependências do Parque de Exposições, no Hall de entrada da Arena do Centro de Eventos, no seguinte endereço Rua Victor Sopelsa, nº 847-1201, Concórdia SC, em local previamente indicado pela PERMITENTE.

Parágrafo Único – A PERMISSIONÁRIA durante o prazo da realização desta Expoeducação (06 e 07 de fevereiro de 2024) poderá expor e comercializar.

CLÁUSULA SEGUNDA

§ 1º - Todo o processo de comercialização é de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, bem como a apresentação do espaço (organização e montagem/desmontagem).

§ 2º - A PERMISSIONÁRIA deverá providenciar a montagem e organização de seus espaços com antecedência necessária ao horário de abertura da Expoeducação, que será às 8h do dia 06 de fevereiro de 2024. Parque de Exposições, no Hall de entrada da Arena do Centro de Eventos, estará disponível para montagem e organização de seus espaços a partir das 9h do dia 05 de fevereiro de 2024, mediante contato prévio feito com os organizadores do evento para indicar o local e acompanhar o processo de montagem.

§ 3º - Findo o evento a PERMISSIONÁRIA deverá imediatamente proceder à desmontagem do seu espaço, deixando o espaço que foi permitido o uso nos exatos termos em que foi recebido, sob pena da Administração Municipal proceder ao recolhimento dos bens que estiverem no ambiente.

§ 4º - O horário final de desmontagem será até às 18h do dia 07 de fevereiro de 2024, mediante contato prévio feito com os organizadores da Expoeducação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente permissão de uso dar-se-á de forma gratuita entre PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento terá vigência durante os dias 06 e 07 de fevereiro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA

Constituem motivo para rescisão do presente contrato, independente da notificação e/ou interpelação judicial ou extrajudicial a circunstância de incorrer a contratada em qualquer modalidade de culpa no exercício do uso da permissão, além de prestação de atendimento de forma precária, como o descumprimento de qualquer dos termos ora pactuados, salvo os motivos de força maior e caso fortuito que vierem a impedir a consecução das atividades previstas contratualmente.

Parágrafo Único - Incorrendo a PERMISSONÁRIA em qualquer modalidade de culpa no exercício dos serviços especializados ora contratados, a esta caberá integralmente e de forma exclusiva a responsabilidade pelo pagamento de eventuais indenizações.

CLÁUSULA SEXTA

A PERMISSONÁRIA será a responsável pelo recolhimento de qualquer tributo, taxa ou ônus relativos à exploração e comercialização, inclusive com relação a seus propositos e empregados, não implicando a presente permissão no reconhecimento de vínculo empregatício entre PERMITENTE e PERMISSONÁRIA.

CLÁUSULA SÉTIMA

Faz parte deste Termo, declarando ambas as partes que são de seu conhecimento, as disposições contidas no Edital de Credenciamento nº 02/2024 - PMC e as declarações contidas no formulário de inscrição, assim como, ao que consta no respectivo procedimento de inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA OITAVA

A PERMISSONÁRIA obriga-se a manter em dia as mesmas condições e exigências contidas para as inscrições e credenciamentos, sob pena de rescisão do termo.

CLÁUSULA NONA

O foro para dirimir qualquer dúvida resultante do presente contrato é o da Comarca de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Concórdia, _____ de _____ de 2024.

GLÁDIS REGINA BIZOLO DOS SANTOS

Secretária Municipal de Educação

PERMITENTE

(REPRESENTANTE LEGAL DA PERMISSONÁRIA)

PERMISSONÁRIA

Testemunhas:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024 - PMC ANEXO II

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Requerente:

CNPJ: Fone:

Endereço:

Representante Legal:

CPF:

Identifique o setor:

f) Tecnologia;

g) Livrarias;
h) Editora;
i) Café;
j) Instituições de Ensino.

Concórdia, / /2024.

Assinatura do Requerente

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 158/2023 - PMC

Publicação Nº 5508046

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 96D5D7F39A29AD8CFD8187F2E7EBC0615E721052

Contrato Nº : 158/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 158/2023

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SAAY S SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2023

Objeto : contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para realização de impermeabilização das camadas do Aterro Sanitário de Concórdia, localizado em Linha Picadão, na Comunidade de Lageado Crescêncio, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 03/01/2024 Término: 25/02/2024

Assinatura : 02/01/2024

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: ANDRESSA ZANELLA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 5/2023 - PMC

Publicação Nº 5508042

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2D00C7939280B67A8B6EA2AA55BE52296524F73F

Contrato Nº : 5/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 5/2023

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GRAPHO PRODUTOS E SERVIÇOS EM COMPUTAÇÃO LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 54/2022

Objeto : aquisição de licenças de uso de software Autodesk Architecture Engineering Construction Collection, AutoCAD Revit LT 2023 e Sketchup (Trimble), incluindo a instalação, atualização e auxílio técnico para eventuais dúvidas ou problemas relacionados aos softwares, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 10/01/2024 Término: 09/01/2025

Assinatura : 09/01/2024

Valor R\$: 64.450,00 (Sessenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 366 - 34.001.2003.3339040010000000000.150070000001 - Locação de equipamentos e softwares

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS JOSE KLEIN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 88/2023 - FMS

Publicação Nº 5510771

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EB76A2896C34D1AE568E29F5919579CAA929D85B

Contrato Nº : 88/2023

Aditivo Nº : 1TA Ctr 88/2023

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : GAM ULTRASSONOGRAFIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

Licitação : Inexigibilidade 37/2023

Objeto : Contratação de prestadores de serviços de saúde para consultas especializadas, procedimentos e exames, nos termos do edital de

Credenciamento 01/2023 - FMS.
Vigência : Início: 10/01/2024 Término: 30/11/2024
Assinatura : 10/01/2024

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: PRISCILA GERHARDT DE ARAUJO

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 78/2023 - PMC

Publicação Nº 5510752

Contrato Nº : 78/2023
Aditivo Nº : 3AP Ctr 78/2023
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GRUPO CHICATTO DE TERCEIRIZAÇÃO LTDA
Licitação : Pregão Presencial 10/2023

Objeto : prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra capacitada de auxiliar administrativo para 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia, conforme ofício 08/2023 - Recurso do Programa de Cooperação Técnica e Financeira (2019TN000784) conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 08/01/2024 Término: 09/04/2024

Assinatura : 08/01/2024

Valor R\$: 49.560,00 (Quarenta e Nove Mil e Quinhentos e Sessenta Reais)

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339039790000000000.175270050000 - Serviços apoio administrativo, técnico e operacional

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 1/2021 - FMS

Publicação Nº 5510767

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE39A8AB932BEA4AECF5E4B3DDC2111877184306

Contrato Nº : 1/2021
Aditivo Nº : 4TA Ctr 01/2021
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA
Licitação : Pregão Eletrônico 33/2020

Objeto : Aquisição de gás oxigênio medicinal para pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, com consignação dos cilindros, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/01/2024 Término: 11/01/2025

Assinatura : 08/01/2024

Valor R\$: 94.138,75 (Noventa e Quatro Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos)

Dotação : 224 - 13.001.2103.3339030040000000000.150010020000 - Gás engarrafado

Fiscal Técnico-Administrativo: OLIMPIA MARGARIDA TAFFAREL JULIAN

Fiscal Técnico-Administrativo: SELOI MARIA NOGUEIRA FELISBERTO

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 207/2023 - PMC

Publicação Nº 5510753

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 37EB7F465A0C9CAE55CF8A06B8B9FE041E2B934C

Contrato Nº : 207/2023
Aditivo Nº : 5TA Ctr 207/2023
Tipo Aditivo : Prazo/Valor
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SCW CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 9/2023

Objeto : contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), para execução de preventivo de incêndio, elétrico e cabeamento estruturado da nova arquibancada, reforma e adequação de acessibilidade do pátio de acesso do Estádio Municipal Domingos Machado de Lima, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 06/05/2024 Término: 05/06/2024

Assinatura : 10/01/2024
Valor Acrescido: R\$ 9.219,75 (Nove Mil, Duzentos e Dezenove Reais e Setenta e Cinco Centavos)

Dotação : 353 - 34.001.1009.3449051980000000000.150070000001 - Obras contratadas

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: SIMONE DARTORA SOSTER

Fiscal Técnico: MARCELO GUSTAVO FRANZOI

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 49/2023 - PMC

Publicação Nº 5508044

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D00A86B078A914229EB8D1ECEAD53708FE509738

Contrato Nº : 49/2023
Aditivo Nº : 5TA Ctr 49/2023
Tipo Aditivo : Normal / Acréscimo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CONTESTADO RESIDUOS LTDA
Licitação : Concorrência para Contratação de Serviços 15/2022
Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos gerados neste Município, de acordo com o Projeto Básico.
Vigência : Início: 05/01/2024 Término: 29/02/2024
Assinatura : 05/01/2024
Valor Acrescido : R\$ 13.489,26 (Treze Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos)

Dotação : 123 - 08.001.2030.3339039280000000000.150070000001 - Coleta de lixo e demais resíduos

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Técnico-Administrativo: FABIELE MAIER DUARTE

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 169/2022 - PMC

Publicação Nº 5510748

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 82914D33448CAEAAA2634CCB5ECA4CBA9CC277F4

Contrato Nº : 169/2022
Aditivo Nº : 6TA Ctr 169/2022
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2022
Objeto : contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), visando a implantação de uma rede de distribuição de energia elétrica, de modo a possibilitar a eletrificação da terceira etapa do Loteamento Industrial, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 30/01/2024 Término: 30/03/2024
Assinatura : 05/01/2024

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 8º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 244/2019 - PMC

Publicação Nº 5510751

Contrato Nº : 244/2019
Aditivo Nº : 8AP Ctr 244/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GRUPO LIMA TECNOLOGIA EM SEGURANÇA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 110/2019

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e vigilância desarmada, em atendimento as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 08/01/2024 Término: 09/02/2024

Assinatura : 08/01/2024

Valor R\$: 279,59 (Duzentos e Setenta e Nove Reais e Cinquenta e Nove Centavos)

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339039770000000000.175270050000 - Vigilância ostensiva/monitorada

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA KASPARY BOFF

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO AMAUC Nº 01/2024 - PMC

Publicação Nº 5510755

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9829294E658FA714CD02538A7F66D80097228DA3

Contrato Nº : RATEIO 01/2024

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUGUAI CATAR.

Licitação :

Objeto : Fixa a despesa e estima a receita da Amauc para o exercício de 2024 e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado.

Vigência : Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura : 01/01/2024

Valor R\$: 608.172,00 (Seiscentos e Oito Mil e Cento e Setenta e Dois Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO AMAUC Nº 02/2024 - PMC

Publicação Nº 5510757

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DE8089894A7C4C898084752958C3E5536242F2A0

Contrato Nº : RATEIO 02/2024

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUGUAI CATAR.

Licitação :

Objeto : Prestação dos serviços por parte da Amauc para a realização de capacitação e assessorias contratadas a serem disponibilizados aos municípios preferencialmente nas áreas de Educação, Nutrição, Assistência Social e Cultura.

Vigência : Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura : 01/01/2024

Valor R\$: 20.800,00 (Vinte Mil e Oitocentos Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO DE RATEIO CIS Nº 01/2024 - PMC

Publicação Nº 5510760

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BC9DEF2BE22015FE0C6DE23CF17F57E6B7440AD4

Contrato Nº : RAT 01/2024

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Licitação :

Objeto : Fixa a despesa e estima a receita do Consórcio Lambari para o Exercício de 2024, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, na forma e condições previstas.

Vigência : Início: 01/01/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura : 01/01/2024

Valor R\$: 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CINCATARINA Nº 01/2024 - PMC

Publicação Nº 5510765

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 752241FEEA8DDE5284843A6E1B735109D2F9319C

Contrato Nº : Ctr Inter ADM 01/2024

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

Licitação :

Objeto : Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO.

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/12/2024

Assinatura : 02/01/2024

Valor R\$: 158.952,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil e Novecentos e Cinquenta e Dois Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO - CONCORRÊNCIA Nº 5/2023 – PMC

Publicação Nº 5508013

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 5/2023 – PMC**

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, classificados como IIA e IIB, provenientes de podas de árvores e de resíduos volumosos em áreas, vias e logradouros públicos no perímetro urbano do Município de Concórdia.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 11/1/2024, o recurso administrativo interposto pela empresa **CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA** foi julgado **PROCEDENTE**. Desta forma, altera-se o resultado divulgado na sessão do dia 13 de dezembro de 2023, restando as empresas **CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA** e **PAMPA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI**, *inabilitadas*.

Em razão da inabilitação das licitantes, fica concedido o prazo de 8 (oito) dias úteis, para reapresentação de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua inabilitação, os quais deverão ser protocolizados até às **08 horas** do dia **24 de janeiro de 2024**, devendo os documentos serem protocolados, em envelope fechado, no setor de protocolo geral. Ficam as licitantes desde já convocadas para a sessão de abertura dos envelopes, a qual se dará na mesma data, 24 de janeiro de 2024, no horário das 08h30min, na sala de licitações, sendo dado prosseguimento aos demais atos da sessão.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2024.

JACIELE TOCHETTO

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

PORTARIA 012/2024

Publicação Nº 5509077

PORTARIA Nº 012/2024

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor municipal MADIAN ROMAN, ocupante do cargo de Procurador do Município, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/10/2021 a 30/09/2022, que serão gozadas a partir do dia 15/01/2024.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 11 de janeiro de 2024.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2024

Publicação Nº 5510749

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 01/2024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C50AF270152547DBA3DFE7A55B507298382E4258

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2024

Contratado: CONSÓRCIO DE INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA (CIGA).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pela CONTRATADA, aos Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – CIGA DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);
2. Tributária: Gestão do Simples Nacional – CIGA SIMPLES: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples de Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;
3. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;
4. Sistema de Processo Eletrônico Administrativo – e-CIGA: Constitui-se de um sistema fornecido como serviço, on-line, que permite ao ente e seus usuários o cadastro de documentos avulsos ou organizados em processos eletrônicos. Colabora na gestão dos documentos, de forma a garantir integridade da informação. Os documentos podem ser assinados com certificado digital de cadeia própria ou certificados da cadeia ICP-Brasil conforme Lei 14.063/2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos. O sistema pode ser parametrizado em caixas individuais ou setoriais (compartilhada) personalizado pelo contratante, proporcionando a tramitação de documentos ou processos entre setores ou usuários. Dispõe de controle de classificação documental e sua numeração administrado pelo contratante.

Valor: R\$ 19.114,08 (dezenove mil, cento e quatorze reais e oito centavos)

Vigência: 31/12/2024.

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.499/2024

Publicação Nº 5507434

PORTARIA Nº 10.499/2024

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 118 E 119/2023.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela fiscalização e execução DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 118 E 119/2023, a senhora CLARICE JUDACEFSKI, matrícula funcional nº 2302-7, ocupante do cargo de Professor III, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto consiste NO REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA, FOSSAS E CAIXAS DE GORDURAS, HIDROJATEAMENTO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E DEMAIS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de janeiro de 2023.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

JONEY CÍCERO MOROZINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLARICE JUDACEFSKI
FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 10.500/2024

Publicação Nº 5507435

PORTARIA Nº 10.500/2024

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001, 002, 003, 004 E 005/2024.

CLAUDIO FINTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das Atas de Registro de Preços nº 001, 002, 003, 004 E 005/2024, o senhor WALDIR KRISANSKI JUNIOR, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de almoxarife, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cujo o objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE "MATERIAIS DE EXPEDIENTE E MATERIAIS ESCOLARES" PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
10 de janeiro de 2024.

CLAUDIO FINTA
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

WILSON JEAN GESSNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE INFRAESTRUTURA

WALDIR KRISANSKI JUNIOR
FISCAL DE CONTRATO

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 022, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509021

DECRETO Nº 022, de 11 de janeiro de 2024.
INSTITUI A TABELA DE ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas no Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei nº 1.619, de 26 de Novembro de 1992;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 081, de 12 de março de 2021, que alterou a unidade fiscal de referência Municipal - UFRM;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a TABELA DE ATOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE, no município de Cunha Porã, conforme especificado:

I- Alvará Sanitário Anual
Cobrado de acordo com o Sistema Tributário Municipal

II- Multa por renovação de Alvará Sanitário fora do prazo R\$ 298,95

III- Vistoria a pedido do interessado
a) De Natureza Simples R\$ 239,15
b) De Natureza Complexa R\$ 478,33

IV- Certidão de qualquer natureza R\$ 23,54

V- Alvará Sanitário para Habitação e obras
a) Unidade habitacional de madeira:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80 m2	R\$ 29,86
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 58,50
Acima de 120 m2	R\$ 89,67

b) Unidade habitacional mista:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80 m2	R\$ 58,50
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 89,67
Acima de 120 m2	R\$ 119,56

c) Unidade Habitacional de alvenaria:

Até 40 m2	ISENTO
De 41 m2 a 80m2	R\$ 89,67
De 81 m2 a 120 m2	R\$ 119,56
Acima de 120 m2	R\$ 149,46

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 11 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

DECRETO Nº021, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509006

DECRETO Nº 021, de 11 de janeiro de 2024.
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA UFRM – UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MUNICIPAL.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 17, de 21 de Dezembro de 2004;

CONSIDERANDO a variação do Índice Geral de Preços para o Mercado – INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE, registrado para o ano de 2023 no valor de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento);

DECRETA:

Art. 1º. Fixa a UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2024 em R\$ 5,96 (cinco reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será utilizada na apuração dos débitos e créditos fiscais de qualquer natureza e quaisquer outros valores referidos na legislação tributária municipal, expressos em UFIR e, em todas as disposições tributárias que venham a ser criadas ou alteradas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 11 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

DECRETO Nº023, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509033

DECRETO Nº 023, de 11 de janeiro de 2024.

FIXA OS PREÇOS PÚBLICOS PARA SERVIÇOS COM EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, VALORES PARA COBRANÇA DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO, E VALORES PARA ITBI RURAL.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96, VII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 17/2004 e a Lei Complementar 10/1998;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 081, de 12 de março de 2021, que alterou a unidade fiscal de referência Municipal - UFRM;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados os valores atribuídos a serviços prestados com equipamentos da Administração Pública do município de Cunha Porã, conforme segue:

SERVIÇOS PRESTADOS	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Motoniveladora (Patrola)	Hora/Serviço	313,76
Rolo Compactador	Hora/Serviço	170,96
Escavadeira Hidráulica	Hora/Serviço	229,36
Trator de Pneus Simples 685	Hora/Serviço	97,39
Trator de Pneus Traçado	Hora/Serviço	121,46
Retroescavadeira	Hora/Serviço	121,46
Caminhão Caçamba	Carga de Terra	60,72
Caminhão Caçamba	Hora/Serviço	157,55
Tubo de Concreto 0,30cm	Unidade	43,11
Tubo de Concreto 0,40cm	Unidade	52,07
Tubo de Concreto 0,60cm	Unidade	99,14
Fotocópia	Unidade	0,71
Certidões / Declarações / Atestados / Negativas e outras semelhantes	Unidade	23,54

Art. 2º. Ficam fixados os valores do metro quadrado para Licença de Construção, conforme segue:

Alvenaria	R\$ 3,51
Mista	R\$ 2,32
Madeira	R\$ 1,72

Art. 3º. Ficam fixados os valores do metro quadrado para Taxa de Habite-se, conforme segue:

Alvenaria	R\$ 1,72
Mista	R\$ 1,13

Madeira R\$ 0,83

Art. 4º. Os valores venais por hectare de imóveis rurais observarão os valores definidos na tabela da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Art. 5º. Ficam fixados os valores das benfeitorias de imóveis rurais, conforme segue:

Galpão de Fumo	R\$ 64,86	m²
Galpão de Madeira Bruta	R\$ 104,14	m²
Casa de Madeira Bruta	R\$ 208,06	m²
Casa de Alvenaria	R\$ 311,64	m²

Art. 6º. As entidades associativas, escolas e demais entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, devidamente constituídas, atendida a conveniência da Administração Municipal, e com autorização única do Chefe do Executivo Municipal, ficam isentas do pagamento dos serviços a que se refere o presente decreto.

Art. 7º. Excluem-se deste decreto, os preços estabelecidos em programas especificamente criados, que se regerão pelo seu próprio regulamento.

Art. 8º. Os serviços de que trata o presente decreto, somente serão concedidos mediante o pagamento antecipado e apresentação do recibo de pagamento.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete da Prefeita, 11 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

PORTARIA N° 029, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508760

PORTARIANº 029, de 11 de janeiro de 2024.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL CLEVERTON ANDRÉ HANEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 10 (dez) dias, a partir de 11 de janeiro de 2024 a 20 de janeiro de 2024 ao servidor Municipal CLEVERTON ANDRÉ HANEL, matrícula nº 44210-02, ocupante do cargo de Diretor de Tecnologia em Informação, referente ao período aquisitivo de 01/11/2022 a 31/10/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 11 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N°030, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508770

PORTARIANº 030, de 11 de janeiro de 2024.

CONCEDE ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL ARIEL JOSÉ HENN.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER 1/3 (um terço) das férias em Abono Pecuniário do servidor Municipal ARIEL JOSÉ HENN, matrícula nº 39110-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Secretaria Desenvolvimento Econômico e Turismo, referente ao período aquisitivo de 04/01/2022 a 03/01/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 11 de janeiro de 2024.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Curitibanos

PREFEITURA

NORMATIVA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 53/2023

Publicação Nº 5507325

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NORMATIVA Nº01/2024

Dispõe sobre o Plano Anual de Atividades em Credenciamento contratadas pela secretaria de saúde.

APRESENTAÇÃO

A presente normativa foi elaborada com o objetivo de preservar o adequado cumprimento das normas e dos parâmetros regulamentadores do Sistema Único de Saúde/SUS, fundamentais para o alcance finalístico de suas proposições. Destina-se ainda, como instrumento orientador aos Prestadores de serviços na secretaria de saúde, na busca da qualidade e da propriedade da gestão, efetivadas pelos integrantes de todos os níveis de execução do SUS, na assistência à saúde, na aplicação dos recursos, gestão e gerência.

INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Auditoria - SNA, instituído pelo art. 6º da Lei 8.689, de 27 de julho de 1993 e regulamentado pelo Decreto 1651, de 28 de setembro de 1995, desdobra-se nos três níveis de gestão que compõem o SUS - Federal, Estadual e Municipal. Ele se reveste das atividades de auditoria, suplementando outras instâncias de controle e subsidiando o processo de planejamento das ações de sua execução, gerência técnica e avaliação qualitativa dos resultados obtidos. Nesta perspectiva, situa-se a elaboração deste documento de orientação, observando aspectos gerais e conceituais de controle, bem como o conjunto de ações técnicas e administrativas que compõem esta atividade. Tendo como objetivo maior a obtenção da qualidade das ações e serviços prestados no campo da saúde, a ação de auditoria se caracteriza em atividades de verificação analítica e operativa, consistindo no exame sistemático e independente de uma atividade, elemento ou sistema, para determinar se as ações de saúde e seus resultados, estão de acordo com as disposições planejadas e com as normas e legislação vigentes.

Resolve

Art. 1º Fica instituído, prazo para entrega de relatórios de produção sendo até dia 10 (dez) de cada mês. Sendo que os mesmos devem vir com os dados completos dos pacientes contando com número do cartão nacional do SUS, nome completo e assinatura. Conforme modelo em anexo.

Art. 2º Para casos de cirurgias, o prestador deverá dar uma consulta de retorno, conforme regulamentação do CFM.

Art. 3º A secretaria de saúde se responsabiliza por pagamentos referentes a consultas e cirurgias eletivas.

Art. 4º Pacientes atendidos na emergência do hospital, e que não passaram pela secretaria de saúde deverão iniciar o atendimento pela UBS e aguardar atendimento eletivo para a continuidade do tratamento.

Art. 5º Quanto aos laboratórios de análises clínicas, os mesmos deverão ter integração de sistemas com a secretaria de saúde, com compartilhamento dos resultados de exames.

Roque Stangerlin
Secretário de saúde

PORTARIA 60/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5508999

PORTARIA Nº 60/2024

RECONDUZ MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE CURITIBANOS.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

RESOLVE

Art. 1º - Fica reconduzida a senhora Neiva da Cruz Germiniani, à função pública de membro do conselho tutelar, considerando a continuidade do vínculo conforme êxito na eleição em 10/2023, na forma do que determina Lei nº 6.828/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 12 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro na portaria da Prefeitura Municipal

Janaina Varela Mafra Di Domenico
Secretária de Assistência Social

PORTARIA 61/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5509000

PORTARIA Nº 61/2024

RECONDUZ MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE CURITIBANOS.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

RESOLVE

Art. 1º - Fica reconduzida a senhora Carla Margarete Tambosi, à função pública de membro do conselho tutelar, considerando a continuidade do vínculo conforme êxito na eleição em 10/2023, na forma do que determina o artigo 2º da Lei nº 6.828/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 12 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro na portaria da Prefeitura Municipal

Janaina Varela Mafra Di Domenico
Secretária de Assistência Social

PORTARIA 62/2024 - CURITIBANOS

Publicação Nº 5509003

PORTARIA Nº 62/2024

RECONDUZ MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE CURITIBANOS.

Kleberson Luciano Lima, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

RESOLVE

Art. 1º - Fica reconduzida o senhor Ivo Piovesan, à função pública de membro do conselho tutelar, considerando a continuidade do vínculo conforme êxito na eleição em 10/2023, na forma do que determina o artigo 2º da Lei nº 6.828/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 12 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro na portaria da Prefeitura Municipal

Janaina Varela Mafra Di Domenico
Secretária de Assistência Social

ADITIVO Nº 3 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

Publicação Nº 5509564

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 758903C9DB8C26995737C371C135A19D10320818

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 e 65 da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Município pagará o valor de R\$ 4.480,00 (Quatro mil, quatrocentos e oitenta Reais) conforme solicitações de Fornecimento nº 05, 06 e 07/2024 e documentação anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A vigência fica prorrogada até 11/01/2025

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo e/e

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 3 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 29/2021

Publicação Nº 5509475

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1586EDE124617CB06410B894FD40024BCB6C5B5

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 29/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 29/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, e na forma do que dispõe o artigo 57 e 65 parágrafo primeiro da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº. 29/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, conforme justificativa em anexo:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelos serviços a mais a serem prestados, o Fundo pagará o valor de R\$ 11.240,00 (Onze mil duzentos e quarenta reais) conforme Autorizações de Fornecimento nº 136, 137 e 138/2024 e documentação anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência fica prorrogado até 11/01/2025.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato Nº. 29/2021, na forma do que autoriza o parágrafo 1º. Do Art. 57 e 65 da Lei Federal Nº. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

ROQUE STANGUERLIN
Presidente do Fundo

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 3 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

Publicação Nº 5509662

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7EE3CE4A907975DADBEF7EB49E7D8E03E5ECA3C5

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 e 65 da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Município pagará o valor de R\$ 160,00 (CENTO E SESSENTA Reais) conforme solicitações de Fornecimento nº 01, 02 e 03/2024 e documentação anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A vigência fica prorrogada até 11/01/2025

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 4 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2021

Publicação Nº 5509436

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4C5CE81C0A7E0C00904780AEF3E540A48A3E0411

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2021

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2021 QUE FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 12/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 e 65 da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Município pagará o valor de R\$ 37.200,00 (Trinta e sete mil e duzentos Reais) conforme solicitações de Fornecimento nº 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67/2024 e documentação anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

A vigência fica prorrogada até 11/01/2025

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

KLEBESON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

ADITIVO Nº 5 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/2023

Publicação Nº 5509437

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 30AA82217B35F3E9DBF747131F08D93F8443A644

TERMO ADITIVO Nº 5 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/2023

TERMO ADITIVO Nº 5 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/2023 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 86/2023.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 222/2023, alterando a cláusula que estabelece o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65§ 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE PROJETO E LEVANTAMENTO DE TROCA DE LAMPADAS EXISTENTES, POR LAMPADAS DE LED, DOS BAIRROS DE CURITIBANOS, DESCRITOS NAS TABELAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigencia do presente termo até 24/07/2024.

* PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente termo adita o contrato Nº 222/2023, na forma que autoriza o parágrafo 1º. Do Art.65 da Lei Federal Nº. 8.666/93 com as alterações, consoante justificativa e documentos inclusos.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Prefeito Municipal

CLERCIO FRANCISCO GEMRA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO Nº 1/2021

Publicação Nº 5509674

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 646B6856FFB6F4278363D9120E3B6F7D112D1E3E

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2021 alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para 11/01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Fundo pagará o valor de R\$ 384,00 (Trezentos e oitenta e quatro reais) conforme Autorização de Fornecimento nº 04/2024, 02024 e 06/2024 e documentação anexa.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

ANGÉLICA DA SILVA
Presidente do Fundo

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO Nº 1/2021

Publicação Nº 5509624

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC0DD21382B02B9F05686FE20C9E92B1578F4FC0

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para 11/01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Fundo pagará o valor de R\$ 352,00 (Trezentos e cinquenta e dois reais) conforme Autorização de Fornecimento nº 01/2024, 02/2024 e 03/2024 e documentação anexa.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

JANAINA MAFRA DI DOMENICO
Presidente do Fundo

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO Nº 2/2021

Publicação Nº 5509678

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 158208351DDB7D7B562C2565CF6CF0A0D6599C60

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2021 QUE FAZEM O INST. DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 2/2021, alterando a cláusula que estabelece o valor e o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato para 11/01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Instituto pagará o valor de R\$ 5.680,00 (Cinco mil seiscentos e oitenta reais) conforme Autorização de Fornecimento nº 02/2024, 03/2024 e 04/2024 e documentação anexa.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

ANNA CHRISTINA RIBEIRO
Diretora do Fundo

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO Nº 2/2021

Publicação Nº 5509542

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DA182F3C6E0EF0040524B571FBBB09E4FEE2577E

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2021

TERMO ADITIVO Nº 3 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 2/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência para 11/01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Fundo pagará o valor de R\$ 12.160,00 (Doze mil cento e sessenta reais) conforme Autorização de Fornecimento nº 29/2024, 30/2024 e 31/2024 e documentação anexa.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo E/E

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO Nº 1/2021

Publicação Nº 5509506

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5E5BB395FF4CFD125409C9CACFE58382004D8541

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021

TERMO ADITIVO Nº 4 REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1/2021 QUE FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS E JOSÉ ROBSON DA SILVA, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2020.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 1/2021, alterando a cláusula que estabelece o prazo e o valor, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 65 e 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93:

ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PREPARAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, AUDITORIA NA MASSA DOCUMENTAL, DIGITALIZAÇÃO, CONFERÊNCIA, INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS, CONVERSÃO DO BANCO DE DADOS E IMAGENS DE JPG PARA PDF/A, CONFORME REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência para 11/01/2025

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pelos serviços a mais a serem prestados o Fundo pagará o valor de R\$ 404,00 (Quatrocentos e quatro reais) conforme Autorização de Fornecimento nº 05/2024, 06/2024 e 07/2024 e documentação anexa.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente do Fundo E/E

JOSÉ ROBSON DA SILVA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 6/2024 (SEQ. 17178)

Publicação Nº 5509419

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A7563EF7F95412DC48FD83A42969FD398569CD64

TERMO DE CONTRATO Nº 6/2024**CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E JAYE TECNOLOGIA LTDA**

Pelo presente instrumento particular de compra e venda que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, JAYE TECNOLOGIA LTDA com sede em Vila Velha/ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 44.542.527/0001-13 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Presencial, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TOTEM COM GERENCIAMENTO DE CHAMADA QUE SERÁ UTILIZADO NO SETOR DE PROTOCOLO, SISTEMA OPERACIONAL E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO PARA USO DO MESMO. CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA DESTES EDITAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO de entrega do objeto será em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação do departamento competente. A vigência será de 01 ano a contar da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.0000.1000 19-02.002.4.122.2.1003.4.4.90.00 4.4.90.52.99.00.00.00

1.501.0000.1006 25-02.002.4.123.2.2006.3.3.90.00 3.3.90.39.99.00.00.00

1.501.0000.1006 25-02.002.4.123.2.2006.3.3.90.00 3.3.90.30.47.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **212/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 10.930,00 após a entrega e nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão eletrônico nº **212/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste

CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

- II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;
- III. por via judicial, nos termos da legislação.
- IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão Eletrônico nº 212/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de janeiro de 2023.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

JAYE TECNOLOGIA LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de janeiro de 2023.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 7/2024 (SEQ. 17181)

Publicação Nº 5509316

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB07CA060FD5982D044702F585DF6E8606193577

TERMO DE CONTRATO Nº 7/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SAMUEL ANTUNES DOS REIS

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr., doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, SAMUEL ANTUNES DOS REIS com sede em Curitiba/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 47.781.896/0001-57 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O REGISTRO DE PREÇOS COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI VIGENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NÃO DESONERADA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

CLÁUSULA SEGUNDA - O PRAZO

Os itens e serviços deverão ser entregues/prestados de forma parcelada, conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, durante o período de **12 (doze) meses**, em local a ser definido no momento da solicitação.

A vigência será de 01 (um) ano a contar da data de homologação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.0000.1000 93-02.007.23.695.23.2075.3.3.90.00 3.3.90.30.24.00.00.00

1.500.0000.1000 93-02.007.23.695.23.2075.3.3.90.00 3.3.90.39.16.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 3.532,25, após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **224/2023**

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da

CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 224/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

SAMUEL ANTUNES DOS REIS
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

TERMO DE CONTRATO Nº 8/2024 (SEQ. 17184)

Publicação Nº 5509317

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 28AA4976BC4591B9CCE2A86F4089EE47DA1B634F

TERMO DE CONTRATO Nº 8/2024

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E MARMITARIA BIG PAO LTDA

Pelo presente instrumento particular de compra e venda e prestação de serviços que fazem o Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado de PREFEITURA e de outro lado, MARMITARIA BIG PAO LTDA com sede em Curitiba/SC inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 24.100.689/0001-94 neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com Pregão Eletrônico, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE MARMITAS E DE BUFFET LIVRE PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CLAUSULA SEGUNDA - O PRAZO de vigência é de 01 (um) ano a contar da data de homologação, e a entrega deverá ser imediata, após a solicitação da secretaria competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento específico da Prefeitura de Curitiba e Convênios, de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

1.500.0000.1000 47-02.002.18.541.19.2062.3.3.90.00 3.3.90.39.41.00.00.00

Todos os pagamentos cumpriram todas determinações previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº **225/2023** conforme descrito abaixo:

O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de total de R\$ 10.008,00 após a prestação do serviço e apresentação de nota fiscal, além das condições já previstas neste contrato e no edital de Pregão eletrônico nº 225/2023.

Parágrafo Primeiro: Sem índice de reajuste.

Parágrafo Segundo: O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

Parágrafo Terceiro: O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

1 – Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

2- Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

3 - Fica o CONTRATADO cientificado para que, quando aplicável, no faturamento de bens e serviços prestados, inclusive obras, passe a observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações posteriores, passando a destacar no documento fiscal de fornecimento, o valor da retenção do IR - Imposto de Renda, nos termos do Decreto nº 5.981, de 10 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único

É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro

Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

Parágrafo Segundo

Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro

Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de Pregão eletrônico nº 225/2023

Parágrafo Segundo

A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

Kleberson Luciano Lima
Prefeito Municipal

MARMITARIA BIG PAO LTDA
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.
Curitiba, 11 de janeiro de 2024.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

2º T.A. CONTRATO 72-2022 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 111-2022 - PMDC

Publicação Nº 5508345

Contrato Nº: 72/2022 Seq.: 2 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: DATRILHA TREINAMENTO LTDA

Valor: R\$ 57.600,00

Vigência: Início: 10/02/2024 Término: 09/02/2025

Licitação: 111/2022

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BASTA, CONFORME REUNIAO REALIZADA ENTRE O PODER JUDICIARIO, POLICIA MILITAR E A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

THYAGO W G GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

5º T.A. CONTRATO 11-2021 - PREGAO PRESENCIAL 10-2021 - PMDC

Publicação Nº 5508187

Contrato Nº: 11/2021 Seq.: 5 Tipo: Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.

Valor: R\$ 454.497,76

Vigência: Início: 06/02/2024 Término: 05/02/2025

Licitação: 10/2021

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO E SISTEMA DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2024

THYAGO W G GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 110-2023 - PMDC

Publicação Nº 5507635

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 110/2023

HOMOLOGAÇÃO: 11/01/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS DE ROLO COMPACTADOR, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADO-RA, CAMINHAO CAÇAMBA, CAMINHAO PIPA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTES DE MATERIAIS DE 1º, 2º e 3º CATEGORIA, ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, CASCALHAMENTO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO, ESPALHAMENTO E CONFORMAÇÃO DE BOTA FORA, REMOÇÃO MECANIZADA DE BARREIRAS, LIMPEZA E RETIRADA DE CAMADA VEGETAL, etc

CONTRATADO: PAULO ROBERTO KRAUSE LTDA

VALOR DA DE DESPESA: R\$ 4.099.995,00

11/01/2024

THYAGO W G GONÇALVES - Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 92/2023 - PREGAO PRESENCIAL 110/2023 - PMDC

Publicação Nº 5507604

Página: 1 / 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Processo Nº 110/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92 / 2023

No dia 11 do mês de Janeiro do ano de 2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na Rua Santos Dumont, 413, bairro Centro, CEP nº 89950000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES inscrito no cpf sob o nº 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 110/2023, Processo licitatório nº 110/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS DE ROLO COMPACTADOR, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHAO CAÇAMBA, CAMINHAO PIPA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTES DE MATERIAIS DE 1º, 2º e 3º CATEGORIA, ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, CASCALHAMENTO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO, ESPALHAMENTO E CONFORMAÇÃO DE BOTA FORA, REMOÇÃO MECANIZADA DE BARREIRAS, LIMPEZA E RETIRADA DE CAMADA VEGETAL, etc, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
PAULO ROBERTO KRAUSE LTDA	1,2,3,4,5,6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PAULO ROBERTO KRAUSE LTDA	36.551.176/0001-89	PAULO ROBERTO KRAUSE	033.924.409-73

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINAS DE ROLO COMPACTADOR, RETROESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHAO CAÇAMBA, CAMINHAO PIPA E ESCAVADEIRA HIDRAULICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE TERRA, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTES DE MATERIAIS DE 1º, 2º e 3º CATEGORIA, ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, CASCALHAMENTO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO, ESPALHAMENTO E CONFORMAÇÃO DE BOTA FORA, REMOÇÃO MECANIZADA DE BARREIRAS, LIMPEZA E RETIRADA DE CAMADA VEGETAL, etc

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: PAULO ROBERTO KRAUSE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	Serviço de Hora Máquina com Rolo Compactador chapa lisa, Autopropelido em bom estado de conservação, peso operacional mínimo de 10 toneladas, incluindo operador, combustível e manutenção do equipamento.	HRS	JCB VMM 115	3200	330,57	1.057.824,00
2	Serviço de Horas Máquina com Retroescavadeira tração nas 4 rodas, com potência mínima de 85 hp e peso operacional mínimo de 6,5 toneladas. Ano de	HRS	CAT 416 E	1500	253,14	379.710,00

	fabricação mínimo 2010. incluindo operador, combustível e manutenção do equipamento.					
3	Serviço de Hora Máquina com Motoniveladora equipada com ripper (escarificador), lâmina deslizante, com peso operacional não inferior a 14 toneladas, ano de fabricação mínimo 2010 incluindo operador, combustível e manutenção do equipamento.	HRS	NEW HOLLAND 17	3200	436,80	1.397.760,00
4	Serviço de Hora Máquina com caminhão tratorado 6x4, HRS equipado com caçamba basculante com capacidade mínima de 12m³. Ano de fabricação mínimo 2008, incluindo o motorista, combustível e manutenção do equipamento.	HRS	FORD CARGO 262	1600	243,21	389.136,00
5	Serviço de Hora Máquina com caminhão tratorado 6x4, HRS equipado com tanque tipo pipa, com capacidade mínima de 20.000 litros de carga. Ano de fabricação mínimo 2000, incluindo o motorista, combustível e manutenção do equipamento.	HRS	VW 26220	1000	253,14	253.140,00
6	Serviço de Hora Máquina com escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 21 toneladas. Ano de fabricação mínimo de 2015. Incluindo o Operador, Combustível e manutenção do equipamento.	HRS	HYUNDAI 220 LC 9	1500	414,95	622.425,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2024

PAULO ROBERTO KRAUSE LTDA
CNPJ: 36.551.176/0001-89

THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES

THYAGO
WANDERLAN
GNOATTO
GONÇALVES:
79668917987

Assinado digitalmente por THYAGO WANDERLAN
GNOATTO GONÇALVES:79668917987
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM
BRANCO), OU=14030336000101, OU=presencial,
CN=THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES:
79668917987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.01.11 09:56:08-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2023 - PREGAO PRESENCIAL 100/2023 - PMDC

Publicação Nº 5507694

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Página: 1 / 5
Processo Nº 100/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 93 / 2023

No dia 11 do mês de Janeiro do ano de 2023 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na Rua Santos Dumont, 413, bairro Centro, CEP nº 89950000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira,SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES inscrito no cpf sob o nº 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 100/2023, Processo licitatório nº 100/2023 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA COM DIAGNOSTICO DE FALHAS E CORREÇÃO, SCANNER, ANALISE TECNICA, E COM TECNICO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC , em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	1,2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 10.520/2002, Art. 1, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA	01.244.119/0001-72	GREGORY ZORZO WRONSKI	074.643.869-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA COM DIAGNOSTICO DE FALHAS E CORREÇÃO, SCANNER, ANALISE TECNICA, E COM TECNICO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	SERVIÇO MECANICO COM DIAGNOSTICO, SCANNER, ANALISE TECNICA, E MANUTENÇÃO, COM TECNICO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS	HRS	JACARE	300	105,98	31.794,00
2	DESLOCAMENTO MECANICO PARA ATENDIMENTO NA GARAGEM MUNICIPAL DA PREFEITURA DE DIONISIO CERQUEIRA - SC	KM	JACARE	2500	1,64	4.100,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do

caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos

materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento

equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressaltados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Dionísio Cerqueira, 11 de Janeiro de 2024

Assinado digitalmente por: THYAGO
WANDERLAN GNOATTO GONCALVES:
79668917987
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=EM BRANCO,
OU=14030336000101, OU=presencial,
CN=THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONCALVES:79668917987
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
Assinatura em:
Data: 2024.01.11 10:30:10-0300'
Fórm PDF Reader Versão: 11.1.0

CENTRO DE REPARACAO MECANICA
CNPJ: 01.244.119/0001-72

THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONCALVES

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01

Publicação Nº 5507581

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 01

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação Vida Nova – Combate ao Álcool e Dependência Química do Extremo Sul Catarinense, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o exercício de 2024, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Vida Nova– Combate ao Álcool e Dependência Química do Extremo Sul Catarinense.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil. É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação Vida Nova, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Nesta ótica a Associação Vida Nova desenvolve atividades voltadas a serviços de assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor. Se observa ainda que a Associação Vida Nova trata-se associação civil, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas de assistência social e saúde, com duração indeterminada, e tem, por finalidade, dentre outras atuação na área da saúde e assistência social dos dependentes químicos e álcool, proporcionando a eles uma qualidade de vida melhor, buscando desenvolver subsídios na prevenção, fiscalização e tratamento. O plano de trabalho cumpre os requisitos legais exigidos, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Se observa, pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. Para tanto, o compõe, cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado. Já restou publicada, inclusive, lei que reconheceu a entidade como Organização da Sociedade Civil, haja vista o notório interesse público verificado, autorizando a celebração da presente parceria. A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizar a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos, que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos. Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Ermo – SC, 12 de janeiro de 2024.

Paulo Della Vecchia

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SELETIVO SIMPLIFICADO 0016/2023 ANDRÉ

Publicação Nº 5507414

CONVOCAÇÃO

Fica o Senhor (a) abaixo mencionado (a) CONVOCADO (A) para comparecer no Departamento Pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, para fins de Contratação Temporária, vaga de 40h semanais no respectivo cargo, para o qual foi classificado por meio do Processo Seletivo Simplificado nº 016/2023 aberto pelo Edital nº 016/2023, de 12 de dezembro de 2023.

Cargo: Contador

Classificado (a): 1º - André Carlos Einsweiler

Erval Velho, SC, 11 de janeiro de 2024.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

EDITAL CONVOCAÇÃO CONCURSO 039/2023 PABLO

Publicação Nº 5507516

CONVOCAÇÃO

Fica o Senhor (a) abaixo mencionado (a) CONVOCADO (A) para comparecer no Departamento Pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 001/2022 aberto pelo Edital nº 001/2022, de 22 de fevereiro de 2022.

Cargo: Motorista

Classificado (a): 3º - Pablo Neylon Zancanaro

Erval Velho, SC, 11 de janeiro de 2024.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

PORTARIA 4854/2024

Publicação Nº 5508035

PORTARIA 4854, de 11 janeiro de 2024.

Exonera Servidor do Cargo que especifica e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXV do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido o Senhor Pablo Neylon Zancanaro, do cargo temporário de Motorista, nomeado pela Portaria nº 4367, de 18 de julho de 2022, lotado no Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 11 de janeiro de 2024.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Simara Pedroso Vettori

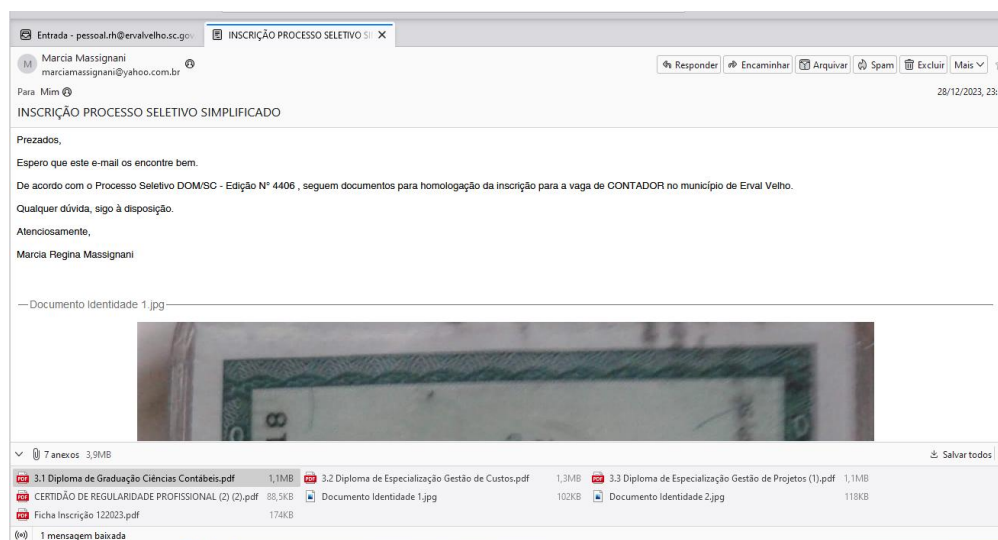
Secretária de Educação Cultura e Esportes

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 016/2023 RESPOSTA AO RECURSO

Publicação Nº 5507507

**Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 016/2023
Resposta ao Recurso****CANDIDATO:** Marcia Regina Massignani**CARGO:** Contador**SITUAÇÃO:** Indeferido

Em resposta ao recurso impetrado pela senhora Marcia Regina Massignani, referente ao edital do processo seletivo simplificado 016/2023, a comissão entende pelo indeferimento, pois conforme o item 3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado N°016/2023 de 12 de dezembro de 2023, o e-mail recebido contendo os anexos é "diferente" daquele mostrado no recurso, conforme imagem abaixo.

**Comissão Avaliadora:**

Jacira Calai -

Cristian Tonial Anacleto -

Erval Velho, 08 de janeiro de 2024.

**Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal**

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2024

Publicação Nº 5507821



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

DECRETO N. 014/2024.

REGULAMENTA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, O DISPOSTO §2º DO ART. 95 DA LEI 14.133/2021 PARA INSTITUIR O CONTRATO VERBAL PARA PEQUENAS COMPRAS OU O DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO.

JOÃO CARLOS ZANETTI, Prefeito Municipal em Exercício, no uso das atribuições do artigo 66, III da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto na Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado válido o contrato verbal com a administração do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, para a realização de pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 11.981,20 (onze mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos) conforme dispõe o §2º do art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, alterado pelo **Decreto Federal n.11.871/2023**, datado de 29 de dezembro de 2023.

Art. 2º. Serão consideradas como pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, as despesas que não possam subordinar-se ao procedimento normal de licitação, dispensa ou inexigibilidade, dentro do limite estabelecido no art. 1º, nos seguintes casos:

I — taxas, custas judiciais e extrajudiciais, emolumentos, reproduções de documentos e publicações diversas;

II — taxa de inscrições em cursos, palestras e eventos que tenham como objetivo o a capacitação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal, de interesse do Público Municipal;

III — serviços gráficos, fotográficos, confecção de carimbos, confecção de chaves, etc;

IV — aquisição de certificado digital;

V - inexistência ou insuficiência eventual do material no almoxarifado ou do serviço, desde que plenamente justificada pelo representante do respectivo setor, e desde que não exista nenhuma ata registrada ou nenhum contrato firmado para o fornecimento do material ou da prestação de serviço.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

VI - despesas decorrentes de manutenção emergencial de máquinas pesadas e veículos;

VII - outras despesas urgentes ou inadiáveis, desde que justificada a inviabilidade da realização de procedimento licitatório ou dispensa de licitação, precedidas de autorização pelo Ordenador de Despesa.

§ 1º - As despesas referidas no art. 1º, serão precedidas de empenho nas suas respectivas rubricas orçamentárias.

§ 2º - Para efeitos deste artigo, entende-se por manutenção emergencial os casos nos quais não será possível continuar o deslocamento sem o conserto do defeito ocorrido em trânsito ou quando se tratar de item de segurança obrigatório do automóvel, danificado em viagem.

§ 3º - Poderá ser considerada como pequena compra dentro do limite estabelecido no §2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 alterado pelo Decreto Federal n. 11.871/2023, a despesa com combustível, desde que a necessidade de abastecimento em trânsito seja devidamente fundamentada, observadas as determinações que seguem:

I - Os veículos deverão sair do Município de Faxinal dos Guedes/SC com o tanque cheio, abastecido em posto contratado pelo Município, devendo a nota fiscal indicar, além da quantidade de combustível, a placa e a quilometragem do veículo;

II - Na prestação de contas, além da nota fiscal do abastecimento ocorrido, deverá ser juntada fotocópia da nota fiscal comprovando o abastecimento inicial conforme inciso I, bem como a rota percorrida pelo veículo abastecido.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes/SC, 11 de Janeiro de 2024.

JOÃO CARLOS ZANETTI
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL 04/2024

Publicação Nº 5507996

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF4A69DE36466444F96D4D0E1F713995492254AE



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PARA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024**

Processo Administrativo nº 04/2024

Código registro TCE: CF4A69DE36466444F96D4D0E1F713995492254AE

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento, com a entrega de forma **PARCELADA**, para **AQUISIÇÃO DE TÊNIS MODELO CALCE FÁCIL - SEM CADARÇO PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do **DECRETO N. 208/2023** e demais legislação aplicável.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço:

Link: <https://licitar.digital/>

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 12/01/2024 às 8h

Até 25/01/2024 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 25/01/2024 às 8h

Até 25/01/2024 às 16h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

EDITAL 13/2024

Publicação Nº 5508065



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

**AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PROCESSO ADM N. 013/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 010/2024**

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, **TORNA PÚBLICO** que **PUBLICA** o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, mais, o DECRETO N. 202/2023 e demais legislação aplicável. na modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 010/2024– Melhor técnica e preço global**, visando: **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO DA MÁQUINA: TRATOR DE ESTEIRA D6K PATRIMÔNIO-18951**. A a presente inexigibilidade de licitação se dará conforme consoante ao art. 74, inc. I, da Lei n. 14.133. As especificações, quantidades e valores estão previstos neste edital.

Faxinal dos Guedes/SC, 12 de Janeiro de 2024.

JOÃO CARLOS ZANETTI

Prefeito em Exercício

LEI ORDINÁRIA Nº 2.630/2023

Publicação Nº 5508775



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Av. Rio Grande do Sul, 458 – Centro CEP 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES – SC

Fone/fax (49) 3436-4300 – Site www.faxinal.sc.gov.br

CNPJ: 83 009 910/0001-62

LEI Nº. 2.630/2023**ALTERA ART. 1º DA LEI N. 2.104/2019, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo,

FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º da Lei n. 2.104/2019, de 19 de maio de 2009:

A onde se lê:

“...**Art. 1º.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei e de acordo com a legislação Federal vigente, contratar estagiários, propiciando a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, a qualquer estudante de curso de nível médio, pós-médio, profissionalizante, superior ou de educação especial, regularmente matriculado e que venham frequentando, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular...”

Passa a ser:

“...**Art. 1º.** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei e de acordo com a legislação Federal vigente, contratar estagiários, propiciando a complementação do ensino e da aprendizagem, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, a qualquer estudante de curso de nível médio, pós-médio, profissionalizante, superior, pós-graduação ou de educação especial, regularmente matriculado e que venham frequentando, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular...”

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. As demais disposições que não colidirem com a presente lei, permanecem em pleno vigor.

Faxinal dos Guedes/SC, 15 de Agosto de 2023.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 031/2024

Publicação Nº 5506526

PORTARIA Nº 031/2024
NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria NOMEADO o servidor municipal TUANY MICHELL PIRES, aprovado através do Concurso Público nº 001/2021, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 11 dias do mês de Janeiro de 2024.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

REPUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 839/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021

Publicação Nº 5507257

TERMO ADITIVO Nº 03
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 36/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 839/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2021
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado LAUDIVAN PALINSKI – ME inscrita no CNPJ sob o Nº 14.176.740/0001-98, com sede na Linha Marmeleiro, na cidade de Flor do Sertão, neste ato representado pelo Sr. LAUDIVAN PALINSKI, Inscrito no CPF sob o Nº 061.087.089-05, e portador da Cédula de Identidade Nº 4.632.930, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem realizar o Terceiro Termo aditivo do contrato supra mencionado pelas clausulas que seguem: CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado pelo prazo de 12 meses, e aplicação de reajuste de 4,68% (IPCA) discutido em comum acordo entre as partes, o presente termo tem como objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PAISAGISMO, JARDINAGEM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAIS NO PERIMETRO URBANO E PONTOS TURISTICOS DO MUNICIPIO de acordo o Processo Licitatório nº. 839/2021, na modalidade de Pregão Presencial nº. 14/2021.

ITENS	Qtde	UN	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	PREÇO UNI	VALOR TOTAL
1	12	SV	Serviços especializados de paisagismo, jardinagem, limpeza e manutenção gerais no perímetro urbano ciclovias e pontos turísticos do município.	R\$ 8.163,73	R\$ 97.964,78

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam alterados os subitens da CLAUSULA PRIMEIRA “manutenção de todos os pontos turísticos do município” para “Manutenção de todos os pontos turísticos do município quando solicitado pela administração”.
Fica também incluída na CLAUSULA PRIMEIRA o subitem “Limpeza das ruas do loteamento Jardim da Colina”.
As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 01 de janeiro de 2024.
E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem

emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 13 dias do mês de dezembro de 2023.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER		LAUDIVAN PALINSKI
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA
PAULO ROBERTO BEGNINI		ROSMARI ZANELLA
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

MARIA LOIVA DE ANDRADE
ASSESSORA JURIDICA

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023

Publicação Nº 5507685

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023
Processo Adm: Nº 2028/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E CORRELATOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEICULO E MAQUINAS DO MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 0,00 (Valor não suportado pelo sistema.):

Itens desertos: 4, 5, 34, 35, 36 e 37

Itens fracassados: 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 38

FLOR DO SERTÃO - SC, 11 de janeiro de 2024

PAULO ROBERTO BEGNINI
CONDUTOR DE PROCESSOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023

Publicação Nº 5507688

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2023
Processo Adm: Nº 2070/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE PEÇAS (CONERTO E RECUPERAÇÃO) DO CUBO REDUTOR COMPLETO LADO DIREITO DO TRATOR DE ESTEIRAS NEW HOLLAND D140B PERTENCENTE A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL.

Empresas vencedoras valor total: R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais): **TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS SIGNORI LTDA** (07184376000142) com o lote: 1 no valor total de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

FLOR DO SERTÃO - SC, 11 de janeiro de 2024

PAULO ROBERTO BEGNINI
CONDUTOR DE PROCESSOS

DECRETO Nº. 002/2024

Publicação Nº 5507856

**DECRETO nº. 002/2024**

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2070/2023, e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 0125/2023, sobre o processo de licitação nº. 2070/2023, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE PEÇAS (CONSRTO E RECUPERAÇÃO) DO CUBO REDUTOR COMPLETO LADO DIREITO DO TRATOR DE ESTEIRAS NEW HOLLAND D140B PERTENCENTE A FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

TERRAPLANAGEM SIGNORI LTDA ME**R\$ 93.000,00**

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 11 dias do mês de janeiro de 2024.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
PREFEITO MUNICIPAL

Página 1 | 1

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO - CNPJ 01.566.621/0001-08
Departamento de Licitações - Av. Flor do Sertão, 696 - CENTRO - CEP 89878-000 - Fone: (49) 3668-1003
E-mail: licita@flordosertao.sc.gov.br

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 6180, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508075

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL Nº 6180, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Concede revisão geral anual aos vencimentos e subsídios dos agentes públicos dos poderes executivo e legislativo municipal
O Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 71 da Lei Orgânica:

Considerando o disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 103, de 14 de dezembro de 2023, autorizou o Executivo Municipal a conceder aos agentes públicos municipais, a título de revisão geral anual, 100% (cem por cento) do IPCA acumulado no período de março/2023 a dezembro de 2023;

Considerando que o IPCA acumulado no período de março/2023 a dezembro de 2023 resultou em 3,20% (três vírgula vinte por cento);

Considerando que o percentual apurado pode ser concedido por decreto expedido pelo Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido aos servidores públicos municipais e aos agentes políticos, vinculados aos Poderes Executivo e Legislativo, aos agentes temporários e aos conselheiros tutelares, a título de revisão geral anual, o percentual de 3,20% (três vírgula vinte por cento), que equivale o IPCA acumulado no período de março/2023 a dezembro/2023.

Parágrafo único. O percentual a que se refere o caput será aplicado sobre os vencimentos e subsídios dos agentes públicos municipais vigentes no último dia do mês de dezembro de 2023.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de janeiro de 2024.

Jorge Antonio Comunello
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024

Publicação Nº 5509009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL – SC
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024
EXTRATO DE EDITAL

O Município de Formosa do Sul, com endereço na Av. Getúlio Vargas, Nº 580, Centro, nesta cidade de Formosa do Sul, por seu Prefeito Municipal, Senhor JORGE ANTONIO COMUNELLO, TORNA PÚBLICO, para conhecimento das Pessoas Jurídicas e Físicas interessadas, que se encontra aberto EDITAL destinado ao CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO DESTINADO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Demais informações, esclarecimentos, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração Finanças e Planejamento do Município de Formosa do Sul, SC, Av. Getúlio Vargas, 580, fone (049) 3343-0043 e e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br .

Formosa do Sul, SC, 11 de Janeiro de 2024
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO N.º 06/2024 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2023

Publicação Nº 5507251

REPUBLICAÇÃO DE APOSTILAMENTO N.º 06/2024
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/2023

Processo n.º 22/2023

Pregão Presencial p/ Registro de Preços n.º 01/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, VISANDO O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO FORMOSA DO SUL.

O preço registrado para os itens abaixo especificados, vencidos pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA - EPP, passam a vigorar nos termos da Cláusula Primeira, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado nos itens 1 e 2 da ATA DE REGISTRO



DE PREÇOS Nº 07/2023.
CLÁSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para os itens 1 e 2, vencidos pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA - EPP, registrado nas Ata de Registro de Preços em referência.

CLÁSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	DIESEL COMUM S500	R\$ 6,49	R\$ 6,18
2	DIESEL S10	R\$ 6,48	R\$ 6,21

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	DIESEL COMUM S500	R\$ 6,26	R\$ 6,18
2	DIESEL S10	R\$ 6,48	R\$ 6,21

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul, 11 de Janeiro de 2023.
JORGE ANTÔNIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA RP 01.PMF.24 - CONTROLE AMBIENTAL DE INSETOS - MD CONTROLE DE PRAGAS

Publicação Nº 5507948

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2024
(Referente Pregão Presencial nº. 160/PMF/2023)

O MUNICÍPIO DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. JOSE CLAUDIO GONÇALVES, Prefeito Municipal, ora denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa MD CONTROLE DE PRAGAS LITDA EPP CNPJ/MF nº 11.242.630/0001-99 estabelecida na Rod. ICR 150, 853, Nossa Senhora de Fátima, em IÇARA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Neri Alves dos Santos, doravante denominada **DETENTORA(S) DA ATA** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 160/PMF/2023, para **REGISTRO DE PREÇOS**, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente Ata tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços especializados no controle ambiental de insetos rasteiros e roedores (desinsetização, desratização e descupinização) nas diversas Secretarias, Fundos, Polícia Militar E Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha-SC, para futuras aquisições.

1.1 Manter os profissionais, quando em horário de trabalho, uniformizados e identificados sob a responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA ABAIXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	37943,20	M²	DESRATIZAÇÃO	R\$ 2,06	R\$ 78.162,88
2	34338,58	M²	DESCUPINIZAÇÃO	R\$ 3,23	R\$ 110.913,61
3	37943,20	M²	DESINSETIZAÇÃO Exterminação de todo e qualquer tipo de inseto (pernilongos, moscas, formigas, baratas aranhas, traças, etc.)	R\$ 2,71	R\$ 102.826,07
4	2	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 8.000 litros	R\$ 526,39	R\$ 1.052,78
5	7	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 5.000 litros	R\$ 437,11	R\$ 3.059,77
6	114	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 1.000 litros	R\$ 300,79	R\$ 34.290,06
7	6	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 500 litros	R\$ 232,00	R\$ 1.392,00
8	4	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 310 litros	R\$ 223,99	R\$ 895,96
9	4	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 250 litros	R\$ 201,60	R\$ 806,40
10	8	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de	R\$ 825,86	R\$ 6.606,88

			caixas d' água de 10.000 litros		
11	1	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 2.000 litros	R\$ 384,00	R\$ 384,00
12	1	UND	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 20.000 litros	R\$ 1.122,08	R\$ 1.122,08
TOTAL				R\$ 341.512,60	

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 60 (sessenta) dias.

2. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA num prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O **pagamento** pelos serviços aceitos será feito em até **30 (trinta) dias** após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o “**CERTIFICADO**” pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, as seguintes informações:

a) Número do Processo de Licitação, número da Solicitação de Fornecimento – SF e número da Ata de Registro de Preços;

b) Dados bancários: Banco, Agência e número da Conta-Corrente;

c) Informação da retenção de Imposto de Renda – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº. 1.234 de 2012 e Decreto Municipal nº. 397 de 2023;

d) Caso o pagamento, ou parte dele, seja efetuado com recursos oriundos de convênio, a nota fiscal deverá conter também a expressão “Convênio” seguido do número do referido instrumento e o nome da concedente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à DETENTORA DA ATA da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei N° 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira

Da Fiscalização e Gestão do Contrato

1. O Sr. **Rodrigo Waldir Cardoso**, será a Fiscal deste Contrato, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. **Jonas Fontana Delfino**, será a Gestor deste contrato, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. **160/PMF/2023**, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima terceira

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Neri Alves dos Santos

Rodrigo Waldir Cardoso
Fiscal da Ata

ANEXO VI - AO EDITAL DE PREGÃO 160/PMF/2023**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETIVO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados no controle ambiental de insetos rasteiros e roedores (desinsetização, desratização e descupinização) nas diversas Secretarias, Fundos, Polícia Militar e Bombeiros do município de Forquilha-SC, com a utilização de produtos com registro no Ministério da Saúde e mão de obra qualificada para o desenvolvimento dos trabalhos com segurança.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**2.1. Área de aplicação**

O combate a insetos e animais nocivos deverá ser aplicado interna e externamente em todas as Secretarias, Fundos, Polícia Militar e Bombeiros solicitadas, incluindo:

- a) Áreas administrativas;
- b) Áreas de circulação;
- c) Áreas das copas;
- d) Áreas dos banheiros/sanitários, ralos;
- e) Áreas de depósitos;
- f) Áreas de arquivos;
- g) Áreas dos auditórios;
- h) Áreas pontos de limpeza interna e externa das caixas de esgotos, gorduras, lixeiras;
- i) Áreas das escadas;
- j) Áreas dos forros;
- k) Áreas dos jardins;
- l) Demais áreas.

2.2. Prestação dos serviços

2.2.1 Descupinização: a descupinização com tratamento em madeiramento deverá ser feita com a aplicação de inseticidas de primeira qualidade na madeira infestada, através de furos estratégicos seguida de uma pulverização para evitar novas infestações (garantia mínima de seis meses).

2.2.2 Desinsetização: Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de insetos rasteiros e voadores em geral, aracnídeos, baratas, formigas, traças, tesourinhas, escorpiões, roedores, piolhos de pássaros e, além dos citados, nas áreas de arquivos e depósitos, deverá ser utilizado produto para combater traças (deverá ter garantia mínima de noventa dias); utilização de equipamentos apropriados para cada procedimento a ser realizado; fornecimento de Laudo Técnico constando as áreas tratadas, produtos utilizados, autorização da Vigilância Sanitária (VISA) e Registro no Conselho Regional de Química (CRQ).

2.2.3 Desratização: consistirá no controle de roedores em geral (Rattus-rattus, Rattusnorvegicus e Mus musculus, Ratos, Ratazana e camundongos), através de realização de iscagens nos principais pontos de risco de entrada de roedores (rede de esgotos, captação de água pluvial, caixas porta iscas para ratos e outros);

2.2.4 Em casos que a caixas para acondicionamento das iscas estejam danificadas ou não encontradas é de responsabilidade da CONTRATADA em repor sem custo.

2.2.5 Concluído o serviço, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

Deverá ser dada especial atenção a possíveis locais que possam ser foco do mosquito Aedes Aegypti, causador de doenças perigosas como a dengue.

2.3. Características técnicas dos produtos

Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

- a) Não causarem manchas;
- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos a saúde humana;
- e) Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;

- f) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela legislação vigente e suas atualizações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;
- g) Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23/08/2004.
- Os funcionários da contratada deverão apresentar-se, ao local da execução, devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o desempenho das atividades.

2.4. Cronograma de aplicação

- a) Desinsetização: a cada 6 (seis) meses em todas as edificações (com garantia de 90 (noventa) dias);
- b) Desratização: a cada 6 (seis) meses ou conforme solicitação;
- c) Descupinização: Conforme solicitação.
- d) Vistoria de roedores, insetos rasteiros e voadores: mensal

3. Qualificação técnica

- a) Possuir e apresentar Alvará Sanitário atualizado.
- b) Deverá possuir em seu quadro de funcionários um responsável técnico com registro no órgão competente (CRQ) e apresentar a cópia de regularidade junto ao órgão.
- c) Deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando que já efetuou com sucesso, em órgãos, serviços similares aos do objeto deste Termo de Referência.

1 - Secretaria de Agricultura	Área (m²)
Casa do Agricultor (Bairro Santa Isabel)	248,00
Total:	248,00
2 - Secretaria de Assistência Social	
CRAS e Secretaria de Assistência Social (Bairro Saturno)	290,61
CREAS (Bairro Saturno)	353,34
Total:	532,09
3 - Secretaria de Educação	
CEI Ana Paulina (Bairro Sanga do Engenho) Térreo = 189,65 Pav. Superior 166,60	356,25
CEI Aquarela do Saber (Bairro Santa Cruz)	1.167,47
CEI Cantinho Feliz (Bairro Nova York)	980,37
CEI Dra. Zilda Arns (Bairro Vila Lourdes)	1.149,42
CEI Estrela Guia (Bairro Saturno)	711,85
CEI Estrela da Manhã (Bairro Saturno)	482,55
CEI Monteiro Lobato (Bairro Centro)	1.140,00
CEI Pequenos Pensadores (Bairro Santa Cruz)	412,29
CEI Primeiros Passos (Bairro Sanga do Café)	240,16
CEI Sonho Mágico (Bairro Cidade Alta)	376,14
CEI Tia Octávia (Bairro Centro)	711,85
EEB Egídio de Bona (Bairro Santa Cruz)	2.050,25
EEB Francisco Hoepers (Bairro Santa Isabel)	2.027,65
EEB Gabriel Serafim (Bairro Santa Líbera)	1.283,67
EEB Jakob Arns	1.754,81
EEB José Aléssio (Bairro Cidade Alta)	2.336,44
EEB Waldemar Casagrande (Bairro Ouro Negro)	1.933,66
EEB Augusta Vitali Savi	1274,13
Secretaria de Educação (Bairro Centro)	624,74
Depósito merenda escolar (Bairro Centro)	742,52
Ginásio de Esportes Ideal (Bairro Centro)	1261,11
Centro Cultural (Bairro Centro)	514,53

Museu Anton Eyng (Bairro Centro)	173,06
TOTAL:	23704,92
4 - Secretaria de Saúde	Área (m²)
Pronto Atendimento (Bairro Centro)	381,06
Farmácia (Bairro Centro)	308,00
CAPS (Bairro Centro)	200,75
Almoxarifado (Bairro Centro)	146,77
Vigilância Sanitária (Bairro Centro)	62,89
Clínica de Especialidades Fridolinio Steiner (Bairro Centro)	405,53
Secretaria de Saúde (Bairro Centro)	273,75
Unidade Básica de Saúde Central (Bairro Centro)	271,09
Unidade Básica de Saúde Cidade Alta (Bairro Cidade Alta)	194,61
Unidade Básica de Saúde Santa Ana e Vigilância Epidemiológica (Bairro Santa Ana)	381,68
Unidade Básica de Saúde Sanga do Café (Bairro Sanga do Café)	194,68
Unidade Básica de Saúde Santa Cruz (Bairro Santa Cruz)	301,86
Unidade Básica de Saúde Santa Líbera (Bairro Santa Líbera)	273,00
Unidade Básica de Saúde Santa Terezinha (Bairro Santa Terezinha)	206,51
Unidade Básica de Saúde Ouro Negro (Bairro Ouro Negro)	282,27
Unidade Básica de Saúde Vila Lourdes (Bairro Vila Lourdes)	268,09
Unidade de Saúde Vila Franca (Bairro Vila Franca)	268,09
Sala dos Motoristas (Bairro Centro)	158,68
UBS Saturno	387,29
UPA	644,66
TOTAL	5611,26
5 - Secretaria de Obras	Área (m²)
Carpintaria e Pavilhão das tintas	200,00
Fábrica de Lajota e depósito	1199,62
Lavação	106,75
Recepção	88,24
Garagem Municipal (Térreo) Oficina/borracharia/lubrificação	1377,60
Garagem Municipal (Superior) Arquivo morto/Almoxarifado	181,05
Bomba de combustível	36,00
TOTAL:	3189,26
6 - Prefeitura	Área (m²)
Prédio Paço Municipal (Bairro Centro)	1.179,64
Espaço Cidadão (Bairro Centro):	320,00
Centro de Eventos – Rua Coberta (Bairro Centro):	1.054,80
TOTAL:	2554,44
7 - Conselho Tutelar	Área (m²)
Conselho Tutelar (Bairro Centro):	81,36
TOTAL:	81,36
8 - Corpo de Bombeiros	Área (m²)
Prédio do Corpo de Bombeiros de Forquilha (Bairro Centro)	358,38
TOTAL	358,38
9 - Polícia Civil	Área (m²)

Polícia Civil (Bairro Centro)	252,28
TOTAL:	252,28
10 - Polícia Militar	Área (m²)
Polícia Militar (Bairro Centro)	660,00
TOTAL:	660,00
11 - Centro de Triagem	Área (m²)
Centro de Triagem (Bairro Ouro Negro)	639,35
TOTAL:	751,21
Total geral:	
Limpeza de caixa d'água	Quantidade
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 10.000 litros	8
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 8.000 litros	2
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 5.000 litros	7
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 1.000 litros	114
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 500 litros	6
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 310 litros	4
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 250 litros	4
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 2.000 litros	1
Serviço de higienização e limpeza de caixas d'água de 20.000 litros	1
TOTAL:	147

Desratização: 37.943,20 m2

Descupinização: 34.338,58 m2

Forquilha, 06 de Novembro de 2023.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 181.23

Publicação Nº 5507950

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE FORQUILHINHA CNPJ: 81.531.162/0001-58 Telefone: (48) 3463-8100 Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 - Centro CEP: 88850-000 - Forquilha	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 181/2023
	Processo Adm.: 181/2023 Data do Processo: 20/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 181/2023
b) **Nr. Licitação:** 181/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 04/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *A presente licitação tem por objetivo a aquisição de equipamentos agrícolas, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Forquilha/SC. Emenda Parlamentar Impositiva Estadual n.º 1754/2023.*

Participante: CASA DO PICA-PAU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COLHEDORA DE FORRAGEM com as seguintes especificações mínimas: acionamento a trator, com 12 facas de corte, um rotor, 04 rolos recolhedores, transmissão por caixa cardan, rotação de 540 rpm com eixo de entrada para a caixa de transmissão com espessura 3/4, largura de corte de 1 m área total, com sistema de quebrador de grãos e peneira removível, com produtividade máxima de 35 ton/hr.	MFH/FH1200	1,000	UN	81.000,00	81.000,00
Total do Participante:						81.000,00

Participante: CERES AGROPECUARIA LTDA

4	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO A VÁCUO rodado simples, capacidade 6000 litros	IPACOL	1,000	UN	54.800,00	54.800,00
Total do Participante:						54.800,00

Participante: TDF NEGÓCIOS AGROPECUÁRIOS LTDA. EPP

2	GRADE NIVELADORA equipada com no mínimo 30 discos, tamanho disco de mínimo de 20 polegadas, espessura do disco de mínimo de 3,5 mm, espaçamento entre discos de 200mm, diâmetro do eixo de mínimo 1 1/4 polegadas, peso de no mínimo 630 kg, discos da mesma marca do fabricante da grade.	METALFREIT	1,000	UN	22.900,00	22.900,00
3	CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE com as seguintes especificações mínimas: laterais fixas, rodado tandem, tampo traseiro com abertura lateral, capacidade de 6 ton. De carga, pneus novos aro 16/5 pol. Medidas da caçamba: largura 1,90 x 3,00 de comprimento x 0,80 de altura.	METALFREIT	1,000	UN	20.000,00	20.000,00
Total do Participante:						42.900,00
Total Geral:						178.700,00

Página: 2 / 2


Forquilha, 04/01/2024

JOSE CLAUDIO GONÇALVES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PR 160.23

Publicação Nº 5507947

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE FORQUILHINHA CNPJ: 81.531.162/0001-58 Telefone: (48) 3463-8100 Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 - Centro CEP: 88850-000 - Forquilha	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 160/2023
	Processo Adm.: 160/2023 Data do Processo: 17/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 160/2023
b) **Nr. Licitação:** 160/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 04/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *O presente edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução dos serviços especializados no controle ambiental de insetos rasteiros e roedores (desinsetização, desratização e descupinização) nas diversas Secretarias, Fundos, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha-SC.*

Participante: MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	DESRATIZAÇÃO.		37.943,2	M2	2,06	78.162,99
2	DESCUPINIZAÇÃO		34.338,5	M2	3,23	110.913,61
3	DESINSETIZAÇÃO Exterminação de todo e qualquer tipo de inseto (pernilongos, moscas, formigas, baratas, aranhas, traças, etc.)		37.943,2	M2	2,71	102.826,07
4	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 8.000 litros		2,000	UN	526,39	1.052,78
5	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 5.000 litros		7,000	UN	437,11	3.059,77
6	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 1.000 litros		114,000	UN	300,79	34.290,06
7	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 500 litros		6,000	UN	232,00	1.392,00
8	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 310 litros		4,000	UN	223,99	895,96
9	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 250 litros		4,000	UN	201,60	806,40
10	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 10.000 litros		8,000	UN	825,86	6.606,88
11	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 2.000 litros		1,000	UN	384,00	384,00
12	Serviço de Higienização e Limpeza de caixas d' água de 20.000 litros		1,000	UN	1.122,08	1.122,08
Total do Participante:						341.512,60
Total Geral:						341.512,60

Página: 2 / 2

Forquilha, 04/01/2024

JOSE CLAUDIO GONÇALVES

Fraiburgo

PREFEITURA

TERMOS DE CONVOCAÇÕES - AUXILIARES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Publicação Nº 5509084



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): NERCI PRATES MELO

CPF: 813.992.359-15

Telefone: 49 98505-1163

Celular: 49 98504-1362

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 1º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

NERCI PRATES MELO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): ANDREIA DO NASCIMENTO DE SOUZA

CPF: 027.256.469-95

Telefone: 49 98870-1716

Celular: 49 9882-20148

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 2º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

ANDREIA DO NASCIMENTO DE SOUZA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): VERA LUCIA SOARES MARTINS

CPF: 005.012.629-62

Telefone: 49999425298

Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 3º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

VERA LUCIA SOARES MARTINS



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): SIMONE ANDRE FERRARI

CPF: 016.015.324-74

Telefone: 49 99841-2322

Celular: 49 99985-2114

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 4º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- 1(uma) foto ¾ recente;
- Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- Cópia do CPF;
- Cópia da Identidade;
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- Comprovante de imunização;
- Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- CPF dos filhos;
- CPF e RG do cônjuge;
- Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

SIMONE ANDRE FERRARI



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): ANDRIELE BUENO FERREIRA

CPF: 107.660.939-21

Telefone: 49 99947-1345

Celular: 49 99947-1345

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 5º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

ANDRIELE BUENO FERREIRA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): CAROLINE APARECIDA TURATTI LIMANA

CPF: 118.603.149-29

Telefone: 4 9 9 9 1 1 5 - 2 4 2 7

Celular: 49 99826-8104

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 6º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

CAROLINE APARECIDA TURATTI LIMANA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): EMANUELA ALICE RIBEIRO

CPF: 081.455.199-85

Telefone: 49 99801-7456

Celular: 49 3246-4878

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 7º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 11 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

EMANUELA ALICE RIBEIRO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): LILIAN MARIA RIBEIRO POLLI

CPF: 715.517.439-49

Telefone: 49 99936-0744

Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 8º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

LILIAN MARIA RIBEIRO POLLI



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): IARA APARECIDA PIRES DE LIMA SOLIGO
CPF: 693.495.099-20

Telefone: 4 9 3 2 4 6 - 4 2 6 9

Celular: 49 99937-4641

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 9º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

IARA APARECIDA PIRES DE LIMA SOLIGO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES DA ROSA
CPF: 665.553.109-87

Telefone: 47 99715-1919

Celular: 49 3908-2009

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 10º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES DA ROSA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): MARCIA APARECIDA SCHIZZI
CPF: 016.879.439-07

Telefone: 49 99182-9282

Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 11º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

MARCIA APARECIDA SCHIZZI



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): ELIZANDRA GHELLER
CPF: 036.189.969-69

Telefone: 49 9972-3794

Celular: 49 9972-3794

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 12º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

ELIZANDRA GHELLER



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): GISLANE MUSSOLIN PEREIRA
CPF: 041.264.609-93

Telefone: 4 99 8893-2317

Celular: 49 99149-3377

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 13º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT Nº 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

GISLANE MUSSOLIN PEREIRA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): MARIA IVA NORDT MARTINSON
CPF: 78178770920

Telefone: 4 999 985 1319

Celular: 49999851319

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 14º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

MARIA IVA NORDT MARTINSON



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): VANIA APARECIDA BITTENCOURT DE OLIVEIRA
CPF: 00540763900

Telefone: 4 9 9 8 8 3 8 9 6 2 7
Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 15º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

VANIA APARECIDA BITTENCOURT DE OLIVEIRA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): JOSIANE DOS SANTOS
CPF: 007.410.029-73
Telefone: 4 9998365050
Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 16º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

JOSIANE DOS SANTOS



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): NILDE APARECIDA RIBEIRO
CPF: 688.558.189-53

Telefone: 49999481676

Celular:

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 17º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

NILDE APARECIDA RIBEIRO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): MARILENE MOREIRA

CPF: 701.334.509-10

Telefone: 49988458042

Celular: 49988458042

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 18º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento_____/_____/_____

MARILENE MOREIRA



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): SIDIANE FORCELINI COLAÇO
CPF: 789.302.009-15

Telefone: 49991200510

Celular: 49999202938

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 19º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

SIDIANE FORCELI COLAÇO



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a): EMANUELY MARQUES KAULING

CPF: 104.228.299-43

Telefone: 49 99122-4924

Celular: 49 99964-1249

Cargo: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Classificação: 20º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO- ACT N° 6 de 17 de março de 2023 e seu resultado homologado pelo Decreto n° 834/2023 convocamos-lhe à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO na vaga onde o Município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 2 dias do recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação, no Departamento de Gestão de Pessoal do Município de Fraiburgo.

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP;
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Cópia do diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Cópia do cartão da conta bancária (CAIXA);
- n) Cópia do comprovante de endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de imunização;
- p) Cópia da carteira de saúde atualizada para os cargos de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e Agente de Serviços Gerais;
- q) CPF dos filhos;
- r) CPF e RG do cônjuge;
- s) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- t) Certidão de antecedentes criminais, conforme Lei Municipal 297, de 17 de outubro de 2022. Certidão do Tribunal de Justiça do Estado onde mantém domicílio e Certidão da Polícia Federal.

Fraiburgo, SC, 09 de janeiro de 2024.

Responsável pela Convocação

Data do Recebimento ____/____/____

EMANUELY MARQUES KAULING

Garopaba

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - REURB AMBROSIO III - PROTOCOLO Nº 31804/2022

Publicação Nº 5508692

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ASSUNTO: Processo de Reurb instaurado no Município de Garopaba
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº: 31804/2022

NOTIFICANTE: MUNICIPIO DE GAROPABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob nº 82.836.057/0001-90, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, CEP: 88.495-000 Bairro Centro, Município de Garopaba/SC, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Planejamento Territorial, MATIAS LIMA RODRIGUES.

NOTIFICADO(S):

SUZANA TEREZINHA PENZ DA SILVA, ANTONIO LUIZ HELMANN DA SILVA, NELSON PACHECO VIEIRA, MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO VIEIRA, SUELEN CRISTINA VIEIRA AMORIM, JOELTON MOREIRA DE AMORIM, MARIA DAS NEVES NASCIMENTO DA SILVEIRA, MARIA TERESINHA FERNANDES, MANUEL JOSE MENEZES DE LA ROSA, VALERIA MAFRA, CLEONICE CLAUDIO, CLENILDA CLAUDIO, NILTON DE ARAUJO CARDOSO, VERLANE NASARET DE MORAES, JOSÉ CARLOS MAFRA, CAMILA DA ROSA, MAINARA RIBEIRO, NEUSA MARIA VIEIRA DA SILVEIRA, FRANCISCO ANFLOR FARIAS, GILMAR FERNANDES DE SOUZA, SIDNEY ESPINDOLA, ROSIANE DE ABREU, JOÃO BATISTA GUIMARÃES FILHO, NIVALDO NICOLAU GUIMARÃES, JOCELINA GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA, DAURI DE AMORIM, VILMAR BATISTA, ANDRÉIA MAFRA, BRUNO MILANI DOS SANTOS, JAQUELINE DA ROSA DA SILVA, LORIVO DA ROSA, VIVIANE COSTA SILVA, LEANDRO COELHO ROBAINA, ANICIO NASCIMENTO, DIEGO FRANCISCO PANDOLFO CHAVES, MARIA GURA CHAVES, ODILEI DA SILVA, VALMIR GONÇALVES, CARLOS ROBERTO SANTOS DA SILVA, PATRICE DE AVILA GELAIN, LUCIANO BIEDRZYCKI, MARCIA DALISA GUEDES DE QUADROS, LUIGI BECKER ISSI, ALBERTINA DE ARAUJO CARDOSO, DIEGO JOÃO PEREIRA, DIOVANI JOÃO PEREIRA, ALEXANDRE CONVERSANI JUNIOR, VARDELI LUIZ BENTO, LEOPOLDO JOÃO DE DEUS, LOURIVAL AMORIM DE DEUS, IMG EMPREENDIMENTOS LTDA, DOMINGAS VIEIRA, VERA REGINA CARDOSO, DEISE LISANA FOGLIATO DALA NORA, JULIANA DE AGUIAR, DIOVANI JOÃO PEREIRA, LAHOR BORQUES VAZ FILHO, ELIETE TORQUATO MENDES, SANDRO LUIS DE SOUSA, JANIO DA ROSA, VALDETE DA ROSA DE CAMPOS, NEUZA MARIA VIEIRA DA SILVEIRA, VANESSA DA ROSA, RAFAEL GOULART NUNES, MARIA ARLETE VIEIRA, MARCOS DE PAULO LEAL, ERNI CARLOS DE SENA ALMEIDA, LUIZ CARLOS BRINCKMANN, ITAMARA MENEGHEL DEMÉTRIO, MATHEUS FIRMINO REBELO, KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, VALDIR FIRMINO REBELO, PAULO CARDOSO, KAROLINE LOURENÇO DA SILVA, EMERSON DA SILVA, SIBELE CRISTINA VIEIRA, MICHEL AUGUSTO SARTORI, TIAGO LOBO, EUCLIDES SEBASTIÃO DE ALMEIDA COELHO, MARTA BECKER VILLAMIL, CARLOS ANSELMO PEDROSO, MARIA APARECIDA CARDOSO ZANELATO, IDIRLEI ZANELATO, JAILSON DA SILVA, VERA LUCIA DO NASCIMENTO SILVA, ALCIDES TEIXEIRA FARIAS.

DADOS DO NÚCLEO A SER REGULARIZADO:

Nome do Núcleo: AMBRÓSIO III

Localização: Rua Adelaide De Araujo Cardoso, Bairro Ambrósio

Ponto de Referência: Servidão Genuino Francelino De Araujo

Em atendimento ao disposto no Art. 31. da Lei Federal Nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e prosseguimento do processo administrativo de regularização fundiária do núcleo urbano informal descrito acima, instaurado na Secretaria de Planejamento Territorial de Garopaba, o Município de Garopaba vem, pela presente e na melhor forma admitida em direito, notificar os titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados para, querendo, apresentar impugnação ao procedimento administrativo supracitado, considerando que:

- Os proprietários/possuidores de imóveis integrantes do núcleo urbano regularizado, que optarem por não aderir à referida Reurb, somente poderão regularizar seus imóveis em momento posterior mediante requerimento do responsável pelo processo de regularização fundiária supracitado, sem prejuízo dos direitos de quem haja constado na listagem inicial, em conformidade com o Art. 49-A do Decreto Municipal Nº 191, de 03 de agosto de 2021;
 - A Prefeitura Municipal, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes, poderá exigir do parcelador o ressarcimento das importâncias por ela eventualmente despendidas;
 - Caso não seja possível destinação de áreas públicas conforme Art. 48 da Lei Municipal Nº 1467, de 29 de outubro de 2010, a Prefeitura Municipal poderá exigir do parcelador ressarcimento em pecúnia ou em área equivalente, no dobro da diferença entre o total das áreas públicas exigidas e as efetivamente destinadas;
 - A Prefeitura Municipal, para assegurar a regularização fundiária, bem como o ressarcimento integral de importâncias despendidas, ou a despendido, poderá promover judicialmente os procedimentos cautelares necessários aos fins colimados;
 - O município concede o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da presente notificação, para contestação;
 - Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos de que trata a lei supracitada;
 - A ausência de manifestação dentro do prazo estipulado será interpretada como concordância com a Reurb supramencionada;
- A visualização das peças processuais, e documentos que às acompanham, poderá ocorrer mediante consulta ao procedimento em trâmite na Secretaria de Planejamento Territorial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2024 RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 5507613

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2024

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
TRANSFERÊNCIA DIRETA	02/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 18.297,56
TRANSFERÊNCIA DIRETA	03/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 17.202,20
TRANSFERÊNCIA DIRETA	04/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 118.904,41
TRANSFERÊNCIA DIRETA	05/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 15.920,25
TRANSFERÊNCIA DIRETA	08/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 14.320,43
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	09/01/24	APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	R\$ 3.000,00
TRANSFERÊNCIA DIRETA	09/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 13.932,41
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	10/01/24	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R\$ 197.108,46
TRANSFERÊNCIA DIRETA	10/01/24	FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	R\$ 931.218,05
TRANSFERÊNCIA DIRETA	10/01/24	IPM - IPI EXPORTACAO - COTA MUNICIPIO	R\$ 7.284,88
TRANSFERÊNCIA DIRETA	10/01/24	CID - CIDE-CONTRIB. INTERVENCAO DOMINIO ECONOMICO	R\$ 7.367,83
TRANSFERÊNCIA DIRETA	10/01/24	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 216.012,44

Garopaba – SC, 11 de janeiro de 2024.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 12/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

MARCOS ANDRÉ CASCAES
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2024

Publicação Nº 5507888

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6190E99D313A53116830DB32182C940EC52C5FF

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2024
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2023
PMG

PROCESSO Nº: 135/2023; MODALIDADE: TP010/2023; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: POSITIVA EDIFICAÇÕES LTDA; CNPJ Nº: 07.380.344/0001-12; OBJETO: Contratação de empresa para executar obra da construção de pista de skate no Município de Garopaba, de acordo com o Convênio Federal nº 913470/2021, com fornecimento de material e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. VALOR: R\$ 549.844,58; DATA DA ASSINATURA: 09/01/2024. FISCAL DO CONTRATO: João Manoel do Nascimento – Matrícula nº 3718.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015.2024 - RAFAELA DAVIDONIS

Publicação Nº 5508605

Processo Seletivo 015/2024
O Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 015/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
Contratado: RAFAELA DAVIDONIS
Objetivo: ENFERMEIRO
Valor: R\$ 4.667,24 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) mensais
Vigência: De 09/01/2024 até 09/07/2024, prorrogável conforme legislação vigente

PORTARIA Nº. 145/2024

Publicação Nº 5508724

PORTARIA N.º 145, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o (a) servidor (a) VIVIANE MARIA RAULINO matrícula n.º 9543-02, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 11/01/2024.
§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a responsabilidade de analisar processos fiscais junto ao setor Administrativo Fiscal, da Secretaria Municipal de Fazenda.
Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 11/01/2024.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de janeiro de 2024.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal
Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 146/2024

Publicação Nº 5508726

PORTARIA N.º 146, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, LUCAS DA ROSA, CPF nº. ***.***.309-31, das funções do cargo de ASSESSOR DE GABINETE DO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, a partir de 10/01/2024.
Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.
Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 10/01/2024.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 147/2024

Publicação Nº 5508729

PORTARIA N.º 147, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, SUELEN MARIA DE SOUZA, CPF nº. ***.***.489-85, das funções do cargo de DIRETOR DE ESCOLA, a partir de 01/01/2024.
Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.
Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/01/2024.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

PORTARIA Nº. 148/2024

Publicação Nº 5508731

PORTARIA N.º 148, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 2.410/2022 e alterações,

RESOLVE,
Art. 1º. EXONERAR, nos termos do art. 56, Inciso I da Lei Municipal n.º 1000/2005, CHIRLEM PACHECO CARDOSO, CPF n.º. ***.***.749-93, das funções do cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, a partir de 01/02/2024.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/02/2024.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de janeiro de 2024.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 12/01/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508906

PORTARIA Nº 01 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO PEREIRA DOS SANTOS, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 39, inciso III, alínea “b”, do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, regulamentares de 15 (quinze) dias, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal nº 1000/2005, a Servidora Aparecida Aguiar de Amorim, ocupante do cargo Comissionado de DIRETOR DE REDAÇÃO, LEGISLAÇÃO E PROCESSOS LEGISLATIVO, Matrícula Funcional nº 151-03, no período de 15/01/2024 à 29/01/2024, relativo ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 11 de janeiro de 2024.
Jairo Pereira dos Santos
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2024, de acordo com a Lei Municipal nº. 2.446 de 26/08/2022.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG 001/2024

Publicação Nº 5507479

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AA11BBB6CD199D5F8755DC01F95A1EB8C47387D5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 001/2024
PROCESSO PMG nº 070/2023
MODALIDADE: Pregão Presencial

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal
CONTRATADA: NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA
CNPJ sob nº 19.850.311/0001-78

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Merendeira nas Unidades Escolares do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR MENSAL: R\$ 48.499,92 (quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).
VALOR TOTAL: 581.999,04 (quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 01/02/2024 a 31/01/2025
DATA DE ASSINATURA: 11/01/2024

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13/2024

Publicação Nº 5507462

PORTARIA Nº. 13 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
"DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual nº 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1º Designar MARLI GRUN PARISOTTO – portadora do CPF nº 602.762.319-53, servidora desta municipalidade, para atuar como fiscal do contrato PMG Nº 001/2024, firmado com a empresa NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.850.311/0001-78, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Merendeira nas Unidades Escolares do Município, conforme especificações constantes no Termo de Referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001/2024 NÍVEL SUPERIOR

Publicação Nº 5509681

EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 001/2024 NÍVEL SUPERIOR

A Câmara de Vereadores de Gaspar, com a observância da Lei Ordinária Nacional nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, da Lei Ordinária Municipal nº 3.824, de 11 de dezembro de 2017, da Lei Ordinária Municipal nº 3.686, de 26 de fevereiro de 2016, da Lei Ordinária Municipal nº 4.182, de 17 de fevereiro de 2022, bem como da Resolução nº 16, de 3 de fevereiro de 2023, da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, torna pública a abertura de processo seletivo simplificado para seleção e cadastro de estagiários, conforme especificações constantes deste Edital.

1. Do objetivo

1.1 O programa de estágios, cuja seleção é regida pelo presente Edital, tem por objetivo o desenvolvimento profissional e pessoal dos estudantes interessados, através da sua inserção no desempenho de atividades nas áreas de Administração [nela compreendida suas subdivisões] Administração Pública, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Comunicação em Mídias Digitais, Direito, Gestão Comercial, Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Gestão de Negócios, Gestão de Pessoas, Gestão Pública e Gestão de Recursos Humanos, constituindo ferramenta importante para inserção no mercado de trabalho e para potencialização e aplicação dos conhecimentos dos seus respectivos cursos de graduação, visando a seleção para até 12 (doze) vagas simultâneas, bem como para a formação de cadastro de reserva.

2. Do período e da forma de inscrição

2.1 Os interessados poderão realizar suas inscrições no período compreendido entre 15 de janeiro de 2024 (inclusive) e 15 de 15 e fevereiro 2024 (inclusive), através do link constante no sítio virtual da Edilidade (www.camaragaspar.sc.gov.br), ou, ainda, pelo sítio virtual <http://www.ceinee.org.br/#/home> e/ou através dos botões, abas e/ou links adequados no sítio virtual do CEINEE.

2.2 A inscrição é isenta do pagamento de qualquer taxa.

3. Dos requisitos para participação

3.1 Os interessados na participação do programa deverão comprovar ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data de sua admissão, além de:

3.1.2 Estarem cursando no mínimo o 1º (primeiro) semestre e no máximo no penúltimo semestre dos cursos de nível superior elencados no item 1.1.

3.1.3 Não possuírem nenhuma bolsa de pesquisa e/ou extensão remunerada;

3.1.4 Terem disponibilidade para o cumprimento da jornada horária do programa de estágio, podendo esta ser de quatro horas diárias e vinte semanais, ou seis horas diárias e trinta semanais.

3.1.5 As jornadas de seis horas diárias e trinta semanais serão cumpridas obrigatoriamente das 13h00min às 19h00min, enquanto as de quatro horas diárias e vinte semanais serão definidas no momento do início do desempenho das funções, respeitando sempre o horário de funcionamento da Câmara Municipal, ou seja, não terão início antes das 13h00min, tampouco término após as 19h00min.

4. Da documentação necessária para a inscrição

4.1 Para se inscrever no programa o interessado deverá apresentar, sob pena de exclusão do processo seletivo, os seguintes documentos:

4.1.2 Ficha de inscrição corretamente preenchida;

4.1.3 Comprovante de matrícula atualizado, compatível com o estágio pretendido, bem como de frequência escolar atestados pela instituição de ensino;

4.1.4 Histórico escolar completo do curso superior.

5. Dos critérios de classificação do processo seletivo

5.1 A classificação dos interessados no presente processo seletivo se dará pela adoção dos seguintes critérios:

5.1.2 Rendimento escolar, aferido pela média do candidato em seu curso superior, considerando-se as notas de todas as matérias de todos os semestres já cursados;

5.1.3 Entrevista.

5.1.3.1 A entrevista será realizada pela coordenadoria e supervisão do programa, com os 30 (trinta) primeiros colocados no critério rendimento escolar, sendo realizada em dia e horário a serem agendados, consistindo em:

5.1.3.1.1 Perguntas para averiguação do conhecimento do candidato na área do seu curso de graduação, as quais resultarão em nota atribuída ao candidato, que pode somar de 0 (zero) até 2 (dois) pontos nesta etapa;

5.1.3.1.2 Perguntas para avaliar a capacidade do interessado em expressar ideias e informações de forma clara e precisa, bem como para avaliar sua desenvoltura e sua proatividade, as quais resultarão em nota atribuída ao candidato, que pode somar de 0 (zero) até 2 (dois) pontos nesta etapa.

5.2 A nota final dos candidatos e consequentemente a ordem de classificação final será definida pela soma do rendimento escolar com a pontuação das notas obtidas na entrevista.

5.3 Em caso de empate, serão adotados, nesta ordem, os seguintes critérios de desempate entre os candidatos:

5.3.1 Desempate em favor do candidato de maior idade;

5.3.2 Sorteio.

5.4 O candidato que faltar à entrevista será automaticamente excluído do processo seletivo.

5.5 Em caso de candidatos faltantes, serão convocados para entrevista candidatos classificados além da trigésima posição na etapa do rendimento escolar, por ordem de classificação, em número igual ao de faltantes.

6. Das listas de classificação

6.1 As listas de classificação, seja aquela relativa à primeira fase, seja aquela relativa à classificação final, serão disponibilizadas no mural da Edilidade, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e, ainda, no sítio virtual da Câmara Municipal de Gaspar (www.camaragaspar.sc.gov.br) – Acesso à Informação – Programa de Estágio.

7. Dos documentos para admissão

7.1 Serão exigidos para admissão do candidato, resultando a falta de apresentação de qualquer deles na sua exclusão do certame, os seguintes documentos:

7.1.2 Cópia da carteira de identidade com o registro geral (RG);

7.1.3 Cópia do cadastro de pessoa física (CPF);

7.1.4 Cópia do título de eleitor;

7.1.5 Comprovação de quitação das obrigações eleitorais;

7.1.6 Comprovação de quitação das obrigações militares, quando homem;

7.1.7 Cópia do cartão do PIS/PASEP/inscrição no INSS;

7.1.8 Cópia da certidão de casamento, se houver, com as respectivas atualizações e/ou averbações;

7.1.9 Comprovante de residência;

7.1.10 Comprovante de matrícula no seu curso superior, no semestre que esteja cursando, bem como atestado de frequência fornecido pela instituição de ensino;

7.1.11 Cópia da carteira de trabalho e previdência social (páginas que constem número, série, qualificação, data de expedição e alterações de identidade);

7.1.12 Foto 3x4 (três por quatro) atual;

7.1.13 Qualificação cadastral do sistema eSocial com a informação "dados corretos";

7.1.14 Laudo de inspeção de saúde;

7.1.15 Termo de compromisso de estágio;

7.1.16 Declaração ao anexo I da Lei Ordinária Municipal nº 2.826/2007;

7.1.17 Declaração de não ter sofrido penalidades no exercício de função pública;

7.1.18 Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função ou emprego perante o Poder Público;

7.1.19 Declaração sobre contribuição previdenciária e recebimento de aposentadoria;

7.1.20 Declaração atualizada de bens e direitos;

7.1.21 Declaração informando os números de telefone pelos quais pode ser contatado;

7.1.22 Certidões negativas criminais expedidas pela Justiça Estadual Catarinense (selecionar Comarca de Gaspar) e pela Justiça Federal da 4ª (quarta) Região.

7.2 Os documentos referidos nos itens 7.1.13 (inclusive) a 7.1.21 (inclusive) poderão ter modelos solicitados/retirados na Câmara de Vereadores de Gaspar para posterior preenchimento pelo candidato.

7.3 O encaminhamento para realização do exame para emissão do laudo de inspeção de saúde deverá ser solicitado na Câmara de Vereadores de Gaspar e será realizado às expensas da edilidade.

8. Da bolsa e da jornada

8.1 O valor mensal da bolsa-estágio será de R\$ 788,16 [setecentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos] para aqueles com jornada de quatro horas diárias e vinte semanais e R\$ 1.182,37 [mil cento e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos] para aqueles com jornada de seis horas diárias e trinta semanais, resultante dos termos da Lei Ordinária Municipal nº 4.182, de 17 de fevereiro de 2022.

8.2 O valor será atualizado de acordo com o índice de reajuste dos servidores públicos municipais, conforme preconiza o artigo 3º da Lei Ordinária Municipal nº 4.182, de 17 de fevereiro de 2022.

8.3 O estagiário faz jus ainda ao pagamento de auxílio-transporte no valor de duas passagens por dia de estágio efetivamente cumprido em cada mês, em cumprimento ao disposto no artigo 4º da Lei Ordinária Municipal citada nos itens imediatamente anteriores.

8.4 A jornada desempenhada será compatível com o turno das atividades escolares, durante o horário de expediente da Câmara de Vereadores, já tendo sido descrita no item 3.1.5.

8.5 A opção pela jornada de quatro horas diárias e vinte semanais ou pela de seis horas diárias e trinta semanais será realizada mediante acordo entre o responsável pela convocação e pelo candidato, levando em conta as necessidades da Câmara Municipal e a disponibilidade horária do candidato.

9. Das vagas

9.1 A convocação e consequente contratação dos estagiários se dará conforme a necessidade da Câmara de Vereadores de Gaspar e estará limitada a 12 (doze) vagas simultâneas, ao passo que os candidatos classificados após as duas primeiras vagas constituirão cadastro de reserva.

9.2 A classificação de candidato entre as 12 (doze) primeiras colocações não gera direito à contratação, contudo, qualquer convocação deverá sempre respeitar a ordem de classificação, asseguradas, por sua vez, as vagas para pessoas com deficiência e aquelas destinadas a candidatos negros, nos percentuais legais adiante dispostos.

9.3 Fica assegurado aos candidatos com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) da totalidade das vagas que podem ser simultaneamente preenchidas.

9.4 A comprovação da condição de pessoa com deficiência se dará após a seleção e antes da celebração do Termo de Compromisso de Estágio, por meio de apresentação de laudo pericial emitido por médico particular, que atestará a condição alegada e a aptidão para realização do estágio, e que será submetido à homologação por Médico Oficial, entendendo-se este como profissional dos quadros de empresa contratada pela Câmara de Vereadores de Gaspar.

9.5 Fica assegurado aos candidatos negros o percentual de 20% (vinte por cento) das que possam ser simultaneamente preenchidas, em cumprimento ao que estipula a Lei Ordinária Municipal nº 3.686, de 26 de fevereiro de 2016.

9.6 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros as pessoas que se autodeclararem negros ou pardos no ato da inscrição, conforme definição estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

10. Das disposições finais

10.1 Todos os candidatos devem ter ciência de que o programa de estágio descrito neste Edital, apesar de oferecer bolsa em pecúnia, não caracteriza e não gera qualquer vínculo empregatício ou estatutário com a Câmara de Vereadores de Gaspar.

10.2 A admissão do candidato aprovado dependerá, como condição de possibilidade, da existência de convênio entre a instituição de ensino que frequenta e a Câmara de Vereadores de Gaspar.

10.3 O não cumprimento, por qualquer candidato, de qualquer dos termos deste Edital, implicará na sua exclusão do processo seletivo.

10.4 Os documentos apresentados no ato da inscrição e no ato da admissão não serão devolvidos aos candidatos, ao passo que qualquer falsidade documental sujeitará o candidato às sanções legais cabíveis.

10.5 A duração do estágio será de até 1 (um ano), prorrogável, uma vez, por igual período, a critério da Câmara de Vereadores de Gaspar.
10.6 Casos omissos e não previstos serão analisados e julgados pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Câmara de Vereadores de Gaspar (SC), 11 de janeiro de 2024.

Mesa Diretora

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Vice-Presidente

ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA
Primeiro Secretário

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR
Segundo Secretário

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO CM 007/2022

Publicação Nº 5509016

Aditivo de Contrato Nº 3/2024

Aditivo de Contrato

TERMO ADITIVO 002 AO CONTRATO CM 007/2022

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR E A EMPRESA VIRTUALIZA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.

1. A Câmara Municipal de Gaspar e a empresa Virtualiza Tecnologia da Informação Ltda, decidem, em comum acordo, aditar o Contrato nº CM 007/2022, para reajustar os valores constantes dos quadros 2 e 3 da cláusula 1.2 do instrumento contratual, em percentual correspondente a 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento), o qual consiste na variação acumulada do IPCA nos últimos 12 (doze) meses.
2. O reajuste inflacionário visa manter o equilíbrio da relação contratual, tendo permissão legislativa e autorização fundamentada em Resolução específica da Presidência.
3. Os custos decorrentes do presente aditivo serão suportados pelo orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Gaspar.
4. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em duas vias de igual teor, passando a vigorar a partir da sua assinatura.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

VIRTUALIZA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA JANAINA JANUÁRIO CAMILO CAETANO
Representante

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO CM Nº 003/2023

Publicação Nº 5509012

Aditivo de Contrato Nº 1/2024

Aditivo de Contrato

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO CM Nº 003/2023

1. Pelo presente termo aditivo, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e a empresa WORK IMPRESSORAS LTDA - EPP decidem em comum acordo prorrogar a vigência do Contrato CM 003/2023 pelo prazo de 12 (doze) meses.
2. A prorrogação passa a ter vigência no dia 3 de fevereiro de 2024, ou seja, no dia imediatamente subsequente ao fim da vigência inicial, tendo sido autorizada por Resolução específica da Presidência da Câmara.
3. Todas as demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
4. As despesas decorrentes deste Aditivo correrão por conta do orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Gaspar, 11 de janeiro de 2024.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

WORK IMPRESSORAS LTDA - EPP KÁTIA WATERKEMPER MACHADO
Representante

RESOLUÇÃO Nº 2/2024

Publicação Nº 5507998

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 2/2024**

Determina a transferência de saldo para conta específica destinada à realização de despesas na forma de Suprimento de Fundos e dá outras providências.

O **Presidente** da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais regimentais;

Considerando o disposto na Resolução nº 134, de 28 de outubro de 2023, da Mesa Diretora desta Casa de Leis;

Considerando que o servidor responsável pela realização de despesas sob regime de adiantamento já foi designado pela Resolução nº 162, de 8 de dezembro de 2023, da Presidência da Edilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Determino a transferência, a título de adiantamento e/ou suprimento de fundos, do saldo correspondente à R\$8.000,00 (oito mil reais) para a seguinte conta bancária: Conta Suprimento, Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073-1, Conta nº 581.840.833-0, Servidor Suprido: Pedro Paulo Schramm (conforme Resolução 162/2023).

§1º A importância referida no *caput* deste artigo deverá ser dividida da seguinte forma:

I- R\$4.000,00 (quatro mil reais) para despesas materiais de consumo - 30.96;

II - R\$4.000,00 (quatro mil reais) para despesas com outros serviços de terceiros - pessoas jurídicas - 39.96.

§2º O adiantamento disposto *caput* deste artigo terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, conforme estabelecido no art. 6º da Resolução 134/2023.

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camargaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 3VPP4-91VGF-YIDCO-7W4BZ-D86J6





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Programa: 001 – Manutenção do Legislativo; Ação: 2004 - Manutenção das Atividades em Geral; Modalidade: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.

Art. 3º A forma de utilização dos recursos deverá seguir rigorosamente as regras já disciplinadas pela Resolução nº 134/2023.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de janeiro de 2024.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: 3VPP4-91VGF-YIDCO-7W4BZ-D86J6





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo N°: 50**Protocolo Data:** 10/01/2024**Documento N°:** 2/2024**Processo N°:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 10/01/2024 às 13:54

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

3VPP4-91VGF-YIDCO-7W4BZ-D86J6

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Hilário Melato**Data** 10/01/2024 19:01**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44

RESOLUÇÃO Nº 3/2024

Publicação Nº 5508841

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 3/2024****AUTORIZA A ADITIVAÇÃO DOS
CONTRATOS QUE ESPECIFICA.**

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 41, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido apresentado pela empresa Virtualiza Tecnologia da Informação Ltda, constante do ofício interno nº 210/2023 (anexo à presente Resolução), bem como a fundação nele contida;

Considerando a possibilidades legal e editalícia expressas admitindo o reajuste contratual com base em índice inflacionário;

Considerando a demonstração da majoração dos custos, bem como que a Administração Pública não pode se locupletar indevidamente às expensas dos seus fornecedores;

Considerando a necessidade da Câmara de Vereadores de Gaspar em manter os serviços de impressão;

Considerando a possibilidade legal de prorrogação do contrato referente aos serviços de impressão;

Resolve:

Art. 1º Fica autorizada a aditivação do contrato CM 007/2022 (software de gestão dos processos legislativo e administrativo), para reajuste dos valores, levando em consideração o índice acumulado do IPCA nos últimos 12 (doze) meses, qual seja, de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento).

Art. 2º Fica autorizada a aditivação do contrato CM 003/2023 (serviços de impressão), para sua prorrogação pelo período de 12 (doze) meses.

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: R8PW3-406KH-DTSMS-97EIG-PL9WH





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º As aditativas descritas no artigo anterior serão suportadas pelo orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 11 de janeiro de 2024.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: R8PW3-4O6KH-DTSM5-97E16-PL9WH



AVENIDA DAS COMUNIDADES, 133 – 89110-085 – GASPAR – SC – CP: 29 – FONE/FAX: (47)3332-2028 – CNPJ: 83.543.546/0001-16
www.camaragaspar.sc.gov.br



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 58**Protocolo Data: 11/01/2024****Documento Nº: 3/2024****Processo Nº: SN**

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 11/01/2024 às 14:04

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

R8PW3-4O6KH-DTSMS-97EI6-PL9WH

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Hilário Melato**Data** 11/01/2024 14:36**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44

RESOLUÇÃO Nº 4/2024

Publicação Nº 5508844

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 4/2024**

Revoga a Resolução 76/2023 e dá outras providências.

A **Mesa Diretora** da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no Regimento Interno, faz saber,

Considerando que se verificou a necessidade de retorno da servidora cedida à Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Gaspar ao desempenho de suas funções nesta Casa de Leis, notadamente em razão da saída recente de coladores que desempenhavam funções correlatas com as da servidora;

Considerando que a cessão em questão pode ser revista a qualquer tempo, por meio ato competente;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 76, de 4 de maio de 2023, da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Parágrafo único. Em razão do disposto no *caput* deste artigo, a servidora Scheila Seberino da Silva, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços do Legislativo, deverá retornar ao desempenho de suas funções na Câmara de Vereadores de Gaspar no dia 22 de janeiro de 2024.

Art. 2º Expeça-se a necessária comunicação, a fim de dar ciência à servidora em questão e ao Sr. Delegado responsável pela delegacia desta Comarca.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 22 de janeiro de 2024.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 10 de janeiro de 2024.

MESA DIRETORA

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Vice-Presidente

ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA
Primeiro Secretário

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR
Segundo Secretário

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: E26WO-2RTBO-J1ZP6-V8HHR-82EPL





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 63**Protocolo Data:** 11/01/2024**Documento Nº:** 4/2024**Processo Nº:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 10/01/2024 às 13:06

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

E26WO-2RTBO-J1ZP6-V8HHR-82EPL

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Carlos de Carvalho

Junior

Data 11/01/2024 15:26**CPF/CNPJ** 130.XXX.XXX-50**Nome** José Hilário Melato**Data** 10/01/2024 19:02**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44**Nome** Roberto Procópio de

Souza

Data 11/01/2024 14:30**CPF/CNPJ** 366.XXX.XXX-90**Nome** Zilma Mônica Sansão

Benevenutti

Data 11/01/2024 10:56**CPF/CNPJ** 816.XXX.XXX-00

RESOLUÇÃO Nº 5/2024

Publicação Nº 5509102

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 5/2024****NOMEIA SERVIDORES PARA OS
CARGOS DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **MESA DIRETORA** da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 32, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO o teor da Lei Ordinária Municipal n.º 3.348, de 28 setembro de 2011, bem como o que dispõe a Lei Ordinária Municipal n.º 4.312, de 26 de maio de 2023;

CONSIDERANDO o teor da documentação apresentada, a qual demonstrou o preenchimento dos requisitos necessários pelos indicados;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para os cargos de provimento em comissão os servidores adiante elencados:

I - André Leonardo Darós, para o cargo de Assessor Parlamentar, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, por indicação do vereador **Ciro Andre Quintino**;

II - Eloisa Maria Quadro Cezário, para o cargo de Assessora da Presidência II, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, por indicação do vereador **José Hilário Melato**;

III - Fernando de Borba Castro, para o cargo de Assessor Parlamentar, que exige como grau de escolaridade mínima o nível médio completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, por indicação do vereador **Dionísio Luís Bertoldi**;

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: E57D4-4XACH-VP66J-XOM44-KIKOC





GASPAR

CÂMARA MUNICIPAL

IV - Ramires dos Santos, para cargo de Assessor de Gabinete, que exige como grau de escolaridade mínima o nível superior completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, por indicação do vereador **Ciro Andre Quintino**;

V - Rubens Pereira, para o cargo de Assessor da Presidência, que exige como grau de escolaridade mínima o nível superior completo, com carga horária de 30 horas semanais e remuneração de lei, por indicação do vereador **José Hilário Melato**

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2024, data em que os citados servidores iniciarão o desempenho das funções nos respectivos cargos.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 11 de janeiro de 2024.
MESA DIRETORA

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Vice-Presidente

ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA
Primeiro Secretário

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR
Segundo Secretário

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: E57D4-4XACH-VP66-LXOM4-KIKOC





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo N°: 67**Protocolo Data:** 11/01/2024**Documento N°:** 5/2024**Processo N°:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 11/01/2024 às 13:23

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

E57D4-4XACH-VP66J-XOM44-KIKOC

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Carlos de Carvalho Junior**Data** 11/01/2024 15:25**CPF/CNPJ** 130.XXX.XXX-50**Nome** José Hilário Melato**Data** 11/01/2024 13:45**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44**Nome** Roberto Procópio de Souza**Data** 11/01/2024 14:30**CPF/CNPJ** 366.XXX.XXX-90**Nome** Zilma Mônica Sansão Benevenuti**Data** 11/01/2024 16:59**CPF/CNPJ** 816.XXX.XXX-00

RESOLUÇÃO Nº 6/2024

Publicação Nº 5509216

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 6/2024**

**EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR
QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A **MESA DIRETORA** da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o teor do ofício subscrito pelo servidor Ricardo Lunge;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir do dia 16 de janeiro de 2024, inclusive, o servidor Ricardo Lunge, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Imprensa.

Parágrafo único. O último dia de vínculo com a Câmara de Vereadores de Gaspar é 15 de janeiro de 2024.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento próprio deste Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara de Vereadores de Gaspar, 11 de janeiro de 2024.

MESA DIRETORA

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI
Vice-Presidente

ROBERTO PROCÓPIO DE SOUZA
Primeiro Secretário

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR
Segundo Secretário

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: NA2UD-4PK4-JBD7S-NO8P7-5AKLO





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo N°: 71**Protocolo Data:** 11/01/2024**Documento N°:** 6/2024**Processo N°:** SN

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 11/01/2024 às 15:28

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

NA2UD-4PKK4-JBD7S-NO8P7-5AKL0

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Carlos de Carvalho

Junior

Data 11/01/2024 17:54**CPF/CNPJ** 130.XXX.XXX-50**Nome** José Hilário Melato**Data** 11/01/2024 15:42**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44**Nome** Roberto Procópio de
Souza**Data** 11/01/2024 17:02**CPF/CNPJ** 366.XXX.XXX-90**Nome** Zilma Mônica Sansão
Benevenuti**Data** 11/01/2024 16:58**CPF/CNPJ** 816.XXX.XXX-00

RESOLUÇÃO Nº 7/2024

Publicação Nº 5509768

**GASPAR**
CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 7/2024**

Concede antecipação da gratificação anual à servidora que especifica e dá outras providências.

O **Presidente** da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no artigo 41, incisos V e VI da Lei Orgânica Municipal, bem como no Regimento Interno da Edilidade,

Considerando o teor do Ofício de Férias nº 10/2023, subscrito pela servidora Simone Carime Makki Voigt, através do qual solicitou, entre outros direitos, adiantamento de 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual do exercício de 2024, conforme legalmente é permitido pela Lei Municipal nº 1.305/1992, art. 77, § 5º,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adiantamento de 50% (cinquenta por cento) da gratificação anual do exercício de 2024 à servidora Simone Carime Makki Voigt.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 09 de janeiro de 2024.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

Este documento foi assinado digitalmente. Para confirmar a autenticidade e verificar as assinaturas, acesse:
Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura> e digite o identificador: LHZW8-5H39Y-VTV7U-251S6-KBOKQ





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

O PODER UNIDO É MAIS FORTE

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Resolução

Protocolo Nº: 79**Protocolo Data: 11/01/2024****Documento Nº: 7/2024****Processo Nº: SN**

Gerado por Marcos Alexandre Klitzke na repartição Procuradoria Jurídica dia 09/01/2024 às 15:04

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

LHZW8-5H39Y-VTV7U-251S6-KBOKQ

Para confirmar a autenticidade acesse [www://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura](http://www.camaragaspar.sc.gov.br/validador-assinatura)

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.

**Nome** José Hilário Melato**Data** 11/01/2024 18:27**CPF/CNPJ** 291.XXX.XXX-44

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PORTARIA SAMAE Nº004/2024 RESCISAO CONTRATO HUELITON JOAO DOS SANTOS

Publicação Nº 5507709

PORTARIA Nº 004/2024

O DIRETOR GERAL DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 1242/2018,

RESOLVE:

Rescindir por termino de contrato temporário de trabalho, firmado com o Sr. HUELITON JOÃO DOS SANTOS do Cargo de Oficial Técnico do quadro de pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Agua e Esgoto – SAMAE a partir do dia 10/01/2024.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 11 de janeiro de 2024.

ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do SAMAE

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº 1/2023 - ADITIVO Nº 2/2024

Publicação Nº 5508142

Contrato Nº : 1/2023

Aditivo Nº : 2/2024

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IBIRAMA

Contratada : LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

Cnpj : 19.207.352/0001-40

Licitação : Pregão Eletrônico 15/2022

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de administração e gestão de sistemas, operados através de cartão magnético, fornecimento dos cartões personalizados com senha e logotipo exclusivo e com função de débito, denominado Cartão Cidadania, destinado às famílias com direito a Benefícios Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Ibirama - SC.

Vigência : Início: 01/02/2024 Término: 01/02/2025

Assinatura : 10/01/2024

Valor R\$: 328.020,00 (Trezentos e Vinte e Oito Mil e Vinte Reais) – (estimado)

FISCAL: FABIANI TENFEN SOBERANSKI

DECRETO Nº 5.298, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DE ISENÇÕES DE IMPOSTO PREDIAL, IMPOSTO TERRITORIAL E SUAS TAXAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024, DESIGNANDO SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5508136

DECRETO nº 5.298, de 10 de janeiro de 2024.

"INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DE ISENÇÕES DE IMPOSTO PREDIAL, IMPOSTO TERRITORIAL E SUAS TAXAS PARA O EXERCÍCIO DE 2024, DESIGNANDO SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão para Análise de Isenções de Imposto Predial, Imposto Territorial Urbano e suas Taxas, para o exercício de 2024, em observância ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 23, de 04 de dezembro de 2001 (Código Tributário do Município de Ibirama – CTM).

Art. 2º A Comissão terá a função de analisar os requerimentos de isenções protocolizados no exercício de 2024, devidamente acompanhados do cadastro e documentos solicitados.

Parágrafo único. Caberá ao(a) Secretário(a) de Administração e Finanças a homologação dos resultados analisados pela Comissão designada.

Art. 3º A Comissão será composta por 7 (sete) membros, podendo reunir-se com quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) de seus membros.

Art. 4º Ficam designados os seguintes membros para comporem a Comissão de Análise para Isenções de Imposto Predial, Imposto Territorial e suas Taxas:

MEMBROS: 1. Jefferson Flores;
2. Heitor Koprowski;
3. Benisio Peters;
4. Emerson Possamai;
5. Jonathan Menegaz de Faveri;
6. Eder Laurindo; e
7. Ronan Zimmer.

Art. 5º Fica estabelecida a data limite de 31/05/2024, para protocolar o pedido de isenção de Imposto Predial e Territorial para o exercício de 2024, nos termos do disposto na Lei Complementar Municipal nº 192, de 22 de novembro de 2021, que acrescentou o inc. IV ao art. 145 da Lei Complementar Municipal nº 23, de 04 de dezembro de 2001, que instituiu o Código Tributário do Município de Ibirama (CTM).

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de janeiro de 2024.

JUCÉLIO JOSÉ DE ANDRADE

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto na data supra.

VALDUR RICARDO ROSENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Içara

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 002/FMS/2024

Publicação Nº 5508536

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 717B21F291E66605214E176487FA4A79F6C72625

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/FMS/2024

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 01/02/2024 às 09:00 horas.

Objeto: REGISTRAR PREÇO para fornecimento de insumos e instrumentais odontológicos, objetivando a manutenção do contínuo serviço de odontologia no município de Içara. Retirada do Edital através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 11 de janeiro de 2024.

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/FMS/2024

Publicação Nº 5507781

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 17A0678C2EED11EA71F10CDDDB2CB485ECE5532F9

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IÇARA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/FMS/2024

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 26/01/2024 às 09:00 horas.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de Seguro Total para os veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde Içara/SC, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio, danos materiais, danos causados pela natureza e assistência 24 horas. Retirada do Edital através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara – SC, 11 de janeiro de 2024.

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA PORTARIA Nº GP 1.260/2023 DE 01 DE AGOSTO DE 2023

Publicação Nº 5508150

Processo Administrativo

Portaria nº GP 1.260/2023 de 01 de agosto de 2023.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de processo administrativo disciplinar, aberto pela portaria nº GP 1.260/2023, com objetivo de apurar a possível infração do Inciso X do art. 166 da Lei Complementar 03/99, sendo imputada responsabilidade à servidora R.A.E.

Dessa forma, considerando a conclusão da comissão de processo administrativo, a qual sigo integralmente, decido que as acusações contra a Sra. R.A.E. sejam devidamente esclarecidas e consideradas em seu contexto adequado. Assim, determino o ARQUIVAMENTO do presente processo.

Intime-se a interessada, publique-se, registre-se.

Içara, 10 de janeiro de 2024.

NERILDA VANDIR FELISBERTO

Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/PMI/2024

Publicação Nº 5507393

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2024

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA

Contratada...: COOPAFI- COOP. DE AGRIC. E PESCA FAMILIAR DE IÇARA

Valor : 1.161.717,20 (um milhão cento e sessenta e um mil setecentos e dezessete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 31/12/2024

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 143/2023 Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (37), 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (38),

2.031.3.3.90.00.00.00.00 (39), 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (40) Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE ENSINO DESTE MUNICÍPIO DE IÇARA, (CRECHE, PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- EJA), DURANTE O ANO LETIVO DE 2024.

Içara, 02 de Janeiro de 2024 DALVANIA PEREIRA CARDOSO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/PMI/2024

Publicação Nº 5507690

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A4A829CEDEFAD5CA112BE15947C814504835856D

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2024

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA Contratada...: OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA

Valor : 181.536,00 (cento e oitenta e um mil quinhentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 02/01/2024 Término: 01/01/2025 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 154/2023 Recursos : Dotação: 2.105.3.3.90.00.00.00.00 (157) Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA PÚBLICA, PARA APOIO AO SETOR DE

CONTROLADORIA INTERNA NA EXECUÇÃO DAS SUAS TAREFAS E ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS AOS ÓRGÃOS EXTERNOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NO ATENDIMENTO AS NORMAS LEGAIS; ANÁLISE E ORIENTAÇÃO DE PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E FINANCIAMENTOS; VERIFICAÇÃO E ASSESSORAMENTO NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS; ASSESSORIA INTERNA NOS PROCEDIMENTOS DA ÁREA DE PESSOAL; EXECUÇÃO COMPARTILHADA NA E

Içara, 02 de Janeiro de 2024 DALVANIA PEREIRA CARDOSO

PORTARIA Nº GP/0001/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508777

PORTARIA Nº GP/0001/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder redução de carga horária, conforme inciso I do Art. 2.º do Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023, a Sra. Simone Réus da Silva, CPF Nº ***.***.089-40, ocupante do cargo de Professor, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0002/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508779

PORTARIA Nº GP/0002/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder redução de carga horária, conforme inciso I do Art. 2.º do Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023, a Sra. Maiara Gabriel de Melo, CPF Nº ***.***.169-91, ocupante do cargo de Professor, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0003/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508783

PORTARIA Nº GP/0003/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder redução de carga horária, conforme inciso I do Art. 2.º do Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023, a Sra. Andréa Martins de Freitas, CPF Nº ***.***.369-03, ocupante do cargo de Professor, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0004/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508784

PORTARIA Nº GP/0004/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder redução de carga horária, conforme inciso I do Art. 2.º do Decreto N.º 189/2023, de 27 de setembro de 2023, a Sra. Jacira Bernadete da Rocha Rodrigues, CPF Nº ***.***.700-20, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0005/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508791

PORTARIA Nº GP/0005/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 229, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder auxílio ao filho excepcional ou deficiente incapaz para o trabalho, à Sra. Ana Paula Nazario Mariotto, ocupante do cargo de Professor de Artes, a partir desta data, conforme Laudo da Junta Médica oficial.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0006/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508792

PORTARIA Nº GP/0006/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o Art. 44 da Lei Complementar Nº 3, 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a Sra. Fabiana Antonio Luciano, nascida em 1.º de setembro de 1972, portadora do CPF Nº ***.***.029-10, ocupante do cargo de Monitor de Atividades Educacionais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0007/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508788

PORTARIA Nº GP/0007/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a pedido, Edilena de Fatima Leal Brito, nascida em 10 de maio de 1968, portadora do CPF Nº ***.***.242-72, admitida temporariamente para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem, "Programa Saúde na Hora", com carga horária de 30 horas semanais, a contar de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.
DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0008/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508786

PORTARIA Nº GP/0008/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o parágrafo 1.º do art. 9.º, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999 e com a Lei 4.780, de 26 de outubro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Função Gratificada, Nível FG-10, à servidora efetiva do quadro do Município Luciana Kellen dos Santos, Coordenadoria de

projetos, na Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0009/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508781

PORTARIA Nº GP/0009/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014, e com o Edital de Processo Seletivo Nº 01/2022, da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, Emili Silveira, nascida em 26 de dezembro de 1998, portadora do CPF Nº ***.***.719-77, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem, "Programa Saúde na Hora", com carga horária de 30 horas semanais, em substituição a Sra. Edilena de Fatima Leal Brito, a contar de 21 de dezembro de 2023.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/0010/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508778

PORTARIA Nº GP/0010/24, DE 2 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, Marilene Pereira, nascida em 15 de maio de 1982, portadora do CPF Nº ***.***.979-63, para ocupar o cargo de Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 20 de dezembro de 2023.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 2 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 2 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0018/24, DE 4 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508794

PORTARIA N° GP/0018/24, DE 4 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art. 102, da Lei Complementar 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme laudo da junta médica municipal, o Sr. Edson da Silva, nascido em 13 de maio de 1976, ocupante do Cargo de Operador de Estação de Tratamento de Água, por 30 (trinta) dias, a contar de 25 de dezembro de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 4 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 4 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0019/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508814

PORTARIA N° GP/0019/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com os art. 106 da Lei Complementar N° 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Priscila Luciano Fernandes Valério, nascida em 5 de julho de 1985, ocupante do Cargo de Assistente técnico pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, referente ao período aquisitivo de 4 de abril de 2016 até 3 de novembro de 2023, no período de 6 de novembro de 2023 até 4 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0022/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508798

PORTARIA N° GP/0022/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 4.337, de 3 de abril de 2019, Lei Federal N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução 231/2022 do CONANDA,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Sra. Debora da Silva Getner, brasileira, nascida em 25 de agosto de 1992, portadora do CPF N.º ***.***.599-20, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0023/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508799

PORTARIA N° GP/0023/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 4.337, de 3 de abril de 2019, Lei Federal N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução 231/2022 do CONANDA,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Sra. Charmany Caroline Rossi Canalle, brasileira, nascida em 27 de maio de 1990, portadora do CPF N.º ***.***.329-66, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0024/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508800

PORTARIA N° GP/0024/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 4.337, de 3 de abril de 2019, Lei Federal N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução 231/2022 do CONANDA,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Sra. Aline de mello de França Campos, brasileira, nascida em 26 de setembro de 1991, portadora do CPF N.º ***.***.989-38, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0025/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508802

PORTARIA N° GP/0025/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 4.337, de 3 de abril de 2019, Lei Federal N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução 231/2022 do CONANDA,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Sra. Tatianny Ferreira, brasileira, nascida em 19 de setembro de 2000, portadora do CPF N.º ***.***.779-30, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0026/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508804

PORTARIA N° GP/0026/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal N.º 4.337, de 3 de abril de 2019, Lei Federal N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução 231/2022 do CONANDA,

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear a Sra. Hudirleuza Nolasco Nunes, brasileira, nascida em 8 de maio de 1982, portadora do CPF N.º ***.***.472-00, para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/0031/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5508818

PORTARIA N° GP/0031/24, DE 8 DE JANEIRO DE 2024.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a pedido a Sra. Camila Maximiano, nascida em 13 de setembro de 1988, portadora do CPF N° ***.***.569-01, contratada em caráter temporário para atuar como Professor, em exercício na Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 3 de janeiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 8 de janeiro de 2024.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 8 de janeiro de 2024.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA N° GP/1.785/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação N° 5508766

PORTARIA N° GP/1.785/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1.º Demitir a pedido a Sra. Cíntia Magnus Gomes, nascida em 31 de agosto de 1982, portadora do CPF N° ***.***.136-02, admitida temporariamente para atuar como Professor, em exercício na Secretaria de Educação, Ciências e Tecnologia, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 20 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 20 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.793/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5508768

PORTARIA Nº GP/1.793/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar 101, de 20 de novembro de 2014, CONSIDERANDO o Memorando SMS nº.714/2023, de 14 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Admitir em caráter temporário, Maiara Cardoso Teixeira, nascida em 18 de fevereiro de 1993, portadora do CPF Nº ***.***.849-07, para ocupar o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Sra. Mara Helena Herath, a contar de 18 de dezembro de 2023.

Art. 2.º O prazo de contratação fica limitado ao prazo de 1 ano ou até a realização de concurso ou processo seletivo.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 20 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 20 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.820/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5508765

PORTARIA Nº GP/1.820/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 3, de 27 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1.º O Art. 1.º da Portaria Nº SF/734/20, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Conceder licença prêmio por assiduidade à servidora Elani Margarete Martins, nascida em 6 de agosto de 1968, ocupante do Cargo da Categoria Funcional de Secretário Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, com carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 19/03/2013 a 18/02/2018, por 60 dias, com usufruto no período de 04/03/2020 a 02/05/2020." (NR)

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 20 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 20 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1.830/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5508763

PORTARIA Nº GP/1.830/23, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Complementar Nº 101, de 20 de novembro de 2014 e Edital 001/2021 SMECT,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar a admissão temporária da Sra. Patrícia Votri Guedin, nascida em 9 de dezembro de 1985, portadora do CPF Nº ***.***.339-29, admitida pela Portaria Nº GP/0318/23, de 20 de fevereiro de 2023, para atuar como Professor, Habilitação, Nível II, em exercício na

Escola Municipal de Ensino Fundamental Quintino Rizzieri, no período de Colônia de Férias, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até 5 de fevereiro de 2024.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 20 de dezembro de 2023.

DALVANIA CARDOSO

Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 20 de dezembro de 2023.

ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM

Diretoria de Gestão de Recursos

ATA INAUGURAL DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 145.PMI.2023

Publicação Nº 5508084



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IÇARA
PODER EXECUTIVO
SETOR DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 145/PMI/2023

ATA INAUGURAL REFERENTE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IÇARA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nºs. 01 e 02, E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 01, CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 145/PMI/2023.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para pavimentação asfáltica da Rodovia ICR 357, Estaca 5+3, 157 a 22+0,00m, extensão 336,84m, Bairro Terceira Linha, Içara/SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Às nove horas do dia onze do mês de janeiro do ano dois mil e vinte quatro, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de Içara designada pelo Decreto Municipal nº 238/2023, de 14 de novembro de 2023, para abertura e processamento do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 145/PMI/2023**. Abertos os trabalhos pelo Presidente, o mesmo informou que a empresa **SETEP CONSTRUÇÕES S.A.**, protocolou seus envelopes tempestivamente no setor de protocolo do departamento de Licitações desta Prefeitura. Na abertura da sessão nenhum representante se fazia presente. Dando continuidade, a Comissão Permanente de Licitações determinou a abertura dos envelopes Nº. 1 (Habilitação) da licitante e o mesmo foi rubricado pela comissão. O Presidente decide suspender a sessão para que a documentação técnica seja analisada pelo Setor de Engenharia do Município, a documentação Fiscal e trabalhista e econômica financeira, será analisada pela comissão permanente de Licitações do Município. O envelope de Nº. 2 (Proposta de Preços), permanece fechado e rubricado. A licitante será cientificada via publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Içara. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão permanente de licitação deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e presentes que desejarem. Içara - SC, 11 de janeiro de 2024.

Elias Junior Gonçalves
Presidente da Comissão

Maria Luiza de Mello Sombrio Spillere
Secretária

Renata da Silva
Membro

Suyani Calegari Marques
Membro

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/PMI/2023

Publicação Nº 5507665

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F65618A6CE7DC116AA83D3C948D11A5C476B34C2

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 154/2023
PROCESSO Nº 154/2023 HOMOLOGAÇÃO: 02/01/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E
CONSULTORIA NA ÁREA PÚBLICA, PARA APOIO AO SETOR DE
CONTROLADORIA INTERNA NA EXECUÇÃO DAS SUAS TAREFAS
E ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS AOS ÓRGÃOS
EXTERNOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NO ATENDIMENTO
AS NORMAS LEGAIS; ANÁLISE E ORIENTAÇÃO DE PROCESSOS
DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS, CONTRATOS E
FINANCIAMENTOS; VERIFICAÇÃO E ASSESSORAMENTO NA
ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS; ASSESSORIA INTERNA
NOS PROCEDIMENTOS DA ÁREA DE PESSOAL; EXECUÇÃO
COMPARTILHADA NA E

CONTRATADO: OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 181.536,00 (cento e oitenta e um mil
quinhentos e trinta e seis reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

=====

Içara, 11/01/2024
DALVANIA PEREIRA CARDOSO - Prefeita Municipal

QUARTA ATA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 130.PMI.2023

Publicação Nº 5508121



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IÇARA
PODER EXECUTIVO
SETOR DE LICITAÇÕES
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 130/PMI/2023

QUARTA ATA RESERVADA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IÇARA PARA PROCESSAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 130/PMI/2023.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para construção do cercamento do Centro de Educação Infantil Alegria do Saber, Bairro Presidente Vargas, Içara/SC, conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo e planilha orçamentária.

Às onze horas do dia onze do mês de janeiro do ano dois mil e vinte quatro, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município de Içara designada pelo Decreto Municipal nº 238/2023, de 14 de novembro de 2023, para processamento do Edital de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 130/PMI/2023**. Após finalizado o prazo para apresentação de recuso da fase de habilitação, o presidente informou que não foram ouve interesse por parte das empresas em apresenta-lo. Diante da ausência de recursos, fica dispensada a abertura do prazo de contrarrazões. Decide então esta comissão, marcar para as **14h:00min do dia 12/01/2024**, a abertura do envelope de Nº. 2 (Proposta de Preços) das empresas habilitadas. A abertura acontecerá na sala de reunião do Setor Licitações do Município. As licitantes serão cientificadas via publicação desta ATA no Diário Oficial Eletrônico do Município de Içara. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitação deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e presentes que desejarem. Içara - SC, 11 de janeiro de 2024.

Elias Junior Gonçalves
Presidente da Comissão

Maria Luiza de Mello Sombrio Spillere
Secretária

Renata da Silva
Membro

Suyani Calegari Marques
Membro

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEAD Nº 14/2024

Publicação Nº 5509115

PORTARIA PMI/SEAD Nº 14, de 11 de janeiro de 2024.
Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 730, de 28 de junho de 2021 e alterado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 55, de 19 de janeiro de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 17.387/2021 e na legislação em vigor;

RESOLVE:
Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 730, de 28 de junho de 2021 e alterado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 55, de 19 de janeiro de 2023, do servidor Sr. GILNEI CARDOSO, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 375.926.889-72, admitido em 10/02/2016, contrato nº 8605, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2016 a 2021	02/05/2023 a 31/06/2023 07/01/2025 a 06/02/2025 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de agosto de 2021, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 730, de 28 de junho de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2024.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interino)

Robson David
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 15/2024

Publicação Nº 5509126

PORTARIA PMI/SEAD Nº 15, de 11 de janeiro de 2024.
Dispõe sobre a Extinção de Contrato de Professor I Educação Especial pelo Término do Prazo Contratual do(a) Contratado(a), Revogação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 13, de 10 de janeiro de 2024, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 677/2024;

RESOLVE:
Art.1º Extinguir, pelo término do prazo contratual do(a) contratado(a), o abaixo relacionado(a), aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2023, admitido(a) para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	Matrícula	Extinção de Contrato
Luana Lopes Manoel	Professor I Educação Especial	13206	10/01/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a PORTARIA PMI/SEAD Nº 13, de 10 de janeiro de 2024.

Imbituba SC, 11 de janeiro de 2024.
Robson David
Secretário Municipal de Administração
(Interino)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 01/2024

Publicação Nº 5509533

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública, e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, considerando as informações no Protocolo nº 21.879/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária da área pública, situada na Avenida Brasil, SN (no entorno da pracinha em frente ao hospital). Bairro Paes Leme, Imbituba-SC, a Sra. LUCIANI BOTH LANCHES, com inscrição no CNPJ sob o nº 45.833.147/0001-09, para a atividade, "Trailer para venda bebidas e lanches" de 22/12/2022 A 22/03/2023, no horário das 19:00 à 00:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período definido neste ato, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de janeiro de 2024.

Robson David

Secretário Municipal de Administração
(Interino)

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



EDITAL PMI/SEFIC Nº 008/2024

NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO – CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO

A Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano, Sra. Ana Paula Pereira, em conformidade com o disposto no art. 120 da Lei n.º 377, de 16 de dezembro de 1974, **NOTIFICA** nesta data, os(as) proprietários(as) abaixo relacionados(as), da autuação pelo cometimento de infração, para que proceda o pagamento no prazo legal.

Nº do Processo	Identificação do Autuado(a)	CPF/CNPJ	Nº do Auto de Infração
Proc. Administrativo 1.201/2023	MARILIA	306.354.460-49	049
Proc. Administrativo 1.293/2023	LAIDE	952.313.404-44	415
Proc. Administrativo 1.604/2023	EDIVALDO	806.474.569-15	390
Proc. Administrativo 1.444/2023	OSVALDINA	749.306.309-59	430
Proc. Administrativo 1.702/2022	GUILHERMINA	810.860.329-34	5726

Imbituba, 11 de janeiro de 2024.



ANA PAULA PEREIRA

Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano – SEFIC

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.



EDITAL PMI/SEFIC Nº 009/2024

NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO – CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO

A Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano, Sra. Ana Paula Pereira, em conformidade com o disposto no artigo 22 da LEI Nº 846 de 02 de janeiro de 1986, **NOTIFICA** nesta data, as pessoas abaixo relacionadas, da autuação pelo cometimento de infração, para que proceda o pagamento no prazo legal.

Nº do Processo	Identificação do Autuado(a)	CPF/CNPJ	Nº do Auto de Infração
Proc. Administrativo 1.184/2023	(ESPÓLIO) RICARDO	216.001.809-06	6343

Imbituba, 11 de janeiro de 2024.

ANA PAULA PEREIRA

Secretária Municipal de Fiscalização e Controle Urbano – SEFIC

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PREFEITURA

Publicação Nº 5508483

Publicação Nº 5508485

Indaial

PREFEITURA

DECRETO 6811/2024

Publicação Nº 5508454

. DECRETO Nº 6811/24
. De 11 de janeiro de 2024
EXONERA DO CARGO DE DIRETORA / CINTIA MARIA BERTOLDI.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 16 de janeiro de 2024, do cargo de Diretora Escolar da Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves, Cintia Maria Bertoldi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6812/2024

Publicação Nº 5508456

. DECRETO Nº 6812/24
. De 11 de janeiro de 2024
EXONERA DO CARGO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO / MONICA BOGO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 16 de janeiro de 2024, do cargo de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves, Monica Bogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6813/2024

Publicação Nº 5508460

. DECRETO Nº 6813/24
. De 11 de janeiro de 2024
NOMEIA DIRETORA ESCOLAR / MONICA BOGO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 17 de janeiro de 2024, para o cargo de Diretora Escolar (Porte IV) da Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves, Monica Bogo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6814/2024

Publicação Nº 5508462

. DECRETO Nº 6814/24
. De 11 de janeiro de 2024
NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO / MICHELE UCHOA DE OLIVEIRA.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 17 de janeiro de 2024, para o cargo de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves, Michele Uchoa de Oliveira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO 6816/2023

Publicação Nº 5508622

. DECRETO Nº 6816/24
. De 11 de janeiro de 2024
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM, EXERCÍCIO 2024.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 92 inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º – Fica atualizada em 3,71%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos doze meses do ano anterior, a Unidade Fiscal do Município – UFM.

Art. 2º – O valor nominal da UFM para o exercício de 2024 será de R\$ 5,744.

Parágrafo único – A Unidade Fiscal do Município – UFM, criada pela Lei Complementar 79/2007, tem a finalidade de servir como base de cálculo e correção de todos os tributos para com a Fazenda Municipal, bem como correção de multas aplicadas no âmbito da administração municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

DECRETO 6815/2024

Publicação Nº 5508464

. DECRETO Nº 6815/24
. De 11 de janeiro de 2024
NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO GABRIELA BERTOLDI.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 17 de janeiro de 2024, para o cargo de Auxiliar de Direção da Escola Básica Municipal Tancredo de Almeida Neves, Gabriela Bertoldi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de janeiro de 2024.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ALINE SCHWARZER Nº 1

Publicação Nº 5507543

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114944547 – 1/2024

CONTRATADO(A): ALINE SCHWARZER

CPF: 105.763.119-10

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE - EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ANA PAULA GEBHARDT SCHLINDWEIN Nº 09

Publicação Nº 5507306

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 687243 – 09/2024

CONTRATADO(A): ANA PAULA GEBHARDT SCHLINDWEIN

CPF: 046.988.719-21

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO BEATRIZ LARISSA KOPSCH Nº 1

Publicação Nº 5507418

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 1000007011 – 01/2024

CONTRATADO(A): BEATRIZ LARISSA KOPSCH

CPF: 136.686.889-74

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO BRUNA DANDOLINI Nº 1

Publicação Nº 5507745

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 10969454 – 1/2024

CONTRATADO(A): BRUNA DANDOLINI

CPF: 087.668.419-33

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.315,41

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CAROLINE DE FÁTIMA KOZAK REICHEL Nº 2

Publicação Nº 5507312

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11002590 – 2/2024

CONTRATADO(A): CAROLINE DE FÁTIMA KOZAK REICHEL

CPF: 021.028.639-30

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.210,28

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CLAUDIANA FERREIRA DA SILVA N° 3

Publicação N° 5508118

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11127139 – 3/2024

CONTRATADO(A): CLAUDIANA FERREIRA DA SILVA

CPF: 966.684.743-49

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO CRISTIANE CAROLINE STEFFENS N° 5

Publicação N° 5507689

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11006722 – 5/2024

CONTRATADO(A): CRISTIANE CAROLINE STEFFENS

CPF: 099.259.629-78

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE - EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DANIELA KLITZKE N° 5

Publicação N° 5507453

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 867403– 05/2024

CONTRATADO(A): DANIELA KLITZKE

CPF: 046.237.189-13

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO EDUARDA DANDA N° 2

Publicação N° 5508038

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11104821 – 02/2024

CONTRATADO(A): EDUARDA DANDA

CPF: 011.901.320-79

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO EMILY GABRIELY ALVES DOS SANTOS N° 1

Publicação N° 5507288

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 114733740 – 01/2024

CONTRATADO(A): EMILY GABRIELY ALVES DOS SANTOS

CPF: 140.816.199-05

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ERLIEL GONÇALVES DE ALMEIDA Nº 2

Publicação Nº 5507682

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 424293 – 02/2024

CONTRATADO(A): ERLIEL GONÇALVES DE ALMEIDA

CPF: 052.633.569-60

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA- B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO FRANCIELI ELAINE TAIS Nº 1

Publicação Nº 5508408

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 1000030943 – 01/2024

CONTRATADO(A): FRANCIELI ELAINE TAIS

CPF: 053.257.509-17

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO FRANCISLEINE PATRICIA CORREIA Nº 3

Publicação Nº 5507308

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 979813 – 03/2024

CONTRATADO(A): FRANCISLEINE PATRICIA CORREIA

CPF: 920.229.609-04

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73.

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO GISLAINE PSCHIEDT Nº 1

Publicação Nº 5508166

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11006234 – 01/2024

CONTRATADO(A): GISLAINE PSCHIEDT

CPF: 091.295.739-55

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA - B, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.315,41.

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO GONTRAN VOGEL Nº 9

Publicação Nº 5510809

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 293377 – 09/2024

CONTRATADO(A): GONTRAN VOGEL

CPF: 895.983.009-78

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO GUSTAVO JOSÉ CORREIA Nº 02

Publicação Nº 5510814

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114722781 – 02/2024

CONTRATADO(A): GUSTAVO JOSÉ CORREIA

CPF: 101.288.339-63

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 20 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.210,28

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ITAMAR MARQUES DA SILVA Nº 3

Publicação Nº 5510820

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11201975 – 03/2024

CONTRATADO(A): ITAMAR MARQUES DA SILVA

CPF: 079.605.649-81

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.584,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO JAQUELINE KIENEN Nº 6

Publicação Nº 5508048

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 991180 – 6/2024

CONTRATADO(A): JAQUELINE KIENEN

CPF: 060.924.829-40

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO JULIA EDUARDA MEDEIROS Nº 1

Publicação Nº 5508633

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114927901 – 1/2024

CONTRATADO(A): JULIA EDUARDA MEDEIROS

CPF: 133.365.559-22

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE - EM, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO JULIA GRASIELA DA SILVA GAVIOLI Nº 8

Publicação Nº 5507326

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 402354 – 08/2024

CONTRATADO(A): JULIA GRASIELA DA SILVA GAVIOLI

CPF: 032.970.059-63

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO LAINE COUTINHO COSTA Nº 2

Publicação Nº 5507395

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11205377 – 02/2024

CONTRATADO(A): LAINE COUTINHO COSTA

CPF: 069.494.033-05

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO LUCIANA MARIA DOS SANTOS Nº 3

Publicação Nº 5509106

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 906336 – 3/2024

CONTRATADO(A): LUCIANA MARIA DOS SANTOS

CPF: 565.900.089-49

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MARCILENE DA PAZ SANTOS Nº 1

Publicação Nº 5507473

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 741272 – 01/2024

CONTRATADO(A): MARCILENE DA PAZ SANTOS

CPF: 917.968.302-91

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MARIA EDUARDA DA CUNHA Nº 1

Publicação Nº 5509043

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 1000470 – 01/2024

CONTRATADO(A): MARIA EDUARDA DA CUNHA

CPF: 124.684.829-56

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MICHELE MANOELA DANTAS MARANHÃO Nº 3

Publicação Nº 5507566

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 11114738 – 03/2024

CONTRATADO(A): MICHELE MANOELA DANTAS MARANHÃO

CPF: 010.812.905-52

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MICHELLY DA SILVA BENAZZI Nº 4

Publicação Nº 5509072

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 631540 – 4/2024

CONTRATADO(A): MICHELLY DA SILVA BENAZZI

CPF: 050.191.359-92

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.315,41

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NEIDE DE ARAUJO ROSA Nº 12

Publicação Nº 5509073

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 552178 – 12/2024

CONTRATADO(A): NEIDE DE ARAUJO ROSA

CPF: 870.646.501-34

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NICOLLE GOMES JANUARIO ANTUNES Nº 1

Publicação Nº 5507575

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO 1000018226 – 01/2024

CONTRATADO(A): NICOLLE GOMES JANUARIO ANTUNES

CPF: 105.394.109-93

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ROSANA INES MARTINS RODRIGUES Nº 7

Publicação Nº 5508180

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 565210 – 7/2024

CONTRATADO(A): ROSANA INES MARTINS RODRIGUES

CPF: 053.176.389-76

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ROSELENE DA SILVA MAURINA Nº 10

Publicação Nº 5508514

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 559504 – 10/2024

CONTRATADO(A): ROSELENE DA SILVA MAURINA

CPF: 070.677.279-28

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ROSILENE BONOMINI N° 7

Publicação N° 5510818

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 354953 – 07/2024

CONTRATADO(A): ROSILENE BONOMINI

CPF: 005.316.889-50

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.584,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO SILVANA DA COSTA ANDRADE N° 10

Publicação N° 5510804

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 292494 – 10/2024

CONTRATADO(A): SILVANA DA COSTA ANDRADE

CPF: 732.787.349-04

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO STEFANY CAROLINI DO AMARAL COSTA N° 1

Publicação N° 5507814

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114944520 – 01/2024

CONTRATADO(A): STEFANY CAROLINI DO AMARAL COSTA

CPF: 139.871.739-80

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de AUXILIAR DE CRECHE, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 2.004,73

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO SUELEN MONTEIRO LOBATO N° 2

Publicação N° 5508179

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 978159 – 2/2024

CONTRATADO(A): SUELEN MONTEIRO LOBATO

CPF: 925.918.762-15

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 30 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 3.315,41

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO TANIA MACHADO N° 1

Publicação N° 5510799

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114840342 – 1/2024

CONTRATADO(A): TANIA MACHADO

CPF: 049.149.509-95

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO TAYNARA MOROZESCH CARVALHO SILVA N° 1

Publicação N° 5508272

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 114945543 – 01/2024

CONTRATADO(A): TAYNARA MOROZESCH CARVALHO SILVA

CPF: 123.123.916-60

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO VANESSA DE SOUZA N° 7

Publicação N° 5510806

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 753637 – 07/2024

CONTRATADO(A): VANESSA DE SOUZA

CPF: 029.472.249-14

PROCESSO SELETIVO 030/2023

OBJETO DO CONTRATO: contrato de serviço temporário para exercer a função de PROFESSOR - B, com carga horária semanal de 40 horas, cargo pleiteado no Processo Seletivo 030/2023.

REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 4.420,55

PRAZO: 29 de janeiro a 26 de julho de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 11 de janeiro de 2024.

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 2298/2024

Publicação Nº 5507989

DECRETO Nº. 2298 de 10 de janeiro de 2024
Delega competência para movimentação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Iomerê

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência para movimentação dos recursos das contas bancárias do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Iomerê, CNPJ 52.655.200/0001-86 conforme segue:

Nome	CPF	Função
Itacyr José Bridi	250.005-439-04	Secretário Municipal de Saúde e Ação Social
Elizéte Barichello Baldo	844.866.609-78	Tesoureira
Fabiola Ansiliero de Paula	287.019.668-71	Chefe de Departamento de Saúde

Art. 2º As assinaturas deverão ser sempre em número de duas.

Art 3º Os usuários terão os poderes de:

- Abrir contas de depósito
- Assinar contrato de abertura de crédito
- Assinar instrumento de convênio e contratos de prestação de serviços
- Atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro/aasp
- Autorizar cobrança
- Autorizar debito em conta relativo a operações
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- Consultar contas/aplic.programas repasse recursos federais
- Consultar obrigações do débito direto autorizado
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico
- Efetuar resgates/aplicações financeiras
- Efetuar saques - conta corrente
- Efetuar saques – poupança
- Efetuar transferências por meio eletrônico
- Emitir comprovantes
- Encerrar contas de depósito
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/aasp
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico
- Receber, passar recibo e dar quitação
- Requisitar cartão eletrônico
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes
- Solicitar saldos/extratos de investimentos
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições

Art.4º O usuário administrador será Elizéte Barichello Baldo.

Art.5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

DECRETO 2299/2024

Publicação Nº 5507660

DECRETO Nº 2299, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
Atualiza o valor da Unidade Fiscal do Município – UFM, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no ano de 2023.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERE, considerando o disposto no art. 1º da Lei Complementar nº 113, de 06 de Outubro de 2023, que altera a Lei Complementar 032 de Março 2003 - Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Atualiza a Unidade Fiscal do Município – UFM, nos termos art. 1º da Lei Complementar nº 113, de 06 de Outubro de 2023, que altera a Lei Complementar 032 de Março de 2003 – Código Tributário Municipal, cujo valor passa a ser de R\$ 8,39 (Oito reais e nove centavos), servindo como referência financeira para cobrança de tributos, multas e outras sanções legais expressamente previstas em lei.

Parágrafo Único: A variação para a atualização da UFM equivale a 3,71%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor– (INPC) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2023 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Iomerê, 11 de janeiro de 2024.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

EDITAL CHAMADA PUBLICA 02 OPERADOR DE MAQUINAS

Publicação Nº 5507280

EDITAL Nº 22/2024

Estabelece normas para a chamada pública destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente

A Prefeita do Município de Iomere, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº943/2020 e Lei Complementar nº115/2023 e:

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, tendo em vista a justificativa apresentada pelos Atuais Secretários, de que as Secretarias possuem equipamentos parados devido à falta de operador:

CONSIDERANDO o esgotamento de candidatos da lista de aprovados no Processo Seletivo, RESOLVE:

Realizar CHAMADA PÚBLICA para a função de Operador de Máquinas Nível I, destinada ao provimento de vaga temporária, previsto para encerrar com a posse de candidato aprovado no concurso público 1/2023.

1. DA DATA E DAS VAGAS.

1.1. A Chamada Pública realizar-se-á no dia 16 de janeiro de 2024, na Sec de Administração, departamento de Recursos Humanos, junto ao Centro Administrativo Municipal, com endereço na Rua João Rech, n. 500, centro, no Município de /Iomere-SC.

1.2. Das vagas:

Função	CH	Vagas	Escolaridade	Remuneração
Operador de Máquinas Nível I	40h	1 + CR	Ensino Fundamental	R\$ 2.982,50

1.3. Atribuições e requisitos do cargo são os constantes do Anexo I;

2. DAS INSCRIÇÕES E PROCEDIMENTOS.

2.1. São requisitos para Inscrição:

- I- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - Ter no mínimo 18 anos completos no ato da posse;
- III - Estar em gozo com os direitos políticos;
- IV - Estar quite, se de sexo masculino, com as obrigações militares;
- V - Atender as condições especiais prescritas para o preenchimento do cargo.

2.2 As inscrições serão gratuitas;

2.3 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.1 deste Edital, no horário das 09h00min às 09h30min, na data de 16 de janeiro de 2024, para inscrição, munidos de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF;
- b) Carteira Nacional de Habilitação, com categoria "C", no mínimo, para os cargos de Operador de Máquinas;
- c) Comprovante de Tempo de no cargo pretendido (CTPS ou declaração, com timbre e assinada, da empresa em que trabalhou)
- d) Cursos realizados como Operador de Máquinas.

2.4. Os candidatos inscritos para os cargos de Operador de Máquinas serão submetidos à PROVA PRÁTICA, a ser supervisionada por Comissão especialmente designada por portaria nº4154/2023, composta por quatro membros, sendo dois servidores do quadro efetivo do Município de Iomere, e os Secretários Municipais de Infra Estrutura e Agricultura, sendo que cada membro, individualmente, fará sua avaliação, sendo, ao final, feita a média das notas atribuídas a cada candidato avaliado.

2.5. Para realização da Prova Prática, todos os candidatos inscritos deverão se apresentar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, no dia 16 de janeiro de 2024, no horário das 09h30min às 10h00min, munidos da respectiva CNH (item 2.3) e trajados adequadamente para a execução da prova prática.

2.6. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, tomando-se por base as atribuições do cargo, cuja avaliação prática consistirá na análise dos seguintes critérios pré-definidos:

FICHA DE AVALIAÇÃO/PROVA PRÁTICA

OPERADOR DE MÁQUINAS NIVEL I e

ATIVIDADE/PROCEDIMENTO		Pontos	Média
1	Manutenção da máquina e caminhão	0 a 10	-
2	Condução da máquina e do caminhão	0 a 10	-
3	Operação da máquina e do caminhão	0 a 10	-
4	Reposição da máquina e do caminhão	0 a 10	-
RESULTADO FINAL		-	-

2.4.1. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o equipamento, seu aproveitamento, técnica, produtividade e outros correlatos

2.4.2. A obtenção das notas para cada critério elencado acima, o candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas pelos membros da Comissão Avaliadora as faltas cometidas, que deverão constar do formulário de avaliação.

2.5. Os candidatos, para realizarem a prova prática, serão chamados nominalmente, devendo assinar a lista de confirmação de presença. Caso o candidato não se apresente na hora da chamada será considerado ausente e, conseqüentemente, desclassificado.

2.5.1. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso.

2.5.2. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência.

2.6. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização, pelos membros da Comissão Avaliadora.

2.7. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Examinadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

2.8. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado, individualmente, pela Comissão Examinadora, em observância aos itens constantes em ficha de avaliação elaborada para esta finalidade, respeitados os critérios/itens dispostos no item 2.4 acima.

2.9. Em razão de condições climáticas ou fatos imprevisíveis, a Comissão Avaliadora, poderá cancelar ou interromper a realização da prova prática, devendo registrar os fatos. Em caso de adiamento da prova, nova data será marcada e amplamente divulgada aos candidatos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO.

3.1. A classificação final dos candidatos obedecerá ao critério de maior nota final obtida por ocasião da prova prática. Ocorrendo empate, será considerado como critério preponderante de desempate

- 1 - maior números de horas em cursos de Operador de Máquinas;
- 2- maior tempo de serviço de atuação na área, comprovado documentalmente;
- 3 - maior idade.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS.

4.1. Os candidatos poderão interpor recurso administrativo no prazo de 1 (um) dia útil após a data da publicação do resultado final da Chamada Pública.

4.2. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Iomere

Iomere 10 janeiro de 2024

Luci Peretti

Prefeita Municipal

ANEXO I

OPERADOR DE MAQUINAS NIVEL I

Pequeno Porte - Nível I - Operação de máquinas na execução de serviços públicos (pá carregadeira, retroescavadeira, minicarregadeira, miniescavadeira e trator de pneus e outros de pequeno porte); manutenção, limpeza e conservação do equipamento e local de trabalho que estão sob sua responsabilidade; pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; comunicação ao chefe imediato da ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob a sua responsabilidade; controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; atualização da sua Carteira Nacional de Habilitação e documentação da máquina; direção de veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; execução de outras tarefas afins; limpeza da máquina que se encontra sob a sua responsabilidade.

Ipuauçu

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 01/2024

Publicação Nº 5509120

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2024

Contrato de Locação de Sistema de Controle Interno que fazem a Câmara Municipal de Ipuauçu e FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda.

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 – DO CONTRATANTE:

1.2

1.1.1 – A CÂMARA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.150.804/0001-28, com sede na Rua Pagnoncelli, 417, Centro, Ipuauçu/SC, CEP 89.832-000, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Lucindo Mick, inscrito no CPF nº 251.153.759-15, residente e domiciliado na Rua Machado nº 846 centro cidade de Ipuauçu/SC.

1.2 – DO CONTRATADO:

1.2.1- FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Da Consolação nº 317, Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ nº 07.753.029/0001-93, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada por seu Diretor/ Representante Legal, Giovana Carla Cassol Felipe, portador do CPF nº 796.630.879-00.

1.3 – DOS FUNDAMENTOS:

1.3.1 – A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 01/2024, Dispensa de Licitação nº. 01/2024, com base no art. 75, inc. II da Lei nº. 14.133/2021, e Resolução nº 020/2023 da Câmara Municipal, e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto do presente contrato a Prestação de Serviço de Locação de Sistema de Controle Interno em Plataforma 100% Web (nuvens), prestação de Serviços Técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do sistema, conforme as especificações e condições estabelecidas no Aviso de Dispensa e seus anexos, com fundamento legal no art. 75, II, § 3º da Lei 14.133/2021 e Resolução nº 020/2023 da Câmara Municipal de Ipuauçu.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1 – DO PRAZO:

3.1.1 – O prazo de vigência do presente instrumento será de 11 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado através do competente termo aditivo, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021.

3.2 – DO VALOR E DO PAGAMENTO:

3.2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais), já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara Municipal, sendo:

Item 01: R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)
Item 02: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em parcela única.

3.2.2 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

a) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.

b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.

e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;

f) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.

g) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.

h) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.

i) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

j) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;

- k) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- l) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
- m) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.

CLÁUSULA V: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

- a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- g) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- h) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- i) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal de Ipuçu do orçamento para 2024: Manutenção das atividades Legislativas elemento 3.3.90.40.01.00.00.00 Locação de equipamentos e softwares.

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Câmara Municipal, designado pelo Presidente, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- 7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;
- 7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;
- 7.4. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;
- 7.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES

8.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1 - São motivos de rescisão do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de São Domingos/SC, para dirimirem eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Ipuaçu/SC, 11 de janeiro de 2024.

Lucindo Mick

Presidente da Câmara Municipal

Contratante

Giovana Carla Cassol Felipe

FAEE Supr. e Locação de Sistemas

Contratado

Testemunhas:

Marciano Carlos Girotto

CPF: 023.053.849-5

Maiquel Orlandi

CPF: 059.325.099-02

Publicação Nº 5508588


RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

Unidade Responsável: GABARITO MUNICIPAL (PACU). Emissão: 11/01/2024, às 15:10:52.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2024

Publicação Nº 5509101

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL IPUAÇU CNPJ: 04.150.804/0001-28 Endereço: Rua Pagnoncelli, 417 - Centro CEP: 89832-000 - Ipuacu	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2024
	Telefone: (49) 3449-0050 Processo Adm.: 1/2024 Data do Processo: 03/01/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, art. 75, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 1/2024
b) **Nr. Licitação:** 1/2024 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 11/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *Locação de sistema de Controle Interno em em Plataforma 100% Web (nuvens) de interação com demais sistemas de gestão através de importação via arquivos intermediários, (Txt, Xls, xml) Permitindo a emissão de relatório gerencial mensal e anual de controle interno com índices constitucionais, legais e gerencias consolidado ou por entidade gestora, prestação de Serviços Técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do sistema, conforme especificações constantes no edital.*

Participante: FAEE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Locação de sistema de Controle Interno em em Plataforma 100% Web (nuvens) de interação com demais sistemas de gestão através de importação via arquivos intermediários, (Txt, Xls, xml) Permitindo a emissão de relatório gerencial mensal e anual de controle interno com índices constitucionais, legais e gerencias consolidado ou por entidade gestora, prestação de Serviços Técnicos especializados de adequação , instalação e treinamento operacional do sistema, conforme especificações constantes no edital.	1,000	UND	5.760,00	5.760,00
2	Implantação e treinamento operacional do sistema de controle interno	1,000	UND	1.500,00	1.500,00
Total do Participante:					7.260,00
Total Geral:					7.260,00

02 - Justificativa da Dispensa: Valor dos itens que compõe o objeto abaixo do limite legal, conforme o disposto no art. 75, inc. II, da Lei nº Lei nº 14.133/2021.

03 - Justificativa da Contratação: A participante apresentou a documentação exigida no Aviso de Dispensa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais disposições legais aplicáveis. Trata-se de empresa idônea, que já prestou serviços à Câmara Municipal em outras oportunidades, sempre de forma satisfatória. O valor da proposta apresentada está de acordo com o valor estimado pela Câmara Municipal no aviso de dispensa, e é condizente com o praticado no mercado, incluindo encargos, conforme pesquisa de preços realizada, consoante notas fiscais anexas, que passam a fazer parte do presente processo, tendo o valor da proposta, inclusive, ficado abaixo do valor contratado pela Câmara Municipal para o mesmo serviço no ano/exercício de 2023, sendo, portanto, vantajoso para a administração pública.

04 – Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa: Manutenção das Atividades Legislativas

Dotação: 01.001.01.031.0101.2018.3.3.90.00.00

Valor Estimado: R\$ 9.000,00

Ipuaçu, 11/01/2024

Assinatura do Responsável

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA 29-2024 -DESIGNA MARINO

Publicação Nº 5507421

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM
PORTARIA Nº. 29/2024 de 10 de janeiro de 2024.
DESIGNA SERVIDOR EFETIVO EM FUNÇÃO ADEQUADA.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 25 §§ 1º e § 2º da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta

DESIGNA
Considerando laudo médico que determina a readaptação do servidor para atividade de baixo risco, que não incluam direção de veículos ou trabalhos em altura;
Considerando que o servidor exerce função do cargo de Pedreiro;
Considerando que o município necessita de Porteiro/Vigia nas escolas municipais em virtude das situações conhecidas de invasão em escolas;
Considerando que o servidor possui cursos e capacitação para o exercício da função de Vigia.
Determino o que segue.

Art. 1º - DESIGNA o servidor Marino Antonio Langue, matrícula 3163, para exercer o novo rol de atribuições funcionais, sem prejuízo de seus vencimentos anteriores, em virtude de estar impossibilitado de exercer as suas atividades, conforme laudo médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2024.

Ipumirim - SC, 10 de Janeiro de 2024.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 32-2024- NOMEIA COMISSÃO EVENTO DE COMEMORAÇÃO 61 ANOS DO MUNICIPIO

Publicação Nº 5507405

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº 32/2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAR E ORGANIZADOR AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AOS 61 (SESSENTA E UM) ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA ADMINISTRATIVA DE IPUMIRIM/SC.

HILARIO REFFATTI, Prefeito do Município de Ipumirim/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA
Art. 1º - Nomeia Diego Spricigo, João Valdomiro Nicoden, Gerson Marcos Serafin, Rosane Lazzarotto Rossetto e Leila Dalbello Pansera Casagrande membros da Comissão Central Organizadora das Festividades Comemorativas aos 61 (sessenta e um) Anos de Emancipação Política Administrativa de Ipumirim/SC.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, a presente portaria produzira efeitos a partir de 10 de Janeiro de 2024.

Ipumirim - SC, 10 de Janeiro de 2024.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 33-2024 - EXONERA CAROLINE DRUMM

Publicação Nº 5507407

PORTARIA Nº. 33/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Hilário Reffatti, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim,

Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

EXONERA

EXONERA, sob a Matrícula 3414, Caroline Drumm, do cargo de Auxiliar de Creche, com carga horária semanal de 40h, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS).

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 11 de janeiro de 2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

Hilário Reffatti

Prefeito Municipal

PORTARIA 34-2024 - INTERROMPE FÉRIAS MARIA

Publicação Nº 5507547

PORTARIA Nº. 34/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

INTERROMPE PERÍODO DE FÉRIAS CONCEDIDO PELA PORTARIA Nº. 19/2024, QUE CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

INTERROMPE:

Art. 1º - Fica interrompido por motivo de necessidade ao trabalho o período de férias concedido pela portaria 19/2024, que concedeu a servidora Maria Salete Cristani, matrícula 647, férias de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2022 a 2023, e gozo a partir de 04 de Janeiro de 2024 a 02 de fevereiro de 2024, sendo que retornará ao trabalho do dia 15 de janeiro de 2024 a 02 de fevereiro de 2024.

Art 2º - O período de férias não gozadas que é de 19 (dezenove) dias será convertido em banco de horas.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

HILARIO REFFATTI

Prefeito

PORTARIA 35-2024 - INTERROMPE FÉRIAS ELOI

Publicação Nº 5507509

PORTARIA Nº. 35/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

INTERROMPE PERÍODO DE FÉRIAS CONCEDIDO PELA PORTARIA Nº. 689/2023, QUE CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

INTERROMPE:

Art. 1º - Fica interrompido por motivo de necessidade ao trabalho o período de férias concedido pela portaria 689/2023, que concedeu ao servidor Eloi Pramio, matrícula 1284, férias de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 2020 a 2021, e gozo a partir de 26 de Dezembro de 2023 a 24 de Janeiro de 2024, sendo que retornará ao trabalho do dia 15 de janeiro de 2024 a 24 de Janeiro de 2024.

Art 2º - O período de férias não gozadas que é de 10 (dez) dias, será convertido em banco de horas.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

HILARIO REFFATTI

Prefeito

PORTARIA 36-2024 - INTERROMPE FÉRIAS JUCELEIA

Publicação Nº 5508194

PORTARIA Nº. 36/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

INTERROMPE PERÍODO DE FÉRIAS CONCEDIDO PELA PORTARIA Nº. 689/2023, QUE CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

INTERROMPE:

Art. 1º - Fica interrompido por motivo de necessidade ao trabalho o período de férias concedido pela portaria 729/2023, que concedeu a servidora JUCELEIA PARIZOTTO, matrícula 3413, férias coletivas de 30 (trinta) dias, gozo a partir de 04 de Janeiro de 2024 a 02 de Fevereiro de 2024, sendo que retornará ao trabalho do dia 15 de janeiro de 2024 a 02 de Fevereiro de 2024.

Art 2º - O período de férias não gozadas que é de 19 (dezenove) dias, será convertido em banco de horas.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

HILARIO REFFATTI

Prefeito

PORTARIA 37-2024 - LICENÇA PREMIO ROSANI

Publicação Nº 5508314

PORTARIA Nº. 37/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Hilário Reffatti, Prefeito do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A Rosani Salete Guerini Schmidt, matrícula 1691, Licença Premio de 30 (trinta) dias, a partir do dia 15 de Janeiro de 2024 a 13 de Fevereiro de 2024.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

HILARIO REFFATTI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 38-2024 - LICENÇA MATERNIDADE DEBORA

Publicação Nº 5508715

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 38/2024 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA NOMEADA EM CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILARIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências

C O N C E D E

A DEBORA FERNANDA DA SILVA PADILHA PIFFER, matrícula 2872, Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo efetivo de auxiliar de creche, admitida por concurso público pela portaria nº. 275/2018, com carga horária de 40 horas semanais, licença maternidade de 180 (Cento e Oitenta) dias, para o período de 11 de Janeiro de 2024 a 08 de julho de 2024, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2024.

Ipumirim - SC, 11 de janeiro de 2024.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA 012 2024

Publicação Nº 5508244

PORTARIA Nº 012/2024, 09 DE JANIERO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, os conselheiros tutelares abaixo relacionados em decorrência do fim do mandato eletivo, contratados para atuar no cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, A PARTIR DESTA DATA.

1. CLAUDIA DANIELA DALMOLIN KRANTZ
2. MANUELA LURDES VIVIAN
3. MARILDE MADALENA ORSO VIVIAN
4. MARILITA LUCIA DE MARCO MEZZOMO
5. ROSANI DIEL

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 09 de janeiro de 2024.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

PORTARIA Nº 048/2024 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507730

PORTARIA Nº 048/2024 de 10 de janeiro de 2024.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Lei Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Adriana Paula Franceschina, ocupante do cargo em provimento efetivo de Enfermeiro, matrícula nº 31952, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2022 a 04 de dezembro de 2023, para serem gozadas no período de 10 de janeiro de 2024 a 08 de fevereiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar a suas funções normais em 09 de fevereiro de 2024.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 10 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/2024 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507741

PORTARIA Nº. 049/2024 de 10 de janeiro de 2024.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e nos termos da Complementar nº. 154, de 16 de dezembro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Juliana Vieira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, matrícula nº 2225, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2022 a 31 de março de 2023, para serem gozadas no período de 10 de janeiro de 2024 a 08 de fevereiro de 2024 (30 dias de férias), devendo retornar a suas funções normais em 09 de fevereiro de 2024.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 10 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050/2024 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507804

PORTARIA Nº. 50/2024.

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 2082 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o Processo de Escolha dos Membros do Conselho tutelar de Irani/SC, sob a égide do Edital nº 007/2023, de 1º de outubro de 2023, e o resultado final da eleição homologado pela CMDCA nº 04/2023;

CONSIDERANDO a Ata da solenidade de posse dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2024-2028.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica NOMEADA, a Sra. Jusara Griza, brasileira, e domiciliada no Município de Irani, para exercer as funções de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 40 horas semanais, remunerações previstas na Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022, Nível 36, Referência "A", a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani (SC), em 11 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2024 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507806

PORTARIA Nº. 51/2024.

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 2082 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o Processo de Escolha dos Membros do Conselho tutelar de Irani/SC, sob a égide do Edital nº 007/2023, de 1º de outubro de 2023, e o resultado final da eleição homologado pela CMDCA nº 04/2023;

CONSIDERANDO a Ata da solenidade de posse dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2024-2028.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica NOMEADO, o Sr. Cezar Germano Guerreiro, brasileiro, e domiciliado no Município de Irani, para exercer as funções de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 40 horas semanais, remunerações previstas na Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022, Nível 36, Referência "A", a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani (SC), em 11 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2024 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507809

PORTARIA Nº. 52/2024.

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 2082 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o Processo de Escolha dos Membros do Conselho tutelar de Irani/SC, sob a égide do Edital nº 007/2023, de 1º de outubro de 2023, e o resultado final da eleição homologado pela CMDCA nº 04/2023;

CONSIDERANDO a Ata da solenidade de posse dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2024-2028.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica NOMEADA, a Sra. Mary Iully dos Santos de Oliveira Pegoraro, brasileira, e domiciliada no Município de Irani, para exercer as funções de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 40 horas semanais, remunerações previstas na Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022, Nível 36, Referência "A", a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani (SC), em 11 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2024 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507812

PORTARIA Nº. 53/2024.

"NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VANDERLEI CANCI, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 2082 de 29 de março de 2023.

CONSIDERANDO o Processo de Escolha dos Membros do Conselho tutelar de Irani/SC, sob a égide do Edital nº 007/2023, de 1º de outubro de 2023, e o resultado final da eleição homologado pela CMDCA nº 04/2023;

CONSIDERANDO a Ata da solenidade de posse dos membros do Conselho Tutelar Gestão 2024-2028.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica NOMEADA, a Sra. Neila Fernanda Pickler, brasileira, e domiciliada no Município de Irani, para exercer as funções de CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 40 horas semanais, remunerações previstas na Lei Complementar nº 155, de 16 de dezembro de 2022, Nível 36, Referência "A", a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani (SC), em 11 de janeiro de 2024.

VANDERLEI CANCI

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 65/2023 PM

Publicação Nº 5508829

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº 65/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	01/2024 – PM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	65/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº	21/2023
EMPRESA VENCEDORA:	R J FLEITH & CIA LTDA
OBJETO:	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS, HIDRÁULICOS, FERRAGENS, FERRAMENTAS, PINTURA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES JUNTO AOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, FUNREBOM, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL DO MUNICÍPIO, COM ENTREGA PARCELADA.
VIGÊNCIA:	12(DOZE) MESES
DATA DA ASSINATURA:	01 DE JANEIRO DE 2024
VALORES CONFORME TABELA ABAIXO:	

R J FLEITH & CIA. LTDA.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
01	ADESIVO PLASTICO 17GR	UNIDADE	TIGRE	50	R\$5,90	R\$295,00
02	ADESIVO PLÁSTICO 75 G	UNIDADE	TIGRE	50	R\$13,90	R\$695,00
03	ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO TIPO AC-I - SACO C/ 20KG	SACO	QUARTZOLIT	200	R\$14,90	R\$2.980,00
04	ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO TIPO AC-II - SACO C/ 20KG	SACO	QUARTZOLIT	200	R\$32,90	R\$6.580,00
05	ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO TIPO AC-III- SACO C/ 20 KG	SACO	QUARTZOLIT	200	R\$42,90	R\$8.580,00
06	ARAME GALVANIZADO KG	KILOGRAMA	FRANZ	90	R\$36,90	R\$3.321,00
07	ARAME RECOZIDO (KG)	KILOGRAMA	FRANZ	90	R\$29,90	R\$2.691,00
08	AGUARRÁS 900ML	LATA	ANJO	200	R\$23,90	R\$4.780,00
09	ALICATE DE PRESSÃO	UNIDADE	MISTER	10	R\$57,90	R\$579,00
10	ALICATE CORTE VERGALHÃO	UNIDADE	VONDER	10	R\$329,00	R\$3.290,00
11	BARRA DE FERRO 4.2 MM - C/12 METROS	BARRA	HLS	225	R\$19,90	R\$4.477,50
12	BARRA DE FERRO 5/16 - 12 METROS	UNIDADE	HLS	225	R\$46,90	R\$10.552,50
13	BARRA DE FERRO 3/8MM COM 12METROS	UNIDADE	HLS	225	R\$67,00	R\$15.075,00
14	BARRA DE FERRO 5/8MM COM 12 METROS	UNIDADE	HLS	225	R\$114,90	R\$25.852,50
15	BARRA DE FERRO 1/4 COM 12M	BARRA	HLS	225	R\$30,00	R\$6.750,00
16	BATENTE DE PORTA EM MADEIRA	UNIDADE	SALETE	20	R\$249,00	R\$4.980,00
17	BANDEJA PARA PINTURA	UNIDADE	ROMA	100	R\$11,90	R\$1.190,00
18	CIMENTO 50 KG	SACO	VOTORANTI	900	R\$43,00	R\$38.700,00
19	CAL FINO - 20 KG	SACO	MOTIM PAVIN	210	R\$24,90	R\$5.229,00
20	CAL HIDRATADO 20KG	SACO	MOTIM PAVIN	675	R\$19,70	R\$13.297,50
21	CHAPA PARA COBERTURA DE AMIANTO 2,44 X 1,10 X 5MM	UNIDADE	BRASILIT	225	R\$58,90	R\$13.252,50
22	CHAPA PARA COBERTURA DE AMIANTO 2,44 X 1,10 X 6MM	UNIDADE	BRASILIT	225	R\$68,90	R\$15.502,50
23	CHAPA PARA COBERTURA DE AMIANTO 1,22 X 1,10 X 6MM	UNIDADE	BRASILIT	225	R\$47,90	R\$10.777,50
24	CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 10MM	UNIDADE	SANTA CATARINA	90	R\$114,90	R\$10.341,00
25	CARRINHO DE MÃO DE METAL - REFORÇADO	UNIDADE	MAESTRO	20	R\$445,00	R\$8.900,00
26	CAIBRO 3 X 4 X 3M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$54,90	R\$12.352,50
27	CAIBRO 2 X 4 X 4M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$45,90	R\$10.327,50
28	COLUNA DE FERRO 7 X 14	UNIDADE	HLS	100	R\$139,00	R\$13.900,00
29	CHAPA DE COMPENSADO NAVAL 250X160CM, MÍNIMO 15 MM ESPESSURA	UNIDADE	SANTA CATARINA	2.000	R\$129,00	R\$258.000,00
30	CAP PVC SOLDÁVEL 25MM	UNIDADE	KRONA	50	R\$1,49	R\$74,50
31	CAP PVC SOLDÁVEL 75MM	UNIDADE	KRONA	50	R\$24,90	R\$1.245,00
32	CAL PRONTO PARA PINTURA - SACO DE 08 KG	SACO	MOTIM PAVIM	360	R\$13,90	R\$5.004,00

33	CABO PARA PA	UNIDADE	PANDOLFO	45	R\$20,90	R\$940,50
34	CABO PARA ENXADA	UNIDADE	PANDOLFO	45	R\$22,90	R\$1.030,50
35	CORDA 15MM	METRO	RIOMAR	1.500	R\$6,80	R\$10.200,00
36	CORDA 10MM - MT	METRO	RIOMAR	1.000	R\$4,49	R\$4.490,00
37	CADEADO E-30	UNIDADE	STAM	20	R\$26,90	R\$538,00
38	CADEADO E-35	UNIDADE	STAM	40	R\$31,90	R\$1.276,00
39	CORTADEIRA COM CABO EM MADEIRA	UNIDADE	PANDOLFO	100	R\$49,00	R\$4.900,00
40	CADEADO 45MM	UNIDADE	STAM	30	R\$39,30	R\$1.179,00
41	CAIBRO 3 X 4 X 5M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$81,90	R\$18.427,50
42	CAIXA D'AGUA 500 LTS - PVC	UNIDADE	FORTLEV	10	R\$274,00	R\$2.740,00
43	CAIXA D'ÁGUA 1000L	UNIDADE	FORTLEV	10	R\$449,00	R\$4.490,00
44	CAIXA DE DESCARGA	UNIDADE	CIPLA	20	R\$49,80	R\$996,00
45	CANAleta COM FITA DUPLA FACE COM NO MÍNIMO 02 METROS DE COMPRIMENTO	UNIDADE	ENERBRAS	500	R\$11,90	R\$5.950,00
46	COLHER DE PEDREIRO	UNIDADE	ATLAS	10	R\$39,00	R\$390,00
47	DESINGRIPANTE	UNIDADE	VONDER	20	R\$13,90	R\$278,00
48	DISCO DE CORTE 4 POLEGADAS	UNIDADE	VONDER	50	R\$9,80	R\$490,00
49	DISCO DE CORTE 2 POLEGADAS	UNIDADE	VONDER	30	R\$7,49	R\$224,70
50	DISJUNTOR TRIFASICO 60A	UNIDADE	SOPRANO	45	R\$179,00	R\$8.055,00
51	DOBRADIÇA 3,5 POLEGADAS	UNIDADE	NACIONAL	100	R\$4,90	R\$490,00
52	DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO	UNIDADE	ARTPLAST	20	R\$49,80	R\$996,00
53	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	UNIDADE	QUARTZOLIT	75	R\$44,90	R\$3.367,50
54	ENXADA COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	100	R\$44,50	R\$4.450,00
55	ENXADA SEM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	45	R\$34,00	R\$1.530,00
56	FITA SINALIZADORA ZEBRADA 200M	ROLO	VONDER	100	R\$21,90	R\$2.190,00
57	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UNIDADE	CENSI	100	R\$11,90	R\$1.190,00
58	FORRO DE PVC	METRO QUA-DRADO	REAL PVC	2.000	R\$26,90	R\$53.800,00
59	FORRO DE MADEIRA DE PINUS	METRO QUA-DRADO	GASPARIN	2.000	R\$31,90	R\$63.800,00
60	FIO 1,5 MM FLEX PRETO	METRO	RCM	2.250	R\$1,89	R\$4.252,50
61	FIO 1,5 MM FLEX AZUL	METRO	RCM	2.250	R\$1,89	R\$4.252,50
62	FIO 1,5 MM FLEX VERDE	METRO	RCM	2.250	R\$1,89	R\$4.252,50
63	FIO FLEXÍVEL 1,5 MM - VERMELHO	METRO	RCM	2.250	R\$1,89	R\$4.252,50
64	FIO FLEXÍVEL 2,5 - PRETO	ROLO	RCM	2.250	R\$2,84	R\$6.390,00
65	FIO 2,5 MM FLEX AZUL	METRO	RCM	2.250	R\$2,84	R\$6.390,00
66	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM - VERDE	METRO	RCM	2.250	R\$2,84	R\$6.390,00
67	FIO FLEXÍVEL 2,5 MM VERMELHO	METRO	RCM	2.250	R\$2,84	R\$6.390,00
68	FIO FLEXÍVEL 6MM PRETO	METRO	RCM	2.250	R\$6,49	R\$14.602,50
69	FIO FLEXÍVEL 6 MM - AZUL	METRO	RCM	2.250	R\$6,49	R\$14.602,50
70	FIO FLEXÍVEL 6MM VERDE	METRO	RCM	2.250	R\$6,49	R\$14.602,50
71	FIO FLEXÍVEL 10 MM PRETO	METRO	RCM	2.250	R\$10,30	R\$23.175,00
72	FIO FLEXÍVEL 10 MM AZUL	METRO	RCM	2.250	R\$10,30	R\$23.175,00
73	FIO FLEXÍVEL 10 MM VERDE	METRO	RCM	2.250	R\$10,30	R\$23.175,00
74	FIO FLEXÍVEL 10 MM VERMELHO	METRO	RCM	2.250	R\$10,30	R\$23.175,00
75	FITA ISOLANTE 10 METROS	UNIDADE	ENERBRAS	30	R\$5,90	R\$177,00
76	FITA ISOLANTE 20 METROS	UNIDADE	ENERBRAS	100	R\$9,90	R\$990,00
77	FIXADOR DE CAL	UNIDADE	JUNTALIDER	225	R\$1,49	R\$335,25
78	FITA CREPE ADESIVA 18MM X 50M	ROLO	ADERE	20	R\$14,90	R\$298,00
79	FACÃO PARA MATO EM AÇO CARBONO 18 POLEGADAS COM CABO DE POLIPROPILENO	UNIDADE	TRAMONTIN	20	R\$49,80	R\$996,00
80	FECHADURA PARA BANHEIRO	UNIDADE	SOPRANO	10	R\$41,90	R\$419,00
81	FECHADURA EXTERNA DE METAL	UNIDADE	SOPRANO	30	R\$59,80	R\$1.794,00
82	FECHADURA INTERNA DE METAL	UNIDADE	SOPRANO	50	R\$44,90	R\$2.245,00
83	FITA CREPE LARGA ESCURA 48MM X 50M	ROLO	ADERE	50	R\$14,90	R\$745,00
84	FITA CREPE ADESIVA BRANCA, LARGA, MÍNIMO DE 48MMX50M.	UNIDADE	ADERE	50	R\$14,90	R\$745,00
85	GOIVA DE BARRO - 1ª QUALIDADE	UNIDADE	CANELINHA	2.250	R\$5,48	R\$12.330,00
86	GOIVA DE FIBROCIMENTO 6MM	UNIDADE	BRASILIT	50	R\$77,90	R\$3.895,00
87	INTERRUPTOR SOBREPOR	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$10,40	R\$936,00
88	INTERRUPTOR 1 TECLA	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$14,30	R\$1.287,00
89	INTERRUPTOR 2 TECLAS	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$18,40	R\$1.656,00
90	INTERRUPTOR + TOMADA EMBUTIR	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$19,40	R\$1.746,00
91	JOELHO SOLDÁVEL - 25 MM	UNIDADE	KRONA	225	R\$1,49	R\$335,25
92	JOELHO 100 MM ESGOTO	UNIDADE	KRONA	90	R\$8,90	R\$801,00

93	JOELHO 50 MM ESGOTO	UNIDADE	KRONA	90	R\$4,49	R\$404,10
94	JOELHO 150 MM ESGOTO	UNIDADE	KRONA	90	R\$64,00	R\$5.760,00
95	JOELHO LRM 25 X 1/2	UNIDADE	KRONA	90	R\$8,49	R\$764,10
96	JOELHO SOLDAVEL 25MM 45°	UNIDADE	KRONA	90	R\$2,89	R\$260,10
97	JOELHO 50 MM SOLDÁVEL	UNIDADE	KRONA	90	R\$7,49	R\$674,10
98	LAPIS CARPINTEIRO	UNIDADE	FABER CASTEL	200	R\$4,40	R\$880,00
99	LAMINA DE SERRA DE AÇO FLEXÍVEL COM 24 DENTES, 12'	UNIDADE	NICHELSON	100	R\$8,40	R\$840,00
100	LONA PLÁSTICA PRETA, GROSSA, MÍNIMO 200 MICRA	METRO QUADRADO	BLUMENAU	5.000	R\$2,19	R\$10.950,00
101	LAMPADA DE LED 15W	UNIDADE	MANPLEX	225	R\$29,90	R\$6.727,50
102	LÂMPADA LED 40W	UNIDADE	MANPLEX	225	R\$61,90	R\$13.927,50
103	LAMPADA LED 50W	UNIDADE	MANPLEX	225	R\$69,00	R\$15.525,00
104	LAMPADA FLUORESCENTE 40W	UNIDADE	TASCHIBRA	450	R\$21,90	R\$9.855,00
105	LAMPADA LED TUBULAR 18W	UNIDADE	TASCHIBRA	450	R\$21,90	R\$9.855,00
106	LUVA ESGOTO 100MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$8,49	R\$764,10
107	LIMA PARA MOTOSERRA	UNIDADE	NICHELSON	50	R\$23,90	R\$1.195,00
108	LUVA DE ESGOTO 50 MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$5,49	R\$494,10
109	LUVA SOLDÁVEL 25MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$1,89	R\$170,10
110	MASSA PARA CALAFETAR	UNIDADE	MISTER	25	R\$14,90	R\$372,50
111	MEIA CANA DE PVC	METRO	REAL PVC	2.000	R\$6,80	R\$13.600,00
112	MEIA CANA DE MADEIRA - PINUS	METRO	GASPARIN	2.000	R\$10,90	R\$21.800,00
113	MASSA CORRIDA 3,6L	LATA	EUCATEX	100	R\$57,90	R\$5.790,00
114	MASSA CORRIDA 900ML	LATA	EUCATEX	100	R\$19,90	R\$1.990,00
115	MARTELO DE UNHA COM CABO DE MADEIRA - 27MM	UNIDADE	MONFORT	20	R\$49,80	R\$996,00
116	MARRETA 2 KG	UNIDADE	MONFORT	10	R\$79,00	R\$790,00
117	MACHADO COM CABO EM MADEIRA	UNIDADE	PANDOLFO	12	R\$119,00	R\$1.428,00
118	MALHA DE FERRO 4,2MM 2M X 3M	UNIDADE	HLS	200	R\$179,00	R\$35.800,00
119	PREGO 17 X 27 - KG	QUILO	TXT	135	R\$19,90	R\$2.686,50
120	PREGO 18 X 36 - KG	QUILO	TXT	135	R\$19,90	R\$2.686,50
121	PREGO 22 X 42 - KG	QUILO	TXT	135	R\$24,90	R\$3.361,50
122	PREGO 13 X 15 - KG	QUILO	TXT	10	R\$24,90	R\$249,00
123	PREGO 15 X 21 - KG	QUILO	TXT	10	R\$24,90	R\$249,00
124	PREGO 18 X 33 - KG	QUILO	TXT	10	R\$24,90	R\$249,00
125	PREGO 25 X 72 - KG	QUILO	TXT	10	R\$23,90	R\$239,00
126	PREGO TELHEIRO COM 01KG - 18 X 30	UNIDADE	TXT	135	R\$35,00	R\$4.725,00
127	PESTANA	METRO	SENN	500	R\$37,90	R\$18.950,00
128	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA - INTERNA	UNIDADE	SALETE	20	R\$329,00	R\$6.580,00
129	PISO P14	METRO QUADRADO	INCOPIOS	1.000	R\$29,90	R\$29.900,00
130	PLAFON DE PVC COM SOQUETE DE PORCELANA	UNIDADE	PERLEX	200	R\$10,90	R\$2.180,00
131	PINCEL Nº 2"	UNIDADE	ROMA	68	R\$12,90	R\$877,20
132	PINCEL Nº 3"	UNIDADE	ROMA	68	R\$14,90	R\$1.013,20
133	PARAFUSO BITOLA 6MM COM BUCHA	UNIDADE	MISTER	900	R\$0,99	R\$891,00
134	PARAFUSO BITOLA 8MM COM BUCHA	UNIDADE	MISTER	900	R\$1,49	R\$1.341,00
135	PARAFUSO BITOLA 10MM COM BUCHA	UNIDADE	MISTER	900	R\$1,59	R\$1.431,00
136	PARAFUSO TELHEIRO	UNIDADE	MISTER	2.250	R\$1,29	R\$2.902,50
137	PA QUADRADA COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	75	R\$49,00	R\$3.675,00
138	PÁ COM CABO REFORÇADO	UNIDADE	PANDOLFO	68	R\$59,00	R\$4.012,00
139	PICARETA COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	45	R\$112,00	R\$5.040,00
140	PÉ DE CABRA EM FERRO 60CM	UNIDADE	MONFORT	10	R\$74,90	R\$749,00
141	PALANQUE DE CONCRETO 10 X 10, DE NO MÍNIMO 2,10 METROS DE ALTURA	UNIDADE	GILOCA	400	R\$54,90	R\$21.960,00
142	PARAFUSO PARA FORRO	UNIDADE	MISTER	10.000	R\$0,19	R\$1.900,00
143	PNEU COM ARO E CAMARA PARA CARRINHO DE MÃO	UNIDADE	BLUMENAU	10	R\$109,00	R\$1.090,00
144	PORTA TOALHA DE PAPEL	UNIDADE	ARTPLAST	20	R\$44,90	R\$898,00
145	RIPA 1 X 2 DE PINHEIRO	METRO	SENN	1.000	R\$5,40	R\$5.400,00
146	RIPA 2,5 X 5 DE PINHEIRO	METRO	SENN	1.000	R\$6,60	R\$6.600,00
147	RIPÃO 5 X 5CM - PINHEIRO	METRO	SENN	1.000	R\$6,90	R\$6.900,00
148	REATOR 2 X 40V	UNIDADE	TASCHIBRA	105	R\$59,00	R\$6.195,00
149	ROLO DE LÃ 10 CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	68	R\$15,90	R\$1.081,20
150	ROLO DE LA 15 CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	68	R\$24,90	R\$1.693,20
151	ROLO DE LA 18 CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	68	R\$25,90	R\$1.761,20
152	ROLO DE LÃ 23CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	68	R\$31,90	R\$2.169,20

153	ROLO DE ESPUMA 18 CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	68	R\$14,90	R\$1.013,20
154	SARRAFO DE PINHEIRO - METRO	METRO	SENN	1.000	R\$2,49	R\$2.490,00
155	SOQUETE CEBOLINHA	UNIDADE	MANPLEX	200	R\$2,99	R\$598,00
156	SIFÃO PARA PIA	UNIDADE	CENSI	90	R\$11,00	R\$990,00
157	SOLVENTE PARA TINTAS E VERNIZES 900ML	LATA	ANJO	200	R\$23,90	R\$4.780,00
158	TIJOLO 6 FUROS TAMANHO 9 X 14 X 24 - GRANDE	UNIDADE	PASQUALI	45.000	R\$1,09	R\$49.050,00
159	TABUA 0,20 X 3,00M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$42,90	R\$9.652,50
160	TABUA 0,30 X 3,00M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$68,90	R\$15.502,50
161	TABUA 0,30 X 4,00M DE PINHEIRO	UNIDADE	SENN	225	R\$74,90	R\$16.852,50
162	TABUA 0,30 X 4,00M DE PINUS	UNIDADE	SENN	225	R\$54,90	R\$12.352,50
163	TABUA 0,30 X 3,00M DE PINUS	UNIDADE	SENN	225	R\$39,90	R\$8.977,50
164	TABUA 0,25 X 3,00M DE PINUS	UNIDADE	SENN	225	R\$34,90	R\$7.852,50
165	TELHA ROMANA	UNIDADE	CANELINHA	10.000	R\$3,49	R\$34.900,00
166	TELA MOSQUITEIRO 1,2M X 0,50M	UNIDADE	BLUMENAU	200	R\$7,90	R\$1.580,00
167	TOMADA + 1 CHAVE EMBUTIR	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$19,80	R\$1.782,00
168	TOMADA + 2 CHAVES EMBUTIR	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$21,50	R\$1.935,00
169	TOMADA EMBUTIR 10A	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$17,50	R\$1.575,00
170	TOMADA PARA TELEFONE	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$19,00	R\$1.710,00
171	TOMADA SIMPLES DE EMBUTIR 20A	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$21,50	R\$1.935,00
172	TOMADA SOBREPOR	UNIDADE	MEC-TRONIC	90	R\$17,90	R\$1.611,00
173	TUBO DE PVC 25 MM	METRO	KRONA	540	R\$6,49	R\$3.504,60
174	TUBO DE PVC 50 MM	METRO	KRONA	150	R\$19,90	R\$2.985,00
175	TUBO DE PVC 75MM ESGOTO	METRO	KRONA	300	R\$15,40	R\$4.620,00
176	TUBO DE PVC - 50 MM ESGOTO	METRO	KRONA	300	R\$11,90	R\$3.570,00
177	TUBO DE PVC 100MM ESGOTO	METRO	KRONA	300	R\$15,90	R\$4.770,00
178	T 100MM	UNIDADE	KRONA	60	R\$17,30	R\$1.038,00
179	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHO COM 3,6L	LATA	EUCATEX	750	R\$149,00	R\$111.750,00
180	TINTA ACRÍLICA SEMIBRILHOCOM 18LL	LATA	EUCATEX	750	R\$540,00	R\$405.000,00
181	TINTA ESMALTE SINTÉTICO COM 3,6L	LATA	EUCATEX	750	R\$120,00	R\$90.000,00
182	TINTA A ÓLEO 3,6	GALÃO	EUCATEX	750	R\$120,00	R\$90.000,00
183	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE SOLVENTE, EMBALAGEM COM 18L.	LATA	EUCATEX	100	R\$715,00	R\$71.500,00
184	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE ÁGUA, NA COR AMARELA, EMBALAGEM COM 18L.	LATA	EUCATEX	100	R\$410,00	R\$41.000,00
185	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA A BASE DE ÁGUA, NA COR BRANCA, EMBALAGEM COM 18L.	LATA	EUCATEX	100	R\$350,00	R\$35.000,00
186	TOMADA SISTEMA X 10A	UNIDADE	MEC-TRONIC	100	R\$14,90	R\$1.490,00
187	TRENA 5 METROS	UNIDADE	MTX	20	R\$29,80	R\$596,00
188	TRENA 7,5 METROS	UNIDADE	MTX	20	R\$41,90	R\$838,00
189	TESOURA PARA PODA E JARDINAGEM, MÍNIMO DE 32CM DE COMPRIMENTO, CABO DE MADEIRA	UNIDADE	TRAMONTIN	10	R\$64,00	R\$640,00
190	TELA SOLDADA ARAME, COM NO MÍNIMO 1,9MM, ALTURA DE 1M.	METRO	FRANZ	1.000	R\$17,40	R\$17.400,00
191	TELA SOLDADA ARAME, COM NO MÍNIMO 1,9MM, ALTURA DE 1,20M.	METRO	FRANZ	1.000	R\$20,90	R\$20.900,00
192	TELA SOLDADA ARAME, COM NO MÍNIMO 1,9MM, ALTURA DE 1,50M.	METRO	FRANZ	1.000	R\$26,90	R\$26.900,00
193	TELA SOLDADA ARAME COM NO MÍNIMO 2,3MM, ALTURA 1,5M E MALHA 10 X 5CM	METRO	FRANZ	1.000	R\$39,00	R\$39.000,00
194	VASSOURA PARA GRAMA COM NO MÍNIMO 18 DENTES E CABO DE MADEIRA	UNIDADE	TRAPP	90	R\$35,90	R\$3.231,00
195	CILINDRO PARA FECHADURA	UNIDADE	SOPRANO	30	R\$35,90	R\$1.077,00
196	ALICATE UNIVERSAL 8	UNIDADE	MISTER	20	R\$43,90	R\$878,00
197	ALICATE CORTE DIAGONAL 6"	UNIDADE	MISTER	10	R\$35,90	R\$359,00
198	MARTELO UNHA COM CABO DE FIBRA EMBORRACHADO, COM NO MÍNIMO 25MM.	UNIDADE	MISTER	20	R\$58,90	R\$1.178,00
199	LAMINA SERRA CIRCULAR 4"	UNIDADE	VONDER	100	R\$21,90	R\$2.190,00
200	LAMINA SERRA CIRCULAR 7"	UNIDADE	VONDER	100	R\$38,90	R\$3.890,00
201	BROCA 6MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$14,90	R\$1.490,00
202	BROCA 8MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$17,90	R\$1.790,00
203	BROCA 10MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$22,90	R\$2.290,00
204	BROCA AÇO RÁPIDO 6MM.	UNIDADE	VONDER	100	R\$9,80	R\$980,00
205	BROCA AÇO RÁPIDO 8MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$16,80	R\$1.680,00
206	BROCA AÇO RÁPIDO 10MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$28,70	R\$2.870,00
207	FIO CABO PARALELO 2X1,5	METRO	RCM	2.000	R\$4,45	R\$8.900,00

208	FIO CABO PARALELO 2X2,5	METRO	RCM	2.000	R\$5,79	R\$11.580,00
209	CABO PP 2X1,5	METRO	RCM	2.000	R\$5,49	R\$10.980,00
210	CABO PP 2X2,5	METRO	RCM	2.000	R\$7,45	R\$14.900,00
211	MANGUEIRA PARA JARDIM, REFORÇADA, ANTITORÇÃO	METRO	DURIN	1.000	R\$4,90	R\$4.900,00
212	TRINCHA 1/2	UNIDADE	ROMA	200	R\$7,90	R\$1.580,00
213	TRINCHA 3/4	UNIDADE	ROMA	200	R\$9,40	R\$1.880,00
214	TRINCHA 1"	UNIDADE	ROMA	200	R\$11,40	R\$2.280,00
215	BROCHA RETANGULAR 18X8CM	UNIDADE	ROMA	200	R\$10,80	R\$2.160,00
216	CABO GAIOLA PARA ROLO PINTURA	UNIDADE	ATLAS	200	R\$19,90	R\$3.980,00
217	CAÇAMBA PLÁSTICA PARA PINTURA	UNIDADE	ROMA	100	R\$27,90	R\$2.790,00
218	MASSA ACRÍLICA 3,6L	UNIDADE	EUCATEX	200	R\$84,90	R\$16.980,00
219	SELADOR ACRÍLICO 18L	UNIDADE	EUCATEX	100	R\$199,00	R\$19.900,00
220	TORNEIRA PLÁSTICA PARA LAVATÓRIO	UNIDADE	DURIN	100	R\$44,90	R\$4.490,00
221	TORNEIRA PLÁSTICA PARA COZINHA	UNIDADE	DURIN	100	R\$49,00	R\$4.900,00
222	DISCO DE CORTE 110MM	UNIDADE	VONDER	100	R\$21,90	R\$2.190,00
223	BASE PARA RELE	UNIDADE	EXATRON	100	R\$19,80	R\$1.980,00
224	RELÊ FOTOCÉLULA	UNIDADE	EXATRON	100	R\$67,00	R\$6.700,00
225	TRENA 10M	UNIDADE	MISTER	20	R\$31,90	R\$638,00
226	TRENA 30M	UNIDADE	MISTER	20	R\$48,90	R\$978,00
227	TRENA 50M	UNIDADE	MISTER	20	R\$88,00	R\$1.760,00
228	ELETRODUTO CONDULETE 3/4	UNIDADE	NPOL	1.000	R\$18,90	R\$18.900,00
229	ELETRODUTO CONDULETE 1"	UNIDADE	NPOL	1.000	R\$29,90	R\$29.900,00
230	CAIXA CONDULETE 3/4	UNIDADE	NPOL	200	R\$10,49	R\$2.098,00
231	CAIXA CONDULETE 1"	UNIDADE	NPOL	200	R\$14,49	R\$2.898,00
232	PAINEL DE LED 18W	UNIDADE	MANPLEX	200	R\$65,00	R\$13.000,00
233	PAINEL DE LED 24W	UNIDADE	MANPLEX	200	R\$85,00	R\$17.000,00
234	PAINEL DE LED 32W	UNIDADE	MANPLEX	200	R\$170,00	R\$34.000,00
235	ABRAÇADEIRA CONDULETE	UNIDADE	NPOL	1.000	R\$2,49	R\$2.490,00
236	SELANTE PU	UNIDADE	MISTER	200	R\$34,90	R\$6.980,00
237	APLICADOR DE SILICONE	UNIDADE	MISTER	100	R\$59,90	R\$5.990,00
238	VEDA CALHA 280G	UNIDADE	MISTER	300	R\$24,90	R\$7.470,00
239	SILICONE 280GR	TUBO	MISTER	300	R\$34,90	R\$10.470,00
240	SELA TRINCA 420G	UNIDADE	MISTER	300	R\$27,00	R\$8.100,00
241	IMPERMEABILIZANTE MASSA VEDA REBOCO 1L	UNIDADE	KEVEKS	200	R\$31,90	R\$6.380,00
242	ACELERADOR DE ARGAMASSA SECA RÁPIDO 1L	UNIDADE	KEVEKS	200	R\$21,90	R\$4.380,00
243	SILICONE 50G	TUBO	MISTER	300	R\$8,90	R\$2.670,00
244	CUMEEIRA ARTICULADA 6MM	PAR	BRASILIT	2.000	R\$77,90	R\$155.800,00
245	CUMEEIRA NORMAL 15° 6MM	UNIDADE	BRASILIT	2.000	R\$58,90	R\$117.800,00
246	TELHA FRANCESA	UNIDADE	CANELINHA	4.000	R\$2,90	R\$11.600,00
247	TELHA PORTUGUESA	UNIDADE	CANELINHA	4.000	R\$2,90	R\$11.600,00
248	MANGUEIRA DE GÁS 1,2M	UNIDADE	DURIN	200	R\$12,90	R\$2.580,00
249	REGULADOR DE GAS	UNIDADE	ALIANÇA	200	R\$49,90	R\$9.980,00
250	CHUVEIRO ELÉTRICO	UNIDADE	LORENZETTI	20	R\$84,90	R\$1.698,00
251	FURADEIRA DE IMPACTO	UNIDADE	VONDER	10	R\$449,00	R\$4.490,00
252	PARAFUSADEIRA 12V	UNIDADE	VONDER	10	R\$399,00	R\$3.990,00
253	MARTELETE 220V	UNIDADE	VONDER	10	R\$1.090,00	R\$10.900,00
254	VENTILADOR DE PAREDE	UNIDADE	VENTISOL	100	R\$349,00	R\$34.900,00
255	SERRA CIRCULAR	UNIDADE	VONDER	10	R\$740,00	R\$7.400,00
256	VÁLVULA DE DESCARGA 1 1/2	UNIDADE	DOCOL	100	R\$159,00	R\$15.900,00
257	VASSOURÃO GARI 40CM COM CABO	UNIDADE	VONDER	200	R\$30,90	R\$6.180,00
258	FOSSA SÉPTICA EM POLIETILENO 325L	UNIDADE	BAKOF	50	R\$549,00	R\$27.450,00
259	FILTRO PARA FOSSA SÉPTICA EM POLIETILENO 325L	UNIDADE	BAKOF	50	R\$749,00	R\$37.450,00
260	TANQUE DE PLÁSTICO	UNIDADE	DURIN	50	R\$124,00	R\$6.200,00
261	CAL LÍQUIDO 1L	UNIDADE	MAXTON	100	R\$9,90	R\$990,00
262	CAL LÍQUIDO 3,2L	UNIDADE	MAXTON	100	R\$32,80	R\$3.280,00
263	TRELIÇA H8 1/4X4.2X6M	UNIDADE	HLS	200	R\$45,90	R\$9.180,00
264	SUORTE PAPEL HIGIENICO	UNIDADE	PRIMA FER	100	R\$39,00	R\$3.900,00
265	SIFÃO DUPLO	UNIDADE	CENSI	100	R\$24,90	R\$2.490,00
266	GANCHO COM BUCHA 6MM	UNIDADE	MISTER	200	R\$4,49	R\$898,00
267	GANCHO COM BUCHA 8MM	UNIDADE	MISTER	200	R\$5,90	R\$1.180,00
268	GANCHO COM BUCHA 10MM	UNIDADE	MISTER	200	R\$7,90	R\$1.580,00
269	PORTA CHAPEADA DE PINUS	UNIDADE	SALETE	200	R\$149,00	R\$29.800,00
270	REGISTRO ESF SOLD 25MM	UNIDADE	KRONA	100	R\$17,90	R\$1.790,00
271	REGISTRO ESF SOLD 32MM	UNIDADE	KRONA	100	R\$27,90	R\$2.790,00

272	REGISTRO ESF SOLD 50MM	UNIDADE	KRONA	100	R\$37,90	R\$3.790,00
273	CAIXA D'ÁGUA 2000L	UNIDADE	FORTLEV	20	R\$980,00	R\$19.600,00
274	ADAPTADOR DE FLANGE 25 MM	UNIDADE	KRONA	50	R\$13,90	R\$695,00
275	ADAPTADOR FLANGE 32MM	UNIDADE	KRONA	50	R\$21,90	R\$1.095,00
276	ADAPTADOR FLANGE 50MM	UNIDADE	KRONA	50	R\$29,90	R\$1.495,00
277	LUVA ESGOTO 150 MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$24,90	R\$2.241,00
278	JUNÇÃO ESGOTO 150MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$98,00	R\$8.820,00
279	CAP ESGOTO 150 MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$31,90	R\$2.871,00
280	TE ESGOTO 150 MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$67,90	R\$6.111,00
281	TUBO DE PVC 150MM ESGOTO	UNIDADE	KRONA	90	R\$42,90	R\$3.861,00
282	JOELHO 200 MM ESGOTO	UNIDADE	KRONA	90	R\$84,90	R\$7.641,00
283	LUVA ESGOTO 200MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$45,00	R\$4.050,00
284	TE ESGOTO 200MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$189,00	R\$17.010,00
285	TUBO ESGOTO 200 MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$104,00	R\$9.360,00
286	JOELHO SOLDÁVEL 32MM	UNIDADE	KRONA	90	R\$2,98	R\$268,20
287	ESCADA DE ALUMINIO 07 DEGRAUS	UNIDADE	MAESTRO	20	R\$289,00	R\$5.780,00
288	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO 15 DEGRAUS	UNIDADE	BELFIX	10	R\$1.240,00	R\$12.400,00
289	LAVATÓRIO COM COLUNA BRANCO	UNIDADE	LORENZETTI	30	R\$279,00	R\$8.370,00
290	BACIA SANITÁRIA	UNIDADE	LORENZETTI	30	R\$230,00	R\$6.900,00
291	PIA INOX CUBA SIMPLES 1,20M	UNIDADE	FRANKE	10	R\$229,00	R\$2.290,00
292	PIA INOX CUBA SIMPLES 1,60M	UNIDADE	FRANKE	10	R\$419,00	R\$4.190,00
293	CAIXA DE HIDRÔMETRO	UNIDADE	BLUMENAU	10	R\$91,80	R\$918,00
294	FECHADURA CILÍNDRICA AÇO INOX	UNIDADE	SOPRANO	20	R\$94,90	R\$1.898,00
295	DISJUNTOR MONOFASICO 25A	UNIDADE	SOPRANO	10	R\$19,90	R\$199,00
296	DISJUNTOR MONOFASICO 50A	UNIDADE	SOPRANO	10	R\$31,90	R\$319,00
297	DISJUNTOR BIFÁSICO 40A	UNIDADE	SOPRANO	10	R\$47,90	R\$479,00
298	DISJUNTOR BIFÁSICO 50A	UNIDADE	SOPRANO	10	R\$91,90	R\$919,00
299	MANGUEIRA PRETA 1/2	METRO	DELPLAST	1.000	R\$2,49	R\$2.490,00
300	MANGUEIRA PRETA 3/4	METRO	DELPLAST	1.000	R\$2,99	R\$2.990,00
301	MANGUEIRA PRETA 1"	METRO	DELPLAST	1.000	R\$3,49	R\$3.490,00
302	UNIÃO DE MANGUEIRA 1/2	UNIDADE	DURIN	200	R\$2,99	R\$598,00
303	UNIÃO DE MANGUEIRA 3/4	UNIDADE	DURIN	200	R\$3,99	R\$798,00
304	UNIÃO DE MANGUEIRA 1"	UNIDADE	DURIN	200	R\$4,99	R\$998,00
305	TE TRIPLO MANGUEIRA 1/2	UNIDADE	DURIN	100	R\$4,99	R\$499,00
306	TE TRIPLO MANGUEIRA 3/4	UNIDADE	DURIN	100	R\$5,99	R\$599,00
307	TE TRIPLO MANGUEIRA 1"	UNIDADE	DURIN	100	R\$6,90	R\$690,00
308	CINTA LACRE 2,5X200MM	UNIDADE	MISTER	100	R\$9,90	R\$990,00
309	CINTA LACRE 1,6X400MM	UNIDADE	MISTER	100	R\$39,90	R\$3.990,00
310	CINTA LACRE 8,0X600MM	UNIDADE	MISTER	100	R\$79,00	R\$7.900,00
311	PARAFUSO MADEIRA 4,0X30	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,14	R\$280,00
312	PARAFUSO MADEIRA 4,0X50	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,29	R\$580,00
313	PARAFUSO MADEIRA 5,0X60	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,39	R\$780,00
314	PARAFUSO MADEIRA 5,0X70	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,89	R\$1.780,00
315	PARAFUSO MADEIRA 6,0X80	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,99	R\$1.980,00
316	PARAFUSO FRANCES 1/4X3	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,09	R\$2.180,00
317	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,29	R\$2.580,00
318	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$2,49	R\$4.980,00
319	PARAFUSO FRANCÊS 5/16 X 6	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$2,99	R\$5.980,00
320	PARAFUSO FRANCES 3/8X5	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$3,24	R\$6.480,00
321	PARAFUSO FRANCÊS 3/8X6	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$3,49	R\$6.980,00
322	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X50.	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,99	R\$1.980,00
323	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X70	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$7,99	R\$15.980,00
324	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X100	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$7,99	R\$15.980,00
325	ARRUELA LISA 3/16	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,19	R\$380,00
326	ARRUELA LISA 1/4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,29	R\$580,00
327	ARRUELA LISA 5/16	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,39	R\$780,00
328	ARRUELA LISA 3/8	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,59	R\$1.180,00
329	ARRUELA LISA 3/4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,49	R\$2.980,00
330	ARRUELA LISA 5/8	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,99	R\$3.980,00
331	PORCA 1/4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,99	R\$1.980,00
332	PORCA 5/16	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,19	R\$2.380,00
333	PORCA 3/8	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$1,39	R\$2.780,00
334	PORCA 3/4	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$2,49	R\$4.980,00
335	PORCA 5/8	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$2,99	R\$5.980,00

336	DISJUNTOR TRIFASICO 70A	UNIDADE	SOPRANO	20	R\$149,00	R\$2.980,00
337	DISJUNTOR TRIFASICO 80A	UNIDADE	SOPRANO	20	R\$209,00	R\$4.180,00
338	ASSENTO ALMOFADADO	UNIDADE	DURIN	100	R\$104,90	R\$10.490,00
339	BARRA DE APOIO 80CM	UNIDADE	CENSI	100	R\$129,00	R\$12.900,00
340	CINTA ELEVAÇÃO DE CARGA 05 TONELADAS	UNIDADE	VONDER	100	R\$449,00	R\$44.900,00
341	KIT CINTA COM CATRACA 50MM	UNIDADE	VONDER	50	R\$98,00	R\$4.900,00
342	BUCHA PLÁSTICA 06MM	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,14	R\$280,00
343	BUCHA PLÁSTICA 08MM	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,39	R\$780,00
344	BUCHA PLÁSTICA 10MM	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,79	R\$1.580,00
345	BUCHA PLÁSTICA 12MM	UNIDADE	MISTER	2.000	R\$0,99	R\$1.980,00
346	LUMINARIA DE EMERGENCIA	UNIDADE	MANPLEX	100	R\$32,90	R\$3.290,00
347	BLOCO DE EMERGENCIA 1200LM	UNIDADE	MANPLEX	100	R\$169,00	R\$16.900,00
348	BALDE PLÁSTICO REFORÇADO 10L	UNIDADE	VONDER	100	R\$19,90	R\$1.990,00
349	PREGO 19X39	KILOGRAMA	TXT	100	R\$20,90	R\$2.090,00
350	PREGO 20 X 42	KILOGRAMA	TXT	100	R\$22,90	R\$2.290,00
351	CABO DUPLEX ALUM. 2X10	METRO	MANPLEX	1.000	R\$4,89	R\$4.890,00
352	CABO TRIPLEX ALUM. 3X10	METRO	MANPLEX	1.000	R\$6,80	R\$6.800,00
353	CABO QUADRIplex ALUM. 4X10	METRO	MANPLEX	1.000	R\$9,90	R\$9.900,00
354	DESEMPENADEIRA MADEIRA	UNIDADE	MONFORT	20	R\$16,90	R\$338,00
355	DESEMPENADEIRA AÇO DENTADA 14X27	UNIDADE	MISTER	20	R\$24,90	R\$498,00
356	FITA ADESIVA SILVER TAPE 45X05M	UNIDADE	ADERE	200	R\$16,90	R\$3.380,00
357	SUPORTE MÃO FRANCESA 25CM	UNIDADE	VONDER	100	R\$27,90	R\$2.790,00
358	SUPORTE MÃO FRANCESA 30CM	UNIDADE	VONDER	100	R\$34,90	R\$3.490,00
359	SUPORTE MÃO FRANCESA 40CM	UNIDADE	VONDER	100	R\$44,90	R\$4.490,00
360	CAVADEIRA ARTICULADA 2 CABOS 1,80M	UNIDADE	MONFORT	10	R\$159,00	R\$1.590,00
361	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4	METRO	KRONA	1.000	R\$2,99	R\$2.990,00
362	ELETRODUTO CORRUGADO 1"	METRO	KRONA	1.000	R\$7,99	R\$7.990,00
363	FIO NYLON PARA ROÇADEIRA.	METRO	EKILON	10.000	R\$2,80	R\$28.000,00
364	MASSA PRONTA USO GERAL 20KG	SACO	QUARTZOLIT	200	R\$19,90	R\$3.980,00
VALOR TOTAL R\$ 3.687.306,10 (três milhões seiscentos e oitenta e sete mil trezentos e seis reais e dez centavos)						

IRINEÓPOLIS, 11 DE JANEIRO DE 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI- PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA À PORTARIA 621/2023

Publicação Nº 5509179

ERRATA

O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), pelo presente, CONFORME comunicado pela Secretaria de Obras e Urbanismo, devido ausência de profissional para cobrir férias, foi cancelado as férias dos servidores ANTONIO ROSINSKI e JOÃO PAULO HACKER que estavam citados na Portaria nº 621/2023, publicada no DOM/SC Edição n.º 4410 do dia 18/12/2023, pag. 1396,

Irineópolis, 11 de Janeiro de 2024.
NYVÁ THIAGO MOREIRA
Departamento de recursos humanos.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 65/2023 PM

Publicação Nº 5508811

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50DEEC74E0F2AB640F246AB7E0322F0C38EFA38A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 65/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2023
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: R J Fleith & Cia Ltda.

Irineópolis, 11 de janeiro de 2024.
Lademir Fernando Arcari
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2024

Publicação Nº 5509161

PORTARIA N.º 022/2024.
EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:
Art. 1º - Exonerar a pedido ANDRIELI KRZEWSKI, do cargo comissionado de Assessor para Juventude, para o qual foi nomeada em 18/09/2023, através da Portaria n.º 481/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 05/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 12 de Janeiro de 2023.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 023/2024

Publicação Nº 5509165

PORTARIA N.º 023/2024.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o gozo de férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	DATA INICIAL		DATA FINAL
ELIANE CARDOSO NOGARA	02/01/2024	A	16/01/2024
JOEL DA ROCHA	02/01/2024	A	31/01/2024
JULIANO POZZI PEREIRA	11/01/2024	A	20/01/2024
LILLIAN ELIANE BATSCHAUER	15/01/2024	A	29/01/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Janeiro de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 024/2024

Publicação Nº 5509166

PORTARIA N.º 024/2024.
"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 25/01/2024 à 23/02/2024, à servidora efetiva WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Janeiro de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 025/2024

Publicação Nº 5509169

PORTARIA N.º 025/2024.
"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/02/2024 à 30/04/2024, à servidora efetiva JAQUELINE ESTRISER GONTAREK.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Janeiro de 2024.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 621/2023

Publicação Nº 5509198

PORTARIA N.º 621/2023.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar N.º 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder o gozo de férias regulamentares ao servidor abaixo relacionado:

SERVIDOR	DATA INICIAL		DATA FINAL
ALINE CRISTINA LINZMEIER RISKE	03/01/2024	A	01/02/2024
ADIR JOSÉ GEVIESKI	02/01/2024	A	31/01/2024
ANA PAULA MARTINS REICHARDT	02/01/2024	A	16/01/2024
ANDRE TARCISIO CARNEIRO	02/01/2024	A	16/01/2024
ANTÔNIO DILSON TEODORO	02/01/2024	A	31/01/2024
CIRCE NEPPEL SFAIR	02/01/2024	A	31/01/2024
CLAUDINEI TEODORO	02/01/2024	A	31/01/2024
CRISLAINE DRANKA NOGARA	02/01/2024	A	16/01/2024
EMERSON AUGUSTO MIGUEL PADILHA VAZ	02/01/2024	A	16/01/2024
ENI TERESINHA SCHUSTER MICHAOVSKI	03/01/2024	A	01/02/2024
FRANCIELI MARIA KNOLL	02/01/2024	A	16/01/2024
FRANCIELI ZIEMANN	03/01/2024	A	01/02/2024
GIOZANI REGINA CRESTANI	02/01/2024	A	16/01/2024
GISELI KEMPINSKI	02/01/2024	A	16/01/2024
GUILHERME ALEXANDRE DO PRADO	03/01/2024	A	01/02/2024
JANETE CORREA DE FREITAS ZABOROVSKI	03/01/2024	A	01/02/2024
JAQUELINE APARECIDA SCHLEGER	03/01/2024	A	01/02/2024
CLAUDIA CASTAGNARO	02/01/2024	A	31/01/2024
KARINA ADRIANE DA SILVA	02/01/2024	A	31/01/2024
KARLA GRANDO	03/01/2024	A	01/02/2024
LEONARDO BRAND	02/01/2024	A	31/01/2024
LINDOMAR SENN	02/01/2024	A	31/01/2024
RAFAEL TKACZ	02/01/2024	A	31/01/2024
SAYONARA SENFF MIRANDA	02/01/2024	A	16/01/2024
SINTIA BENDLIN FRANZ	03/01/2024	A	01/02/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/01/2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de Dezembro de 2023.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507693



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Poder: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Sep/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.512.224,69	2.183.268,15	2.216.818,95	2.143.399,09	2.261.752,52	2.240.313,03	2.269.763,36	2.355.334,98	2.274.853,55	2.319.854,91	2.466.422,32	4.612.264,44	28.856.209,99
Pessoal Ativo	1.477.609,18	2.086.259,69	2.126.196,32	2.054.259,61	2.187.888,77	2.160.219,35	2.200.216,59	2.288.338,07	2.151.719,58	2.220.222,09	2.354.457,25	4.497.588,04	27.805.574,45
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.097.368,82	1.695.787,79	1.730.964,39	1.672.958,44	1.780.416,37	1.729.700,26	1.810.298,95	1.857.389,73	1.751.200,02	1.810.817,66	1.900.928,75	3.707.868,70	22.575.699,88
Obrigações Patronais	380.240,36	390.471,90	395.231,93	381.301,17	407.072,40	400.519,09	389.917,55	430.948,34	400.519,56	409.404,43	454.528,50	789.719,34	5.229.874,57
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	34.615,51	97.008,46	90.622,63	89.139,48	74.263,75	80.093,68	69.546,86	66.998,91	123.133,97	99.632,82	110.965,07	114.676,40	1.050.695,54
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	47.761,14	71.367,91	52.172,11	75.288,84	29.792,75	55.794,08	90.798,64	457.746,93	83.865,65	125.695,44	78.959,45	172.196,01	1.341.438,95
Indeniza, por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	47.761,14	71.367,91	52.172,11	75.288,84	29.792,75	55.794,08	90.798,64	457.746,93	83.865,65	125.695,44	78.959,45	172.196,01	1.341.438,95
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.464.463,55	2.111.900,24	2.164.646,84	2.068.110,25	2.231.959,77	2.184.518,95	2.178.964,72	1.897.588,05	2.190.987,90	2.194.159,47	2.387.462,87	4.440.068,43	27.514.831,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR		% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			60.849.146,57		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)			1.073.412,61		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate as endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)			606.408,08		-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)			59.169.325,88		-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + V + III b)			27.514.831,04			46,50
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			35.501.595,53			60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)			33.726.515,75			57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)			31.951.435,98			54,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 10:07:49.

1 Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Identificador: WPR4221101-595-XTZQWKPZAJFC-1 - Emitido por: JOSILANE MONTOSKI



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Poder: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
2023		Exercício do primeiro período seguinte				Exercício do segundo período seguinte			
3º Quadrimestre		Primeiro período seguinte				Segundo período seguinte			
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP	
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)	
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.2

PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)		Percentual
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20) ¹		60,00
DTP em 2022 (XII) (%)		0,00
Excedente em 2022 (XII) = (XII - IX) (%)		(60,00)
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)		(6,00)

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)												
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) ²	0,00	0,00	59.169.325,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) ³	0,00	0,00	27.514.831,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VIII/VII)	0,00	0,00	46,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

¹ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
² Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.
³ Conforme quadro "APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL" do exercício respectivo.



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		RS 1,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
			Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)		9.337.731,16	8.935.372,68	9.575.463,02	12.855.732,51
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual		9.337.731,16	8.935.372,68	9.575.463,02	12.855.732,51
Empréstimos		9.337.731,16	8.935.372,68	9.575.463,02	10.249.791,03
Internos		9.337.731,16	8.935.372,68	9.575.463,02	10.249.791,03
Externos		0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios		0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Internos		0,00	0,00	0,00	0,00
Externos		0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos		0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS		0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais		0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa ¹		15.245.994,31	11.532.969,96	13.177.928,90	14.985.719,78
Disponibilidade de Caixa Bruta		15.245.992,56	11.532.968,21	13.177.927,15	14.985.718,03
(-) Restos a Pagar Processados		15.564.208,50	12.115.359,07	13.643.454,15	15.329.239,50
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		111,22	110.846,59	255,20	143,98
Demais Haveres Financeiros		318.104,72	471.544,27	465.271,80	343.377,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)		1,75	1,75	1,75	1,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		(5.908.263,15)	(2.597.597,28)	(3.602.465,88)	(2.129.987,27)
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		56.030.598,63	57.411.120,85	58.544.064,90	60.849.146,57
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)		2.881.014,09	2.956.202,48	2.043.388,18	1.073.412,61
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (VII)		53.149.584,54	54.454.918,37	56.500.676,72	59.775.733,96
		17,57	16,41	16,95	21,51
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VII)		(11,12)	(4,77)	(6,38)	(3,56)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		63.779.501,45	65.345.902,04	67.800.812,06	71.730.880,75
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		57.401.551,30	58.811.311,84	61.020.730,86	64.557.792,68



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	8.630.537,19	4.055.702,97	2.962.703,49	7.618.226,44
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Aende-Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 10:13:26.

¹ Se o saldo apontado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (c)	(i)	(j) = (f-a)	(k) = (a)	(l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

GARANTIAS CONCEDIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023			RS 1,00
			Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre	
AOS ESTADOS (I)	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)		56.030.598,63	57.411.120,83	58.544.064,90	60.849.146,57	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)		2.881.014,09	2.956.202,48	2.043.388,18	1.073.412,61	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDUAMENTO (VIII) = (VI - VII)		53.149.584,54	54.454.918,37	56.500.676,72	59.775.733,96	
% de TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%		11.692.908,60	11.980.082,04	12.430.148,88	13.150.661,47	
LIMITE DE ALERTA (Insciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)		10.523.617,74	10.782.073,84	11.187.133,99	11.835.595,32	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023			
			Até 1º Quadrimestre	Até 2º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (VII)	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 10:16:33.



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181,13040,13098,13099

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No 3º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre (a)	
Mobiliária	0,00	0,00	
Interna	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	1.063.000,00	2.110.797,02	
Interna	1.063.000,00	2.110.797,02	
Empréstimos	1.063.000,00	2.110.797,02	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Empréstimos	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	0,00	0,00	
TOTAL (III)	1.063.000,00	2.110.797,02	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	60.849.146,57	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.073.412,61	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	59.775.733,96	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - IIa)	2.110.797,02	3,53
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	9.564.117,43	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	8.607.705,69	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.184.301,38	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 3º Quadrimestre	Até 3º Quadrimestre (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 10:18:47.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181.13040.13098.13099

Poder: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EM RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Empenhados de Exercícios Anteriores							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	5.941.095,20	143,98	841.595,07	464.391,15	138.099,51	0,00	4.496.865,49	1.883.162,98	0,00	2.613.702,51		
Recursos Não Vinculados de Impostos	5.722.333,19	143,98	837.630,15	464.391,15	138.070,91	0,00	4.382.097,00	1.818.436,59	0,00	2.463.660,41		
Outros Recursos não Vinculados	218.762,01	0,00	3.964,92	0,00	28,60	0,00	214.798,49	64.726,39	0,00	150.042,10		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	9.388.144,30	0,00	1.040.359,07	1.238.325,27	205.277,98	0,00	6.904.181,98	4.032.374,04	0,00	2.871.834,94		
Recursos Vinculados à Educação	2.323.173,37	0,00	855.727,99	64.069,55	172.135,62	0,00	1.231.240,21	899.272,04	0,00	331.969,17		
Transferências da FUNDEB	1.874.156,68	0,00	850.587,99	61.446,60	166.009,71	0,00	796.112,38	784.722,27	0,00	113.901,11		
Outros Recursos Vinculados à Educação	449.016,69	0,00	5.140,00	2.622,95	6.125,91	0,00	435.127,83	114.587,77	0,00	320.579,06		
Recursos Vinculados à Saúde	700.102,24	0,00	164.909,43	0,00	31.598,25	0,00	503.594,56	50.539,49	0,00	453.055,07		
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	699.160,71	0,00	164.909,43	0,00	31.598,25	0,00	502.653,03	50.539,49	0,00	452.113,54		
Outros Recursos Vinculados à Saúde	941,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	941,53	0,00	0,00	941,53		
Recursos Vinculados à Assistência Social	176.017,75	0,00	3.497,66	0,00	988,48	0,00	171.531,61	8.500,50	0,00	163.031,11		
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto no RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	5.276.286,87	0,00	16.223,99	340.102,47	555,63	0,00	4.919.404,78	1.624.101,19	0,00	3.294.994,59		
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneros (exceto Educação, Saúde e Assistência)	151.633,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.633,00	0,00	0,00	151.633,00		
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	5.124.653,87	0,00	16.223,99	340.102,47	555,63	0,00	4.767.771,78	1.624.101,19	0,00	3.143.361,59		
Demais Vinculações Legais	912.467,84	0,00	0,00	834.153,25	0,00	0,00	78.314,59	1.449.625,82	0,00	(1.371.311,23)		
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	466.352,07	0,00	0,00	832.948,25	0,00	0,00	(366.596,18)	1.395.146,84	0,00	(1.761.743,02)		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	60.498,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.498,70	51,30,00	0,00	55.388,70		
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	12.295,44	0,00	0,00	205,00	0,00	0,00	12.090,44	148,50	0,00	11.941,94		
Outras Vinculações Legais	373.321,63	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	372.321,63	49.200,48	0,00	323.121,15		
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Vinculações	96,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,23	0,00	0,00	96,23		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (IV) = (I + II + III)	15.329.239,50	143,98	1.801.954,14	1.702.716,42	343.377,49	0,00	11.401.047,47	5.918.510,02	0,00	5.485.537,45		

PONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissor: 11/01/2024, às 10:20:55.

1 Esta coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2 Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 2181,13040,13098,13099

Poder: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 3º QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		60.849.146,57
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		59.775.733,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		59.169.325,88

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	27.514.831,04	46,50
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	35.501.595,53	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	33.726.515,75	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	31.951.435,98	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	(2.129.987,27)	(3,56)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.730.880,75	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.150.661,47	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	2.110.797,02	3,53
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.564.117,43	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.184.301,38	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.915.510,02	5.485.537,45

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 10:27:53.

NOTA:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2023

Publicação Nº 5507692



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	
						% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	63.810.823,70	63.810.823,70	13.261.553,82	20,78	67.292.036,38	105,46
RECEITAS CORRENTES	63.752.696,48	63.752.696,48	11.847.631,05	18,58	60.849.146,57	95,45
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.143.253,53	7.143.253,53	1.207.999,43	16,91	7.120.875,70	99,69
Impostos	5.497.479,77	5.497.479,77	1.133.402,21	20,62	5.703.468,58	103,75
Taxas	1.076.265,16	1.076.265,16	55.480,53	5,15	1.095.714,51	101,81
Contribuição de Melhoria	569.508,60	569.508,60	3,36	3,36	321.692,61	56,49
CONTRIBUIÇÕES	385.840,00	385.840,00	86.982,07	22,54	503.112,59	130,39
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	385.840,00	385.840,00	86.982,07	22,54	503.112,59	130,39
RECETA PATRIMONIAL	764.370,80	764.370,80	323.444,43	42,32	1.630.743,61	213,34
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	10.414,00	0,00	11.007,05	0,00
Valores Mobiliários	759.070,80	759.070,80	312.609,36	41,18	1.616.191,94	212,92
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	5.300,00	5.300,00	421,07	7,94	3.544,62	66,88
RECITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.487,18	0,00
RECITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECITA DE SERVIÇOS	24.328,09	24.328,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.390,99	9.390,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	1.108,34	1.108,34	0,00	0,00	1.108,34	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	12.720,00	12.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	1.108,76	1.108,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	55.255.348,14	55.255.348,14	10.205.206,91	18,47	51.331.122,76	92,90
Transferências da União e de suas Entidades	23.883.231,26	23.883.231,26	4.906.537,68	20,54	21.646.726,49	90,64
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.630.920,78	15.630.920,78	2.753.417,03	17,62	15.607.763,42	99,85
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	17.875,98	17.875,98	1.500,00	8,39	13.500,00	75,52
Transferências de Instituições Privadas	53.320,12	53.320,12	5.500,00	10,32	33.310,53	62,47
Transferências de Outras Instituições Públicas	15.670.000,00	15.670.000,00	2.538.252,20	16,20	14.029.822,32	89,53
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	179.555,92	179.555,92	23.998,21	13,37	261.804,73	145,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	114.650,00	114.650,00	10.159,31	8,86	80.191,41	69,94
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	303,78	0,00	55.715,78	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	64.905,92	64.905,92	13.535,12	20,85	125.897,54	193,97	60.991,62)			
RECEITAS DE CAPITAL	58.127,22	58.127,22	1.413.922,77	2.432,46	6.442.889,81	11.084,12	(6.384.762,59)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.063.000,00	0,00	2.110.797,02	0,00	(2.110.797,02)			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	1.063.000,00	0,00	2.110.797,02	0,00	(2.110.797,02)			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIEIACÃO DE BENS	56.007,22	56.007,22	749,47	1,34	24.919,49	44,49	31.087,73			
Alienação de Bens Móveis	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00			
Alienação de Bens Imóveis	13.607,22	13.607,22	749,47	5,51	24.919,49	183,13	(11.312,27)			
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZACÓES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.120,00	2.120,00	350.173,30	16.517,61	4.307.173,30	203.168,55	(4.305.053,30)			
Transferências da União e de suas Entidades	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00	3.337.000,00	314.811,32	(3.335.940,00)			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.060,00	1.060,00	350.173,30	33.035,22	970.173,30	91.525,78	(969.113,30)			
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	63.810.823,70	63.810.823,70	13.261.553,82	20,78	67.292.036,38	105,46	(3.481.212,68)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	63.810.823,70	63.810.823,70	13.261.553,82	20,78	67.292.036,38	105,46	(3.481.212,68)			
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	63.810.823,70	63.810.823,70	13.261.553,82	20,78	67.292.036,38	105,46	(3.481.212,68)			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.600.676,32	-	-	4.494.990,34	-	-			
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-			
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.600.676,32	-	-	4.494.990,34	-	-			



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Órgãos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (c-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	66.962.541,95	14.381.474,40	14.286.118,78	61.047.031,93	20.296.984,42	59.165.077,79	5.915.510,02
DESPESAS CORRENTES	54.624.025,61	61.556.257,67	10.705.811,33	54.753.113,93	6.803.143,74	11.407.854,81	53.504.135,49	8.052.122,18	51.630.381,35	1.248.978,44
Pessoal e Encargos Sociais	29.835.770,26	32.796.447,95	7.331.642,65	30.081.824,14	2.714.623,81	7.362.067,48	30.081.824,14	2.714.623,81	28.421.058,80	0,00
Juros e Encargos da Dívida	802.650,00	1.172.453,54	204.800,17	1.169.803,54	2.650,00	204.800,17	1.169.803,54	2.650,00	1.169.803,54	0,00
Outras Despesas Correntes	23.985.605,35	27.587.356,18	3.169.368,51	23.501.486,25	4.085.869,93	3.840.987,16	22.252.507,81	5.334.848,37	22.039.519,01	1.248.978,44
DESPESAS DE CAPITAL	8.955.988,39	19.616.448,98	4.977.322,44	12.209.428,02	7.407.020,96	2.878.263,97	7.542.896,44	12.073.552,54	7.534.696,44	4.666.531,58
Investimentos	7.653.338,39	18.228.923,15	4.699.938,34	10.824.552,19	7.404.370,96	2.600.879,87	6.158.020,61	12.070.902,54	6.149.820,61	4.666.531,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.302.650,00	1.387.525,83	277.384,10	1.384.875,83	2.650,00	277.384,10	1.384.875,83	2.650,00	1.384.875,83	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.30.809,70	171.309,70	0,00	0,00	171.309,70	0,00	0,00	171.309,70	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	66.962.541,95	14.381.474,40	14.286.118,78	61.047.031,93	20.296.984,42	59.165.077,79	5.915.510,02
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	66.962.541,95	14.381.474,40	14.286.118,78	61.047.031,93	20.296.984,42	59.165.077,79	5.915.510,02
SUPERÁVIT (XII)	-	-	-	329.494,43	-	-	6.245.004,45	-	8.126.958,59	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	67.292.036,38	-	14.286.118,78	67.292.036,38	-	67.292.036,38	5.915.510,02
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:06:50.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social



Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR417101-595-KGBVYYPQAMHTD-9 - Emitido por: JOSILAINE MONTOSKI



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Órgãos Físicos e da Secretaria Social



Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (e) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	% (b/total b)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	66.962.541,95	100,00	14.381.474,40	14.286.118,78	61.047.031,93	100,00	20.296.984,42	5.915.510,02
LEGISLATIVA	2.068.460,00	2.068.460,00	323.103,90	1.459.827,47	2,18	608.632,53	330.144,12	1.459.827,47	2,39	608.632,53	0,00
Ação Legislativa	2.068.460,00	2.068.460,00	323.103,90	1.459.827,47	2,18	608.632,53	330.144,12	1.459.827,47	2,39	608.632,53	0,00
ADMINISTRAÇÃO	6.305.309,11	6.176.140,83	1.164.301,30	5.879.694,66	8,78	296.446,17	1.273.215,70	5.757.625,11	9,43	418.515,72	122.069,55
Planejamento e Orçamento	861.340,00	851.840,00	183.470,51	806.833,60	1,20	45.006,40	183.788,07	806.796,40	1,32	45.043,60	37,20
Administração Geral	3.761.969,11	3.680.800,83	609.972,32	3.432.054,59	5,13	248.746,24	713.004,99	3.312.940,12	5,43	367.860,71	119.114,47
Administração Financeira	1.192.000,00	1.141.500,00	281.438,03	1.138.806,47	1,70	2.693,53	287.002,20	1.135.888,59	1,86	5.611,41	2.917,88
Diversas Subfunções	490.000,00	502.000,00	89.420,44	502.000,00	0,75	0,00	89.420,44	502.000,00	0,82	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	399.671,62	835.599,73	135.813,11	681.206,84	1,02	154.392,89	87.038,67	616.214,88	1,01	219.384,85	64.991,96
Policiamento	135.618,00	202.118,00	44.498,17	194.509,00	0,29	7.609,00	44.383,01	194.393,84	0,32	7.724,16	115,16
Defesa Civil	244.053,62	633.481,73	91.314,94	486.697,84	0,73	146.783,89	42.655,66	421.821,04	0,69	211.660,69	64.876,80
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.415.201,64	3.651.819,26	549.313,63	3.312.746,27	4,95	339.072,99	684.633,22	3.240.770,43	5,31	411.048,83	71.975,84
Assistência ao Idoso	136.266,00	123.266,00	21.686,45	90.992,42	0,14	32.273,58	22.439,51	90.992,42	0,15	32.273,58	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	590.260,24	622.547,00	80.205,02	494.910,60	0,74	127.636,40	85.216,84	489.559,27	0,80	132.987,73	5.351,33
Assistência Comunitária	2.688.675,40	2.906.006,26	447.422,16	2.726.843,25	4,07	179.163,01	576.976,87	2.660.218,74	4,36	245.787,52	66.624,51
SAÚDE	12.218.048,00	16.403.492,49	2.719.724,84	14.311.665,15	21,37	2.907.971,93	2.907.971,93	13.990.996,63	22,92	2.412.495,86	320.668,52
Atenção Básica	9.758.940,00	12.949.893,61	2.310.377,82	11.723.069,16	17,51	1.226.824,45	2.415.358,40	11.499.006,61	18,84	1.450.887,00	224.062,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.288.788,00	3.255.754,47	492.445,20	2.446.886,30	3,65	808.868,17	473.476,71	2.350.280,33	3,85	905.474,14	96.605,97
Vigilância Sanitária	126.800,00	136.875,88	16.994,13	98.677,73	0,15	38.198,15	18.994,13	98.677,73	0,16	38.198,15	0,00
Vigilância Epidemiológica	43.520,00	60.968,53	(92,31)	43.031,96	0,06	17.936,57	142,69	43.031,96	0,07	17.936,57	0,00
EDUCAÇÃO	24.087.370,22	28.533.597,16	5.678.030,80	21.548.517,01	32,18	6.985.080,15	4.413.182,48	19.683.445,02	32,24	8.850.152,14	1.865.071,99
Ensino Fundamental	16.295.714,49	21.824.441,43	4.684.948,70	16.389.836,09	24,48	5.434.605,34	3.329.198,28	14.606.362,12	23,93	7.218.079,31	1.783.473,97
Ensino Superior	328.600,00	308.600,00	0,00	275.000,00	0,41	33.600,00	27.500,00	275.000,00	0,45	33.600,00	0,00
Educação Infantil	6.685.995,09	5.789.775,09	992.152,10	4.679.302,07	6,99	1.110.473,02	1.036.152,45	4.598.865,80	7,53	1.190.909,29	80.436,27
Educação de Jovens e Adultos	160.160,64	112.600,64	0,00	0,00	0,00	112.600,64	0,00	0,00	0,00	112.600,64	0,00
Educação Especial	556.900,00	438.180,00	0,00	145.000,00	0,22	293.180,00	20.000,00	145.000,00	0,24	293.180,00	0,00
Administração Geral	60.000,00	60.000,00	930,00	59.378,85	0,09	621,15	331,75	58.217,10	0,10	1.782,90	1.161,75
CULTURA	147.660,00	205.446,73	117.598,04	125.836,52	0,19	79.610,21	118.337,32	122.836,52	0,20	82.610,21	3.000,00
Diffusão Cultural	147.660,00	205.446,73	117.598,04	125.836,52	0,19	79.610,21	118.337,32	122.836,52	0,20	82.610,21	3.000,00
URBANISMO	2.933.300,00	6.470.032,02	2.830.613,41	5.502.608,99	8,22	967.423,03	453.109,97	2.599.207,70	4,26	3.870.824,32	2.903.401,29
Infra-Estrutura Urbana	2.933.300,00	6.470.032,02	2.830.613,41	5.502.608,99	8,22	967.423,03	453.109,97	2.599.207,70	4,26	3.870.824,32	2.903.401,29
HABITAÇÃO	39.275,12	39.275,12	0,00	588,00	0,00	38.687,12	0,00	588,00	0,00	38.687,12	0,00
Habituação Urbana	39.275,12	39.275,12	0,00	588,00	0,00	38.687,12	0,00	588,00	0,00	38.687,12	0,00
SANEAMENTO	201.200,00	401.200,00	28.038,72	216.347,60	0,32	184.852,40	89.301,63	214.697,60	0,35	186.502,40	1.650,00
Saneamento Básico Urbano	201.200,00	401.200,00	28.038,72	216.347,60	0,32	184.852,40	89.301,63	214.697,60	0,35	186.502,40	1.650,00
GESTÃO AMBIENTAL	70.172,00	35.172,00	0,00	0,00	0,00	35.172,00	0,00	0,00	0,00	35.172,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	70.172,00	35.172,00	0,00	0,00	0,00	35.172,00	0,00	0,00	0,00	35.172,00	0,00
AGRICULTURA	1.639.360,00	2.772.250,96	282.493,03	1.433.911,89	2,14	1.338.339,07	194.015,04	1.199.797,99	1,97	1.572.452,97	234.113,90
Extensão Rural	1.639.360,00	2.772.250,96	282.493,03	1.433.911,89	2,14	1.338.339,07	194.015,04	1.199.797,99	1,97	1.572.452,97	234.113,90
INDÚSTRIA	148.400,00	148.400,00	464,44	21.224,31	0,03	127.175,69	464,44	21.224,31	0,03	127.175,69	0,00
Promoção Industrial	148.400,00	148.400,00	464,44	21.224,31	0,03	127.175,69	464,44	21.224,31	0,03	127.175,69	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	453.000,00	524.700,00	126.548,85	482.088,31	0,72	42.611,69	128.839,45	480.091,91	0,79	44.608,09	1.996,40

Identificador: WPR3441101-595-OQBPOHBMKKR-6 - Emitido por: JOSILANE MONTOSKI



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Turismo	453.000,00	524.700,00	126.548,85	482.088,31	0,72	42.611,69	128.839,45	480.091,91	0,79	44.608,09	1.996,40
ENERGIA	385.840,00	436.840,00	244.656,02	422.195,70	0,63	14.644,30	252.552,40	373.155,22	0,61	63.684,78	49.040,48
Energia Elétrica	385.840,00	436.840,00	244.656,02	422.195,70	0,63	14.644,30	252.552,40	373.155,22	0,61	63.684,78	49.040,48
TRANSPORTE	6.094.118,29	9.187.139,19	773.193,91	8.317.932,87	12,42	869.206,32	2.621.501,15	8.046.116,22	13,18	1.141.022,97	271.816,65
Transporte Rodoviário	5.938.218,29	8.988.239,19	772.066,40	8.182.953,12	12,22	805.286,07	2.619.337,77	7.913.092,61	12,96	1.075.146,58	269.860,51
Demais Subfunções	155.900,00	198.900,00	1.127,51	134.979,75	0,20	63.920,25	2.163,38	133.023,61	0,22	65.876,39	1.956,14
DESPORTO E LAZER	173.628,00	201.928,00	521,71	164.937,20	0,25	36.990,80	23.093,20	159.223,76	0,26	42.704,24	5.713,44
Desporto Comunitário	173.628,00	201.928,00	521,71	164.937,20	0,25	36.990,80	23.093,20	159.223,76	0,26	42.704,24	5.713,44
ENCARGOS ESPECIAIS	2.800.000,00	3.081.213,16	708.718,06	3.081.213,16	4,60	0,00	708.718,06	3.081.213,16	5,05	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	2.800.000,00	3.081.213,16	708.718,06	3.081.213,16	4,60	0,00	708.718,06	3.081.213,16	5,05	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.809,70	171.309,70	0,00	0,00	0,00	171.309,70	0,00	0,00	0,00	171.309,70	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	63.810.823,70	81.344.016,35	15.683.133,77	66.962.541,95	100,00	14.381.474,40	14.286.118,78	61.047.031,93	100,00	20.296.984,42	5.915.510,02

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:12:22.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					
	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		(f)
	(a)	(b) (b/III b) %	(c) = (a-b)	(d) (d/III d) %	(e) = (a-d)

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ANUAL (EXERCÍCIO)
	Jan/2023	Fev/2023	Março/2023	Abril/2023	Mai/2023	Junho/2023	Julho/2023	Agosto/2023	Setembro/2023	Outubro/2023	Novembro/2023	Dezembro/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	4.675.980,03	5.451.077,34	5.011.718,86	5.492.009,57	6.586.245,88	6.029.090,59	5.589.131,63	5.154.103,76	5.222.233,84	5.465.626,17	5.706.559,90	7.402.847,63	67.786.627,20	711.161.196,48
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	166.381,54	385.009,91	608.094,07	719.815,52	1.600.860,07	601.890,07	459.070,80	411.411,68	445.609,58	514.327,13	370.853,64	837.145,79	7.143.253,53	7.143.253,53
IPRU	7.225,76	9.038,22	62.486,02	163.792,61	782.955,85	70.881,51	34.113,80	30.737,67	22.800,05	26.655,31	23.216,01	18.266,60	1.528.063,56	1.528.063,56
ISS	82.917,22	147.852,51	142.708,78	236.578,44	340.789,92	247.052,47	143.776,34	107.145,80	131.490,27	193.766,15	142.347,15	231.030,22	2.147.453,27	2.147.453,27
ITBI	19.529,43	9.200,00	26.660,00	21.000,00	47.400,00	27.440,00	67.320,00	28.960,00	54.320,43	32.200,00	8.704,00	19.491,81	362.129,67	362.129,67
IRRF	4.675,28	6.725,65	131.157,78	139.359,49	131.679,17	147.982,57	140.853,71	154.326,60	167.716,25	167.716,25	164.662,07	525.684,35	1.475.684,00	1.475.684,00
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	52.033,85	151.665,53	245.194,98	159.084,98	298.041,13	108.529,52	73.006,85	78.266,90	82.772,23	93.989,42	31.924,41	42.543,37	1.941.652,23	1.941.652,23
Contribuições	37.000,59	41.973,14	38.106,48	44.727,49	40.969,50	46.267,49	40.404,46	45.062,98	45.062,98	39.010,35	44.438,70	42.543,37	503.112,59	385.840,00
Recita Patrimonial	154.669,32	118.659,30	137.387,93	105.879,71	122.163,41	116.812,06	120.862,90	132.356,79	150.520,65	147.987,12	148.675,60	174.768,83	1.630.743,61	764.370,80
Rendimentos de Aplicação Financeira	154.414,30	118.129,51	137.047,93	105.597,99	121.851,69	116.473,57	120.851,18	132.125,51	150.100,91	147.337,37	147.289,06	165.209,19	1.616.082,21	758.540,80
Outras Receitas Patrimoniais	25,02	529,79	339,99	311,72	311,72	338,49	311,72	231,28	419,74	749,75	1.386,54	9.475,64	14.661,40	5.830,00
Recita Agropecuária	25,50	567,36	0,00	0,00	0,00	0,00	196,46	0,00	0,00	471,86	0,00	0,00	1.487,18	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.315.248,82	4.857.060,23	4.196.759,20	4.607.877,40	4.771.490,38	5.244.675,07	4.928.810,92	4.553.800,77	4.568.889,90	4.757.007,22	5.137.507,84	6.329.475,55	58.268.603,39	24.128.09
Cota-Parte de FPM	1.407.653,38	1.900.556,25	1.168.611,18	1.335.575,05	1.484.706,08	1.386.704,35	1.722.535,64	1.162.847,15	1.185.404,97	1.100.959,65	1.428.456,00	2.266.488,37	17.561.051,97	21.642.060,00
Cota-Parte do ICMS	1.246.710,39	1.217.204,70	1.231.126,41	1.332.503,34	1.261.535,43	1.316.434,94	1.306.527,21	1.341.036,96	1.395.985,01	1.372.338,50	1.370.145,50	1.707.743,27	16.119.601,48	16.202.900,00
Cota-Parte do IPVA	122.921,22	121.937,39	209.802,08	220.949,44	233.285,01	208.827,04	171.722,54	180.865,65	165.937,80	171.296,99	120.201,39	45.797,84	1.973.544,39	1.936.288,00
Cota-Parte do ITR	425,51	5.816,33	10.191,48	2.449,66	17.198,28	3.322,56	317,77	23.191,38	92.545,52	267.036,21	31.718,43	6.629,22	460.850,75	278.250,00
Transferências da LC 61/1989	3.863,16	10.852,59	11.020,35	11.774,75	10.590,64	13.227,49	12.001,05	10.701,44	13.869,09	15.953,64	12.695,08	13.824,03	139.940,31	204.792,00
Transferências do FUNDEB	1.093.143,21	1.167.032,97	1.097.588,78	1.174.454,60	1.170.840,96	1.173.514,99	1.120.278,00	1.152.309,48	1.159.220,74	1.180.926,39	1.168.337,58	1.369.914,62	14.029.822,32	15.670.000,00
Outras Transferências Correntes	430.521,15	424.568,00	478.236,92	528.511,65	593.333,96	512.227,90	595.028,69	682.848,71	555.924,07	649.056,04	1.005.953,86	917.081,20	7.983.792,17	15.670.000,00
Outras Receitas Correntes	2.428,26	47.807,40	30.971,19	13.709,36	50.755,52	19.445,90	39.786,48	13.926,48	12.152,73	6.822,49	5.084,12	18.914,09	261.884,73	179.555,92
DEDUÇÕES (II)	558.316,67	653.306,53	524.186,50	580.590,07	601.462,90	589.686,19	502.869,54	543.728,25	536.152,71	585.004,79	592.643,05	669.133,43	6.937.480,63	7.408.500,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	558.316,67	653.306,53	524.186,50	580.590,07	601.462,90	589.686,19	502.869,54	543.728,25	536.152,71	585.004,79	592.643,05	669.133,43	6.937.480,63	7.408.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I)-(II)	4.117.663,36	4.797.770,81	4.487.532,36	4.911.419,50	5.984.782,98	5.439.404,40	5.086.262,09	4.601.375,51	4.686.083,13	4.880.221,38	5.113.916,85	6.733.714,20	60.849.146,57	63.752.696,48
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	35.526,45	23.642,19	27.383,64	26.320,21	26.952,60	624.762,44	28.870,98	26.860,93	32.293,00	42.603,65	42.674,20	137.322,32	1.073.412,61	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V)=(III)-(IV)	4.082.136,91	4.774.128,62	4.459.948,72	4.885.099,29	5.957.830,38	4.814.641,96	5.059.391,11	4.575.514,58	4.653.790,13	4.837.617,73	5.071.242,65	6.596.391,88	59.775.733,96	63.752.696,48
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de emenda (art. 166, § 16, da CF) e ao combate à desertificação e ao combate às endemias (CF, art. 198, § 11, VI)	6.322,12	960,08	11.648,57	8.247,24	6.360,67	5.777,21	7.371,98	319.432,66	45.327,74	50.093,53	48.090,62	96.175,66	606.408,08	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI)=(V)-(V)	4.075.814,79	4.773.168,54	4.448.300,15	4.876.852,05	5.951.469,71	4.808.864,75	5.052.019,13	4.264.081,92	4.608.462,39	4.786.024,20	5.023.152,03	6.500.216,22	59.169.325,88	63.752.696,48

NOTA: FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:17:31.

Identificador: WPR3651101-595-LFSVYP-JMMUV-3 - Emitido por: JOSILANE MONTOSKI



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receta de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)¹	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 5

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 5

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS						
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS		
		(a)		Até 6º Bimestre		
				(b)		
Receitas Correntes				0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)				0,00		0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício
		(c)	Até 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	(g)
			(d)	(e)	(f)	
Despesas Correntes (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) ²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS		SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00				
Investimentos e Aplicações		0,00				
Outro Bens e Direitos		0,00				



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 5 / 5

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores			0,00			0,00
Demais Receitas Previdenciárias			0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)			0,00			0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII) - (XVIII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:18:58.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesa liquidada.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 4

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais
ACIMA DA LINHA			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2023	
		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	63.732.696,48		60.849.146,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.143.253,53		7.120.875,70
IPTU	1.528.063,56		1.252.231,41
ISS	1.656.638,51		2.147.455,27
ITBI	837.093,70		362.129,67
IRRF	1.475.684,00		1.941.652,23
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.645.773,76		1.417.407,12
Contribuições	385.840,00		503.112,59
Receita Patrimonial	764.370,80		1.630.743,61
Aplicações Financeiras (II)	758.540,80		1.616.082,21
Outras Receitas Patrimoniais	5.830,00		14.661,40
Transferências Correntes	55.255.348,14		51.331.122,76
Cota-Parte do FPM	17.958.008,00		14.362.571,32
Cota-Parte do ICMS	12.962.320,00		12.895.682,33
Cota-Parte do IPVA	1.549.038,40		1.578.836,44
Cota-Parte do ITR	222.600,00		368.680,73
Transferências da LC 61/1989	163.833,60		111.952,32
Transferências do FUNDEB	15.670.000,00		14.029.822,32
Outras Transferências Correntes	6.729.548,14		7.983.577,30
Demais Receitas Correntes	203.884,01		263.291,91
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00		0,00
Receitas Correntes Restantes	203.884,01		263.291,91
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	62.994.155,68		59.233.064,36
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00		0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	58.127,22		6.442.889,81
Operações de Crédito (VIII)	0,00		2.110.797,02
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00		0,00
Alienação de Bens	56.007,22		24.919,49
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00		0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00		0,00
Outras Alienações de Bens	56.007,22		24.919,49
Transferências de Capital	2.120,00		4.307.173,30
Convênios	2.120,00		1.000.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00		3.307.173,30
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Outras Receitas de Capital Não Primárias (XI)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))		58.127,22	4.332.092,79
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XII + XIV)		63.052.282,90	63.565.157,15
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)		63.052.282,90	63.565.157,15

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2023				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	61.556.257,67	54.753.113,93	53.504.135,49	51.630.381,35	2.089.285,02	621.845,69	621.840,61
Pessoal e Encargos Sociais	32.796.447,95	30.081.824,14	30.081.824,14	28.421.058,80	1.729.385,03	479,74	479,74
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.172.453,54	1.169.803,54	1.169.803,54	1.169.803,54	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	27.587.356,18	23.501.486,25	22.252.507,81	22.039.519,01	359.899,99	621.365,95	621.360,87
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	27.587.356,18	23.501.486,25	22.252.507,81	22.039.519,01	359.899,99	621.365,95	621.360,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	60.383.804,13	53.583.310,39	52.334.331,95	50.460.577,81	2.089.285,02	621.845,69	621.840,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	19.616.448,98	12.209.428,02	7.542.896,44	7.534.696,44	15.119,47	5.660.955,26	5.660.955,26
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	18.228.923,15	10.824.552,19	6.158.020,61	6.149.820,61	15.119,47	5.660.955,26	5.660.955,26
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.387.525,83	1.384.875,83	1.384.875,83	1.384.875,83	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	18.228.923,15	10.824.552,19	6.158.020,61	6.149.820,61	15.119,47	5.660.955,26	5.660.955,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	171.309,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	78.784.036,98	64.407.862,58	58.492.352,56	56.610.398,42	2.104.404,49	6.282.800,95	6.282.795,87
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	78.784.036,98	64.407.862,58	58.492.352,56	56.610.398,42	2.104.404,49	6.282.800,95	6.282.795,87
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XXIIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							(1.432.441,63)



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 3 / 4

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIb + XXXIIc)]		(1.432.441,63)
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		752.650,00
VALOR CORRENTE		
JUROS NOMINAIS		
Até 6º Bimestre/2023		
VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)		1.612.866,47
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)		1.252.814,88
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)		(1.072.390,04)



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 4 / 4

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		(750.322,39)

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Até 6º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	9.337.731,16	12.855.732,51
DEDUÇÕES (XL)	15.245.994,31	14.985.719,78
Disponibilidade de Caixa ¹	15.245.992,56	14.985.718,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.564.208,50	15.329.239,50
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	111,22	143,98
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	318.104,72	343.377,49
Demais Haveres Financeiros	1,75	1,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(5.908.263,15)	(2.129.987,27)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-	(3.778.275,89)

AJUSTE METODOLÓGICO		Até 6º Bimestre/2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		(32,76)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]		(3.778.308,64)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		(4.138.360,23)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:22:17.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2022				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2022						
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(i+j)	l = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	111,22	2.104.554,80	2.104.404,49	122,63	138,90	226.067,65	8.404.469,54	6.282.800,95	6.282.795,87	645.019,82	1.702.721,50	1.702.860,40	
Executivo	111,22	2.104.554,80	2.104.404,49	122,63	138,90	226.067,65	8.404.469,54	6.282.800,95	6.282.795,87	645.019,82	1.702.721,50	1.702.860,40	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	46.100,54	45.961,64	0,00	138,90	0,00	49.329,75	48.161,85	48.161,85	1.164,70	3,20	142,10	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	76,22	314.912,57	314.912,56	76,23	0,00	0,00	163.888,09	125.530,45	125.530,45	36.829,44	1.528,20	1.528,20	
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	53.747,35	53.747,35	0,00	0,00	0,00	89.748,62	84.902,48	84.902,48	4.846,14	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO	35,00	1.689.794,34	1.689.782,94	46,40	0,00	226.067,65	8.101.503,08	6.024.206,17	6.024.201,09	602.179,54	1.701.190,10	1.701.190,10	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	111,22	2.104.554,80	2.104.404,49	122,63	138,90	226.067,65	8.404.469,54	6.282.800,95	6.282.795,87	645.019,82	1.702.721,50	1.702.860,40	

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:24:01.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 8

RECETA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECETA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.497.479,77	5.703.468,58
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.528.063,56	1.252.231,41
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	837.093,70	362.129,67
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.656.638,51	2.147.455,27
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.475.684,00	1.941.652,23
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.264.300,00	36.256.063,24
2.1- Cota-Parte FPM	21.642.060,00	17.561.051,97
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.420.260,00	15.992.404,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.221.800,00	1.568.647,29
2.2- Cota-Parte ICMS	16.202.900,00	16.119.601,48
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	204.792,00	139.940,31
2.4- Cota-Parte ITR	278.250,00	460.850,75
2.5- Cota-Parte IPVA	1.936.298,00	1.973.544,39
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	1.074,34
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	45.761.779,77	41.959.531,82
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))¹	7.408.500,00	6.937.480,63
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB- 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)+ (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	3.831.944,94	3.552.399,77



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Pág 2 / 8

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS		
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	15.895.000,00	14.294.856,51
6.1.1- Principal	15.895.000,00	14.294.856,51
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	15.670.000,00	14.029.822,32
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	225.000,00	265.034,19
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	8.261.500,00	7.092.341,69

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	404.168,91
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	357.473,67
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	46.695,24
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	14.699.025,42

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro



DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.899.979,86	14.297.927,43	13.513.205,16	12.662.617,17	784.722,27
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.417.477,06	10.227.302,04	10.227.302,04	9.447.333,71	0,00
10.1.1- Educação Infantil	3.589.635,68	3.140.085,13	3.140.085,13	2.907.015,43	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	7.749.401,38	7.087.216,91	7.087.216,91	6.540.318,28	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	44.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	33.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	4.482.502,80	4.070.625,39	3.285.903,12	3.215.283,46	784.722,27
10.2.1- Educação Infantil	944.280,00	738.898,73	693.040,91	673.998,51	45.857,82
10.2.2- Ensino Fundamental	3.538.222,80	3.331.726,66	2.592.862,21	2.541.284,95	738.864,45
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro



INDICADORES DO FUNDEB									
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)¹	DESPESAS LIQUIDADAS/ EMPENHADAS SEM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO		
	Até 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	Até 6º Bimestre				(i)	(h)	(g)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	14.292.947,57	13.508.225,30	12.657.637,31	784.722,27	784.722,27	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	14.292.947,57	13.508.225,30	12.657.637,31	784.722,27	784.722,27	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.227.224,98	10.227.224,98	9.447.256,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	10.006.399,56	10.227.224,98	10.227.224,98	71,54
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Supéravit)³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	1.429.485,65	786.631,21	786.631,21	0,00	5,50

INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Supéravit de Exercício Anterior)³	VALOR DE SUPÉRAVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPÉRAVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPÉRAVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE DE CONSTITUIÇÃO⁴ (x)
19- Total das Despesas custeadas com Supéravit do FUNDEB	1.341.170,19	357.473,67	4.979,86	0,00	0,00	4.979,86
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.341.170,19	357.473,67	4.979,86	0,00	0,00	4.979,86
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.589.598,28	3.846.200,53	2.889.767,75	2.815.540,04	956.432,78	
20.1- Educação Infantil	980.213,13	533.653,61	503.690,81	489.424,55	29.962,80	
20.2- Ensino Fundamental	3.577.585,15	3.312.546,92	2.386.076,94	2.326.115,49	926.469,98	
20.3- Educação de Jovens e Adultos	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4- Educação Especial	15.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 6 / 8

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB(Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
(c)	(d)	(e)	(f)	(g)		
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	20.379.338,14	18.144.127,96	16.402.972,91	15.478.157,21	1.741.155,05	
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.514.128,81	4.412.637,47	4.336.816,85	4.070.438,49	75.820,62	
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.865.209,33	13.731.490,49	12.066.156,06	11.407.718,72	1.665.334,43	

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.889.767,75
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	6.937.480,63
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)	4.979,86
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁴	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO – (L30.1(a)) + L30.2(a))	25.194,09
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)	9.807.034,15

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 e 5}	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	10.489.882,96	9.807.034,15	23,37

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁸	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.927.443,93	2.366.973,30	3.543.798,64	25.194,09	358.451,20
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.379.079,79	992.070,50	1.066.362,27	15.712,92	297.004,60
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	2.548.364,14	1.374.902,80	2.477.436,37	9.481,17	61.446,60
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro



OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.341.611,94	2.491.090,54
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.871.468,84	1.962.416,12
31.1.1- Salário-Educação	1.420.146,28	1.308.504,00
31.1.2- PDDE	1.590,00	1.729,98
31.1.3- PNAE	248.186,28	246.904,76
31.1.4- PNATE	201.546,28	230.342,34
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	174.935,04
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	470.143,10	528.674,42
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	7.984.019,02	3.345.010,20	3.222.255,01	3.202.476,16	122.755,19
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	275.646,28	266.664,60	262.048,95	252.882,33	4.615,65
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	6.959.232,10	2.658.345,60	2.540.206,06	2.529.593,83	118.139,54
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	308.600,00	275.000,00	275.000,00	275.000,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	52.180,64	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	388.360,00	145.000,00	145.000,00	145.000,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	47.991.590,60	21.080.076,65	19.215.004,66	18.270.410,11	1.865.071,99
33.1- Despesas Correntes	39.885.881,47	17.684.208,26	17.330.566,34	16.385.971,79	353.641,92
33.1.1- Pessoal Ativo	32.709.873,30	11.474.598,76	11.474.598,76	10.656.750,74	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	668.600,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.507.408,17	5.789.609,50	5.435.967,58	5.309.221,05	353.641,92
33.2- Despesas de Capital	8.105.709,13	3.395.868,39	1.884.438,32	1.884.438,32	1.511.430,07
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	8.105.709,13	3.395.868,39	1.884.438,32	1.884.438,32	1.511.430,07



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 8 / 8

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (dh)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (di)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.729.840,37	249.768,96
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	14.294.856,51	1.308.504,00
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	15.140.053,54	1.413.135,04
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.884.643,34	145.137,92
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	(10.486,66)	(5.115,63)
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.874.156,68	140.022,29

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:28:17.

- 1 SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
- 2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no enquadramento do exercício.
- 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional". Utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
- 8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E

DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 1

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	0,00	2.110.797,02	(2.110.797,02)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	19.616.448,98	12.209.428,02	7.407.020,96
Investimentos	18.228.923,15	10.824.552,19	7.404.370,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.387.525,83	1.384.875,83	2.650,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	19.616.448,98	12.209.428,02	7.407.020,96

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	19.616.448,98	10.098.631,00	9.517.817,98
---	---------------	---------------	--------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:29:34.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIÁRIO				SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)		
2022	0,00	0,00	0,00		0,00
2023	0,00	0,00	0,00		0,00
2024	0,00	0,00	0,00		0,00
2025	0,00	0,00	0,00		0,00
2026	0,00	0,00	0,00		0,00
2027	0,00	0,00	0,00		0,00
2028	0,00	0,00	0,00		0,00
2029	0,00	0,00	0,00		0,00
2030	0,00	0,00	0,00		0,00
2031	0,00	0,00	0,00		0,00
2032	0,00	0,00	0,00		0,00
2033	0,00	0,00	0,00		0,00
2034	0,00	0,00	0,00		0,00
2035	0,00	0,00	0,00		0,00
2036	0,00	0,00	0,00		0,00
2037	0,00	0,00	0,00		0,00
2038	0,00	0,00	0,00		0,00
2039	0,00	0,00	0,00		0,00
2040	0,00	0,00	0,00		0,00
2041	0,00	0,00	0,00		0,00
2042	0,00	0,00	0,00		0,00
2043	0,00	0,00	0,00		0,00
2044	0,00	0,00	0,00		0,00
2045	0,00	0,00	0,00		0,00
2046	0,00	0,00	0,00		0,00
2047	0,00	0,00	0,00		0,00
2048	0,00	0,00	0,00		0,00
2049	0,00	0,00	0,00		0,00
2050	0,00	0,00	0,00		0,00
2051	0,00	0,00	0,00		0,00
2052	0,00	0,00	0,00		0,00
2053	0,00	0,00	0,00		0,00
2054	0,00	0,00	0,00		0,00
2055	0,00	0,00	0,00		0,00
2056	0,00	0,00	0,00		0,00
2057	0,00	0,00	0,00		0,00
2058	0,00	0,00	0,00		0,00
2059	0,00	0,00	0,00		0,00
2060	0,00	0,00	0,00		0,00
2061	0,00	0,00	0,00		0,00
2062	0,00	0,00	0,00		0,00
2063	0,00	0,00	0,00		0,00
2064	0,00	0,00	0,00		0,00
2065	0,00	0,00	0,00		0,00
2066	0,00	0,00	0,00		0,00
2067	0,00	0,00	0,00		0,00
2068	0,00	0,00	0,00		0,00
2069	0,00	0,00	0,00		0,00
2070	0,00	0,00	0,00		0,00
2071	0,00	0,00	0,00		0,00
2072	0,00	0,00	0,00		0,00
2073	0,00	0,00	0,00		0,00
2074	0,00	0,00	0,00		0,00
2075	0,00	0,00	0,00		0,00
2076	0,00	0,00	0,00		0,00
2077	0,00	0,00	0,00		0,00
2078	0,00	0,00	0,00		0,00
2079	0,00	0,00	0,00		0,00
2080	0,00	0,00	0,00		0,00
2081	0,00	0,00	0,00		0,00
2082	0,00	0,00	0,00		0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023

2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:30:41.

¹ A coluna "EXERCÍCIO" identifica os exercícios para as projeções das receitas e despesas. Será apresentada a projeção anual, de pelo menos 75 (setenta e cinco) anos, tendo como ano inicial o ano anterior ao da publicação deste demonstrativo, ano em que os valores demonstrados deverão ser os efetivamente executados.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		Em Reais				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)		Em Reais	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)						
Recetta de Alienação de Bens Móveis	58.552,28	68.238,60			(9.686,32)	
Recetta de Alienação de Bens Imóveis	42.400,00	0,00			42.400,00	
Recetta de Alienação de Bens Intangíveis	13.607,22	24.919,49			(11.312,27)	
Recetta de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00			0,00	
	2.545,06	43.319,11			(40.774,05)	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d+e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	898.229,83	844.599,10	839.469,10	839.469,10	5.130,00	0,00	53.630,73
Investimentos	898.229,83	844.599,10	839.469,10	839.469,10	5.130,00	0,00	53.630,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2022 (i)	2023 (j) = (IIe - (IIIf + IIIfg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIh + IIIj)
VALOR (III)			
	830.477,84	(771.230,50)	59.247,34

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:33:25.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 1 / 5

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					RS 1,00
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até 6º Bimestre	% (b/a) x 100	
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.497.479,77	5.497.479,77	5.703.468,58	103,75	
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.528.063,56	1.528.063,56	1.252.231,41	81,95	
Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	837.093,70	837.093,70	362.129,67	43,26	
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.656.638,51	1.656.638,51	2.147.455,27	129,63	
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.475.684,00	1.475.684,00	1.941.652,23	131,58	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	38.042.500,00	38.042.500,00	34.686.341,61	91,18	
Cota-Parte FPM	19.420.260,00	19.420.260,00	15.992.404,68	82,35	
Cota-Parte ITR	278.250,00	278.250,00	460.850,75	165,62	
Cota-Parte IPVA	1.936.298,00	1.936.298,00	1.973.544,39	101,92	
Cota-Parte ICMS	16.202.900,00	16.202.900,00	16.119.601,48	99,49	
Cota-Parte IPI-Exportação	204.792,00	204.792,00	139.940,31	68,33	
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	43.539.979,77	43.539.979,77	40.389.810,19	92,76	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)- POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	Inscritas em Restos a Pagar não Processados
			Até 6º Bimestre	% (d/c) x 100		Até 6º Bimestre	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	7.192.400,00	7.117.243,12	7.010.853,26	98,51	6.952.945,83	6.754.220,85	57.907,43
Despesas Correntes	6.994.900,00	6.861.220,44	6.756.414,78	98,47	6.698.507,35	6.499.782,37	57.907,43
Despesas de Capital	197.500,00	256.022,68	254.438,48	99,38	254.438,48	254.438,48	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.339.460,00	1.421.460,00	1.242.621,18	87,42	1.217.743,56	1.166.828,48	24.877,62
Despesas Correntes	1.096.130,00	1.336.130,00	1.234.963,18	92,43	1.211.680,56	1.160.765,48	23.282,62
Despesas de Capital	243.330,00	85.330,00	7.658,00	8,97	6.063,00	6.063,00	1.595,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	83.800,00	92.000,00	78.061,83	84,85	78.061,83	77.507,83	0,00
Despesas Correntes	79.000,00	92.000,00	78.061,83	84,85	78.061,83	77.507,83	0,00
Despesas de Capital	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	11.500,00	12.000,00	11.908,37	99,24	11.908,37	11.908,37	0,00
Despesas Correntes	8.000,00	12.000,00	11.908,37	99,24	11.908,37	11.908,37	0,00
Despesas de Capital	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	8.627.160,00	8.642.703,12	8.343.444,64	96,54	8.260.659,59	8.010.465,53	82.785,05



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

Pág 2 / 5

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs				
	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	8.343.444,64	8.260.659,59	8.010.465,53	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00	
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	8.343.444,64	8.260.659,59	8.010.465,53	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)			6.058.471,53	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVIII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)			6.058.471,53	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - XVII)	2.284.973,11	2.202.188,06	1.951.994,00	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-	
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,66	20,45	-	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO			
	Saldo Inicial (no exercício anual) (b)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) (l = h - (f ou j))
		Empenhadas (i)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR									
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RP/PP inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIII)d	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2023	6.058.471,53	8.343.444,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	5.303.547,23	7.389.595,86	2.086.048,63	0,00	0,00	0,00	422.914,83	8.232,23	2.077.816,40
Empenhos de 2021	4.526.687,30	6.310.294,96	1.783.607,66	310.738,97	0,00	0,00	290.922,57	19.816,40	1.763.791,26
Empenhos de 2020	3.610.521,64	5.078.648,26	1.468.126,62	290.800,70	0,00	0,00	290.010,31	790,39	1.467.336,23
Empenhos de 2019 e anteriores	9.418.929,22	17.006.586,44	7.587.657,22	1.105.195,61	0,00	0,00	1.048.135,86	57.059,75	7.530.597,47
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012			Despesas Custeadas no Exercício de Referência		
			Saldo Inicial (w)	Empenhadas (s)	Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-x ou y)
				Liquidadas (y)	Pagas (z)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em a serem compensados (XXIV)			0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em a compensar (XXV)			0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXVI)			0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)			0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 6º Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)				
Proveniente da União	3.153.029,94	3.153.029,94	3.342.573,83	106,01
Proveniente dos Estados	3.150.152,00	3.150.152,00	3.329.802,94	105,70
Proveniente de outros Municípios	2.877,94	2.877,94	12.770,89	443,75
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	12.720,00	12.720,00	0,00	0,00
	3.165.749,94	3.165.749,94	3.342.573,83	105,59

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inseritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até 6º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 6º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 6º Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.528.500,00	5.810.153,61	4.689.719,02	80,72	4.523.563,90	77,86	4.358.866,27	75,02	166.155,12
Despesas Correntes	2.471.760,00	5.203.064,48	4.280.494,34	80,72	4.230.069,22	79,77	4.065.371,59	76,66	50.425,12
Despesas de Capital	56.740,00	507.089,13	409.224,68	80,70	293.494,68	57,88	293.494,68	57,88	115.730,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	949.328,00	1.834.294,47	1.204.265,12	65,65	1.132.536,77	61,74	1.124.300,98	61,29	71.728,35
Despesas Correntes	828.482,00	1.707.146,76	1.182.625,69	69,27	1.110.897,34	65,07	1.102.661,55	64,59	71.728,35
Despesas de Capital	120.846,00	127.147,71	21.639,43	17,02	21.639,43	17,02	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	43.000,00	44.875,88	20.615,90	45,94	20.615,90	45,94	20.615,90	45,94	0,00
Despesas Correntes	41.200,00	43.075,88	20.615,90	47,86	20.615,90	47,86	20.615,90	47,86	0,00
Despesas de Capital	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	32.020,00	48.968,53	31.123,59	63,56	31.123,59	63,56	31.123,59	63,56	0,00
Despesas Correntes	30.220,00	47.168,53	31.123,59	65,98	31.123,59	65,98	31.123,59	65,98	0,00
Despesas de Capital	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.552.848,00	7.738.292,49	5.945.723,63	76,84	5.707.840,16	73,76	5.534.906,74	71,53	237.883,47



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Prestação de Contas

Entidade: Consolidado

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até 6º Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até 6º Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até 6º Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	9.720.900,00	12.927.396,73	11.700.572,28	90,51	11.476.509,73	88,78	11.113.087,12	85,97	224.062,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	2.288.788,00	3.255.754,47	2.446.886,30	75,16	2.350.280,33	72,19	2.291.129,46	70,37	96.605,97
SUPOORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	126.800,00	136.875,88	98.677,73	72,09	98.677,73	72,09	98.123,73	71,69	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	43.520,00	60.968,53	43.031,96	70,58	43.031,96	70,58	43.031,96	70,58	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.180.008,00	16.380.995,61	14.289.168,27	87,23	13.968.499,75	85,27	13.545.372,27	82,69	320.668,52

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:37:12.

¹ A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.

² O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".

³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)										Em reais	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP		SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR					SALDO FINAL				
							Até 6º Bimestre				
TOTAL DE ATIVOS		0,00					0,00				0,00
Ativos Constituídos pela SPE		0,00					0,00				0,00
TOTAL DE PASSIVOS		0,00					0,00				0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		0,00					0,00				0,00
Provisões de PPP		0,00					0,00				0,00
Outros Passivos		0,00					0,00				0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00					0,00				0,00
Obrigações contratuais		0,00					0,00				0,00
Riscos não Provisionados		0,00					0,00				0,00
Garantias concedidas		0,00					0,00				0,00
Outros Passivos Contingentes		0,00					0,00				0,00

DESPESAS DE PPP											
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2023)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	56.030.598,63	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57	60.849.146,57
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:40:30.

NOTA:



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 6º Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			63.810.823,70
Previsão Atualizada			63.810.823,70
Receitas Realizadas			67.292.036,38
Déficit Orçamentário			0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			4.494.990,34
DESPESAS			
Dotação Inicial			63.810.823,70
Créditos Adicionais			17.533.192,65
Dotação Atualizada			81.344.016,35
Despesas Empenhadas			66.962.541,95
Despesas Liquidadas			61.047.031,93
Despesas Pagas			59.165.077,79
Superávit Orçamentário			6.245.004,45
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 6º Bimestre	
Despesas Empenhadas			66.962.541,95
Despesas Liquidadas			61.047.031,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 6º Bimestre	
Receita Corrente Líquida			60.849.146,57
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			59.775.733,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			59.169.325,88



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgãos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Até 6º Bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	0,00
Recetas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Reparação (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Recetas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	0,00
Recetas Realizadas	0,00
Despesas Empenhadas	0,00
Despesas Liquidadas	0,00
Despesas Pagas	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 6º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	752.650,00	(1.432.441,63)	(190,32)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(750.322,39)	(3.778.275,88)	503,55



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro
Entidade: Consolidado

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	Inscrição	Canc. Até 6º Bimestre	Pag. Até 6º Bimestre	Saldo a pagar
Poder Executivo	2.104.666,02	122,63	2.104.404,49	138,90
Poder Legislativo	2.104.666,02	122,63	2.104.404,49	138,90
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	8.630.537,19	645.019,82	6.282.795,87	1.702.721,50
Poder Legislativo	8.630.537,19	645.019,82	6.282.795,87	1.702.721,50
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.735.203,21	645.142,45	8.387.200,36	1.702.860,40

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Aplicado Até 6º Bimestre	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	
Mínimo Anual de 2,5% das Receitas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.807.034,15	25,00	23,37
Mínimo Anual de 70% da Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	10.227.224,98	70,00	71,54
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		2.110.797,02	(2.110.797,02)
Despesa de Capital Líquida		12.209.428,02	7.407.020,96

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões e Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pensões e Inativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	0,00	0,00	0,00	0,00

identificador: WPR444 1101 -595-YXAVFFOAKYCCH-5 - Emitido por: JOSILAINE MONTOSKI



MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Organismos Fiscais e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2023 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 6º Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Alienação de Ativos		68.238,60	(9.686,32)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		844.599,10	53.630,73

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Limite Constitucional Anual	
	% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 6º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.260.659,59	15,00
		20,45

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM; Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS. Emissão: 11/01/2024, às 09:57:33.

NOTA:

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

Publicação Nº 5507485

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 787D3D8CC48C322726BB95DA33D14DE0872EF5BB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2024

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sistema de registro de preços, no dia 25 de janeiro de 2024, para a contratação de empresa visando a aquisição de luvas especiais para uso no serviço de inseminação artificial, conforme a necessidade do Município, de acordo com informações e descrições que constam no edital do processo licitatório e nos seus anexos. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 25 de janeiro de 2024 e abertas nesta mesma data. O edital encontra-se disponível nos sites "ita.atende.net" e "compras.gov.br" e as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9506.

Itá-SC, 11 de janeiro de 2024.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito de Itá-SC

DECRETO Nº 201/2023

Publicação Nº 5507461

DECRETO NO 201, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023

"INSTITUI O CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o inciso VII do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, em especial o estabelecido na Lei Complementar nº 35/2006 (Estatuto dos Servidores Municipais) e,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e aprimorar o conjunto de normas que defina padrões de conduta para os servidores públicos na prestação de serviços de qualidade, de modo inclusive a contribuir para o aprimoramento dos mecanismos de controle interno no combate à corrupção.

CONSIDERANDO o intuito de reforçar padrões elevados de moralidade, eficiência, transparência, legalidade, impessoalidade e publicidade, em observância aos princípios constitucionais, éticos, morais, previstos em leis e nos regulamentos aplicáveis aos servidores públicos.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado no âmbito do Poder Executivo o novo Código de Ética do Servidor Público Municipal e da Alta Administração Municipal, na forma do Anexo Único deste Decreto, de cumprimento obrigatório a todos os servidores públicos municipais dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, inclusive da alta administração, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 29 de dezembro de 2023.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA ALTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o novo Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais e da Alta Administração no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Itá.

Art. 2º Este Código de Conduta Ética estabelece os princípios e normas de conduta ética aplicáveis a todos os servidores públicos municipais dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, inclusive da Alta Administração, sem prejuízo da

observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

Art. 3º Reputa-se servidor público, para os efeitos deste Código de Conduta Ética, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Reputam-se membros da Alta Administração, para os efeitos deste Código de Conduta Ética, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários Municipais e os dirigentes máximos das autarquias e fundações municipais.

§ 2º O servidor público deve prestar compromisso de acatamento e observância ao disposto neste Código, em formulário próprio, a ser arquivado juntamente com os documentos comprobatórios de seu vínculo com o Poder Executivo no Municipal.

Art. 4º As normas contidas neste Código aplicam-se também a todos aqueles que, por força de lei, estabeleçam contrato, convênio ou qualquer outro vínculo jurídico, prestem serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, direta ou indiretamente, à Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Os preceitos relacionados neste Código não substituem e sim corroboram com os deveres e vedações constantes na Lei Complementar nº 35/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos de Itá e legislação correlata.

Seção I

Da Identidade

Art. 6º O presente Código é baseado nos princípios constitucionais, explícitos e implícitos, que regem a Administração Pública, bem como na missão, visão e valores que retratam a identidade do Poder Executivo Municipal, e visa nortear e fomentar uma conduta ética nos relacionamentos dela com suas partes interessadas e com o patrimônio público.

Parágrafo único. A missão, a visão e os valores que identificam o Poder Executivo Municipal são:

I - missão: garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos itaenses e o desenvolvimento socioeconômico progressivo da cidade, promovendo uma gestão eficiente dos recursos e políticas públicas, e o fiel cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública;

II - visão: ser reconhecida por uma gestão transparente, participativa, inclusiva, inovadora, empreendedora, sustentável, eficiente e íntegra, e referencial pela excelência e prestação de serviços à população e na gestão de recursos;

III - valores: ética, transparência, eficiência, competência e responsabilidade social, e assim o desenvolvimento da cidade e com a garantia da preservação dos direitos e deveres de todos os cidadãos.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 7º São objetivos deste Código de Conduta Ética:

I - tornar explícitos os princípios e normas éticas que regem a conduta dos servidores públicos municipais, prevenindo condutas disfuncionais e ampliando a confiança da sociedade na integridade das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal;

II - assegurar na Administração Pública Municipal um ambiente de trabalho ético que estimule o respeito mútuo entre os servidores e a qualidade dos serviços públicos;

III - definir diretrizes para atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais;

IV - reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticas adotados na Administração Municipal;

V - orientar a tomada de decisões dos servidores públicos a fim de que se pautem sempre pelo interesse público e pela lei, com razoabilidade e proporcionalidade, sem qualquer favorecimento para si ou para outrem;

VI - estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses e restrições às atividades profissionais dos servidores públicos, fazendo sempre prevalecer o interesse público sobre o privado;

VII - assegurar que o tratamento dispensado à população seja realizado com cortesia, disponibilidade, profissionalismo, atenção e igualdade, sem qualquer distinção de sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política e posição social;

VIII - assegurar ao servidor público a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas estabelecidas neste Código de Conduta Ética;

IX - oferecer por meio da Comissão de Ética, que será designada pelo Poder Executivo, instâncias de consulta sobre dúvidas acerca da conformidade da conduta do servidor público com os princípios e normas de conduta nele tratados;

X - aperfeiçoar o relacionamento com os cidadãos e o respeito ao patrimônio público;

XI - disponibilizar meios para que qualquer cidadão apresente denúncias contra servidores públicos relativas à prática de atos em desacordo com os princípios e normas de conduta ética expressos neste Código.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Art. 8º São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos servidores públicos do Município de Itá:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativa: princípios fundamentais inerentes à Administração Pública, definidos constitucionalmente;

II - boa-fé, ou seja, agir com base em valores éticos e morais da sociedade;

III - integridade;

IV - honestidade e dignidade;

V - imparcialidade e objetividade;

VI - sigilo profissional;

VII - preservação do patrimônio público e da probidade administrativa, de forma a assegurar a adequada gestão da coisa pública;

VIII - supremacia do interesse público que é o elemento justificador da própria existência da Administração Pública, destinado à consecução da justiça social e do bem comum;

IX - o respeito e o decoro: os servidores públicos devem proceder conscientemente e em conformidade com os princípios e valores estabelecidos neste Código de Conduta Ética e na legislação aplicável, sempre defendendo o bem comum;

X - isonomia: comprometimento com o interesse geral e do bem comum, e com tratamento igualitário;

XI - competência e desenvolvimento profissional: o servidor público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessárias, sendo assíduo e pontual.

CAPÍTULO III DOS DIREITOS

Art. 9º É direito de todo servidor público municipal:

- I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental, psicológica e em equilíbrio entre a vida profissional e familiar;
- II - ser tratado com equidade entre seus pares no sistema de avaliação e reconhecimento de desempenho, bem como ter acesso às informações que lhe forem inerentes;
- III - liberdade de manifestação, observado o respeito à imagem da Administração Pública e dos demais servidores públicos;
- IV - participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao seu desenvolvimento profissional, desde que não haja prejuízos ao serviço público;
- V - ter respeitado o sigilo de informações que sejam de ordem pessoal;
- VI - ter ciência do teor da acusação e vista dos autos, na hipótese de estar sendo investigado.

CAPÍTULO IV DOS DEVERES

Seção I

Deveres da Administração Pública Municipal Com os Servidores Públicos

Art. 10. São deveres da Administração Pública Municipal perante seus servidores públicos:

- I - buscar meios para propiciar adequado clima organizacional, criando e mantendo um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- II - respeitar a diversidade, assim como combater qualquer forma de discriminação, seja de origem, raça, sexo, cor, idade, religião, tendência política, condição social ou de quaisquer outras formas de preconceito;
- III - garantir a existência de canais formais de comunicação para acolher e processar as diversas demandas de seus servidores públicos, inclusive para denúncias e resoluções de dilemas de ordem ética;
- IV - preservar a privacidade e a confidencialidade das informações pessoais de seus servidores públicos, ressalvadas as situações previstas em lei;
- V - promover ações para evitar todo tipo de assédio moral ou sexual;
- VI - estimular entre todos os integrantes de sua equipe o cumprimento integral deste Código de Conduta Ética.

Seção II

Deveres da Administração Pública Municipal Com a Sociedade, Fornecedores e Parceiros

Art. 11. São deveres da Administração Pública Municipal perante a Sociedade, Fornecedores e Parceiros:

- I - divulgar e informar sobre a existência deste Código de Conduta Ética;
- II - garantir a existência de canais formais de comunicação para acolher e processar denúncias e as diversas demandas da sociedade;
- III - assegurar o direito fundamental de acesso à informação, considerando a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, em conformidade com as demais diretrizes e princípios básicos da Administração Pública.
- IV - observar as normas e procedimentos específicos aplicáveis, à gestão transparente da informação, propiciando o amplo acesso à informação.

Seção III

Deveres Dos Servidores públicos Com a Administração Pública Municipal

Art. 12. São deveres dos servidores públicos com a Administração Pública Municipal:

- I - resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade da honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais;
- II - proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção legal, a que melhor se compatibilizar com a ética, com o interesse público e a lei;
- III - comunicar imediatamente à chefia competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público e a lei, prejudicial à Administração ou a sua missão institucional de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo, emprego ou função;
- IV - tratar autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho com cortesia, respeito, educação e consideração, inclusive quanto às possíveis limitações pessoais, sem qualquer distinção ou discriminação;
- V - ser cortês, ter disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social e quaisquer outras formas de discriminação;
- VI - empenhar-se em seu desenvolvimento profissional, mantendo-se atualizado quanto a novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis à sua área de atuação;
- VII - manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e as legislações pertinentes ao órgão de onde exerça suas funções;
- VIII - disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional que possam contribuir com a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores públicos;
- IX - evitar quaisquer ações ou relações conflitantes ou potencialmente conflitantes com suas responsabilidades profissionais, enviando à Comissão de Ética informações sobre relações, situação patrimonial, atividades econômicas ou profissionais que, real ou potencialmente, possam suscitar conflito de interesses, indicando o modo pelo qual pretende evitá-lo;
- X - resistir e denunciar pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais, antiéticas;
- XI - manter neutralidade no exercício profissional, conservando sua independência em relação às influências político-partidária, religiosa ou ideológica, de modo a evitar que essas venham a afetar a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais;
- XII - facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração a seu alcance;
- XIII - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público;
- XIV - participar das capacitações com referência a este Código, sempre que realizadas;
- XV - divulgar e informar a todos os integrantes do órgão ou unidade administrativos a que se vincule sobre a existência deste Código de Conduta Ética, estimulando o seu integral cumprimento;

- XVI - apresentar Declaração de Bens e Valores por ocasião da posse e proceder a sua atualização quando houver alteração;
XVII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público de forma sustentável;
XVIII - manter limpo e organizado o local de trabalho.

Seção IV

Das Vedações

Art. 13. Aos servidores públicos, além das vedações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itá, é condenável a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código de Conduta Ética e os valores institucionais, sendo-lhes vedado ainda:

- I - praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público;
II - adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como: ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;
III - atribuir a outro erro próprio;
IV - apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;
V - apresentar acusação infundada contra qualquer servidor público, atribuindo infração de que o sabe inocente;
VI - ocupar postos ou funções, mesmo não remuneradas, em organizações sociais, entidades classistas e ou políticas que possam gerar situações de conflitos de interesses em relação aos objetivos, responsabilidades e o papel exigido para o exercício do cargo, emprego ou função pública;
VII - usar do cargo, emprego ou função, facilidades, influências ou de informação privilegiada, visando à obtenção de quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas para si, para outros indivíduos, grupos de interesses ou entidades públicas ou privadas;
VIII - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, presente, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares, ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor público para o mesmo fim;
IX - fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes ao Município, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente;
X - divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo, emprego ou função;
XI - apresentar-se sob efeito de substâncias alcoólicas e/ou entorpecentes no serviço ou em situações que comprometam a imagem institucional da Prefeitura;
XII - utilizar sistemas, equipamentos públicos e canais de comunicação da Administração para a propagação e divulgação de trotes, boatos, fake news, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político partidária;
XIII - manifestar-se em nome da Administração quando não autorizado e habilitado para tal;
XIV - ser conivente com erro ou infração a este Código de Conduta Ética, ao Código de Ética de sua profissão e ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itá;
XV - usar de artifícios para postergar ou dificultar o exercício regular do direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;
XVI - utilizar, para fins privados, equipamentos, bens ou serviços exclusivos da administração pública;
XVII - exercer atividade remunerada ou não concomitante à jornada de trabalho a ser dedicada ao serviço público;
XVIII - Utilizar os símbolos oficiais do Município com o objetivo de conferir caráter oficial a relações privadas;
XIX - utilizar de transporte oficial para ações que não se configurem necessárias ao pleno exercício de função pública, ou dispondo o meio a pessoas estranhas ao serviço, tais como parentes e amigos;
XX - deixar, sem justa causa, de observar prazos legais administrativos ou judiciais;
XXI - alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;
XXII - é vetado quaisquer manifestações: ideológica, sexista, partidária, religiosa ou de qualquer tipo que por ventura transgrida o que o código de conduta determina.
§ 1º É vetado qualquer tipo de comportamento descrito no inciso XXII, inclusive manifestação silenciosa, por vestimenta ou qualquer outro tipo de uso.
§ 2º Não se consideram presentes para os fins do inciso VIII deste artigo os brindes que:
I - não tenham valor comercial;
II - sejam distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural com distribuição generalizada, ou seja, não se destinar a um determinado servidor, ou quando seja distribuído para uso e fruto no exercício das atribuições ao qual se destina, não limitando juízo de valor nem monetário, caso este seja para melhoria de desempenho de atividade. No último caso, o recebimento deve ser comunicado a comissão de ética para que seja analisado se o presente deverá ser incorporado ao patrimônio público;
III - não deve haver interesse ou relacionamento de interesse em decisão da autoridade ou do órgão que ela pertença.
§ 3º Não sendo viável a recusa ou a devolução imediata de presente, cuja aceitação seja vedada, o agente público deverá entregar o presente para a Comissão de Ética, a qual adotará as providências cabíveis quanto a sua destinação.

CAPÍTULO V

DA CONDUTA ÉTICA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 14. Os servidores públicos da Alta Administração Municipal, além do dever de cumprir com todas as disposições deste Código de Conduta Ética, deverão ainda:

- I - atuar de maneira a motivar o respeito e a confiança do público em geral, tanto nas suas atividades públicas quanto privadas;
II - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da Administração Pública Municipal, a partir do exemplo dado pelas autoridades de nível hierárquico superior;
III - comunicar ao setor de pessoal do órgão ao qual estejam vinculados, as alterações relevantes do seu patrimônio, tais como: transferência de bens móveis e imóveis, aquisição (direta ou indireta) do controle de empresa, demais alterações significativas ou relevantes definidas

e valoradas consideradas estas aquelas que ultrapassem o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 15. Os servidores públicos da Alta Administração Municipal que mantiverem participação superior a 5% (cinco por cento) do capital de sociedade de economia mista, de instituição financeira ou de empresa que negocie com o Poder Público de qualquer esfera, comunicarão este fato ao setor de pessoal.

Art. 16. No relacionamento com outros órgãos e servidores da Administração Pública, a Alta Administração deverá esclarecer a existência de eventual conflito de interesses, bem como comunicar qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em decisão coletiva ou em órgão colegiado.

CAPÍTULO VI
DAS ATIVIDADES DE NATUREZA ELEITORAL

Art. 17. É facultado aos servidores públicos, incluídos os da Alta Administração, participar de eventos de natureza político-eleitoral, tais como convenções e reuniões de partidos políticos, comícios e manifestações públicas autorizadas em lei.

Parágrafo único. A participação em atividades de natureza político-eleitoral não poderá resultar em prejuízo do exercício da função pública, ou seja, não poderá se dar em horário de expediente, nem implicar no uso de recursos públicos de qualquer espécie ou de outros servidores públicos, sujeitando-se a exoneração do cargo e aplicação das penalidades legais.

Art. 18. O servidor público, a partir do momento em que manifestar de forma pública a intenção de candidatar-se a cargo eletivo, ficará impedido de praticar ato de gestão visando sua promoção pessoal em detrimento do interesse público.

CAPÍTULO VII
DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 19. Deverá ser designada uma Comissão de Ética com a finalidade de divulgar as normas deste Código e atuar na prevenção e na apuração de faltas no âmbito da respectiva instituição.

Art. 20. Compete à Comissão de Ética:

- I - orientar e aconselhar o servidor público sobre ética profissional no respectivo órgão ou entidade;
- II - alertar servidores públicos quanto à conduta no ambiente de trabalho, especialmente no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;
- III - adotar formas de divulgação das normas éticas e de prevenção de falta ética;
- IV - receber e registrar denúncias relativas a atos praticados por integrantes da Administração Municipal que importem infração à Legislação municipal, às normas deste Código de Conduta Ética e proceder à sua apuração preliminar no prazo de 30 (dias) contados de seu recebimento, prorrogável mediante motivo justificável;
- V - opinar pela instauração do processo ético, determinando o arquivamento ou o processamento das denúncias recebidas para apuração de responsabilidade por meio das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar;

Parágrafo único. O registro das denúncias tem por escopo instruir e fundamentar possíveis punições/sanções e as promoções de servidores públicos.

Art. 21. A Comissão de Ética deverá ser composta por três titulares e dois suplentes em exercício no órgão ou entidade, escolhidos pelo dirigente máximo entre os servidores públicos, sendo obrigatoriamente dois ocupantes de cargo de provimento efetivo, e com mandatos de quatro anos, sendo facultada uma recondução por igual período.

Itá - SC, em 29 de dezembro de 2023..
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 - PS 004/2023

Publicação Nº 5508475

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001 - PS 004/2023
O Prefeito Municipal de Itá Santa Catarina,
no uso de suas atribuições legais, faz saber:

1. Fica convocada a candidata abaixo relacionada, conforme classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2023, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração, até o dia 16 de janeiro de 2024.

CARGO: Técnico em Higiene Bucal	
CONVOCADO(A)	Classificação
SUÉLEN TONELLO MIOR	01

2. O candidato convocado que desistir da vaga, será automaticamente excluído do Processo Seletivo, não podendo ser recolocado ao final da lista de classificação.

3. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itá, 11 de janeiro de 2024.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

PORTARIA 032/2024

Publicação N° 5508676

PORTARIA N° 032, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar n.º 001/92, de 1º de março de 1992 e Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017:

RESOLVE

Nomear o agente público municipal ALLEN JHONATAN LISBOA para, a contar de 11 de janeiro de 2024, exercer o cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Cultura e Turismo de Itaiópolis.

Itaiópolis, 10 de janeiro de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA 033/2024

Publicação N° 5508690

PORTARIA N° 033, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar n.º 001, de 1º de março de 1992 e Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017:

RESOLVE

Nomear THIAGO GUILHERME OSTROVSKI para, a contar de 11 de janeiro de 2024, exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR com carga horária de 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Itaiópolis.

Itaiópolis, 10 de janeiro de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA 034/2024

Publicação N° 5508714

PORTARIA N° 034, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, Prefeito do Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 71, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 55 da Lei Municipal nº 053, de 22 de outubro de 2002, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 075, de 05 de maio de 2020; e

Considerando a apresentação de Atestado Médico junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Itaiópolis, em 04 de janeiro de 2024, bem como a servidora pública municipal Fabiana Marques de Lima deverá se submeter à perícia médica do Município:

RESOLVE

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde no período compreendido entre os dias 10 de janeiro a 08 de fevereiro de 2024, para a servidora pública municipal FABIANA MARQUES DE LIMA, Técnico em Administração, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Conceder auxílio-doença no período compreendido entre os dias 09 a 23 de fevereiro de 2024, ou até a data prevista no laudo da perícia médica do município, para a servidora pública municipal FABIANA MARQUES DE LIMA, Técnico em Administração, com carga horária de 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Itaiópolis, 10 de janeiro de 2024.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA 035/2024

Publicação Nº 5508733

PORTARIA Nº 035, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito em Exercício do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023;

Considerando o Processo Seletivo Simplificado nº 023/2022, homologado em 24 de janeiro de 2023; e
Considerando a provável terceirização de serviços de mão de obra na administração pública municipal, no exercício de 2024:

RESOLVE

Admitir LOURIVAL BENTO MAIA, Auxiliar Operacional, com carga horária de 40 horas semanais para, no período compreendido entre os dias 12 a 31 de janeiro 2024, ou até a data da homologação do resultado final de eventual terceirização de serviços de mão de obra, caso venha a ocorrer antes desse prazo, atuar no CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIA ERCI.

Itaiópolis, 11 de janeiro de 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 036/2024

Publicação Nº 5508735

PORTARIA Nº 036, DE 11 DE JANEIRO DE 202

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito em Exercício do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal Brasileira, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023;

Considerando o Processo Seletivo nº 011/2023, homologado em 18 de dezembro de 2023; e

Considerando a provável terceirização de serviços de mão de obra na administração pública municipal, no exercício de 2024:

RESOLVE

Admitir LUCIANE SIMÃO, Servente de Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais para, no período compreendido entre os dias 13 de janeiro a 31 de março 2024, ou até a data da homologação do resultado final de eventual terceirização de serviços de mão de obra, caso venha a ocorrer antes desse prazo, atuar no regime de trabalho 12 x 36 previsto no artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 033, de 24 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis.

Itaiópolis, 11 de janeiro de 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 037/2024

Publicação Nº 5508744

PORTARIA Nº 037, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito em Exercício do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, nos termos do artigo 12, inciso II da Lei Complementar n.º 001/92, de 1º de março de 1992 e Lei Complementar nº 17, de 03 de abril de 2012, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº 059, de 19 de setembro de 2017:

RESOLVE

Nomear a agente pública municipal RITA TEREZINHA OSTROWSKI para, a contar de 15 de janeiro de 2024, exercer o cargo em comissão de DIRETORA da ESCOLA MUNICIPAL RIO DA ESTIVA, com carga horária de 40 horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Itaiópolis, 11 de janeiro de 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 038/2024

Publicação Nº 5508772

PORTARIA Nº 038, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

JULMAR MARCOS ZERGER, Prefeito em Exercício do Município Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, incisos VII e IX, e artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Itaiópolis, de 03 de abril de 1990, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 094, de 28 de fevereiro de 2023; e

Considerando o requerimento protocolado pela agente pública municipal Sônia Mara da Silva junto ao Departamento de Pessoal do Município de Itaiópolis sob nº 50, em 11 de janeiro de 2024, solicitando o desligamento do vínculo trabalhista com o Município de Itaiópolis:

RESOLVE

Dispensar a pedido, a contar de 18 de janeiro de 2024, a agente pública municipal SONIA MARA DA SILVA, Servente de Limpeza, a qual fora admitida por meio da Portaria nº 393, de 15 de fevereiro de 2022, para atuar em caráter temporário, atuar no Paço Municipal.

Itaiópolis, 11 de janeiro de 2024.

JULMAR MARCOS ZERGER

Prefeito Municipal em Exercício

Itapema

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO II - 07.083.2023

Publicação Nº 5509129

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

AVISO DE SUSPENSÃO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 07.083.2023
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de elaboração de estudos e execução de Monitoramento de Fauna Silvestre para a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre de Itapema, a ser realizado em 04 grupos - Avifauna; Herpetofauna; Ictiofauna e Mastofauna, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.083.2023.

Em virtude da impugnação interposta, observou-se a necessidade de SUSPENDER o presente Pregão Eletrônico. Quando da reabertura, esta será publicada em respeito à legislação vigente.

Itapema, 11 de janeiro de 2024.
Maxima Patricia Bragança Martins
Pregoeira Municipal
Portaria nº. 325/2014, de 16 de maio de 2014.

EXTRATO ATA 03 - 03.002.2023

Publicação Nº 5507726

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

Ata 03 da Concorrência Pública – 03.002.2023

Objeto: Contratação de serviços de agência de publicidade, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Itapema na atividade institucional.

Em 11 de janeiro de 2024, às dez horas e dezoito minutos, a comissão permanente de licitação (cpl), designada pela portaria nº. 734/2023, realizou reunião em sala própria, para efetuar a entrega à subcomissão técnica da caixa lacrada contendo os envelopes nº 1 (previamente abertos, sem qualquer identificação das licitantes) e nº 3 (previamente abertos, devidamente rubricados) da concorrência pública 03.002.2023, conforme estabelecido pelo subitem 11.2.4 do edital. No decorrer da reunião, a comissão permanente de licitação (cpl), representada pelos membros subscritos nesta ata, procedeu com a entrega da caixa devidamente lacrada (em conformidade com o subitem 11.2.4 e 11.2.5 do edital), contendo os envelopes nº 1 e nº 3, conforme mencionado anteriormente, à subcomissão técnica, que é composta pela senhora danúbia kossatz, pelo senhor everton futata e pelo senhor hiago rogério de almeida e silva, para que analise e julgamento, conforme prevê o edital. Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada a sessão e redigida a presente ata.

Itapema, 11 de janeiro de 2024.
Nilza Nilda Simas
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL 001/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

Publicação Nº 5509655

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2024
LEI 14.133/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2024	
SETOR:	DIRETORIA DE COMPRAS
TIPO:	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO:	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, para a sede da câmara de vereadores de Itapema/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo II do Pregão Presencial nº 001/2024.

OBSERVAÇÕES:	Pagamento: O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal de forma mensal, em até 2º dia úteis após a apresentação da Nota Fiscal.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO, CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO: até o dia 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2024, às 14:00(quatorze) horas.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2024, às 14:00 (quatorze) horas, após o credenciamento dos representantes.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. Legislação pertinente: Regido pela a Lei Federal 14.133/2021 e alterações.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: - O Edital poderá ser retirado na sede da Câmara de Vereadores ou solicitado pelo e-mail: administracao@itapema.sc.leg.br - Telefone: (0xx47) 3228-5600 - Endereço: Câmara de Vereadores de Itapema Rua 120, nº 423, Centro, Itapema/SC CEP 88220-000 Todas as notificações, erratas, resposta aos questionamentos e impugnações serão publicadas no site www.itapema.sc.leg.br , e será de inteira responsabilidade dos licitantes a ciência das mesmas.	
Para Consulta sobre Dúvidas e Impugnação do Edital: na Sede da Câmara de Vereadores de Itapema das 8:00 as 19:00 horas de segunda a sexta-feira ou por e-mail administracao@itapema.sc.leg.br	

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 088/2023

Publicação N° 5508273

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AD4CAB67DDE9011544B08EB0936EE95EA60D536A

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 088/2023
Aditivo N°: 1 T.A 088/2023
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: RADIO ITAPIRANGA LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 117/2023
Objeto: PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ALUGUEL) DE ESPAÇO FÍSICO DESTINADO PARA FUNCIONAMENTO DA SALA DE ATENDIMENTO DO PREVIDÊNCIA CONFORME ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO COM O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL N. 2.317/2006.
Vigência: Início: 01/02/2024 Término: 31/07/2024
Assinatura: 11/01/2024
Valor R\$: 7.920,00 (Sete Mil e Novecentos e Vinte Reais)
Dotação: 224 - 03.001.2007.3339039100000000000.150070000000 - Locação de imóveis
Itapiranga, 11 de janeiro de 2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 012/2022

Publicação N° 5508970

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6F75DF26E3125119B82F6AFC783E7729A5D2DE1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 012/2022
Aditivo N°: 2 T.A 012/2022
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: GRUTZMANN EMPREENDIMENTOS LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 15/2022
Objeto: PRORROGAÇÃO DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL RURAL OSCAR PUHL.
Vigência: Início: 25/01/2024 Término: 24/01/2025
Assinatura: 11/01/2024
Valor R\$: 77.031,48 (Setenta e Sete Mil, Trinta e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos)
Dotação: 326 - 06.002.2020.3339036150000000000.150010011001 - Locação de imóveis
Itapiranga, 11 de janeiro de 2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 013/2022

Publicação N° 5508873

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E8BF641D90FB21A6AA99ABA094C68339BC924747

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 013/2022
Aditivo N°: 2 T.A 013/2022
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: GENTE SEGURADORA SA
Licitação: Pregão Presencial 10/2022
Objeto: PRORROGAÇÃO DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS PELO MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 28/01/2024 Término: 27/01/2025
Assinatura: 11/01/2024

Valor R\$: 8.170,80 (Oito Mil, Cento e Setenta Reais e Oitenta Centavos)
Dotação: 224 - 03.001.2007.33390396900000000000.150070000000 - Seguros em geral
Itapiranga, 11 de janeiro de 2024

EXTRATO DO CONTRATO N° 005/2024

Publicação N° 5508074

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8162CB4DE4632031D786B2EE196FB3FA08EE63BB

Contrato N°: 005/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: STUDIO A SANTA CATARINA LTDA
Licitação: Pregão Presencial 230/2023
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GRAVAÇÃO, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE VIDEO INSTITUICIONAL PARA O DEPARTAMENTO DE TURISMO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.
Vigência: Início: 11/01/2024 Término: 31/03/2024
Assinatura: 11/01/2024
Valor R\$: 5.150,00 (Cinco Mil e Cento e Cinquenta Reais)
Dotação: 415 - 07.001.2037.33390395900000000000.150070000000 - Serviços de áudio, vídeo e foto
Itapiranga, 11 de janeiro de 2024

PORTARIA N° 13/2024

Publicação N° 5507505

Portaria nº 13, de 10 de janeiro de 2024

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 02/2006 e Lei Complementar nº 168/2022.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder o pagamento de Gratificação por Responsabilidade ao servidor Jonas Carlos Scheffer Demarchi, matrícula nº 16002/01, para atuar como responsável encarregado pela LGPD, em 40 horas semanais, em conformidade com o anexo II da Lei Complementar nº 168 de 11 de agosto de 2022.

Art.2º - O servidor além dos vencimentos do cargo efetivo de Controlador Interno receberá Função Gratificada por Responsabilidade, em conformidade com a Lei Complementar nº 168/2022.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de janeiro de 2024.

Nilo José Bourscheidt
Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Thaina Luize Stein Schuck
Diretora de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES PREGÃO PRESENCIAL Nº 232/2023

Publicação Nº 5507438



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Q.C.P

Pág 1 / 3

Ordenação: 0 Fornecedor Desclassificado: Não Itens Anulados: Não Fornecedores Empatados: Não
Fornecedores Não Participantes: Não Itens Fracassados: Não Vencedores Lei 123/2006: Não
usaPregaoCoeficiente: Não

Quadro Comparativo de Preço

Item: 1	Quantidade: 1.200		Unidade: SC		
Produto:	RAÇÃO EQUINOS PELETIZADA QUE CONTENHA TAIS COMPONENTES: MILHO (GRÃO LAMINADOS), AVEIA LAMINADA, MILHO MOÍDO, FARELO DE TRIGO, MELAÇO DE CANA LIQUIDO, CASCA DE ARROZ, CALCÁRIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO DL-METIONINA, L-LISINA, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA EVITAMINA B1, VITAMINA B2, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE FERRO, IODATO DE CÁLCIO, SULFATO DE MAGANES, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, ÓXIDO DE ZINCO E NIVEIS POR QUILOGRAMA: UMIDADE MAX. 12%, PROTEÍNA BRUTA MIN. 12%, EXTRATO ETÉREO MIN.4%, MATERIA FIBROSA MAX. 15%, F.D.A MAX. 18%, MATERIA MINERAL MAX. 12%, CALCIO MIN. 1,5%, CALCIO MAX. 2%, FOSFORO MIN. 5000 MILIGRAMAS POR QUILOGRAMA, ENERGIA DIGESTIVEL MIN. 2700 KCA/KILOGRAMA, METIONINA MIN. 1800 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, LISINA MIN. 4800 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, VITAMINA A MIN. 5000UI/KILOGRAMA, VITAMINA D3 MIN. 1000UI/KILOGRAMA, VITAMINA E MIN. 100UI/KILOGRAMA, VITAMINA B1 MIN 5 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, VITAMINA B2 MIN. 4 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, COBRE MIN. 20 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, FERRO MIN. 52 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, IODO MIN. 0.5 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, MANGANES MIN. 64 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, SELENIO MIN. 0.2 MILIGRAMAS/ QUILOGRAMA, COBALTO MIN. 0.14 MILIGRAMAS/KILOGRAMA, ZINCO MIN. 80 MILIGRAMAS/KILOGRAMA.				
Fornecedor	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Posição	Vencedor
AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME	Ração Farroupilha - Agrobella	R\$2,31	R\$2.772,00	1	Sim
Item: 2	Quantidade: 3.200		Unidade: KG		
Produto:	RAÇÃO: PARA NOVILHAS LEITEIRAS QUE CONTENHAM O NIVEIS MINIMOS POR QUILOGRAMA DE RAÇÃO: PROTEÍNA BRUTA 250 GRAMAS, FIBRA BRUTA MAXIMO 100 GRAMAS, EXTRATO ETÉREO 20 GRAMAS, F.D.A MAXIMO 300 GRAMAS, CALCIO MAXIMO DE 13 GRAMAS, CALCIO MINIMO 6.000 MILIGRAMAS, FOSFORO MINIMO 5.500 MILIGRAMAS, MATERIAL MINERAL MAXIMO 100 GRAMAS, MONENSIMA SODICA MINIMO 32 MILIGRAMAS.				
Fornecedor	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Posição	Vencedor
AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME	Rações Quality	R\$2,25	R\$7.200,00	1	Sim
Item: 5	Quantidade: 500		Unidade: KG		
Produto:	RAÇÃO PARA OVINOS E CAPRINOS QUE CONTENHA NIVEIS MINIMOS: UMIDADE MAX 120 GRAMAS/ QUILOGRAMA, PROTEÍNA BRUTA MINIMO 220 GRAMAS / QUILOGRAMA, NNP-EQUIV. PROT. MAXIMA 40 GRAMAS /QUILOGRAMA, EXTRATO ETÉREO 20 GRAMAS/KILOGRAMA, FDA MAXIMA 90 GRAMAS/ QUILOGRAMA, FIBRA BRUTA MAXIMA 75 GRAMAS /QUILOGRAMA, MATERIAL MIN ERAL MAXIMO 100 GRAMAS /QUILOGRAMA, CALCIO MINIMO 10 GRAMAS /QUILOGRAMA, CALCIO MAXIMO 14 GRAMAS/KILOGRAMA, FOSFORO MINIMO 4500 MILIGRAMAS/KILOGRAMA, VITAMINA A MINIMO 10000 UI/KILOGRAMA, VITAMINA D3 MINIMO 2200 UI/KILOGRAMA, VITAMINA E MINIMO 5.2 UI/KILOGRAMA, MONENSIMA SODICA 41 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA.				
Fornecedor	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Posição	Vencedor
AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME	Rações Quality	R\$2,85	R\$1.425,00	1	Sim



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Q.C.P

Pág 2 / 3

Ordenação: 0 Fornecedor Desclassificado: Não Itens Anulados: Não Fornecedores Empatados: Não
Fornecedores Não Participantes: Não Itens Fracassados: Não Vencedores Lei 123/2006: Não
usaPregaoCoeficiente: Não

Fornecedores com Itens Vencedores

Código: 540269		Fornecedor: AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Desconto(%)	Valor Total
1	RAÇÃO EQUINOS PELETIZADA QUE CONTENHA TAIS COMPONENTES: MILHO (GRÃO LAMINADOS), AVEIA LAMINADA, MILHO MOIDO, FARELO DE TRIGO, MELAÇO DE CANA LIQUIDO, CASCA DE ARROZ, CALCÁRIO CALCÍTICO, CLORETO DE SÓDIO DL-METIONINA, L-LISINA, VITAMINA A, VITAMINA D3, VITAMINA EVITAMINA B1, VITAMINA B2, SULFATO DE COBRE, SULFATO DE FERRO, IODATO DE CÁLCIO, SULFATO DE MAGANES, SELENITO DE SÓDIO, SULFATO DE COBALTO, ÓXIDO DE ZINCO E NÍVEIS POR QUILOGRAMA: UMIDADE MÁX. 12%, PROTEÍNA BRUTA MÍN. 12%, EXTRATO ETÉREO MÍN.4%, MATÉRIA FIBROSA MÁX. 15%, F.D.A MÁX. 18%, MATÉRIA MINERAL MÁX. 12%, CÁLCIO MÍN. 1,5%, CÁLCIO MÁX. 2%, FOSFÓRICO MÍN. 5000 MILIGRAMAS POR QUILOGRAMA, ENERGIA DIGESTÍVEL MÍN. 2700 KCA/ QUILOGRAMA, METIONINA MÍN. 1800 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, LISINA MÍN. 4800 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, VITAMINA A MÍN. 5000UI/QUILOGRAMA, VITAMINA D3 MÍN. 1000UI/QUILOGRAMA, VITAMINA E MÍN. 100UI/ QUILOGRAMA, VITAMINA B1 MÍN 5 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, VITAMINA B2 MÍN. 4 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, COBRE MÍN. 20 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, FERRO MÍN. 52 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, IODO MÍN. 0,5 MILIGRAMAS /QUILOGRAMA, MANGANES MÍN. 64 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA, SELENIO MÍN. 0,2 MILIGRAMAS/QUILOGRAMA, COBALTO MÍN. 0,14 MILIGRAMAS/ QUILOGRAMA, ZINCO MÍN. 80 MILIGRAMAS/QUILOGRAMA.	R a ç ã o Farroupilha - Agrobella	SC	1.200	R\$2,31	0	R\$2.772,00
2	RAÇÃO: PARA NOVILHAS LEITEIRAS QUE CONTENHAM O NÍVEIS MÍNIMOS POR QUILOGRAMA DE RAÇÃO: PROTEÍNA BRUTA 250 GRAMAS, FIBRA BRUTA MÁXIMO 100 GRAMAS, EXTRATO ETÉREO 20 GRAMAS, F.D.A MÁXIMO 300 GRAMAS, CÁLCIO MÁXIMO DE 13 GRAMAS, CÁLCIO MÍNIMO 6.000 MILIGRAMAS, FOSFÓRICO MÍNIMO 5.500 MILIGRAMAS, MATERIAL MINERAL MÁXIMO 100 GRAMAS, MONENSINA SÓDICA MÍNIMO 32 MILIGRAMAS.	R a ç õ e s Quality	KG	3.200	R\$2,25	0	R\$7.200,00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Q.C.P

Pág 3 / 3

Ordenação: 0 Fornecedor Desclassificado: Não Itens Anulados: Não Fornecedores Empatados: Não
Fornecedores Não Participantes: Não Itens Fracassados: Não Vencedores Lei 123/2006: Não
usaPregaoCoeficiente: Não

Fornecedores com Itens Vencedores

Código: 540269		Fornecedor: AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA - ME					
Item	Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Desconto(%)	Valor Total
5	RAÇÃO PARA OVINOS E CAPRINOS QUE CONTENHA NIVEIS MINIMOS: UMIDADE MAX 120 GRAMAS/ QUILOGRAMA, PROTEINA BRUTA MINIMO 220 GRAMAS / QUILOGRAMA, NNP-EQUIV. PROT. MAXIMA 40 GRAMAS / QUILOGRAMA, EXTRATO ETÉREO 20 GRAMAS/QUILOGRAMA, FDA MAXIMA 90 GRAMAS/ QUILOGRAMA, FIBRA BRUTA MAXIMA 75 GRAMAS / QUILOGRAMA, MATERIAL MIN ERAL MAXIMO 100 GRAMAS / QUILOGRAMA, CALCIO MINIMO 10 GRAMAS /QUILOGRAMA, CALCIO MAXIMO 14 GRAMAS/QUILOGRAMA, FOSFORO MINIMO 4500 MILIGRAMAS/QUILOGRAMA , VITAMINA A MINIMO 10000 UI/ QUILOGRAMA, VITAMINA D3 MINIMO 2200 UI/QUILOGRAMA, VITAMINA E MINIMO 5.2 UI/ QUILOGRAMA, MONENSIMA SODICA 41 MILIGRAMAS / QUILOGRAMA.	Rações Quality	KG	500	R\$2,85	0	R\$1.425,00
Total:							R\$11.397,00
Total Geral Vencedores:							R\$11.397,00

Itapoá

PREFEITURA

26ª ATA SESSÃO PÚBLICA - INEX. 16/2022

Publicação Nº 5508072

26ª ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO AO CREDENCIAMENTO

Data	11/01/2024	Horário início: 07h45min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE PROCESSO	Nº 07/2022 Nº 16/2022 Nº 141/2022

OBJETO:
CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços artístico-culturais locais na área da música, na condição de pessoa física ou jurídica, para atender os eventos do cronograma oficial do Mercado da Maria, conforme especificações constantes no Edital e Termo de Referência. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 5.695/2023. Observando que a Licitação foi publicada no Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e Site da Prefeitura, no dia 04/11/2022 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes interessados:

Data	Prot.	Nome	CPF/MF
04/01/2024	04	52.384.081 DANIELA RIBEIRO DE MEDEIROS	52.384.081/0001-74

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação ao credenciamento, o qual se encontrava devidamente lacrado. Aberto o envelope de habilitação, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, foi constatado:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: 52.384.081 DANIELA RIBEIRO DE MEDEIROS
1.1. Preenchimento incorreto da declaração do Anexo II, Item 6.1.2 alínea "a" do Edital, especificamente na individualização da proponente, preenchendo o nome como pessoa física;	
1.2. Preenchimento incorreto do Anexo VI, 6.1.2. alínea "n" do Edital, no que corresponde ao texto da declaração quanto a credenciada;	
1.3. Cartão CNPJ e Declaração de Microempreendedor Individual não apresentam atividade econômica vinculada ao objeto do presente Edital: "área da música";	
Considerações da CPL: As considerações 1.1. e 1.2. seriam passíveis de saneamento por meio de diligência, contudo o apontamento na consideração 1.3. não apresenta a mesma sorte. Portanto a CPL considera a empresa INABILITADA, frente a consideração 1.3., conforme item 6.4 do Edital.	

Ciente a interessada do resultado supra, fica a mesma notificada e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O recurso deverá ser protocolado formalmente através do site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br até o dia 19/01/2024, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30 às 13h30. Se a interessada quiser declinar do seu direito de recurso deverá fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes às 08:30h.

JEAN MIGUEL GRASEL
3º VICE-PRESIDENTE

KARLA PATRÍCIA SABATKE WINDSON BARROS DE PAULA
MEMBRO MEMBRO

EDITAL Nº 053/ 2023 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ORIENTADOR DE POSTURAS

Publicação Nº 5508049

EDITAL Nº 053/2023
Processo Seletivo para contratação temporária de ORIENTADOR DE POSTURAS

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:
CLASSIFICAÇÃO FINAL

	PROTOCOLO	CANDIDATO	NOTA DA PROVA
1º	46392/2023	KEVIN RABEL MARQUES	7,60
2º	46454/2023	HECTOR LORENZO DOS SANTOS BENITEZ	6,60
3º	46599/2023	DIOGO HENRIQUE FAGUNDES ALMEIDA	6,60
4º	46287/2023	LUCIANO JOSÉ CORBARI	6,40
5º	46413/2023	FELIPPE EDUARDO SAMPAIO CARDOSO	6,40
6º	46602/2023	BEATRIZ MARTIN FIORELLINI	6,00

7º	46397/2023	WALDERLAND MICHEL MACHADO	5,80
8º	46538/2023	LETICIA PYCZ	5,60
9º	46588/2023	SILVIA NARA FERNANDES DE OLIVEIRA	5,00

Itapoá, 11 de janeiro de 2024.

CÉLIA MARIA REINERT
Presidente

VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI
Secretária

TALITA DE SOUZA ARAÚJO DE CARVALHO
Membro ELORIM ANANDA DE OLIVEIRA SIL
Membro

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº005/2024 PROCESSO SELETIVO Nº 041/2023 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 5508052

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº005/2024
PROCESSO SELETIVO Nº 041/2023
ALUNOS ESTAGIÁRIOS
Jonesir Soares, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

CANDIDATO	NÍVEL
DALIANA FATIMA ZILIO	ADMINISTRAÇÃO
ANA CLARA SOARES AMORIN	ADMINISTRAÇÃO

Para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura de Itapoá, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação, com cópias simples dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Número de inscrição no PIS/PASEP;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE > <https://centralcieesc.org.br/atendimento/estcadastrar>
- Foto 3x4

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 04 DE JANEIRO DE 2024
Jonesir Soares
Secretário de Administração

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: RESULTADO FINAL DO ADICIONAL DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO DA SEGUNDA GRADUAÇÃO NA ÁREA ESPECÍFICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - EDITAL 054/2023

Publicação Nº 5507523



RESULTADO FINAL DO ADICIONAL DE INCENTIVO À CAPACITAÇÃO DA SEGUNDA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA ESPECÍFICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- EDITAL 054/2023

Segue abaixo RESULTADO FINAL DOS DEFERIDOS do adicional de incentivo à capacitação da segunda pós-graduação na área específica da educação especial com amparo no Edital nº 054/2023.

Nº DE ORDEM	PROFISSIONAL	CONCURSO PÚBLICO P.M.I.	RESULTADO
1	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA	1991	DEFERIDO
2	ADEMIR DA SILVA COSTA	1996	DEFERIDO
3	ANA PAULA ROSÁRIO	1998	DEFERIDO
4	ANGELA MARIA NUNES DE OLIVEIRA	1998	DEFERIDO
5	FERNANDA PERES DO ROSARIO DA SILVA	1998	DEFERIDO
6	JULIO CESAR ABREU	1998	DEFERIDO
7	LUCIANE NASCIMENTO DO ROSARIO	1998	DEFERIDO
8	LUIZA MONTALVAO DE OLIVEIRA BONGALHARDO	1998	DEFERIDO
9	MICHERLI LENZI NEUBER	1998	DEFERIDO
10	SONIA APARECIDA ALVES	1998	DEFERIDO
11	SONIA WEISS	1998	DEFERIDO
12	VANIA CLEUSA PINTO DA SILVA	1998	DEFERIDO
13	ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA	2002	DEFERIDO
14	RODE ESTER PESSANHA	2002	DEFERIDO
15	VANILDA DE SOUZA	2002	DEFERIDO
16	ALAIR MARIA SCHNEIDER REOLON	2003	DEFERIDO
17	CLAUDIA NASCIMENTO	2003	DEFERIDO
18	ELIANE DO NASCIMENTO	2003	DEFERIDO
19	JOSE ANTONIO SOARES	2003	DEFERIDO
20	LUCY HELENA WIELEWICKI	2003	DEFERIDO
21	NOEMI DA SILVEIRA MADZGALLA ARAUJO	2003	DEFERIDO
22	RENATA PATRICIA DOS SANTOS	2003	DEFERIDO
23	DIONISIO TESLUK	2007	DEFERIDO
24	ELIANE APARECIDA DO ROSARIO	2007	DEFERIDO
25	ELISETE BUDAL ARINS DA SILVA	2007	DEFERIDO
26	IVETTE LONGO FONSECA DE SIQUEIRA	2007	DEFERIDO
27	KIARA COSTA VELHO	2007	DEFERIDO
28	SIMONE DE OLIVEIRA	2007	DEFERIDO
29	SOLANGE MARIA CAVALHEIRO	2007	DEFERIDO
30	VANESSA DIBAX	2007	DEFERIDO

Itapoá, 11 de janeiro de 2024.

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA
JACINTO:10475053800

Assinado de forma digital por ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA
JACINTO:10475053800

Dados: 2024.01.11 08:54:54 -03'00'

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2023 - BRUNA VOSS CLINICA MÉDICA LTDA

Publicação Nº 5507732

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2023, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E BRUNA VOSS CLINICA MÉDICA LTDA

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.407.443/0001-18, doravante denominada FMS/Ituporanga, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, ALINE DE ABREU POSTAIS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4932043, expedida pela SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 08090921906, residente em Ituporanga/SC, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa BRUNA VOSS CLINICA MÉDICA LTDA, CNPJ 34.414.563/0001-48, com sede na Rua Rocha Pombo, 130 – Bairro Eugênio Schneider – Rio do Sul SC, CEP 89.167-009, com Contrato Social registrado em 26/05/2021, sob o nº 42600587937, neste ato representado por BUNA LUIZA CLAUDIANO VOSS, brasileira, solteira, médica, inscrita no CPF nº 060405719-93, CRM/SC – RQE nº 24.370, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 2567/2016, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 - FMS, publicado no DOM, Edição nº 3964, do dia 01/09/2022, pág. 860, RESOLVEM celebrar o TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2023 de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Unico de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2024, do contrato original celebrado entre as partes em 16 de NOVEMBRO de 2023, em conformidade com as dotações orçamentárias constantes do anexo I, Item 10, anexo III, itens 05,08,11,13,16,17,18,20,24,25,28 e 29 do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 – Valor teto financeiro: R\$105.000,00/anual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 16 de NOVEMBRO de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLAUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será publicado, EM EXTRATO, no Diário Oficial do Município - DOM, após sua assinatura.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ituporanga, 14 de dezembro de 2023.

ALINE DE ABREU POSTAIS
CONTRATANTE

BRUNA LUIZA CLAUDIANO VOSS
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

AMARILDO GRAH
CPF 066.259.269-73

LUIS CARLOS SUZZENA
CPF 308993389-68

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2023 - CLINICA GINECO OBSTETRICA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA

Publicação Nº 5507744

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2023, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E CLINICA GINECO OBSTÉTRICA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.407.443/0001-18, doravante denominada FMS/Ituporanga, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, ALINE DE ABREU POSTAIS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4932043, expedida pela SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 08090921906, residente em Ituporanga/SC, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa CLINICA GINECO OBSTETRICA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA, CNPJ 00.607.669/0001-46, com sede na Rua Naide Guimarães Mello, 91 – Centro – Ituporanga SC, CEP 88.400-000, neste ato representado por JOSÉ DEL CARMEN JURADO ABRIL, Colombiano naturalizado brasileiro, solteiro, médico, inscrita no CPF nº 016.771.247-09, CRM/SC – RQE nº 2557, doravante denominado CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais

nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 2567/2016, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, , com base nos termos do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 - FMS, publicado no DOM , Edição nº 3964, do dia 01/09/2022, pág. 860, RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 020-2023, para prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde – SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2024, do contrato original celebrado entre as partes em 16 de NOVEMBRO de 2023, em conformidade com as dotações orçamentárias constantes do anexo I, Item 10, do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 – Valor teto financeiro: R\$90.000,00/anual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 16 de NOVEMBRO de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLAUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será publicado, EM EXTRATO, no Diário Oficial do Município - DOM, após sua assinatura.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ituporanga, 14 de dezembro de 2023.

ALINE DE ABREU POSTAIS
CONTRATANTE

JOSÉ DEL CARMEN JURADO ABRIL
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

AMARILDO GRAH
CPF 066.259.269-73

LUIS CARLOS SUZZENA
CPF 308993389-68

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2022 - PRONTOPEDE PEDIATRIA LTDA

Publicação Nº 5507807

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2022, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E PRONTOPEDE PEDIATRIA LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº11.407.443/0001-18, doravante denominada FMS/Ituporanga, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, ALINE DE ABREU POSTAIS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4932043, expedida pela SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 08090921906, residente em Ituporanga/SC, denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa PRONTOPEDE PEDIATRIA LTDA , CNPJ 82.870.189/0001-38, com sede na Rua Naide Guimarães Melo, 100 – Centro – Ituporanga SC, CEP 88.400-000, com Contrato Social registrado em 26/07/2011, sob o nº 2111415659, neste ato representado pelo representante legal JOSÉ RUBENS RAITEZ, brasileiro, separado judicialmente, médico, portador da Carteira de Identidade nº 21R/529.972, expedida pelo SSP/SC, e inscrita no CPF nº 379.458.909-20, CRM/SC – RQE nº 2241, denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 2567/2016, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública nº 002/2022 - FMS, publicado no DOM nº 3964, do dia 01/09/2022, pág. 860, RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADITIVO CONTRATUAL para a continuidade da prestação de serviços de assistência à saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2024, do contrato original celebrado entre as partes em 06 de outubro de 2022, em conformidade com as dotações orçamentárias constantes do Item 4, Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 – Valor teto financeiro: R\$360.000,00/anual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 06 de outubro de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLAUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo será publicado, EM EXTRATO, no Diário Oficial do Município - DOM, após sua assinatura.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ituporanga, 14 de dezembro de 2023.

ALINE DE ABREU POSTAIS
CONTRATANTE

JOSÉ RUBENS RAITEZ
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

AMARILDO GRAH
CPF 066.259.269-73

LUIS CARLOS SUZZENA
CPF 308993389-68

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 003/2022 - MARCELO BRANDT LTDA

Publicação Nº 5507800

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2022, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA E MARCELO BRANDT LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, entidade de direito público, com sede em Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.407.443/0001-18, doravante denominada FMS/Ituporanga, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, ALINE DE ABREU POSTAIS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4932043, expedida pela SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº 08090921906, residente em Ituporanga/SC, denominada CONTRATANTE, e de outro lado MARCELO BRANDT LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.221.314/0001-21, com sede na Rua Botânico Kuhlmann, nº 419, Sala 503, Bairro Eugênio Schneider, Rio do Sul/SC, CEP 89.167-015, com a IIª Alteração Contratual registrada em 13 de julho de 2022, sob o nº NIRE - 42207234765, neste ato representado pelo seu representante legal MARCELO BRANDT, brasileiro, médico, portador da cédula de identidade nº 3395481, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF nº 044.392.269-14, CRM/SC nº 20.133, denominado CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022, publicado no DOM nº 3964, do dia 01/09/2022, pág. 860, RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADITIVO CONTRATUAL para a continuidade da prestação de serviços de assistência à saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de vigência até 31 de dezembro de 2024, do contrato original celebrado entre as partes em 05 de outubro de 2022, em conformidade com as dotações orçamentárias constantes do Item 4, Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2022 – Valor teto financeiro: R\$224.180,00/anual.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 05 de outubro de 2022, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Termo Aditivo será publicado, EM EXTRATO, no Diário Oficial do Município - DOM, após sua assinatura.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Ituporanga, 14 de dezembro de 2023.

ALINE DE ABREU POSTAIS
CONTRATANTE

MARCELO BRANDT
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

AMARILDO GRAH
CPF 066.259.269-73

LUIS CARLOS SUZZENA
CPF 308993389-68

Jacinto Machado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2024

Publicação Nº 5508552

PORTARIA Nº. 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Motorista da Saúde e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que o Município Possui a Lei Municipal 143/97 onde prece a contratação em caso de Emergência e Calamidade.

Considerando que não existe concurso público ativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CRISTIANO LAURINDO BORGES no cargo de Motorista de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/01/2024 a 31/01/2024, junto à Secretaria de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - O Motorista da Saúde acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº 002/2024

Publicação Nº 5508556

PORTARIA Nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Designa por Ata membro titular do conselho tutelar de Jacinto Machado – Gestão 2024-2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n 893 de 03 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar no Conselho Tutelar: ROSILENI GIASI PATEL, para exercer a função de conselheira tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 003/2024

Publicação Nº 5508561

PORTARIA Nº. 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Designa por Ata membro titular do conselho tutelar de Jacinto Machado – Gestão 2024-2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n 893 de 03 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar no Conselho Tutelar: JANAINA PIVA MORSALE, para exercer a função de conselheira tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**PORTARIA Nº 004/2024**

Publicação Nº 5508563

PORTARIA Nº. 004 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Designa por Ata membro titular do conselho tutelar de Jacinto Machado – Gestão 2024-2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n 893 de 03 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar no Conselho Tutelar: NEUSA MARIA FONTANA POSSAMAI, para exercer a função de conselheira tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.**PORTARIA Nº 005/2024**

Publicação Nº 5508570

PORTARIA Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Designa por Ata membro titular do conselho tutelar de Jacinto Machado – Gestão 2024-2028.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n 893 de 03 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para integrar no Conselho Tutelar: SANDRA REGINA MACHADO PIAZZOLI, para exercer a função de conselheira tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 10/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 006/2024

Publicação Nº 5508591

PORTARIA Nº. 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Reduz a carga horária temporariamente específica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000 e o Art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006. RESOLVE:

Art. 1º - Fica reduzida carga horária de trabalho temporariamente do ENGENHEIRO AGRIMENSOR IVAN MERENCIO, matrícula nº. 382 de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais excedentes, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A redução da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

PORTARIA Nº 007/2024

Publicação Nº 5508597

PORTARIA Nº. 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Amplia a carga horária temporariamente que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 18, da Lei nº. 245, de 20 de março de 2000 e o Art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006. RESOLVE:

Art. 1º - Amplia a carga horária de trabalho da PROFESSORA DENISE MARTIGNAGO GHELLERE temporariamente, matrícula nº. 187 de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A ampliação da jornada de trabalho de que trata o artigo 1º desta Portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias, aplica-se o Regime Geral da Previdência Social – RGPS, sendo que o regime será o Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 008/2024

Publicação Nº 5508602

PORTARIA Nº. 008 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Concede Licença sem vencimentos para Tratar de Interesses Particulares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 94, da Lei nº. 245, de 20.03.2000. RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesses Particulares a servidora FABRICIA GIASI FURLANETTO DE VARGAS, matrícula nº. 4169, ocupante do cargo de PROFESSORA DE ARTES, a ser gozada no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 02/01/2024 a 01/01/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 009/2024

Publicação Nº 5508638

PORTARIA Nº. 009 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.
Concede Férias ao Servidor e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 76 e 81 da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
CESAR ALBINO	1560	22/06/2022 A 21/06/2023	08/01/2024 A 06/02/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 010/2024

Publicação Nº 5508790

PORTARIA Nº. 010 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.
Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 76 e 81 da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANE DOS SANTOS BORMANN	3826	07/03/2022 á 06/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ADRIANO BEREZNICKI	3957	20/05/2021 á 19/05/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
ALINE FRASSETO BORGES	3805	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ALINE GABRIEL ZANATTA	1532	07/05/2022 á 06/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ANDREIA REGINA ROSA DA SILVA	2350	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ANDREIA RONCONI	991	09/02/2022 á 08/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ANGELITA BADA RONCONI	3798	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ANGELICA DE BITENCOURT CANDEO APOLINARIO	3789	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
BARBARA REGINA NICOLETTI MEZZARI SARTOR	2505	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
CARMEN LUCIA WEIS	992	21/03/2022 á 20/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
CINTHIA BOEIRA MICHELS	3860	18/02/2022 á 17/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
CRISTIANE MATTOS	2352	07/05/2022 á 06/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
CRISTIANE VIEIRA	3961	06/04/2022 á 05/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024

CRISTIANI NICOLETTI MEZZARI TONETTO	1464	02/03/2022 á 01/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DAIANE VELHO PAULINO	4140	23/11/2022 á 22/11/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DANUBIA BARBARA DE ASSUNÇÃO LAURINDO	3819	24/02/2022 á 23/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DEBORA ABATTI PATRICIO	2504	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DENISE MARTIGNAGO GUELERE	2515	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DIAIR GIUSTI PATEL	2340	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DANIELA DAGOSTIN RECCO	2358	16/03/2022 á 15/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DIANDRA PEREIRA ROSSO RONZANI	4048	22/02/2022 á 21/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
DORALICE FABIANA POKOMAIER DE BETIO	3858	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
EDER MOTA FERREIRA	3968	13/04/2022 á 12/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
EDLAINE DE MELO RECCO	3807	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
EDNA HENTZ MARTINS	4123	02/06/2022 á 01/06/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
EDNEIA GUETENER HIPOLITO	1270	23/10/2022 á 22/10/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ELENICE PARAOL POSSAMAI	3824	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ELIGIANE MATIAS	4049	18/07/2022 á 17/07/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ELISABETE ANTONIO RODRIGUES	3794	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ELISANDRA DE CARVALHO MONTEIRO BETTIOL	3828	22/06/2022 á 21/06/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ELIZANI LENTZ DE CARVALHO HOMEN	1241	05/07/2021 á 04/07/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
ELOISA CECHINEL DA ROSA	1032	20/03/2022 á 19/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ERONI GIUST	2559	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
FABIANA ANTONELI CASAGRANDE	1237	05/07/2022 á 04/07/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
FERNANDA POKOMAIER DA ROLT PICOLO	2506	05/01/2022 a 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
FERNANDA POKOMAIER DA ROLT PICOLO	2507	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
GABRIELA SALA BIANCHINI	3910	02/03/2022 á 01/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
GERUSA ZANATTA DE OLIVEIRA	3802	17/02/2022 á 16/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
GISELI TEREZINHA DE SOUZA VERONEZ	3855	07/03/2022 á 06/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
GRASIELA DE CARVALHO DAGOSTIN	3857	18/02/2022 á 17/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
HILDO GIUSTI	3885	02/03/2021 á 01/03/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
IONIR TEREZINHA BRATTI SARTOR	3831	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ISABEL BORGES	2695	28/03/2022 á 27/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANAINA MONTOVANI MANARIN DA SILVA	3791	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANE BEATRIZ DE SOUZA ELIAS	3818	18/10/2022 á 17/10/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANETE ANTONIO DE BRITTOS ANTONELLI	2348	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANETE PELISSARI PRESTES GOULART	3804	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANICE DE FAVERI ELIAS MONTEIRO	1307	25/10/2021 á 24/10/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
JANICE SPECK DA SILVA RAMOS	2045	13/03/2022 á 12/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JANICE VALDEMAR BORGES	2343	07/05/2021 á 06/05/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
JOAO PAULO BURIN BRISTOT	3863	18/02/2022 á 17/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JUCIMAR GOMES TOMAZ	3856	18/02/2022 á 17/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JUCIMARA CARDOSO VOTRI BELLETTINI	3820	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
JULIANA ARMINDA BORGES TUON	3812	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
LEANDRA LAURINDO RECCO	2512	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
LEONORA MACHADO DE OLIVEIRA POSSAMAI	2510	22/02/2021 á 21/02/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
LEOCIR BRISTOT	3890	02/03/2022 á 01/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
LIANE HAHN FERNANDES	4167	18/01/2023 á 17/01/2024	02/01/2024 á 31/01/2024
LUCILA BROGNI ALBURQUERQUE	3801	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
LUCINEIA ZANATTA	1039	12/06/2022 á 11/06/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
LUCIR BORGES HILZENDEGER	1535	07/05/2022 á 06/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARCIA MARIA DE FARIAS ZANATTA	3811	27/02/2021 á 26/02/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIA HELENA GOMES ANTONELLI	3876	05/05/2022 á 04/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIA JOANA DOS SANTOS	162	28/02/2022 á 27/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIA ROSELANI BAESSO	3810	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIA TEREZINHA ZANATTA	3797	18/03/2022 á 17/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIANA MONTOVANI MANARIN MONTEIRO	3799	10/02/2021 á 09/02/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
MARIBEL HIPOLITO	152	22/03/2022 á 21/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MARILENE ZINGLER CUNN ROECKER	2513	20/01/2023 á 19/01/2024	02/01/2024 á 31/01/2024
MARLI BORGES KOINASKI	2400	21/04/2022 á 20/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
MERI TEREZINHA DE SOUZA	2338	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
NATHANA DA SILVA RAMOS	5176	04/10/2022 A 03/10/2023	02/01/2024 A 31/01/2024
NADIR BADA TRAMONTIN	2511	05/01/2022 á 04/01/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
NEUSA ROCHA	4142	05/12/2022 á 04/12/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ONESIA SILVA PAULINO	1122	02/04/2022 á 01/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
PATRICIA BOFF GRAEFF	151	01/08/2022 á 31/07/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ROSANE MEZZARI	3823	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024

ROSANE PIROLA	2562	24/05/2021 á 23/05/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
ROSANGELA FERREIRA	2349	26/06/2022 á 25/06/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ROSANIA MONTOVANI DOS SANTOS CAMPOS	277	01/07/2022 á 30/06/2022	02/01/2024 á 31/01/2024
ROSILEIA FERREIRA	2335	01/01/2023 á 31/12/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
ROZIMAR PATRICIO	188	24/02/2022 á 23/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
RUBIA FURLANETTO DE SOUZA	3906	02/03/2022 á 01/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SELOIR GOMES MACHADO	3808	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SILVANA FURLANETO PASCOALI	996	20/03/2022 á 19/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SILVANI DOS SANTOS CANDIOTTO	3978	14/07/2022 á 13/07/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SIMONE CARLESSI ISOPPO	1118	08/09/2022 á 07/09/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SIRLANE HOMEM DOS SANTOS	1533	12/05/2022 á 11/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SIRLEIA RECCO BETERLI	2341	09/04/2022 á 08/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SOLANGELA DE NONI PADILHA POSSAMAI DELA	2344	08/03/2022 á 07/03/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SONIA BEATRIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA	989	23/06/2022 á 22/06/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SUELEN TITONI ELIAS	3809	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SUSANA MEZZARI	2719	13/04/2022 á 12/04/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SUSANA POSSAMAI NART	4052	22/02/2022 á 21/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
SUSANA SCHIMIDT RANAKOSKI	3806	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
TANYA RIBEIRO SCHAUKOSKI	3859	18/02/2022 á 17/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
TOMAZIA NAZARE DE BITENCOURT	3833	10/02/2022 á 09/02/2023	02/01/2024 á 31/01/2024
VALENTINA CAMBRUZI DE BORBA	3974	06/05/2022 á 05/05/2023	02/01/2024 á 31/01/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 011/2024

Publicação Nº 5508797

PORTARIA Nº. 011 DE 02 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidora para o cargo de Auxiliar de Farmácia e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SAYANE TOMASI ELIAS no cargo de Auxiliar de Farmácia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02/01/2024 até 31/12/2024 podendo ser prorrogado, junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2022 de 30 de novembro de 2022, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Farmácia acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 02/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 02 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 012/2024

Publicação Nº 5508810

PORTARIA Nº. 012 DE 05 DE JANEIRO DE 2023.
Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispões a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido RAFAELA LINS QUADROS BITTENCOURT, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 05/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 05 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA Nº 013/2024

Publicação Nº 5508815

PORTARIA Nº. 013 DE 08 DE JANEIRO DE 2024.
Exonera servidora a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispões a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidora a pedido MICHELI BORGES KOINASKI, do cargo de DIRETOR DE CONTABILIDADE, junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir de 08/01/2024.

Jacinto Machado – (SC), 08 de Janeiro de 2024.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaguaruna

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR 007/2023 PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

Publicação Nº 5510759



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR 007/2023

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA VEM ATRAVÉS DESTA TORNAR PÚBLICO A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO EDITAL 007/2023, DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JAGUARUNA.

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Nº DA INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
02	1º	LUCINÉIA GUIMARÃES DA ROSA
03	2º	THAIZ DA SILVA TOMÉ
04	3º	HUMBERTO MENDES

Jaguaruna SC, 12 de janeiro de 2024.



Documento assinado digitalmente
FELIPE GUIMARAES DESIDERIO
Data: 09/01/2024 11:54:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FELIPE GUIMARÃES DESIDÉRIO

Secretário Municipal de Educação e Cultura de Jaguaruna



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JAGUARUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DO PRAZO DE RECURSO 4.2 DO EDITAL N. 007/2023, ONDE LÊ-SE:

4.2 Prazo para recurso será de 02 dias úteis a partir da divulgação, sendo nos dias 09/01 e 10/01/2024.

4.3 Os recursos contra a classificação deverão ser enviados através do e-mail: administrativo.educacao@jaguaruna.sc.gov.br, até o dia 11/01/2024.

LEIA-SE:

4.2 Prazo para recurso será de 02 dias úteis a partir da divulgação, sendo nos dias 15/01 e 16/01/2024.

4.3 Os recursos contra a classificação deverão ser enviados através do e-mail: administrativo.educacao@jaguaruna.sc.gov.br, até o dia 17/01/2024.

FELIPE GUIMARÃES DESIDÉRIO

Secretário Municipal de Educação e Cultura de Jaguaruna

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 001/2024/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 5508580

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 001/2024/SAMAE
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAEJSU Nº 1003/2022 de 27 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 4038, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.
- 1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.
- 1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.
- 1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 1.088,51 (mil, oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal) ano 2024.
- 1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.
- 1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 30 de junho de 2024, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.
- 1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.
- 1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

- 2.1 As inscrições estarão abertas no período de 15 a 31 de janeiro de 2024, através do envio da Ficha de Inscrição (Anexo I), Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico: estagio@samaejs.com.br;
- 2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.
- 2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

- 3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.
 - 3.1.1 Estar cursando o curso Superior em Engenharia Civil, Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental e ou Engenharia Mecânica. (01 vaga);
- 3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação, solicitado após o processo seletivo aos classificados pelo RH do SAMAE:
 - a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
 - b) Fotocópia do CPF;
 - c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
 - d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);
 - e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;
 - f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
 - g) Cartão do PIS;
 - h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7
- 3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

- 4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:
 - a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;

- b) percentual de frequência do último semestre cursado.
- 4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.
- 4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:
- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).
- 4.4 A classificação final será divulgada no dia 5 de fevereiro de 2024 após as 13 horas, por e-mail para todos os inscritos.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.
- 5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 15 de janeiro de 2024.
Madeline Durgant Tesser Espanhol
Presidente

Jean Francisco Hackbarth
Membro

Morgana Decker
Membro

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA N° 002/2024/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação N° 5508583

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA N° 002/2024/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal n° 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal n° 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAEJSU N° 1003/2022 de 27 de outubro de 2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 4038, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal n° 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.
- 1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.
- 1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.
- 1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal n° 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 1.088,51 (mil, oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal) ano 2024
- 1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal n° 2.113/1996.
- 1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 30 de junho de 2024, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.
- 1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.
- 1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

- 2.1 As inscrições estarão abertas no período de 15 a 31 de janeiro de 2024, através do envio da Ficha de Inscrição (Anexo I), Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico: estagio@samaejs.com.br;
- 2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.
- 2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

- 3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.
- 3.1.1 Estar cursando o curso Superior em Tecnologia da Informação, Ciências da Computação e ou Sistemas de Informação (01 vaga MATUTINA);
- 3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação, solicitado após o processo seletivo aos classificados pelo RH do SAMAE:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
 - b) Fotocópia do CPF;
 - c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
 - d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);
 - e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;
 - f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
 - g) Cartão do PIS;
 - h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7
- 3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação final será divulgada até no dia 5 de fevereiro de 2024 após as 14 horas, por e-mail para todos os inscritos classificados.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 15 de janeiro de 2024
Madeline Durgant Tesser Espanhol
Presidente

Jean Francisco Hackbarth
Membro

Morgana Decker
Membro

PORTARIA SAMAE Nº 006/2024

Publicação Nº 5508564

PORTARIA SAMAE Nº 006/2024
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO os termos do requerimento via Protocolo 1doc 2.139/2023 do servidor para concessão de Licença Prêmio, devidamente deferidas, do período aquisitivo de 6 de janeiro de 2014 a 5 de janeiro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 15 de janeiro de 2024, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal JOSÉ ROBERTO REINERT, matrícula 577, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 30 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2024.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 9 de janeiro de 2024.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 007/2024

Publicação Nº 5508571

PORTARIA SAMAE Nº 007/2024
Designa Servidor para exercer interinamente cargo em comissão

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 220/2018 de 21 de novembro de 2018; e

CONSIDERANDO o teor do memorando nº 012/2024, de 9 de janeiro de 2024;

RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR INTERINAMENTE, o servidor público municipal RODRIGO ALAIM SIEWERDT matrícula 529, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Informática, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO de 15 a 24 de janeiro de 2024, durante o período de férias do servidor Charles Sergio Pereira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de janeiro de 2024.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 9 de janeiro de 2024.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAE Nº 008/2024

Publicação Nº 5508574

PORTARIA SAMAE Nº 008/2024
Concede Gozo e/ou abono de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o requerimento de férias dos servidores via protocolo 1doc, devidamente autorizadas;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

Servidor	Matr	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Nº de Dias a Serem Gozadas	Nº de Dias convertido em abono pecuniário
Eleandro Santana – Agente de Operações Hidráulicas – Diretoria Técnica	551	09/01/2022 a 08/01/2023	11/01/2024 a 20/01/2024	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 10 de janeiro de 2024.
ONÉSIMO JOSÉ SELL
Diretor Presidente

Jardinópolis

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2024

Publicação Nº 5507397

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SUBSTITUIÇÃO DE CONTADOR Nº 001/2024.

CÂMARA DE VEREADORES DE JARDINÓPOLIS/SC, representada por seu Presidente, Jaime José Bortolotto, torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Substituição de Contador da Câmara Municipal de Vereadores de Jardinópolis/SC.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos, para contratação imediata, 01 (uma) vaga, a ser contratado em caráter temporário, para o cargo de CONTADOR, vinculado ao afastamento de servidor efetivo por concessão de Licença Maternidade.
- 1.2 Salário Mensal para habilitado: R\$ 4.532,53, para 20 horas semanais.
- 1.3 O contratado fará jus:
 - a) Ao auxílio-alimentação no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensal;
 - b) As férias e 13º salários proporcionais.
- 1.4 A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes no Estatuto Dos Servidores Públicos Municipal e demais leis correlatas.
- 1.5 O contratado, durante a prestação de serviço temporário, será avaliado continuamente, observado os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento de prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de no mínimo 30 (trinta) dias, conforme Lei Complementar Municipal 05/2001.
- 1.6 A seleção será realizada mediante análise curricular, avaliação de títulos, tempo de serviço prestado a órgãos públicos e empresas privadas como Contador, de caráter classificatório e eliminatório.
- 1.7 A Irregularidade ou ilegalidade constatada a qualquer tempo, em qualquer dos títulos acarretará a anulação do referido documento, bem como, na desclassificação e/ou rescisão contratual do candidato.
- 1.8 O cargo, carga horária, vaga disponível, pré-requisitos, remuneração e atribuições ao cargo serão informados no Anexo I deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO/CONTRATAÇÃO

- 2.1 Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- 2.2 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos.
- 2.3 Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos.
- 2.4 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares.
- 2.5 Possuir aptidão física e mental para o exercício das suas atribuições.
- 2.6 Não ter sido demitido ou exonerado por ato de improbidade, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.
- 2.7 Não ter sofrido penalidade por processo de sindicância ou administrativo-disciplinar.
- 2.8 Atender aos requisitos para a vaga a qual concorre e cumprir todas as determinações deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 As inscrições estarão abertas no período de 18/01/2024 à 26/01/2024, podendo ser realizada na Sede do Poder Legislativo de Jardinópolis/SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 893, Centro, Jardinópolis/SC, CEP: 89848-000, de Quarta-feira à quinta-feira das 13h às 17h ou encaminhada via e-mail para o endereço eletrônico: juridicocamarajardinopolis@gmail.com, conforme cronograma do Anexo II.
- 3.2 Não será cobrado qualquer valor a título de inscrição.
- 3.3 Para os candidatos que irão inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado de forma presencial, deverá comparecer na sede da Câmara pessoalmente no endereço, horários e prazos indicados no item 3.1 ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato, devidamente registrado em Cartório (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando em ambos os casos, os seguintes documentos:
 - 3.3.1 Formulário de Inscrição (Anexo III), devidamente preenchido e assinado.
 - 3.3.2 Cópia do documento de identidade oficial com foto: RG, CPF, CNH, Passaporte Brasileiro ou CTPS.
 - 3.3.3 Cópia do Comprovante de Residência atualizado (energia elétrica, água ou telefone) ou contrato de locação.
 - 3.3.4 Cópia do Diploma do curso superior em Ciências Contábeis (frente e verso), bem como comprovante de inscrição no CRC/SC em situação ativa.
- 3.4 Documentos Opcionais:
 - 3.4.1 Declaração de Tempo de serviço prestado a órgãos públicos como Contador, devidamente assinado e carimbado pelo órgão emissor.
 - 3.4.2 Certificado de Curso de Capacitação e/ou atualização na área de Contabilidade, carga horária mínima de 20 horas.
 - 3.4.3 Tempo de serviço registrado em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), na função de Contador.
 - 3.4.4 O regramento de pontuações de documentos apresentados no item 3.4 estão definidos na tabela do item 4.1 deste Edital.
- 3.5 As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Câmara de Vereadores o direito de excluir do processo seletivo simplificado os formulários de inscrições, currículos e formulários de relação de títulos, que estiverem preenchidos de forma incompleta, incorreta e ilegível e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.
- 3.6 A inscrição do Candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital.
- 3.7 No ato da entrega do currículo e demais documentos de comprovações de títulos, juntamente com a documentação de inscrição, não serão verificados os comprovantes das condições da participação, no entanto, o candidato que não as satisfizer, será eliminado do processo seletivo.

4. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO/TÍTULOS

- 4.1 Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos, obedecendo ao item 03 deste edital, com as seguintes

respectivas pontuações:

TÍTULOS	PONTOS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO OU MBA	10
MESTRADO	20
DOUTORADO	30
PÓS-DOUTORADO	50
CURSO DE CAPACITAÇÃO/ATUALIZAÇÃO NA ÁREA DE CONTABILIDADE (PARA CADA 20 HORAS)	01
TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À ORGÃOS PÚBLICOS COMO CONTADOR (PARA CADA 12 MESES)	05
TEMPO DE REGISTRO EM CTPS NA FUNÇÃO DE CONTADOR (PARA CADA 12 MESES)	02

4.2 As pontuações serão cumulativas para fins de classificação e desempate.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 Ocorrendo empate na classificação de candidatos serão utilizados os seguintes critérios:

- Maior tempo de serviço na área de atuação exigida;
- Maior Idade;
- Sorteio.

6. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO

6.1 Considerar-se-á classificado o candidato que, submetido ao Processo Seletivo Simplificado descrito neste Edital, satisfizer todas as condições estabelecidas.

6.2 Os candidatos aprovados fora do número de vagas, passarão a constituir um Cadastro de Reserva pelo período de 01 (um) ano após homologação da classificação final.

6.3 O resultado preliminar da classificação será divulgado no dia 01/02/2024, conforme Anexo II e será divulgado no Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial da Câmara dos Vereadores de Jardinópolis/SC.

6.4 Caberá recurso a ser interposto pelo candidato interessado, no prazo máximo de 01 (um) dia, após a divulgação do resultado da seleção preliminar da classificação.

6.4.1 Serão aceitos os recursos protocolados somente no dia 02/02/2024, no horário de funcionamento administrativo da Câmara de Vereadores das 13h às 17h.

6.5 O recurso (Anexo IV) deverá ser protocolado na Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC ou encaminhado via e-mail para o endereço eletrônico juridicocamarajardinopolis@gmail.com.

6.6 Analisados todos os recursos protocolados, será emitida a relação definitiva de classificação no dia 08/02/2024.

6.7 Os candidatos serão convocados pela Câmara de Vereadores, mediante a necessidade de vagas, observando a ordem de classificação dos candidatos.

6.8 A Classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito à contratação imediata.

6.9 O departamento interno da Câmara responsável pela contratação emitirá documentação necessária para contratação.

6.9.1 O candidato que não se apresentar no local, na data e horário pré-estabelecido, no Termo de Convocação, de posse das cópias dos documentos solicitados e originais, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

6.9.2 O candidato deverá realizar o exame admissional (ASO), com Médico do Trabalho.

6.9.3 O candidato que tiver em seu ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) como Inapto será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

6.10 O candidato, após a convocação, deverá apresentar-se à Câmara de Vereadores e não cumprindo o prazo determinado no Termo de Convocação, será considerado desistente e eliminado do Processo Seletivo.

6.11 O candidato que for convocado para assumir a vaga poderá recusá-la, mediante assinatura de termo de desistência da Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Para admissão, o convocado deverá apresentar os documentos solicitados pelo setor interno competente da Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC, bem como o ASO que ateste a aptidão física e mental para o exercício da função.

7.2 A participação do candidato no processo seletivo gera apenas a expectativa de contratação aos candidatos classificados, sendo obrigatória somente a contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas e caso permaneça a situação de necessidade temporária de excepcional interesse público que justifique o presente processo seletivo.

7.3 É reservado a Câmara de Vereadores o direito de proceder à contratação dos classificados, em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades.

7.4 Os candidatos contratados com base nesta lei contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social, cabendo à Câmara de Vereadores o recolhimento da correspondente contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

7.5 A vigência da contratação prevista neste Edital terá o prazo máximo de 01 (um) ano, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, sendo, no entanto, imediatamente encerrado e rescindido ao término do afastamento de servidor efetivo por concessão da licença.

7.6 Os casos omissos no presente Processo Seletivo Simplificado serão resolvidos pela Comissão Temporária designada na Portaria nº 08/2024 juntamente com a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC.

Jardinópolis/SC, 11 de janeiro de 2024.

JAIME JOSÉ BORTOLOTTI
Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO I

CARGO – ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS E HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
CONTADOR	20h/semanal	01 + CR*	Curso Superior em Ciências Contábeis e Registro Ativo CRC/SC	R\$ 4.532,53 + 200,00 VL*

*CR = Cadastro de Reserva
*VL = Vale Alimentação

DESCRIÇÃO DO CARGO E ATIVIDADES
Planejar o sistema de registros e operações, atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisionar e executar e adotando os procedimentos mais adequados ao seu processamento para assegurar a observância do plano de contas adotado e a fidelidade dos registros; Inspecionar regularmente a escrituração dos livros e registros, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativos; Fazer empenhos; Controlar e participar dos trabalhos de análise e conciliação de contas, Conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; Proceder e orientar a classificação e avaliação das despesas, examinando sua natureza para apropriar custos de bens e serviços; Supervisionar e executar os cálculos e registros patrimoniais, inclusive a incorporação e o desaforamento; Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas e outros demonstrativos de contas e outros demonstrativos pertinentes, aplicando as normas contábeis para apresentar resultados parciais de gestão e de resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Assessorar os superiores hierárquicos, dentre outras formas, mediante a elaboração de relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da instituição, apresentação de dados e series estatística e pareceres técnicos; Transmitir os dados contábeis ao Tribunal de Contas do estado; Acompanhar e executar o orçamento anual da câmara de vereadores; Preparar processos de Licitação; Realizar e ser responsável por todas as atividades pertinentes ao cargo, na forma da lei; Executar outras atividades compatíveis com o cargo que lhe forem determinadas pelos superiores hierárquicos.

ANEXO II
CRONOGRAMA

DATA	ATO
11/01/2024	Publicação do Edital
18/01/2024 a 26/01/2024	Período de Inscrições
01/02/2024	Publicação Classificação Preliminar
02/02/2024	Recurso contra Classificação Preliminar
08/02/2024	Homologação do Resultado Final

ANEXO III
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2024
INSCRIÇÃO Nº_____.

1 – DADOS PESSOAIS
NOME:
CPF:
RG:
DATA DE NASCIMENTO:
2 – ENDEREÇO RESIDÊNCIAL
RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
ESTADO:
WHATSAPP:
TELEFONE RESIDENCIAL:
E-MAIL:

Local, Data, de 2024.

Assinatura do Candidato(a) e/ou Procurador

ANEXO IV
REQUERIMENTO PARA RECURSO

Eu, _____, abaixo qualificado(a), inscrito(a) no RG sob o nº _____, e no CPF, sob nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2024 da Câmara de Vereadores de Jardinópolis/SC, venho, à presença de Vossa Senhoria, interpôr recurso contra o Resultado Preliminar deste Processo Seletivo, pelo(s) motivo(s) abaixo:

_____.

Local, Data de 2024.

Assinatura do Candidato(a)

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO 02/2024/PMJ - ERRATA

Publicação Nº 5508928

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D91C5D9EBE94006784DF42E0ED712C7E8C0F9F9D

ERRATA
PREFEITURA DE JOAÇABA
CONTRATO Nº 02/2024/PMJ

No extrato do CONTRATO Nº 02/2024, publicado no DOM em 12/01/2024;

ONDE SE LÊ:
"CONTRATO Nº 02/2023/PMJ "

LEIA-SE:
"CONTRATO Nº 02/2024/PMJ"

Joaçaba, 11 de janeiro de 2024.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATO 02/2024/PMJ - PL 188/2023/PMJ - CC 08/2023/PMJ

Publicação Nº 5508905

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D91C5D9EBE94006784DF42E0ED712C7E8C0F9F9D

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2024/PMJ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 188/2023/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 08/2023/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: VIGA CONSTRUÇÃO E OBRAS LTDA

OBJETO: a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para pavimentação asfáltica nas Ruas Alberto W. B. Albrescht, Albino Biagio Sganzerla, Angelina Lemos, Angelo Sganzerla, Arduino Poyer, Arnaldo Scherer, Coronel Manoel Passos Maia, das Camélias, das Margaridas, das Rosas, das Sempre Vivas, Dulce Fernandes de Queiroz, Flor de Ipê, Reinoldo Bauermann e Vidal Pereira Alves, localizadas no Bairro Jardim Cidade Alta, no Município de Joaçaba/SC.

VALOR: O Contratante compromete-se a pagar à Contratada o valor total de 2.595.683,57 (Dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos) sendo, R\$ 2.019.273,58 (Dois milhões, dezenove mil, duzentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) corresponde ao valor de material e R\$ R\$ 576.409,99 (Quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e nove reais e noventa e nove centavos) corresponde ao valor de mão de obra.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 08.001 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
Despesa: 130
Projeto Atividade: 1.207 – Pavimentação e Conservação de Vias Públicas
Dotação: 4.4.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 09 (nove) meses, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, na forma da lei a critério da Administração.

FISCAIS: Sra. JÉSSICA RINALDI (servidora) e do Sr. DENIR ZULIAN (AMMOC)
GESTOR: Sra. NAYARA DE OLIVEIRA

DATA DE ASSINATURA: 08/01/2024

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2024.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MICHEL CARLESSO AVILA - Secretário

DECRETO Nº 7.044 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509685

DECRETO Nº 7.044 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 33,V DA LEI MUNICIPAL Nº 5.628 DE 03 DE OUTUBRO DE 2023 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 194.917,52 (Cento e noventa e quatro mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro do exercício anterior de Recursos Vinculados a Educação :

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 2.049 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00. 2.571.0000.0001 (93)

Valor: R\$ 49.193,87

Proj./Ativ.: 2.050 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO MÉDIO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00. 2.571.0000.0001 (94)

Valor: R\$ 16.400,00

Proj./Ativ.: 2.162 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL - PRE ESCOLAR

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00. 2.706.3110.0614 (75)

Valor: R\$ 65.000,00

Proj./Ativ 2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00. 2.569.0000.0000 (57)

Valor: R\$ 23.300,00

Proj./Ativ 2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00. . 2.569.0000.0000 (50)

Valor: R\$ 23.382,01

Proj./Ativ 2.083 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00. . 2.552.0000.0000 (88)

Valor: R\$ 17.641,64

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 10 de Janeiro de 2024.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

PORTARIA Nº 4.571

Publicação Nº 5508091

PORTARIA Nº 4.571 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, das funções de Diretor de Controle Interno, nível FC1-A, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, para exercer as funções de Coordenador de Controle Interno, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.572

Publicação Nº 5508099

PORTARIA Nº 4.572 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BIANCA ROSADO DALL AGNOL, Técnico de Administração, das funções de Controlador Interno, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BIANCA ROSADO DALL AGNOL, Técnico de Administração, para exercer as funções de Controlador Interno, nível FC-2, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.573

Publicação Nº 5508102

PORTARIA Nº 4.573 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EMANUELLE BIOLCHI, Técnico de Administração, das funções de Controlador Interno, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EMANUELLE BIOLCHI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Controlador Interno, nível FC-2, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.574

Publicação Nº 5508105

PORTARIA Nº 4.574 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JONATHAN ZANG MARTELLI, Técnico de Administração, das funções de Controlador Interno, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JONATHAN ZANG MARTELLI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Controlador Interno, nível FC-2, vinculado a Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública, de acordo com o art. 21

da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.575

Publicação Nº 5508107

PORTARIA Nº 4.575 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VANIA BRANDALIZE, Advogado, das funções de Procurador Geral Adjunto, nível FC-1, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VANIA BRANDALIZE, Advogado, para exercer as funções de Procurador Geral Adjunto, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.576

Publicação Nº 5508109

PORTARIA Nº 4.576 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA CAROLINA PEREIRA, Técnico de Administração, das funções de Assistente Legislativo, nível FC-1, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA CAROLINA PEREIRA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente Legislativo, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.577

Publicação Nº 5508110

PORTARIA Nº 4.577 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANDRE LUIZ DRI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Executivo Fiscal, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANDRE LUIZ DRI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Executivo Fiscal, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.578

Publicação Nº 5508111

PORTARIA Nº 4.578 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) DIEGO TONIAL, Advogado, das funções de Assistente de Procedimentos Administrativos, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) DIEGO TONIAL, Advogado, para exercer as funções de Assistente de Procedimentos Administrativo, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.579

Publicação Nº 5508112

PORTARIA Nº 4.579 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, Advogado, para exercer as funções de Assistente de Processos Administrativos e Disciplinares, nível FC-2, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto

no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.580

Publicação Nº 5508114

PORTARIA Nº 4.580 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIO CESAR DE SOUZA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Coordenador do Procon, nível FC-1, vinculado a Procuradoria Geral do Município, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.581

Publicação Nº 5508115

PORTARIA Nº 4.581 DE 03 DE JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JAISON STRAPASSOLA, Arquiteto, das funções de Chefe do Serviço de Projetos e Orçamento, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JAISON STRAPASSOLA, Arquiteto, para exercer as funções de Chefe do Serviço de Projetos e Orçamento, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.582

Publicação Nº 5508119

PORTARIA Nº 4.582 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, das funções de Chefe de Infraestrutura Urbana, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, para exercer as funções de Chefe de Infraestrutura Urbana, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.583

Publicação Nº 5508123

PORTARIA Nº 4.583 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CARLOS KALBFLEISCH, Operador de Máquinas, das funções de Chefe de Obras Viárias e Drenagem, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CARLOS KALBFLEISCH, Operador de Máquinas, para exercer as funções de Chefe de Obras Viárias e Drenagem, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.584

Publicação Nº 5508125

PORTARIA Nº 4.584 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MATHEUS FELIPE SURDI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Serviço de Controle das Multas de Trânsito, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MATHEUS FELIPE SURDI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Serviço de Controle das Multas de Trânsito, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura,

de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024. Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.585

Publicação Nº 5508127

PORTARIA Nº 4.585 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCI TEREZINHA HEBERLE, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Gerenciamento de Contratos e Defesa Civil, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCI TEREZINHA HEBERLE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Gerenciamento de Contratos e Defesa Civil, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.586

Publicação Nº 5508128

PORTARIA Nº 4.586 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WUEST DABROWSKI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor Fiscal Agrícola, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WUEST DABROWSKI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor Fiscal Agrícola, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.587

Publicação Nº 5508130

PORTARIA Nº 4.587 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) REMY GROSS, Operador de Máquinas, das funções de Chefe dos Serviços de Ajardinamento, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) REMY GROSS, Operador de Máquinas, para exercer as funções de Chefe dos Serviços de Ajardinamento, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.588

Publicação Nº 5508134

PORTARIA Nº 4.588 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARCELO MANTOVANI, Engenheiro Agrônomo, das funções de Chefe de Fiscalização e Serviços Ambientais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARCELO MANTOVANI, Engenheiro Agrônomo, para exercer as funções de Chefe de Fiscalização e Serviços Ambientais, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.589

Publicação Nº 5508138

PORTARIA Nº 4.589 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) WILLIAM SCHMITZ GUGEL, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Transportes, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) WILLIAM SCHMITZ GUGEL, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Transportes, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.590

Publicação Nº 5508140

PORTARIA Nº 4.590 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NELSON BOTTCHER, Mecânico Ajustador, das funções de Chefe dos Serviços de Distribuição e Transporte de Materiais, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NELSON BOTTCHER, Mecânico Ajustador, para exercer as funções de Chefe de Oficina, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.591

Publicação Nº 5508144

PORTARIA Nº 4.591 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, das funções de Chefe de Obras e Infraestrutura Rural, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALDECIR VALENTIN DAROLD, Motorista, para exercer as funções de Coordenador de Obras e Infraestrutura Rural, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.592

Publicação Nº 5508148

PORTARIA Nº 4.592 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutico Bioquímico / Analista Clínico, das funções de Chefe do Laboratório Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA FRANKE, Farmacêutico Bioquímico / Analista Clínico, para exercer as funções de Chefe do Laboratório Municipal, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.593

Publicação Nº 5508149

PORTARIA Nº 4.593 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, das funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutico, para exercer as funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.594

Publicação Nº 5508151

PORTARIA Nº 4.594 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CHAIANE DAL PRA, Enfermeiro, das funções de Chefe da Atenção Básica, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CHAIANE DAL PRA, Enfermeiro, para exercer as funções de Chefe da Atenção Básica, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de

dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.595

Publicação Nº 5508158

PORTARIA Nº 4.595 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JESIEL DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Agendamento Viagens TFD, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JESIEL DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Transporte, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.596

Publicação Nº 5508160

PORTARIA Nº 4.596 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FABIANO COLOMBO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.597

Publicação Nº 5508164

PORTARIA Nº 4.597 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RENATA HOLETZ NAVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Almoxarifado, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RENATA HOLETZ NAVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Almoxarifado, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.598

Publicação Nº 5508168

PORTARIA Nº 4.598 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Acompanhamento de Convênios, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Coordenação Administrativa, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.599

Publicação Nº 5508200

PORTARIA Nº 4.599 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BARBARA BROLLO PICULI DE CARVALHO, Enfermeiro, das funções de Chefe da Vigilância Epidemiológica e Dengue, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BARBARA BROLLO PICULI DE CARVALHO, Enfermeiro, para exercer

as funções de Chefe da Vigilância Epidemiológica, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.600

Publicação Nº 5508203

PORTARIA Nº 4.600 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIANA ZOPELETTTO, Enfermeiro, das funções de Chefe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIANA ZOPELETTTO, Enfermeiro, para exercer as funções de Chefe de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.601

Publicação Nº 5508205

PORTARIA Nº 4.601 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANGELA SIGNORI PAIMELL, Enfermeiro, das funções de Chefe do Programa DST/AIDS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANGELA SIGNORI PAIMELL, Enfermeiro, para exercer as funções de Chefe do Programa DST/AIDS, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.602

Publicação Nº 5508206

PORTARIA Nº 4.602 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUISA CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO, Enfermeiro, das funções de Chefe de Controle Administrativo CAPS, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUISA CAVALCANTI CARNEIRO MONTEIRO, Enfermeiro, para exercer as funções de Chefe de Controle Administrativo CAPS, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.603

Publicação Nº 5508226

PORTARIA Nº 4.603 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SIMONE ROVER ZARPELON, Psicólogo, para exercer as funções de Chefe de Coordenação de Psicologia, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024 e conforme memorando nº 06/2024 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.604

Publicação Nº 5508229

PORTARIA Nº 4.604 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) TAILISE CRISTINA KOPP, Agente de Combate as Endemias, para exercer as funções de Chefe de Endemias, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024 e conforme memorando nº 06/2024 da Secretaria

Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.605

Publicação Nº 5508232

PORTARIA Nº 4.605 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JEFERSON GUILHERME BERNARDI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Fiscalização de Parcerias, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JEFERSON GUILHERME BERNARDI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Fiscalização de Parcerias, nível FC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.606

Publicação Nº 5508235

PORTARIA Nº 4.606 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIVANIA CARVALHO DA SILVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Imprensa, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIVANIA CARVALHO DA SILVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Imprensa, nível FC-2, vinculado a Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.607

Publicação Nº 5508240

PORTARIA Nº 4.607 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EDUARDO DE CARLI BORTOLI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EDUARDO DE CARLI BORTOLI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Acompanhamento Orçamentário, nível FC-2, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.608

Publicação Nº 5508242

PORTARIA Nº 4.608 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Coordenação Técnica Esportiva, nível FC-1, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Coordenação Técnica Esportiva, nível FC-2, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.609

Publicação Nº 5508247

PORTARIA Nº 4.609 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIANA BELOTO MOREIRA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Coordenação Administrativa, nível FC-1, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIANA BELOTO MOREIRA, Técnico de Administração, para exercer

as funções de Chefe de Coordenação Administrativa, nível FC-2, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.610

Publicação Nº 5508251

PORTARIA Nº 4.610 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALERIA TERESINHA FERREIRA, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, das funções de Chefe de Desenvolvimento de Modalidades Esportivas, nível FC-1, vinculado a Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.611

Publicação Nº 5508252

PORTARIA Nº 4.611 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr(a) RUTE CARDOSO DA ROCHA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr(a) RUTE CARDOSO DA ROCHA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.612

Publicação Nº 5508254

PORTARIA Nº 4.612 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JULIO CEZAR ALBERGUINI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.613

Publicação Nº 5508257

PORTARIA Nº 4.613 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.614

Publicação Nº 5508258

PORTARIA Nº 4.614 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CRISTIANE MARTENDAL FACIN, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowski, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CRISTIANE MARTENDAL FACIN, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowski, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.615

Publicação Nº 5508259

PORTARIA Nº 4.615 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DANIELI DEBUS, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DANIELI DEBUS, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.616

Publicação Nº 5508260

PORTARIA Nº 4.616 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) MARGARETE DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) MARGARETE DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.617

Publicação Nº 5508261

PORTARIA Nº 4.617 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GABRIELA PEREIRA ZANINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GABRIELA PEREIRA ZANINI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.618

Publicação Nº 5508262

PORTARIA Nº 4.618 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) TATIANE APARECIDA POLO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Menino Deus, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) TATIANE APARECIDA POLO, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Menino Deus, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.619

Publicação Nº 5508264

PORTARIA Nº 4.619 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Nível III (Mestrado), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CLAUDIA MARIEN ARNHOLD, Professor Nível III (Mestrado), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.620

Publicação Nº 5508282

PORTARIA Nº 4.620 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JULIANA GASPARINI MOTT, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JULIANA GASPARINI MOTT, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.621

Publicação Nº 5508284

PORTARIA Nº 4.621 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.622

Publicação Nº 5508291

PORTARIA Nº 4.622 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JANAITA DALMORO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JANAITA DALMORO, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.623

Publicação Nº 5508299

PORTARIA Nº 4.623 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.624

Publicação Nº 5508306

PORTARIA Nº 4.624 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELIANE ALVES CARDOSO, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.625

Publicação Nº 5508312

PORTARIA Nº 4.625 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.626

Publicação Nº 5508320

PORTARIA Nº 4.626 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor Geral de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor Geral de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.627

Publicação Nº 5508324

PORTARIA Nº 4.627 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CANDIDA APARECIDA DA ROSA PADILHA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor Geral de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CANDIDA APARECIDA DA ROSA PADILHA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Diretor Geral de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.628

Publicação Nº 5508330

PORTARIA Nº 4.628 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) FLAVIA REGINA COLUSSO PICOLLI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente Geral de Ensino, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) FLAVIA REGINA COLUSSO PICOLLI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente Geral de Ensino, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.629

Publicação Nº 5508331

PORTARIA Nº 4.629 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) IVONE DAGHETTI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) IVONE DAGHETTI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.630

Publicação Nº 5508335

PORTARIA Nº 4.630 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) BRUNA MARIA BARANCELLI ALVES, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.631

Publicação Nº 5508343

PORTARIA Nº 4.631 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CRISTIANE TURRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CRISTIANE TURRA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.632

Publicação Nº 5508351

PORTARIA Nº 4.632 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) SANDRA SCHINDLER ZANELLA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) SANDRA SCHINDLER ZANELLA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.633

Publicação Nº 5508355

PORTARIA Nº 4.633 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELISABETH SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ELISABETH SCHNEIDER, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.634

Publicação Nº 5508358

PORTARIA Nº 4.634 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.635

Publicação Nº 5508361

PORTARIA Nº 4.635 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DIELE TRINDADE, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) DIELE TRINDADE, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.636

Publicação Nº 5508363

PORTARIA Nº 4.636 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ROSANGELA APARECIDA GOULART RIBEIRO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ROSANGELA APARECIDA GOULART RIBEIRO, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.637

Publicação Nº 5508369

PORTARIA Nº 4.637 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CAROLINE BRUNONI, Professor Nível III (Mestrado), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CAROLINE BRUNONI, Professor Nível III (Mestrado), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.638

Publicação Nº 5508371

PORTARIA Nº 4.638 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GERUSA SCAPINI SLONGO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GERUSA SCAPINI SLONGO, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.639

Publicação Nº 5508373

PORTARIA Nº 4.639 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GIZELI ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) GIZELI ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.640

Publicação Nº 5508374

PORTARIA Nº 4.640 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Acervo Bibliográfico, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) JOSIANNE HEIL PITOL MAESTRI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Acervo Bibliográfico, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.641

Publicação Nº 5508376

PORTARIA Nº 4.641 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CHAYANE FREITAS, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Recursos Humanos da Educação, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) CHAYANE FREITAS, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Recursos Humanos da Educação, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.642

Publicação Nº 5508386

PORTARIA Nº 4.642 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, das funções de Assistente do Controle e Distribuição de Merenda Escolar, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente do Controle e Distribuição de Merenda Escolar, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.643

Publicação Nº 5508388

PORTARIA Nº 4.643 DE 03 DE JANEIRO DE 2024

"EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Sr.(a) ANA PAULA VANZ ONEDA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente Geral de Ensino, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.644

Publicação Nº 5508391

PORTARIA Nº 4.644 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) AGNES PARIZOTTO, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Dívida Ativa, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) AGNES PARIZOTTO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Dívida Ativa, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.645

Publicação Nº 5508395

PORTARIA Nº 4.645 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA ENDERLE, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Pregoeiro, nível FC-2, vinculado à a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA ENDERLE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Administração, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.646

Publicação Nº 5508397

PORTARIA Nº 4.646 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA PADOVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Cadastro de IPTU, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ANA PAULA PADOVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Cadastro de IPTU, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.647

Publicação Nº 5508401

PORTARIA Nº 4.647 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BRUNO ROGERIO DA ESPADA, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) BRUNO ROGERIO DA ESPADA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Tesouraria, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.648

Publicação Nº 5508405

PORTARIA Nº 4.648 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CAMILA SALARDI FUTINA, Técnico de Administração, das funções de Pregoeiro, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CAMILA SALARDI FUTINA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Compras, Licitações e Contratos, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.649

Publicação Nº 5508406

PORTARIA Nº 4.649 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, das funções de Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e

Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.650

Publicação Nº 5508409

PORTARIA Nº 4.650 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ELIANE APARECIDA CERON VIER, Contador, das funções de Chefe do Serviço de Contabilidade, nível FC-1A, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) ELIANE APARECIDA CERON VIER, Contador, para exercer as funções de Coordenador do Serviço de Contabilidade, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.651

Publicação Nº 5508415

PORTARIA Nº 4.651 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FERNANDA BRAGA, Contador, das funções de Chefe de Patrimônio, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FERNANDA BRAGA, Contador, para exercer as funções de Coordenador do Setor de Planejamento e Orçamento, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.652

Publicação Nº 5508417

PORTARIA Nº 4.652 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JANE TEREZINHA BALBINOTE, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Administração, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JANE TEREZINHA BALBINOTE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Licitações, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.653

Publicação Nº 5508419

PORTARIA Nº 4.653 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JOHNNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO, Técnico de Administração, das funções de Assistente da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JOHNNY GEORGE OLIVEIRA DE CARVALHO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor da Unidade de Acompanhamento Orçamentário, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.654

Publicação Nº 5508420

PORTARIA Nº 4.654 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIANA DARTORA BESBATI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Serviço da Folha de Pagamento, nível FC-1A, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo

com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIANA DARTORA BESBATI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Coordenador do Serviço da Folha de Pagamento, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.655

Publicação Nº 5508427

PORTARIA Nº 4.655 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LEANDRA OMILDE COSTENARO, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Administração, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LEANDRA OMILDE COSTENARO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Administração, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.656

Publicação Nº 5508430

PORTARIA Nº 4.656 DE 04 JANEIRO DE 2024

“TRANSFERE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Celebração de Parcerias, nível FC-1, vinculado ao Gabinete do Prefeito, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. TRANSFERIR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 3º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Celebração de Parcerias, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.657

Publicação Nº 5508431

PORTARIA Nº 4.657 DE 04 JANEIRO DE 2024

"TRANSFERE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUANA RATTI CADORE, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Convênios e Prestação de Contas, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. TRANSFERIR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUANA RATTI CADORE, Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 3º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUANA RATTI CADORE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Convênios e Prestação de Contas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.658

Publicação Nº 5508432

PORTARIA Nº 4.658 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCIMAR BOSCATO, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Tesouraria, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCIMAR BOSCATO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Tesouraria, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.659

Publicação Nº 5508433

PORTARIA Nº 4.659 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUIZ FERNANDO VACCARI, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Tecnologia da Informação / Cidade Digital, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUIZ FERNANDO VACCARI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Tecnologia da Informação / Cidade Digital, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.660

Publicação Nº 5508443

PORTARIA Nº 4.660 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIA OLIVIA BELOTTO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Administração, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARIA OLIVIA BELOTTO, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Administração, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.661

Publicação Nº 5508446

PORTARIA Nº 4.661 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MURILO MARQUEZ, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Arrecadação, nível FC-2, vinculado à a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da

Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MURILO MARQUEZ, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Arrecadação, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.662

Publicação Nº 5508447

PORTARIA Nº 4.662 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) PATRICIA DE OLIVEIRA COMIM, Técnico de Administração, das funções de Assistente do Setor de Fiscalização de Parcerias, nível FC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) PATRICIA DE OLIVEIRA COMIM, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor do Setor de Fiscalização de Parcerias, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.663

Publicação Nº 5508449

PORTARIA Nº 4.663 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RAFAEL MARTINI VEIGA, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Gestão de Pessoas, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RAFAEL MARTINI VEIGA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Gestão de Pessoas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.664

Publicação Nº 5508451

PORTARIA Nº 4.664 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SILVANA ROSA LIMA, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Administração, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SILVANA ROSA LIMA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Administração, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.665

Publicação Nº 5508453

PORTARIA Nº 4.665 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) TUAINE VIECELI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Setor de Licitações, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) TUAINE VIECELI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe do Setor de Licitações, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.666

Publicação Nº 5508455

PORTARIA Nº 4.666 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALDINEIA GISELE BATISTA DA COSTA, Técnico de Administração, das funções de Gestor de Fomentos, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALDINEIA GISELE BATISTA DA COSTA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Gestor de Fomentos, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.667

Publicação Nº 5508459

PORTARIA Nº 4.667 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAM, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Almoxarifado, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAM, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Almoxarifado, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.668

Publicação Nº 5508461

PORTARIA Nº 4.668 DE 04 JANEIRO DE 2024

“NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) VANESSA FEDRIGO TOSATTI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Administração, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.669

Publicação Nº 5508463

PORTARIA Nº 4.669 DE 04 DE JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FATIMA PRANDO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, das funções de Chefe do Setor das Oficinas Artísticas, nível FC-1, vinculado a Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FATIMA PRANDO, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, para exercer as funções de Chefe do Setor das Oficinas Artísticas, nível FC-2, vinculado a Secretaria de Comunicação, Cultura, Turismo e Eventos, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.670

Publicação Nº 5508469

PORTARIA Nº 4.670 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CAREN SCALABRIN, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Tramitação de Processos, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CAREN SCALABRIN, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Tramitação de Processos, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.671

Publicação Nº 5508471

PORTARIA Nº 4.671 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CLAUDETE FATIMA BARBIERI, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Estudos e Pesquisas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CLAUDETE FATIMA BARBIERI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Estudos e Pesquisas, nível FC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.672

Publicação Nº 5508472

PORTARIA Nº 4.672 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Técnico de Administração, das funções de Chefe dos Serviços de Avaliação de Imóveis, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) CRISTINA ALVES PADILHA BERNARDINI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe dos Serviços de Avaliação de Imóveis, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.673

Publicação Nº 5508476

PORTARIA Nº 4.673 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Topografia, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EMANUEL RICARDO DAROLD DA SILVA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Topografia, nível FC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.674

Publicação Nº 5508478

PORTARIA Nº 4.674 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI, Engenheiro Civil, das funções de Chefe de Obras Privadas, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI, Engenheiro Civil, para exercer as funções de Chefe de Obras Privadas, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.675

Publicação Nº 5508480

PORTARIA Nº 4.675 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIO CESAR BISSANI, Técnico de Administração, das funções de Chefe de Relacionamento Empresarial, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIO CESAR BISSANI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe de Relacionamento Empresarial, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSE OTAVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.676

Publicação Nº 5508482

PORTARIA Nº 4.676 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NEREU DE ARAUJO, Motorista, das funções de Assessor Técnico do Aeroporto, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NEREU DE ARAUJO, Motorista, para exercer as funções de Assessor Técnico do Aeroporto, nível FC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.677

Publicação Nº 5508484

PORTARIA Nº 4.677 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NEWDIBERTO NIWALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, das funções de Chefe Central de Fiscalização, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) NEWDIBERTO NIWALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Chefe Central de Fiscalização, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTAVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.678

Publicação Nº 5508486

PORTARIA Nº 4.678 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RICARDO FELIPE MASSIGNANI, Engenheiro Civil, das funções de Chefe de Planejamento Urbano, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o

art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RICARDO FELIPE MASSIGNANI, Engenheiro Civil, para exercer as funções de Chefe de Planejamento Urbano, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.679

Publicação Nº 5508487

PORTARIA Nº 4.679 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA ZUGE, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Cartografia e Geoprocessamento, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA ZUGE, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Cartografia e Geoprocessamento, nível FC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.680

Publicação Nº 5508488

PORTARIA Nº 4.680 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SUSANA RODRIGUES BARBOSA DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Prestação de Contas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) SUSANA RODRIGUES BARBOSA DE OLIVEIRA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Prestação de Contas de Contratos e Convênios Governamentais, nível FC-3, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.681

Publicação Nº 5508490

PORTARIA Nº 4.681 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS, Profissional de Educação Física, das funções de Chefe de Execução dos Programas Sociais, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS, Profissional de Educação Física, para exercer as funções de Chefe de Execução dos Programas Sociais, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.682

Publicação Nº 5508493

PORTARIA Nº 4.682 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS ALEXANDRETTI, Técnico de Administração das funções de Assistente de Instâncias Deliberativas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) FRANCIELI PATRICIA DOS SANTOS ALEXANDRETTI, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Instâncias Deliberativas, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.683

Publicação Nº 5508495

PORTARIA Nº 4.683 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) GEIZA MULLER MICHELON, Técnico de Administração, das funções de Assistente de Atividades Sociais e Recreativas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) GEIZA MULLER MICHELON, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assessor de Atividades Sociais e Recreativas, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.684

Publicação Nº 5508496

PORTARIA Nº 4.684 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) INGRID VANESSA STOCK, Assistente Social, das funções de Chefe de Habitação Social e Regularidade Fundiária, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e Lei Complementar nº 406 de 18 de março de 2020.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) INGRID VANESSA STOCK, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe de Habitação Social e Regularidade Fundiária, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.685

Publicação Nº 5508498

PORTARIA Nº 4.685 DE 04 JANEIRO DE 2024

“EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIANA CHIAMULERA, Assistente Social, das funções de Chefe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) JULIANA CHIAMULERA, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.686

Publicação Nº 5508499

PORTARIA Nº 4.686 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LARISSA NOVELLO, Psicólogo, das funções de Chefe de Proteção Social Básica, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LARISSA NOVELLO, Psicólogo, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Básica, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.687

Publicação Nº 5508500

PORTARIA Nº 4.687 DE 04 JANEIRO DE 2024
"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCAS MARQUES, Psicólogo, das funções de Chefe de Proteção Social Especial de Média Complexidade, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) LUCAS MARQUES, Psicólogo, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Especial de Média Complexidade, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.
JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.688

Publicação Nº 5508501

PORTARIA Nº 4.688 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARISTELA ROSA ABATI SCHULER, Assistente Social, das funções de Assistente de Projetos da Área do Idoso, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARISTELA ROSA ABATI SCHULER, Assistente Social, para exercer as funções de Assessor de Projetos e Serviços da Área do Idoso, nível FC-3, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.689

Publicação Nº 5508506

PORTARIA Nº 4.689 DE 04 JANEIRO DE 2024

"EXONERA / NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,
RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 01 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RUBIA KAREN PROVENSI, Assistente Social, das funções de Chefe de Vigilância, Monitoramento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) RUBIA KAREN PROVENSI, Assistente Social, para exercer as funções de Coordenador de Vigilância Socioassistencial, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSE OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.690

Publicação Nº 5508508

PORTARIA Nº 4.690 DE 04 JANEIRO DE 2024

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 02 de janeiro de 2024, o(a) Servidor(a) MARCELINO ZUFFO, Monitor Social, para exercer as funções de Encarregado de Serviço Especializado de Abordagem Social, nível FC-4, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 500 de 01 de janeiro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024, obedecido o disposto

no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2024.

JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PLASS

CONTRATO Nº 23/2024 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2024 - PLASS

Publicação Nº 5508734

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7BEEE2DC6D23F2B655C054A2C21F47C62B58194E

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2024/PLASS PROVENIENTE DO PL Nº 03/2024/PLASS DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2024/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: HAHMEIER & BURGHAUSEN SOFTWARES LTDA.

Objeto: O presente contrato tem por objeto locação do software do Sistema de Saúde, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - PLASS, conforme Termo de Dispensa de Licitação nº 01/2024/PLASS.

Dotação: ÓRGÃO: 26.001

Despesa: 6 Aplicações Diretas

Projeto atividade: 2.220 Administrações do Plano de Saúde e Assistência Social do Servidor

3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

Vigência: O presente instrumento terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

Fiscal: DIANE CARINA MATANA

Data da assinatura: 11/01/2024

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

CONTRATADA
CNPJ/MF sob o nº 14.952.452/0001-88

CONTRATO Nº 23/2024 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2023 - PLASS

Publicação Nº 5509306

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2024/PLASS
PROVENIENTE DO PL Nº 18/2023/PLASS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024/PLASS**

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL.

Objeto: Pelo presente, a Contratada prestará os serviços constantes na Resolução nº. 13/2023, editada pelo Conselho de Administração do PLASS, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS HOSPITALARES; na Resolução nº. 04/2023, editada pelo Conselho de Administração, e na Tabela CBHPM Edição 2016 com redução de 15% (quinze por cento) sobre o porte e custo operacional, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS; na Tabela CBHPM Edição 2010, correspondente a especialidade de: RESSONÂNCIA MAGNÉTICA; e na tabela CBHPM Edição 2016, com redução de 30% (trinta por cento) sobre o porte e custo operacional, correspondente a especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM (RAIO-X, DENSITOMETRIA ÓSSEA, MAMOGRAFIA, ULTRASSOM E TOMOGRAFIA), na tabela CBHPM Edição 2010 com fator de redução de 20% sobre o porte e custo operacional, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA e na Resolução nº. 12/2023, editada pelo Conselho de Administração do PLASS, correspondente a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS, ou outras que vierem a substituí-las.

Dotação: ÓRGÃO: 26.001

Despesa: 6 Aplicações Diretas

Projeto atividade: 2.220 Administrações do Plano de Saúde e Assistência Social do Servidor

3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

Vigência: O presente instrumento terá vigência por 60 (sessenta) meses, prorrogáveis por até 120 meses, a contar de 01 de janeiro de 2024.

Fiscal: DIANE CARINA MATANA

Data da assinatura: 02/01/2024

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

CONTRATADA

CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0002-82

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2024 - PLASS

Publicação Nº 5508819



PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS
CNPJ 07.146.181/0001-08
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
Fone: (49) 3527-8804
E-mail: plassjba@gmail.com
www.plass.sc.gov.br

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2023 – PLASS**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 – PLASS****1 – DO OBJETO**

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: **MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.**

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de **adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2023/PLASS**, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no art. 78, I da Lei 14.133/2021.

3 – DA CREDENCIADA

- **ALEXSSANDRA JORGE – ME**, CNPJ sob nº 19.657.459/0001-90, tendo como representante legal a Sra. ALEXSSANDRA JORGE, estabelecida na Rua Frei Edgar, 138 – Sala 502, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ALINE D'CASSIA BROCARD & CIA LTDA**, CNPJ sob nº 04.866.333/0001-59, tendo como representante legal a Sra. ALINE D'CASSIA BROCARD, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 415, Térreo, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **BRUNA SANGUANINI**, CNPJ sob nº 46.234.127/0001-76, tendo como representante legal a Sra. BRUNA SANGUANINI, estabelecida à Rua Amadeu Bordin, nº 144, Bairro Boa Vista, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CAMILA ZAGO ODONTOLOGIA HUMANIZADA LTDA.**, CNPJ sob nº 02.307.039/0001-81, tendo como representante legal a Sra. CAMILA D'ACAMPORA REIS ZAGO, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 371, Térreo, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLÍNICA DENTÁRIA MAESTRI LTDA.**, CNPJ sob nº 02.395.685/0001-48, tendo como representante legal, o Sr. ADILSON BEVILAQUA MAESTRI, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 180, Ed. Itamaraty, Sl. 203, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLÍNICA DURAN S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 04.719.074/0002-14, tendo como representante legal a Sra. LUCIANA SILVA FUGA DURAN, estabelecida na Travessa Luiz Delfino, 55, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLÍNICA ODONTOLÓGICA COSTENARO E SIFFERT S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 07.233.998/0001-13, tendo como representante legal, o Sr. BRUNO SIFFERT TORRES COUTO, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 974, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLÍNICA ODONTOLÓGICA PILATI LTDA.**, CNPJ sob nº 04.849.815/0001-09, tendo como representante legal a Sra. CIBELI PILATI DA SILVA, estabelecida à Av. XV de Novembro, nº 371, Sl. 101, Edifício Erma Center, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLINICA WESOLOSKI LTDA.**, CNPJ sob nº 01.869.923/0001-47, tendo como representante legal, o Sr. ROBERTO FRANCISCO WESOLOSKI, estabelecida Av. XV de Novembro, nº 371, Sala 104, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLINIDENT CLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA.**, CNPJ sob nº 04.741.929/0001-22, tendo como representante legal o Sr. LEANDRO JOSE DALLANORA, estabelecida na Rua Getúlio, 595, Térreo, Centro, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS**

CNPJ 07.146.181/0001-08
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
Fone: (49) 3527-8804
E-mail: plassjba@gmail.com
www.plass.sc.gov.br

- **CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA.**, CNPJ sob nº 13.775.271/0001-60, tendo como representante legal, a Sra. LEANDRA ZÍLIO DO PRADO, estabelecida à Av. Barão do Rio Branco, Ed. Prime Offices, Sl. 804, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ESPAZO DENTI CONSULTÓRIO LTDA.**, CNPJ sob nº 26.438.652/0001-04, tendo como representante legal, o Sr. ALEXANDER LITTIG, estabelecida na Rua Salgado Filho, nº 415, Térreo, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **FRANCIO ORTODONTIA LTDA.**, CNPJ sob nº 26.101.144/0001-28, tendo como representante legal, o Sr. GUSTAVO HENRIQUE DURAN, estabelecido Rua Frei Edgar, nº 138, Sl. 506, Edifício Unique Office, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ORALCENTER LTDA.**, CNPJ sob nº 08.360.832/0001-20, tendo como representante legal, a Sra. NATALIA BRUNA ZANELATO, estabelecida Rua Santos Dumont, 193, Centro, no Município de Herval D'Oeste, SC, CEP 89.610-000.
- **CLÍNICA DE PAOLI LTDA.**, CNPJ sob nº 01.918.602/0001-95, tendo como representante legal a Sra. ADRINA ROVANI DE PAOLI, estabelecido à Rua Floriano Peixoto, 207, Térreo, Bairro Centro na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLÍNICA DE PSICOLOGIA FERNANDA BRANCO LTDA.**, CNPJ sob nº 51.044.577/0001-36, tendo como representante legal a Sra. FERNANDA DE OLIVEIRA BRANCO, estabelecida à Av. XV de Novembro, 180, Sl. 801, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CYNDI DE PAULI INSTITUTO CATAVENTO LTDA.**, CNPJ sob nº 26.840.440/0001-40, tendo como representante legal a Sra. CYNDI DE PAULI, estabelecido à Rua Aparício Lemes, 195, Monte Belo, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **IVETE CHAVES DOS SANTOS SCAPINI SOCIEDADE UNIPessoal DE PSICOLOGIA LTDA.**, CNPJ sob nº 47.211.122/0001-90, tendo como representante legal a Sra. IVETE CHAVES DOS SANTOS SCAPINI, estabelecido à na Rua Francisco Lindner, 101, Bairro Centro na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **NATHALIA MORES - ME**, CNPJ sob nº 20.554.639/0001-26, tendo como representante legal a Sra. NATHALIA MORES, estabelecida à Av. XV de Novembro, 180, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **SCHINATO REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ sob nº 13.543.457/0001-94, tendo como representante legal a Sra. JULIANA SCHINATO, estabelecido à Rua Dulce Fernandes de Queiroz, 70 Apto 303, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ALLA VITA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA – ME.**, CNPJ sob nº 28.015.115/0001-79, tendo como representante legal a Sra. CAROLINE MOREIRA LOPES, estabelecido à Av. Barão do Rio Branco, 104, Edifício Comercial Prime Office, Sala 906, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CEFISIO – CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA.**, CNPJ sob nº 80.913.544/0001-83, tendo como representante legal o Sr. CELSO KIYOSHI TAKEMOTO, estabelecido à Rua Roberto Trompowski, 250, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CENTRO DE REABILITAÇÃO ACQUAFISIO LTDA – ME**, CNPJ sob nº 05.501.194/0001-22, tendo como representante legal o Sr. JOÃO ALUISIO PRONER, estabelecido Rua Angelo Antonio Michelin, nº 64, Centro, no Município de Herval d'Oeste, SC, CEP 89.610-000.
- **DORE CLINICA DE FISIOTERAPIA E POSTUROLOGIA LTDA – ME**, CNPJ sob nº 20.762.632/0001/08, tendo como representante legal o Sr. ALMIR FRANCISCO DORE JUNIOR,



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS**

CNPJ 07.146.181/0001-08

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone: (49) 3527-8804

E-mail: plassjba@gmail.com

www.plass.sc.gov.br

estabelecido Rua Roberto Trompowski 194, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.

- **E. BRUNETTO - CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 26.295.525/0001-95, tendo como representante legal a Sra. ERLI BRUNETTO, estabelecido à Av. Barão do Rio Branco, 615, 4º Andar, Sala 402, Edifício Vita Sana, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-00.
- **FISIOTERAPIA HOSPITALAR E HOMECARE SS LTDA.**, CNPJ sob nº 10.796.782/0001-70, tendo como representante legal o Sr. SILVANO ALTAIR DO NASCIMENTO, estabelecido à Rua Edvino Weiss, 66, Bairro Flor da Serra, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **KEILLA KARLOH ME.**, CNPJ sob nº 05.830.705/0001-50, tendo como representante legal a Sra. KEILLA KARLOH, estabelecido Rua Santos Dumont, 658, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **PROFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 09.504.022/0001-63, tendo como representante legal a Sra. ARACELI MOTT, estabelecido à Rua Frei Edgar, 138, 4º Andar, Sala 405, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **R & E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA. – ME.**, CNPJ sob nº 27.216.259/0001-20, tendo como representante legal a Sra. EMANUELLI CORA, estabelecido à Av. XV de Novembro, nº 179, Edifício Royal Sollarys, 2º Andar, Sala 13, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA.**, CNPJ sob nº 10.424.429/0001-60, tendo como representante legal o Sr. EDERSON LUIZ TOPANOTTI DA SILVA, estabelecido à Hercílio Luz, 54 Sala 01, Centro, no Município de Luzerna, SC, CEP 89.609-000.
- **CENTRO DE RADIODIAGNÓSTICO SÃO MIGUEL S/C LTDA.**, CNPJ sob nº 01.093.022/0001-06, tendo como representante legal o Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ, estabelecido Av. Santa Terezinha, nº 275, Sala 10, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **SERVITOM – SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORPO INTEIRO JOAÇABENSE S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 80.627.979/0001-61, tendo como representante legal o Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ, estabelecido Av. Santa Terezinha, nº 275, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ULTRASONOGRAFIA E RADIOLOGIA GUTTIERREZ S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 80.640.717/0001-37, tendo como representante legal o Sr. LUCIO ZACARIAS GOMES GUTTIERREZ, estabelecido Av. Santa Terezinha, nº 275, Sala 11, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **QRZ SAÚDE LTDA.**, CNPJ sob nº 10.476.495/0001-83, tendo como representante legal o Sr. ROBERTO ZÍLIO, estabelecido à Av. Santa Terezinha, nº 275, subsolo, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **SENDIG - SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 11.587.319/0001-81, tendo como representante legal o Sr. WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 275, Anexo ao Hospital São Miguel, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **AUDI PROTESES – APARELHOS AUDITIVOS LTDA. ME**, CNPJ sob nº 14.055.452/0002-66, tendo como representante legal Sra. CRISTIANE MOREIRA DOS SANTOS SOUZA, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 243, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ELISANGELA SARTORI**, CNPJ sob nº 03.314.113/0001-50, tendo como representante legal, a Sra. ELISANGELA SARTORI, estabelecido na Rua Getúlio Vargas, nº 540, Edifício Joaçaba Tower, Sala 303, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS**

CNPJ 07.146.181/0001-08

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone: (49) 3527-8804

E-mail: plassjba@gmail.com

www.plass.sc.gov.br

- **HUMANITY CLÍNICA MULTIUPROFISSIONAL LTDA.**, CNPJ sob nº 45.805.336/0001-60, tendo como representante legal a Sra. BIANCA LOPES SAGAS, estabelecido à Rua Nereu Ramos, nº 426, Edifício Vilmar More, Sala 14, Centro, no Município de Herval D'Oeste, SC, CEP 89.610-000.
- **BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL**, CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, tendo como representante legal o Sr. ANDRE BRUCKMANN, estabelecido à Rua Marechal Deodoro, 915, Centro, no Município de Concórdia, SC, CEP 89.670-001.
- **CLÍNICA REVIVER**, CNPJ sob nº 01.728.890/0001-15, tendo como representante legal o Sr. ROSSANO ZANCHI, estabelecido à Rua Frei Albino Alberto Benemann, 01, Bairro Diamantina, no Município de Ibicaré, SC, CEP 89.640-000.
- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC**, CNPJ sob nº 84.592.369/0009-88, tendo como representante legal o Sr. JOVANI ANTÔNIO STEFFANI, estabelecido à Rua Barão do Rio Branco, 600, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 84.587.963/00001-23, tendo como representante legal o Sr. MIGUEL IGOR RUSSOWSKI, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 275, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICENTE**, CNPJ sob nº 75.444.471/0001-98, tendo como representante legal a Sra. VANIA MARA DIESEL DEITOS, estabelecido à Rua Frei João, 450, Centro, na cidade de Luzerna, SC, CEP 89.609-000.
- **CARDIOLIFE – CLÍNICA CARDIOLÓGICA S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 15.032.431/0001-07, tendo como representante legal o Sr. PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 275 Salas 306, 307 e 309, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA - ME**, CNPJ sob nº 76.311.943/0001-05, tendo como representante legal a Sra. CRISTIANE PATZLAFF, estabelecido Av. XV de Novembro, nº 409, Edifício Bahia, 3º Andar, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLINICA FEMINA LTDA. ME**, CNPJ sob nº 05.934.261/0001-00, tendo como representante legal, o LUCIO SAAVEDRA TERAN, estabelecido à Av. XV de Novembro, 180, salas 102 e 103, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **IMAGGIO EDICINA DIAGNÓSTICA LTDA.**, CNPJ sob nº 12.083.918/0001-20, tendo como representante legal o Sr. RODOLPHO LUIZ DE FARIA MARSICO, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 452, Centro, no Município de Campos Novos, SC, CEP 89.620-000.
- **INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO – EIRELI.**, CNPJ sob nº 17.294.345/0001-06, tendo como representante legal o Sr. CLEBER PRIMO, estabelecido à Av. Barão do Rio Branco, 704 Sala 01 Edifício Royal Center, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **JOAÇABA SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS LTDA. - SIIM**, CNPJ sob nº 01.788.037/0001-99, tendo como representante legal o Sr. CARLOS FRAZATTO NETTO, estabelecido na Av. Santa Terezinha, 275, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **PROCARDIO S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 02.509.885/0001-84, tendo como representante legal o Sr. MARCELO FRAGA SILVEIRA, estabelecido à Av. barão do Rio Branco, 552, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **RUGGERO CARON & CIA LTDA.**, CNPJ sob nº 04.566.166/0001-20, tendo como representante legal o RUGGERO CARON, estabelecido à Av. Santa Terezinha, nº 243, 5 Andar, Sala 504, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.



**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS**

CNPJ 07.146.181/0001-08

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone: (49) 3527-8804

E-mail: plassjba@gmail.com

www.plass.sc.gov.br

- **VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 05.947.562/0001-60, tendo como representante legal o Sr. LEONARDO LUIZ DALL’ OGLIO FUGA, estabelecido à Av. XV de Novembro, nº 143, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.**, CNPJ sob nº 04.419.357/0001-60, tendo como representante legal o Sr. CHRISTIAN OURIQUES BREDÁ, estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 388, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **JLM LABORATÓRIO LTDA.**, CNPJ sob nº 10.934.806/0001-00, tendo como representante legal a Sra. ELISETE APARECIDA CARLOH MICHAUT, estabelecido à Rua Frei Edgar, 129, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **LABORATÓRIO SÃO MIGUEL S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 80.625.742/0001-41, tendo como representante legal a Sra. SILVIA VERONICA RUSSOWSKI HERTER, estabelecido à Av. Santa Terezinha, nº 285, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **NADIA APARECIDA LORENCETTE ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA.**, CNPJ sob nº 01.880.521/0001-43, tendo como representante legal a Sra. NADIA APARECIDA LORENCETTE, estabelecido à Rua Salgado Filho, 446, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA.**, CNPJ sob nº 78.491.172/0001-00, tendo como representante legal o Sr. GLAUCIO GRANDO GALLI, estabelecido à Av. XV de Novembro, 138, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ORAL. MD – CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA ME**, CNPJ sob nº 20.030.994/0001-04, tendo como representante legal o Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, estabelecida na Av. XV de Novembro, 371 Edifício Erma Center, 10º Andar, Sala 1003, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **DIGIORAL RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA LTDA. – ME**, CNPJ sob nº 27.378.737/0001-07, tendo como representante legal a Sra. ELIANE DE FÁTIMA SEGALIN BIAZUS CORTINA, estabelecida Av. Santa Terezinha, 275 Sala 317 Subsolo 01, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **JAMILE CASTAGNARO**, CNPJ sob nº 43.516.873/0001-64, tendo como representante legal a Sra. JAMILE CASTAGNARO, estabelecida à Av. Barão do Rio Branco, nº 448, sala 103, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA S/S LTDA.**, CNPJ sob nº 03.790.422/0001-04, tendo como representante legal o Sr. GUILHERME OMIZZOLO, estabelecida Av. Santa Terezinha, nº 243, 5º Andar, Sala 502, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **PSICOVIDA – CLÍNICA DE PSICOLOGIA, CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA – ME**, CNPJ sob nº 09.644.321/0001-01, tendo como representante legal a Sra. DILENE MIRIAM NORDIO, estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 1441, Sala 01, Edifício Salvador Dali, Cruzeiro do Sul, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **EGGER & MACEDO CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA.**, CNPJ sob nº 34.642.521/0001-64, tendo como representante legal, a Sra. ISIS FERNANDES DE MACEDO EGGER, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 243, Edifício Centro Profissional, Sala 307, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **MOVE CONSULTÓRIO MÉDICOS LTDA.**, CNPJ sob nº 37.657.779/0001-22, tendo como representante legal o Sr. ATHOS FLAVIO SANTIAGO NEVES, estabelecido à Av. Barão do Rio Branco, 615, 4º Andar, Sala 402, Edifício Vita Sana, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-00.



PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS
CNPJ 07.146.181/0001-08
Av. XV de Novembro, 378 – Centro
89600-000 - Joaçaba – SC
Fone: (49) 3527-8804
E-mail: plassjba@gmail.com
www.plass.sc.gov.br

- **CLINISAM SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI**, CNPJ sob nº 18.892.452/0001-90, tendo como representante legal o Sr. RODNEI BERTAZZI SAMPIETRO, estabelecido à Rua Frei Edgar, 138, Edifício Unique Office, 2º Andar, Sala 203, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA E MEDICINA PERIOPERATÓRIA DE JOAÇABA LTDA.**, CNPJ sob nº 24.387.155/0001-90, tendo como representante legal o Sr. DOUGLAS PELLIZZARO, estabelecido à Av. Barão do Rio Branco, 552, Sala 3, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **ANDRE MAURICIO GUERREIRO**, CNPJ sob nº 37.721.989/0001-32, tendo como representante legal o Sr. ANDRE MAURICIO GUERREIRO, estabelecido à Rua Frei Edgar, 138, Sl. 401, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.
- **CLINIMED – CLÍNICA MÉDICA CAPINZAL S/S**, CNPJ sob nº 02.070.739/0002-86, tendo como representante legal o Sr. SERGIO DE OLIVEIRA MONETEIRO, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 243 Sala 03 e 04, Centro, na cidade de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

ÓRGÃO: 26.001

Despesa: 6 Aplicações Diretas

Projeto atividade: 2.220 Administrações do Plano de Saúde e Assistência Social do Servidor

3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 14.133, em especial o disposto no art. 78, I.

Joaçaba (SC), em 28 de dezembro de 2023.

JULIO CESAR

BISSANI:829004

93900

Assinado de forma digital
por JULIO CESAR

BISSANI:82900493900

Dados: 2024.01.05

18:45:49 -03'00'

**PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO**

DE JOAÇABA(SC) – PLASS

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

Jupirá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26

Publicação Nº 5508176

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JUPIRÁ

CNPJ: 01.593.132/0001-37 Telefone: (49) 3341-0000
Endereço: Rua Rio Branco, 320 - Centro
CEP: 89839-000 - Jupirá / SC

Pregão presencial
27/2023

Número Processo: 38/2023

Data do Processo: 15/12/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2023

No dia 11/01/2024 compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE JUPIRÁ, Estado de SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº01593132000137, com sede administrativa localizada na Rua Rio Branco, 320Centro, nesta cidade de Jupirá/SC

representado pelo Sr. VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, inscrito no cpf sob o nº98620738968,

doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação 38/2023 na modalidade de Pregão presencial que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU, PARA COLHEITA DE SILAGEM NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO TRATOR DE PNEU, COLHEDORA DE FORRAGEM E CARRETO AGRÍCOLA COM OPERADORES, CONFORME DESCRIÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO). Dessa maneira em conformidade com as especificações constantes no edital.

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 8.903/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU, PARA COLHEITA DE SILAGEM NESTE MUNICÍPIO, INCLUINDO TRATOR DE PNEU, COLHEDORA DE FORRAGEM E CARRETO AGRÍCOLA COM OPERADORES, CONFORME DESCRIÇÃO DOS ITENS NO ANEXO I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO).

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente da transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Participante: AGROJUPI COM. E TRANSPORTES LTDA-ME

Nº	Descrição	Marca	Un.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATOR AGRÍCOLA COM EQUIPAMENTO ENTRE 1,00MT E 1,20MT	null	HR	1.000,000	R\$315,0000	R\$315.000,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TRATOR AGRÍCOLA COM EQUIPAMENTO ENTRE 2,20MT E 2,60MT PARA COLHEITA DE SILAGEM	null	HR	1.000,000	R\$735,0000	R\$735.000,00

Total do Participante: R\$1.050.000,00

Total Geral: R\$1.050.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1 Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.2.2 Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será do dia 11/01/2023 até 10/01/2025, sendo possível as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração

Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados conforme Edital, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida indentificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: controleinterno@jupia.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretária.

8.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.8. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.9. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

11.1.1. Advertência**11.1.2. Multa**

- a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, na entrega dos produtos ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 20%;
- b) 10% (dez por cento) em caso da não entrega dos produtos, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

11.1.3. Suspensão

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) Não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não manter a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

11.1.4. Impedimento

11.1.4.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mativer a proposta com o Município de Jupiá pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-se e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

11.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantindo o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

11.5. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jupiá para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

Assinatura:

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura da empresa:

(AGROJUPI COM. E TRANSPORTES LTDA-ME)

Lacerdópolis

PREFEITURA

TERMO DE ADITIVO N. 01/2024

Publicação Nº 5507715

TERMO ADITIVO N. 01/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 04/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2022
PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2022
CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari

CONTRATADA: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.094.629/0001-36 com sede à rua La-ges, nº 323, Centro, CEP: 89.201-205, no município de Joinville – SC, representada por seu Diretor Presidente HOLDEMAR ALVES e por seu Diretor Financeiro UGINO NOLLI JUNIOR doravante simplesmente designada contratada.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n. 8.666/93, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Contratação, contratação, com recursos próprios e/ou vinculados, através da Secretária Municipal de Administração e da Secretaria Mu-nicipal de Saúde e Assistência Social, para o exercício de 2023, por 12 (onze) meses, de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (recicláveis e/ou orgânicos) provenientes da prestação de serviços na área da saúde e das áreas urbana e rural do Município de Lacerdópolis, cuja descrição, quantidade, valor máximo e condições estão abaixo:

ITEM	QNT. (mês)	DESCRIÇÃO	PERÍODO	LOCAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	12	Até 500 litros ao mês, provenientes da prestação de serviços na área da saúde, Quinzenal Secretaria Municipal de Saúde e Assistência So-cial, classificados em função de suas características e consequentes riscos que podem acarretar ao meio ambiente e à saúde, dos Grupos A e E (infectantes/ biológicos) e os do Grupo B (medicamentos Ven-cidos), de acordo com a RDC ANVISA n. 306/04, Resolução CONAMA n. 358/05 e demais normas aplicáveis.	Quinzenal	Secretaria Municipal de Saúde e Assis-tência a Social	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO DO TERMO ADITIVO

O presente termo aditivo tem como objeto:

1º - A prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 13 de janeiro de 2024 e encerrando-se em 13 de janeiro de 2025.

2º - O reajuste de preço contratual, nos termos do tópico 3.5 do contrato, conforme especificado abaixo:

O INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses é 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento).
O valor do reajuste corresponde à R\$ 48,12 (quarenta e oito reais e doze centavos).
O valor a ser pago mensal passa a ser de R\$ 1.298,13 (mil, duzentos e noventa e oito reais e treze centavos).
O valor total do contrato, considerando o valor de reajuste e o prazo de renovação (12 meses), é R\$ 15.577,56 (quinze mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Os efeitos financeiros vigoram a partir da data de publicação deste Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DESPESA

O contratante empenhará as despesas decorrentes deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

ORGAO 10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01-SERVIÇOS DE SAÚDE
Proj/At.10.301.1012.2.058-MANUT. VEICULOS, CONS., DEMAIS DESP.
Compl.Elem. 3.3.90.39.28.00.00.00 - Coleta de Lixo e Demais Resíduos
Recurso 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde CLÁUSULA QUARTA – AUTORIZAÇÃO E FUNDAMENTO

O presente termo aditivo decorre de autorização expressa do prefeito e encontra amparo legal no art. 57, inciso II da Lei n. 8.666/93, bem como na Cláusula Quarta do contrato.

A empresa contratada apresentou toda a documentação comprovando a regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, além de ter solicitado a prorrogação (documentos anexos).

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Município de Lacerdópolis/SC, 09 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC SÉRGIO LUIZ CALEGARI PREFEITO	AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAM. HOLDEMAR ALVES DIRETOR PRESIDENTE
CONTRATANTE	CONTRATADA
AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAM. E SANEAMENTO LTDA UGINO NOLLI JUNIOR DIRETOR FINANCEIRO	FUNDO DE SAÚDE DE LACERDÓPOLIS TICIANA GORETI MOREIRA SECRETÁRIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL FISCAL E GESTOR DO CONTRATO
CONTRATADA	

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

DECRETO N° 20.689/2024

Publicação N° 5508348

DECRETO N° 20.689, de 09 de janeiro de 2024.

Estabelece pontos facultativos no decorrer do ano de 2024, no âmbito dos Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta do município de Lages, nas seguintes datas:

- I – 12 de fevereiro;
- II - 13 de fevereiro;
- II – 31 de maio;
- III – 16 de agosto;
- IV – 28 de outubro.

Art. 2º. Permanecem com atendimento 24hs:

- a) Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24hs – localizada na Av. Brasil, Bairro Universitário;
- b) Saúde na Mão Lages – telefone 0800 444 3355.

Art. 3º. Excluem-se do disposto no artigo 1º, as atividades essenciais da Secretaria da Saúde, e as demais Secções que desempenham funções e serviços indispensáveis à coletividade.

Art. 4º. Cabe aos titulares dos Órgãos, nas respectivas áreas de competência, o cumprimento no disposto neste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 09 de janeiro de 2024; 258º ano da Fundação e 164º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

ERRATA CONTRATO N.º 181/2019 - DL 32/2019 - ARISTOTELES WALTRICK FILHO - SMEL

Publicação N° 5509049

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ERRATA CONTRATO N.º 181/2019 – DL 32/2019

ONDE SE LÊ:

[...]

CONTRATO N° 03/2019

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: ARISTOTELES WALTRICK FILHO, inscrito no CPF 020.936.859-49, residente e domiciliado à Rua Lauro Muller, 636, apto nº 121, residencial Mont Blanc, Centro, CEP 88.501-130, Lages/SC.

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Secretária Sra. Ivana Elena Michaltchuk, portadora do CPF nº 465.744.509-00 doravante denominado LOCATÁRIO de outro lado ARISTOTELES WALTRICK FILHO, portador do CPF nº 020.936.859-49, que assina ao final, de ora em diante denominado LOCADOR, resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 18/2019, decorrente da Dispensa de Licitação nº 02/2019, correlato ao Processo Administrativo nº 03/2019, homologada em 18/01/2019, consoante as seguintes cláusulas:

LEIA-SE:

[...]

CONTRATO N° 181/2019

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

LOCADOR: ARISTOTELES WALTRICK FILHO, inscrito no CPF 020.936.859-49, residente e domiciliado à Rua Lauro Muller, 636, apto nº 121, residencial Mont Blanc, Centro, CEP 88.501-130, Lages/SC.

O MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Secretária Sra. Ivana Elena Michaltchuk, portadora do CPF nº 465.744.509-00 doravante denominado LOCATÁRIO de outro lado ARISTOTELES WALTRICK FILHO, portador do CPF nº 020.936.859-49, que assina ao final, de ora em diante denominado LOCADOR, resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 18/2019, decorrente da Dispensa de Licitação nº 32/2019, correlato ao Processo Administrativo nº 03/2019, homologada em 18/01/2019, consoante as seguintes cláusulas:

As demais cláusulas ora contratadas permanecem inalteradas.

Lages, 11 de janeiro de 2023..

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

Laguna

FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE - FLAMA

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE 01/2024

Publicação Nº 5508520



FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

Gabinete da Presidência

EXTRATO

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PENALIDADE

Decisão Administrativa de Penalidade: 001/2024/FLAMA**Processo Administrativo:** 368/2019

Dispositivo: Baseado nas evidências coletadas, é **confirmada a infração ambiental** pelo lançamento inadequado de efluentes nos moldes do art. 62 do Decreto nº 6.514/2008. Verifica-se ainda que a infração se **agrava** pela (art. 43 Lei Municipal 2293/2022) II - o infrator ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária; IV - a infração ter produzido consequência grave ao meio ambiente; V - o infrator deixar de tomar as providências ao seu alcance, quando tiver conhecimento do ato lesivo ao meio ambiente; VI - o infrator ter agido com dolo; VII - a infração ter atingido áreas sob proteção legal; VIII - a localização, o tipo e o porte do empreendimento; IX - a infração atingir os corpos hídricos, as áreas de preservação permanente e suas respectivas áreas de influência. **MULTA** Conforme as diretrizes do Decreto nº 6.514/2008, considerando a gravidade da infração e os impactos ambientais, aplico a multa prevista no Auto de Infração Ambiental n. 403 atualizada pelo índice IPCA Ainda, verifico a incidência circunstâncias agravantes previstas nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, IX do art. 42 da Lei Municipal n. 2293/2022 e art. 37 da portaria conjunta n. 143/2019, desta forma **majoro** a multa aplicada nos moldes dos arts. 37, alíneas "a", "d", e "g", art. 50 inc. I, II e IV e art. 114, inc. VIII da portaria conjunta n.143/2019 CPMA/IMA c/c art. 66 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 totalizando o valor de **R\$ 88.917,24 (oitenta e oito mil, novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos).**

Data de assinatura: 10/01/2024.

Laguna, 11 de janeiro de 2024

DENER VIEIRA NASCIMENTO

Presidente

Matrícula n. 7799-02

Avenida Colombo Machado Sales – 145 – Centro – Centro Administrativo Tordesilhas CNPJ:
08.381.102/0001-06 - Fone: 3644-5538 – Laguna/SC - CEP: 88790-000
protocoloflama@laguna.sc.gov.br

Assinado por 1 pessoa: DENER VIEIRA NASCIMENTO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://laguna.1doc.com.br/verificacao/D757-9E21-4D44-44B0> e informe o código D757-9E21-4D44-44B0





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D757-9E21-4D44-44B0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DENER VIEIRA NASCIMENTO (CPF 082.XXX.XXX-00) em 11/01/2024 18:07:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC FCDL SC v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://laguna.1doc.com.br/verificacao/D757-9E21-4D44-44B0>

Lauro Muller

PREFEITURA

PORTARIA 01/2024 FHHL

Publicação Nº 5507818

Lauro Muller, 11 de janeiro de 2024.

Portaria nº 01/2024

Regina Ramos Antunes, Diretora Geral da Fundação de Saúde de Lauro Muller, no uso de suas atribuições instituídas na Lei Municipal nº 1.944/2017 e suas alterações, bem como fundamento no Estatuto da Fundação de Saúde de Lauro Muller,

RESOLVE:

- Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, FELIPE MOREIRA DE LIZ, ocupante do cargo de Enfermeiro junto à Fundação de Saúde de Lauro M-ller.
- Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Regina Ramos Antunes
Diretora Geral
Fundação Hospitalar Henrique Lage

PROCESSO SELETIVO 06/2023 EDUCACAO - HOMOLOGACAO FINAL

Publicação Nº 5508423

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2024 - Retificação do Edital nº 012/2023, Resultado dos Recursos e Homologação Final

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RETIFICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR: tendo em vista que o relatório de Classificação Final Preliminar divulgado anteriormente no Edital nº 012/2023, não considerou o item 8.3.1 do Edital nº 06/2023, onde consta que para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 - Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade, fica RETIFICADO o referido relatório para os cargos de: Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, Professor Auxiliar de Classe, Professor Artes - Habilitado, Professor Educação Infantil - Habilitado e Professor Ensino Fundamental I - Habilitado, passando a ser o que consta no Anexo I deste Edital. Os demais cargos permanecem inalterados.
2. RESULTADO DOS RECURSOS: conforme pareceres da Banca Examinadora, foram julgados improcedentes os recursos impetrados. Os pareceres da Banca Examinadora estarão disponíveis na Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes a partir de 11/01/2024.
3. HOMOLOGAÇÃO FINAL: do Processo Seletivo Simplificado para todos os cargos, conforme relatórios, Anexos II e III deste Edital, está divulgado no Mural da Secretaria Municipal de Educação e dos Esportes, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.lauromuller.sc.gov.br.

Município de Lauro M-ller, 10 de janeiro de 2024.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2024
ANEXO I - CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR - RETIFICADO

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS P
200347	CRISLAINE SILVIA DE SOUZA	12,00	8,00	32,00	52,00	10,00	62,00	1
200056	ELOISE BORGES	4,00	8,00	28,00	40,00	20,00	60,00	2
200120	BIANCA BEZ BATTI	4,00	12,00	32,00	48,00	10,00	58,00	3
200229	ELOIZA HOFFMANN	8,00	16,00	32,00	56,00		56,00	4
200216	JOICE GIRARDI	4,00	16,00	16,00	36,00	18,50	54,50	5
200247	DEBORA TOMAZ	8,00	8,00	28,00	44,00	10,00	54,00	6

#200291	DULCINEIA MARIA MARTINS	12,00	12,00	28,00	52,00		52,00	7
#200179	ANDRIELE COELHO MAZON	4,00	16,00	32,00	52,00		52,00	8
200363	DANIELA ZANIN NESI	4,00	8,00	28,00	40,00	10,00	50,00	9
200057	GREICI LOCATELLI FERNANDES	4,00	12,00	24,00	40,00	10,00	50,00	10
200210	ANA CARLA ELIAS	8,00	12,00	20,00	40,00	10,00	50,00	11
200044	DIANA STEFEN MORGAN	4,00	16,00	20,00	40,00	10,00	50,00	12
200041	BRUNA DA SILVA LONGUINHO	8,00	12,00	20,00	40,00	9,00	49,00	13
200005	ANA LIDIA LUCIANO DOS SANTOS	4,00	4,00	28,00	36,00	10,00	46,00	14
200213	MARILZA PADILHA PEREIRA LEOPOLDO	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	15
200011	MARA FRANCIELI PEREIRA	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	16
200314	LETICIA FONTANELA FELIZARDO	8,00	8,00	20,00	36,00	10,00	46,00	17
200360	WALERIA FERREIRA FREITAS	4,00	12,00	28,00	44,00		44,00	18
200137	ROSANI DUARTE	8,00	4,00	20,00	32,00	10,00	42,00	19
#200368	MARIA APARIDA ALVES PEREIRA	12,00	8,00	20,00	40,00		40,00	20
#200133	EDILENE	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	21
#200332	MARCIA MOSCHEN DA SILVA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	22
200032	VIVIANI FERREIRA BELTRAME COELHO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	23
200095	MARIA ZULMIRA CORREA	8,00	4,00	24,00	36,00		36,00	24
200248	ANDRESA MAZON ACORDI	8,00	4,00	24,00	36,00		36,00	25
200310	LUANA ALVES LIBANO	8,00	8,00	20,00	36,00		36,00	26
200315	ALICE VICENTE DA SILVA	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	27
200080	GABRIELA DE SOUZA	8,00	12,00	16,00	36,00	0,00	36,00	28
200296	JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	4,00	24,00	32,00	0,00	32,00	29
200258	MONIELY NUNES LUIZ	12,00	4,00	16,00	32,00	0,00	32,00	30
200352	NERIVANI PADILHA ZATTA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	31
200140	ALEXANDRA OLIVEIRA VIEIRA	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	32
200006	IVANI MARIA MATOS CASSAO	8,00	8,00	8,00	24,00	0,00	24,00	33

PROFESSOR AUXILIAR DE CLASSE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS P
200239	ROZANA FELIZARDO MANOEL	12,00	8,00	28,00	48,00	10,00	58,00	1
200153	GEOVANNA DALSASSO MEDEIROS	4,00	16,00	28,00	48,00	10,00	58,00	2
200084	DHENIFER MICHELY SILVA GARCIA	8,00	16,00	24,00	48,00	9,50	57,50	3
200056	ELOISE BORGES	4,00	8,00	24,00	36,00	20,00	56,00	4
200216	JOICE GIRARDI	4,00	16,00	16,00	36,00	18,50	54,50	5
200057	GREICI LOCATELLI FERNANDES	4,00	12,00	28,00	44,00	10,00	54,00	6
200120	BIANCA BEZ BATTI	4,00	12,00	28,00	44,00	10,00	54,00	7
200207	CAMILA MENDES	4,00	8,00	28,00	40,00	10,00	50,00	8
200347	CRISLAINE SILVIA DE SOUZA	12,00	8,00	20,00	40,00	10,00	50,00	9
200044	DIANA STEFEN MORGAN	4,00	16,00	20,00	40,00	10,00	50,00	10
200179	ANDRIELE COELHO MAZON	4,00	16,00	28,00	48,00		48,00	11
200281	TALITA LIMAS CUCOLOTTO	8,00	16,00	24,00	48,00		48,00	12
200245	JAQUELINE DA SILVA NEZI	8,00	4,00	32,00	44,00	2,00	46,00	13
200213	MARILZA PADILHA PEREIRA LEOPOLDO	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	14
200288	CAMILA BRUCH VELHO	12,00	8,00	16,00	36,00	10,00	46,00	15
200363	DANIELA ZANIN NESI	4,00	8,00	20,00	32,00	10,00	42,00	16
200011	MARA FRANCIELI PEREIRA	4,00	8,00	20,00	32,00	10,00	42,00	17
200382	VALQUIRIA MARIOT	8,00	4,00	28,00	40,00		40,00	18
200136	VIVIANE CORREA CORREIA	8,00	8,00	24,00	40,00		40,00	19
200315	ALICE VICENTE DA SILVA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	20
200340	ANA REGINA DA SILVA MACHADO	4,00	16,00	20,00	40,00	0,00	40,00	21
200269	FERNANDA SANTOS CORREA DIAS	12,00	16,00	12,00	40,00		40,00	22
200272	TAIS REGINA PEREIRA GAZOLLA	4,00	8,00	8,00	20,00	20,00	40,00	23
200062	JULIA ELIAS	4,00	8,00	16,00	28,00	10,00	38,00	24
200314	LETICIA FONTANELA FELIZARDO	8,00	8,00	12,00	28,00	10,00	38,00	25
#200368	MARIA APARIDA ALVES PEREIRA	12,00	8,00	16,00	36,00		36,00	26
#200310	LUANA ALVES LIBANO	8,00	8,00	20,00	36,00		36,00	27
#200133	EDILENE	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	28
200301	NATALIA CARRER ALBINO	4,00	4,00	24,00	32,00		32,00	29
200095	MARIA ZULMIRA CORREA	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	30
200248	ANDRESA MAZON ACORDI	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	31

200344	TAMIRIS BONADEU	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	32
200032	VIVIANI FERREIRA BELTRAME COELHO	12,00	8,00	12,00	32,00	0,00	32,00	33
200081	SUELEN SOUSA GAMA	12,00	8,00	12,00	32,00	0,00	32,00	34
200296	JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	4,00	16,00	24,00	0,00	24,00	35
200352	NERIVANI PADILHA ZATTA	4,00	4,00	16,00	24,00		24,00	36
200006	IVANI MARIA MATOS CASSAO	8,00	8,00	8,00	24,00	0,00	24,00	37
200214	LETICIA GOMES MARTINS	8,00	8,00	8,00	24,00		24,00	38

PROFESSOR ARTES - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS P
#200264	SONIA MARIA ROSSI	8,00	16,00	28,00	52,00	5,00	57,00	1
#200208	JESSICA NIENOW BELTRAME MENDES	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	2
200371	JUANITA DE MORAES SCHAMBECK	12,00	12,00	32,00	56,00	0,00	56,00	3
200312	JAMILLY DE FREITAS AMERICO PALADINI	4,00	20,00	28,00	52,00		52,00	4
200346	ANGELICA R BELTRAME	12,00	4,00	20,00	36,00		36,00	5
200058	MARIA DE LOURDES R. CESCONETO	8,00	8,00	4,00	20,00	0,00	20,00	6

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS P
200155	JUCIMARA DE MEDEIROS	12,00	16,00	28,00	56,00	5,00	61,00	1
200391	JANAINE SPRICIGO	8,00	8,00	36,00	52,00	5,00	57,00	2
200209	FLAVIANA GOULART CAMILO	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	3
200074	CRISTIANA OLIVEIRA SANTOS GONCALVES	8,00	16,00	28,00	52,00	5,00	57,00	4
200335	ANA LUIZA DA ROSA SIMIANO	16,00	8,00	24,00	48,00	5,00	53,00	5
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	6
200273	KATRYN APARECIDA BONADEO	4,00	12,00	28,00	44,00	5,00	49,00	7
200280	GABRIELLI DE SOUZA PADILHA	4,00	12,00	28,00	44,00	5,00	49,00	8
200022	JAQUELINE SIBERINO	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	9
200328	JESSICA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	10
200204	DAIANE SPRICIGO	4,00	16,00	24,00	44,00	5,00	49,00	11
200261	IZAMARA CRISTINA HEINZEN	4,00	16,00	24,00	44,00	5,00	49,00	12
200086	PALOMA BENEDET	16,00	8,00	20,00	44,00	5,00	49,00	13
200160	DEBORA PESCADOR CERON	8,00	20,00	16,00	44,00	5,00	49,00	14
200065	HELLEN MAGDA MAURICIO	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	15
200142	ROSANE CANDIDO	12,00	8,00	20,00	40,00	5,00	45,00	16
200108	PATRICIA MARTINS CACHOEIRA	8,00	12,00	20,00	40,00	5,00	45,00	17
200188	JULIE ANE HEINZEN	8,00	12,00	20,00	40,00	5,00	45,00	18
200088	JUCILIANA VELHO	8,00	16,00	16,00	40,00	5,00	45,00	19
200064	LUZIA MARIOT	4,00	12,00	28,00	44,00	0,00	44,00	20
200060	NIMARLENE FONTANELA CROTTI	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	21
200240	ANA MARIA NESI ANTUNES	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	22
200205	ROSANGELA TOMAZ ANTONIO	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	23
200146	LUANA GERMANO DA SILVA	4,00	8,00	24,00	36,00	5,00	41,00	24
200092	ANDREIZA DIAS JOSE	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	25
200268	LAIS DA ROSA	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	26
200303	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	27
200123	PRISCILA DA SILVA MARTINHO	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	28
200162	MARIELE MUTINI DALEFFE	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	29
200276	BRAIANE MARIA CASTAGNETI	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	30
200069	KARINE ELLER ARGENIO	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	31
200085	JUCIMARA FELISBINO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	32
200083	DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	33
200372	HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	34
200124	SAMARA DA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	5,00	41,00	35
200180	ROSTENNE GUIMARAES COSTA GOMES LEANDRO	16,00	8,00	12,00	36,00	5,00	41,00	36
200325	ALINE FARIAS ALVES	12,00	12,00	12,00	36,00	5,00	41,00	37
200379	EVANIR GOULART	8,00	16,00	12,00	36,00	5,00	41,00	38
#200401	MARIA JANETE RAULINO	8,00	16,00	16,00	40,00		40,00	39
#200389	PATRICIA MADEIRA DA SILVA	8,00	4,00	28,00	40,00		40,00	40
#200193	HELLEN ALVES ESPINDOLA BELTRAME	4,00	8,00	28,00	40,00		40,00	41
#200110	BRUNA NATAELE DOS SANTOS	8,00	8,00	24,00	40,00	0,00	40,00	42

#200395	MIRIAM SILVA SCOTTI	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	43
#200163	FRANCIANE MADEIRA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	44
#200238	CAROLINA FIGUEIREDO ABELO PEDROSO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	45
#200114	JAQUELINE SILVANO ANTUNES	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	46
#200159	NATALIA ESTEVAO	8,00	12,00	20,00	40,00		40,00	47
#200075	EDNA KAMERS	4,00	16,00	20,00	40,00	0,00	40,00	48
200390	LUCILENE VIEIRA RIZZI	4,00	20,00	16,00	40,00	0,00	40,00	49
#200256	ANDREA DORIS TANCREDO BENEDET	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	50
#200250	ELANEA DE ARAUJO	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	51
#200187	BELISA NAVA	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	52
#200096	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	53
#200251	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	54
#200295	MAIANA DELLA GIUSTINA	8,00	8,00	16,00	32,00	5,00	37,00	55
200342	DANIELA APARECIDA ALANO	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	56
200171	MARINA MEIS	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	57
200297	NAIR CARNIATO	12,00	8,00	12,00	32,00	5,00	37,00	58
200257	SALETE TEREZINHA WOLFART	8,00	12,00	12,00	32,00	5,00	37,00	59
200004	AMANDA CITADIN ESTEVAM	8,00	12,00	12,00	32,00	5,00	37,00	60
200106	TAIZI BORGES FIGUEREDO	8,00	16,00	8,00	32,00	5,00	37,00	61
200178	JAQUELINI RIBEIRO DA SILVA	4,00	4,00	28,00	36,00		36,00	62
200217	ANA CLAUDIA ARAUJO	4,00	8,00	24,00	36,00		36,00	63
200050	DANIELI FRANCELINO MATIAS	4,00	8,00	24,00	36,00		36,00	64
200236	LESANDRA SANTANA DA SILVA TAVARES	4,00	12,00	20,00	36,00		36,00	65
200318	GABRIELA DE SOUZA LOCATELLI	4,00	12,00	20,00	36,00		36,00	66
200232	ANGELINA VIVIANE DE MELO	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	67
200189	EDVANIA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	0,00	36,00	68
200134	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	4,00	16,00	16,00	36,00	0,00	36,00	69
200326	MARILIA CRISTINA JEZUINO DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00	5,00	33,00	70
200199	MARCIANE GOMES	4,00	8,00	20,00	32,00	0,00	32,00	71
200020	ELIZANDRA BAGIO	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	72
200045	ROSANGELA LUIZ GUOLLO DE OLIVEIRA	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	73
200077	PRISCILA MADEIRA	16,00	8,00	8,00	32,00		32,00	74
200263	INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ	4,00	4,00	16,00	24,00	5,00	29,00	75
200165	MARIANA ESTEVAM TARTARI	8,00	8,00	8,00	24,00	5,00	29,00	76
200354	CLAUDICEA DA SILVA LOCH	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	77
200061	LUCIANA MATTOS CESCONETTO	12,00	4,00	12,00	28,00	0,00	28,00	78
200388	MARIA LAURA SELINGER DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00		28,00	79
200357	JESIANE MAY DAMIAN	4,00	12,00	12,00	28,00		28,00	80
200331	GISELI FLORES MACHADO	4,00	12,00	12,00	28,00	0,00	28,00	81
200355	ROBERTA FERNANDES LUIZ	4,00	12,00	12,00	28,00		28,00	82
200203	LETICIA BENEDET	4,00	8,00	12,00	24,00	0,00	24,00	83
200181	IVANISE CAMILA CARRER	8,00	8,00	8,00	24,00		24,00	84
200212	ESTEFANI DAMASIO DE BRIDA	4,00	12,00	8,00	24,00		24,00	85
200321	TUANY AMERICO VIEIRA	8,00	4,00	8,00	20,00		20,00	86

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS P
200335	ANA LUIZA DA ROSA SIMIANO	16,00	8,00	32,00	56,00	5,00	61,00	1
200155	JUCIMARA DE MEDEIROS	12,00	16,00	28,00	56,00	5,00	61,00	2
200086	PALOMA BENEDET	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	3
200154	CAMILA MACHADO	16,00	12,00	24,00	52,00	5,00	57,00	4
200328	JESSICA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	28,00	48,00	5,00	53,00	5
200209	FLAVIANA GOULART CAMILO	16,00	8,00	24,00	48,00	5,00	53,00	6
200194	MARIA ELOIZA VICENTE	12,00	12,00	24,00	48,00	5,00	53,00	7
200074	CRISTIANA OLIVEIRA SANTOS GONCALVES	8,00	16,00	24,00	48,00	5,00	53,00	8
200105	THALIA ESTEVAM	12,00	12,00	28,00	52,00		52,00	9
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	10
#200097	JANICE DEL PRATO	12,00	12,00	20,00	44,00	5,00	49,00	11
#200268	LAIS DA ROSA	12,00	4,00	28,00	44,00	5,00	49,00	12
#200345	INES DO LIVRAMENTO SPRICIGO	8,00	8,00	28,00	44,00	5,00	49,00	13
#200063	JESSICA CRISTINA NAZARO	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	14
#200004	AMANDA CITADIN ESTEVAM	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	15
#200188	JULIE ANE HEINZEN	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	16

200325	ALINE FARIAS ALVES	12,00	12,00	20,00	44,00	5,00	49,00	17
200047	GIOVANA MORGAN MENDES	12,00	16,00	16,00	44,00	5,00	49,00	18
200250	ELANEA DE ARAUJO	8,00	4,00	28,00	40,00	5,00	45,00	19
200303	KELLEN TANISE PIUCO ANTUNES	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	20
200295	MAIANA DELLA GIUSTINA	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	21
200276	BRAIANE MARIA CASTAGNETI	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	22
200069	KARINE ELLER ARGENIO	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	23
200391	JANAINE SPRICIGO	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	24
200342	DANIELA APARECIDA ALANO	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	25
200280	GABRIELLI DE SOUZA PADILHA	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	26
200142	ROSANE CANDIDO	12,00	8,00	20,00	40,00	5,00	45,00	27
200219	SANDRA APARECIDA VELHO FIGUEREDO	16,00	8,00	16,00	40,00	5,00	45,00	28
200379	EVANIR GOULART	8,00	16,00	16,00	40,00	5,00	45,00	29
200110	BRUNA NATALE DOS SANTOS	8,00	8,00	28,00	44,00	0,00	44,00	30
200163	FRANCIANE MADEIRA	4,00	12,00	28,00	44,00	0,00	44,00	31
200159	NATALIA ESTEVAO	8,00	12,00	24,00	44,00		44,00	32
200075	EDNA KAMERS	4,00	16,00	24,00	44,00	0,00	44,00	33
200166	ANA CARLA CANDIDO DA SILVA	4,00	16,00	24,00	44,00		44,00	34
200184	MARILENE IZIDORO HONORATO DO NASCIMENTO	4,00	4,00	28,00	36,00	5,00	41,00	35
200251	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	4,00	8,00	24,00	36,00	5,00	41,00	36
200092	ANDREIZA DIAS JOSE	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	37
200065	HELLEN MAGDA MAURICIO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	38
200372	HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	39
200171	MARINA MEIS	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	40
200381	CAROLINA RIBEIRO FRANCISCO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	41
200052	JERUSA GERBINA DE OLIVEIRA BERTO	8,00	12,00	16,00	36,00	5,00	41,00	42
200108	PATRICIA MARTINS CACHOEIRA	8,00	12,00	16,00	36,00	5,00	41,00	43
200254	ROBERTA FURLAN	4,00	16,00	16,00	36,00	5,00	41,00	44
200180	ROSTENNE GUIMARAES COSTA GOMES LEANDRO	16,00	8,00	12,00	36,00	5,00	41,00	45
200199	MARCIANE GOMES	4,00	8,00	28,00	40,00	0,00	40,00	46
200064	LUZIA MARIOT	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	47
200238	CAROLINA FIGUEIREDO ABELO PEDROSO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	48
200113	ALINE FERREIRA DE SOUZA	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	49
200380	LUANA FERNANDES RONCHI	16,00	8,00	16,00	40,00	0,00	40,00	50
200073	THALITA VIERO PEREIRA	8,00	16,00	16,00	40,00		40,00	51
200240	ANA MARIA NESI ANTUNES	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	52
200205	ROSANGELA TOMAZ ANTONIO	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	53
200279	MICHELLE MOURO DANIELSKI DA LUZ DELLA GIUSTINA	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	54
200162	MARIELE MUTINI DALEFFE	8,00	8,00	16,00	32,00	5,00	37,00	55
200189	EDVANIA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	0,00	36,00	56
200114	JAQUELINE SILVANO ANTUNES	12,00	8,00	16,00	36,00		36,00	57
200170	JOICE ESTEVAO DOS SANTOS	8,00	16,00	12,00	36,00		36,00	58
200326	MARILIA CRISTINA JEZUINO DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00	5,00	33,00	59
200297	NAIR CARNIATO	12,00	8,00	8,00	28,00	5,00	33,00	60
200398	JORDANA DOS SANTOS ALBERTON	8,00	12,00	8,00	28,00	5,00	33,00	61
200389	PATRICIA MADEIRA DA SILVA	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	62
200061	LUCIANA MATTOS CESCONETTO	12,00	4,00	16,00	32,00	0,00	32,00	63
200388	MARIA LAURA SELINGER DA SILVA	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	64
200196	BEATRIZ GHIZONI JOAQUIM	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	65
200395	MIRIAM SILVA SCOTTI	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	66
200236	LESANDRA SANTANA DA SILVA TAVARES	4,00	12,00	16,00	32,00		32,00	67
200212	ESTEFANI DAMASIO DE BRIDA	4,00	12,00	16,00	32,00		32,00	68
200187	BELISA NAVA	4,00	8,00	12,00	24,00	5,00	29,00	69
200165	MARIANA ESTEVAM TARTARI	8,00	8,00	8,00	24,00	5,00	29,00	70
200178	JAQUELINI RIBEIRO DA SILVA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	71
200135	MARCYA MACHADO AGUIAR PEREIRA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	72
200217	ANA CLAUDIA ARAUJO	4,00	8,00	16,00	28,00		28,00	73
200020	ELIZANDRA BAGIO	4,00	12,00	12,00	28,00	0,00	28,00	74
200129	MARILEIA MACHADO DE SOUZA	4,00	8,00	8,00	20,00	5,00	25,00	75
200203	LETICIA BENEDET	4,00	8,00	12,00	24,00	0,00	24,00	76
200045	ROSANGELA LUIZ GUOLLO DE OLIVEIRA	4,00	12,00	8,00	24,00	0,00	24,00	77
200329	ANDREIA CITTADIN	8,00	12,00	4,00	24,00	0,00	24,00	78

Candidatos com classificação alterada em função da aplicação do critério de desempate que consta no item 8.3.1 do Edital nº 06/2023.
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/20234
 ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FINAL - AMPLA CONCORRÊNCIA (*)

AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200347	CRISLAINE SILVIA DE SOUZA	12,00	8,00	32,00	52,00	10,00	62,00	1
200056	ELOISE BORGES	4,00	8,00	28,00	40,00	20,00	60,00	2
200120	BIANCA BEZ BATTI	4,00	12,00	32,00	48,00	10,00	58,00	3
200229	ELOIZA HOFFMANN	8,00	16,00	32,00	56,00		56,00	4
200216	JOICE GIRARDI	4,00	16,00	16,00	36,00	18,50	54,50	5
200247	DEBORA TOMAZ	8,00	8,00	28,00	44,00	10,00	54,00	6
200291	DULCINEIA MARIA MARTINS	12,00	12,00	28,00	52,00		52,00	7
200179	ANDRIELE COELHO MAZON	4,00	16,00	32,00	52,00		52,00	8
200363	DANIELA ZANIN NESI	4,00	8,00	28,00	40,00	10,00	50,00	9
200057	GREICI LOCATELLI FERNANDES	4,00	12,00	24,00	40,00	10,00	50,00	10
200210	ANA CARLA ELIAS	8,00	12,00	20,00	40,00	10,00	50,00	11
200044	DIANA STEFEN MORGAN	4,00	16,00	20,00	40,00	10,00	50,00	12
200041	BRUNA DA SILVA LONGUINHO	8,00	12,00	20,00	40,00	9,00	49,00	13
200005	ANA LIDIA LUCIANO DOS SANTOS	4,00	4,00	28,00	36,00	10,00	46,00	14
200213	MARILZA PADILHA PEREIRA LEOPOLDO	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	15
200011	MARA FRANCIELI PEREIRA	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	16
200314	LETICIA FONTANELA FELIZARDO	8,00	8,00	20,00	36,00	10,00	46,00	17
200360	WALERIA FERREIRA FREITAS	4,00	12,00	28,00	44,00		44,00	18
200137	ROSANI DUARTE	8,00	4,00	20,00	32,00	10,00	42,00	19
200368	MARIA APARIDA ALVES PEREIRA	12,00	8,00	20,00	40,00		40,00	20
200133	EDILENE	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	21
200332	MARCIA MOSCHEN DA SILVA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	22
200032	VIVIANI FERREIRA BELTRAME COELHO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	23
200095	MARIA ZULMIRA CORREA	8,00	4,00	24,00	36,00		36,00	24
200248	ANDRESA MAZON ACORDI	8,00	4,00	24,00	36,00		36,00	25
200310	LUANA ALVES LIBANO	8,00	8,00	20,00	36,00		36,00	26
200315	ALICE VICENTE DA SILVA	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	27
200080	GABRIELA DE SOUZA	8,00	12,00	16,00	36,00	0,00	36,00	28
200296	JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	4,00	24,00	32,00	0,00	32,00	29
200258	MONIELY NUNES LUIZ	12,00	4,00	16,00	32,00	0,00	32,00	30
200352	NERIVANI PADILHA ZATTA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	31
200140	ALEXANDRA OLIVEIRA VIEIRA	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	32
200006	IVANI MARIA MATOS CASSAO	8,00	8,00	8,00	24,00	0,00	24,00	33

COZINHEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	RLM	LCGE	NOTA	CLASS
200275	GISELE FIERA CAMBRUZZI	25,00	15,00	35,00	75,00	1
200274	ANA PAULA OLIVEIRA DA SILVA	10,00	15,00	35,00	60,00	2

MONITOR - 40H

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200148	EMILY COSTA	10,00	15,00	45,00	70,00	1
200330	VICTOR GABRIEL MOURO CELSO	5,00	20,00	45,00	70,00	2
200351	DANIEL SOUZA RIBEIRO	15,00	20,00	35,00	70,00	3
200378	REGINALDA DE SOUZA GOULART	15,00	20,00	30,00	65,00	4
200156	MAIARA RUZZA SELAU	10,00	10,00	40,00	60,00	5
200339	MORGGANA PEREIRA DA SILVA	10,00	15,00	35,00	60,00	6
200168	RAYNE DA ROSA RODRIGUES	5,00	20,00	35,00	60,00	7
200324	EDILAINE ALVES	5,00	10,00	40,00	55,00	8
200293	ANDREZA ESPINDOLA MATEUS	10,00	10,00	35,00	55,00	9
200054	KETLIN MIRANDA ALVES	10,00	10,00	35,00	55,00	10
200394	KEITY APARECIDA BONADEO	5,00	15,00	35,00	55,00	11
200343	THUAN LIMAS CUCOLOTTO	5,00	15,00	35,00	55,00	12
200051	MARIA VITORIA DA SILVA PEREIRA	10,00	20,00	25,00	55,00	13

200400	ANDRESA DIAS FRAGA	10,00	25,00	20,00	55,00	14
200025	KELLEN PACHECO BRAZ	10,00	15,00	25,00	50,00	15
200265	MARCIA RAMALHO FURST	5,00	20,00	25,00	50,00	16
200040	SACHA DE SOUZA VICENTE	5,00	20,00	25,00	50,00	17
200266	FERNANDA DE OLIVEIRA VIEIRA	5,00	10,00	30,00	45,00	18
200103	ANDREA TERESINHA DIAS DA ROSA	10,00	10,00	25,00	45,00	19
200053	ECHILLY ELIAS VELHO	5,00	5,00	30,00	40,00	20
200026	SAHRA VITORIO	10,00	10,00	20,00	40,00	21
200317	KEISY VELHO DAMACENO	10,00	15,00	15,00	40,00	22
200262	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA DA SILVA	10,00	10,00	10,00	30,00	23

PROFESSOR AUXILIAR DE CLASSE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200239	ROZANA FELIZARDO MANOEL	12,00	8,00	28,00	48,00	10,00	58,00	1
200153	GEOVANNA DALSASSO MEDEIROS	4,00	16,00	28,00	48,00	10,00	58,00	2
200084	DHENIFER MICHELY SILVA GARCIA	8,00	16,00	24,00	48,00	9,50	57,50	3
200056	ELOISE BORGES	4,00	8,00	24,00	36,00	20,00	56,00	4
200216	JOICE GIRARDI	4,00	16,00	16,00	36,00	18,50	54,50	5
200057	GREICI LOCATELLI FERNANDES	4,00	12,00	28,00	44,00	10,00	54,00	6
200120	BIANCA BEZ BATTI	4,00	12,00	28,00	44,00	10,00	54,00	7
200207	CAMILA MENDES	4,00	8,00	28,00	40,00	10,00	50,00	8
200347	CRISLAINE SILVIA DE SOUZA	12,00	8,00	20,00	40,00	10,00	50,00	9
200044	DIANA STEFEN MORGAN	4,00	16,00	20,00	40,00	10,00	50,00	10
200179	ANDRIELE COELHO MAZON	4,00	16,00	28,00	48,00		48,00	11
200281	TALITA LIMAS CUCOLOTO	8,00	16,00	24,00	48,00		48,00	12
200245	JAQUELINE DA SILVA NEZI	8,00	4,00	32,00	44,00	2,00	46,00	13
200213	MARILZA PADILHA PEREIRA LEOPOLDO	4,00	8,00	24,00	36,00	10,00	46,00	14
200288	CAMILA BRUCH VELHO	12,00	8,00	16,00	36,00	10,00	46,00	15
200363	DANIELA ZANIN NESI	4,00	8,00	20,00	32,00	10,00	42,00	16
200011	MARA FRANCIELI PEREIRA	4,00	8,00	20,00	32,00	10,00	42,00	17
200382	VALQUIRIA MARIOT	8,00	4,00	28,00	40,00		40,00	18
200136	VIVIANE CORREA CORREIA	8,00	8,00	24,00	40,00		40,00	19
200315	ALICE VICENTE DA SILVA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	20
200340	ANA REGINA DA SILVA MACHADO	4,00	16,00	20,00	40,00	0,00	40,00	21
200269	FERNANDA SANTOS CORREA DIAS	12,00	16,00	12,00	40,00		40,00	22
200272	TAIS REGINA PEREIRA GAZOLLA	4,00	8,00	8,00	20,00	20,00	40,00	23
200062	JULIA ELIAS	4,00	8,00	16,00	28,00	10,00	38,00	24
200314	LETICIA FONTANELA FELIZARDO	8,00	8,00	12,00	28,00	10,00	38,00	25
200368	MARIA APARIDA ALVES PEREIRA	12,00	8,00	16,00	36,00		36,00	26
200310	LUANA ALVES LIBANO	8,00	8,00	20,00	36,00		36,00	27
200133	EDILENE	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	28
200301	NATALIA CARRER ALBINO	4,00	4,00	24,00	32,00		32,00	29
200095	MARIA ZULMIRA CORREA	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	30
200248	ANDRESA MAZON ACORDI	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	31
200344	TAMIRIS BONADEU	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	32
200032	VIVIANI FERREIRA BELTRAME COELHO	12,00	8,00	12,00	32,00	0,00	32,00	33
200081	SUELEN SOUSA GAMA	12,00	8,00	12,00	32,00	0,00	32,00	34
200296	JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	4,00	16,00	24,00	0,00	24,00	35
200352	NERIVANI PADILHA ZATTA	4,00	4,00	16,00	24,00		24,00	36
200006	IVANI MARIA MATOS CASSAO	8,00	8,00	8,00	24,00	0,00	24,00	37
200214	LETICIA GOMES MARTINS	8,00	8,00	8,00	24,00		24,00	38

PROFESSOR ARTES - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200264	SONIA MARIA ROSSI	8,00	16,00	28,00	52,00	5,00	57,00	1
200208	JESSICA NIENOW BELTRAME MENDES	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	2
200371	JUANITA DE MORAES SCHAMBECK	12,00	12,00	32,00	56,00	0,00	56,00	3
200312	JAMILLY DE FREITAS AMERICO PALADINI	4,00	20,00	28,00	52,00		52,00	4
200346	ANGELICA R BELTRAME	12,00	4,00	20,00	36,00		36,00	5
200058	MARIA DE LOURDES R. CESCONETO	8,00	8,00	4,00	20,00	0,00	20,00	6

PROFESSOR CIÊNCIAS - HAB



INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200201	VANESA SPRICIGO	8,00	8,00	32,00	48,00	5,00	53,00	1

PROFESSOR CIÊNCIAS - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200039	FLAVIO BATISTA VELHO	5,00	20,00	25,00	50,00	1

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200200	VICTOR DOMINGOS DA LUZ	12,00	12,00	36,00	60,00	5,00	65,00	1
200002	MARIUS RONCHI	8,00	16,00	36,00	60,00	5,00	65,00	2
200267	EMANUEL ANTUNES MATIAS	12,00	20,00	32,00	64,00		64,00	3
200017	ALOISIO GOMES	8,00	20,00	32,00	60,00	0,00	60,00	4
200183	HENRIQUE VICENCO SCREMIN	4,00	16,00	32,00	52,00	5,00	57,00	5
200071	BARBARA BENEDET ELIAS	8,00	16,00	28,00	52,00	5,00	57,00	6
200298	EMANOEL ARAUJO BEZ	12,00	20,00	24,00	56,00		56,00	7
200294	CINTIA ZANONI FURLAN	4,00	4,00	40,00	48,00	5,00	53,00	8
200252	ALISON DA SILVA	8,00	12,00	28,00	48,00	5,00	53,00	9
200175	SAMIR RIGHETTO	4,00	16,00	28,00	48,00	5,00	53,00	10
200070	MICHEL ALBERTON JUNG	8,00	16,00	24,00	48,00	5,00	53,00	11
200035	PALOMA CROTTI	4,00	12,00	36,00	52,00		52,00	12
200068	ADRIANE LUZIA CESCONETTO	8,00	12,00	32,00	52,00		52,00	13
200233	VANDRE ZANELATTO	4,00	16,00	32,00	52,00		52,00	14
200015	FLAVIA ALVES	8,00	4,00	32,00	44,00	5,00	49,00	15
200176	MICHEL DOS SANTOS	8,00	8,00	28,00	44,00	5,00	49,00	16
200007	EMELYN ANDRE MARCOS	12,00	12,00	20,00	44,00	5,00	49,00	17
200122	FRED MAICON DAMBROS	8,00	16,00	20,00	44,00	5,00	49,00	18
200013	ROGER PEREIRA	8,00	16,00	24,00	48,00	0,00	48,00	19
200076	IRIA ARAUJO	4,00	8,00	28,00	40,00	5,00	45,00	20
200099	MATHEUS GUILHERME VENANCIO	4,00	8,00	28,00	40,00	5,00	45,00	21
200237	ESTELA MARIS AIRES MARTINS	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	22
200018	ALEXANDRE BETT RIBEIRO	8,00	12,00	20,00	40,00	5,00	45,00	23
200228	TAIS VIEIRA CARRER	4,00	12,00	28,00	44,00		44,00	24
200147	CLYSMAN NOLLA MACEDO	8,00	12,00	24,00	44,00		44,00	25
200271	SIBELE QUERINO NAZARO	4,00	4,00	28,00	36,00	5,00	41,00	26
200284	JONATHA ARAUJO JOCHEN	4,00	16,00	16,00	36,00	5,00	41,00	27
200220	GIULIA GIORDANI	4,00	8,00	28,00	40,00		40,00	28
200066	FABIULA BIRH DE FIGUEIREDO	8,00	12,00	20,00	40,00		40,00	29
200046	LUIZ RICARDO CLEMENTE MONTEIRO	4,00	16,00	20,00	40,00	0,00	40,00	30
200277	DIESSICA DA SILVA PADILHA	4,00	8,00	24,00	36,00		36,00	31
200152	FRANCIELE HOFFMANN	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	32
200215	CLEBER COAN	4,00	8,00	20,00	32,00		32,00	33
200177	IZADORA DOS SANTOS	4,00	4,00	12,00	20,00	5,00	25,00	34

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200300	VANESSA ALBERTON ZANELATO	10,00	15,00	40,00	65,00	1
200202	MANUELA VIEIRA BORGES	15,00	20,00	30,00	65,00	2
200393	ALOISIO DE OLIVEIRA	10,00	15,00	30,00	55,00	3
200138	MARIANE NUNES	15,00	10,00	25,00	50,00	4
200195	RITA DE CASSIA DA SILVA MARQUES	10,00	10,00	20,00	40,00	5

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA /BACHAREL - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200014	GIOVANI SILVA MIGUEL	8,00	16,00	32,00	56,00		56,00	1
200067	LEONARDO BORGES DA ROSA	4,00	8,00	28,00	40,00		40,00	2
200127	GLAUSIANI SANTANA CAMILO	12,00	8,00	20,00	40,00		40,00	3
200090	GILIARDI DA SILVA HERMENEGILDO	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	4

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200155	JUCIMARA DE MEDEIROS	12,00	16,00	28,00	56,00	5,00	61,00	1
200391	JANAINE SPRICIGO	8,00	8,00	36,00	52,00	5,00	57,00	2

200209	FLAVIANA GOULART CAMILO	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	3
200074	CRISTIANA OLIVEIRA SANTOS GONCALVES	8,00	16,00	28,00	52,00	5,00	57,00	4
200335	ANA LUIZA DA ROSA SIMIANO	16,00	8,00	24,00	48,00	5,00	53,00	5
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	6
200273	KATRYN APARECIDA BONADEO	4,00	12,00	28,00	44,00	5,00	49,00	7
200280	GABRIELLI DE SOUZA PADILHA	4,00	12,00	28,00	44,00	5,00	49,00	8
200022	JAQUELINE SIBERINO	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	9
200328	JESSICA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	10
200204	DAIANE SPRICIGO	4,00	16,00	24,00	44,00	5,00	49,00	11
200261	IZAMARA CRISTINA HEINZEN	4,00	16,00	24,00	44,00	5,00	49,00	12
200086	PALOMA BENEDET	16,00	8,00	20,00	44,00	5,00	49,00	13
200160	DEBORA PESCADOR CERON	8,00	20,00	16,00	44,00	5,00	49,00	14
200065	HELLEN MAGDA MAURICIO	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	15
200142	ROSANE CANDIDO	12,00	8,00	20,00	40,00	5,00	45,00	16
200108	PATRICIA MARTINS CACHOEIRA	8,00	12,00	20,00	40,00	5,00	45,00	17
200188	JULIE ANE HEINZEN	8,00	12,00	20,00	40,00	5,00	45,00	18
200088	JUCILIANA VELHO	8,00	16,00	16,00	40,00	5,00	45,00	19
200064	LUZIA MARIOT	4,00	12,00	28,00	44,00	0,00	44,00	20
200060	NIMARLENE FONTANELA CROTTI	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	21
200240	ANA MARIA NESI ANTUNES	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	22
200205	ROSANGELA TOMAZ ANTONIO	8,00	4,00	24,00	36,00	5,00	41,00	23
200146	LUANA GERMANO DA SILVA	4,00	8,00	24,00	36,00	5,00	41,00	24
200092	ANDREIZA DIAS JOSE	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	25
200268	LAIS DA ROSA	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	26
200303	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	27
200123	PRISCILA DA SILVA MARTINHO	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	28
200162	MARIELE MUTINI DALEFFE	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	29
200276	BRAIANE MARIA CASTAGNETI	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	30
200069	KARINE ELLER ARGENIO	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	31
200085	JUCIMARA FELISBINO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	32
200083	DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	33
200372	HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	34
200124	SAMARA DA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	5,00	41,00	35
200180	ROSTENNE GUIMARAES COSTA GOMES LEANDRO	16,00	8,00	12,00	36,00	5,00	41,00	36
200325	ALINE FARIAS ALVES	12,00	12,00	12,00	36,00	5,00	41,00	37
200379	EVANIR GOULART	8,00	16,00	12,00	36,00	5,00	41,00	38
200401	MARIA JANETE RAULINO	8,00	16,00	16,00	40,00		40,00	39
200389	PATRICIA MADEIRA DA SILVA	8,00	4,00	28,00	40,00		40,00	40
200193	HELLEN ALVES ESPINDOLA BELTRAME	4,00	8,00	28,00	40,00		40,00	41
200110	BRUNA NATAELE DOS SANTOS	8,00	8,00	24,00	40,00	0,00	40,00	42
200395	MIRIAM SILVA SCOTTI	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	43
200163	FRACIANE MADEIRA	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	44
200238	CAROLINA FIGUEIREDO ABELO PEDROSO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	45
200114	JAQUELINE SILVANO ANTUNES	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	46
200159	NATALIA ESTEVAO	8,00	12,00	20,00	40,00		40,00	47
200075	EDNA KAMERS	4,00	16,00	20,00	40,00	0,00	40,00	48
200390	LUCILENE VIEIRA RIZZI	4,00	20,00	16,00	40,00	0,00	40,00	49
200256	ANDREA DORIS TANCREDO BENEDET	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	50
200250	ELANEA DE ARAUJO	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	51
200187	BELISA NAVA	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	52
200096	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	53
200251	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	54
200295	MAIANA DELLA GIUSTINA	8,00	8,00	16,00	32,00	5,00	37,00	55
200342	DANIELA APARECIDA ALANO	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	56
200171	MARINA MEIS	4,00	12,00	16,00	32,00	5,00	37,00	57
200297	NAIR CARNIATO	12,00	8,00	12,00	32,00	5,00	37,00	58
200257	SALETE TEREZINHA WOLFART	8,00	12,00	12,00	32,00	5,00	37,00	59
200004	AMANDA CITADIN ESTEVAM	8,00	12,00	12,00	32,00	5,00	37,00	60
200106	TAIZI BORGES FIGUEREDO	8,00	16,00	8,00	32,00	5,00	37,00	61
200178	JAQUELINI RIBEIRO DA SILVA	4,00	4,00	28,00	36,00		36,00	62
200217	ANA CLAUDIA ARAUJO	4,00	8,00	24,00	36,00		36,00	63
200050	DANIELI FRANCELINO MATIAS	4,00	8,00	24,00	36,00		36,00	64

200236	LESANDRA SANTANA DA SILVA TAVARES	4,00	12,00	20,00	36,00		36,00	65
200318	GABRIELA DE SOUZA LOCATELLI	4,00	12,00	20,00	36,00		36,00	66
200232	ANGELINA VIVIANE DE MELO	4,00	12,00	20,00	36,00	0,00	36,00	67
200189	EDVANIA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	0,00	36,00	68
200134	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	4,00	16,00	16,00	36,00	0,00	36,00	69
200326	MARILIA CRISTINA JEZUINO DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00	5,00	33,00	70
200199	MARCIANE GOMES	4,00	8,00	20,00	32,00	0,00	32,00	71
200020	ELIZANDRA BAGIO	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	72
200045	ROSANGELA LUIZ GUOLLO DE OLIVEIRA	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	73
200077	PRISCILA MADEIRA	16,00	8,00	8,00	32,00		32,00	74
200263	INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ	4,00	4,00	16,00	24,00	5,00	29,00	75
200165	MARIANA ESTEVAM TARTARI	8,00	8,00	8,00	24,00	5,00	29,00	76
200354	CLAUDICEA DA SILVA LOCH	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	77
200061	LUCIANA MATTOS CESCNETTO	12,00	4,00	12,00	28,00	0,00	28,00	78
200388	MARIA LAURA SELINGER DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00		28,00	79
200357	JESIANE MAY DAMIAN	4,00	12,00	12,00	28,00		28,00	80
200331	GISELI FLORES MACHADO	4,00	12,00	12,00	28,00	0,00	28,00	81
200355	ROBERTA FERNANDES LUIZ	4,00	12,00	12,00	28,00		28,00	82
200203	LETICIA BENEDET	4,00	8,00	12,00	24,00	0,00	24,00	83
200181	IVANISE CAMILA CARRER	8,00	8,00	8,00	24,00		24,00	84
200212	ESTEFANI DAMASIO DE BRIDA	4,00	12,00	8,00	24,00		24,00	85
200321	TUANY AMERICO VIEIRA	8,00	4,00	8,00	20,00		20,00	86

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200358	GISLANE APARECIDA JORGE DA ROSA	10,00	20,00	20,00	50,00	1
200376	ELISSANDRA PATRICIA ESTEVAO RABELO	5,00	10,00	15,00	30,00	2

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200335	ANA LUIZA DA ROSA SIMIANO	16,00	8,00	32,00	56,00	5,00	61,00	1
200155	JUCIMARA DE MEDEIROS	12,00	16,00	28,00	56,00	5,00	61,00	2
200086	PALOMA BENEDET	16,00	8,00	28,00	52,00	5,00	57,00	3
200154	CAMILA MACHADO	16,00	12,00	24,00	52,00	5,00	57,00	4
200328	JESSICA DE OLIVEIRA	8,00	12,00	28,00	48,00	5,00	53,00	5
200209	FLAVIANA GOULART CAMILO	16,00	8,00	24,00	48,00	5,00	53,00	6
200194	MARIA ELOIZA VICENTE	12,00	12,00	24,00	48,00	5,00	53,00	7
200074	CRISTIANA OLIVEIRA SANTOS GONCALVES	8,00	16,00	24,00	48,00	5,00	53,00	8
200105	THALIA ESTEVAM	12,00	12,00	28,00	52,00		52,00	9
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	10
200097	JANICE DEL PRATO	12,00	12,00	20,00	44,00	5,00	49,00	11
200268	LAIS DA ROSA	12,00	4,00	28,00	44,00	5,00	49,00	12
200345	INES DO LIVRAMENTO SPRICIGO	8,00	8,00	28,00	44,00	5,00	49,00	13
200063	JESSICA CRISTINA NAZARO	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	14
200004	AMANDA CITADIN ESTEVAM	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	15
200188	JULIE ANE HEINZEN	8,00	12,00	24,00	44,00	5,00	49,00	16
200325	ALINE FARIAS ALVES	12,00	12,00	20,00	44,00	5,00	49,00	17
200047	GIOVANA MORGAN MENDES	12,00	16,00	16,00	44,00	5,00	49,00	18
200250	ELANEA DE ARAUJO	8,00	4,00	28,00	40,00	5,00	45,00	19
200303	KELN TANISE PIUCO ANTUNES	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	20
200295	MAIANA DELLA GIUSTINA	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	21
200276	BRAIANE MARIA CASTAGNETI	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	22
200069	KARINE ELLER ARGENIO	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	23
200391	JANAINE SPRICIGO	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	24
200342	DANIELA APARECIDA ALANO	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	25
200280	GABRIELLI DE SOUZA PADILHA	4,00	12,00	24,00	40,00	5,00	45,00	26
200142	ROSANE CANDIDO	12,00	8,00	20,00	40,00	5,00	45,00	27
200219	SANDRA APARECIDA VELHO FIGUEREDO	16,00	8,00	16,00	40,00	5,00	45,00	28
200379	EVANIR GOULART	8,00	16,00	16,00	40,00	5,00	45,00	29
200110	BRUNA NATALE DOS SANTOS	8,00	8,00	28,00	44,00	0,00	44,00	30
200163	FRANCIANE MADEIRA	4,00	12,00	28,00	44,00	0,00	44,00	31
200159	NATALIA ESTEVAO	8,00	12,00	24,00	44,00		44,00	32
200075	EDNA KAMERS	4,00	16,00	24,00	44,00	0,00	44,00	33

200166	ANA CARLA CANDIDO DA SILVA	4,00	16,00	24,00	44,00		44,00	34
200184	MARILENE IZIDORO HONORATO DO NASCIMENTO	4,00	4,00	28,00	36,00	5,00	41,00	35
200251	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	4,00	8,00	24,00	36,00	5,00	41,00	36
200092	ANDREIZA DIAS JOSE	12,00	4,00	20,00	36,00	5,00	41,00	37
200065	HELLEN MAGDA MAURICIO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	38
200372	HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	39
200171	MARINA MEIS	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	40
200381	CAROLINA RIBEIRO FRANCISCO	4,00	12,00	20,00	36,00	5,00	41,00	41
200052	JERUSA GERBINA DE OLIVEIRA BERTO	8,00	12,00	16,00	36,00	5,00	41,00	42
200108	PATRICIA MARTINS CACHOEIRA	8,00	12,00	16,00	36,00	5,00	41,00	43
200254	ROBERTA FURLAN	4,00	16,00	16,00	36,00	5,00	41,00	44
200180	ROSTENNE GUIMARAES COSTA GOMES LEANDRO	16,00	8,00	12,00	36,00	5,00	41,00	45
200199	MARCIANE GOMES	4,00	8,00	28,00	40,00	0,00	40,00	46
200064	LUZIA MARIOT	4,00	12,00	24,00	40,00	0,00	40,00	47
200238	CAROLINA FIGUEIREDO ABELO PEDROSO	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	48
200113	ALINE FERREIRA DE SOUZA	12,00	8,00	20,00	40,00	0,00	40,00	49
200380	LUANA FERNANDES RONCHI	16,00	8,00	16,00	40,00	0,00	40,00	50
200073	THALITA VIERO PEREIRA	8,00	16,00	16,00	40,00		40,00	51
200240	ANA MARIA NESI ANTUNES	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	52
200205	ROSANGELA TOMAZ ANTONIO	8,00	4,00	20,00	32,00	5,00	37,00	53
200279	MICHELLE MOURO DANIELSKI DA LUZ DELLA GIUSTINA	4,00	8,00	20,00	32,00	5,00	37,00	54
200162	MARIELE MUTINI DALEFFE	8,00	8,00	16,00	32,00	5,00	37,00	55
200189	EDVANIA SILVA	12,00	8,00	16,00	36,00	0,00	36,00	56
200114	JAQUELINE SILVANO ANTUNES	12,00	8,00	16,00	36,00		36,00	57
200170	JOICE ESTEVAO DOS SANTOS	8,00	16,00	12,00	36,00		36,00	58
200326	MARILIA CRISTINA JEZUINO DA SILVA	8,00	8,00	12,00	28,00	5,00	33,00	59
200297	NAIR CARNIATO	12,00	8,00	8,00	28,00	5,00	33,00	60
200398	JORDANA DOS SANTOS ALBERTON	8,00	12,00	8,00	28,00	5,00	33,00	61
200389	PATRICIA MADEIRA DA SILVA	8,00	4,00	20,00	32,00		32,00	62
200061	LUCIANA MATTOS CESCONETTO	12,00	4,00	16,00	32,00	0,00	32,00	63
200388	MARIA LAURA SELINGER DA SILVA	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	64
200196	BEATRIZ GHIZONI JOAQUIM	8,00	8,00	16,00	32,00		32,00	65
200395	MIRIAM SILVA SCOTTI	4,00	12,00	16,00	32,00	0,00	32,00	66
200236	LESANDRA SANTANA DA SILVA TAVARES	4,00	12,00	16,00	32,00		32,00	67
200212	ESTEFANI DAMASIO DE BRIDA	4,00	12,00	16,00	32,00		32,00	68
200187	BELISA NAVA	4,00	8,00	12,00	24,00	5,00	29,00	69
200165	MARIANA ESTEVAM TARTARI	8,00	8,00	8,00	24,00	5,00	29,00	70
200178	JAQUELINI RIBEIRO DA SILVA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	71
200135	MARCYA MACHADO AGUIAR PEREIRA	4,00	4,00	20,00	28,00		28,00	72
200217	ANA CLAUDIA ARAUJO	4,00	8,00	16,00	28,00		28,00	73
200020	ELIZANDRA BAGIO	4,00	12,00	12,00	28,00	0,00	28,00	74
200129	MARILEIA MACHADO DE SOUZA	4,00	8,00	8,00	20,00	5,00	25,00	75
200203	LETICIA BENEDET	4,00	8,00	12,00	24,00	0,00	24,00	76
200045	ROSANGELA LUIZ GUOLLO DE OLIVEIRA	4,00	12,00	8,00	24,00	0,00	24,00	77
200329	ANDREIA CITTADIN	8,00	12,00	4,00	24,00	0,00	24,00	78

PROFESSOR GEOGRAFIA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200021	FRANCISJANNO AFONSO LIMA	8,00	12,00	24,00	44,00		44,00	1

PROFESSOR GEOGRAFIA - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200098	LAURA NETO MORAIS	5,00	15,00	35,00	55,00	1

PROFESSOR HISTÓRIA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200337	IGOR DE MATTIA BUOGO	8,00	16,00	36,00	60,00		60,00	1

200322	FABIO JOSE DE SOUZA	8,00	8,00	24,00	40,00	5,00	45,00	2
200119	JULIANA MANARIN SALVADOR MACHADO	4,00	4,00	12,00	20,00	5,00	25,00	3

PROFESSOR HISTÓRIA - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200278	LETICIA MATIOLA RABELLO	10,00	20,00	25,00	55,00	1

PROFESSOR INGLÊS - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200082	GILCEIA FONTANELLA	8,00	20,00	28,00	56,00	5,00	61,00	1
200055	ANDRESSA ARAUJO	12,00	8,00	20,00	40,00	5,00	45,00	2
200392	GRACILENE DA SILVA MORENO	8,00	8,00	20,00	36,00	5,00	41,00	3
200191	SARITA GONCALVES	4,00	8,00	20,00	32,00		32,00	4
200173	DANIELA APARECIDA VELHO	12,00	8,00	4,00	24,00		24,00	5
200174	KETOLLY SALVADOR RABELO	4,00	4,00	12,00	20,00	0,00	20,00	6

PROFESSOR INGLÊS - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200336	JESICA DE ABREU BRANDOLFI	10,00	15,00	20,00	45,00	1

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200091	ELISIANE LUCIANO SPECK PAULINO	12,00	12,00	20,00	44,00		44,00	1
200024	NEURACI ALVES DA SILVA	4,00	4,00	16,00	24,00		24,00	2

PROFESSOR LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	NOTA	CLASS
200309	CINDYELLI DANIELSKI VELHO	10,00	10,00	20,00	40,00	1

PROFESSOR MATEMÁTICA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200186	RILDO DO NASCIMENTO	4,00	16,00	32,00	52,00	5,00	57,00	1
200167	OSMAR DA MAIA JUNIOR	12,00	12,00	24,00	48,00	0,00	48,00	2
200023	JOSE NAZARENO DE SOUZA	8,00	8,00	28,00	44,00	0,00	44,00	3
200242	JOELSO LIMA	8,00	8,00	28,00	44,00	0,00	44,00	4
200370	ALFREDO JUNIOR VIEIRA RABELO	12,00	12,00	20,00	44,00		44,00	5
200043	DIEGO VIEIRA DE SOUZA	4,00	16,00	16,00	36,00	0,00	36,00	6
200118	GIULIA NASCIMENTO FABRO	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	7
200350	MARIA ROSIANA DOS SANTOS RABELO	12,00	12,00	4,00	28,00		28,00	8

SERVENTE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	RLM	LCGE	NOTA	CLASS
200289	RAFAELA GRIZAFIS FERREIRA	20,00	25,00	25,00	70,00	1
200319	JULIANA APARECIDA FERREIRA CITADIN	20,00	20,00	25,00	65,00	2
200311	MERI TERESINHA PEREIRA	15,00	20,00	25,00	60,00	3
200227	CATIANE SOUZA PACHECO DA VEIGA	20,00	20,00	20,00	60,00	4
200364	REGINA DA ROSA CORREA GOULART	10,00	15,00	25,00	50,00	5
200323	SUELEN GETNER CAMILO	15,00	10,00	20,00	45,00	6
200223	SIMONI MACHADO	15,00	15,00	15,00	45,00	7
200307	SILVANIA MACHADO	10,00	10,00	20,00	40,00	8
200157	RAFAELA DE SOUZA	5,00	20,00	15,00	40,00	9
200087	MARIA APARECIDA NUNES DA ROSA GERALDO	5,00	10,00	15,00	30,00	10
200231	KATIA REGINA DE BONA MENDES	5,00	10,00	15,00	30,00	11
200221	BARBARA CARDOSO BURATTE	5,00	5,00	15,00	25,00	12
200313	ANA PAULA ARAUJO	10,00	5,00	5,00	20,00	13

(*)Classificação final preliminar obtida após aplicação dos critérios de desempate de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 06/2023, Capítulo VIII, itens 8.3 a 8.3.3.2.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 013/2024
ANEXO III - CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (*)

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	1
200354	CLAUDICEA DA SILVA LOCH	4,00	8,00	16,00	28,00	0,00	28,00	2

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200396	JULIANA POSSATO	16,00	12,00	24,00	52,00	0,00	52,00	1

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200200	VICTOR DOMINGOS DA LUZ	12,00	12,00	36,00	60,00	5,00	65,00	1

PROFESSOR MATEMÁTICA - HAB

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	INF	LCGE	PO	PT	NOTA	CLASS
200167	OSMAR DA MAIA JUNIOR	12,00	12,00	24,00	48,00	0,00	48,00	1

(*)Classificação final preliminar obtida após aplicação dos critérios de desempate de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 06/2023, Capítulo VIII, itens 8.3 a 8.3.3.2.

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO DO LEILÃO Nº 1/2024 - PMLL

Publicação Nº 5508444

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2024

LEILÃO Nº 1/2024

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ONLINE ÀS 10:00 HORAS do dia 16 de fevereiro de 2024, tendo como local o SETOR DE LICITAÇÕES (PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HERBERTO ROBERTO MARIAN), à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal/SC. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL Sr. JORGE VINICIUS DE MOURA CORRÊA, matrícula AARC/417, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites www.renovarleiloes.com.br ou www.lebertoleal.sc.gov.br, ou ainda pelos telefones (48) 3268 1212 na Prefeitura ou (55) 3312 4549 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei 14.133/21 incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital. Leoberto Leal/SC, 11 de janeiro de 2024. VITOR NORBERTO ALVES – PREFEITO MUNICIPAL.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

02-2024 EXTRATO CONTRATO HORAS MAQUINA TUCANO

Publicação Nº 5507787

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47AF6E3DD629DDE3BF39F4850C66DB665C5437A9

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 02/2024
Código registro TCE: 47AF6E3DD629DDE3BF39F4850C66DB665C5437A9
O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:
Processo Licitatório nº 54/2023 Pregão Eletrônico nº 16/2023
Contratado: TUCANO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGENS LTDA
Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de horas máquinas
Valor: R\$ 150.000,00
Vigência: 08 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024
Assinatura: 08 de janeiro de 2024
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal em exercício

03-2024 EXTRATO CONTRATO HORAS MAQUINA ROSSETTO

Publicação Nº 5507795

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ACF2BEA96595E395E62C5DC8913271B87688D27D

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 03/2024
Código registro TCE:ACF2BEA96595E395E62C5DC8913271B87688D27D
O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:
Processo Licitatório nº 54/2023 Pregão Eletrônico nº 16/2023
Contratado: Mauri Rossetto Transportes
Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de horas máquinas
Valor: R\$ 105.000,00
Vigência: 08 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024
Assinatura: 08 de janeiro de 2024
Neudi Angelo Bertol
Prefeito Municipal

04-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO EDSON MORETTO

Publicação Nº 5507829

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C4657C214D4E4BC94B5A9A29751483576A32EFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 04/2024
Código registro TCE: 2C4657C214D4E4BC94B5A9A29751483576A32EFC
O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:
Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023
Contratado: EDSON DE OLIVEIRA MORETO
Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem lote 10- Rolo Compactador Caterpillar, Modelo: CS423E, Fabricação: 2010, Série: CATCS423TEAE00616, COM CAPA PÉ DE CARNEIRO, apresenta avarias, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio nº 3194, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.
Vigência:08 de janeiro de 2024 a 08 de março de 2024.
Valor: 140.800,00
Assinatura: 08 de janeiro de 2024
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal em exercício

05-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO JUREMA

Publicação N° 5507834

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1BB14A77550457B1A08724D75C52E7C8A254D7CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 05/2024

Código registro TCE:1BB14A77550457B1A08724D75C52E7C8A254D7CA

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: Jurema Margarida Preuss Massing

Objeto:O objeto do presente contrato é a alienação do bem lote 04-Retroescavadeira Randon, Modelo: RK406, Serial: CA06120728, Fabricação: 2012, apresentando diversos problemas mecânicos, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio 3277, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:08 de janeiro de 2024 a 08 de março de 2024.

Valor: 94.000,00

Assinatura: 08 de janeiro de 2024

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

06-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO ROSANE

Publicação N° 5507837

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D6BAC98946843B62F82AF9833D3778D83B34657

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 06/2024

Código registro TCE:8D6BAC98946843B62F82AF9833D3778D83B34657

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: Rosane Margarete Lesses Mezzeta

Objeto:O objeto do presente contrato é a alienação do bem item 3- Retroescavadeira Randon, Modelo: RK406, Serial: CA06120739, Fabricação: 2012, apresentando diversos problemas mecânicos, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio 3192, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:09 de janeiro de 2024 a 09 de março de 2024.

Valor: 73.800,00

Assinatura: 09 de janeiro de 2024

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

07-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO LOKAR

Publicação N° 5508211

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B19D240FE124D179686128647B960B24FD3BD639

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 07/2024

Código registro TCE:B19D240FE124D179686128647B960B24FD3BD639

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: LOKAR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Objeto:O objeto do presente contrato é a alienação do bem item19- ÔNIBUS ESCOLAR VW 15.190/INDUSCAR FOZ VWOD, Placa: MFB5117, Renavam: 111759692, Fabricação/Modelo: 2008/2009, Combustível: Diesel, Cor: AMARELA, apresenta avarias, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio nº 1535, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:09 de janeiro de 2024 a 09 de março de 2024.

Valor: 42.600,00.

Assinatura: 09 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

08-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO JOEL

Publicação N° 5508225

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B19D240FE124D179686128647B960B24FD3BD639

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N° 08/2024

Código registro TCE:ED60AE152AB52CD25E63F0990B26E4F3414C5D01

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: JOEL LEANDRO DE ALMEIDA MEZZETA

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem do lote 01- CAMIONETA FORD/F1000, Placa: IDC5608, Renavam: 562845879, Fabricação/Modelo: 1987/1987, Chassi: 9BFEXXL31HDB61227, Combustível: Diesel, Cor: CINZA, Carroceria de madeira. Apresenta avarias, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio nº1895, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência: 09 de janeiro de 2024 a 09 de março de 2024.

Valor: 21.200,00

Assinatura: 09 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

09/2023 CONTRATO LEILÃO INGRID

Publicação Nº 5508236

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F1FCBFCDACD1B942E19AD80A3274FD5E8D5627

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2024

Código registro TCE:1F1FCBFCDACD1B942E19AD80A3274FD5E8D5627

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: Ingrid Perreira Lodi

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem lote 05-AUTOMÓVEL FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, Placa: MAS8698, Renavam: 897057708, Fabricação/Modelo: 2006/2007, Combustível: Alcool/Gasolina, Cor: AZUL, apresentando diversos problemas mecânicos, amassados, riscos e sujeira. Patrimônio 3277, e lote 09- AUTOMÓVEL I/CITROEN C4 20GLXA5P F, Placa: MIB6775, Renavam: 207624011, Fabricação/Modelo: 2010/2010, Combustível: Alcool/Gasolina, Cor: PRETA, apresentando problemas elétricos e mecânicos. Patrimônio nº1545 de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência: 09 de janeiro de 2024 a 09 de março de 2024.

Valor: 18.100,00

Assinatura: 09 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

10-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO ALDAIR

Publicação Nº 5508243

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C972824993F55DA7717E7660C1C7920B6D04B201

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2024

Código registro TCE:C972824993F55DA7717E7660C1C7920B6D04B201

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: ALDAIR JOSÉ THALHEIMER,

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem LOTE 17- AMBULÂNCIA RENAULT/MASTERAMB RONTAN, Placa: MIE0356, Renavam: 223536075, Fabricação/Modelo: 2010/2010, Combustível: Diesel, Cor: BRANCA, veículo considerado inservível ao propósito de seu uso. Patrimônio nº 3267, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência: 09 de janeiro de 2024 a 09 de março de 2024.

Valor: 35.600,00

Assinatura: 09 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

11-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO REMI

Publicação Nº 5508256

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 30573C793C763839A1BAC65A2DBA621B537FDCFO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2024

Código registro TCE: 30573C793C763839A1BAC65A2DBA621B537FDCFO

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: REMI ANTONIO TOSATTI

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem item 06- AUTOMÓVEL FIAT/UNO MILLE ECONOMY, Placa: MGM5415, Renavam: 153909129, Fabricação/Modelo: 2009/2010, Combustível: Alcool/Gasolina, Cor: BRANCA, item 8 - CAMINHONETE I/CHANGAN CHANA

SC1026W, Placa: MML0573, Renavam: 540428736, Fabricação/Modelo: 2011/2012, Combustível: Gasolina, Cor: BRANCA, motor,câmbio e acentos desmontados por apresentar avarias. Patrimônio nº 1542, E item 7-AUTOMÓVEL FIAT/UNO MILLE WAY ECONOMY, Placa: MHH5475, Renavam: 162817010, Fabricação/Modelo: 2009/2010, Combustível: Álcool/Gasolina, Cor: BRANCA, acidentado, com avaria no teto,capô dianteiro, pára-brisas dianteiro e retrovisores. Patrimônio nº1883. de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:10 de janeiro de 2024 a 10 de março de 2024.

Valor: 13.800,00.

Assinatura: 10 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

12-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO KELVIN

Publicação Nº 5508263

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91A832009736D7B0141668CDFD6A59E41F6185C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2024

Código registro TCE:91A832009736D7B0141668CDFD6A59E41F6185C5

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado:KELVEM MIGUEL DUARTE.

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem do lote 26- Filtros de água, ar-condicionado e aquecedores, itens sem serventia com avarias diversas. Do lote 27- Eletrônicos, telefones, relógios ponto, tvs, monitores, geladeiras, vídeocassetes, centrais telefônicas, Projetores, no breaks, estabilizadores, retroprojetores, autoclave, impressora, lavadora de alta pressão, câmera fotográfica. Itens sem serventia com avarias diversa e lote 28- Sucata diversas como armários, prateleiras metálicas, escadas, arquivos, balanças, berços e cadeiras de alimentação, itens com defeitos diversos e sem serventia, todos de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:10 de janeiro de 2024 a 10 de março de 2024.

Valor : 2.750,00

Assinatura: 10 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

13-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO SILVIA

Publicação Nº 5508269

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1E86C7358ABF7E813ECA591E82CEDD90283E16BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 13/2024

Código registro TCE:1E86C7358ABF7E813ECA591E82CEDD90283E16BD

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: SILVIA GERMANO SILVA

Objeto: O objeto do presente contrato é a alienação do bem item18-ÔNIBUS ESCOLAR VW 15.190/INDUSCAR FOZ 2500, , Placa: MHI7113, Renavam: 134807928, Fabricação/Modelo: 2009/2009, Combustível: Diesel, Cor: AMARELA, apresenta avarias, amassados, riscos,uma janela quebrada e sujeira. Patrimônio nº 1538, de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência:10 de janeiro de 2024 a 10 de março de 2024.

Valor :46.600,00

Assinatura: 10 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercicio

14-2024 EXTRATO DO CONTRATO 01-2024 LEILÃO M&S

Publicação Nº 5508275

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A69FD2CE19FD85AA6E90A50400388EF4E4965B81

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 14/2024

Código registro TCE:A69FD2CE19FD85AA6E90A50400388EF4E4965B81

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, torna público que firmou o seguinte contrato:

Processo Licitatório: 59/2023 LEILÃO: 02/2023

Contratado: M&S CONSTRUTORA LTDA

Objeto:O objeto do presente contrato é a alienação do bem lote 2- Retroescavadeira New Holland LB110, Modelo: 87749103#A, Serial: SDB 03-44-10, Fabricação: 2010, apresentando diversos problemas mecânicos, amassados, riscos e sujeira.Patrimônio1905. Do bem, item 11- Trator Agrícola, Marca Agrale, Modelo: 5085.4, Tração 4x4, Potência 97 cv, Série: A1G08AA2EE0006181, apresenta avarias, riscos e sujeira.

Patrimônio nº 3356, e item 22- Ensilhadeira max gold série 39200042820. Item sem serventia. Patrimônio nº 3317, todos de propriedade do Município de Lindóia do Sul, conforme proposta vencedora.

Vigência: 10 de janeiro de 2024 a 10 de março de 2024.

Valor : 134.600,00

Assinatura: 10 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

15-2024 EXTRATO DE CONTRATO ARBITRAGEM TEUTONIA

Publicação Nº 5508279

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0216CC58360E31214A1DFD64FCC86D3D1D7703F

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 15/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

Código registro TCE: C0216CC58360E31214A1DFD64FCC86D3D1D7703F

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Teutonia Arbitragem LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARBITRAGEM E JULGAMENTO DOS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, FUTEBOL SETE, FUTEBOL DE CAMPO, OLIMPÍADAS, TORNEIOS E FESTIVAIS

Valor: R\$ 61.620,00

Vigência: 11 de janeiro de 2024 a, 31 de dezembro de 2024.

Assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

16-2024 EXTRATO DE CONTRATO ARBITRAGEM GABRIEL KUBIAKI

Publicação Nº 5508295

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F553A15F32C37D6FF686A53D46D995497C24F4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 16/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

Código registro TCE: 1F553A15F32C37D6FF686A53D46D995497C24F4D

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GABRIEL KUBIAKI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARBITRAGEM E JULGAMENTO DOS JOGOS DOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTSAL, FUTEBOL SETE, FUTEBOL DE CAMPO, OLIMPÍADAS, TORNEIOS E FESTIVAIS

Valor: R\$ 41.279,60

Vigência: 11 de janeiro de 2024 a, 31 de dezembro de 2024.

Assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal em exercício

Lontras

PREFEITURA

PORTARIA Nº 02/2024

Publicação Nº 5507868

PORTARIA Nº 02/2024
CONCEDE AVERBAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 159 da Lei Complementar nº 662/90 de 07 de dezembro de 1990;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder averbação do tempo de serviço prestados ao município, na razão de 2 anos 8 meses e 18 dias, para o (a) servidor (a) TANIA APARECIDA MIRANDA, ocupante do cargo de AUXILIAR ESCOLAR.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 09 de janeiro de 2024.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 03/2024

Publicação Nº 5507870

PORTARIA Nº 03/2024
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar nº 662/90 de 07 de dezembro de 1990 e,

CONSIDERANDO que a referida lei permite que os servidores desta municipalidade façam jus ao adicional por tempo de serviço na razão de 6% (seis) a cada 3 (três) anos de serviços prestados ao município;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder adicional por tempo de serviço para o servidor abaixo relacionado:

FUNÇÃOÁRIO	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	ADICIONAL %
ALDORI LIERMANN	15 ANOS	30%
CARMELISA LILIAN MULLER	21 ANOS	42%
LUCIANO DA ROSA	15 ANOS	30%
MARIA APARECIDA CRISTOVAM DE SOUZA	15 ANOS	30%
ONELIO BELINI	15 ANOS	30%
SALETE CORREA	12 ANOS	24%
TANIA APARECIDA MIRANDA	3 ANOS	6%

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 10 de janeiro de 2024.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 04/2024

Publicação Nº 5507873

PORTARIA Nº 04/2024
NOMEIA EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 97, inciso I, alínea "M" da Lei Orgânica do Município de Lontras e,

CONSIDERANDO que o Município de Lontras encontra-se habilitado para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local, tipologia nível III, nos termos da Resolução CONSEMA nº 39/14, de 15 de julho de 2014;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017;
RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros para comporem o quadro técnico multidisciplinar de que trata o art. 6º da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 que passa a ser composto:

I – Marcos Adriano Hang, servidor público municipal, Biólogo, inscrito no CRBIO/SC sob nº 095909/03-D;

II – Vanderlei Machado, servidor público municipal, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/SC sob nº 041339-9;

III – Johny Vansuita, servidor público municipal, Arquiteto, inscrito no registro CAU/SC A164422-0;

IV – Ismeralda Lima de Matos, servidora pública municipal, Engenheira Civil, inscrita no CREA/SC sob nº 187064-0;

V – Mario Bini, servidor público municipal, Biólogo, inscrito no CRBIO/SC 12.9387;

VI – Ezequiel Gallio, servidor público municipal, Engenheiro Florestal, inscrito no CREA/SC 206099-5.

Art. 2º. As funções, atribuições e modo de funcionamento da equipe técnica multidisciplinar são aquelas inerentes ao exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local, tipologia nível III, nos termos da Resolução CONSEMA nº 39/14, de 15 de julho de 2014 e Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 872/2022 e as disposições em contrário.

Lontras, 11 de janeiro de 2024.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 05/2024

Publicação Nº 5507874

PORTARIA Nº 05/2024

DESIGNA DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E NOMEIA SERVIDORES PARA ATUAR NOS PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES EM INFRAÇÕES AMBIENTAIS POR CONDUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE

MARCIONEI HILLEISHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "c" da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 948 de 17 de novembro de 1995

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal Marcos Adriano Hang como Diretor do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 2º - Nomear, nos termos do Decreto Municipal Nº 56, de 04 de abril de 2023, os fiscais responsáveis pelos procedimentos para apuração e aplicação de penalidades em infrações ambientais por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

a) Agente fiscal: Letícia Kauana Bleich Theis

b) Agente fiscal autuador: Ezequiel Gallio

c) Autoridade ambiental fiscalizadora: Marcos Adriano Hang

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 392/2023.

Lontras, 11 de janeiro de 2024
marcionei hillesheim
Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO 136/2023

Publicação Nº 5508529

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT DE MATERIAL ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I. Considerando a necessidade de adequação ao edital 136/2023 em relação a descrição dos objetos que seriam licitados pelo Município de Lontras, fica revogado o presente processo. Abre-se prazo para a manifestação de contraditório e ampla defesa de até 18/01/2023. Lontras, 11 de janeiro de 2023. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 2324/2024

Publicação Nº 5507739

DECRETO Nº 2324, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
ATUALIZA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS CONFORME ÍNDICE OFICIAL DE INFLAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira-SC, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Complementar Nº 79/2017, de 29 de setembro de 2017 (Código Tributário Municipal de Macieira), e suas alterações posteriores,

- DECRETA
- Art. 1º Fica regulamentado o reajuste de todos os Tributos Municipais, neles compreendidos as taxas, impostos, tarifas e preços públicos municipais em 4,62%, em conformidade com o IPCA de 2023.
- Art. 2º. Fica reajustado o valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência do Município) em 4,62%, em conformidade com o IPCA de 2023.
- Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 11 de janeiro de 2024.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

PORTARIA 5452/2024

Publicação Nº 5507695

PORTARIA Nº 5452/2024
CONCEDER AVANÇO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº80, de 17/10/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Servidor Público Municipal;

Considerando a avaliação de desempenho realizada por comissão designada;

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MERECIMENTO, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, a partir de janeiro de 2024, de acordo com a avaliação de desempenho, referente a novembro/dezembro do ano de 2023.

NOME	CARGO	SECRETARIA	REFERÊNCIA ATÉ 12/22	REFERÊNCIA A PARTIR DE 01/23
Adelir Bertotto	Motorista II	Educação	2 -A	2 -B
Adriano Lazzarotti	Adm RH	Administração	3- A	3- B
Alzira Locatelli	Serv Gerais II	Educação	2 -D	2 -E
Anadir Rampinelli	Tec Enfermagem	Saúde	1 - F	2 - A
Bruna C B de Andrade	Odontóloga	Saúde	2- A	2- B
Carla M Cerry	Fisioterapeuta	Saúde	1 -E	1 -F
Carlos A Pedrozo	Serv Gerais II	Infraestrutura	1 -E	1 -F
Clodoaldo Scheffemacher	Motorista I	Saúde	2 -B	2 -C
Clodoaldo De Bortoli	Op Maq Leve	Infraestrutura	1-A	1-B
Donato Bonassa	Motorista II	Infraestrutura	2-C	2-D
Eduardo M Zilio	Analista de Sistemas	Administração	2 - C	2 - D
Edenir de Onegreiros	Motorista II	Educação	1-A	1-B
Fermino Jose de Oliveira	Motorista I	Saúde	2 -C	2 -D
Fernanda Zilio	Serv Gerais II	Saúde	1-E	1-F
Gilberto Cerry	Pedreiro	Infraestrutura	2-A	2-B
Gerson Borga	Motorista II	Educação	1-A	1-B
Jairo Bernardino	Op Maq Leve	Agricultura	2 -D	2 -E
Janete T Z Camuzzato	Serv Gerais II	Educação	1 -F	2 -A
Joel Guarnieri	Op Maq Pesada	Infraestrutura	1-B	1-C

Jossemara Z Camuzzato	Serv Gerais II	Educação	2 -B	2 -C
Leomar Perovano	Motorista II	Infraestrutura	1-A	1-B
Leonardo R Maffioletti	Op Maq Pesada	Infraestrutura	1-B	1-C
Leudanires L C cerry	Aux odontologia	Saúde	1-B	1-C
Lucila Serighelli	Aux Adm	Saúde	2-A	2-B
Maristela Tasca	Tec saúde Bucal	Saúde	1 – D	1 – E
Noilir Manenti	Ass. Social	CRAS	2–B	2–C
Patrick do Nascimento	Fiscal de Tributos	Administração	1-E	1-F
Paulo S Pedroso	Motorista II	Educação	2 –D	2 –E
Pedrinho R Bernardino	Motorista II	Educação	3-E	3-F
Ronivon Luiz Bridi	Eng Agronomo	Agricultura	2 –B	2 –C
Severino de Oliveira	Tesoureiro	Administração	2–B	2–C
Sergio Luiz Groth	Mecânico	Infraestrutura	1 -F	2-A
Simone Lazzarotti	Ag Combate Endemias	Saúde	1 –F	2 –A
Taisa Scopel	Nutricionista	Saúde	2- F	3- A
Terezinha de J E Santos	Serv Gerais II	Educação	2 –C	2 –D
Tália Tomazi	Fiscal de Vig. Sanitária	Saúde	1-B	1-C
Valdir Moraes	Op Maq Pesada	Infraestrutura	2 –D	2 –E
Willian Cardoso	Ass. Juridico	Administração	1-B	1-C

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 11 de janeiro de 2024.
EDGARD FARINON
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2023 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 5508304

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4DA4CCE6855C626543D0C91FCD90218F880826E5

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2023
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes, tênis e mochilas, destinados aos alunos do Ensino Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h00min, do dia 29/01/2024. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 29/01/2024. Início da disputa 09h00min do dia 29/01/2024. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Chave TCE:4DA4CCE6855C626543D0C91FCD90218F880826E5

Mafra (SC), 11 de janeiro de 2024.
Emerson Maas
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

Publicação Nº 5508976

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: DS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 45.092.758/0001-35

Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Mafra, suas Secretarias e Corpo de Bombeiros que compõe a esfera municipal, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, do Pregão na Forma Eletrônica para Registro de Preço nº 064/2023, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
228	100941 - Kit de Natal Kit de Natal contendo: -01 panetone 450g; -01 unidade de pêssego em calda, em metades, enlatado, peso líquido 830g, peso drenado 450g; -02 unidades de chocolate em barra, ao leite, 90g; -03 unidades de pó para preparo de gelatina, com 35g cada, sabores diversos; -01 unidade de leite condensado pasteurizado, embalagem 395g; -01 unidade de creme de leite UHT, homogeneizado, com até 20% de gordura, 200g; -01 unidade de refrigerante 2 litros sabores variados; -01 pacote de bala tipo caramelo, pacote 600g; -03 pacotes de biscoito wafer, sabores variados, pacote de 140g; -02 pacotes de pipoca doce, 50g	Un	Em Anexo Em Anexo	1.000	59,80	59.800,00
Total (R\$):						59.800,00

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 064/2023, PROCESSO Nº 219/2023

Data de assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE MAFRA - SC não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2023

Publicação Nº 5508966

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2023
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada:TECDIESEL SISTEMA DE INJEÇÃO DIESEL LTDA
CNPJ: CNPJ: 32.745.596/0001-45
Objeto: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes à frota da Prefeitura do Município de Mafra/SC, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Civil, com fornecimento de peças e acessórios de reposição, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão na Forma Eletrônica para Registro de Preço nº 047/2023, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Desconto %	Quantidade	Valor unitário (R\$)
7	7	100350 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva elétrica em veículos oficiais à diesel linha pesada de diversas marcas, pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Mafra/SC e demais órgãos, com valor hora/homem(hora trabalhada)	Hr	45%	17.430	R\$ 326,66

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 047/2023, PROCESSO Nº 168 /2023
Data de assinatura: 28 de agosto de 2023.
Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE MAFRA - SC não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2023

Publicação Nº 5508973

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2023
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: GLR INSTALADORA LTDA
CNPJ:35.747.818/0001-57
Objeto:A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando locação de doze caminhões basculantes, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão na Forma Eletrônica para Registro de Preço nº 039/2023, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	100194 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente.(Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	46.818,00	561.816,00
4	100195 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente.(Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	41.788,88	501.466,56
5	100196 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente.(Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	41.988,88	503.866,56

6	100197 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	44.488,88	533.866,56
7	100198 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	43.480,00	521.760,00
9	100200 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	44.488,88	533.866,56
10	100201 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano)	Mês	Pr <input type="checkbox"/> pria Pr <input type="checkbox"/> prio	12	41.940,00	503.280,00
Total (R\$):					3.659.922,24	

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 039/2023, PROCESSO Nº 129/2023
Data de assinatura: 29 de agosto de 2023.
Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE MAFRA - SC não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2023

Publicação Nº 5508972

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2023
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: LDA SERVIÇOS DE ENGENHARIA
CNPJ:36.518.478/0001-55
ObjetoA presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando locação de doze caminhões basculantes, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos, Edital do Pregão na Forma Eletrônica para Registro de Preço nº 039/2023, Planilha de custo e formação de preços e proposta da licitante vencedora, todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	100192 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente.(Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	Mês	FORD 2429	12	42.200,00	506.400,00

2	100193 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente.(Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos)	Mês	FORD 2429	12	43.500,00	522.000,00
8	100199 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano)	Mês	FORD 2429	12	44.999,00	539.988,00
11	100202 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Agricultura e Interior)	Mês	FORD 2429	12	40.990,00	491.880,00
12	100203 - Locação mensal de um caminhão basculante: peso total com carga 23 toneladas 6x4, com motorista para transporte de diversos itens conforme a necessidade do município (combustível por conta da contratada). Trabalhos de segunda- feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. O caminhão deve possuir rastreador que emita relatórios de sua rota e paradas e os mesmos fornecidos semanalmente. (Secretaria Municipal de Agricultura e Interior)	Mês	FORD 2429	12	40.900,00	490.800,00
Total (R\$):						2.551.068,00

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 039/2023, PROCESSO Nº 129/2023
Data de assinatura: 29 de agosto de 2023.
Vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.
Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE MAFRA - SC não será obrigado a firmar as contratações que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

Publicação Nº 5508329

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: LIZARIO INÁCIO LTDA
CNPJ: 33.329.494/0001-01
Origem: Processo Licitatório nº321/2021, Credenciamento Nº 018/2021.
Objeto: O presente contrato tem por objeto o Credenciamento de pessoa Física e/ou Jurídica para prestação de serviços de atendimentos fisioterapêuticos para mulheres mastectomizadas ou em tratamento de câncer, conforme tabela de especificações e quantidades estimadas, obedecendo às normas do SUS e por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Mafra, relacionados no anexo I do edital do Credenciamento nº 018/2021, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 13/10/2021, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Valor total: R\$ 24.860,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta reais).
Data de Assinatura: 10/01/2024
Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital.
Dotação Orçamentária:
Despesa: 79
Fonte de recurso: 102
Despesa: 80
Fonte de recurso: 138
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

Publicação Nº 5508322

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LIZARIO INÁCIO LTDA

CNPJ: 33.329.494/0001-01

Origem: Processo Licitatório nº101/2023, Credenciamento Nº 004/2021.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Credenciamento de Médicos para composição das Equipes Mínimas em Estratégias de Saúde da Família (ESF) no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, onde a secretaria se responsabilizará em alocar cada profissional, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 004/2023, sob o regime de credenciamento, em estrita observância ao contido e especificado na documentação levada pelo edital publicado no dia 01/08/2023, devidamente homologado pelo CONTRATANTE, regendo-se pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do referido edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Data de Assinatura: 10/01/2024

Vigência: O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura com vigência até de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, até o término da vigência do edital, ou até o preenchimento das vagas por profissionais do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde ou de futuro processo seletivo a ser realizado, qual venha a ocorrer antes.

- Ação: 2.271 - Captação ponderada - Estratégia Saúde da Família - ESF e Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF

- Dotação: 352

- Fonte: 1.500.1002

- Ação: Ações Estratégicas - Programa Saúde na Hora, Sistema Prisional e outras ações estratégicas

- Dotação: 355

- Fonte: 1.600.0000

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2023

Publicação Nº 5508333

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 164/2023

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: AÇOMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME

CNPJ: 00.880.483/0001-66

Objeto: O presente instrumento tem por objeto aquisição de 01 (um) caminhão e tanque pipa novo, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme especificações contidas no edital e seus anexos, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2023, deste Município de Mafra, visa alterar o prazo inicialmente contratado, conforme Proc. Administrativo 2.715/2023, Ofício nº 2071/2023/Obras, e Parecer Jurídico nº 819/2023.

PRAZO: Fica prorrogado o presente contrato até a data de 31 de dezembro de 2024 a contar da data de vencimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 164/2023.

Data de Assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2021

Publicação Nº 5508310

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2021

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: RIOLAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

CNPJ 03.210.120/0001-01

Objeto: O presente aditivo tem por objeto contratação de prestador de serviços especializados na área de saúde para fins de realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço tabela SUS, a serem ofertados aos usuários da rede municipal de saúde, através da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra, visa alterar o prazo inicialmente contratado, conforme Proc. Administrativo 2.537/2023, Ofício nº 194/2023/Controle e Avaliação, Parecer Jurídico nº 784/2023, e Despacho 8- 2.537/2023.

PRAZO: Fica prorrogado o presente contrato até a data de 31 de dezembro de 2024 a contar da data de vencimento do 3º Termo Aditivo do Contrato de Credenciamento nº 009/2021

Data de Assinatura: 11 de janeiro de 2024.

Foro: Comarca de Mafra.

Major Gercino

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO PP 76/2023

Publicação Nº 5508297

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 68E8570FF72AC62F5149AF332D35C14628A71017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 79/2023 - PR
	Processo Administrativo: 79/2023 Processo de Licitação: 76/2023 Data do Processo: 29/11/2023

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALMOR PEDRO KAMMERS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.:

76/2023
- b) Licitação Nr.:

79/2023-PR
- c) Modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação:

11/01/2024
- e) Objeto da Licitação

Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para iluminação pública, nas localidades do interior do município onde as localidades são atendidas pela CEREJ.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 009515 - JMM ELETRICA LTDA	2	0,0000	136.800,00
	2		136.800,00

Major Gercino, 11 de Janeiro de 2024.

VALMOR PEDRO KAMMERS
PREFEITO MUNICIPAL

Major Vieira

PREFEITURA

DECRETO Nº 3065, DE 09 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507889

DECRETO Nº 3065, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 78, INCISO IV E § 1º, E NOS ARTS. 82 A 86 DA LEI (FEDERAL) Nº 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Major Vieira e observando o disposto na Lei (federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve DECRETAR:

Art. 1º O registro de preços para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Major Vieira obedecerá às normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º O procedimento de registro de preços será utilizado, quando conveniente, para materiais e gêneros de consumo frequente, que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou que devam ser adquiridos por diversos setores, bem como para os serviços, incluindo obras e serviços de engenharia habituais e necessários ou que possam ser prestados às diversas unidades, observado o disposto neste Decreto.

§ 1º As obras e serviços de engenharia só poderão ser contratados através do sistema de registro de preços se atendidos os seguintes requisitos, cumulativamente:

I – existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II – necessidade permanente ou frequente do objeto a ser contratado.

§ 2º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado, na forma do art. 23, da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme o Decreto Municipal nº 3064 de 09 de janeiro de 2024.

§ 3º Do edital de licitação para o registro de preços deverão constar, além de outras, as seguintes condições:

I – especificidades da licitação e de seu objeto;

II – quantidades mínimas e máximas, cotadas em unidades de bens, ou em unidades de medidas, conforme o caso;

III – possibilidade de prever preços diferentes:

- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diversos;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- d) por outros motivos justificados no processo.

IV – possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, desde que previamente definida a quantidade mínima, obrigando-se nos limites dela;

V – critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto, este sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI – critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, que somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, devendo o edital indicar o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos;

VII – condições para alteração de preços registrados;

VIII – registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

IX – hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

§ 4º Excepcionalmente, é permitido o registro de preços sem referência ao total a ser adquirido, com indicação limitada a unidades de contratação, sendo obrigatória a indicação do valor máximo da despesa, restrito às seguintes hipóteses:

I – quando for a primeira licitação para o objeto e não existir registro de demandas anteriores;

II – no caso de alimento perecível;

III – no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Art. 3º No âmbito do procedimento disciplinado por este Decreto, a adjudicação importa o registro, na ata, de todos os licitantes classificados que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor.

Art. 4º O sistema de registro de preços poderá ser utilizado nas modalidades pregão e concorrência, bem como nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação, quando:

I – houver inviabilidade de competição, na forma do art. 74, caput, e inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – o valor total estimado da contratação não superar os limites estabelecidos no art. 75, incisos I e II, conforme o caso, da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – na hipótese prevista nas alíneas a) e b) do inciso III do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 5º O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal nº 3064 de 09 de janeiro de 2024.

§ 1º O contrato que decorrer de ata de registro de preços possuirá vigência de acordo com a disposições nela contidas e em observância aos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante disposto na minuta anexa ao correspondente edital.

§ 2º A existência de preços registrados implicará no compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, sendo permitida a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Art. 6º A adesão à ata de registro de preços poderá ocorrer observados os seguintes requisitos:

I – mediante apresentação de justificativa acerca da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II – demonstração de que os valores registrados na ata estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal nº 3064 de 09 de janeiro de 2024;

III – realização de consulta prévia ao órgão ou a entidade gerenciadora, bem como ao fornecedor da ata de registro de preços, que deverão manifestar aceitação sobre o ato;

IV – no caso de adesão a ata de registro de preços de órgão ou entidade federal, estadual, distrital ou municipal, as quantidades buscadas não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) das quantidades estimadas em cada item do instrumento convocatório.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração ficará responsável pelo registro de preços para materiais e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia.

§ 1º O preço registrado será utilizado, obrigatoriamente, por todas as unidades municipais.

§ 2º Excetuam-se do disposto no § 1º as aquisições ou prestações de serviços nos casos em que a utilização se revelar antieconômica.

§ 3º As propostas de compras ou as de contratações de serviços a serem processadas com base no § 2º serão justificadas e acompanhadas, conforme o caso, de pesquisas de preço efetuadas na forma do Decreto Municipal nº 3064 de 09 de janeiro de 2024;

Art. 8º A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

Art. 9º. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

I – pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

II – pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem

ao registro de preços.

§ 2º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário oficial dos Municípios – DOM, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

§ 3º A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

§ 4º Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.

§ 5º Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para o objeto do registro de preços.

§ 6º Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 10. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

§ 1º Na hipótese prevista no caput deste artigo, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico- financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 11. Caberá a Secretaria de Administração a prática de atos para rotina, controle e administração do registro de preços, inclusive no tocante à inviabilidade de ultrapassagem de quantidade máxima registrada, preferencialmente em formato informatizado.

Art. 12. A utilização do preço registrado nos termos deste Decreto dependerá sempre de requisição fundamentada do órgão interessado, que solicitará à Secretaria de Administração a contratação correspondente.

Art. 13. Quando uma ou mais Secretarias tiverem interesse em registrar preços para compras, serviços ou obras, deverão solicitar, justificadamente, a Secretaria de Administração, a instauração do competente procedimento.

Parágrafo único. A solicitação de que trata este artigo deverá fazer-se acompanhar da adequada caracterização dos bens ou serviços pretendidos, seus padrões de qualidade, bem como de pesquisa de mercado entre fornecedores identificados.

Art. 14. A Secretaria Administração publicará, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, para conhecimento público e orientação da Administração, os preços registrados, devendo constar na publicação, obrigatoriamente:

- I – o objeto registrado;
- II – o preço registrado;
- III – o prazo de validade do registro.

§ 1º. Sempre que houver alteração nos preços registrados, será publicada, no Diário Oficial dos Municípios – DOM, informação acerca do objeto respectivo e do preço atualizado.

§ 2º. A Administração poderá fazer constar na publicação que as informações indicadas neste artigo estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal, com vistas à economicidade.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, 09 de janeiro de 2024.
EDSON SIDNEI SCHROEDER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3066, DE 09 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507900

DECRETO Nº 3066, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

REGULAMENTA O INSTRUMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 78, INCISO I E § 1º, E NO ART. 79, DA LEI (FEDERAL) Nº 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Major Vieira e observando o disposto na Lei (federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve DECRETAR:

Art. 1º O instrumento auxiliar de Credenciamento para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Major Vieira

obedecerá às normas fixadas neste Decreto.

Art. 2º O instrumento auxiliar de credenciamento constitui-se em processo administrativo de chamamento público por meio do qual a Administração do Município de Major Vieira convocará interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, busquem autorização para executar o objeto, quando solicitado.

Art. 3º É inexigível a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

Art. 4º O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II – com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Art. 5º No procedimento de credenciamento serão observadas as seguintes regras:

I - a Administração divulgará e manterá à disposição do público, no sítio oficial do Município de Major Vieira, <https://majorvieira.sc.gov.br/>, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, serão adotados critérios objetivos de distribuição da demanda, a ser fixado no respectivo edital, conforme o tipo de objeto;

III - o edital de chamamento de interessados preverá as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, definirá o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração registrará as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Art. 6º Os editais de chamamento público, para fins de credenciamento, serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas (art. 174, § 2º, III) e no sítio oficial do Município de Major Vieira, <https://majorvieira.sc.gov.br/>.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, 09 de janeiro de 2024.

EDSON SIDNEI SCHROEDER

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO 1ª RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.209/2023

Publicação Nº 5507269

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 209/2023 – Modalidade de Tomada de Preços n. 209/2023.

1ª Retificação do Edital

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Maravilha e.e., Jonas Dall´Agnol, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados a 1ª Retificação do Edital de Tomada de Preços n. 209/2023, para constar no item 6.1.4.3, subitem 1 e 2 da tabela, a alteração da unidade de medida de metro quadrado para metro cúbico. A alteração não afeta a formulação da proposta nos termos do art. 21, § 4º da Lei n. 8.666/1993. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2023. – Prefeito do Município de Maravilha - SC.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2024

Publicação Nº 5508437

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 003/2024. Partes: Município de Maravilha – SC e GAIA RODOVIAS LTDA. Objeto: Execução de reperfilagem na Rua ARMINDO GRELLMANN com área de 980,51m², execução dos serviços de reperfilagem asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua AYRTON SENNA com área de 1.684,65m² e execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo, drenagem pluvial e sinalização na Rua PASTOR ARMANDO CLASS com área de 672,18m², de reperfilagem em C.B.U.Q. na Rua D com área de 1.897,93m² e de reperfilagem no acesso à Linha Sanga Silva com área de 1.447,18m², totalizando área total de 6.682,45 m² no Município de Maravilha - SC. Vigência: 04 meses. Valor R\$ 638.959,42. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 11/01/2024. Signatários: Sandro Donati pela Contratante e RENATO ADRIANO SEIBT pela Contratada.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.203/2023

Publicação Nº 5508429

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 203/2023 – Modalidade de Tomada de Preço n. 203/2023.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito em exercício de Maravilha - SC, JONAS DALL´AGNOL, torna público para conhecimento dos interessados, a homologação e adjudicação do Processo Licitatório n. 203/2023, à empresa Gaia Rodovias Ltda, pelo valor de R\$ 638.959,42, cujo objeto consiste na execução de reperfilagem na Rua ARMINDO GRELLMANN com área de 980,51m², execução dos serviços de reperfilagem asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua AYRTON SENNA com área de 1.684,65m² e execução dos serviços de pavimentação asfáltica sobre paralelepípedo, drenagem pluvial e sinalização na Rua PASTOR ARMANDO CLASS com área de 672,18m², de reperfilagem em C.B.U.Q. na Rua D com área de 1.897,93m² e de reperfilagem no acesso à Linha Sanga Silva com área de 1.447,18m², totalizando área total de 6.682,45 m², no município de Maravilha - SC.

Maravilha - SC, 11 de janeiro de 2023.

SANDRO DONATI – Prefeito de Maravilha – SC.

Marema

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS N° 01/2024

Publicação N° 5508847

Estado de Santa Catarina

Município de Marema – Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS n°. 001/2024

Edital: Dispensa de Licitação FMS n°. 001/2024

Fundamento: art. 75, inciso XI, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: Dispensa de Licitação tem por objetivo a transferência de recursos financeiros ao CIS-AMOSC para Manutenção do Consórcio, adimplemento dos serviços especializados em saúde, de média e alta complexidade ambulatorial, aquisição de medicamentos insumos e correlatos – farmácia básica e psicotrópicos, para o Município de Marema no Exercício de 2024.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC

Valor: R\$ 1.683.215,48 (um milhão seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos)

Projeto/Atividade: 2.057 - Manut. das Atividades da Saúde - Transferências a Consórcios Públicos – 1.500.1002.0102 - Recursos Ordinários

Marema - SC, 05 de janeiro de 2024.

MAURI DAL BELLO.

Prefeito Municipal

Matos Costa

PREFEITURA

PORTARIA 001/2024

Publicação Nº 5508207

PORTARIA Nº 001/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
885	Joelcy Franciane Granemann	Assistente Social	10 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 11/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 002/2024

Publicação Nº 5508213

PORTARIA Nº 002/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora investida em cargo de provimento em carreira e designada para ocupar cargo de provimento em comissão, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
548	Luziane Micheli Skibinski dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais CC/ Coordenador do CRAS	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 003/2024

Publicação Nº 5508215

PORTARIA Nº 003/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora investida em cargo de provimento em carreira e Designada para exercer a Função de Confiança para o exercício de Chefia e trabalhos técnico especializados junto aos programas sociais, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
548	Nilse Gielinski	Auxiliar de Serviços Gerais / Função Gratificada	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 004/2024

Publicação Nº 5508218

PORTARIA Nº 004/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares a Servidora nomeada em cargo de provimento em comissão, abaixo relacionada da Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1213	Alexandra Taise Marschalk	Ass. para Desenvolvimento Sustentável	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 005/2024

Publicação Nº 5508221

PORTARIA Nº 005/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria

Municipal de Agricultura e do Abastecimento, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
100	Sebstião Edilson	Inseminador Artificial Op. De Maquinas Agrícolas Op. De Maquinas Agrícolas	30 Dias	2021/2022	02/01/2024 a 31/01/2024 02/01/2024 a 31/01/2024 02/01/2024 a 11/01/2024	
867	Marschalk		30 Dias	2022/2023		
1212	Jandir Sebastiao Gonçalves Marcelo Barcelos		10 Dias	2022/2023		

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 006/2024

Publicação Nº 5508544

PORTARIA Nº 006/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao secretario municipal nomeado, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
1259	Leonir Alves dos Santos	Sec. Municipal de Desporto Cultura e Turismo	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 007/2024

Publicação Nº 5508546

PORTARIA Nº 007/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira e designado para ocupar cargo de provimento em comissão, abaixo relacionado da Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
1136	Vinicius Jose Besciak	Procurador / CC Procurador Geral do Município	10 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 11/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 008/2024

Publicação Nº 5508548

PORTARIA Nº 008/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares aos Servidores investidos em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1129	Ederson Diedrich	Op. de Maquina Rodoviária	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
594	Vilson Aderlar s. da Luz	Aux. Manutenção de Viação, Obras e Urbanismo	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
487	Rosangela de Jesus Ferreira Ribeiro	Gari	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
877	Sebastião Alvir Castilho Gregório	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
228	Gilson de Oliveira	Auxiliar de Construção Civil	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024
1155	Jonathan Felipe Rosa	Aux. Manutenção de Viação, Obras e Urbanismo	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024
576	Luciano Pinto de Mattos	Pedreiro	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
1336	Daniel Chelegel	Aux. Manutenção de Viação, Obras e Urbanismo	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024
623	José Luiz Cruz	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 009/2024

Publicação Nº 5508553

PORTARIA Nº 009/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira e designado para ocupar cargo de provimento em comissão, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
73	Joao Maria Rosa	Carpinteiro – CC Chefe de Seção /Equipe de Obras	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 010/2024

Publicação Nº 5508555

PORTARIA Nº 010/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
283	Daniele C. S. dos Santos	Técnico em Enfermagem/ AMUS	10 Dias	2021/2022	02/01/2024 a 11/01/2024
987	Jeane Cristina Bendlin	Enfermeira	15 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 16/01/2024
557	Lidiane Lourdes Freisleben	Agente Comunitário de Saúde	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
629	Fatima Danieli Gomes	Fisioterapeuta	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
1296	Mariele de Souza Machado	Recepcionista	15 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 16/01/2024
496	Carneiro				
496	Sidineia Moraes	Agente Comunitário de Saúde	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
883	Gabriel de Freitas	Enfermeiro Socorrista	30 Dias	2021/2022	02/01/2024 a 31/01/2024
1007	Giselle Aline Vergutz de Freitas	Tecnico em Saude Bucal	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
289	Luciana Cristina Santos	Auxiliar de Serviços Gerais - AMUS	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 011/2024

Publicação Nº 5508557

PORTARIA Nº 011/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao servidor GIOVANI OLDAIR SCHEFFER, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA - AMUS, pelo período de 19 (dezenove) dias, para serem gozados a partir de 02/01/2024 á 20/01/2024, do período aquisitivo de 2021/2022, sendo que o abono de 1/3 das férias já foi pago, de conformidade com o relatado e o solicitado através do Ofício nº 048/2023 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 012/2024

Publicação Nº 5508613

PORTARIA Nº 012/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:
Art. 1º - REINTEGRAR a servidora ELCIONE MARSCHALK, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional de TECNICO EM SAUDE BUCAL, a qual estava afastada para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar do dia 02.01.2024.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 013/2024

Publicação Nº 5508641

PORTARIA Nº 013/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora ELCIONE MARSCHALK, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de TECNICO EM SAUDE BUCAL, 06 (seis) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 014/2024

Publicação Nº 5508645

PORTARIA Nº 014/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira e Designado para exercer a Função de Confiança para ocupar o cargo de responsável por setor, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
21	Dirceu Joanim de Freitas	Assistente Administrativo I / FG Setor referente ao Portal da Transparência e Sítio Eletrônico do Município.	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 015/2024

Publicação Nº 5508647

PORTARIA Nº 015/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, no artigo 131 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER Licença Premio a Servidora investida em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Agricultura, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
516	Ana Salete Skibinski Garcia	Auxliar de Serviços Gerais	30 Dias	26/06/2017 a 26/06/2022	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 016/2024

Publicação Nº 5508650

PORTARIA Nº 016/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, no artigo 131 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER Licença Premio ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo Efetivo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
978	Jairo Weber Garcia	Motorista Socorrista	30 Dias	05/07/2016 a 05/07/2021	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 017/2024

Publicação Nº 5508653

PORTARIA Nº 017/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores

Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira do Magistério, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Educação especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
909			30 Dias		02/01/2024 a 31/01/2024
1295	Carlos Tomazi Carneiro	Motorista	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
1303	Vilson Fernandes	Motorista	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
140	Valdecir de Queiroz	Motorista	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
154	Roberta Dioneia Nestor	Recepcionista	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
213	Agda Martins Farias Grabovski	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
142	Dari de Castro	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
214	Ildima G. Caye Soppelsa	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
150	Jairo Celso Weingartnes	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
210	Jose Mariano de Freitas	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
212	Judimar Izabel Gregório Tomacheuski	Professor	30 Dias		02/01/2024 a 31/01/2024
861	Lucia Scheffer Rosa	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
207	Lucia Scheffer Rosa	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
178	Luciana Aparecida Skibinski	Professor	20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
178	Luciane Scheffer Gomes	Professor Sem Habilitação/ Professor Habilitado	10 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024
1291	Luciane Scheffer Gomes	Professor Sem Habilitação/ Professor Habilitado	30 Dias	2023/2024	22/01/2024 a 31/01/2024
34	Luciane Scheffer Gomes	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
862	Nadir Aparecida Moraes	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
153	Nadir Aparecida Moraes	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
865	Nerci Ribeiro da Silva	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
218	Nerci Ribeiro da Silva	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
205	Rosa Maria Ferreira de Macedo Correia	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
863	Rosani de Camargo Lopes Perozzo	Professor	30 Dias		02/01/2024 a 31/01/2024
216	Scheila Giseli Teodoro Cahrneski	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
986	Sirlene R. Zamboni Freisleben	Professor	30 Dias		02/01/2024 a 31/01/2024
1112	Giseli T Tomacheuski Muller	Professor	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
856	Mariane Gomes	Atendente de Creche	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1294	Carlos Bendlin	Professor de Inglês	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
1284	Aline Maria dos Santos	Professor de Educação Física	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
259	Sonia Aparecida Ribeiro	Assistente Social Escolar	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
585	Alice Coguta Walek	Professor de Artes	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
743	Darciele Kocan	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
636	Suzete Noronha de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
628	Eliane Beatriz Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
586	Sueli de Fátima Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024
	Suzimari Noronha de Freitas	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 018/2024

Publicação Nº 5508659

PORTARIA Nº 018/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares as Servidoras nomeadas em cargos de provimento em comissão, abaixo relacionadas da Secretaria Municipal de Educação, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1324	Francoice de Lima	Coor. Administrativo da Educação Ass. de Planejamento	15 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 16/01/2024
1219	Carim Cristina Carneiro		20 Dias	2022/2023	02/01/2024 a 21/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 019/2024

Publicação Nº 5508662

PORTARIA Nº 019/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER antecipadamente férias aos Servidores contratados em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Educação, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1317	Claudineia da Silva da Luz	Professor Des. Projetos - ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1411	Cristiane Amélia Freisleben	Aux. Educacional – ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1410	Dieni Magda Grabovski	Aux. Educacional – ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1412	Junieli Soares Silverio	Aux. Educacional – ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1401	Noelia Renata Melnyk	Aux. Educacional – ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1408	Rosana de Fatima Dzvoniarkevich	Aux. Educacional – ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1312	Tais Graciele Kochinski	Professor de Educação Física - ACT	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 020/2024

Publicação Nº 5508666

PORTARIA Nº 020/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER antecipadamente férias aos Servidores investidos em cargos de provimento em carreira do Magistério, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Educação especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
77		Motorista	20 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 21/01/2024
1393	Alceu Oliveira Carneiro	Professor	15 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 16/01/2024
1359	Ana Lucia Szczotka	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1305	Brenda Cristina Zanlorenze	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1388	Gabrieli Debovi	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
	Janice de Moura Souza Moraes				
1400	Jonas Grossl Domingues da Silva	Psicólogo Escolar	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
1352	Scheila Giseli Teodoro Charneski	Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024
	Solange Damian Piassoli				
1385		Professor	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 021/2023

Publicação Nº 5508668

PORTARIA Nº 021/2024 – De 02 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER antecipadamente férias a Servidora nomeada em cargos de provimento em comissão, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Educação, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1415	Jaqueline Schnitzer	Coordenador Escolar	30 Dias	2023/2024	02/01/2024 a 31/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 022/2024

Publicação Nº 5508673

PORTARIA Nº 022/2024 – De 03 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares aos Servidores investidos em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionados da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
28	Nereu Gregolin	Op. de Maquina Rodoviária	20 Dias	2022/2023	03/01/2024 a 22/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 03 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 023/2024

Publicação Nº 5508678

PORTARIA Nº 023/2024 – De 03 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
61	Edival Bendlin	Assistente Administrativo I	10 Dias	2023/2024	03/01/2024 a 12/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 03 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 024/2024

Publicação Nº 5508687

PORTARIA Nº 024/2024 – De 03 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao secretario municipal nomeado, abaixo relacionado da Secretaria Municipal da Industria,

Comercio e Serviços, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1292	Joao Vitor Pires	Sec. Municipal da Indústria, Comercio e Serviços	10 Dias	2022/2023	03/01/2024 a 12/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 03 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 025/2024

Publicação Nº 5508698

PORTARIA Nº 025/2024 – De 04 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:
Art. 1º - a servidora ELISANGELA FERREIRA BECKER, contratada no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional TECNICO, na categoria funcional de TECNICO DE ENGERMAGEM, 06 (seis) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 026/2024

Publicação Nº 5508703

PORTARIA Nº 026/2024 – De 04 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
71	Luiz Arnoldo Kaminski	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2022/2023	04/01/2024 a 02/02/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 027/2024

Publicação Nº 5508710

PORTARIA Nº 027/2024 – De 05 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora ELAINE CRISTINA CASTILHO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 028/2024

Publicação Nº 5508717

PORTARIA Nº 028/2024 – De 05 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR temporariamente a servidora ELAINE CRISTINA CASTILHO, nomeada no cargo de provimento em comissão de SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, para responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, durante o período de afastamento de licença para tratamento de saúde da secretária titular.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 05 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 029/2024

Publicação Nº 5508719

PORTARIA Nº 029/2024 – De 08 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
75	Ary Tomacheuski	Motorista	15 Dias	2021/2022	08/01/2024 a 22/01/2024

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 030/2024

Publicação Nº 5508722

PORTARIA Nº 030/2024 – De 08 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao secretario municipal nomeado, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
1217	Francisco Olavo Ribas	Sec. Municipal de Assistência Social	10 Dias	2022/2023	08/01/2024 a 17/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

PORTARIA 031/2024

Publicação Nº 5508752

PORTARIA Nº 031/2024 – De 08 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionada da Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo	
1111	Osnei Jableski	Contador	10 Dias	2022/2023	08/01/2024 a 17/01/2024	

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Janeiro de 2024.
PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL
A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN
Auxiliar Administrativo I

PORTARIA 032/2024

Publicação Nº 5508755

PORTARIA Nº 032/2024 – De 08 de Janeiro de 2024.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a servidora LADIR RODRIGUES DA SILVA DO PRADO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo

ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Janeiro de 2024.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

FABIANA GRANEMANN

Auxiliar Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 013-2024

Publicação Nº 5507314

PORTARIA n.º 013/2024

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, determina:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal ANDRE DE STEFANI – matrícula 10615, ocupante do cargo de Diretor de Tecnologia, referente ao período aquisitivo de 04 de junho de 2022 a 03 de junho de 2023.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 02/01/2024.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de janeiro de 2024.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 011/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507975

DECRETO Nº 011/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS – ADMITIDAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.607/2023, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria:

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento das demandas no Departamento de Educação;
Considerando que a presente contratação é temporária e visa atender demanda urgente;
Considerando a classificação no processo seletivo 001/2023.

DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeadas, a partir desta data, as candidatas abaixo identificadas, classificadas no Processo Seletivo 001/2023, para desempenho dos Cargos citados a seguir, com carga horária de 40 horas semanais e lotação no Departamento Municipal de Educação:

Nome	CPF	Cargo	Lotação
Angelica Dos Santos	xxx.xxx.600-71	Auxiliar de serv. Gerais Internos	Jardim
Asta R. J. de Melo	xxx.xxx.599-18	Auxiliar de serv. Gerais Internos	Esporte
Cleci X. Vaz	xxx.xxx.789-63	Auxiliar de serv. Gerais Internos	Creche
Fabiana M. S. Felício.	xxx.xxx.409-92	Auxiliar de serv. Gerais Internos	Creche

Art. 2º - A vigência do contrato é de 11.01.2024 a 20.12.2024, percebendo os vencimentos previstos na Lei Municipal nº 2607/2023, da tabela de isonomia dos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 11 de janeiro de 2024.
DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

CLEBER EBERHART
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 012/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508024

DECRETO Nº 012/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS SERVIDORES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nºs 970/90, 1.513/2004, 2607/2023 e demais normas legais que sobre a matéria,

Considerando a Lei Municipal nº 2.414/2019, que dispõe sobre o Adicional de Insalubridade ou Periculosidade,
Considerando em especial o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT – elaborado para o Município de Modelo pela Empresa SESI – Serviço Social da Indústria, definidos os graus e riscos em laudo próprio,
Considerando que os servidores irão exercer atividades consideradas insalubres, conforme definido no referido LTCAT.

DECRETA:
Art.1º - Fica concedido o Adicional de Insalubridade aos Servidores nomeados pelo Processo Seletivo 001/2023, abaixo mencionados, nos graus e percentuais (sobre o vencimento base do Município) conforme descrito:

Servidor/Matrícula	Cargo	Percentual (%) Grau	Lotação/ Departamento	Nomeação
Angelica dos Santos (27995-2)	Auxiliar de Serviços Gerais Internos	40 % - Máximo	Departamento de Educação	Decreto nº 011/2024 de 11.01.2024

Asta R. J. Melo (27723-3)	Auxiliar de Serviços Gerais Internos	40 % - Máximo	Departamento de Esporte	Decreto nº 011/2024 de 11.01.2024
Cleci X. Vaz (27980-2)	Auxiliar de Serviços Gerais Internos	40 % - Máximo	Departamento de Educação	Decreto nº 011/2024 de 11.01.2024
Fabiana M. S. Felicio (27138-2)	Auxiliar de Serviços Gerais Internos	40 % - Máximo	Departamento de Educação	Decreto nº 011/2024 de 11.01.2024

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 11 de janeiro de 2024
DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra
CLEBER EBERHART
Secretário de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508565

DECRETO Nº 01, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2017.

OSMAR MARQUES DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal, em especial o art. 2º da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017,

DECRETA

Art. 1º Nos termos do art. 1º, da Lei Complementar nº 88, de 2 de fevereiro de 2017, o índice de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e dos subsídios dos agentes políticos, a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2024, será de 3,71% (três inteiros e setenta e um centésimos por cento), assim considerado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período de 1º/01/2023 a 31/12/2023.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 11 de janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal, em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

Publicação Nº 5508636

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO- SC

CONCURSO PÚBLICO 02/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 02/2023, CONVOCA para a realização de procedimentos preparatórios para Admissão, os candidatos cujo nome e cargos constam na listagem em anexo;

I – DA CONVOCAÇÃO

1. O procedimento para admissão ocorrerá no período de 09 de janeiro de 2024 a 16 de janeiro de 2024, no horário das 08:00 as 17:00 horas, devendo apresentar os documentos e exame listados abaixo no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, para início dos trabalhos até 16 de janeiro de 2024.

II – DA DOCUMENTAÇÃO

- RG,
 - CPF,
 - Cartão SUS,
 - Título de eleitor,
 - Declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
 - PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
 - Reservista se do sexo masculino;
 - Certidão de nascimento/casamento;
 - Certidão dos filhos menores de 14 anos;
 - Carteira de vacinação atualizada dos filhos menores de 7 anos; RG, CPF, -PIS/PASEP e cartão SUS dos dependentes,
 - Declaração de Qualificação Cadastral regular (emitida pelo portal do e Social) (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
 - Diploma exigido no edital;
 - Comprovante de residência;
 - 1 fotos 3x4 recentes, coloridas e iguais.
- CONTA DO BANCO SICOOB AGÊNCIA 3071 OU BANCO DO BRASIL AGÊNCIA 1982-8 OU 1387-0.

12.5 - O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 05 (cinco) dias úteis.

III –CANDIDATOS CONVOCADOS:

Cargo: MOTORISTA

Número de aprovados convocados por este edital: 01

Nome:	Colocação:
ISRAEL RODRIGUES DOS SANTOS	5º

Registre-se, Publique-se em 09 de Janeiro de 2024.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício
Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

Publicação Nº 5508658

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO- SC
CONCURSO PUBLICO 02/2023
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, tendo em vista a homologação do resultado final do Concurso Público 02/2023, CONVOCA para a realização de procedimentos preparatórios para Admissão, os candidatos cujo nome e cargos constam na listagem em anexo;

I – DA CONVOCAÇÃO

1. O procedimento para admissão ocorrerá no período de 09 de janeiro de 2024 a 16 de janeiro de 2024, no horário das 08:00 as 17:00 horas, devendo apresentar os documentos e exame listados abaixo no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, para início dos trabalhos até 16 de janeiro de 2024.

II – DA DOCUMENTAÇÃO

- RG,
 - CPF,
 - Cartão SUS,
 - Título de eleitor,
 - Declaração de quitação eleitoral (emitida pelo TSE);
 - PIS/PASEP (documento emitido pela CEF ou BB);
 - Reservista se do sexo masculino;
 - Certidão de nascimento/casamento;
 - Certidão dos filhos menores de 14 anos;
 - Carteira de vacinação atualizada dos filhos menores de 7 anos; RG, CPF, -PIS/PASEP e cartão SUS dos dependentes,
 - Declaração de Qualificação Cadastral regular (emitida pelo portal do e Social) (emitido pela Polícia Civil ou Federal);
 - Diploma exigido no edital;
 - Comprovante de residência;
 - 1 fotos 3x4 recentes, coloridas e iguais.
 - CONTA DO BANCO SICOOB AGÊNCIA 3071 OU BANCO DO BRASIL AGÊNCIA 1982-8 OU 1387-0.
- 12.5 - O prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 05 (cinco) dias úteis.

III –CANDIDATOS CONVOCADOS:

Cargo: NUTRICIONISTA
Número de aprovados convocados por este edital: 01

Nome:	Colocação:
AMANAÍRA CASTRO GAMA	1º

Registre-se, Publique-se em 09 de Janeiro de 2024.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício
Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 036/2024

Publicação Nº 5508728

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 036/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2024, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) no SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
ADUARDA DA SILVA	05/01/2023 A 04/01/2024	10/01/2024 A 29/01/2024

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 030/2024

Publicação Nº 5508667

PORTARIA Nº 030/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora JHENNIFHER CORDEIRO RIZZI RG 6.703.449/SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2023/ CMD-CA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 031/2024

Publicação Nº 5508684

PORTARIA Nº 031/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora FLAVIA DOS SANTOS RG 5663204/SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2023/ CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 032/2024

Publicação Nº 5508694

PORTARIA Nº 032/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora KATIANE CORDEIRO RG 7104499046/SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2023/ CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com

provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 033/2024

Publicação Nº 5508705

PORTARIA Nº 033/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.NOMEAR, a servidora ANA LUCIA CORREA RG 5026910/SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2023/ CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 034/2024

Publicação Nº 5508711

PORTARIA Nº 034/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.NOMEAR, a servidora ANDREIA DE FATIMA SCHEFFER CORDEIRO RG 5443432/SSP/SC, aprovada pelo Processo Seletivo Edital 01/2023/ CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR do quadro de Pessoal com provimento TEMPORÁRIO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 23/2007 de 15 de outubro de 2007 e alterações pela Lei Complementar Municipal 65/2013 de 18 de setembro de 2013; lotada no GABINETE DA PREFEITA com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "CONSELHEIRO TUTELAR" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA Nº 035/2024

Publicação Nº 5508720

PORTARIA Nº 035/2024

O Prefeito Municipal em exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o (a) servidor (a) ISRAEL RODRIGUES DOS SANTOS RG 1.886.032SSP/SC, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada no SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "MOTORISTA" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 10 de Janeiro 2024, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de Janeiro de 2024.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 001/2024

Publicação Nº 5508422



PODER LEGISLATIVO CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 001/2024

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANDRO SIMÕES DE LIMA, Presidente da Câmara de Vereadores de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições definidas no art. 28, parágrafos 3º e 7º da Lei Orgânica Municipal e art. 223, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara Municipal do Projeto de Lei Ordinária nº 028/2023 com a Emenda Modificativa nº 003/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo, na 40ª e 41ª Sessão Ordinária, realizada nos dias 20 e 27 de outubro, respectivamente, do corrente ano;

CONSIDERANDO a intempestividade do veto realizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal no tempo hábil previsto no art. 28, 3º da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição;

RESOLVE:

Art. 1º PROMULGAR a Lei Ordinária nº 2.769, 11 de janeiro de 2024, oriunda do Projeto de Lei Ordinária nº 028/2023, de 11 de outubro de 2023, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e Registre-se.

Câmara Municipal de Monte Castelo/SC, 11 de janeiro de 2024.

Leandro Simões de Lima
Presidente

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo/SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

00/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

LEI ORDINÁRIA N° n°2.769, DE 11 DE JANEIRO DE 2023.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANDRO SIMÕES DE LIMA, Presidente da Câmara de Vereadores de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara aprovou e ele, nos termos do artigo 28, §7º da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I
DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO
RELATIVO A RECEITA E DA DESPESA

SEÇÃO I
DO ORÇAMENTO

Art.1º. O Orçamento Consolidado do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina para o Exercício Financeiro de 2024 estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA** em **R\$ 44.286.600,00** (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil, e seiscentos reais).

SEÇÃO II
DA RECEITA

Art.2º. A Receita Consolidada do Município de Monte Castelo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	42.945.812,48
1.1 – Receita Tributária	R\$	6.422.749,52
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	689.750,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	46.850,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	115.000,00
1.5 – Receita de Serviços	R\$	40.000,00
1.6 – Transferências Correntes	R\$	35.516.362,96
1.7 – Outras Receitas Correntes	R\$	100.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.340.787,52
2.1 – Operações de Crédito	R\$	100.000,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	200.750,00
2.3 – Transferências de Capital	R\$	1.040.037,52
TOTAL GERAL.....	R\$	44.286.600,00

SEÇÃO III
DA DESPESA

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

01/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

Art.3º. A Despesa Consolidada do Município de Monte Castelo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a seguinte classificação:

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	38.699.014,62
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	20.176.680,02
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	830.000,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	17.692.334,60
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.704.718,38
2.1 – Investimentos	R\$	3.404.718,38
2.2 – Amortização da Dívida	R\$	1.300.000,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	882.867,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
3.2 – Emendas Impositivas do Poder Legislativo	R\$	465.200,00
3.3 – Emendas de Bancada do Poder Legislativo	R\$	387.667,00
TOTAL GERAL.....	R\$	44.286.600,00

CAPÍTULO II
DA ESTIMATIVA DA RECEITA E DA FIXAÇÃO DA DESPESA INDIVIDUAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA E DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art.4º. O Orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Monte Castelo para o Exercício Financeiro de 2024 estima a Receita em **R\$ 33.105.240,91** e fixa a Despesa em **R\$ 32.325.419,12** e Transferências Financeiras no valor de **R\$ 779.821,79**.

SEÇÃO II
DA REALIZAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Art.5º. A Receita da entidade **Prefeitura Municipal de Monte Castelo** será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminados no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	32.210.578,41
1.1 – Receita Tributária	R\$	6.422.749,52
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	689.750,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	29.450,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	115.000,00
1.5 – Receita de Serviços	R\$	40.000,00
1.6 – Transferências Correntes	R\$	24.813.628,89
1.7 – Outras Receitas Correntes	R\$	100.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	894.662,50
2.1 – Operações de Crédito	R\$	100.000,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	200.750,00
2.3 – Transferências de Capital	R\$	593.912,50
TOTAL GERAL.....	R\$	33.105.240,91

Art.6º. A Despesa da entidade Prefeitura Municipal de Monte Castelo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à seguinte classificação.

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

02/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	27.626.389,62
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	14.042.630,00
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	830.000,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	12.753.759,62
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	3.816.162,50
2.1 – Investimentos	R\$	2.516.162,50
2.2 – Amortização da Dívida	R\$	1.300.000,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	882.867,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
3.2 – Emendas Impositivas do Poder Legislativo	R\$	465.200,00
3.3 – Emendas de Bancada do Poder Legislativo	R\$	387.667,00
TOTAL PARCIAL DESPESA	R\$	33.105.240,91
IV – Transferências Financeiras	R\$	- 779.821,79
4.1 – Transferências Financeiras	R\$	- 779.821,79
TOTAL GERAL	R\$	32.325.419,12

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA E DAS RECEITAS E DESPESAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art.7º. O Orçamento do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada para o Exercício Financeiro de 2024 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 4.333.405,88** e receita com Transferência Financeira de **R\$ 3.604.515,00** e fixa a Despesa em **R\$ 7.937.920,88**.

SUBSEÇÃO I

DA RECEITA DO FUNDO

Art.8º. A Receita do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	4.056.030,86
1.1 – Receita Patrimonial	R\$	10.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$	4.045.930,86
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$	100,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	277.375,02
2.1 – Transferências de Capital	R\$	277.375,02
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	4.333.405,88

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

03/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	4.333.405,88
TOTAL GERAL.....	R\$	7.937.920,88

SUBSEÇÃO II
DA DESPESA DO FUNDO

Art.9º. A Despesa do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	7.565.615,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	4.538.500,02
1.2 – Outras Despesas Correntes	R\$	3.027.114,98
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	372.305,88
2.1 – Investimentos	R\$	372.305,88
TOTAL GERAL.....	R\$	7.937.920,88

SEÇÃO II
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS

Art.10. O Orçamento do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada para o Exercício Financeiro de 2024 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 620.350,00** e receita com Transferência Financeira de **R\$ 811.750,00** e fixa a Despesa em **R\$ 1.432.100,00**.

SUBSEÇÃO II
DA RECEITA DO FUNDO

Art.11. A Receita do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	504.100,00
1.1 – Receita Patrimonial	R\$	2.400,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$	501.700,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	116.250,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$	116.250,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	811.750,00
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	811.750,00
TOTAL GERAL.....	R\$	1.432.100,00

SUBSEÇÃO II
DA DESPESA DO FUNDO

Art.12. A Despesa do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação.

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

04/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	1.380.850,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	695.550,00
1.2 – Outras Despesas Correntes	R\$	635.300,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	101.250,00
2.1 – Investimentos	R\$	101.250,00
TOTAL GERAL.....	R\$	1.432.100,00

SEÇÃO III
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA
E ADOLESCENCIA – FIA

Art.13. O Orçamento do **Fundo Municipal da Infância e Adolescente - FIA** da administração descentralizada para o Exercício de 2024 estima e Receita Orçamentária em **R\$ 0,00** e a Receita com Transferência Financeira em **R\$ 15.000,00** e fixa a Despesa em **R\$ 15.000,00**.

SUBSEÇÃO I
DA RECEITA DO FUNDO

Art.14. A Receita do **Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município, discriminados no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	0,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	15.000,00
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	15.000,00
TOTAL GERAL.....	R\$	15.000,00

SUSEÇÃO II
DA DESPESA DO FUNDO

Art.15. A Despesa do **Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	12.500,00
1.1 – Outras Despesas Correntes	R\$	12.500,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.500,00
2.1 – Investimentos	R\$	2.500,00
TOTAL GERAL.....	R\$	15.000,00

SEÇÃO IV
DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL
DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS

Art.16. O Orçamento do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada para o Exercício de 2024 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 117.500,00** e a Receita com Transferência Financeira em **R\$ 515.000,00** e fixa a Despesa em **R\$ 632.500,00**.

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

05/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

SUBSEÇÃO I
DA RECEITA DO FUNDO

Art.17. A Receita do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	65.000,00
1.1 – Receita Patrimonial	R\$	5.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$	60.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	52.500,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$	52.500,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	515.000,00
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	515.000,00
TOTAL GERAL	R\$	632.500,00

SUBSEÇÃO II
DA DESPESA DO FUNDO

rt.18. A Despesa do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	320.000,00
1.2 – Outras Despesas Correntes	R\$	320.000,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	312.500,00
2.1 – Investimentos	R\$	312.500,00
TOTAL GERAL.....	R\$	632.500,00

CAPÍTULO IV
DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES
SEÇÃO I

Art.19. O Orçamento da **Câmara Municipal de Vereadores** para o Exercício Financeiro de 2024 estima o recebimento de receita com **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS** em **R\$ 1.943.660,00** e Fixa a **DESPESA** em **R\$ 1.943.660,00**

SUBSEÇÃO I
DA RECEITA DA CÂMARA

Art.20. A Receita da **Câmara Municipal de Vereadores** será realizada mediante Transferência Financeira do Poder Executivo Municipal, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo.

I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	R\$	1.943.660,00
1.1 – Transferências Financeiras Recebidas	R\$	1.943.660,00
TOTAL GERAL.....	R\$	1.943.660,00

SUBSEÇÃO I
DA DESPESA DA CÂMARA

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

06/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

Art.21. A Despesa do **Poder Legislativo do Município** será segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação:

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	1.843.660,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	900.000,00
1.2 – Outras Despesas Correntes	R\$	943.660,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	100.000,00
2.1 – Investimentos	R\$	100.000,00
TOTAL GERAL.....	R\$	1.943.660,00

CAPÍTULO V

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art.22. Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, obedecido os seguintes critérios:

I- a utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo;

II- para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor;

III- não se efetivando até o dia 10 de Dezembro de 2024, os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no Inciso II deste artigo, desde que o Orçamento para 2024 tenha reservado para os mesmos riscos fiscais.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.23. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para o outro, dentro de cada projeto, atividade, operações especiais e fonte de recursos.

Art.24. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo. 7º, da Lei Federal Nº. 4.320/64, e abrir créditos adicionais suplementares ou especiais, até o limite de 1% (um por cento) da despesa estimada, utilizando como fontes de recursos:

I- a eventual arrecadação de receita de determinada fonte de recursos, vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei de Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, quando evidenciado o ingresso de recurso excedente ou comprovado através de convênio, firmado em cada fonte específica.

II- a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas; e

III- superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das fontes de recursos.

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

07/09



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CASTELO

Parágrafo Único: Se exclui desse limite, crédito adicional suplementar por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.25. As despesas por conta das dotações vinculadas e convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art.26. Os recursos oriundos de Convênios, Operações de Créditos e Alienação de Ativos e outras, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de Projetos/Atividades ou operações especiais, do orçamento vigente para efetuar a cobertura de recursos a título de contrapartida.

Art.27. O Decreto que dá origem a abertura de Crédito Adicional suplementar e/ou Crédito Adicional Especial, constante no artigo 24 desta Lei, será encaminhado ao Poder Legislativo na forma de projeto de lei para ratificação do ato baixado pelo Poder Executivo Municipal.

Art.28. Durante a execução orçamentária do exercício de 2024, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a atualizar as fontes de recursos de acordo com as Funções, Subfunções e Programas de Governo, constantes nos anexos que fazem parte integrante desta Lei.

Art.29. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado mediante plano de aplicação a celebrar convênios com entidades até o limite previsto no elemento de despesa 33500000 – Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, constante nesta Lei Orçamentária Anual.

Art.30. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.31. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de órgãos da administração direta ou indireta.

Art.32. Ficam aprovados os Anexos e Demonstrativos Contábeis que seguem anexados a presente lei, os quais fazem parte integrante e inseparável da mesma.

Art.33. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, surtindo os seus efeitos de aplicabilidade a contar da data de 01 de Janeiro de 2024 e vigorará até a data de 31 de Dezembro de 2024.

Art.34. Revogam-se as disposições em contrário.

Monte Castelo, 11 de janeiro de 2024.

Este ato foi publicado no dia
____/____/____ no Diário Oficial
dos Municípios.

ANA RITA GRESCHUK
Assessora Parlamentar e
Chefe Geral

LEANDRO SIMÕES DE LIMA
Presidente

Rua: Alfredo Becker, 385, Centro - CEP: 89.380-000 - Monte Castelo.SC
E-mail: cmmontecastelo@camaramontecastelo.sc.gov.br - Fone/Whats: (47) 3654-0004

08/09

Morro da Fumaça

PREFEITURA

247_LIMPEZA LOTES

Publicação Nº 5508234



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA
Rua 20 de Maio, 100-88830-000-Centro- Morro da Fumaça/SC.
www.morrodafumaca.sc.gov.br
Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

Notificação nº 247 / 2023

Conforme Lei Ordinária 1741/2016 do município de Morro da Fumaça, é obrigação do proprietário - ou possuidor, a qualquer título - de imóvel localizado na zona urbana, ou de extensão urbana do município, de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação de águas estagnadas e de quaisquer dejetos prejudiciais à saúde e à segurança pública, bem como recolher a poda de árvores e arbustos e o entulho resultante de limpeza ou construções. Desta forma, **notifica-se:**

I – Identificação

Proprietário:	CPF:
Baltazar de Roche	342.585.829-72
Endereço do lote notificado:	Coordenadas:
Loteamento Irio de Roche, lote 14, Q B - Estação Cocal	

II – Serviços a serem executados

- ☐ I – Retirada de entulhos de construção – 75 UFM
☐ II – Retirada de entulho de árvore e de grama – 50 UFM
☐ III – Retirada de aterro e/ou aterro de terrenos alagados – 10 UFM
☒ IV – Limpeza de terreno/roçada – 0,29 UFM
☐ V – Colocação de lixo em local indevido – 75 UFM
☐ VI – Outros, não constantes desta tabela – 75 UFM

Observação: Solicita-se ao proprietário do imóvel, o envio de uma fotografia após os serviços executados com referência de data e o número da notificação recebida. O envio poderá ser realizado através dos contatos:

WhatsApp:(48) 99610-4115 OU

E-mail: fiscalobraseposturas@morrodafumaca.sc.gov.br

III – Prazo de execução

Prazo para execução: 15 dias (a contar do dia seguinte ao recebimento, ou a publicação da notificação)

Alerta-se que, vencido o prazo de execução, o proprietário ou possuidor que não cumprir ao disposto nesta notificação será autuado com multa no valor de 0,354 UFM por metro quadrado do imóvel (Art. 1º, §3º Lei nº 1741/2016)

IV – Observações finais

Devido a não execução do serviço notificado no prazo estipulado, **além** da multa no valor de 0,354 UFM por metro quadrado do imóvel, o serviço será executado pela Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, a qual notificará o proprietário para pagamento do valor referente aos serviços prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação. Os valores referentes aos serviços executados pela prefeitura estão discriminados no Item II.

Morro da Fumaça, 11/01/2024

LORENA LEAL
DA
SILVA:0847001
7764

Assinado de forma digital por LORENA
LEAL DA SILVA:08470017764
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=videoconferencia,
ou=11717421000154, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=ARLIDERSIS, ou=RFB e-CPF A1,
cn=LORENA LEAL DA SILVA:08470017764
Dados: 2024.01.11 09:47:39 -03'00'

248_LIMPEZA LOTES

Publicação Nº 5508238



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA
Rua 20 de Maio, 100-88830-000-Centro- Morro da Fumaça/SC.
www.morrodafumaca.sc.gov.br
Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS
Notificação nº 248 / 2023

Conforme Lei Ordinária 1741/2016 do município de Morro da Fumaça, é obrigação do proprietário - ou possuidor, a qualquer título - de imóvel localizado na zona urbana, ou de extensão urbana do município, de conservá-lo e mantê-lo em perfeito estado de limpeza, providenciando a eliminação de águas estagnadas e de quaisquer detritos prejudiciais à saúde e à segurança pública, bem como recolher a poda de árvores e arbustos e o entulho resultante de limpeza ou construções. Desta forma, **notifica-se:**

I – Identificação

Proprietário: Baltazar de Roche	CPF: 342.585.829-72
Endereço do lote notificado: Loteamento Irio de Roche, lote 05, Q C - Estação Cocal	Coordenadas:

II – Serviços a serem executados

- ☐ I – Retirada de entulhos de construção – 75 UFM
☐ II – Retirada de entulho de árvore e de grama – 50 UFM
☐ III – Retirada de aterro e/ou aterro de terrenos alagados – 10 UFM
☒ IV – Limpeza de terreno/roçada – 0,29 UFM
☐ V – Colocação de lixo em local indevido – 75 UFM
☐ VI – Outros, não constantes desta tabela – 75 UFM

Observação: Solicita-se ao proprietário do imóvel, o envio de uma fotografia após os serviços executados com referência de data e o número da notificação recebida. O envio poderá ser realizado através dos contatos:

WhatsApp:(48) 99610-4115 OU

E-mail: fiscalobraseposturas@morrodafumaca.sc.gov.br

III – Prazo de execução

Prazo para execução: 15 dias (a contar do dia seguinte ao recebimento, ou a publicação da notificação)

Alerta-se que, vencido o prazo de execução, o proprietário ou possuidor que não cumprir ao disposto nesta notificação será autuado com multa no valor de 0,354 UFM por metro quadrado do imóvel (Art. 1º, §3º Lei nº 1741/2016)

IV – Observações finais

Devido a não execução do serviço notificado no prazo estipulado, **além** da multa no valor de 0,354 UFM por metro quadrado do imóvel, o serviço será executado pela Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, a qual notificará o proprietário para pagamento do valor referente aos serviços prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação. Os valores referentes aos serviços executados pela prefeitura estão discriminados no Item II.

Morro da Fumaça, 11/01/2024

LORENA LEAL DA
SILVA:084700177
64

Assinado de forma digital por LORENA
LEAL DA SILVA:08470017764
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=videoconferencia,
ou=11717421000154, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=ARLIDERSIS, ou=RFB e-CPF A1,
cn=LORENA LEAL DA SILVA:08470017764
Dados: 2024.01.11 09:46:31 -03'00'

Navegantes

PREFEITURA

PORTARIA 0118 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5509468

PORTARIA Nº 0118 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM ESF, com carga horária 40 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, JÉSSICA SANTOS GEMELLI, matrícula 63703401.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE
PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC, 11 DE JANEIRO DE 2024
NATHALIA ZABEL
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA 111 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508782

PORTARIA Nº 111 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, MARIANA BERNARDETE ARAGAO VIEIRA matrícula 1687706 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horaria de 20 horas semanais, pelo período de 286 (duzentos e oitenta e seis) dias consecutivos, com início em 01.04.2023 e termino em 11.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 112 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508785

PORTARIA Nº 112 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, MARIANA BERNARDETE ARAGAO VIEIRA matrícula 1687709 ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horaria de 20 horas semanais, pelo período de 286 (duzentos e oitenta e seis) dias consecutivos, com início em 01.04.2023 e termino em 11.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA 113 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508795

PORTARIA Nº 113 DE 11 DE JANEIRO DE 2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

A Junta Médica do Município, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO, ROSANGELA SANTOS DA SILVA matrícula 6213401 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 631 (seiscentos e trinta e um) dias consecutivos, com início em 21.04.2022 e termino em 11.01.2024, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.
RAFAEL MOREIRA DA SILVA
Médico do Trabalho

PORTARIA N º 107 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508796

PORTARIA N º 107 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARCELO ADÃO AGNOLETO, matrícula 1845302, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de ODONTÓLOGO PERIODONTISTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 09 de janeiro de 2024 a 07 de fevereiro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2017/2022.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.
NATHALIA ZABEL
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N º 108 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508801

PORTARIA N º 108 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a RAFAELA FUCKS PEDRO, matrícula 63374901, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTARIO ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 17 de janeiro de 2024 a 15 de fevereiro de 2024.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2017/2022.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.
NATHALIA ZABEL
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N º 109 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508803

PORTARIA N º 109 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARIA AUDENORA DA SILVA CARNEIRO, matrícula 6309302, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 17 de janeiro de 2024 a 15 de fevereiro de 2024.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.

NATHALIA ZABEL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N º 110 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508805

PORTARIA N º 110 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARCELO NICOLAS AYALA FERES, matrícula 63343601, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 15 de janeiro de 2024 a 13 de fevereiro de 2024.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2017/2022.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 15/01/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.

NATHALIA ZABEL

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N º 115 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508848

PORTARIA N º 115 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A JUNTA MÉDICA DO MUNICIPIO , no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 42 de 06 de março de 2023, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR ROSANGELA SANTOS DA SILVA, matrícula 6213401, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1 ano, conforme ofício nº 007/2024 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.01.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.

RAFAEL MOREIRA DA SILVA

MÉDICO DO TRABALHO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N ° 007 DE 11 DE JANEIRO DE 2024**

Publicação N° 5507569

**PORTARIA N ° 007 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.****DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAL TITULAR E FISCAL SUBSTITUTO**

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 99/2011, e de acordo com o previsto no art. 1° do Decreto Municipal n° 144/2021 que regulamenta a Instrução Normativa SAL n° 002/2021 e legislação correlata, **RESOLVE:**

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato n° 03/2023 celebrado entre o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes e a Empresa MHNET TELECOMUNICACOES LTDA – CNPJ n° 05.245.502/0001-04, decorrente do Processo Administrativo n° 38/2023 – NAVEGANTESPREV.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal de Contrato - Titular	Rafael Castro	13
Fiscal de Contrato - Substituto	Gisele de Oliveira Fernandes	11

Parágrafo único: No afastamento, licença ou férias do Fiscal Titular, o Fiscal Substituto assumirá a função;

Art. 2° Compete aos servidores designados como fiscais do contrato fiscalizar a execução, relatando ao gestor do contrato, incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das demais atribuições legais a ele inerentes. Repõe o fiscal pelo o exercício das atribuições a ele confiadas, até o término da vigência do contrato;

Art. 3° Os servidores designados para exercer a gestão e fiscalização do aludido contrato devem desempenhar suas funções conforme as disposições legais pertinentes.

Art. 4° Os servidores designados farão jus a gratificação prevista no Artigo 21, da Lei Complementar n° 426/2023, Decreto n° 144/2021 que aprova a IN n° 002/2021 ou norma que vier a substituí-la.

Art. 5° Esta portaria se extingue automaticamente ao vencimento do contrato.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 11 DE JANEIRO DE 2024.**

Igor Fretta Nogueira de Lima
DIRETOR-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

“Doe Órgãos! Doe Sangue! Salve Vidas!” (Lei n° 2781/2013)
Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes
Endereço: Av. Conselheiro João Gaya, 295 - Centro, Navegantes - CEP: 88.370.114
Fone: 3342.3838 - E-mail: atendimento@navegantesprev.sc.gov.br

Nova Itaberaba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 002/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - NOMEA COMISSÃO LICITAÇÃO

Publicação Nº 5507724



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA
Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000
Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83
e-mail: camarasec@novaitaberaba.sc.gov.br

PORTARIA N.º 002/2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, promulga a presente Portaria:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários aos processos licitatórios, que a Lei 14.133/2021 assim prevê.

Art. 2º - Fica designada a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Nova Itaberaba – SC, para o período de 10 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, sendo-lhes atribuídos as funções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Vanessa Aparecida Alves – Presidente
- b) Caroline Soares – Secretária
- c) Cleusa Batistello – Membro

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Itaberaba – SC, 10 de janeiro de 2024.

Iselto Civa
Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 003/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024 - DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

Publicação Nº 5507731



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA**Rua José Marocco 2114 CEP 89.818-000**

Fone/Fax (49) 3327-0070 CNPJ n.º 04.562.315/0001-83

e-mail: camarasec@novaitaberaba.sc.gov.br

PORTARIA N.º 003 / 2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE
SERVIDORES PARA EXERCER
ATRIBUIÇÃO DE PREGOEIRO E PARA
COMPOR EQUIPE DE APOIO.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, promulga a presente Portaria:

Art. 1º - Fica designado o servidor **Vinicius Kaian Lira** para exercer a função de pregoeiro e assim atuar nas desempenhando os atos pertinentes aos processos licitatórios, durante o ano de 2024.

§1º Ficam designados para compor a Equipe de Apoio as servidoras: Cleusa Batistello, Vanessa Aparecida Alves e Caroline Soares.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Itaberaba – SC, 10 de janeiro de 2024.

Iselto Civa

Presidente da Câmara de Vereadores

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA 091-2024 - PRORROGA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE - REGINA APARECIDA BARRETO

Publicação Nº 5507912

PORTARIA Nº 091/2024

Prorroga Licença Tratamento de Saúde

Eliane Tomaz, Secretária Municipal de Administração e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 118, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria Nº 1.243/2023 que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, REGINA APARECIDA BARRETO, matrícula nº 6772, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias, com efeitos a contar de 03 de janeiro de 2024 até 29 de fevereiro de 2024, conforme resultado pericial datado de 10 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2024.

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA 092-2024 - PRORROGA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE - ANA MARIA TAMANINI

Publicação Nº 5507916

PORTARIA Nº 092/2024

Prorroga Licença Tratamento de Saúde

Larissa Battisti, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, de acordo com o art. 88 da Lei nº 706, de 22 de março de 2023 (Estatuto do Magistério do Município de Nova Trento) e art. 118, da Lei nº 705, de 22 de março de 2023 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Trento).

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria Nº 1.129/2023 que Concedeu Licença Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal, ANA MARIA TAMANINI, matrícula nº 7058, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível IV, Referência 'D', com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 73 (setenta e três) dias, com efeitos a contar de 19 de dezembro de 2023 até 29 de fevereiro de 2024, conforme resultado pericial datado de 10 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de janeiro de 2024.

Larissa Battisti

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Eliane Tomaz

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 93/2023 - PROCESSO N° 141/2023

Publicação N° 5508146

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A56FC61F94C8FF8FFAE43BD5EF3242951AD447B

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 93/2023	
	CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205 Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro CEP: 88270-000 - Nova Trento	Processo Adm.: 141/2023 Data do Processo: 12/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 37, XXI e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 141/2023
b) **Nr. Licitação:** 93/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 11/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA E RETROESCAVADEIRA, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS.*

Participante: LOLA TERRAPLANAGEM LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 20.000 KG	1.000,0	HRS	339,00	339.000,00
Total do Participante:					339.000,00

Participante: NASCIMENTO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA EIRELI

4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRATOR DE ESTEIRA, MÍNIMO D-6	250,000	HRS	385,00	96.250,00
Total do Participante:					96.250,00

Participante: SCHEIDT TERRAPLENAGEM LTDA

1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 13.000 KG	1.000,0	HRS.	315,00	315.000,00
3	SERVIÇO DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 800,000 TONELADAS, COM LÂMINA PARA MOVIMENTAR MATERIAL, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 2,3 METROS E FORÇA DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 1.925 KG	800,000	HRS	193,00	154.400,00
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RETRO ESCAVADEIRA TRAÇADA, 4X4	1.000,0	HRS	216,90	216.900,00
6	SERVIÇO DE MAQUINA COM ROMPEDOR	200,000	HRS.	262,53	52.506,00
7	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, 3,6 TONELADAS, COM LÂMINA PARA MOVIMENTAR MATERIAL, PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 2,3 METROS E FORÇA DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 1.925 KG	1.000,0	HRS	218,90	218.900,00
8	SERVIÇO DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 06 M³	600,000	HRS	198,00	118.800,00
9	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PA CARREGADEIRA CAPACIDADE 300,000 M³ DE CONCHA	300,000	HRS	260,00	78.000,00
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MINI CARREGADEIRA INCLUINDO IMPLEMENTOS	800,000	HRS	214,50	171.600,00
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 18.000 KG	2.000,0	HRS	335,00	670.000,00
Total do Participante:					1.996.106,00

Página: 2 / 2

Total Geral: 2.431.356,00

Nova Trento, 11/01/2024

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N° 5/2023 - PROCESSO N° 139/2023

Publicação N° 5507413

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 324F354359F1FD90D0DB046577CFE643AF2C0BE1

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2023
	Processo Adm.: 139/2023 Data do Processo: 06/12/2023

CNPJ: 82.925.025/0001-60 **Telefone:** (48) 3267-3205
Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro
CEP: 88270-000 - Nova Trento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 8.666/1993, Art. 22, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 139/2023
b) **Nr. Licitação:** 5/2023 - TP
c) **Modalidade:** Tomada de Preço
d) **Data de Homologação:** 11/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA, DE FORMA CONTÍNUA, NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, CONTABILIDADE PÚBLICA, ATENDIMENTO À LEI N° 4320/64, ATENDIMENTO À LEI COMP. N° 101/2000, INCLUINDO APOIO, SUPORTE AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS E REMESSA DO E-SFINGE

Participante: GESTAO PUBLICA - CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria, de forma contínua, nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à lei (federal) nº 4320/64, atendimento à lei complementar (federal) nº 101/2000, incluindo apoio, suporte aos sistemas informatizados e remessa do e-Sfinge	12,000	MES	12.600,00	151.200,00

Total do Participante: 151.200,00**Total Geral: 151.200,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento	03.001.04.122.0002.2006.3.3.90.00.00	R\$ 172.800,00

Nova Trento, 11/01/2024

TIAGO DALSSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

Nova Veneza

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2024 - PMNV

Publicação Nº 5507498

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C7CD5BB925AB2336DDAE089E047D2BDDC04D4DD9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2024

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: ALMAQ PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Valor : R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais).
Vigência : Início: 11/01/2024 Término: 11/01/2025.
Licitação : Pregão Eletrônico n.º 223/SME/2023
Recursos : Proj./Ativ. 2.013 - Manutenção da Educação Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 (Educação – 25% Arrecadação de Impostos)
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e realização de melhorias em geral para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 11 de janeiro de 2024.

ÉLZIO JOSÉ MILANEZ
Prefeito Municipal E.E. de Nova Veneza

PREGÃO ELETRONICO Nº 230/SME/2023 - PMNV

Publicação Nº 5507943

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23C87C45C01980B50630FA779E47E20655568A28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 230/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gerais nas unidades escolares e na Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2024.

Abertura: às 08:00 horas do dia 24/01/2024

Site: "www.licitacoes-e.com.br"

EDITAL COMPLETO: O Edital encontra-se disponível aos interessados, nos endereços eletrônicos: "www.licitacoes-e.com.br" e "www.nova-veneza.sc.gov.br" onde poderá ser obtida cópia. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio "www.licitacoes-e.com.br". A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 11 de janeiro de 2024


ELZIO JOSÉ MILANEZ
Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e.

DESERTO - PREGÃO ELETRONICO Nº 49/2023 - FMS

Publicação Nº 5510756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7422B0B6412B6B15E294DAE25F8283DCC1527017

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE NOVA VENEZA

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Telefone: (48) 3436-1115

Endereço: Tv. Osvaldo Búrigo, 44 - centro

CEP: 88865-000 - Nova Veneza / SC

PREGÃO ELETRÔNICO

49/2023

Número Processo: 49/2023

Data do Processo: 06/12/2023

Edital de Licitação Nº 49

Ata da Sessão Pública - Licitação Deserta

ATA Nº 1 - 2023

Reuniram-se no dia 27/12/2023, as 10:00, no(a) FUNDO MUNICIPAL SAÚDE NOVA VENEZA, o(a) PREGOEIRO e sua equipe de apoio como objetivo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tratando do Edital de Licitação Nº 49 destinado a:

AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA PACIENTES QUE NECESSITAM DE OXIGENOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA/SC, PARA O ANO DE 2024.

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve DECLARAR DESERTO esta Licitação, que pelo não comparecimento de nenhum interessado em participar do certame, será publicado a repetição da Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, a(o) Pregoeiro(a) da Licitação suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando todos de acordo, pede a(o) Pregoeiro(a) que todos assinem-a.

Assinatura do(a) pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ANGELICA EYNG PREIS

PREGOEIRO

JAILSON CUSTODIO BRISTOT

MEMBRO

IURI DE SOUZA POLICARPI

MEMBRO

JOSE LUIS TOPANOTTI GHISLERI


MEMBRO

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 223/2023 - PMNV

Publicação Nº 5507249

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 57DA028EBD649C9C288B2B79D5901CFBD52657AD

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA CNPJ: 82.916.826/0001-60 Telefone: (48) 3471-1766 Endereço: TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO CEP: 88865-000 - Nova Veneza	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 223/2023
	Processo Adm.: 223/2023 Data do Processo: 29/11/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 223/2023
b) **Nr. Licitação:** 223/2023 - PE
c) **Modalidade:** Pregão eletrônico
d) **Data de Homologação:** 11/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e realização de melhorias em geral para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Veneza/SC.*

Participante: ALMAQ PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM GERAL	3.000,0	HRS	39,00	117.000,00
Total do Participante:					117.000,00
Total Geral:					117.000,00

Nova Veneza, 11/01/2024


Assinatura do Responsável

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/CBM/2023 - PMNV

Publicação Nº 5507992

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3447F27FEF3918E2087B32465F6A9AE3F9E653EE

Página: 1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

CNPJ: 82.916.826/0001-60

Telefone: (48) 3471-1766

Endereço: TRAVESSA OSWALDO BÚRIGO, 44, 44 - CENTRO

CEP: 88865-000 - Nova Veneza / SC

PREGÃO ELETRÔNICO

228/2023

Número Processo: 228/2023

Data do Processo: 08/12/2023

Edital de Licitação Nº 228

ATA Nº 1 / 2023

Reuniram-se no dia 10/01/2024, as 10:00, no(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA, o(a) PREGOEIRO (a) e sua equipe de apoio como objetivo de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO tratando do Edital de Licitação Nº 228 destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES DE VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO/MAGNÉTICO OU COM CHIP, COM SENHA, PARA RECARGAS MENSAIS, SOLICITADOS CONFORME DEMANDA, DESTINADO AOS BOMBEIROS EM SERVIÇO NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE FORQUILHINHA/SC

A Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros resolve DECLARAR FRACASSADA esta Licitação, pelo não cumprimento de requisitos constantes no edital. Nada mais havendo a ser tratado, a(o) Pregoeiro(a) da Licitação suspendeu os trabalhos para lavratura da ATA, que lida e estando todos de acordo, pede a(o) Pregoeiro(a) que todos assinem-a.

Assinatura do(a) pregoeiro(a) e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ANGELICA EYNG PREIS
PREGOEIRO

JAILSON CUSTODIO BRISTOT
MEMBRO

IURI DE SOUZA POLICARPI
MEMBRO

JOSE LUIS TOPANOTTI GHISLERI
MEMBRO



Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 001/2024

Publicação Nº 5508523

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF1378096177ABC7E38543254343E63BDDFB63C8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2024
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor :1.804.722,00 (um milhão, oitocentos e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais)
Vigência : Início: 12/01/2024 Término: 31/12/2024
Recursos :
66 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
29 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
81 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
2 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
8 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
89 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Novo Horizonte/SC, em 11 de janeiro de 2024 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 002/2024 - VALDIR TRÊS

Publicação Nº 5508813

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 78D9265AC53AD76A272BDD239F11173AE59ABA27

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 002/2024
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: VALDIR TREZ 73319490982
Valor : 34.915,00 (trinta e quatro mil, novecentos e quinze reais)
Vigência : Início: 12/01/2024 Término: 31/12/2024
Recursos :
66 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
29 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
81 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
2 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
8 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
89 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Novo Horizonte/SC, em 11 de janeiro de 2024 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 003/2024 - CLAUDEMIR

Publicação Nº 5508887

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 264C7C17939752032A8824344901B600C78843AB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 003/2024
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CLAUDEMIR TREZ 07148811988
Valor : R\$ 19.435,00 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 12/01/2023 Término: 31/12/2024
Recursos :
66 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
29 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
81 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
2 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
8 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
89 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONCERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Novo Horizonte/SC, em 11 de janeiro de 2024 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 004/2024 - PATRICIA

Publicação Nº 5508995

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 04C026533D46D049A4C723A68478125EFD3BC7E5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2024
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: PATRICIA BORGES DOS SANTOS
Valor : R\$ 79.435,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 12/01/2023 Término: 31/12/2024
Recursos :
66 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
29 – 3.3.90. APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
81 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
2 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
8 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500
89 – 3.3.90 APLICAÇÕES DIRETAS 1.500

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONCERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Novo Horizonte/SC, em 11 de janeiro de 2024 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 058/2023

Publicação Nº 5508516

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CEE3910466DC671EFCB80A4678734573CD7061E7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11/01/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGENS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor :1.804.722,00 (um milhão, oitocentos e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais)

Contratada...: VALDIR TREZ 73319490982
Valor : 34.915,00 (trinta e quatro mil, novecentos e quinze reais)

Contratada...: CLAUDEMIR TREZ 07148811988
Valor : R\$ 19.435,00 (dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)

Contratada...: PATRICIA BORGES DOS SANTOS AUTO ELETRICA E BORRACHARIA
Valor : R\$ 79.435,00 (setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)

DATA: 11.01.2024 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.026 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507292



ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO nº 4.026 de 11 de janeiro de 2024

**DISPÕE SOBRE CESSÃO DE
FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA O
CONSORCIO CIMAM E DÁ OUTRAS
PROVIDENCIAS.**

VANDERLEI SANGIOTTO, prefeito municipal de Novo Horizonte, estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 55, VII, da lei Orgânica Municipal e art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o funcionário Público **LUCIMAR VIERO**, matrícula nº 380/01, ocupante do cargo de operador, para o **CIMAM - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMNOROESTE**, com ônus para o destino, a partir desta data.

§1º – O órgão de destino deverá efetuar o recolhimento previdenciário em favor do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte – IPAM – CNPJ nº 05.416.258/0001-87.

§2º - As alíquotas de contribuição serão de 18% patronal e 11% para o servidor, nos termos do art. 40, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 630 de 14/07/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 11 de janeiro de 2024.

VANDERLEI**SANAGIOTTO:7676****1347904**

Assinado de forma digital por

VANDERLEI

SANAGIOTTO:76761347904

Dados: 2024.01.11 08:17:47

-03'00'

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI
Secretário de Administração e Fazenda

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 0174/2024

Publicação Nº 5508525

PORTARIA Nº. 0174/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Função de Confiança aos servidores conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	A CONTAR DE
3745924-3	Mainara Lehmkuhl Espindola	FC-2	08/01/2024

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0175/2024

Publicação Nº 5508531

PORTARIA Nº. 0175/2024.

LUCIMARA APARECIDA PRIM, Secretária de Turismo designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA PRESTAR SERVIÇOS na Secretaria de Turismo o servidor PAULO ROGERIO VIEIRA CHIORO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, a contar de 06/12/2023.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

LUCIMARA APARECIDA PRIM
Secretária de Turismo designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0177/2024

Publicação Nº 5508535

PORTARIA Nº. 0177/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANAINA SARMENTO DOS SANTOS, matrícula nº. 401757-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 03/09/2012 a 03/09/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 09/01/2024 a 09/02/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0178/2024

Publicação Nº 5508537

PORTARIA Nº. 0178/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade ao servidor conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3766431-3	Anier Fidel Alvarez Mesa	90%	08/01/2024
3763107-3	Ituo Teshima Filho	90%	08/01/2024

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0179/2024

Publicação Nº 5508538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 07F400F94F009DD6B95D655D8C3D71F5165EEED0

PORTARIA Nº. 0179/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO GLADIMIR BUENO DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Farmácia de Alto Custo da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 007/SMA2021, homologado em 08/07/2022, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Procedimento Comum Civil nº 5014608-312023.8.24.0045/SC, com efeitos a contar de 11/01/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0180/2024

Publicação Nº 5508539

PORTARIA Nº. 0180/2024.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº. 2300 de 16 de maio de 2016, que Autorizou a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça o servidor PEDRO PAULO DE SOUZA JUNIOR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta e Indireta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0190/2024

Publicação Nº 5508575

PORTARIA Nº. 0190/2024.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para PAULO DE LYRA ELIAN, matrícula nº. 3762547-1, titular do cargo de Geógrafo, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. 1.293/2024, pelo período de 10/01/2024 a 10/04/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0194/2024

Publicação Nº 5508582

PORTARIA Nº. 0194/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para FILIPE KOERICH, matrícula nº. 402251-5, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. 1.247/2024, pelo período de 15/02/2024 a 15/05/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0195/2024

Publicação Nº 5508584

PORTARIA Nº. 0195/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Abono Salarial aos servidores conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta. De acordo com a Lei nº. 344, de 20 de abril de 2023.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor conforme data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE	A CONTAR DE
3766431-2	Ulysses Jorge Aguiar	80%	10/01/2024

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº. 0196/2024

Publicação Nº 5508586

PORTARIA Nº. 0196/2024.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 290031A4A05DE630827C6B419A79AD07D5DEA84A

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROBERTO QUIRINO CONSTANTE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 208/2015, Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 014/PMP/2023, para ocupar o cargo de Artífice, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/01/2024 a 11/01/2026.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº. 0197/2024

Publicação Nº 5508587

PORTARIA Nº. 0197/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder Função de Confiança aos servidores conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar da data abaixo.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	A CONTAR DE
402353-5	Luana Mai	FC-2	05/12/2023

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0198/2024

Publicação Nº 5508590

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CC01DF2014E7BD5E9BD0EFBBF0E1845A9D54C02E

PORTARIA Nº. 0198/2024.

GEAN KARLO MEDEIROS, Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LIDIA MIRANDA COUTINHO, titular do cargo de Professor Séries/Anos iniciais, Matrícula nº. 3766598-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/01/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

GEAN KARLO MEDEIROS
Secretário de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0199/2024

Publicação Nº 5508592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 089430BEAE0FA527CA2F1B6DCE4FC44BA9AD2C1F

PORTARIA Nº. 0199/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO STHEFANY MARTINS SOUZA DE OLIVEIRA, cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3765470-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/01/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0200/2024

Publicação Nº 5508593

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EE6AE46B0DFB1A2261CDF3BC1AA9FFBABDD3961B

PORTARIA Nº. 0200/2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR VERA LUCIA CABRAL, titular do cargo de ASO, Matrícula nº. 3760738-8 do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/01/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário Municipal de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0202/2024

Publicação Nº 5509111

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DC2EE746A884CCF1587CBFC06115387833EFF3AE

PORTARIA Nº. 0202/2024.

DIEGO CAMPOS LEONEL, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO LUCAS DOS SANTOS BAUM, cargo de Estagiário, Matrícula nº. 3766363-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/01/2024.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

DIEGO CAMPOS LEONEL
Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 0176/2024

Publicação Nº 5508533



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0176/2024.

ANDRE JOSE SILVEIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 3220 de 03 de agosto de 2015, que **Concedeu Progressão Funcional Vertical** a servidora **SIMONE IVONE SUMAR**, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nível que deverá ser de **1-118-3B-E ANS** para **1-118-3C-E ANS**, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado digitalmente por:

ANDRE JOSE
SILVEIRA:01611773954

CPF: 016.117.739-54

EM: 11/01/2024 17:17:35

ANDRE JOSE SILVEIRA
Secretário Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/65a048189b0d>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO

RIBEIRO

CPF: 004.608.739-70

EM: 11/01/2024 17:16:00

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC

Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

PORTARIA Nº. 0181/2024

Publicação Nº 5508540



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0181/2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE**, matrícula nº. 100274-3, titular do cargo de **Monitor**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria de Fazenda**, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.051/2024**, pelo período de **19/01/2024 a 19/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezini, 100 - Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220-1108
EM: 11/01/2024 17:16:22
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Assinado eletronicamente por:
PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Rua Residencial Pagani - Palhoça/SC
CPF: 058.892.799-67
EM: 11/01/2024 17:16:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/65a04e981b280>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



PORTARIA Nº. 0182/2024

Publicação Nº 5508541



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0182/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **ANA BEATRIZ FALCAO**, matrícula nº. 802058-1, titular do cargo de **Técnico em Contabilidade**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.328/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:51:20
assinado eletronicamente
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cb174155>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0183/2024

Publicação Nº 5508542



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0183/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **JOANA SCHMIDT**, matrícula nº. 125782-2, titular do cargo de **Procurador**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.331/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:52:05

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04eb31a8d8>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16

**MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO**

Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0184/2024

Publicação Nº 5508543



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0184/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **KARLA DA SILVA DUTRA**, matrícula nº. 401957-1, titular do cargo de **Assistente Administrativo**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.332/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:52:53

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cb49fca0>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0185/2024

Publicação Nº 5508545



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0185/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **MARCELA REJANE COELHO**, matrícula nº. 3761088-6, titular do cargo de **Assessor Técnico**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.334/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:53:14

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cb64bdcf>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0186/2024

Publicação Nº 5508566



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0186/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **PATRICIA LIBERATO SILVA**, matrícula nº. 800942-1, titular do cargo de **ASO**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.337/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:53:35

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cb749951>.
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0187/2024

Publicação Nº 5508569



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0187/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **SHEREM ABREU**, matrícula nº. 300505-3, titular do cargo de **Assistente Administrativo**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.338/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:53:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/65a04cb983c39>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0188/2024

Publicação Nº 5508572



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO


PORTARIA Nº. 0188/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **ELAINE CRISTINA GUILHERME DO ESPIRITO SANTO**, matrícula nº. 3763798-1, titular do cargo de **Assistente Administrativo**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.329/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

 Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:54:03
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cbb444de>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



PORTARIA Nº. 0189/2024

Publicação Nº 5508573



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0189/2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **JOSE PAULO MATOS DE CARVALHO**, matrícula nº. 3763470-3, titular do cargo de **Técnico em Agrimensura**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria de Fazenda**, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **453/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/02/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220-1100
EM: 11/01/2024 17:16:22
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Assinado eletronicamente por:
PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
CPF: 058.892.799-67 Fone: (48) 3220-1100
EM: 11/01/2024 17:16:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/65a04c99a90df>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



PORTARIA Nº. 0191/2024

Publicação Nº 5508576



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0191/2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **JEFERSON AMARILDO RIBAS DE PAULA**, matrícula nº. 3763983-4, titular do cargo de **Técnico em Agrimensura**, do Quadro de Pessoal da **Secretaria de Fazenda**, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **605/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/02/2024**.

Palhoça, SC, em 10 de janeiro de 2024.

PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezini, 100 - Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220-1108
EM: 11/01/2024 17:16:22
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Assinado eletronicamente por:
PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS
Rua Residencial Pagani - Palhoça/SC
CPF: 058.892.799-67
EM: 11/01/2024 17:16:00
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:16 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04c9b45aa5>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:16



PORTARIA Nº. 0192/2024

Publicação Nº 5508577



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 0192/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **MICHELLE GASTAO DA ROSA PERDIGAO**, matrícula nº. 160234-1, titular do cargo de **Procurador**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.336/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:54:18
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:17 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cb000b44>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:17



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

PORTARIA Nº. 0193/2024

Publicação Nº 5508578



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO


PORTARIA Nº. 0193/2024.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER TELETRABALHO para **GUACIRA GEORGIA GARCIA**, matrícula nº. 300227-1, titular do cargo de **Procurador**, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Decreto nº. 2.799 de 22 de março de 2021 e memorando nº. **1.330/2024**, pelo período de **10/01/2024 a 10/04/2024**.

Palhoça, SC, em 11 de janeiro de 2024.

 Assinado eletronicamente por:
LUCIANO DALLA POZZA
693.484.720-20
11/01/2024 17:54:32
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 17:17 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a04cbebbcf>
POR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO - (004.608.739-70) EM 11/01/2024 17:17



MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Secretária Executiva de Gestão de Pessoas



Assinado eletronicamente por:
MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC
CPF: 004.608.739-70 Fone: (48) 3220 0300 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256
EM: 11/01/2024 17:16:47
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO 51\CMAS\2023 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PALHOÇA

Publicação N° 5509669

**RESOLUÇÃO N. 51/CMAS/2023**

Dispõe sobre o Demonstrativo Físico Financeiro/2022 dos Serviços e Programas do SUAS de Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada, por videoconferência, no dia 14 de dezembro de 2023, as 14h, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando que o CMAS deve acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito federal, e municipais;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando que o CMAS deve analisar e aprovar a proposta orçamentária e a prestação de contas dos recursos destinados a todas as ações de Assistência Social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Demonstrativo Físico Financeiro dos Serviços e Programas do SUAS de Palhoça, referente ao exercício de 2022, cofinanciados pelo Governo Federal.

Art. 2º Aprovar o Demonstrativo Físico Financeiro do índice de Gestão Descentralizado do Programa Auxílio Brasil, referente ao exercício de 2022.

Rua Padre João Batista Réus, s/n – Caminho Novo – Palhoça – SC
Tel.: 55 48 3220 0458 - Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 3º Aprovar o demonstrativo Físico Financeiro do índice de Gestão Descentralizado do SUAS, referente ao exercício de 2022.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 15 de dezembro de 2023.

Luise Karine da Rosa
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Palhoça/SC

Rua Padre João Batista Réus, s/n – Caminho Novo – Palhoça – SC
Tel.: 55 48 3220 0458 - Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0894-5F1E-880F-D13F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUISE KARINE DA ROSA (CPF 056.172.469-50) em 09/01/2024 12:12:18 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F>

RESOLUÇÃO 52\CMAS\2023 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PALHOÇA

Publicação Nº 5509671



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO N.52/CMAS/2023

Estabelece o protocolo de notificação e encaminhamento do trabalho infantil no Sistema de Garantias de Direitos e na Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Palhoça/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2023, pela plataforma ZOOM, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

CONSIDERANDO que a legislação brasileira considera como trabalho infantil todo trabalho realizado abaixo dos limites de idade mínima estabelecidos pela legislação.

CONSIDERANDO que é proibido qualquer trabalho abaixo dos 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que são proibidos os trabalhos perigosos, insalubres, penosos, prejudiciais à moralidade, realizados em horários e locais que prejudicam a frequência à escola, nos termos do art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual comercial, o trabalho infantil em atividades ilícitas e o trabalho infantil estão assegurados no termos da Convenção n. 182 ratificada pelo Brasil.

CONSIDERANDO que as Ações Estratégicas do PETI estabelece o compromisso intersetorial e compartilhado entre os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos e a Rede de Atendimento nas ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgão normativo e controlador das políticas públicas para crianças em todos os âmbitos tem o dever de regulamentar a articulação das ações no território do município, resolve:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Adotar os fluxos e protocolos de notificação e encaminhamento do trabalho infantil para o Município de Palhoça/SC.

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - A Coordenação das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) prestará apoio para a rede na implementação dos fluxos e protocolos.

Art. 3º - A Comissão Intersetorial das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) realizará acompanhamento periódico com a finalidade de avaliar as ações de implementação dos fluxos e protocolos

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará medidas para dar amplo conhecimento dos fluxos e protocolos adotados nesta Resolução e avaliará periodicamente a qualidade da sua implementação, fomentando a capacitação das redes.

TÍTULO II DA NOTIFICAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 5º - Todo profissional da rede de atendimento e proteção tem o dever identificar e notificar os casos de trabalho infantil que tiver conhecimento.

Art. 6º - Os profissionais da rede de atendimento providenciarão a notificação setorial, nos seguintes termos:

I – os profissionais da rede municipal e estadual de educação notificarão o Conselho Tutelar e em caso de infrequência e evasão escolar o registro será anotado no APOIA;

II – os profissionais da saúde notificarão a Vigilância Epidemiológica, que dará encaminhamento da notificação ao Conselho Tutelar;

III – os profissionais da assistência social notificarão diretamente o Conselho Tutelar ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social, que dará encaminhamento da notificação ao Conselho Tutelar.

IV – Os demais profissionais da rede de atendimento notificarão diretamente ao Conselho Tutelar.

§ 1º - Fica preservada a possibilidade de notificação direta da rede de atendimento ao Conselho Tutelar.

§ 2º - As notificações deverão ser devidamente registradas no Sistema para Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

§ 3º - A notificação deverá adotar a Ficha de Notificação Integrada do Trabalho Infantil a partir de sua implementação.

§ 4º - Enquanto não houver adoção da Ficha de Notificação Integrada do Trabalho Infantil a notificação deverá informar ao menos: a) os dados pessoais da criança e do adolescente; b) a modalidade de trabalho infantil; c) os procedimentos que foram adotados no atendimento de cada caso.

§ 5º - Os casos de trabalho infantil associados à infrequência ou evasão escolar deverão considerar inclusive os procedimentos do Programa APOIA.

§ 6º - Da omissão de notificação aplicam-se medidas administrativas de responsabilização pela administração pública, sem prejuízo da aplicação dos artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos artigos 23 e 26 da Lei n. 14.344/2022.

Art. 7º - O Conselho Tutelar notificará os órgãos de responsabilização, nos seguintes termos:

I – para a Fiscalização do Trabalho, nos casos de trabalho infantil que envolvam relações trabalhistas formais ou informais;

II – para a Promotoria da Infância e da Juventude, em todos os casos que demandem responsabilização;

III – para o Ministério Público do Trabalho, preferencialmente os casos de trabalho infantil em cadeias produtivas ou em grandes empresas;

IV – para a Delegacia de Proteção da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, os casos de trabalho infantil em atividades ilícitas, inclusive tráfico de drogas e a exploração sexual comercial.

Art. 8º - A identificação e notificação do trabalho infantil deve considerar o fluxo geral e os fluxos específicos que constam nos anexos desta Resolução.

TÍTULO III
DO ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO
CAPÍTULO I
Do Atendimento

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 9º - O profissional da rede de atendimento e proteção que identificar caso de trabalho infantil deverá prover escuta qualificada e encaminhar para a equipe de referência para atendimento inicial na própria área de políticas públicas.

Art. 10 - Os profissionais da rede de educação, municipal e estadual, providenciarão o atendimento técnico inicial na escola coletando as informações básicas sobre o caso e encaminharão para atendimento ao CREAS, considerando que os casos de trabalho infantil associados à infrequência ou evasão escolar deverão considerar o fluxo do Programa APOIA.

Art. 11 – Os profissionais da rede de saúde providenciarão o atendimento inicial conforme os fluxos e protocolos da saúde, considerando:

- I – atendimento inicial e estudo de caso em equipe;
- II – solicitação de apoio à Vigilância Epidemiológica;
- III – encaminhamento para o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI);
- IV – acompanhamento no âmbito das ações de saúde da família.

Art. 12 - Os profissionais da proteção social básica da assistência social providenciarão o atendimento dos casos de trabalho infantil considerando os seguintes aspectos:

- I – nos casos de demanda espontânea será realizada escuta qualificada e elaboração de relatório sobre o caso pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para posterior encaminhamento ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- II – nos casos de demandas por outras violações de direitos encaminhadas pela rede ou verificadas pela equipe durante o atendimento será informada a família e encaminhada para atendimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com envio de relatório via Comunicação Interna pela Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- III – nos casos de famílias já em acompanhamento pela equipe técnica do CRAS será providenciado o encaminhamento para serviços e benefícios com o respectivo encaminhamento para o CADÚnico para atualização do cadastro.

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F>





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 13 – O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deverá considerar o atendimento de crianças e adolescentes afastados do trabalho infantil como público prioritário e receberão encaminhamentos para atendimento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar e Ministério Público.

Art. 14 – Ao receber encaminhamento de crianças e adolescentes para ingresso no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado pelo poder público, deverá realizar o atendimento inicial com orientador social da equipe, que providenciará:

I – encaminhamento para equipe técnica para estudo de caso;

II – acolhida da criança ou adolescente nas oficinas e atividades.

Art. 15 - Ao receber encaminhamento de crianças e adolescentes para ingresso no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado por entidades conveniadas, deverá providenciar atendimento inicial pela assistência social da entidade e:

I – informar a coordenação da entidade sobre o caso;

II – encaminhar aos orientadores sociais para providenciar a acolhida e inserção da criança ou adolescente nas oficinas e atividades.

Art. 16 – Nos casos de identificação de trabalho infantil de crianças e adolescentes integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) será realizado:

I – contato com o órgão que providenciou o encaminhamento da criança ou adolescente para inserção no serviço para obtenção de informações complementares;

II - encaminhamento para atendimento no CRAS ou CREAS, considerando a equipe que está fazendo o acompanhamento familiar para providências conforme o fluxo comum do trabalho infantil.

Art. 17 - Após avaliação da equipe setorial providenciar o atendimento inicial do caso de trabalho infantil deverá encaminhar para atendimento especializado no Centro Especializado de Referência de Assistência Social (CREAS).

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 18 - O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) encaminhará a criança, adolescente e sua família para atendimento pela equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI).

Art. 19 - O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) providenciará o atendimento dos casos de trabalho infantil considerando os seguintes aspectos:

I - escuta qualificada e acolhimento inicial;

II - encaminhamento para registro para Coordenação e triagem;

III - visita familiar e elaboração de relatório técnico;

IV - encaminhamento para serviços de educação, saúde, proteção social básica, aprendizagem e outros disponíveis no município;

V - acompanhamento familiar.

Art. 20 – Para o encaminhamento da criança, adolescente e sua família para serviços e benefícios disponíveis no município de acordo com as características e necessidades de cada caso, será considerado:

I – verificação da matrícula e frequência escolar da criança e do adolescente na área da educação básica, comunicação à Central de Vagas e encaminhamento da criança ou adolescente para a escola;

II – encaminhamento para avaliação das condições de saúde da criança e do adolescente na atenção básica de saúde e comunicação à Vigilância Epidemiológica;

III - encaminhamento para registro da família no Cadastro Único (CADÚnico);

IV – encaminhamento para acesso à benefícios, conforme o perfil da família;

V – encaminhamento para serviços de contraturno escolar, em especial para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programas de Aprendizagem e outros serviços disponíveis no município.

Parágrafo Único - Em caso de não adesão por parte da família, criança ou adolescente nos serviços de atendimento ou reincidência de trabalho infantil verificada no acompanhamento familiar, a

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

equipe deverá comunicar e encaminhar o caso ao Conselho Tutelar para a aplicação de medidas administrativas de proteção e/ou aos pais ou responsáveis.

CAPÍTULO II

Do Acompanhamento

Art. 21 - As famílias com situação de trabalho infantil identificadas serão acompanhadas pela equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) pelo período mínimo de 03 meses, considerando:

I – acompanhamento periódico da frequência escolar mediante contato com a escola;

II – acompanhamento periódico da saúde mediante contato com a atenção à saúde da família;

III – acompanhamento periódico da frequência aos serviços de contraturno escolar mediante contato com as unidades de oferta de serviços e a proteção social básica da assistência social.

IV – acompanhamento do acesso aos benefícios, eventuais ou de transferência de renda, mediante contato com o setor responsável pela concessão.

Art. 22 - Quando cumprido o prazo de acompanhamento, sem reincidência de trabalho infantil ou de outras violações, o atendimento será encerrado encaminhando-se a família para a atualização do Cadastro Único (CADÚnico) e comunicando a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para verificação da necessidade de acompanhamento pela Proteção Social Básica.

TÍTULO III DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO Capítulo I Das medidas aplicáveis pelo Conselho Tutelar

Art. 23 – Para os casos de trabalho infantil identificados ou encaminhados pela rede de atendimento ao Conselho Tutelar, este providenciará os seguintes procedimentos, sem prejuízo de outras medidas administrativas necessárias:

I – aplicação de medida de proteção;

II – aplicação de medidas aos pais ou responsáveis;

III – encaminhamento para atendimento ou requisição de serviços públicos.

**Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoça@outlook.com**

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoça.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

§ 1º - As medidas administrativas aplicadas pelo Conselho Tutelar deverão estabelecer prazos para o seu cumprimento.

§ 2º - Em caso de descumprimento de medidas administrativas pelo Conselho Tutelar, o mesmo deverá comunicar o Ministério Público.

CAPÍTULO III

Das medidas de responsabilização por exploração do trabalho infantil

Art. 24 – Os casos de trabalho infantil deverão ser comunicados ao Ministério Público e demais órgãos de proteção para a aplicação de medidas de responsabilização por violação de direitos.

Art. 25 – Os casos de trabalho infantil doméstico poderão ser comunicados à Promotoria da Infância e Juventude.

Art. 26 – Os casos de trabalho infantil em atividades ilícitas, inclusive no tráfico de drogas e exploração sexual comercial, deverão ser comunicados à Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público.

Art. 27 – Os casos de trabalho infantil em empresas e cadeias produtivas deverão ser comunicados preferencialmente à Fiscalização do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho.

Art. 28 – Os casos de trabalho infantil escravo e tráfico de pessoas devem ser comunicados preferencialmente à Polícia Federal, Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho, sem o prejuízo da comunicação aos demais órgãos de responsabilização. Parágrafo Único – Cabe aos órgãos de responsabilização apreciar as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis em cada caso.

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE ATENDIMENTO E PROTEÇÃO DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

Art. 29 – O atendimento do trabalho infantil na modalidade de exploração sexual comercial deverá articular os procedimentos com as ações de atendimento e proteção geral da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Art. 30 – Nos casos de trabalho infantil que envolvam o trabalho escravo e o tráfico de pessoas as ações deverão estar articuladas desde o momento inicial com os órgãos de proteção e

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Secretaria Municipal de Assistência Social

responsabilização, em especial as Delegacias de Polícia Civil e Federal e os órgãos do Ministério Público Federal e do Trabalho, sem o prejuízo das ações iniciais de atendimento pela rede conforme o fluxo geral.

Art. 31 – Nos casos de trabalho infantil realizado nas ruas, o atendimento inicial deverá ser prestado pelo Serviço de Abordagem Social da Assistência Social com encaminhamento de notificação e atendimento conforme o fluxo geral.

Art. 32 – Nos casos de trabalho infantil no tráfico de drogas a comunicação à Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso não elimina o atendimento prévio e preventivo a ser realizado pela rede de atendimento.

Art. 33 – Nos casos de trabalho infantil indígena será providenciada articulação com a FUNAI no âmbito das estratégias de encaminhamento e atendimento.

Art. 34 – A adoção da Ficha de Notificação Integrada do Trabalho Infantil, será regulamentada por resolução própria pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, considerando a possibilidade de integração dos sistemas informatizados do município.

Art. 35 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 14 de dezembro de 2023.

Luise Karine da Rosa
Presidente CMAS

Rua Prefeito Reinoldo Alves, 41 - Passa Vinte- Palhoça-SC - Centro Comercial Camelão - 1º andar,
anexo a Secretaria da Assistência Social.
Tel.: 55 48 3220 0458- Email.: cmas-palhoca@outlook.com

Assinado por 1 pessoa: LUISE KARINE DA ROSA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F> e informe o código 0894-5F1E-880F-D13F





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0894-5F1E-880F-D13F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUISE KARINE DA ROSA (CPF 056.172.469-50) em 09/01/2024 12:12:18 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://palhoca.1doc.com.br/verificacao/0894-5F1E-880F-D13F>

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024

Publicação Nº 5508083

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA						CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total		
Especificação: Bicarbonato de sódio 8,4% ampolas 10 ml							
1	400,00	AMP	SAMTEC SAMTEC BICARBONATO	R\$0,7644	R\$305,7600		
Especificação: Miconazol 20mg/g creme vaginal, tubo com com 80gr e com no mínimo 7 aplicadores.							
17	30000,00	TB	BELFAR ALTEFAR (MICONAZOL)	R\$7,3333	R\$219.999,0000		
Valor Total(duzentos e vinte mil, trezentos e quatro reais e setenta e seis centavos)					R\$220.304,76		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024

Publicação Nº 5508085

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA				CNPJ: 02.816.696/0001-54	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Sulfato de magnésio 10%, ampola c/ 10mL					
22	500,00	AMP	SAMTEC NT	R\$0,8390	R\$419,5000
Valor Total(quatrocentos e dezenove reais e cinquenta centavos)					R\$419,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2024

Publicação Nº 5508086

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fentanila, citrato 0,05mg/mL ampola 10mL					
13	600,00	AMP	HIPOLABOR Genérico	R\$3,1300	R\$1.878,0000
Especificação: Isossorbida, dinitrato 5mg sublingual.					
15	50000,00	COMP	EMS ISORDIL	R\$0,2850	R\$14.250,0000
Especificação: Paracetamol 200mg/ml 15ml.					
19	20000,00	FRS	FARMACE GENERICO	R\$1,2200	R\$24.400,0000
Valor Total(quarenta mil e quinhentos e vinte e oito reais)					R\$40.528,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024

Publicação Nº 5508087

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA						CNPJ: 76.386.283/0001-13	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário		Preço Total	
Especificação: Carmelose sódica 5mg/ml solução oftálmica. Frasco conta-gotas com 10ml.							
2	100,00	FRS	GEOLAB ACU FRESH	R\$7,4900		R\$749,0000	
Valor Total			(setecentos e quarenta e nove reais)		R\$749,00		

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024

Publicação Nº 5508090

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: INOVAMED HOSPITALAR LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: INOVAMED HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 12.889.035/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Enalapril maleato, 20mg					
8	700000,00	COMP	Cimed/1Farma Cimed/1Farma	R\$0,0499	R\$34.930,0000
Valor Total (trinta e quatro mil e novecentos e trinta reais)					R\$34.930,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2024

Publicação Nº 5508092

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAÇÃO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICINAIS E HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRICAÇÃO, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICINAIS E HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 46.381.269/0001-66	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ceftriaxona sódica, 500mg, injetável uso intramuscular					
6	10000,00	F/AM	EUROFARMA TRIAXIN 500MG 1FA +DIL AMP VD 2ML	R\$9,2800	R\$92.800,0000
Valor Total (noventa e dois mil e oitocentos reais)					R\$92.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2024

Publicação Nº 5508096

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MG2 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: MG2 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 47.893.919/0001-15
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Lidocaína geléia 20mg/g tubo 30g					
16	8000,00	TB	PHARLAB TUBO	R\$3,9900	R\$31.920,0000
Valor Total (trinta e um mil e novecentos e vinte reais)					R\$31.920,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024

Publicação Nº 5508097

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 26.089.337/0001-00	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Cefalexina 500mg - acondicionada de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blister fracionável.					
3	300000,00	COMP	ABL ABL	R\$0,5800	R\$174.000,0000
Valor Total (cento e setenta e quatro mil reais)					R\$174.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024

Publicação Nº 5508098

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: K M KRUPINSKI MAIS SAUDE ATACADO DE MEDICAMENTOS				CNPJ: 50.531.688/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clindamicina, cloridrato 300 mg					
5	2000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA COMPRIMIDO	R\$1,0599	R\$2.119,8000
Valor Total(dois mil, cento e dezenove reais e oitenta centavos)					R\$2.119,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2024

Publicação Nº 5508100

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: A. G. KIENEN & CIA LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: A. G. KIENEN & CIA LTDA				CNPJ: 82.225.947/0001-65	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Proximetacaína, cloridrato 5mg/ml (0,5%), solução oftálmica. Frasco conta-gotas contendo no mínimo 5ml. Prazo de validade mínimo 12 meses.					
20	50,00	FRS	ALCON Nº REGISTRO 1.0068.1087.001-5	R\$10,2400	R\$512,0000
Valor Total(quinhetos e doze reais)					R\$512,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2023

Publicação Nº 5508853

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E
DATA: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 5197112 - IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
11	6099 - Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado	FRS	400,	0,	R\$8,84	R\$0,00	R\$3.536,00
12	6100 - Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	FRS	500,	0,	R\$12,89	R\$0,00	R\$6.445,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E
DATA: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 5519004 - LEMED COMERCIO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
14	6098 - Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado	FRS	116,	0,	R\$7,45	R\$0,00	R\$864,20
20	87823 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	FRS	0,	0,	R\$4,69	R\$0,00	R\$0,00
21	87824 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	FRS	0,	0,	R\$5,29	R\$0,00	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2023

Publicação Nº 5508857

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E
DATA: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 39476260 - MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI EPP							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
7	15824 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 100 ml.	FRS	13.676,	0,	R\$1,65	R\$0,00	R\$22.565,40
8	15815 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	FRS	9.152,	0,	R\$2,20	R\$0,00	R\$20.134,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2023

Publicação Nº 5508859

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: NGD COMERCIO - IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E DATA: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 40141306 - NGD COMERCIO - IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
6	6095 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 500 ml.	FRS	1.120,	0,	R\$6,97	R\$0,00	R\$7.806,40
9	15816 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	FRS	1.172,	0,	R\$2,98	R\$0,00	R\$3.492,56
10	71325 - Soro Glicofisiológico 250ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	FRS	780,	0,	R\$6,38	R\$0,00	R\$4.976,40
13	6097 - Soro glicosado 5% 250 ml, sistema fechado	FRS	750,	0,	R\$5,86	R\$0,00	R\$4.395,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024

Publicação Nº 5508103

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - FILIAL. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - FILIAL					
CNPJ: 03.652.030/0003-32					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Digoxina 0,25 mg					
7	60000,00	COMP	PHARLAB Genérico	R\$0,1799	R\$10.794,0000
Especificação: Nifedipina 10mg					
18	40000,00	COMP	BRAINFARMA NEO FEDIPINA	R\$0,1299	R\$5.196,0000
Valor Total(quinze mil e novecentos e noventa reais)					R\$15.990,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2024

Publicação Nº 5508104

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2024. Pregão Eletrônico 586/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.
OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento da rede básica de saúde em Palhoça, distribuição nas Farmácias Básicas da rede municipal de Saúde, uso nas Unidades Básicas de Saúde, SAMU e Unidade de Pronto Atendimento Sul (UPA Sul). Além de colírios, para fins de diagnóstico, utilizados nos Programas Idoso com Visão e Criança com Visão.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 0853A0A2A6FEB4DD00CBB33E42C773C2C4FDFA87
DATA: 11/01/2024 a 10/01/2025.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA					CNPJ: 67.729.178/0005-72
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fluoresceína sódica 10mg/ml, Solução Oftálmica; Frasco com 3 ml, Conta-gotas.					
14	100,00	FRS	OFTALMOPHARMA FLUDIAG 1% COLIRIO	R\$14,0000	R\$1.400,0000
Valor Total (um mil e quatrocentos reais)					R\$1.400,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2023

Publicação Nº 5508860

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 156/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E DATA: 25/10/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 3592090 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
5	87823 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	FRS	7.380,	0,	R\$3,90	R\$0,00	R\$28.782,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2023

Publicação Nº 5508861

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2023. Pregão Presencial 66/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITLARES. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo enfermagem (Luvas de Procedimentos e Soros Fisiológicos, Glicofisiológico e Glicosado) para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Rede Municipal e demais setores.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: 133C6A65E497D8C0FC94E4D3DB0D00239B06819E
DATA: 25/10/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 3593533 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITLARES							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
15	87824 - Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml. COTA PRINCIPAL, correspondente a 90%.	FRS	9.300,	0,	R\$4,15	R\$0,00	R\$38.595,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/ 2023

Publicação Nº 5508671

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada. Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 3544885 - OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA - EPP							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
10	87632 - Braçadeira para injeção, base tripé em ferro fundido, Coluna receptora em tubo 7/8", haste telescopia 5/8" cromada, acabamento com pintura eletrostática com tratamento antiferruginoso, apoio p/ braço em chapa de aço pintada. Altura mínima de 0,85m e máxima de 1,25m. Cor branca. Garantia de no mínimo 01 ano.	UN	20,	0,	R\$145,00	R\$0,00	R\$2.900,00
27	63536 - Foco de luz clínico e ginecológico, com haste superior flexível e cromada, pedestal com haste inferior pintada, altura variável entre 90 a 150 cm, pintura em epóxi de alta resistência, base do pedestal com 04 rodízios, alimentação elétrica selecionável em 220 volts, 50/60 hz. lâmpada halógena de 12v x 20(luz branca), cabo de energia com aproximadamente 2 metros de comprimento.	UN	30,	0,	R\$229,00	R\$0,00	R\$6.870,00
33	63543 - Mesa de exame clínico leito em estofado. Dimensões aproximadas: 1.85x0,60x0,80cm. Estrutura em tubo de aço redondo de 1"X1,20m, pintado em esmalte sintético, após tratamento anti-ferruginoso de 1"x1,20m. Leito em compensado de 15mm com espuma, revestido em couroim na cor azul. Cabeceira regulável. Pés com ponteiros de borracha.	UN	22,	0,	R\$420,00	R\$0,00	R\$9.240,00
53	87640 - Suporte para soro, confeccionado em aço inoxidável, tipo pedestal, com altura regulável, com 04 ganchos de inox 304 , base em tubo de inox 304 com no mínimo 04 rodízios 2". Tamanho: fechado 1,20 m, aberto 2,00 m, coluna em tubo de inox 304 no Ø 25,4 mm, com regulagem de altura em tubo de inox 304 com no Ø 19,05 mm. Garantia de no mínimo 01 ano.	UN	50,	0,	R\$200,00	R\$0,00	R\$10.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2023

Publicação Nº 5508675

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 4447328 - MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
3	63469 - Bacia confeccionada em aço inoxidável AISI 304, 35cm, com garantia de no mínimo de 10 anos.	UN	50,	0,	R\$108,67	R\$0,00	R\$5.433,50
7	76639 - Bandeja retangular sem tampa, em aço inoxidável medindo aproximadamente 30x20x04cm.	UN	40,	0,	R\$75,08	R\$0,00	R\$3.003,20
16	63518 - Cuba redonda, em aço inoxidável AISI 304, para assepsia 08 cm.	UN	5,	0,	R\$12,87	R\$0,00	R\$64,35

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2023

Publicação Nº 5508680

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LOTUS MEDICAL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 5092663 - LOTUS MEDICAL LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
23	87634 - Espaçador uso adulto e infantil, câmara para inalação, fabricada em material atóxico, com volume mínimo de 150 ml, para administração de medicamentos inalatórios do tipo aerossol, formato anatômico, máscara maleável, tamanho único adaptável em adultos e crianças, corpo transparente. Embalagem contendo externamente dados de identificação do produto, procedência, data fabricação/validade, lote e registro no MS.	UN	10,	0,	R\$30,00	R\$0,00	R\$300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SEVEN IMPORT EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 5092728 - SEVEN IMPORT EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
9	80110 - Bomba de infusão. Com as seguintes especificações mínimas: Alarmes Sonoros e visuais avisando o mau funcionamento e mostrando o ocorrido. Avisos sonoros para: oclusão, fim de solução e infusão, bateria fraca, ar no equipo, fluxo livre, porta aberta, interrompimentos e do sensor de gotas desconectado. Possui controle do gotejamento através de sensores ópticos. Controle das bolhas de ar no equipo pelo sensor ultrassom. Acompanha bateria interna recarregável com duração de no mínimo 3 horas. Memoriza internamente data e hora que ocorreram os últimos 1000 eventos. Proteção contra entrada de líquidos (IPX1). Permissão para alterar a vazão durante a infusão trazendo a opção de zerar o volume que está sendo infundido. Possui função de bloqueio de teclado frontal. Fácil manuseio. Opera com volumes de 0,1 a 9.999,9 ml. Pode ser programada tanto para infusões enterais como parenterais. Ajuste de 2 (dois) níveis para o Volume do Alame, pode ser configurado para aparecer mensagens em português, inglês e espanhol. Equipos universais e /ou compatíveis com o equipamento. Controle de vazão de 0,1 a 1.200,0 ml/h (adicionando 0,1 ml/h) permitindo que seja configurada para uso adulto e infantil. Garantia de no mínimo 1 ano. Registro na ANVISA.	UN	3,	0,	R\$3.390,00	R\$0,00	R\$10.170,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2023

Publicação Nº 5508689

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1

DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 5092850 - LONDRIHOSP IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES EIRELI

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
12	63504 - Carro maca com altura regulável, com as seguintes especificações mínimas: Dimensões: 1,90x0,55x0,80; Estrutura em tubo de aço de 1 1/4"x1,20mm; Leito estofado compensado de 15mm, com espuma revestido de courovin; Cabeceira móvel; Altura do carro regulável através de uma manivela central cromada e escamoteável; Grades laterais em tubo de aço inóx de 1"x1,25mm; Suporte para soro em inóx; Rodízios de 5" sendo dois com freios em diagonais; Acabamento em pintura Epoxi, super durável, resistente.	UN	10,	0,	R\$1.710,00	R\$0,00	R\$17.100,00
18	63522 - Desfibrilador externo automático portátil: leve e de fácil transporte; Instruções visuais e comando de voz em português; Com 3 eletrodos, mínimo de 300 choques, tela de ECG; Resistente a quedas, vibrações, jatos de água e poeira; Metrônomo interno que auxilia o usuário no ritmo da RCP. Dentro das normas da legislação vigente. Acompanhar 01 estojo para transporte (estojo de transporte flexível, desenhado para permitir que se utilize o desfibrilador sem que tenha que abrir o estojo de transporte) , 01 bateria recarregável com eletrodo adulto, 01 manual de operações em português. Garantia mínimo 01 ano.	UN	2,	0,	R\$8.620,00	R\$0,00	R\$17.240,00
21	80114 - Eletrocardiógrafo portátil - 12 canais com 12 derivações. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: Tela LCD de no mínimo 5 polegadas, com a opção de visualização em tela, antes da impressão., conjuntamente com ajustes de gravação, modo de operação, frequência cardíaca, marca de sincronização QRS, mensagem de erro e eletrodo desconectado. 12 derivações simultâneas. Função de interpretação do exame. Impressora térmica, Impressão em papel termossensível milimetrado, papel comum a4 ou fa, Modo manual e automático. Bateria recarregável, Armazenamento externo: USB e LAN	UN	1,	0,	R\$5.390,00	R\$0,00	R\$5.390,00
22	63527 - Escadinhas 2 degraus confeccionada em estrutura tubular em aço inoxidável com piso em chapa de aço com tratamento antiferruginoso recoberto com borracha antiderrapante, pés com ponteira de borracha, dimensões aproximadas: 0,36 x 0,47 X 0,35 m.	UN	20,	0,	R\$170,00	R\$0,00	R\$3.400,00
30	63541 - Laringoscópio adulto inox com 5 lâminas de fibra ótica 1, 2, 3, 4 e 5; cabo metálico para 2 pilhas médias, lâminas curvas em aço inoxidável, perfeito encaixe das roscas. Acompanhar bolsa em nylon com zíper e compartimentos separados para cabo e lâminas. Garantia mínimo 01 ano.	UN	20,	0,	R\$670,00	R\$0,00	R\$13.400,00
37	63555 - Oxímetro de pulso portátil digital, adulto e infantil - Monitor de dedo. Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca. Indicador de pulso. Botão único de ligação para facilitar a operação. Visor Grande de fácil visualização (LED). Compacto, portátil e iluminado. Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas. Alimentação através de duas pilhas alcalinas "AAA".	UN	200,	0,	R\$46,00	R\$0,00	R\$9.200,00

	Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade. Utiliza 2 pilhas AAA. Inclui cordão para o pescoço. Peso: 37g (excluindo as pilhas) Faixa de Medição Saturação: 35% - 100%. Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de $\pm 2\%$, Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm. Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm. Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação. Parâmetros: SpO2 e Pulso. Com barra Gráfica e indicador de carga baixa.						
56	77498 - Termômetro clínico, ajuste digital, infravermelho, mira laser, medição a distância, tipo pistola com gatilho, sem contato, testa criança e adulto, tempo máximo para medição 01 segundo, desligamento automático após uso, faixa de medição: 32,0 à 43,0°C...	UN	200,	0,	R\$50,00	R\$0,00	R\$10.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023

Publicação Nº 5508693

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ISRAEL E BENVINDA LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1

DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 5092930 - ISRAEL E BENVINDA LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
38	5951 - Pinça Adson 12cm 1x2 Dentes; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$15,79	R\$0,00	R\$315,80
39	5952 - Pinça Adson 12cm com serrilha; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	40,	0,	R\$16,80	R\$0,00	R\$672,00
40	5967 - Pinça anatômica dissecação 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos. Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	PÇ	50,	0,	R\$14,50	R\$0,00	R\$725,00
52	5958 - Porta agulha Mayo Hegar 14cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	50,	0,	R\$33,81	R\$0,00	R\$1.690,50
57	63665 - Tesoura Cirúrgica Romba Fina Reta, fabricada em aço Inoxidável AISI-420, medindo 17cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência.	UN	20,	0,	R\$38,00	R\$0,00	R\$760,00
59	81270 - Tesoura tipo íris curva, ponta fina 12 cm, em aço inox. Constando os dados de identificação. Garantia: 10 anos. Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	UN	0,	0,	R\$17,00	R\$0,00	R\$0,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2023

Publicação Nº 5508696

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARARES EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1

DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 39828549 - BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARARES EIRELI							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
1	87631 - Aspirador venturi para oxigênio, frasco policarbonato de 400 ml.	UN	30,	0,	R\$104,00	R\$0,00	R\$3.120,00
2	80106 - Aspirador para rede de vácuo standard 500 ml: Tampa em polipropileno/Nylon; boia em polipropileno para evitar transbordamento; Frasco coletor em vidro; Conexões conforme normas ABNT. Garantia de Fábrica: 01 anos contra defeitos de fabricação.	UN	15,	0,	R\$127,10	R\$0,00	R\$1.906,50
20	63525 - Detector fetal portátil, sonar digital, para detectar batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, gabinete em ABS, botão liga desliga frontal, botão regulador de volume lateral, desligamento automático depois de 01 minuto sem uso, ausculta de batimentos cardíacos a partir de 10ª. semana, alta sensibilidade para ausculta coletiva, saída para conexão de fone de ouvido ou gravador de som, cictagem de 6.000 a 60.000 frequência 2,0 a 2,25 mhz, display com contador numérico digital, faixa de medida do bcf de 50 a 240 bpm, alojamento para transdutor na lateral do aparelho, compartimento para a bateria localizado na traseira, bateria 9 v alcalina, carregador para a bateria utiliza rede elétrica 110 / 220 v, acompanha frasco de gel para contato, fone de ouvido biauricular para escuta individual, alça e bolsa para transporte, dimensões aproximadas 100X33X130 mm. Peso líquido aproximado 260 gr. Registro ANVISA.	UN	0,	0,	R\$315,00	R\$0,00	R\$0,00
24	65289 - Estetoscópio adulto, indicado para a ausculta cardio pulmonar, produzido com os materiais nobres, duplo tubo em pvc ligado através de anéis metálicos, fone biauricular em cobre cromado, tubo rotatório central em cobre cromado câmara de som em liga de alumínio, diafragmas de alta sensibilidade, auscultador duplo para ausculta, par de olivas rosqueavel em três tamanhos. Garantia de no mínimo 1 ano. Componentes da embalagem, um par de olivas rosqueavel de silicone, 2 pares de membranas de plástico rígido, anel rosqueador de cobre cromado (infantil, adulto), base rosqueada de cobre cromado que possibilita troca do sino ou diafragma, câmara de som em liga de alumínio, tubo relatório central em cobre cromado. Possui duas saídas para ligação com, tubo duplo de PVC ligado através de anéis metálicos, fone biauricular de cobre cromado, diafragma aberto tamanho pequeno, tamanho médio, tamanho grande (sino prolongador), auscultador.	UN	0,	0,	R\$26,99	R\$0,00	R\$0,00
25	80116 - Fluxômetro de Ar comprimido, escala de 0 a 15 litros por minuto, flutuador em inox, botão para regulagem de fluxo e intermediário com rosca macho ¼ NPT. Fabricado em metal cromado. Conexões de entrada e saída padrão ABNT NBR 11906. Utilizado em válvulas e/ou painéis beira de leito. Garantia de Fábrica: 01 ano contra defeitos de fabricação.	UN	30,	0,	R\$50,00	R\$0,00	R\$1.500,00
26	87635 - Fluxometro para oxigênio, corpo em latão cromado, régua de 0 a 15 litros por minuto, pressão de trabalho dentro da faixa de +/-3,5kgf/cm²., bilhas em policarbonato,	UN	10,	0,	R\$48,00	R\$0,00	R\$480,00

	esfera em aço inoxidável, porca/borboleta em nylon verde, niple de saída botão cromado, fêmea utilizado em conexões ABNT, postos parede ou painéis beira de leito. Garantia de Fábrica: 01 ano contra defeitos de fabricação.						
60	6136 - Válvula com fluxômetro para cilindro oxigênio, com as seguintes especificações: Válvula reguladora para cilindro c/ 02 saídas, em metal cromado, rosca de entrada universal, manômetro de alta pressão com escala de 0 a 315Kg/Cm2, pressão fixa de 3,5 Kg/Cm2 e rosca de saída padrão ABNT com válvula de segurança. Fluxômetro corpo de metal cromado, bilha externa e interna em material inquebrável, escala expandida de 0-15 litros por minuto, esfera de inóx, botão de controle de fluxo, sistema de vedação tipo agulha evitando vazamentos; rosca de saída conforme padrão ABNT.	CJ	30,	0,	R\$256,00	R\$0,00	R\$7.680,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DPS COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 44190182 - DPS COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
19	63523 - Destilador de Água. Características mínimas: Para cada 4 litros de água comum o destilador produz 3,8 litros de água destilada. Não necessita instalação hidráulica. Baixo consumo de energia. Capacidade do reservatório de água destilada: 3,8 Litros. Capacidade do reservatório de água comum: 4 Litros. Duração do ciclo completo: 5 horas. Peso líquido: 3,4 kg. Peso bruto: 4 kg. Dimensões externas: 27 cm x 33 cm x 27,6 cm. Voltagem: 127 ou 220v. Frequência: 60hz. Consumo elétrico: 500 Watts modelo 127v e 600 Watts modelo 220v. Temperatura de trabalho adequada: 15° C a 40° C. Cor: branca. Certificação: CE. Garantia: 1 ano.	UN	5,	0,	R\$786,00	R\$0,00	R\$3.930,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1
DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 44664800 - MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
6	76638 - Bandeja retangular em aço inoxidável AISI 304, sem tampa Medindo aproximadamente 40x28x02cm.	UN	50,	0,	R\$138,94	R\$0,00	R\$6.947,00
14	63513 - Coletor de urina (papagaio), confeccionado em aço inoxidável, capacidade mínima de 1000 ml.	UN	10,	0,	R\$99,55	R\$0,00	R\$995,50
36	63553 - Otoscópio com as seguintes especificações mínimas: com cabo de metal, para 02 pilhas médias; acompanhar 05 espelhos permanentes de plástico com diâmetros de 2,5 mm, 3,0 mm, 3,5 mm, 4.0mm e 8,0 mm; possui regulador de intensidade de luz; com estojo. Garantia de no mínimo 01 ano.	UN	20,	0,	R\$299,00	R\$0,00	R\$5.980,00
55	59715 - Suporte para coletor de perfurocortantes com capacidade de 13 litros.	UN	60,	0,	R\$32,50	R\$0,00	R\$1.950,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2023

Publicação Nº 5508707

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1

DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 399573283 - STOKMETAL COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
8	63485 - Biombo triplo articulado, estrutura tubular em aço, cortina em PVC, na cor azul marinho, acabamento com pintura eletrostática a pó, dimensões: aproximadas: 1,25 m largura aberto, 1,77 m altura, 0,66 m largura fechado.	UN	12,	0,	R\$419,99	R\$0,00	R\$5.039,88
31	80117 - Mesa auxiliar em aço inoxidável 304 com uma prateleira inferior, tampo superior e prateleira em aço inoxidável de 0,75 mm. Rodízios de no mínimo 2". Medidas aproximadas 0,80 m x 0,40 m x 0,80 m (comprimento x largura x altura)	UN	44,	0,	R\$495,49	R\$0,00	R\$21.801,56
32	79819 - Mesa Auxiliar, características mínimas: estrutura em tubos de aço inox redondo, com prateleira e tampo em chapa de aço inox, pés tubulares em aço inox e com 4 (quatro) rodízios, medindo aproximadamente no mínimo 40x40x80cm.	UN	44,	0,	R\$328,99	R\$0,00	R\$14.475,56
34	63548 - Mesa para exame ginecológico, com as seguintes especificações mínimas. Construída com tubos de 1.1/4", esmaltada, movimento de trendelemburg no leito. com gaveta para escoamento de líquidos em aço inoxidável, com um par de porta-coxas estofados. Dimensões: 1.70m comp. X 0.50m larg. X 0.80m alt. com espuma de alta densidade, revestido em corvim preto, assento fixo; encosto e apoio para pernas reclináveis, pés com ponteiros de borracha. Gaveta para escoamento de líquidos em aço inox.	UN	20,	0,	R\$1.199,00	R\$0,00	R\$23.980,00
35	87637 - Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com ajuste de altura de assento e encosto, encosto ergonômico, cor a combinar. Estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em courvim, asséptico e sem costura. Garantia de no mínimo 01 ano	UN	20,	0,	R\$464,99	R\$0,00	R\$9.299,80
54	87641 - Suporte para soro de parede articulado. Haste fabricada em alumínio ou aço, polido ou com pintura epóxi; haste medindo no mínimo 55cm e no máximo 60cm; sistema articulável na horizontal, de 180 graus; quatro ganchos/suportes de apoio distribuídos horizontalmente pela haste de forma unilateral. Haste articulada com giro de 180 graus na horizontal; 4 ganchos/suportes de apoio para bolsas de soro, medicação e alimentação. Acompanha 4 buchas e 4 parafusos para instalação; 1 manual de instalação. Garantia de no mínimo 01 ano	UN	30,	0,	R\$155,00	R\$0,00	R\$4.650,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2023

Publicação Nº 5508712

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2023. Pregão Presencial 19/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem permanente para suprir e manter as Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça por meio de Registro de Preços com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: B382FAE2CFEDE46FCA42519F89CEB533BFFB59B1

DATA: 06/04/2023 a 05/04/2024.

Fornecedor: 399927441 - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
15	63514 - Comadre em aço inox, capacidade 3,5 ml, em aço inoxidável.	UN	10,	0,	R\$164,00	R\$0,00	R\$1.640,00
17	87633 - Cuba rim, em aço inoxidável AISI 304, medindo: 26X12 cm.	UN	60,	0,	R\$39,35	R\$0,00	R\$2.361,00
29	87636 - Histerômetro Collin 28 cm. Confeccionado em aço inoxidável; possuir escala gravada no corpo do instrumental; possuir fecho para travamento. Constar os dados de identificação. Garantia: 10 anos. Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	UN	0,	0,	R\$71,63	R\$0,00	R\$0,00
41	5979 - Pinça Cheron 24 cm, Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	PÇ	20,	0,	R\$65,35	R\$0,00	R\$1.307,00
42	87638 - Pinça cirúrgica pozzi 24 cm, material aço inoxidável, tamanho da boca 3mm tipo ponta reta, cabo com trava, Inoxidável AISI-420, pinça para biópsia do colo uterino. Embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, Garantia: 10 anos; Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	0,	0,	R\$58,80	R\$0,00	R\$0,00
43	87639 - Pinça Halstead mosquito 12cm curva, confeccionada em aço Inoxidável AISI-420, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	50,	0,	R\$22,47	R\$0,00	R\$1.123,50
44	5953 - Pinça Halstead mosquito 12cm reta Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	50,	0,	R\$22,74	R\$0,00	R\$1.137,00
45	5955 - Pinça Kelly 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$28,16	R\$0,00	R\$563,20
46	5957 - Pinça Kelly reta 14 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$33,85	R\$0,00	R\$677,00
47	63559 - Pinça Kelly curva com 16 cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com	UN	20,	0,	R\$31,14	R\$0,00	R\$622,80

	Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.						
48	63560 - Pinça kocher 14cm curva; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões, Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$33,30	R\$0,00	R\$666,00
49	5970 - Pinça kocher com 14 cm reta; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420; Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade; Garantia: 10 anos; Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	PÇ	20,	0,	R\$31,00	R\$0,00	R\$620,00
50	63557 - Pinça Prof.Medina para Biopsia 24 cm 3mm,confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$285,31	R\$0,00	R\$5.706,20
51	63558 - Pinça Prof.Medina para Biopsia 24 cm 5mm, confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE.	UN	20,	0,	R\$324,50	R\$0,00	R\$6.490,00
58	81274 - Tesoura metzenbaum 15cm Curva. Produto Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420. Garantia de 10 anos Plástica individual, constando os dados de identificação. Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	UN	0,	0,	R\$30,93	R\$0,00	R\$0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2023. Pregão Eletrônico 275/2023. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de Kit de Citologia Estéril e Kit de Implante Contraceptivo Subdérmico, para realização do preventivo e procedimentos ginecológicos realizados nas unidades de Saúde do Município acompanhada pelo Programa Saúde da Mulher.
Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código: DB3EA8E4E17C81D6690A8C1DF67C3FF481423F2E
DATA: 10/07/2023 a 09/07/2024.

Fornecedor: 3584976 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA							
Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Qtde. Solicitada	Valor Unitário	Valor Solicitado	Valor Total Disponível
1	81311 - Kit Citologia Estéril: 1 espéculo vaginal estéril lubrificado G, largura distal 32mm, largura proximal 29mm, eixo 100mm; 1 escova ginecológica, com cerdas em silicone macio, tipo pincel estéril; 1 espátula de ayres plástica estéril; 1 par de luvas em EVA estéril; 1 lâmina de vidro com ponta fosca; 1 porta lâminas.	KIT	1.000,	0,	R\$3,26	R\$0,00	R\$3.260,00
2	81312 - Kit Citologia Estéril: 1 espéculo vaginal estéril lubrificado M, largura distal 28mm, largura proximal 25mm, eixo 90mm; 1 escova ginecológica, com cerdas em silicone macio, tipo pincel estéril; 1 espátula de ayres plástica estéril; 1 par de luvas em EVA estéril; 1 lâmina de vidro com ponta fosca; 1 porta lâminas.	KIT	4.500,	0,	R\$3,25	R\$0,00	R\$14.625,00
3	81313 - Kit Citologia Estéril: 1 espéculo vaginal estéril lubrificado P, largura distal 24 mm, largura proximal 21 mm, eixo 80 mm; 1 escova ginecológica, com cerdas em silicone macio, tipo pincel estéril; 1 espátula de ayres plástica estéril; 1 par de luvas em EVA estéril; 1 lâmina de vidro com ponta fosca; 1 porta lâminas.	KIT	5.500,	0,	R\$3,11	R\$0,00	R\$17.105,00

Palma Sola

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2024

Publicação Nº 5508367

PORTARIA Nº 001/24, DE 09 DE JANEIRO DE 2024**NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PALMA SOLA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso II, do artigo 37 da Constituição federal, combinado com o inciso XVIII, do artigo 39 do Regimento Interno desta Câmara, para efeito do que consta no Edital de Processo Seletivo nº 002/2023, de 09 de agosto de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada, como nomeada está, a Senhora **BRUNA MARIA BALBOENA LUNKES**, inscrita no RG sob o nº 6.428.839-SSP-SC e no CPF/MF sob o nº 116.917.939-81, residente e domiciliada à Rua Jacó Zandoná, 49, Centro (bairro Zandoná), na cidade de Palma Sola-SC, para ocupar provisoriamente o Cargo Público de Assistente de Serviços Gerais, Nível CPE 03, conforme Resolução nº 001/2006, de 17 de outubro de 2006 e suas alterações posteriores (Resolução nº 04/2023), com 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, correrão a conta de dotação orçamentária municipal deste órgão, em cada exercício.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Palma Sola-SC, em 09 de Janeiro de 2024

RAFAEL MARQUES BATTISTI

Presidente da Mesa Diretora

PUBLICADO E REGISTRADO:

Em 09 de Janeiro de 2024.

CLAIR JOSÉ MUNARO

1º Secretário da Mesa Diretora

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO N.º 2202_2024_ALTERA O VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Publicação Nº 5509149

DECRETO Nº 2.202, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Altera o valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2024.

Fernanda de Souza Córdova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no art. 423, parágrafo único da Lei Municipal nº 19/05 – Código Tributário Municipal e suas alterações,

DECRETA

Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM passa a vigorar com o valor de 268,87 (duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Art. 2º O novo valor corresponde à aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M (FGV), acumulado de janeiro de 2023 a dezembro de 2023, no percentual de - 3,88% (três inteiros e oitenta e oito décimos de por cento negativos), sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM vigente no ano de 2023, nos termos no art. 423, parágrafo único, do Código Tributário Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Palmeira, 11 de janeiro de 2024.

Fernanda de Souza Cordova
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de janeiro de 2024.

DECRETO N.º 2203_2024_EXONERA SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO QUE MENCIONA

Publicação Nº 5509151

DECRETO Nº 2.203/2024

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO QUE MENCIONA.

Fernanda de Souza Cordova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b", inciso I, do artigo 112, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Exonera a partir de 08/01/2024 a senhora Lucia Helena Rodrigues Xavier, brasileira, casada, inscrita no RG sob nº X.XXX.X59 e no CPF sob nº XXX.XXX.XX9-X4, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Saúde, previsto no anexo I, da lei complementar 186/2022, nomeada pelo Decreto 1.977/2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/01/2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 11 de janeiro de 2024.

Fernanda de Souza Cordova
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de janeiro de 2024.

PORTARIA N.º 4_2024_DESIGNA O ARTICULADOR DA REDE NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE GESTÃO, FORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO-RENALFA

Publicação Nº 5508549

PORTARIA Nº 4, DE 10 de janeiro de 2024.

Designa o articulador da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA no âmbito Municipal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso do Decreto 1475-2019, e considerando o disposto no art. 7º, §2º da Portaria nº 1.774, de 1º de Setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Ficam designados os articuladores da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização - Renalfa, do Compromisso

Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto nº 11.556, de 2023 e regulamentado pela Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023.

Art. 2º Ficam designados para compor a Renalfa:

I - No âmbito municipal, os seguintes representantes da Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, a quem caberá a articulação municipal de gestão e formação:

a) Crislei Paim da Silva – Articuladora Municipal

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira/SC, 10 de janeiro de 2024.

Alexandra Masselai
Secretária Municipal de Educação

Certifico que a presente Portaria foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 10 de janeiro de 2024.

PORTARIA Nº 0005 NOMEAÇÃO GRACIANE BORGES DE SOUZA

Publicação Nº 5509384

PORTARIA Nº 0005/2024

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 08/01/2024 a servidora, GRACIANE BORGES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF de nº 041.795.209-07, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ACT de acordo com o processo seletivo de nº 002/2022, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar no plantão da creche.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 11 de janeiro de 2024.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de janeiro de 2024.

PORTARIA Nº 0006 NOMEAÇÃO KEILLA DOS SANTOS EBERTZ

Publicação Nº 5509388

PORTARIA Nº 0006/2024

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Nomear a partir de 08/01/2024 a servidora, KEILLA DOS SANTOS EBERTZ, brasileira, inscrita no CPF de nº 108.125.899-39, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ACT de acordo com o processo seletivo de nº 002/2022, lotada na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar no plantão da creche.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpre-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 11 de janeiro de 2024.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de janeiro de 2024.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120-2023

Publicação Nº 5508448

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2023.

OBJETO: Aos onze dias do mês de janeiro de 2024, o Sr. JEFERSON CHUPEL, Prefeito Municipal, resolve Homologar o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2023 – qual teve como vencedores: R S MEDICA LTDA. Valor total de R\$ 52.040,00 (cinquenta e dois mil e quarenta reais). Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; Quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos através de e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e/ou diretamente na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 11 de janeiro de 2024 – JEFERSON CHUPEL - PREFEITO MUNICIPAL.

Paraíso

PREFEITURA

089/2024 - ROBERTO MIGUEL BELLATO

Publicação Nº 5510727

PORTARIA Nº 089/2024

Concede zero vírgula cinco (0,50) diária(s) ao(a) servidor(a) público(a) municipal ROBERTO MIGUEL BELLATO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o disposto nos Art. 49, inciso I, e no Art. 50, ambos da Lei Complementar Municipal nº 021/2020, de 01 de abril de 2020, nos termos da Lei Municipal nº 972, de 21 de junho de 2006, combinado com o que consta do Anexo I, do Decreto Municipal nº 2.011, de 05 de junho de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Conceder zero vírgula cinco (0,50) diária(s) ao(a) servidor(a) público(a) municipal ROBERTO MIGUEL BELLATO, matrícula funcional nº 1129-01, titular do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Paraíso (SC), no valor de R\$ 114,21 (Cento e quatorze reais e vinte e um centavos), em razão de viagem a Pato Branco (PR), no dia 10 de janeiro de 2024, conforme Requisição de Diárias, em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta portaria correrão por conta dotação orçamentária específica consignada em favor do Elemento de Despesa de código 3.3.90.14.14.00.00.00 - Código Reduzido – 208.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Município de Paraíso (SC), em 11 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 11 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

090/2024 - KARINA SCHOPF

Publicação Nº 5510728

PORTARIA Nº 090/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal KARINA SCHOPF, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021, de 01 de abril de 2020, aplicado o disposto no Art. 65, § 3º, do mesmo instituto legal, e considerando os termos do Processo Digital nº 1541/2023, RESOLVE:

Art. 1º Conceder DEZ (10) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal KARINA SCHOPF, matrícula funcional nº 1323-03, admitido(a) em 04 de abril de 2011, titular do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:
- 10 dias referente ao período aquisitivo de 20/11/2021 a 19/11/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 15 de janeiro de 2024 a 24 de janeiro de 2024

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Município de Paraíso (SC), em 12 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Paraíso (SC), 12 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

091/2024 - NEUZA TEREZINHA DRACHESKI

Publicação Nº 5510729

PORTARIA Nº 091/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal NEUZA TEREZINHA DRACHESKI, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021, e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder QUINZE (15) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal, NEUZA TEREZINHA DRACHESKI, matrícula funcional nº 1837-02, admitido(a) em 09 de novembro de 2022, investida no cargo comissionado de Coordenador de Abastecimento e Meio Ambiente, lotado(a) na Secretaria de Agricultura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 15 dias referente ao período aquisitivo de 09/11/2022 a 08/11/2023.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 16 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 12 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 12 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

092/2024 - EVANDRO CARLOS PRESTES

Publicação Nº 5510730

PORTARIA Nº 092/2024

Concede férias para o(a) agente público(a) municipal EVANDRO CARLOS PRESTES, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021, e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder DEZ (10) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) agente público(a) municipal EVANDRO CARLOS PRESTES, matrícula funcional nº 1995-02, admitido(a) em 05 de janeiro de 2021, investido(a) no cargo comissionado de Secretário Municipal de Infraestrutura, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 10 dias referente ao período aquisitivo de 05/01/2021 a 04/01/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 17 de janeiro de 2024 a 26 de janeiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 12 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 12 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

093/2024 - ROBERTO CARLOS LEÃO

Publicação Nº 5510731

PORTARIA Nº 093/2024

Concede férias para o(a) servidor(a) público(a) municipal ROBERTO CARLOS LEÃO, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Paraíso (SC), Excelentíssima Senhora Marlene Furlan Giacomini, no uso das faculdades que lhe confere o Art. 64, Incisos VI, VIII, XVIII e XLII, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Art. 63, da Lei Complementar Municipal nº 021, e demais legislação correlata aplicável, RESOLVE:

Art. 1º Conceder TRINTA (30) dias de FÉRIAS, com os direitos e as vantagens asseguradas por Lei, para o(a) servidor(a) público(a) municipal, ROBERTO CARLOS LEÃO, matrícula funcional nº 1155-01, admitido(a) em 05 de setembro de 2009, titular do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Paraíso (SC), conforme segue:

- 30 dias referente ao período aquisitivo de 05/06/2021 a 04/06/2022.

Art. 2º As férias devem fruir no período de 22 de janeiro de 2024 a 20 de fevereiro de 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Município de Paraíso (SC), em 12 de janeiro de 2024.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
Prefeita Municipal

Aline Ludwig
Secretária Municipal de Gestão e Desenvolvimento

Certifico que esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.
Paraíso (SC), 12 de janeiro de 2024.

Servidor(a) Responsável
Divisão de Recursos Humanos
Serviços de Pessoal

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 01/2024

Publicação Nº 5509682



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Portaria nº 0001/2024****“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO”**

O cidadão Paulo Eduardo Miranda Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os vereadores Emerson Cardoso Kjillim, Ricieri Martins Mengue e Jaci Anacleto Eziquiel, para compor a comissão Permanente de Finanças e Tributação.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura.

Passo de Torres, 11 de janeiro de 2024

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Paulo Eduardo Miranda Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Jaci Anacleto Eziquiel
1º Secretário

Rua José Hespanhol, 844 - CEP: 88980-000, Centro, Passo de Torres/SC
Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail: camarapassodetorres@gmail.com
Página 1 www.passodetorres.sc.leg.br Protocolo: 0007/2024

Câmara Municipal de Passo de Torres/SC
Data: 11/01/2024 14:58
Protocolo: 0007/2024

PORTARIA 02/2024

Publicação Nº 5509684



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

**Portaria nº 0002/2024**

**"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA"**

O cidadão Paulo Eduardo Miranda Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear os vereadores Fabiano Ramos Lopes, Lúcio Hespanhol de Souza e José Edson da Silva, para compor a comissão Permanente de Constituição e Justiça.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura.

Passo de Torres, 11 de janeiro de 2024.

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

Paulo Eduardo Miranda Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Jaci Anacleto Eziquiel
1º Secretário

Rua José Hespanhol, 844 - CEP: 88980-000, Centro, Passo de Torres/SC
Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail: camarapassodetorres@gmail.com
Página 1 www.passodetorres.sc.leg.br Protocolo: 0008/2024

Câmara Municipal de Passo de Torres/SC
Data: 11/01/2024 15:02
Protocolo: 0008/2024

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2022

Publicação Nº 5507956

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2022, conforme Processo Licitatório 13/2022 – Dispensa de Licitação nº 05/2022. Tendo como CONTRATANTE a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e a CONTRATADA MAURIZA FLORIPES MARTINS. CPF nº 029.085.019-37.
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 04/2022 a partir de 01/01/2024 até 31/12/2024.
Data da assinatura: 09/01/2024.
Código: 99A7DFA7A9148461F4D2781C5A8CCAC12080C422

Penha

PREFEITURA

ATA Nº 01/2024 - CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 5507553

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CMAS - PENHA/SC

ATA 001/2024

Aos quatro dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, reuniram-se de forma online pela plataforma do google meet, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, para reunião ordinária. Se fizeram presentes os seguintes conselheiros: a Sra. Ana Paula da Silva Dionizio (representante titular da Secretaria de Assistência Social e vice-presidente), Sra. Juliana da Silva Santana (titular e representante da Saúde), Sr. Uiverson Gerônimo (representante titular do ÁGAPE), Sra. Cláudia Aparecida Hansen dos Santos (Titular do Corpo de Bombeiros Voluntários de Penha), Sr. André Rebelo (representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita). Sra. Maria Claudete Fuchter (representante titular Usuário). A vice - presidente iniciou a reunião cumprimentando os presentes e dissertou sobre a primeira pauta do dia: a apresentação e aprovação da prestação de contas da quinta parcela do Termo de Fomento nº 002/2023 - FMAS, que foi disponibilizada em formato PDF um dia antes da reunião no grupo WhatsApp dos Conselheiros e entregue o documento original na Secretaria de Assistência Social. Analisada a prestação de contas pelos Conselheiros e não havendo nenhum questionamento, a mesma foi aprovada por unanimidade. A segunda pauta na sequência, foi apresentado o novo plano de trabalho da APAE, que também foi disponibilizada em formato PDF um dia antes da reunião no grupo WhatsApp dos Conselheiros e entregue o documento, para que seja firmado novo Termo de Fomento entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a APAE para o repasse de recursos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, em 2024 para a continuação dos atendimentos dos educandos matriculados no CAESP da APAE de Penha e a manutenção das atividades da Instituição. Tendo seu público alvo aproximadamente 141 (cento e quarenta e uma) pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla e Transtorno do Espectro Altista (TEA) residentes no Município de Penha SC - o qual foi aprovado por unanimidade. A terceira pauta foi definido o cronograma das reuniões de 2024, sendo a Ordinária sempre na primeira sexta de cada mês, às 10 horas da manhã. A Sra. Olinda informou que será preciso fazer uma reunião extraordinária para apreciação do Conselho sobre o demonstrativo financeiro de 2022, o qual está em andamento e conta com a participação de todos. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Olinda Rodrigues da Silva Santos, Secretária Executiva deste Conselho, lavrei e assino a presente ata juntamente com os Conselheiros e convidados.

CONTRATO Nº 048/2023 FMEDUC

Publicação Nº 5507880

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 72F81CA96AADE6810BBB0A4182D132D36D1FE352

3º TERMO ADITIVO Nº 048/2023 - FMEDUC

AO 2º TERMO ADITIVO Nº 002/2023 - FMEDUC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 FMEDUC

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 FMEDUC

Objeto: Locação de imóvel em alvenaria, para funcionamento do Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, localizada à Rua Lauro Zimmermann Filho, nº 200, Centro, Penha/SC

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4987073 e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.255.039-55, residente e domiciliada à Avenida Aníbal de Lara Cardoso, nº. 844 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado LOCATÁRIO e, de outro lado, NEUSA FELOMENA VOLPI, brasileira, aposentada, portadora da Cédula de Identidade 1.204.179/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 953.256.389-04, residente e domiciliado à Rua Presidente Juscelino Kubitschek, nº 200, Centro - Penha/SC, denominado LOCADORA, tem entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Primeira do Termo aditivo nº 002/2023 - FMEDUC, Processo Licitatório nº 001/2021 FMEDUC, Dispensa de Licitação nº 001/2021 - FMEDUC fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar da data do seu vencimento, dia 07/01/2024 a 07/01/2025.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor mensal de locação fica em R\$ 7.814,20 (Sete mil e Oitocentos e Quatroze Reais e Vinte Centavos) mensais, para o período de 12 (doze) meses, totalizando o valor anual de R\$ 93.770,40 (Noventa e Três Mil e Setecentos e Setenta Reais e Quarenta Centavos), conforme solicitação do Fundo Municipal de Educação através do memorando nº 16.665/2023 e pedido deferido através do Parecer Jurídico nº 252/2023PGM.

CLAUSULA TERCEIRA

Este aditivo do contrato correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Este aditivo do contrato correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 80 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo Ação: Atividade - Ação: 2123 - Funcional: 0012.0365.0009 - Funcionamento e manutenção de Creches

Elemento: 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas - 109

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 16 de Dezembro de 2023

THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA NEUSA FELOMENA VOLPI

Gestora do Fundo Municipal da EDUCAÇÃO LOCADORA

LOCATÁRIO

VALDINÉIA BORTOLATO GERMANO

Fiscal FMEDUC - PORTARIA N.º 613/2023

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CAMILA LUTCHTENBERG

Secretária de Administração

De acordo:

GLAUCIA COSTA DOS SANTOS FRANCISCO

Controle Interno

LEI Nº 3417/2024 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE SURF E STAND UP PADDLE DA PRAIA GRANDE – ASPG

Publicação Nº 5507696

LEI Nº 3417/2023

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE SURF E STAND UP PADDLE DA PRAIA GRANDE – ASPG.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO SURF E STAND UP PADDLE DA PRAIA GRANDE - ASPG inscrita sob o CNPJ nº. 07.107.640/0001-44, com sede na Rua Inácio Francisco de Souza, nº 1800, Bairro da Armação, Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública no caso de substituição dos fins estatutários ou negar-se a entidade de prestar os serviços neles compreendidos.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores de Penha, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades;

II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - Balancete contábil

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se na íntegra a Lei Municipal nº 2516/2011.

Penha, 29 de novembro de 2023.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três.

CAMILA LUCHTENBERG

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA N° 169/2024

Publicação N° 5508606

PORTARIA N.º 169/2024

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARIA EDUARDA STIEHLER REBELO, do cargo em comissão de ASSESSORA DE RECURSOS HUMANOS, da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1019/2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2024.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA N° 170/2024

Publicação N° 5508608

PORTARIA N.º 170/2024

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. ADRIANA VIZENTINI CARRERO do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 51/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2024.

Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RESOLUÇÃO N° 01/2024 - CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação N° 5507556

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PENHA/SC

Resolução N° 001/2024 de 04 de Janeiro de 2024.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Penha/SC - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, pela Lei Municipal nº. 2.545 de 09 de abril de 2012, e nos termos das deliberações desse Conselho registrada em Ata nº. 001/2024 datada de 04 de Janeiro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Parecer Técnico nº. 001/2024, referente ao Termo de Fomento nº. 002/2023 - FMAS, nos termos abaixo.

Data Recebimento da Prestação de Contas: 02/01/2024.

☒ (X) Prestação de Contas Parcial – Parcela nº 05ª de 06

☐ () Prestação de Contas Final

Número da Parceria: 002/2023

Período a que se refere a prestação de contas: 11/12/2023 a 30/12/2023.

Período de Vigência: 06 (seis) meses

Nome da organização: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Penha.

Objeto da parceria: Celebração em regime de mútua cooperação de parceria com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades.

Valor total da parceria: R\$ 180.000,00

Valor da parcela repassado: R\$ 30.000,00

Valor da parcela comprovadamente utilizado: R\$30.355,43

Valor da aplicação financeira: R\$ 30.000,00

Contrapartida: R\$: 354,44

Devoluções efetuadas FMAS: R\$ 0,00

Rendimentos: R\$ 0,99

Devolução valor tarifa MSG mês anterior: R\$ 0,00

Relação detalhada das atividades e metas estabelecidas

Em reunião realizada nesta data, o Conselho Municipal de Assistência Social de Penha analisou todas as despesas apresentadas na prestação de contas. Este Conselho considerando que as despesas realizadas estão vinculadas às atividades da Apae e consequentemente as suas atribuições institucionais cumprindo assim as metas as metas estabelecidas

Em relação a análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas:

☒ (X) De acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado

☐ () Parcialmente de acordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

☐ () Em desacordo com o previsto no plano de trabalho aprovado. Justifique.

☒ (X) De acordo com as normas da Instrução Normativa,

☐ () Parcialmente de acordo com as normas da Instrução Normativa,

☐ () Em desacordo com as normas da Instrução Normativa, Justifique.

Relação de bens ou serviços adquiridos

Foram realizadas auditorias? ☐ () Sim ☒ (X) Não

No caso de realização de auditorias, faça uma análise dos relatórios das mesmas, bem como das medidas tomadas em decorrência dessas auditorias.

Conclusão Final:

Considerando que as despesas cumprem com o objeto contratado;

Considerando que as despesas vem de encontro às atribuições da entidade;

Considerando que os serviços prestados pela entidade contribuem para uma mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante as atividades desenvolvidas, bem como da execução do projeto previamente estabelecido;

Deste modo, recomendamos a:

☒ (X) aprovação

☐ () aprovação com ressalvas

☐ () reprovação da presente prestação de contas.

Penha/SC, 04 de Janeiro de 2024.

Merci Teresinha do Nascimento

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 02/2024 - CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 5507561

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
PENHA/SC

Resolução nº 002/2024 de 04 de Janeiro de 2024.

APROVA PLANO DE TRABALHO

O Conselho Municipal de Assistência Social de Penha, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº2.545 de abril de 2012, e considerando a Plenária Ordinária realizada em 04 de janeiro de 2024, em que o Conselho deliberou em Ata nº 001/2024, considerando que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Penha são plenamente compatíveis com os preceitos normativos da Lei Federal nº 13.019, 31 de julho de 2014, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o PLANO DE TRABALHO apresentado pela entidade assistencial ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, visando:

- a) Auxílio financeiro por meio de “Termo de Fomento” com o objetivo de dar suporte financeiro a instituição com manutenção de suas atividades, nos termos do projeto apresentado;
- b) O Termo de Fomento a ser firmado deve tratar da rescisão do “Termo de Fomento” em vigência.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 04 de janeiro de 2024.

Merci Terezinha do Nascimento
Presidente CMAS de Penha

Petrolândia

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01 2024 - INFO DIGITALL

Publicação Nº 5507383

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 872260EA507014D418E0E920AE994D28E0111749

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Petrolândia torna público que nesta data homologa e adjudica o Edital de Licitação nº 02/2024, Inexigibilidade de Licitação nº 01/2024, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMATICA GEDOC (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB A FORMA DE LICENÇA DE USO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS, na qual declara vencedora a Empresa INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 86.731.494/0001-08, com o valor de R\$ 6.264,00. Valor total: R\$ 6.264,00. Data: 11/01/2024. Vigência: 12 meses. Petrolândia, 11 de janeiro de 2024. Irone Duarte – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2024

Publicação Nº 5509088

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

Conforme parágrafo 3, do art. 75, divulga-se o presente processo de Dispensa de Licitação, a fim de receber manifestação de interesse de proponentes em contratar/fornecer para a Administração Pública, a fim de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DO ESTADO EM ATRASO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Objeto	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DO ESTADO PARA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	2 meses	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

Sua contratação será mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO. Base Legal: Artigo 75, inciso II da Lei n. 14133/21.

Os interessados poderão solicitar mais detalhes e enviar suas propostas até o dia 16/01/2024 no e-mail: cotar@pinheiropreto.sc.gov.br, demais dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato no telefone (49) 3562-2000.

Pinheiro Preto (SC), 11 de janeiro de 2024.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 51 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507664

PORTARIA Nº 51, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

HOMOLOGA O CREDENCIAMENTO Nº 01/2023 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS CREDENCIADAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Credenciamento nº 01/2023, Processo Licitatório nº 115/2023, visando o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS MUNÍCIPIOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas credenciadas:

I – INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DO CIDADAO – IMAS TANGARÁ inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.700.530/0021-05. Credenciada no item 10 HISTERECTOMIA PARCIAL, item 11 HISTERECTOMIA TOTAL, item 14 ARTROSCOPIA DE JOELHO/OMBRO, item 16 HERNIA INGUINAL/ABDOMINAL/UMBILICAL, item 18 TUNEL DO CARPO, item 22 HEMORROIDECTOMIA e item 23 OOFORECTOMIA.

II – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.552.809/0003-03. Credenciada em todos os itens do credenciamento.

Art. 2º Em caso de houverem mais Credenciados, será publicado homologação complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE JANEIRO DE 2024.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 52 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507666

PORTARIA Nº 52, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na lei nº 14.133/21, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes funcionários para atuarem como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente do Credenciamento 01/2023 com objeto CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES PARA OS MUNICÍPIOS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

I - Designar a funcionária ANDREA DA COSTA ocupante do Cargo de Diretor de Programas e Dados, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente do Credenciamento 01/2023.

II - Designar a funcionária BRUNA DIAS MACIEL ocupante do Cargo de Chefe de Logística e Pessoal para atuar como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente do Credenciamento 01/2023.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências

que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 3º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 5º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 6º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

Art. 7º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 8º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE JANEIRO DE 2024.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 55 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508491

PORTARIA Nº 55 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na lei nº 14.133/21 que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o seguinte servidor para atuar como fiscal de contrato decorrente da Dispensa nº 01/2024

I - Designar o Servidor Dirceu Rabuske, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola para atuar como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente da Dispensa nº 01/2024.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 3º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 5º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 6º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

Art. 7º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 8º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE JANEIRO DE 2024

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 56 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508502

PORTARIA Nº 56 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na lei nº 14.133/21 que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o seguinte servidor para atuar como fiscal de contrato decorrente da Dispensa nº 02/2024

I - Designar o Servidor Dirceu Rabuske, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola para atuar como Fiscal do contrato Administrativo, decorrente da Dispensa nº 02/2024.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 3º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 5º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 6º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações

expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante.

Art. 7º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 8º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 11 DE JANEIRO DE 2024

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2024

Publicação Nº 5508239



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
Capital Catarinense do Vinho

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE EM CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024**

Conforme parágrafo 3, do art. 75, divulga-se o presente processo de Dispensa de Licitação, a fim de receber manifestação de interesse de proponentes em contratar/fornecer para a Administração Pública, a fim de obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS, SOPRADORES E MOTOSSERRA PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – SC.

Objeto	Preço Unitário	Quantidade	Preço Total
Roçadeira • Cilindrada: 41.5 cm³ • Potência: 2,0 hp a 7.500 rpm ou superior • Lâmina: Multi 330-2 (2 pontas) • Cabeçote de fio de nylon: T35 M12 • Cinto: Duplo padrão Marca: Husqvarna ou Stihl	R\$ 2.680,00	4	R\$ 10.720,00
Soprador de folhas costal * Soprador de mochila de 51,7cc. Motor Cilindrada: 51,7 cm³ Potência: 1,6 kW Volume do depósito de combustível: 1,26 l Consumo de combustível: 466 g/kWh Velocidade da potência máxima: 7.000 rpm Velocidade de marcha lenta: 2.520 rpm Marca: Husqvarna ou Stihl	R\$ 1.789,00	2	R\$ 3.578,00
Motoserra potência de 3.9 hp e cilindrada de 61.5 cc ou superior, sabre de 18 polegadas ou superior. Marca: Husqvarna ou Stihl	R\$ 2.700,00	1	R\$ 2.699,00

Juntamente com a proposta deverá ser apresentado ficha técnica ou prospecto do equipamento.

Sua aquisição será mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. Base Legal: Artigo 75, inciso II da Lei n. 14133/21.

Os interessados poderão solicitar mais detalhes e enviar suas propostas até o dia 16/01/2024 no e-mail: cotar@pinheiropreto.sc.gov.br, demais dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato no telefone (49) 3562-2000.

Pinheiro Preto (SC), 11 de janeiro de 2024

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Centro
PINHEIRO PRETO - SC. - CEP: 89570-000
Fone/Fax: 49 3562-2000 - www.pinheiropreto.sc.gov.br

Piratuba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SERVIDOR

Publicação Nº 5508880

Processo Seletivo 02/2022 Piratuba, 11 de janeiro de 2024

Convocação

Prezado(a) Senhor(a) ANDERSON DA SILVA ANTUNES DOS SANTOS

Diante do resultado da Seleção para Preenchimento de Cargo do Processo Seletivo Nº 02/2022 do Município de Piratuba, cujo resultado foi homologado pelo Decreto Nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022 e prorrogado pelo Decreto Nº 2064/2023, de 10 de novembro de 2023; tem o presente, a finalidade de CONVOCAR Vossa Senhoria, classificado em 19º lugar, para tomar posse, no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 20/01/2024 até 30/12/2024.

O Candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais, quando for o caso, para autenticação, conforme prazo estabelecido pelo Edital.

Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

- *Ficha de Inclusão de Funcionário
- *Atestado de Saúde Admissional (Médico do Trabalho)
- Certidão de Antecedentes Criminais (<https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao>)
- Certidão de Quitação Eleitoral
- Comprovante de Endereço
- Comprovante de Escolaridade
- Comprovante de Regularidade com Órgão Profissional(conforme o cargo)
- Comprovante Vacina Rubéola (obrigatório para o cargo de professor)
- Consulta CPF dependentes
- Consulta CPF Funcionário
- Conta bancária em seu nome
- Cópia Carteira Identidade (RG)
- Cópia Carteira Motorista (obrigatório para o cargo de motorista);
- Cópia Carteira Reservista ou Alistamento Militar
- Cópia carteira trabalho: PIS/PASEP
- Cópia Certidão Nascimento dos Dependentes
- Cópia Certidão Nascimento/Casamento
- Cópia CPF
- Cópia Título Eleitor
- *Declaração de Bens ou IRRF
- *Declaração de não acúmulo de cargos públicos
- *Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios
- Qualificação Cadastral
- Uma foto 3 x 4 recente
- Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e eu estabelecidos em Lei. 12.2.2

As fichas "a","b", "t","u" e "v" devem ser retiradas junto à Secretaria.

• Edital do Processo Seletivo 02/2022 – 13.9 – É de inteira responsabilidade dos candidatos o acompanhamento dos editais, comunicados e demais publicações referentes a este Processo Seletivo, através da internet, nos endereços eletrônicos anunciados no item anterior. Os resultados de cada uma das fases serão publicados através de Editais que receberão numeração específica. 13.10 – Os candidatos que recusarem o provimento de vagas deste Processo Seletivo, manifestando sua desistência por escrito, irão automaticamente para o final da lista, podendo ser chamados novamente, caso necessário. O Candidato que não se manifestar em 2 dias úteis (publicação no DOM), estará automaticamente desclassificado

• A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato, sendo assim o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

A desatenção à presente convocação, sem justa causa, presume na desistência do direito à posse, conforme a classificação determinada pelo resultado do Processo Seletivo 002/2022.

Atenciosamente, Recebi: ____/____/____

Magrid Auler / Sec Mun. Educação e Esportes _____

EXTRATO TERMO CONVENIO 001/2024

Publicação Nº 5507628

EXTRATO DE CONVÊNIO 001/2024

Município de Piratuba/SC

Extrato Termo de Convênio nº 001/2024

Conveniente: Associação dos Servidores Públicos do Município de Piratuba - ASPUPI, CNPJ: 19.062.833/0001-05.

Objeto: o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o MUNICÍPIO/FMS e a ASSOCIAÇÃO, objetivando a Contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde para os Servidores Públicos do Executivo, detentores de mandato eletivo e Secretários.



Valor: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), pagos conforme o cronograma.
Prazo de Vigência: até 31/12/2024.
Piratuba-SC, 02/01/2024.
Olmir Paulinho Benjamini - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2024

Publicação Nº 5507254

PORTARIA Nº054/2024

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DO CONSELHO TUTELAR.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº004/2024, expedida pelo Gabinete do Prefeito, e ainda conforme Ofício nº 310052816782, pelo qual a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Capinzal requisitou ao município averiguação da conduta do Conselho Tutelar sob a via administrativa.

RESOLVE

Art. 1º. Instaurar processo administrativo para apurar os fatos comunicados pelo Gabinete do Prefeito, conforme Comunicação Interna nº 004/2024, que passa a fazer parte integrante dessa portaria.

Art. 2º. Nomear os servidores KENIA SIMONE LANG, KARINE TATIANA CLOSS e JANETE RODRIGUES DE BARROS, todos Servidores Públicos Municipais estáveis, para conduzirem o Processo Administrativo, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. A Comissão deverá assegurar ao indiciado o fiel cumprimento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como a fiel observância das normas aplicáveis ao presente processo administrativo, sendo que o prazo para a conclusão do presente processo é de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. O presente Processo Administrativo é instaurado para apuração de eventual irregularidade praticada pelas conselheiras tutelares no atendimento de caso envolvendo o menor A.F.D.S.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 08 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se no Mural Público Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017. Em 08 de janeiro de 2024.	Giovani Gelson Meneghel Secretário de Administração e Finanças
--	---

PORTARIA Nº 059/2024

Publicação Nº 5507263

PORTARIA Nº059/2024, de 10 de janeiro de 2024
CONVOCA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

CONVOCA
ROSELEI KOCH, matrícula nº211, servidora efetiva no exercício do cargo de Auxiliar Administrativo, em férias regulares no período de 02/01/2024 a 21/01/2024, conforme portaria nº 029/2024, de 02 de janeiro de 2024, para o retorno das atividades funcionais no dia 10 de janeiro de 2024 período vespertino, para realizar trabalhos de sua competência. O gozo será concedido no dia 19 de fevereiro de 2024 no período matutino.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 10 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 060/2024

Publicação Nº 5508896

PORTARIA Nº060/2024
CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

SERGIO LUIZ DALLAGNOL, matrícula nº4.782, para exercer em caráter temporário o cargo de ENGENHEIRO CIVIL 20 HORAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 145-INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 11 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 11 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 061/2024

Publicação Nº 5507844

PORTARIA Nº 061/2024

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº007/2024/GP, expedida pelo Gabinete do Prefeito, bem como com fundamento no art. 185 e 192 da Lei Complementar nº65/2015 e ainda com base nos vídeos apresentados pelo Secretário Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural, sendo este um processo individual, em face do servidor E. H.;

RESOLVE

Art. 1º. Instaurar processo administrativo disciplinar para apurar os fatos em virtude do uso de equipamentos e subtração pelo servidor, em proveito próprio, de materiais de propriedade do município de Piratuba-SC, conforme comunicado através da Comunicação Interna nº 007/2024-GP, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Nomear os servidores KENIA SIMONE LANG, KARINE TATIANA CLOSS E JANETE RODRIGUES DE BARROS, todos Servidores Públicos Municipais estáveis, para conduzirem o Processo Administrativo Disciplinar, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º. A Comissão deverá assegurar ao indiciado o fiel cumprimento das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como a fiel observância das normas aplicáveis ao presente processo administrativo disciplinar, sendo que o prazo para a conclusão do presente processo é de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, se necessário para a devida apuração dos fatos narrados.

Art. 4º Caso seja apurada a responsabilidade do servidor E. H. pelos fatos indicados, confirmadas as irregularidades em sua conduta, o

servidor estará sujeito à aplicação das penalidades previstas nos at. 169 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 065/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 11 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publica-se no Mural Público Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017. Em 11 de janeiro de 2024.	Giovani Gelson Meneghel Secretário de Administração e Finanças
---	---

PORTARIA Nº 062/2024

Publicação Nº 5507860

PORTARIA Nº 062/2024

SUSPENDE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA O SERVIDOR.

VANDERLEI WEBER, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Considerando a Comunicação Interna nº007/2024, expedida pelo Prefeito Municipal, na qual solicita suspensão do exercício da função pública em desfavor do servidor E.H., conforme elementos e justificativas:

- Determina o imediato afastamento do servidor E. H., matrícula nº48, em razão dos fatos que serão apurados pela comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
- O afastamento ora determinado ocorrerá pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, com supedâneo no art. 190, da Lei Complementar 065/2015;

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 11 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.
Em 11 de janeiro de 2024.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 063/2024

Publicação Nº 5508900

PORTARIA Nº063/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

CAMILA PATRICIA MARTINS FERNANDES, matrícula nº4.783, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 11 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 11 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 064/2024

Publicação Nº 5508903

PORTARIA Nº064/2024

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2022, resultado através do Decreto nº 1.829/2022, de 03 de novembro de 2022.

CONTRATA

NEIVA FATIMA CARDOSO matrícula nº4.784, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, alterada pela Lei nº109/2022, de 03 de outubro de 2022, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 21-INI do Anexo I da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 20 de dezembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 11 de janeiro de 2024.

Vanderlei Weber
Prefeito Municipal em Exercício
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 11 de janeiro de 2024

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 5492/2024

Publicação Nº 5508685

DECRETO Nº 5492/2024, DE 11 de janeiro de 2024.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO REAJUSTE DA UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 24, da Lei nº. 018 de 17 de Dezembro de 2010;

CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo nº. 24, do Código Tributário Municipal (CTM) Lei Complementar 018 de 17 de dezembro de 2009, que autoriza a Atualizar a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), anualmente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é utilizado como referência para a atualização dos créditos tributários.

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art.24, do Código Tributário Municipal (CTM), Lei Complementar 018/2009 de 17 de Dezembro de 2009, a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) terá reajuste de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de Janeiro de 2024, revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 11 de Janeiro de 2024.

SADI DALLACORTTE
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 5493/2024

Publicação Nº 5508757

DECRETO Nº 5493/2024, DE 11 de janeiro de 2024.

AUTORIZA O REAJUSTE DA TAXA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 19 da lei Municipal nº 50 que dispõe sobre a regulamentação do serviço de abastecimento de agua.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o município de Planalto Alegre a conceder reajuste na taxa de serviços de abastecimento de agua em 10,16%, sendo este o valor acumulado no período de janeiro/2023 a dezembro/2023 conforme o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art. 2º. A tabela de valores da lei Municipal nº 782/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

- I. Até 08 (oito) metros cúbicos, R\$ 4,15 (quatro reais vírgula quinze centavos) por metro cubico de consumo;
- II. De 09 (nove) a 11 (onze) metros cúbicos, R\$ 4,36 (quatro reais vírgula trinta e seis centavos) por metro cubico consumido;
- III. De 12 (doze) a 15 (quinze) metros cúbicos, R\$ 4,57 (quatro reais vírgula cinquenta e sete centavos) por metro cubico consumido;
- IV. De 16 (dezesesseis) a 20 (vinte) metros cúbicos, R\$ 4,78 (quatro reais vírgula setenta e oito centavos) por metro cubico consumido;
- V. De 21 (vinte e um) a 30 (trinta) metros cúbicos R\$ 5,00 (cinco reais) por metro cubico consumido;
- VI. Mais de 30 (trinta) metros cúbicos, R\$ 5,20 (cinco reais vírgula vinte centavos) por metro cubico consumido.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de Janeiro de 2024.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, de 10 de Janeiro de 2024.

SADI DALLACORTTE
Prefeito

Registre-se e publique-se.

DECRETO 5494/2024

Publicação Nº 5508858

DECRETO Nº 5494/2024, DE 11 de janeiro de 2024.
AUTORIZA O REAJUSTE DO VALOR DA BOLSA-AUXILIO DOS ESTAGIARIOS VINCULADOS AO CONVENIO DO MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE COM O CIEE (CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 1.2 da Clausula Primeira, do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2021.

DECRETA:
Art.1º- Fica autorizado o município de Planalto Alegre a conceder reajuste de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento) no Valor da Bolsa-Auxilio dos estagiários vinculados ao convenio do município de planalto alegre com o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola), sendo este o valor acumulado no período de janeiro/2023 a dezembro/2023 conforme o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art. 2º. A tabela de valores do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 06/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio	4 horas – 16 horas semanais – R\$ 570,40
Nível Médio	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 622,26
Nível Médio Técnico	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 674,11
Nível Médio Técnico	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 725,97
Nível Superior	4 horas – 20 horas semanais – R\$ 777,82
Nível Superior	6 horas – 30 horas semanais – R\$ 829,68

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retrativos ao dia 1º de Janeiro de 2024.

Planalto Alegre/SC, em, 11 de janeiro de 2024.

SADI DALLACORTTE
Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2023

Publicação Nº 5510819

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Processo Adm. Nº. 94/2023
Edital: Pregão Eletrônico Nº. 94/2023
Contrato Administrativo Nº. 59/2023
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INTEGRAÇÃO TELEFÔNICA, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E SOLUÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA.
Contratada: VOXCITY TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 19.813.396/0001-14
Vigência prorrogada: 01/12/2024 à 31/12/2024
Planalto Alegre, 27 de dezembro de 2023.
SADI DALLACORTTE
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 044/2023

Publicação Nº 5510773

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Secretaria de Educação e Formação Empreendedora Rua Hildor Emmel, 67-Fone (47) 3387-7277 CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

CONVOCAÇÃO
Processo Seletivo Edital 044/2023
A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA o (s) candidato (s) classificado (s) no Processo Seletivo Edital 044/2023 (Cargo: Zelador), abaixo citado (s), para comparecer neste setor, sito a Rua Hildor Emmel, 67, Centro, Pomerode/SC, a fim de assumir o respectivo cargo. O candidato que não comparecer em até 05 (cinco) dias úteis desta publicação será considerado desistente da vaga, nos termos do item 10.3 do respectivo edital.

Cargo	Classificação	Nome
Zelador	1º	RALF ROWE
Zelador	2º	LUIZ FELIPE DOS SANTOS PEREIRA
Zelador	3º	ANTONIO WISOCOSYNSKI

Pomerode, 11 de janeiro de 2024.

Diretoria Administrativa SEFE
Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
Atendimento de segunda a sexta-feira
Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h
(47) 3387-7231 ou 7277

DECRETO Nº 4.316, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508816

DECRETO Nº 4.316, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL (UFM)

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no §1º do Art. 446 da Lei Complementar nº 75/2001;

CONSIDERANDO que a atualização da Unidade Fiscal Municipal - UFM é baseada na variação anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme §1º do Art. 446 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 75/2001;

CONSIDERANDO que o referido índice teve uma variação de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento) no exercício de 2023;

DECRETA:
Art. 1º O valor da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2024 será de R\$ 4,2599 (quatro reais e dois mil e quinhentos e noventa e nove milésimos de centavos).
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 11 de janeiro de 2024.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2023 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 5508396

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2CA34F420ACA464CC609A65DFBB14B738E6D3CCF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 005 / 2023
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 098 / 2022. Concorrência n.º 013 / 2022. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Credenciada: ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA, SOB DEMANDA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO, REATERRO E COMPACTAÇÃO DE VALAS, DISPOSITIVOS DE DRENAGEM, CERCAS E MUROS, SINALIZAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO, E EXECUÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS COM ACESSIBILIDADE EM CONCRETO OU PAVER, CONFORME NBR 9050/2020, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 09/01/2024 e cessando em 08/01/2025. Valores contratados com reajuste pelo INCC – Valor Total Contratado: R\$5.328.869,05 (cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e cinco centavos). Justificativa: Prorrogação de vigência contratual por mais 12 meses, com reajuste dos valores contratados pelo Índice Nacional de Custos da Construção Civil - INCC, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo n.º 005 / 2023 e de acordo com o disposto no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/1993, tendo em vista tratar-se da contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de infraestrutura viária e necessários para a manutenção dos serviços públicos. Ass. Horst Lemke, Secretário de Obras - SEOB, Contratante / Ana Caroline Kroszinski, procuradora, ENGENFOX Terraplanagens e Serviços EIRELI, Contratada.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2023.

HORST LEMKE
Secretário de Obras - SEOB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2023 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 5508968

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 106F34874A7525DC69FDADB6F3E4419A932CE433

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABILITAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2023
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

Processo Administrativo n.º 130 / 2022. Pregão Presencial n.º 064 / 2022. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES INDIVIDUAIS ESPECÍFICAS, DE AMBOS OS SEXOS, COM IDADE ENTRE 18 E 59 ANOS, CUJO VÍNCULO FAMILIAR ESTEJA ROMPIDO OU EXTREMAMENTE FRAGILIZADO, COMPREENDENDO O ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E ACOMPANHAMENTO FISIOTERÁPICO, PSICOLÓGICO E NUTRICIONAL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 09/01/2024 e cessando em 08/01/2025. Valor Total Contratado: R\$393.804,48 (trezentos e noventa e três mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e oito centavos). Justificativa: Prorrogação de vigência contratual por mais 12 meses, iniciando-se em 09/01/2024 e cessando em 08/01/2025, com reajuste dos valores unitários pagos pelos serviços contínuos de acolhimento institucional de longa permanência para jovens e adultos com deficiência ou necessidades individuais específicas do Município de Pomerode, levando em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, cuja variação do índice para o período foi de 3,851380%, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo n.º 006 / 2023 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993. Ass.: Renata dos Santos Klee, Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, Contratante / Nivaldo Alexandre, sócio administrador, Cagere Casa Assistencial Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 27 de Dezembro de 2023.

RENATA DOS SANTOS KLEE
Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 044/2023

Publicação Nº 5510777

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Secretaria de Educação e Formação Empreendedora Rua Hildor Emmel, 67-Fone (47) 3387-7277 CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

RETIFICAÇÃO
Processo Seletivo Edital 044/2023
A Secretaria de Educação e Formação Empreendedora da Prefeitura Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe são conferidas, TORNA SEM EFEITO a convocação do (s) candidato (s) classificado (s) no Processo Seletivo Edital 044/2023 (Cargo: Zelador), abaixo citado (s), expedida no dia 15 de dezembro de 2023.

Cargo	Classificação	Nome
Zelador	1º	RALF ROWE
Zelador	2º	LUIZ FELIPE DOS SANTOS PEREIRA
Zelador	3º	ANTONIO WISOCOSYNSKI

Pomerode, 11 de janeiro de 2024.

Diretoria Administrativa SEFE
Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
Atendimento de segunda a sexta-feira
Das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h
(47) 3387-7231 ou 7277

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 111 / 2020 - PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 5508845

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 111 / 2020
PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 101 / 2020. Pregão Presencial n.º 059 / 2020. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CELETA SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL, TELHADOS, CALÇADAS, MUROS, FACHADAS E VIDROS DOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, UNIDADES DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL, UNIDADES DE SAÚDE E COMPLEXO ESPORTIVO E DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prorrogação de Vigência Contratual por mais 02 (dois) meses, iniciando em 01/01/2024 e cessando em 29/02/2024. Valor Total Contratado: R\$275.156,50 (duzentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos). Justificativa: Prorrogação de vigência contratual por mais 02 (dois) meses, iniciando em 01/01/2024 e com término previsto para o dia 29/02/2024, com reajuste dos valores unitários pagos pelos serviços contínuos de limpeza em geral dos prédios administrativos, unidades de educação fundamental e infantil, unidades de saúde e complexo esportivo e de eventos do Município de Pomerode, levando em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, cuja variação do índice para o período foi de 0,701330%, em conformidade com as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo n.º 111 / 2020 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993. Ass.: Genrado Riemar, Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, Contratante / Simone Novagoski Taborda, sócia administradora, CELETA Serviços Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 20 de Dezembro de 2023.

GENRADO RIEMER
Secretario de Gestão Administrativa e Fazendária

PORTARIA 013/2024

Publicação Nº 5507598



PORTARIA Nº 013/2024

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL Nº 043/2023) LEICIVANE CARVALHO BALIEIRO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, **GENRADO RIEMER**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º De acordo com o artigo 17, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, **NOMEAR LEICIVANE CARVALHO BALIEIRO**, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, a partir de 09 de janeiro de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de janeiro de 2024.

Assinado digitalmente por:
GENRADO RIEMER
11/01/2024 10:00:30
GENRADO RIEMER
Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 10:00:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atande.net/p659667b2ead9>
POR GENRADO RIEMER - (419.177.829-34) EM 11/01/2024 10:00



PORTARIA 014/2024

Publicação Nº 5508214

**PORTARIA Nº 014/2024****CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR LENAR DALPIAZ.**

O Secretário de Obras, Horst Lemke, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º - De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, ao servidor **LENAR DALPIAZ**, ocupante do cargo de Operador de Retro - Escavadeira-Nível I com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras, referente ao período aquisitivo 17.02.2014 a 16.02.2017, a partir de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2024.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, em 11 de janeiro de 2024.

HORST LEMKE
Secretário de Obras

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 13:35:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atenda.net/p65a018ba5cb20>
POR HORST LEMKE - (551.718.429-49) EM 11/01/2024 13:35



Assinado digitalmente por:
HORST LEMKE
11/01/2024 13:35:05

Assinatura digital avançada com certificado digital não IC Brasil.

PORTARIA 15/2024

Publicação Nº 5508935



PORTARIA Nº 015/2024

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PRISCILA RAQUEL SCHIROKY.

A Secretária de Saúde, Lígia Hoepfner, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ART. 1º - De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, **CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PREMIO**, a servidora **PRISCILA RAQUEL SCHIROKY**, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista Comunitário - Nível II com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 23.04.2019 a 24.04.2022, no período de 07 a 21 de fevereiro de 2024

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, em 11 de janeiro de 2024.



Assinado digitalmente por:
LÍGIA HOEPFNER
11/01/2024 16:21:05

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LÍGIA HOEPFNER
Secretária de Saúde

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/01/2024 16:21 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p65a03fab7cb3c>.
POR LÍGIA HOEPFNER - (987.997.629-00) EM 11/01/2024 16:21



Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 071/2023 – PMPB

Publicação Nº 5507447

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL 126/2023 - PMPB

CONTRATO Nº 071/2023 – PMPB

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de pódios em aço para o acesso ao píer, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital do pregão nº 126/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CONTRATADA: THIAGO FAGUNDES ZAMPIRON LTDA

SÓCIO: THIAGO FAGUNDES ZAMPIRON

CNPJ: 45.270.425/0001-59

VALOR: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 19/12/2023 A 19/12/2024

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2023

Porto Belo, 19 de dezembro de 2023.

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023 - FMEDUCA

Publicação Nº 5507415

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2023 - FMEDUCA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023 - FMEDUCA

OBJETO: Dispensa de Licitação para aluguel de imóvel situado à Avenida Governador Celso Ramos, nº 1494, Jardim Dourado, Porto Belo/SC, para a nova sede da Secretaria Municipal De Educação

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO / FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA: ADALBERTO SOUZA JÚNIOR

CPF: 003.472.069-30

VALOR: R\$ 137.700,00 (cento e trinta e sete mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10/01/2024 até 10/01/2025

DATA DA ASSINATURA: 09/01/2024

Porto Belo, 09 de janeiro de 2024

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023 - PMPB

Publicação Nº 5508195

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE CONTRATO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2023 - PMPB

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2023 - PMPB

OBJETO: CONTRATO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E COMPILAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PERMITINDO CONSULTA AO CONTEÚDO EM VERSÕES ESPECÍFICAS (VERSIONAMENTO DAS ALTERAÇÕES), INCLUINDO INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS NO RESULTADO DAS PESQUISAS E LINK DE CONSULTA DIRETO A ELAS QUANDO MENCIONADAS NO TEOR DAS NORMAS MUNICIPAIS, E ACESSO AO MAIOR BANCO DE DADOS DE LEGISLAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, COMPREENDENDO REALIZAR

PESQUISAS EM MAIS DE 6 MILHÕES DE NORMAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

SÓCIO: CARLITO MELLO DE LIZ

CNPJ: 03.725.725/0001-35

VALOR: R\$ 14.545,56 (quatorze mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinq-enta e seis centavos)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/01/2024 à 13/01/2025

DATA DA ASSINATURA: 11/01/2024

Porto Belo, 11 de janeiro de 2024

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2020 – FMS

Publicação Nº 5507328

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2020 – FMS

CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2019 - FMS

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 001/2020 – FMS

OBJETO: Atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

CNPJ: 79.424.255/0001-31

VALOR: R\$ 254.306,64 (duzentas e cinquenta e quatro mil, trezentos e seis reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 10/01/2024 À 10/01/2025

DATA DA ASSINATURA: 10/01/2024

Porto Belo, 10 de janeiro de 2024.

Joel Orlando Lucinda

Prefeito Municipal

PORTARIA 114/2024

Publicação Nº 5507769

PORTARIA Nº: 114/2024

“Concede Pensão por Morte aos dependentes que menciona do Servidor Público Municipal Senhor Pierri Alexandre Voltolini”.

O Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 7º e 8º, da Constituição Federal (Redação Anterior à EC 103/2019) e ainda em conformidade com o artigo 66 e seguintes da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo administrativo nº 003/2024,

Resolve:

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE, aos dependentes do servidor Pierri Alexandre Voltolini, falecido em 27/10/2023, Inativo, com Provento Integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente - Sem Paridade, Última Remuneração ou Provento, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º O valor total dos proventos de Pensão por Morte será pago na proporção de 50% (Cinq-enta por cento) aos dependentes Patrícia de Melo Voltolini e Pedro Guilherme Voltolini.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo que seus efeitos são retroativos aos vinte e sete dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e três, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA

Prefeito em exercício

PORTARIA 115/2024

Publicação Nº 5507770

PORTARIA Nº: 115/2024

“Concede Pensão por Morte aos dependentes que menciona da Servidora Pública Municipal Senhora Karine Reichmann Pereira Marques”.

O Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 7º e 8º, da Constituição Federal (Redação Anterior à EC 103/2019) e ainda em conformidade com o artigo 66 e seguintes da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo administrativo nº 001/2024,

Resolve:

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE, aos dependentes da servidora Karine Reichmann Pereira Marques, falecida em 10/12/2023, Ativo, com Provento Integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente - Sem Paridade, Última Remuneração ou Provento, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º O valor total dos proventos de Pensão por Morte será pago na proporção de 33,33% (trinta e três, trinta e três) aos dependentes Jonatha Marques, Victor Reichmann Pereira Marques e Gabriela Reichmann Pereira Marques.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo que seus efeitos são retroativos aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA

Prefeito em exercício

PORTARIA 116/2024

Publicação Nº 5507775

PORTARIA Nº: 116/2024

“Concede Pensão por Morte aos dependentes que menciona do Servidor Público Municipal Senhor Nelson Dario Alves da Silva”.

O Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 40, § 7º e 8º, da Constituição Federal (Redação Anterior à EC 103/2019) e ainda em conformidade com o artigo 66 e seguintes da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo administrativo nº 002/2024,

Resolve:

Art. 1º Conceder PENSÃO POR MORTE, aos dependentes do servidor Nelson Dario Alves da Silva, falecido em 24/12/2023, Ativo, com Provento Integral até o teto do RGPS, mais 70% da parcela excedente - Sem Paridade, Última Remuneração ou Provento, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º O valor total dos proventos de Pensão por Morte será pago na proporção de 50% (Cinq-enta por cento) aos dependentes Darlene Camerlingo da Silva e Rafael Camerlingo Alves da Silva.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo que seus efeitos são retroativos aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e três, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de Janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA

Prefeito em exercício

PORTARIA Nº: 095/2024

Publicação Nº 5507281

PORTARIA Nº: 095/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Iris Ferreira Tomaz no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de

Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Iris Ferreira Tomaz, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 4887856 e inscrita no CPF sob o nº: 060.922.559-60, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 075/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 096/2024

Publicação Nº 5507284

PORTARIA Nº: 096/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ayde Vieira no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ayde Vieira, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 4181682 e inscrita no CPF sob o nº: 008.162.319-40, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 239/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Isa Henning Timmermans.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 097/2024

Publicação Nº 5507333

PORTARIA Nº: 097/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ivete Dias Macedo no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ivete Dias, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 4181682 e inscrita no CPF sob o nº: 008.162.319-40, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 106/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 098/2024

Publicação Nº 5507364

PORTARIA Nº: 098/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ana Paula Menegotto Mendes no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ana Paula Menegotto Mendes, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 3380949 e inscrita no CPF sob o nº: 004.168.879-10, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 101/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 099/2024

Publicação Nº 5507378

PORTARIA Nº: 099/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Sueli Siqueira Carneiro no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Sueli Siqueira Carneiro, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 8.494.439 e inscrita no CPF sob o nº: 856.177.259-04, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 092/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 100/2024

Publicação Nº 5507389

PORTARIA Nº: 100/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Alexsandra Kamers no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Alexsandra Kamers, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 3852155 e inscrita no CPF sob o nº: 026.377.499-62, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 108/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 101/2024

Publicação Nº 5507427

PORTARIA Nº: 101/2024

“Nomeia Servidor para cargo efetivo e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Resolve:

Art. 1º Nomear a Senhora Camila Cassuly Teles, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº: 4096646668 e inscrita no CPF sob o nº: 022.119.640-44, para ocupar o cargo público efetivo de Professor de Matemática do Município de Porto Belo, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, com efeitos a partir do dia 08 de fevereiro de 2024.

Art. 2º A nomeação acima mencionada se dá em decorrência da aprovação no Concurso Público, objeto do Edital nº: 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente correrão por conta das despesas próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 08 de fevereiro de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em Exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 102/2024

Publicação Nº 5507455

PORTARIA Nº: 102/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ana Carolina de Melo Serpa no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Ana Carolina de Melo Serpa, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 43973167 e inscrita no CPF sob o nº: 056.114.259-92, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 067/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 103/2024

Publicação Nº 5507466

PORTARIA Nº: 103/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Danieli Cristini dos Santos Hilleshein no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Danieli Cristini dos Santos Hilleshein, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 4.359.653-3 e inscrita no CPF sob o nº: 064.845.469-08, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 107/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 104/2024

Publicação Nº 5507484

PORTARIA Nº: 104/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Araceli Regina Avi no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Araceli Regina Avi, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 4331081 e inscrita no CPF sob o nº: 053.744.619-23, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 094/2024, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Clube do Cebolinha.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 105/2024

Publicação Nº 5507535

PORTARIA Nº: 105/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Sandra Tavares Santos no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Sandra Tavares Santos, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 1.373.059 e inscrita no CPF sob o nº: 533.593.139-68, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 01/2003, Portaria nº: 043/2003, Portaria nº: 628/2012, Portaria nº: 436/2022, do Município de Porto Belo, para cumprir 40 (quarenta) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 106/2024

Publicação Nº 5507554

PORTARIA Nº: 106/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Silmar Araujo no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Silmar Araujo, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 61042750 e inscrita no CPF sob o nº: 867.153.219-49, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 240/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 107/2024

Publicação Nº 5507565

PORTARIA Nº: 107/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Andreia de Oliveira Batista no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Andreia de Oliveira Batista, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 5559444 e inscrita no CPF sob o nº: 064.331.009-61, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 242/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 108/2024

Publicação Nº 5507577

PORTARIA Nº: 108/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Andrea Ribeiro Borges Lavarda no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Andrea Ribeiro Borges Lavarda, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 3611856 e inscrita no CPF sob o nº: 016.907.349-14, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 103/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 109/2024

Publicação Nº 5507593

PORTARIA Nº: 109/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Silvana Luiz Tomazi no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Silvana Luiz Tomazi, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 6.055.702 e inscrita no CPF sob o nº: 085.102.239-12, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 076/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 110/2024

Publicação Nº 5507624

PORTARIA Nº: 110/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Janete Groth no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Janete Groth brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 3075273262 e inscrita no CPF sob o nº: 812.959.950-34, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 069/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 111/2024

Publicação Nº 5507618

PORTARIA Nº: 111/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Gabrielly Martins Adriano no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Gabrielly Martins Adriano, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 6874719 e inscrita no CPF sob o nº: 102.989.099-44, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 093/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 112/2024

Publicação Nº 5507679

PORTARIA Nº: 112/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Evelim Aparecida Santana no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Evelim Aparecida Santana, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 45692947 e inscrita no CPF sob o nº: 075.496.779-48, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 073/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 113/2024

Publicação Nº 5507697

PORTARIA Nº: 113/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Amabia Braga Steindorf no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Amabia Braga Steindorf, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 101277569 e inscrita no CPF sob o nº: 093.545.699-60, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 068/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 117/2024

Publicação Nº 5507712

PORTARIA Nº: 117/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Kerlen Ticiana Machado Padilha no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Kerlen Ticiana Machado Padilha, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 46253130 e inscrita no CPF sob o nº: 050.623.649-81, cargo público efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 102/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 118/2024

Publicação Nº 5507723

PORTARIA Nº: 118/2024

“Confere lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Ezequiel Paulo Trentin no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Ezequiel Paulo Trentin, brasileiro, solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 3921541 e inscrito no CPF sob o nº: 025.792.179-67, cargo público efetivo de Professor de Educação Infantil, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 096/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º O referido Servidor deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Prado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 119/2024

Publicação Nº 5507805

PORTARIA Nº: 119/2024

“Remove a Servidora Pública Municipal Senhora Juliana Pinheiro Mafra do Núcleo de Desenvolvimento Infantil Primeiros Passos para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Remover a Servidora Pública Municipal Senhora Juliana Pinheiro Mafra, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 2830535 e inscrita no CPF sob o nº: 767.282.349-34, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, nº: 001/2007, Portaria nº: 064/2009 e Portaria nº: 620/2012, para cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Núcleo de Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Lauro Manoel Mendonça.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 120/2024

Publicação Nº 5507913

PORTARIA Nº: 120/2024

“Remove a Servidora Pública Municipal Senhora Rosimeri Maria Gomes Ramos da Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil Estela Machado dos Santos e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Remover a Servidora Pública Municipal Senhora Rosimeri Maria Gomes Ramos, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 3.192.246 e inscrita no CPF sob o nº: 942.026.139-53, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, conforme Concurso Público, nº: 001/2007, Portaria nº: 044/2009 e Portaria nº: 2985/2015, para cumprir a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Núcleo de Desenvolvimento Infantil Estela Machado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Núcleo Desenvolvimento Infantil Estela Machado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 121/2024

Publicação Nº 5507937

PORTARIA Nº: 121/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Elaine Vieira Banhara na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Elaine Vieira Banhara, brasileira, solteira, portadora de Cédula de Identidade nº: 5179879 e inscrita no CPF sob o nº: 077.558.109-76, cargo público efetivo de Professora de Matemática, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 086/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 122/2024

Publicação Nº 5507969

PORTARIA Nº: 122/2024

"Confere lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Marcelo Boccia Leite na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Marcelo Boccia Leite, brasileiro solteiro, portador de Cédula de Identidade nº: 303191363 e inscrito no CPF sob o nº: 220.356.538-19, cargo público efetivo de Professor de Ciências, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 044/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º O referido Servidor deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 123/2024

Publicação Nº 5507981

PORTARIA Nº: 123/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Lilian Agg Garcia na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Lilian Agg Garcia, brasileira, casada, portadora de Cédula de Identidade nº: 5.989.352 e inscrita no CPF sob o nº: 152.232.548-48, cargo público efetivo de Professora de Inglês, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 050/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Básica Municipal Professora Nair Rebelo dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 124/2024

Publicação Nº 5508018

PORTARIA Nº: 124/2024

“Confere lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Rene Gouveia Pinto no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e Escola Básica Municipal Fidelis Antonio Garcia e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação ao Servidor Público Municipal Senhor Rene Gouveia Pinto, brasileiro, união estável, portador de Cédula de Identidade nº: 49.169.876-8 e inscrito no CPF sob o nº: 359.658.568-65, cargo público efetivo de Professor de Arte, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 046/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Fidelis Antonio Garcia, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º O referido Servidor deverá exercer a carga horária da seguinte forma, 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Fidelis Antonio Garcia

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 125/2024

Publicação Nº 5508036

PORTARIA Nº: 125/2024

“Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Daniela Maria Laufer na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro e dá outras providências”.

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Daniela Maria Laufer, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 4577638 e inscrita no CPF sob o nº: 052.175.419-46, cargo público efetivo de Professora de Arte, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 002/2019, Portaria nº: 047/2020, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 126/2024

Publicação Nº 5508055

PORTARIA Nº: 126/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Michela Laudia Pereira na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Michela Laudia Pereira, brasileira, união estável, portadora de Cédula de Identidade nº: 2833572-4 e inscrita no CPF sob o nº: 003.430.229-82, cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 01/1997, Portaria nº: 74/1998 e Portaria nº: 112/2022, do Município de Porto Belo, para cumprir 40 (quarenta) horas semanais na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Básica Municipal Catarina Benedita Guerreiro.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

PORTARIA Nº: 127/2024

Publicação Nº 5508126

PORTARIA Nº: 127/2024

"Confere lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Maurina Custodio Inacio no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos e dá outras providências".

AILTO NECKEL DE SOUZA, Prefeito em Exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica,

Considerando o Processo nº: 004/2023-SME, destinado ao Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária de Professor de Ensino Fundamental, Professor de Educação Infantil, Orientador Educacional, efetivo e estável, na Rede Pública Municipal de Ensino de Porto Belo, conforme a Lei Complementar Municipal nº: 37/2011, com suas alterações posteriores do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Professores da Educação Municipal de Porto Belo.

Resolve:

Art. 1º Conferir lotação a Servidora Pública Municipal Senhora Maurina Custodio Inacio, brasileira, viúva, portadora de Cédula de Identidade nº: 25598267 e inscrita no CPF sob o nº: 812.378.479-15, cargo público efetivo de Professora de Ensino Fundamental, conforme Concurso Público, objeto de Edital nº: 001/2007, Portaria nº: 286/2009, do Município de Porto Belo, para cumprir 20 (vinte) horas semanais no Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos, conforme Processo de Lotação, Remoção e Ampliação de Carga Horária nº: 004/2023-SME, a partir do ano letivo de 2024.

Art. 2º A referida Servidora deverá exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Básica Municipal Centro Educacional Professora Alda Furtado dos Santos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir do ano letivo de 2024.

Porto Belo – SC, aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

AILTO NECKEL DE SOUZA
Prefeito em exercício de Porto Belo

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2022

Publicação Nº 5509116

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2022

QUINTO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO E A ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ PARA A MANUTENÇÃO E O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

Pelo presente Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2022, que entre si celebram MUNICÍPIO DE PORTO BELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.575.812/0001- 20, com sede na Av. Gov. Celso Ramos, 2500, bairro Centro, nesta cidade de Porto Belo, neste ato representado pelo Sr. Joel Orlando Lucinda, Prefeito, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade nº 2.725.096 – SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 712.813.559-68, doravante denominado CONVENIENTE e, a ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, com sede social na Rua 4 de Outubro, nº 115, Bairro Centro, no Município de Taió-SC, inscrita no CNPJ sob nº 86.324.860/0001-04, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Dirce Karina Mewes Bauchspiess, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.056.188-SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 008.576.389-63, residente e domiciliada na Rua Paula Borchardt, nº 116, Bairro Seminário, Município de Taió-SC, doravante denominada CONVENIADA - REDEH, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os artigos 196 e 199, bem como demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, e,

Considerando o quarto termo aditivo firmado em 29 de novembro de 2023, acompanhada do novo Plano de Trabalho ASSOCIAÇÃO DA REDEH BENEFICÊNCIA CRISTÃ, datado de 08 de novembro de 2023;

Considerando que o termo aditivo para a contratação dos serviços citados, totaliza o valor de R\$ 9.395.622,36 (nove milhões trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos), que passou a vigorar de 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024;

Considerando o piso nacional da enfermagem, conforme Lei Federal n. 14.434/2022;

Considerando que do valor de R\$ 9.395.622,36 (nove milhões trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos) o valor de R\$ 729.671,30 (setecentos e vinte e nove mil seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos), deverá ser aplicado pela CONVENIADA para pagamento complementar do valores do Piso Nacional da Enfermagem;

Considerando que a CONVENIADA deverá comprovar ao CONVENIENTE que o valor repassado foi efetivamente utilizado no pagamento do piso salarial da enfermagem;

Considerando que caso Município deixe de repassar o valor de complementação ao pagamento o piso de enfermagem a Contratada Associação da Redeh de Beneficência Cristã não custearão os referidos valores.

Tem entre si, justo e acordado, o presente TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COLABORAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO E O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, na forma e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Retificar e ratificar, na forma da cláusula a seguir o Convênio, que tem por objeto a prestação e gestão integral dos serviços para a manutenção e o pleno funcionamento das atividades do Pronto Atendimento, por equipe médica própria do CONVENIADA, seja do seu quadro social, preposto, contratado e/ou associado, assim determinado, e nos moldes e competências estabelecidas e pormenorizada em Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA

A cláusula QUINTA passa a vigorar com a seguinte redação:

Pelos serviços objeto do presente convênio será pago pela CONVENIENTE a quantia total de R\$ 9.395.622,36 (nove milhões trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos), que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais a CONVENIADA, até o 5º dia de cada mês, ficando as parcelas do próximo exercício, vinculadas aos orçamentos de 2023 e 2024.

§ 1º Do valor global descrito na cláusula quinta a CONVENIADA deverá destacar o valor de R\$ 729.671,30 (setecentos e vinte e nove mil seiscentos e setenta e um reais e trinta centavos) para o pagamento de piso nacional da enfermagem dos seus colaboradores ao qual deverá ser pago através de folha complementar com rubrica específica.

§ 2º Fica convencionados entre as partes que a obrigatoriedade do custeio da folha de pagamento complementar, afim de garantir o piso da enfermagem perdurará enquanto o CONVENIENTE fizer os repasses complementares a CONVENIADA.

Assim ajustadas, as partes contratantes declaram inexistir ânimo de novar as obrigações assumidas no contrato ora aditado, ratificando, no que não foi aqui expressamente alterado, tudo o que nele se contém e assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, perante as testemunhas diante indicadas para um só efeito.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de janeiro de 2024.

JOEL ORLANDO LUCINDA

Prefeito de Porto Belo

DIRCE KARINA MEWES BAUCHSPIESS

Presidente da Associação da Redeh de Beneficência Cristã

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.883/2024

Publicação Nº 5507849

DECRETO Nº 1.883, de 09 de janeiro de 2024.
Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.920, de 27 de junho de 2023 (LDO) e 4.947, de 26 de outubro de 2023 (LOA),

DECRETA:
Art. 1º Ficam suplementadas no Orçamento do Município as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), conforme discriminação seguinte:

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	57	200.000,00
MODALIDADE	4490 – 3250 – Aplicações Diretas	57	500.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		700.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro nas respectivas fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 1.884/2024

Publicação Nº 5508069

DECRETO Nº 1.884, de 10 de janeiro de 2024.
Dispõe sobre alteração no "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2024", do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023,

DECRETA:
Art. 1º Insere no Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2024, constante do Decreto nº 1.850, de 28 de novembro de 2023, o feriado nacional do dia 20 de novembro, declarado por meio da Lei Federal nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, para celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1.885/2024

Publicação Nº 5507908

DECRETO Nº 1.885, de 10 de janeiro de 2024.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA ALCIDES SCHOR, do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor da Região de Nova Galícia, Santa Maria e Jangada, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 08 de janeiro de 2024, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de janeiro de 2024.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Praia Grande

PREFEITURA

DECRETO 002/2024

Publicação Nº 5507700

DECRETO Nº 002/2024.

FIXA CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ELISANDRO PEREIRA MACHADO, Prefeito Municipal de Praia Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes que:

DECRETA

Art. 1º O IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) será arrecadado em 05 (cinco) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

1ª Parcela: 10/04/2024

2ª Parcela: 10/05/2024

3ª Parcela: 10/06/2024

4ª Parcela: 10/07/2024

5ª Parcela: 12/08/2024

Parágrafo único – Poderá ser efetuado o pagamento em parcela única até 10/04/2024, sendo concedido uma bonificação de 30% (trinta por cento) sobre o imposto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Praia Grande, em 11 de janeiro de 2024.

Elisandro Pereira Machado
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

Jefferson Pereira Pacheco
Secretário Administração e Finanças

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO Nº D/6.163/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508764

DECRETO Nº D/6.163/2024, de 10 de janeiro de 2024.

"Abre crédito adicional suplementar com recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores."

Alfeu Miotto, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar com recursos do superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), conforme abaixo:

- 03.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
- 03.001 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
- 0.005 – Contribuição Para o Pasep
- 3390 1.711.0000 (14) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
- 05.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
- 05.001 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
- 1.017 – Manutenção do Sistema de Distribuição de Água
- 4490 1.710.3210 (37) Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

Art. 2º O presente Decreto tem suporte legal nos artigos 5º, alínea “e” da Lei 1969/2023, de 07/12/2023(LOA), e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco - SC, em 10 de janeiro de 2024.

ALFEU MIOTTO
Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente Decreto em 10/01/2024, na forma da L.O.M (Art. 21).

EDENILSON DOMINGOS ZENI
Agente Administrativo

Presidente Getúlio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2024

Publicação Nº 5507771

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2024
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BASE DE BRITA GRADUADA DE PEDRA GRANÍTICA (BICA CORRIDA).
CONTRATADO: COMERCIAL DACLANDE LTDA.
CNPJ nº 03.222.166/0001-40
VALOR TOTAL: R\$ 416.430,00
VIGÊNCIA: 11/01/2025
Presidente Getúlio, 11 de janeiro de 2024.
Nelson Virtuoso - Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2023

Publicação Nº 5508821

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 127/2023
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2023
OBJETO: AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
CONTRATADO: SUPERMERCADO NARDELÃO LTDA.
CNPJ nº 72.377.864/0002-19
VALOR TOTAL: R\$ 120.390,00
VIGÊNCIA: 09/12/2024
Presidente Getúlio, 11 de janeiro de 2024.
Nelson Virtuoso - Prefeito

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2023 - FMS

Publicação Nº 5508307

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 626AD6E51AD584E34C665F7ED845BAD1B2CED90B

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2023
DO INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 19/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM NUTRICIONISTA
CONTRATADA: NUTRIÇÃO INTEGRATIVA LTDA.
VALOR: R\$ 50.000,00
VIGÊNCIA: 29/11/2024
Presidente Getúlio, 11 de janeiro de 2024.
Iara Possamai – Secretária de Saúde

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2024

Publicação Nº 5507559

EDITAL Nº 02/2024 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO/ SC

Considerando assegurar, na falta de pessoal permanente, a continuidade da prestação dos serviços de atendimento médico ou ambulatorial à população; (Lei 2.338, art. 2, inciso VII);
Considerando que o Município acatou a Recomendação nº 001/2023/PJ/PRE do Ministério Público do Estado de Santa Catarina para suspensão do Concurso Público nº 01/2022;
Considerando o despacho que fundamentou o contido no ofício nº 0279/PJ/PRE do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, datado de 05 de abril de 2023, referente ao IC nº 06.2022.00004446-0 e;
Considerando ainda o caráter de urgência e os atuais e enormes prejuízos ao funcionamento e continuidade dos serviços públicos prestados pela municipalidade diante da falta de servidores públicos para atender as necessidades temporária e emergencial, a Secretária Municipal

da Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve: Publicar o Edital nº 02/2024 de Processo Seletivo Simplificado para preenchimento das vagas de ENFERMEIRO DO ESF, da Secretária Municipal da Saúde de Presidente Getúlio – SC, tornando público que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Pessoal, Com o amparo legal dado pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Complementar Municipal nº 2.338/2013, artigo 2º, inciso VII e artigo 3º, inciso II; por prazo determinado conforme descrição das vagas constantes deste edital

CRONOGRAMA

DATA	ATO
11/01/2024	PUBLICAÇÃO DO EDITAL
12/01/2024 ATÉ 19/01/2024	INSCRIÇÃO NO E-MAIL: rubiastanke@presidentegetulio.sc.gov.br
22/01/2024	CONTAGEM DOS PONTOS E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PROVISÓRIO
23/01/2024	RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR
24/01/2024	HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA ATA E RESULTADO FINAL

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pelo Município de Presidente Getúlio - SC;
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para ENFERMEIRO DO ESF em caráter emergencial, até a posse de servidor efetivo do Concurso Público, limitado ao prazo máximo de seis meses.
- 1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem de classificação;
- 1.4. A seleção dos candidatos será publicada no Órgão de Publicações Oficiais da Prefeitura Municipal e no portal eletrônico do município.
- 1.5. A validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 06 meses, devendo ser observado o item 1.2 do presente edital.

2 - DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas do dia 12/01/2024 até 19/01/2024 no e-mail do RH: rubiastanke@presidentegetulio.sc.gov.br até as 23:59h

2.2. São condições para inscrição:

- a) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Constituição Federal 1988;
- b) Ter idade mínima de 18 anos;
- c) Estar em dia com o serviço militar, se do sexo masculino;
- d) Ter capacidade física para a função a ser desempenhada;
- e) Estar ciente de que no ato da inscrição deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a vaga, neste Edital, sob pena de perda do direito à vaga, podendo tal documento ser reapreciado em qualquer etapa do processo;
- f) Preencher e assinar a ficha de inscrição contida no Anexo I;
- g) Apresentar Documentos comprobatórios de escolaridade e experiência na área.
- h) Cópia RG, CPF, Comprovante de Residência.

2.3 As inscrições que não satisfizerem as exigências contidas neste Edital serão indeferidas.

2.4 Após a data e horário fixado, com término do prazo para o recebimento das inscrições, não serão admitidas quaisquer outras, sob qualquer condição ou pretexto;

2.5 Serão oferecidas, de acordo com a escolaridade, as seguintes vagas:

CARGO	REQUISITOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALARIO
Enfermeiro do ESF	Nível Superior Completo / Diploma de conclusão de curso superior em Enfermagem e registro no respectivo Conselho Fiscalizador do Exercício da Profissão.	01+ CR	40 Horas Semanais	R\$ 5.238,66 (Cinco mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos).

OBS: Os classificados permanecerão inscritos em lista para Cadastro Reserva caso haja novas necessidades de contratação.

3 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

- 3.1. O processo seletivo simplificado dar-se-á mediante análise da documentação;
- 3.2. Para contagem de títulos e experiência comprovada na área de atuação, serão considerados apenas os descritos no anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes no ato da inscrição.

4 - DA CLASSIFICAÇÃO

- 4.1. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de pontos.
- 4.2. Na classificação final, entre os candidatos com igual número de pontuação serão fatores de desempate:
- I - Tempo de Serviços prestado ao setor público;
- II - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento.

5 - DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da inscrição;
- Aptidão física e mental para o exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- 01 Foto 3x4
- Cópia Carteira de Trabalho e nº PIS
- Cópia Comprovante de Residência
- Cópia Carteira de Identidade
- Cópia Título de Eleitor
- Cópia CPF
- Cópia Certidão de Nascimento ou Casamento
- Comprovante de situação cadastral no CPF (site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp>)
- Comprovante de quitação eleitoral (site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
- Certidão de Antecedentes Criminais (site: <https://www.tjsc.jus.br/certidoes/>)
- Certidão de Qualificação Cadastral E-Social (site: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
- Cópia Certificado Alistamento Militar
- Cópia Certidão de Nascimento dos Filhos e nº CPF
- Cópia Carteira de Vacinação dos Filhos com idade até 07 anos
- Cópia Atestado de Frequência Escolar dos Filhos de 7 a 14 anos
- Cópia Carteira de Habilitação (apenas para os cargos de Op. De Veículos e Op. De Máquinas)
- Cópia Diploma de Escolaridade
- Cópia Carteira do Conselho Regional da Profissão
- Declaração de Bens
- Declaração de Acumulo de Cargos
- Declaração de Dependentes
- Declaração de Nepotismo
- Cópia Carteirinha de Vacinação Covid-19
- Declaração Sem Exoneração Justa Causa
- Conta Salário no BANCO BRADESCO

6 - DOS RECURSOS

- 6.1. Da classificação preliminar, os candidatos poderão interpor recurso escrito, uma única vez, endereçada à Comissão, no dia 23/01/2024 diretamente no e-mail: rubiastanke@presidentegetulio.sc.gov.br;
- 6.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal;
- 6.3 Será possibilitada vista de documentos apresentados pelo candidato na presença da Comissão, permitindo-se anotações;
- 6.4 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados;

7 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. A homologação do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e portal eletrônico do município.
- 7.2. O não comparecimento dos chamados em até 02 (dois) dias úteis após o chamado caracterizará desistência.
- 7.3. A não observância dos prazos e a inexistência das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos eliminarão o candidato do Processo Seletivo Simplificado 02/2024.
- 7.4. Os candidatos serão contratados em regime temporário por prazo determinado;
- 7.5. Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado;
- 7.6. Fica o Prefeito Municipal responsável por autorizar a Comissão a convocar outros servidores e assessoria técnica para participar da operacionalização deste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Getúlio - SC, 11 de janeiro de 2024.

IARA POSSAMAI
SECRETÁRIA DE SAÚDE

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

Nome Completo: _____
RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Telefone: _____ Celular: _____
E-mail: _____
Cargo Pleiteado: _____
Inscrição no Conselho Regional da Área requerida no: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO NO CARGO PLEITEADO

INSTITUIÇÃO (Nome, endereço, CNPJ): _____

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital Processo Seletivo Simplificado N° 02/2024 para Admissão do Cargo de _____, que o Senhor (a) _____, nascido(a) em ____/____/____ portador(a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____ exerceu ou ainda exerce atividades profissionais nessa instituição, no cargo de _____, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____
PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

TOTAL: ____ ANOS ____ MESES ____ DIAS.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição do contrato de trabalho

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 34/2023 - CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação N° 5507416



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Saúde

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 34/2023

A Secretária Municipal da Secretaria da Saúde de Presidente Getúlio, Sra. Iara Possamai, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Presidente Getúlio e a Portaria Municipal, torna pública a “**Classificação Provisória**”, dos inscritos no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 34/2023, para a contratação de pessoal admitido em caráter temporário, após análise das inscrições, de acordo com as normas previstas neste Edital.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM**01ª classificado: ADRIELE KEUNECKE**

Critério: Maior tempo de serviço: 07 anos e 06 dias

02ª classificado: MARICE KLITZKE VENTURI

Critério: Maior tempo de serviço: 04 anos, 07 meses e 11 dias.

03ª classificada: LUANA NETTO FILAGRANA

Critério: Maior tempo de serviço: 03 anos, 04 meses e 26 dias.

04ª classificado: RAI DE SOUZA SILVA

Critério: Maior tempo de serviço: 04 meses.

05ª classificado: MARIA DE JESUS SILVA PAVÃO

Critério: Idade: 53 anos

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

As demais inscrições restaram INDEFERIDAS

Motivo: Não envio de documentação prevista no item 2.2 do Edital.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Saúde

Sem mais, atentamente.

Presidente Getúlio, 10 de janeiro de 2024

COMISSÃO:

Enf. Monica Chiodini
Coordenadora da Atenção Básica

Aldeneide de Souza
Agente Administrativo

Rubia Stanke Vanderlinde
Agente Administrativo

Iara Possamai
Secretária da Saúde

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024 F.M.SAUDE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA SUS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, PARA FINS DE ATENDIMENTO A NÍVEL AMBULATORIAL, EM CONSULTAS, PROCEDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Publicação Nº 5507878

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2024 EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024

O Município De Presidente Nereu/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.699/0001-28, com sede administrativa na Praça Lehon, n.º 50, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Celso Augusto Vieira, juntamente com Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 14.488.313/0001-45, com sede na Rua Papa João XIII, n.º 202 – Bairro Centro, representado pela gestora a Sra. Eliane Schaufelberger, no uso de suas atribuições legais, comunica o procedimento auxiliar denominando CREDENCIAMENTO com início de entrega dos documentos a partir de 17/01/2024 às 8:00 horas até 31 de dezembro de 2024, através da modalidade de Inexigibilidade de Licitação, conforme objeto a seguir especificado, de acordo com a Lei n.º 14.133/21, amparado no seu art. 79 e observando o artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente processo tem como objeto o CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SISTEMA SUS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, PARA FINS DE ATENDIMENTO A NÍVEL AMBULATORIAL, EM CONSULTAS, PROCEDIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. Tudo de acordo com os termos abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
 - 1.1.1. As condições específicas para a prestação de serviços, bem como os valores, estão previstos no termo de referência em anexo do edital.
 - 1.1.2. Os interessados deverão atuar no ramo de atividade compatível com o objeto deste credenciamento.
- 1.2. Os interessados deverão requerer o credenciamento na forma do item 3 deste edital.
- 1.3. Não poderão participar do credenciamento os interessados:
 - I – impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;
 - II – suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação vigente;
 - III – declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação vigente;

IV – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

V – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

VI – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5 % (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

VII – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

VIII – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

X – entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução total ou liquidação;

XI – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

XII – entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

XIII - direta ou indiretamente da licitação ou da execução de contrato, o agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/21.

2. INFORMAÇÕES

- 2.1. O inteiro teor deste edital e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico municipal:
<https://presidentenereu.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes>.
- 2.2. O presente credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/> e entra vigência a partir de sua publicação, conforme item 11.

- 2.3. Esclarecimentos sobre a inscrição no credenciamento serão prestados pelos e-mails compras@presidentenereu.sc.gov.br, contratos@presidentenereu.sc.gov.br e empenhos@presidentenereu.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3362-1108, com ramal de licitações.
- 2.4. Qualquer cidadão ou interessado poderá impugnar os termos deste edital, a qualquer tempo, o que não terá efeito de recurso.
- 2.4.1. As impugnações serão conhecidas se dirigidas diretamente ao setor de protocolo municipal ou enviada em formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 megabytes aos endereços eletrônicos relacionados no subitem 2.3.
- 2.5. Não serão conhecidas as impugnações protocolizadas por meio diverso do previsto no subitem anterior.
- 2.6. O acolhimento ou não das impugnações serão disponibilizados no site, conforme subitem 2.1. e comunicados por e-mail ao solicitante.

3. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

- 3.1. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão estar em envelope fechado e ser protocolado junto ao setor de protocolo localizado na Prefeitura Municipal.
- 3.1.1. O envelope deverá ser identificado da seguinte maneira:

Ao Setor de Licitações de Presidente Nereu/SC
CREDENCIAMENTO N.º 01/2023
Inexigibilidade n.º 01/2023
Documentação de Credenciamento/ Habilitação
Empresa:
CNPJ:
Endereço:

- 3.2. O conjunto de documentos apresentados deverá conter:
- I – requerimento de credenciamento, na forma do modelo disponível no Anexo II, datado e assinado pelo representante legal;
 - II – documentos necessários à habilitação previstos no item 4.
- 3.3. O requerimento de credenciamento não poderá conter emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que possam dificultar o reconhecimento de sua caracterização, considerada indispensável à sua validade.
- 3.3.1. O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste edital será considerado inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento, escoimado das causas que ensejaram sua inépcia.

- 3.4. Os interessados que constituírem procuradores para representá-los no setor de licitações, deverão apresentar, além de todos os documentos relacionados no item 4 deste edital, os seguintes:
- I – procuração, discriminando os poderes específicos, contendo a indicação do signatário com firma reconhecida, acompanhada do instrumento que comprove os poderes do signatário;
 - II – cópia da cédula de identidade, se o procurador for pessoa física;
- 3.5. Todos os documentos para o credenciamento deverão estar todos estarem dentro do prazo de validade, quando protocolados, entregues em via original ou autenticados em cartório ou ainda, podendo ser autenticados pelo setor de licitações municipal.
- 3.5.1. Os documentos que omitirem a validade serão considerados como válidos pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.
- 3.5.2. Não serão aceitos documentos com rasuras e/ou ilegíveis.

4. DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I – Ato constitutivo ou contrato social vigente, via original ou autenticado, quando emitido através do site da Junta Comercial ficam dispensados de autenticação e serão aceitos se emitidos com data inferior a 60 (sessenta) dias;
- II – Comprovação da inscrição e de situação cadastral de pessoa jurídica;
- III – Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data de protocolo da documentação.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I – prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- II – prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- III – prova de regularidade perante a Fazenda Municipal de Taió/SC, conforme previsto na Lei Orgânica do Município de Taió, no art. 99;
- IV – prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa proponente;
- V – prova de regularidade perante o FGTS;
- IV – prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I – comprovante de inscrição ativa no Conselho Regional da sua categoria profissional;
- II – para profissionais médicos especialistas: registro da especialização;
- III – alvará de localização;

IV – alvará sanitário;

V – para profissionais médicos: certidão negativa da **pessoa física** emitida pelo Conselho Regional de Medicina.

4.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

I – Documento oficial de identidade contendo cadastro de pessoa física (CPF);

II – Declarações obrigatórias, conforme modelo do Anexo III, que dispõe sobre:

a) declaração de que não é aquele que mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com servidor municipal (devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, inciso IV do artigo 14 da Lei n.º 14.133/21);

b) declaração de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º 13.709/2018, devendo utilizar do modelo anexo III deste edital;

c) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

d) para fins do no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

e) que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;

f) que não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

g) que não é impedido de transacionar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental;

h) que não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) que sua proposta econômica compreende a integralidade dos

custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

j) que são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal;

j) que conhece e aceita todas as condições do edital e anexos, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários;

k) que não é autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo relacionado ao objeto desta licitação, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, ou, ainda, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5 % (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5. ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DA CREDENCIADA

- 5.1. Toda alteração que implique modificação das informações prestadas pela interessada para obtenção do credenciamento deverá ser enviado ao endereço eletrônico disposto no subitem 2.3 e o documento será juntado ao processo de credenciamento e registrará no sistema.
- 5.2. A credenciada deverá atualizar os seus dados cadastrais sempre que ocorrer mudança de endereço, conta de e-mail, telefone ou do representante legal.
- 5.3. A atualização dos dados da credenciada não alterará a condição do credenciamento já homologado.

6. ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CREDENCIAMENTO

- 6.1. Os requerimentos para credenciamento serão analisados pela comissão composta pelo Agente de Contratação e equipe de Apoio designados através de Decreto Municipal, com vistas à homologação pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde.
- 6.2. Os documentos emitidos por sistema eletrônico serão aceitos pela comissão se verificada sua autenticidade no site do órgão emissor ou diretamente a este, e no caso de impossibilidade de acesso à Internet, observa-se do que:
 - 6.2.1. A comissão poderá suprir ou sanar, via internet, eventuais omissões ou falhas relativas aos documentos apresentados pelas interessadas, mediante a inserção de documentos; e

- 6.2.2. Na impossibilidade de obtenção dos documentos em razão de insuficiência de informações ou de acesso aos sítios oficiais de órgãos e/ou entidades emissoras, a comissão diligenciará à interessada para que, em 5 (cinco) dias úteis a partir da comunicação, apresente o que lhe for solicitado, sob pena de não obtenção do credenciamento.
- 6.2.3. A comissão verificará os novos documentos para aprovar ou não o requerimento de credenciamento ou sua atualização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7. HOMOLOGAÇÃO

- 7.1. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pela comissão.
- 7.2. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde procederá a homologação de cada credenciamento, após instrução favorável da comissão.
- 7.3. Homologado o credenciamento, o mesmo estará disponível no site municipal www.presidentenereu.atende.net, e o contrato gerado será publicado no veículo oficial de imprensa da Prefeitura de Taió/SC, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - site www.diariomunicipal.sc.gov.br.
- 7.4. A homologação do requerimento vincula a credenciada, sujeitando-a, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

8. DESCRENCIAMENTO

- 8.1. A credenciada poderá solicitar a qualquer momento o seu descredenciamento, desde que não apresente ordens de serviços pendentes.
- 8.2. A credenciada que desejar se descredenciar deverá fazê-lo mediante o encaminhamento do requerimento constante do Anexo IV, assinado pelo responsável legal ou procurador e protocolar o pedido no protocolo municipal, destinado ao setor de licitações.
- 8.3. Caso a credenciada não execute os serviços no prazo previsto ou descumpra injustificadamente quaisquer das obrigações contidas deste edital poderá ser submetida ao descredenciamento.
- 8.4. Fica facultada a defesa prévia da credenciada, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação acerca da possibilidade de aplicação do descredenciamento, devendo, no mínimo, constar de:
- I - justificativa plausível para os fatos apurados; e
 - II - documentação comprobatória, quando for o caso.
- 8.4.1. A defesa prévia será conhecida, nos termos do Título IV, Capítulo I, da Lei n.º 14.133/2021, se endereçada diretamente aos endereços eletrônicos informados no subitem 2.3. deste edital devendo os arquivos estarem

obrigatoriamente no formato PDF, com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, ou protocolados diretamente no protocolo municipal.

- 8.4.2. A defesa prévia será apreciada com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido.
- 8.4.3. Será considerada intempestiva a defesa prévia efetuada após a expiração do prazo estabelecido no subitem 8.4.
- 8.5. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores facultará a este Poder Judiciário a adoção de medidas objetivando ao descredenciamento.
- 8.6. Oportunizado o contraditório e a ampla defesa à credenciada, e após decisão da Gestora do Fundo Municipal da Saúde, esta será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, site www.diariomunicipal.sc.gov.br, sendo a credenciada comunicada por mensagem eletrônica.
- 8.7.

9. RECURSOS

- 9.1. Da decisão que indeferir o requerimento de credenciamento ou que declarar o descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação por e- mail, assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 9.2. Os recursos interpostos serão conhecidos, nos termos do Título IV, Capítulo II - Das Impugnações, Dos Pedidos de Esclarecimento e Dos Recursos da Lei n.º 14.133/2021, devendo serem enviados eletronicamente pela interessada para o endereço eletrônico disposto no subitem 2.3, devendo os arquivos estar obrigatoriamente no formato PDF, com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes ou protocolados no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, contendo as informações do número do credenciamento, dados da empresa e "Interposição de Recurso".
- 9.3. Os recursos interpostos serão recebidos pela comissão em face da análise da documentação pela comissão, a qual poderá reconsiderar ou não sua decisão em 3 (três) dias úteis, devendo encaminhá-los devidamente informados a Gestora do Fundo Municipal de Saúde para apreciação e decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10. PENALIDADES

- 10.1. Nos termos do previsto no Título IV, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas da Lei n.º 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal n.º 8.206/23, as sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.1.1. ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas nos fornecimentos, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros.

10.1.2. MULTA: será aplicada por infrações que obstaculizem a concretização do objeto do credenciamento e compreenderá:

I - não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

10.1.3. Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Administração poderá aplicar à CREDENCIADA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de descredenciamento da empresa.

10.1.4. Os valores relativos às multas serão pagos mediante notificação de cobrança. A partir da data de confirmação do recebimento da notificação, a CREDENCIADA terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para apresentar defesa administrativa ou fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, sob pena de cobrança judicial.

10.1.5. Na hipótese de a CREDENCIADA não efetuar o recolhimento da multa no prazo fixado na notificação de cobrança, o município inscreverá o valor em dívida ativa.

10.1.6. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos termos do artigo 156, III, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, nos seguintes casos:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta durante o período em que estiver credenciada, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não atender às autorizações de fornecimento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado.

10.1.7. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,

pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021, nos seguintes casos:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- b) fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

10.1.8. É admitida a reabilitação da credenciada perante o município, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.1.9. Além das penalidades citadas, a CREDENCIADA ficará sujeitas, ainda, às demais penalidades referidas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

10.1.10. Reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a CREDENCIADA, conforme o caso, ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.1.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10.1.12. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

11. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 11.1. O presente credenciamento terá vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do edital, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Administração.
- 11.2. A interessada que tiver sua solicitação de credenciamento homologada será credenciada e assim permanecerá enquanto houver interesse, respeitado o término do prazo de vigência.
- 11.3. O credenciamento poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12. DA ATUALIZAÇÃO DE VALORES E DA REVISÃO

- 12.1. Os preços fixados no edital de credenciamento poderão ser:
 - I – atualizados após a publicação por meio de Decreto Municipal contendo os novos valores;
 - II – revisados, a qualquer tempo, em razão de variações imprevisíveis ou previsíveis, nos termos do art. 124, II, "d" da Lei n.º 14.133/2021 para reduzi-los, a pedido da Diretoria de Saúde, ou aumentá-los; a alteração ocorrerá após a publicação de Decreto;
 - III – referente a tabela SUS, reajustados conforme atualização de valores pelo Ministério da Saúde.
- 12.2. Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação às CREDENCIADAS, em caso de redução.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO

- 13.1. As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício anual vigente do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu-SC, de acordo com as informações estabelecidas no sistema.
- 13.2. O município deverá realizar o pagamento mensalmente será realizado em até 30 dias do mês subsequente aos serviços executados, observando que as consultas e procedimentos não poderão exceder a quantia mensal estipulada pela Secretaria.
- 13.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, CNPJ sob o n.º 14.488.313/0001-45 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

- 13.3.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. O Município poderá, a qualquer momento, solicitar do credenciado a comprovação de recolhimento do INSS e FGTS do período a que está vinculado e em caso de inadimplemento suspenderá a credencial.
- 14.2. A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido e, portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciário para o Município.
- 14.3. Aplicam-se ao presente credenciamento a Lei n.º 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.
- 14.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste edital e de seus anexos.

15. ANEXOS

- 15.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;
Anexo II – Requerimento de credenciamento;
Anexo III – Declarações obrigatórias;
Anexo IV – Requerimento de descredenciamento;
Anexo V – Minuta do contrato.

Presidente Nereu/SC, 11 de janeiro de 2024.

ELIANE SCHAUFELBERGER
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto contratar médicos especialistas em ginecológico, pediatra e ortopedia em atendimento na unidade básica de saúde do Município de Presidente Nereu de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Médico Ginecologista tem por objeto contratar ginecológico para rastreamento de colo uterino e câncer de mama, pré natal, acolhimento da mãe após a alta da maternidade, inserção de DIU E IMPLANON para prevenção contraceptivos de adolescentes.

2.2 Médico ortopedista tem por objeto contratar médicos especialistas em ortopedia para acompanhamento de pacientes com problemas de coluna e infiltração de joelho cotovelo mão e ombro,.(encaminhamento para cirurgias)etc...

2.3 Médico pediatra tem por objeto contratar médicos pediatras para atender a demanda de recém nascidos até crianças de 09 anos, necessitando ser avaliada pelo pediatra em clima de inverno onde as doenças contagiosas aumentam

3. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. Estimativa de quantidade com especificações de médicos contratados.

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	Medico especialista ginecologista	720	178,33	128.397,60
02	Médico especialista pediatria	300	223,33	66.999,00
03	Médicos especialista ortopedia	300	200,00	60.000,00

3.2 DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. A contratação ocorrerá de acordo com a escolha exclusiva do usuário do serviço, não haverá rodízio.
- 1.2. O Município não fará encaminhamento dirigido dos usuários tomadores de serviços de saúde, somente emitirá requisição de execução de procedimento sem a indicação do destinatário prestador e estes farão as cobranças dos serviços mediante nota fatura, acompanhadas das respectivas requisições de serviço.
- 1.3. O Município não fará encaminhamento dirigido dos usuários tomadores de serviços de saúde, somente emitirá requisição de execução de procedimento sem a indicação do destinatário prestador e estes farão as cobranças dos serviços mediante nota fatura, acompanhadas das respectivas requisições de serviço.

- 1.4. O serviço será prestado no estabelecimento em que atue o profissional credenciado e o laudo entregue diretamente ao paciente usuário do serviço, em via física, devidamente assinada pelo responsável.
- 1.5. Na questão dos serviços que por ventura será prestado nas dependências das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, e na hipótese de haver mais de um profissional credenciado para tal serviço, nesse caso a Secretaria irá elaborar uma escala de trabalho, oportunizando todos os credenciados a prestar o serviço ao qual se propôs.
- 1.6. Assim que o paciente possuir a autorização para proceder com os exames ou consultas, a CREDENCIADA deverá atendê-lo e agendar a prestação dos serviços o mais breve possível, devendo informá-lo quando o laudo contendo os resultados estará disponível.
- 1.7. Caso na data e hora marcada o profissional não possa atender o paciente, o mesmo deverá providenciar a comunicação antecipada, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, a substituição de data visando ao atendimento ao paciente, sem qualquer ônus para o Município;
- 1.8. Constatada qualquer irregularidade, a credenciada, devidamente comunicada, por e-mail ou por outro meio de comunicação previsto em lei, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária.

O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente

4. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

- 4.1. Tempo de consulta de no mínimo 15 minutos
- 4.2. Os horários de atendimentos deverão ser com início às 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas até as 17:00 horas em conformidade com o horário da UBS Adilcio da Silva
- 4.3. O atendimento será na unidade básica de saúde de Presidente Nereu/SC.
- 4.4. Os profissionais credenciados seguirão conforme cronograma feito pela unidade da saúde.

5. DO PAGAMENTO

- 5.1. Os pagamentos devidos serão realizados até 10 dias após a entrega dos produtos.
- 5.2. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura a descrição dos produtos e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.
- 5.3. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da contratada, ficando a mesma, ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo a ser firmado com a empresa vencedora terá vigência de 12 (doze) meses.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. O fornecimento deverá ser rigorosamente de acordo com a descrita no Termo de Referência, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.
- 7.2. Os preços cotados incluem as despesas de custo, como: seguro, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.
- 7.3. Durante a Vigência do contrato, a CONTRATADA deverá atender prontamente às requisições e especificações deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, a partir da solicitação através de ordem de fornecimento do Setor solicitante.
- 7.4. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- 7.5. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante.
- 7.6. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- 7.7. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.
- 7.8. Manter, na direção da confecção dos produtos, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.
- 7.9. Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de material, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS.
- 7.10. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.
- 7.11. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos fornecimentos a ele inerentes;
- 7.12. Cumprir os fornecimentos conforme disposições do presente contrato;
- 7.13. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.
- 7.14. Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Responsabilizar-se pela lavratura do contrato ou outro instrumento substitutivo se for o caso, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 8.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- 8.3. Acompanhar, controlar e avaliar a prestação dos serviços, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 8.4. Zelar para que durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.
- 8.5. Serão considerados para efeito de pagamento os documentos enviados pelos responsáveis pela fiscalização dos fornecimentos realizados na Secretaria, afirmando ter sido realizado as entregas de acordo com este Termo de Referência e Contrato.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela que será prevista no Edital.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implicará na adoção de medidas e penalidades previstas em lei:

10.1.1. A Contratada fica sujeita às penalidades e multas previstas no Art. 156 das sanções administrativas e da tutela judicial” da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.1.2. A Contratada ficará sujeita à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor inicial do presente contrato, caso venha interromper a execução das obras ora contratadas sem a ocorrência de nenhum dos motivos elencados Art.155 da Lei 14.133/2021 ou estabelecidos neste contrato.

10.1.3. A Contratada assiste ao direito de pedir reconsideração por escrito ao Contratante dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, que será julgada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, relevando ou não a multa ou outras sanções constantes no Art. 156 da Lei 14.133/2021.

10.1.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

11. DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1 – Fica Nomeado como Gestor do Contrato: ELIANE SCHAUFELBERGER

11.1.1 - Atribuições do Gestor de Contratos:

11.1.2 - Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

11.1.3 - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial,

11.1.4 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

11.1.5 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

11.1.6 - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,

e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

11.1.7 - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos;

11.1.8 - Elaborar o relatório final de que trata a com as informações obtidas durante a execução do contrato;

11.1.9 - Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

11.1.10 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

11.1.11 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

11.2 - Fica Nomeado como Fiscal do Contrato: LEONARDO JOSÉ DE MELO

11.2.1 – Atribuições do Fiscal de Contratos:

- 1 – Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- 2 – Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- 3 – Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- 4 – Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo); 5 – Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo).
- 6 – Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas (assinadas) ao Setor de Contabilidade, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- 7 – Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- 8 – Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- 9 – Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

12. VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/CONTRATO

12. A Autorização de Fornecimento será emitida imediatamente assim que a Secretaria de Administração, autorizar a execução do objeto licitado ao setor de licitações via e-mail adm@presidentenereu.sc.gov.br

Presidente Nereu, 10 de janeiro de 2024.

CÁSSIA F. B. DE MELO

Responsável por este Estudo Técnico Preliminar

E Termo de Referência

ELIANE SCHAUFELBERGER

Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024

ANEXO II – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO – EDITAL N. 01/2024			
Nome ou razão social:			
CPF ou CNPJ:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	UF:	CEP:
Telefone fixo:		Celular:	
E-mail:			
Banco:	C/C:	Agência:	
Representante legal, se for o caso de pessoa jurídica:			
CPF:		Telefone:	
Local da prestação do serviço, com endereço completo:			

A empresa descrita acima, vem requerer o seu credenciamento do serviço abaixo:

Item	Descrição	Valor
		R\$

Declaro, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital de Credenciamento e, especialmente, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade.

Apresento documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser feitas no endereço infra indicado, seja pessoalmente, por e-mail ou outro meio idôneo.

Nestes termos, requer o deferimento do credenciamento.

Em (local e data).

(Assinatura do credenciado, responsável legal ou procurador)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024
ANEXO III – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, através de seu representante legal o Sr. (a) _____, para cumprir os requisitos do edital, DECLARA, EXPRESSAMENTE, que:

1) cumpre e acata as normas estabelecidas no edital de credenciamento, estando plenamente ciente do teor e da extensão deste documento, que cumpre os requisitos de habilitação, que encaminha em anexo os documentos necessários;

2) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República de 1988;

() Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz (assinalar em caso afirmativo).

- 3) não é inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, independente de sua natureza e esfera governamental, nem está suspensa ou impedida de licitar ou contratar com no Estado de Santa Catarina;
- 4) não é estrangeira sem representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 5) não é autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo relacionado ao objeto desta licitação, incluindo autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, ou, ainda, empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 6) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 7) não possui, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 8) sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;
- 9) são verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal;
- 10) relacionado com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n.º 13.709/2018, DECLARA AINDA QUE:
- 10.1) é vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 10.2) as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;
- 10.3) as partes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

10.4) a CREDENCIADA declara que tem ciência da existência da LGPD e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

10.5) a CREDENCIADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir causar risco ou dano relevante aos Titulares de Dados Pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

Nestes termos, declara que as informações acima detalhadas são verdadeiras.

Em (local e data).

(Assinatura do credenciado, responsável legal ou procurador)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024
ANEXO IV – REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO DE DESCREDENCIAMENTO – EDITAL N.º 01/2024	
Nome ou razão social:	
CPF ou CNPJ:	
Telefone (c/ cod. área)	Celular (c/ cod. área)
E-mail:	
REPRESENTANTE LEGAL, se for o caso de pessoa jurídica:	
Nome:	
CPF:	

TELEFONE:	CELULAR:
-----------	----------

Declaro que cumpro e acato as normas estabelecidas no edital de credenciamento e que estou plenamente ciente da obrigação em executar os compromissos assumidos até a presente data.

Nestes termos, requer o deferimento do descredenciamento.

Em (local e data).

(Assinatura do credenciado, responsável legal ou procurador)

Obs.: Encaminhar assinado digitalmente aos endereços eletrônicos do subitem 2.3 do edital, ou protocolar na Prefeitura Municipal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2024
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2024
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
SERVIÇOS N.º XX, CELEBRADO ENTRE
O MUNICÍPIO DE TAIÓ E XX.

Processo administrativo n.º 01/2024
Credenciamento n.º 01/2024

Município De Presidente Nereu/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.699/0001-28, com sede administrativa na Praça Lehon, n.º 50, Centro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Celso Augusto Vieira, juntamente com Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 14.488.313/0001-45, com sede na Rua Papa João XIII, n.º 202 – Bairro Centro,

representado pela gestora a Sra. Eliane Schaufelberger, no uso de suas atribuições legais, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º..., com sede à Rua xx, n.º xx, Bairro xx, município de xx/xx, neste ato representado pelo Sr. xx, inscrito no CPF sob o n. xx, doravante denominada **CREDENCIADA**, tudo de conformidade com o processo de inexigibilidade/credenciamento, celebram entre si o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal n.º 14.133/21 e pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a Prestação de Serviços _____, na especialidade de _____, conforme autorização da Secretaria Municipal de Saúde e o edital de credenciamento n.º 01/2024.

1.1.1 As especificações da prestação de serviços para execução do objeto do presente contrato, encontram-se definidas no Anexo I – Termo de Referência, independentemente de suas transcrições, para todos os fins e efeitos legais, integram o presente Termo de Contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1.A **CREDENCIADA** prestará os serviços a **CONTRATANTE** conforme as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência), comprometendo-se a **CREDENCIADA** a executá-los durante o prazo de vigência do contrato, de acordo com a conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.

2.2. Qualquer serviço prestado apresente qualidade insatisfatória, não serão aceitos, comprometendo-se a **CREDENCIADA**, por sua conta, a refazê-lo, de acordo com as especificações deste contrato e seu Anexo I, sem que este fato acarrete qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

2.3.A execução do objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor xx designado pela Secretaria solicitante o qual será, também, responsável pela sua avaliação em relação a qualidade dos serviços prestados.

2.4.A **CREDENCIADA** deverá indicar um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do Contrato.

2.5.A **CREDENCIADA** deverá providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, relativas à execução do objeto deste Contrato.

2.6.A **CREDENCIADA** se obriga a executar o objeto do presente Contrato na condição, qualidade, quantidade e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), e do presente Contrato, no prazo e local determinados pelo **CONTRATANTE**, sejam estas:

2.6.1. Prestar o serviço de exames, consultas e/ ou outros procedimentos que contemplam este edital de credenciamento de acordo com o previsto neste

instrumento, com atendimento de qualidade a todas as pessoas que precisarem dos serviços;

2.6.2. Atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município, em horário de expediente normal pré-definido;

2.6.3. Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou ordem de serviço devidamente assinada pelo representante do Município;

2.6.4. Preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;

2.6.5. Registrar todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas às consultas formuladas pelo contratado;

2.6.5. Apresentar o documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e origem da execução do objeto para o qual foi contratado;

2.6.7. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação, devendo as consultas e os laudos serem realizados e assinados pela própria Credenciada;

2.6.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CREDENCIADA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;

2.6.9. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria de Saúde, cujas reclamações deve se obrigar a atender;

2.6.10. Manter durante toda a vigência deste credenciamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, bem como atualizar junto ao setor de licitações, quando houver modificação, os dados cadastrais, endereço, telefones, e-mails;

2.6.11. Comunicar a mudança de endereço do estabelecimento comercial, indicando novo endereço e apresentando cópia do alvará de funcionamento;

2.6.12. Comunicar, por mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de Saúde (saude@presidentenereu.sc.gov.br), a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do serviço, sugerindo as medidas para corrigir a situação;

2.6.13. Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do serviço.

2.7. A prestação de serviços executada pela **CREDENCIADA** estará sujeita à aceitação do **CONTRATANTE**, ao qual caberá o direito de recusa caso o mesmo não esteja de acordo com as especificações constantes deste contrato e seu Anexo I, ou caso se constate a qualidade insatisfatória dos mesmos.

2.8. O aceite do serviço será formalizado pelo **CONTRATANTE**, através da aposição de Atesto de Aceite na respectiva Nota Fiscal.

2.9. A **CREDENCIADA** ficará obrigada, às refazer os serviços, na parte que vier a ser

recusada, de modo a adequá-lo às especificações deste contrato e seu Anexo I (Termo de Referência), bem como às exigências de qualidade impostas em geral, sendo que o ato de recebimento do mesmo não importará na sua aceitação que, conforme a sua natureza, somente se consumará com o Atesto de Aceite emitido pelo **CONTRATANTE**.

2.10. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CREDENCIADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas no Edital da Licitação e seus Anexos, bem como no presente Termo Contratual.

2.11. A forma e o prazo de entrega dos serviços estabelecidos neste Contrato, poderão ser alterados, de modo a melhor adequá-los às necessidades do **CONTRATANTE**, mediante autorização do **CONTRATANTE**.

2.12. A execução do objeto deste Contrato será desenvolvida de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante entendimento prévio do **CONTRATANTE** salvo se de outra forma for determinado pelo **CONTRATANTE**, em atendimento à sua conveniência e necessidade, hipótese que, ocorrendo, será comunicada à **CREDENCIADA**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Importa o presente Contrato no valor estimado de **R\$ xx (.....)**, por consulta, para a execução do seu objeto, conforme previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda e Decreto Municipal.

3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CREDENCIADA**, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

3.2.1. O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado e aceito pelo **CONTRATANTE**.

3.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação, mediante apresentação pela **CREDENCIADA**, instruída com o necessário Atesto de Aceite da prestação dos serviços objeto deste contrato, firmado pelo **CONTRATANTE** na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste Contrato.

3.3.1 A **CREDENCIADA** poderá encaminhar a fatura por e-mail ao **CONTRATANTE**, que deverá confirmar seu recebimento, para efeito do item 3.3 desta cláusula.

3.3.2 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas no item 3.3 acarretará a interrupção do pagamento à **CREDENCIADA** até que seja suprida a exigência.

3.4. A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação ou na apresentação da respectiva fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à **CREDENCIADA** (artigo 92, inciso V, da Lei n.º 14.133/21).

3.5. Será descontado de pagamento devido pelo **CONTRATANTE** o valor de eventual multa imposta à **CREDENCIADA** em razão de infração ocorrida durante o contrato.

3.6. O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de atualização por meio de Decreto Municipal.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA ENTREGA

4.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 14.133/21, através de termo aditivo.

4.2. As condições de fornecimento do objeto são aquelas previstas no edital e Anexo I (Termo de Referência).

4.2.1. O ônus de prestar os serviços é exclusivo da **CREDENCIADA**. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não execução dos serviços ou para a execução além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. Durante a execução do objeto do Contrato, fica reservada ao **CONTRATANTE**, a autonomia para resolver, dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos neste contrato e seus Anexos.

5.2. O **CONTRATANTE** efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto deste Contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da **CREDENCIADA** que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de quaisquer dúvidas relativas ao fornecimento e aos serviços, tais como dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapas de registro e controle de serviços, etc.

5.2.1. A **CREDENCIADA** deverá acatar a fiscalização do **CONTRATANTE** quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

5.3. O acompanhamento efetuado pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz as responsabilidades da **CREDENCIADA** perante o **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em nada restringindo a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CREDENCIADA** no que concerne à execução do objeto deste Contrato e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

5.4. Qualquer comunicação do **CONTRATANTE** à **CREDENCIADA** deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar do seu recebimento, submetendo-se, a **CREDENCIADA**, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PRORROGAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1.O presente Contrato poderá, a critério do **CONTRATANTE** e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei n.º 14.133/21.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1.As obrigações do **CONTRATANTE** e da **CREDENCIADA** encontram-se as estabelecidas neste contrato, no edital de credenciamento e no Anexo I (Termo de Referência).

7.2.O custo decorrente do fornecimento dos serviços, inclusive o seu deslocamento e demais despesas, assim como quaisquer ônus, taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Contrato, correrão única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CREDENCIADA**.

7.3.Os danos e/ou prejuízos que venham a ocorrer serão ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo estipulado na notificação administrativa à **CREDENCIADA**, sob pena de multa.

7.4.Não obstante a emissão do Atesto de Aceite, ficará a **CREDENCIADA** obrigada a garantir a perfeita execução do objeto do Contrato, nos termos da legislação civil, penal e profissional, e das disposições constantes do Anexo I (Termo de Referência).

7.5.A **CREDENCIADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação (artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/21).

7.5.1. O Órgão Fiscalizador do **CONTRATANTE** ou os órgãos do **CONTRATANTE** responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal da **CREDENCIADA**.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto, a **CREDENCIADA** ficará sujeita às sanções administrativas descritas abaixo, além daquelas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), naquilo que couber, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n.º 14.133/21 e o Decreto Municipal n.º 8.206/23:

I - advertência;

II - multa que não poderá ser inferior a 0,5 %, por dia, limitada a 30 %, sobre o valor do serviço, pelo atraso no atendimento, na entrega do laudo ou no descumprimento

de quaisquer condições estabelecidas no edital e seus anexos, por motivo de força maior.

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo máximo de até 03 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. As multas previstas no item 8.1 têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado dano ou de imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente Contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, por ato unilateral e escrito, na forma do art. 138, I e §1º, da mesma Lei.

9.1.1. Constituem motivos para a extinção deste Contrato, além daqueles especificados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, o fato de a **CREDENCIADA**:

- a) sofrer protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade jurídico-financeira;
- b) quebrar o sigilo profissional;
- c) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições ora contratadas;
- d) vier a ser declarada inidônea ou punida com proibição de licitar por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

9.2. Quando a extinção ocorrer com base no art. 137, §2º, sem que haja culpa da **CREDENCIADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, na forma do art. 138, §2º, da Lei n.º 14.133/21.

9.3. A extinção do Contrato poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do artigo 138, II, da Lei n.º 14.133/21.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1. O **CONTRATANTE** e a **CREDENCIADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, informados como condição para participar de PROCESSO ADMINISTRATIVO ou ser contratado pela Administração.

10.1.1. As informações constarão no processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública

Municipal, fazendo parte do referido processo de contratação mediante ao fornecimento de consentimento pelo titular (artigo 7º da Lei n.º 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (artigo 23 da Lei n.º 13.709/2018).

10.2. O eventual acesso, pela **CREDENCIADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a **CREDENCIADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo.

10.2.1. Qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CREDENCIADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados, acarretará a imposição de pena de multa de até 2 % (dois por cento) do faturamento da empresa, a ser aplicada pela autoridade nacional de proteção de dados, na forma do artigo 52, inc. II, da Lei n.º 13.709/18.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS TRIBUTOS, DAS DESPESAS E DO DOCUMENTO FISCAL

11.1. Constituirá encargo exclusivo da **CREDENCIADA** o pagamento de tributos, custos e emolumentos decorrentes da execução deste Contrato, bem como de quaisquer despesas decorrentes da sua formalização, na ocasião da emissão da Nota Fiscal.

11.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Fundo Municipal de Saúde de Taió, CNPJ sob o n.º 11.433.441/0001-01 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do processo de credenciamento.

11.3. Quando for emitido o documento fiscal, a **CREDENCIADA** deverá enviar e-mail (pedidosau@presidentenereu.sc.gov.br) do referido documento, imediatamente após a emissão do mesmo.

11.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a **CREDENCIADA**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DESPESA

12.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta do orçamento do exercício de 2024, conforme a seguinte dotação:

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

13.1. O presente Contrato não pode ser objeto de cessão ou transferência, a qual-

quer título, no todo ou em parte.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>), no prazo estabelecido no artigo 94 da Lei n.º 14.133/21.

14.2. Após a publicação do presente instrumento será disponibilizada no Portal da Transparência do município de Presidente Nereu/SC.

14.2.1. Se houver, a via física original da **CRE-DENCIADA** ficará disponível para retirada no Departamento de Licitações e Contratos, pelo prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação, e será descartada após esse prazo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

15.1. O presente termo de contrato é ajustado na forma de contratação direta, com fundamento no art. 79 da Lei n.º 14.133/21, conforme justificativa constante do processo.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. O foro do presente Contrato será o da Comarca de Presidente Nereu/SC, excluindo qualquer outro.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo.

Presidente Nereu/SC, data.

**GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE**

CREDENCIADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:Nome:
CPF:

De Acordo:

Nome:
OAB:

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507445

DECRETO Nº 032/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DO MEMBRO
DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
QUILOMBO/SC.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.506/2015, de 26 de março de 2015 e Lei Municipal nº 3.065/2023, de 24 de março de 2023.

Considerando as eleições para o cargo de Conselheiro Tutelar que ocorreram em 01 de outubro de 2023;

Considerando o resultado das eleições do Conselho Tutelar, em 01 de outubro de 2023;

Considerando o Decreto de Convocação 022/2024, de 05 de janeiro de 2024;

Considerando o pedido de desistência do candidato **Lucas Luckmann Pasinato**, Protocolado sob nº 18015/2024 de 10 de janeiro de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado desistente da vaga o candidato **Lucas Luckmann Pasinato**, aprovado em 6º lugar para o cargo de membro do Conselho Tutelar dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

DECRETO Nº 033/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507451

DECRETO Nº 033/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024.**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SALETE OSOKOSKI BIASOLI PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE QUILOMBO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.506/2015, de 26 de março de 2015 e Lei Municipal nº 3.065/2023, de 24 de março de 2023.

Considerando as eleições para o cargo de Conselheiro Tutelar que ocorreram em 01 de outubro de 2023;

Considerando o resultado das eleições do Conselho Tutelar, em 01 de outubro de 2023;

Considerando o Decreto 032/2024 de 10 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a desistência do membro para compor o conselho tutelar;

Considerando que a posse de todos os Conselheiros Tutelares eleitos, deverá ocorrer no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha, conforme dispõe o Art. 139, §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a necessidade de capacitação dos novos membros do Conselho Tutelar conforme item 11.5 do Edital n. 01/2023/CMDCA;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada à suplente **Salette Osokoski Biasoli**, para tomar posse no cargo de membro do Conselho Tutelar, com mandato de 04 (quatro) anos, eleita em 7º lugar na eleição do dia 01 de outubro de 2023, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A candidata fica convocada a comparecer no Setor de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo no dia 12 (doze) de janeiro, portando todos os documentos requisitados pela administração, conforme segue abaixo;

- I – Carteira de Identidade;
- II – CPF;
- III – Título Eleitoral;
- IV – Comprovante de Quitação Militar – Dispensa – 3ª (se necessário);
- V – Comprovante de votação – Última Eleição;
- VI – Tipagem Sanguínea;
- VII – Registro Civil (casamento ou nascimento);
- VIII – Comprovante de Endereço;
- IX – Uma foto 3x4;
- X – Certidão Criminal no site do TJSC no sistema **EPROC** e **SAJ** de 1º e 2º grau, disponível no link: <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>
- XI – Certidão de Quitação Eleitoral www.tse.jus.br
- XII – Certidão de Crimes Eleitorais www.tse.jus.br

- XIII** – Certidão Negativa de Débitos junto ao município de Quilombo;
- XIV** – Laudo médico;
- XV** – Conta salário, CRESOL SANTIAGO (PEGAR DECLARAÇÃO NO RH);
- XVI** – Declaração de Incompatibilidade de Horário (pegar declaração no RH);
- XVII** – Declaração de ter sofrido ou não, penalidade disciplinar (pegar declaração no RH);
- XVIII** – Declaração de bens **OU** cópia da Declaração de Imposto de Renda (pegar modelo de declaração no RH);
- XIX** – Declaração que não exerce qualquer outra atividade pública ou privada, nos termos do Art. 38 da Resolução nº170, de 10 de dezembro de 20214, do CONANDA, (pegar declaração no RH);
- XX** – Telefone:
- XXI** – E-mail:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0021/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510805



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0021/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL IVANETE BISON E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 18014/2024, de 08 de janeiro de 2024.

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal, **Ivanete Bison** (19847), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, do dia 11 à 18 de janeiro de 2024, em período integral, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº. 1055/2023 - de 04 de agosto de 2023, restando a partir da execução desta, o saldo de 02 (dois) dias de férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº. 0023/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510811



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0023/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL SUELEN BIGOLIN BARBOZA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 18019/2024, de 10 de janeiro de 2024.

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal, **Suelen Bigolin Barboza** (19865), ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, no dia 15 de janeiro de 2024, no período vespertino, e do dia 16 à 19 de janeiro de 2024, no período integral, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº. 0045/2022 - de 24 de janeiro de 2022 e Portaria nº. 0030/2023 - de 13 de janeiro de 2023, restando a partir da execução desta, o saldo de zero dias de férias.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0025/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510732



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0025/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**DISPÕE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIDOR
CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS.**

Marta Maschio, Secretária Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando que o Art. 4º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023, estabelece que a responsabilidade pelo controle e gerência dos Veículos oficiais será exercida por cada Secretário Municipal que tenha a posse do veículo em sua Secretaria;

Considerando o estabelecido pelo Inciso I do Art.5º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor abaixo relacionado, a conduzir os veículos oficiais de transporte individual/coletivo de passageiros a serviço, que menciona, conforme segue:

I - Julio de Mello de Micheli - CNH 074*****

Veículos autorizados:

- a) FORD KA, placa: QJB 6875
- b) Grand Siena, placa: REP 6A18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

Marta Maschio
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devise
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0026/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510733



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0026/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.**DISPÕE AUTORIZAÇÃO PARA CONSELEIRA
TUTELAR CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS.**

Marta Maschio, Secretária Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando que o Art. 4º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023, estabelece que a responsabilidade pelo controle e gerência dos Veículos oficiais será exercida por cada Secretário Municipal que tenha a posse do veículo em sua Secretaria;

Considerando o estabelecido pelo Inciso I do Art.5º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a conselheira tutelar abaixo relacionada, a conduzir os veículos oficiais de transporte individual/coletivo de passageiros a serviço, que menciona, conforme segue:

I - Lucilde Alves - CNH 061*****

Veículos autorizados:

- a) Citroen Air Cross, placa: QID 1043
- b) FORD KA, placa: QJB 6875
- b) Grand Siena, placa: REP 6A18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

Marta Maschio
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devise
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0027/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510734



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0027/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.**DISPÕE AUTORIZAÇÃO PARA CONSELHEIRA
TUTELAR CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS.**

Marta Maschio, Secretária Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando que o Art. 4º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023, estabelece que a responsabilidade pelo controle e gerência dos Veículos oficiais será exercida por cada Secretário Municipal que tenha a posse do veículo em sua Secretaria;

Considerando o estabelecido pelo Inciso I do Art. 5º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a conselheira tutelar abaixo relacionada, a conduzir os veículos oficiais de transporte individual/coletivo de passageiros a serviço, que menciona, conforme segue:

I - Marli da Silva Dombrowski - CNH 053*****

Veículos autorizados:

- a) Citroen Air Cross, placa: QID 1043
- b) FORD KA, placa: QJB 6875
- b) Grand Siena, placa: REP 6A18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

Marta Maschio
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devise
Servidor Designado

PORTARIA Nº 0028/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510735



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0028/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**DISPÕE AUTORIZAÇÃO PARA CONSELHEIRO
TUTELAR CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS.**

Marta Maschio, Secretária Municipal de Assistência Social no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 67 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que §1º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal determina que o Prefeito poderá delegar por Decretos aos Secretários Municipais, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva;

Considerando que o Art. 4º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023, estabelece que a responsabilidade pelo controle e gerência dos Veículos oficiais será exercida por cada Secretário Municipal que tenha a posse do veículo em sua Secretaria;

Considerando o estabelecido pelo Inciso I do Art.5º do Decreto nº 094/2023, de 01 de março de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o conselheiro tutelar abaixo relacionado, a conduzir os veículos oficiais de transporte individual/coletivo de passageiros a serviço, que menciona, conforme segue:

I - Odinei Antunes Machado - CNH 045*****

Veículos autorizados:

- a) Citroen Air Cross, placa: QID 1043
- b) FORD KA, placa: QJB 6875
- b) Grand Siena, placa: REP 6A18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

Marta Maschio
Secretária Municipal de Assistência Social

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devise
Servidor Designado

PORTARIA N°. 0020/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5507502



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO

PORTARIA N°. 0020/2024 - DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

**DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DOS
DESPACHOS QUE MENCIONA.**

O Prefeito municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica do Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam Homologados os Despachos N°. 001/2024 - N°. 002/2024 - N°. 003/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0022/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510807



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0022/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE
SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
ANDRIELI FABONATTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal **Andrieli Fabonato** (20572), ocupante do cargo de Chefe de Programas, por determinação médica e conforme atestado, por 02 (dois) dias, nos dias 11 e 12 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, de 11 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

PORTARIA Nº.0024/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510816



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0024/2024 - DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUZANA
VERONICA GUIDOLIN MUNEROLI E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública **Suzana Veronica Guidonin Muneroli** (20630), ocupante do cargo de Assessor de Diretoria e Gerência, no dia 16 de janeiro de 2024, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº18016/2024, de 10 de janeiro de 2024.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de janeiro de 2024.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ___/01/2024
Lei Municipal 1087/1993

Anderson Cesar Peretti
Servidor Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

PORTARIA N° 007/2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação N° 5507409

PORTARIA N° 007/2024 DE 10 DE JANEIRO DE 2024

NOMEIA MEMBROS PARA MANDATO NO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Rio das Antas, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.253, de 23/03/2023 e alterações posteriores, bem como o processo de eleição unificada 2023, iniciado e concluído pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no Edital 01/2023-CMDCA, para MANDATO DE QUATRO ANOS conforme normas em vigor, em especial a Lei Federal nº 8.069/1990 de 13/07/90 e Resolução Conanda nº 231/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os membros do Conselho Tutelar do Município de Rio das Antas, eleitos para mandato de quatro anos, com início em 10/01/2024 e fim em 09/01/2028, conforme abaixo:

CONSELHEIROS (AS) TITULARES

TAIMARA MARIA RIBEIRO

SIRLEI CORREA

RHAISSA GABRIELI MISTURINI

HELOISA MAIA DE OLIVEIRA

CARLOS ALEXANDRE WROBLESKI

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, SC, 10 de janeiro de 2024.

SELMIR PAULO BODANESE

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO - MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

Publicação Nº 5508904

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no horário das 07:30h às 11:30h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação na função de Educador Social – 40 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 001/2023.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2024.

Confirmação Recebimento (assinatura):

_____ / _____ / _____

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PRIMEIRO APOSTILAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023

Publicação Nº 5507647

ATO ORDINATÓRIO DE APOSTILAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54, DE 04 DE SETEMBRO DE 2023.

CONTRATADO: DOCKHORN MEDICINA LTDA
1º AP CT 54/2023

Em conformidade com o que dispõe o artigo 65, I, “a”, da Lei 8.666/93 e tendo em vista que o contrato mencionado em epígrafe, necessita de adequações técnicas a fim de viabilizar a realização de pagamentos em função das dotações consignadas no orçamento atualmente vigente (2024), é expedido o presente ato ordinatório, unilateral, a fim de DETERMINAR o apostilamento das seguintes dotações:

Dotação: [2024] 274 - 10.001.2014.3339039500000000000.150010020000

O presente ato deverá ser publicado na forma regulamentar e arquivado a margem do contrato administrativo em epígrafe.
P.R.I.A.C.-se.
Rio dos Cedros, 04 de Janeiro de 2024.

Paulo Bindelli
Secretário de Fazenda

SEGUNDO APOSTILAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº CORREIO 36929592, DE 04 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507639

ATO ORDINATÓRIO DE APOSTILAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PROCESSO CORREIO 53157.012963/2019-57 DOCUMENTO 36929592

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
2º AP CT CORREIO

Em conformidade com o que dispõe o artigo 65, I, “a”, da Lei 8.666/93 e tendo em vista que o contrato mencionado em epígrafe, necessita de adequações técnicas a fim de viabilizar a realização de pagamentos em função das dotações consignadas no orçamento atualmente vigente (2023), é expedido o presente ato ordinatório, unilateral, a fim de DETERMINAR o apostilamento das seguintes dotações:

Dotação: [2024] 65 - 03.006.2004.3339039990000000000.150070000000

O presente ato deverá ser publicado na forma regulamentar e arquivado a margem do contrato administrativo em epígrafe.
P.R.I.A.C.-se.
Rio dos Cedros, 04 de janeiro de 2024.

Paulo Bindelli
Secretário de Fazenda

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 15636 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508851

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 4º da Lei nº 3864 de 19 de dezembro de 2023;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
Unidade	002 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.2032	
Programa	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Projeto/Atividade	2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
Despesa	3393000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos	R\$ 20,00
Fonte/Recurso	150070000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal no 4320/1964, a Anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
Unidade	002 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
Funcional Programática:	03.002.0004.0122.0003.2032	
Programa	0003 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Projeto/Atividade	2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
Despesa	3390000000 - Aplicações diretas	R\$ 20,00
Fonte/Recurso	150070000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE Rio Negrinho, 11 de janeiro de 2024.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal
FLAVIA ODORIZZI HACKE – Secretária Municipal de Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang - Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos.

PORTARIA Nº 28198 DE 08 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507508

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 72, de 10 de abril de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 75/2013, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, e considerando o Requerimento do servidor, sob protocolo nº 57/2024;

RESOLVE

RESCINDIR a pedido, o contrato temporário de trabalho do servidor CARLOS ALVES DA SILVA, matrícula nº 45726-1, admitido em caráter temporário pela portaria nº 26137/2022, na função de Monitor de Serviços Educacionais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação,

com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir desta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 08 de janeiro de 2024.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA Nº 28199 DE 09 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507513

EXONERA A PEDIDO CHEFE DE DIVISÃO

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo inciso XI do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do inciso II do art. 44 da Lei Complementar nº 16/2000 e considerando a solicitação do servidor através do requerimento protocolado sob nº 83/2024;

RESOLVE

EXONERAR a pedido, nos termos da Lei Complementar nº 16/2000, o servidor HUDNEY LINDNER, matrícula nº 45633-1, do cargo de Chefe da Divisão de Oficinas e de Manutenção, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, do quadro de cargos de provimento em comissão da Administração Direta do Município, a contar de 08 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 09 de janeiro de 2024.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no átrio desta Prefeitura Municipal.
Cirlene Lang – Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Rio Rufino

PREFEITURA

3ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

Publicação Nº 5507962

3ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023.

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em razão da homologação do referido Concurso Público nº 01/2023 da necessidade da Administração Pública e, ainda, em obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, tornam público, a CONVOCAÇÃO do(s) classificado(s), abaixo descrito(s), no Concurso Público nº 01/2023, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

CONVOCAÇÃO

O(s) candidato(s) classificado(s) no Concurso Público nº 01/2023, homologado conforme resultado final, publicado em 04/12/2023, para os cargos abaixo relacionados e pertinentes aos requisitos mencionados neste edital, fica(m) convocado(s) a fim de compareça(m) perante a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na sede da prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, sito à Avenida José Oselame, nº 209, CEP 88.658-000, com finalidade de, no dia e horário abaixo especificado para cada cargo, manifestar interesse na vaga a ser oferecida pela Municipalidade e posteriormente, com a devida aceitação, tomar posse em seu respectivo cargo. O(s) (as) candidato(s) (as) ora convocado(s) (as) deverá (ão), providenciar todos os documentos abaixo relacionados:

- a) comprovação da nacionalidade brasileira;
- b) cópia e original ou cópia autenticada do Título de Eleitor e Certidão Negativa comprovando que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos, expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato for ou esteve domiciliado nos últimos 05(cinco) anos;
- c) cópia e original ou cópia autenticada do Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- d) cópia e original ou cópia autenticada do Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);
- e) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;
- f) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;
- g) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- h) cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP E Carteira de Trabalho;
- i) 01 (uma) foto (3x4), recente e sem uso prévio.
- j) cópia e original ou cópia autenticada do Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu, e quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe.
- l) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os cargos de Motorista I (categoria D, tabela do item 1.1.3. do edital do referido concurso público);
- m) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho (poderá, ainda, serem solicitados exames complementares, caso o profissional da saúde julgue necessário);
- n) cópia do comprovante de residência (comprovante de residência em nome de outra pessoa, deverá apresentar declaração com firma reconhecida em cartório).
- o) certidão Negativa Criminal comprovando que o candidato não foi condenado por crimes contra o Patrimônio, contra os Costumes, contra a Fé Pública e contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado; e Certidão Negativa Cível de que não foi condenado em processos de execução de qualquer natureza e execuções fiscais, bem como pertinentes a privação de seus direitos civis, com sentença transitada em julgado, expedidas pela distribuição do FORUM da Comarca onde for ou esteve domiciliado o candidato nos últimos 05 (cinco) anos, ou via internet caso o respectivo tribunal emita, a fim de comprovar o pleno exercício de seus direito civis e não registrar antecedentes criminais e cíveis antes mencionados;
- p) declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal; (modelo anexo).
- q) declaração de Bens e Valores; (modelo anexo)
- r) declaração de dependentes para imposto de renda. (modelo anexo)
- s) comprovante de conta para recebimento ou Sicoob (Rio Rufino) ou Banco Brasil.

A entrega dos documentos deverá ocorrer no prazo de 15 dias contados da data de publicação desta convocação, sendo aceito uma prorrogação. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento no horário e data abaixo descritos, implicará na desclassificação automática do(s) candidato(s) ora convocado(s).

Segue relação dos candidatos classificados que deverão comparecer à Secretária acima informada.

Motorista

Nome	Aceita ou Desiste da vaga ofertada	Assinatura
CLAUDIONEI MELO DE LIZ	Sim()	
	Não()	
	Ausente()	

Rio Rufino (SC), 11 de janeiro de 2024.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do RG
_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da
Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() percebo APOSENTADORIA relativa ao cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____.

() NÃO MANTENHO outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual, ou
municipal, que impeça minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino na função de _____.
Caso venha a assumir vínculo nestas condições, assumo o compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo
máximo de 5 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____
_____, sujeito(a) a carga horária de
_____ horas semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo discriminados e conforme declaração anexa expedida por _____.

Rio Rufino (SC) ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE BENS
Exercício 2024

Eu, _____, portador(a) do RG
_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públi-
cos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() Não possuo bens.

() Possuo os seguintes bens:

Rio Rufino (SC) ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES
IMPOSTO DE RENDA

Podem ser Dependentes, para efeito do Imposto de Renda :

- 1- Companheiro (a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge;
- 2- Filho (a) ou enteado (a) até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 3- Filho (a) ou enteado(a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos ;
- 4- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 5- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
- 6- Pais, avós e bisavós que, em 2007, tenham recebido rendimentos , tributáveis ou não, até R\$ 14.992,32;
- 7- Menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
- 8- Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

Filho de pais separados:

I- O contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que fiquem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Nesse caso, deve oferecer à tributação, na sua declaração os rendimentos recebidos pelos filhos, inclusive a importância recebida do ex-cônjuge a título de pensão alimentícia;

II- O responsável pelo pagamento da pensão alimentícia pode deduzir o valor efetivamente pago a este título, sendo vedada a dedução do valor correspondente ao dependente, exceto no caso de separação judicial ocorrida em 2007, quando podem ser deduzidos, nesse ano, os valores relativos a dependente e a pensão alimentícia.

O fato de os dependentes receberem no ano-calendário rendimentos tributáveis ou não, não descaracteriza essa condição, desde que tais rendimentos sejam somados aos do declarante.

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() não possuo dependentes;

() possuo os seguintes dependentes;

DADOS	DO	DEPENDENTE
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Assumo inteira responsabilidade pela exatidão das informações contidas nesta declaração e comprometo-me a comunicar qualquer alteração que venha ocorrer.

Rio Rufino (SC) _____ de _____ de 2024.

Assinatura do classificado

4ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

Publicação Nº 5507966

4ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023.

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em razão da homologação do referido Concurso Público nº 01/2023 da necessidade da Administração Pública e, ainda, em obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, tornam público, a CONVOCAÇÃO do(s) classificado(s), abaixo descrito(s), no Concurso Público nº 01/2023, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

CONVOCAÇÃO

O(s) candidato(s) classificado(s) no Concurso Público nº 01/2023, homologado conforme resultado final, publicado em 04/12/2023, para os cargos abaixo relacionados e pertinentes aos requisitos mencionados neste edital, fica(m) convocado(s) a fim de compareça(m) perante a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na sede da prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, sito à Avenida José Oselame, nº 209, CEP 88.658-000, com finalidade de, no dia e horário abaixo especificado para cada cargo, manifestar interesse na vaga a ser oferecida pela Municipalidade e posteriormente, com a devida aceitação, tomar posse em seu respectivo cargo. O(s) (as) candidato(s) (as) ora convocado(s) (as) deverá (ão), providenciar todos os documentos abaixo relacionados:

- comprovação da nacionalidade brasileira;
- cópia e original ou cópia autenticada do Título de Eleitor e Certidão Negativa comprovando que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos, expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato for ou esteve domiciliado nos últimos 05(cinco) anos;
- cópia e original ou cópia autenticada do Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- cópia e original ou cópia autenticada do Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);
- cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;
- cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;
- cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP E Carteira de Trabalho;
- 01 (uma) foto (3x4), recente e sem uso prévio.
- cópia e original ou cópia autenticada do Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu, e quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe.
- cópia e original ou cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os cargos de Motorista I (categoria D, tabela do item 1.1.3. do edital do referido concurso público);
- atestado médico admissional expedido por médico do trabalho (poderá, ainda, serem solicitados exames complementares, caso o profissional da saúde julgue necessário);
- cópia do comprovante de residência (comprovante de residência em nome de outra pessoa, deverá apresentar declaração com firma reconhecida em cartório).
- certidão Negativa Criminal comprovando que o candidato não foi condenado por crimes contra o Patrimônio, contra os Costumes, contra a Fé Pública e contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado; e Certidão Negativa Cível de que não foi condenado em processos de execução de qualquer natureza e execuções fiscais, bem como pertinentes a privação de seus direitos civis, com sentença transitada em julgado, expedidas pela distribuição do FORUM da Comarca onde for ou esteve domiciliado o candidato nos últimos 05 (cinco) anos, ou via internet caso o respectivo tribunal emita, a fim de comprovar o pleno exercício de seus direitos civis e não registrar antecedentes criminais e cíveis antes mencionados;
- declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal; (modelo anexo).
- declaração de Bens e Valores; (modelo anexo)
- declaração de dependentes para imposto de renda. (modelo anexo)
- comprovante de conta para recebimento ou Sicoob (Rio Rufino) ou Banco Brasil.

A entrega dos documentos deverá ocorrer no prazo de 15 dias contados da data de publicação desta convocação, sendo aceito uma prorrogação. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento no horário e data abaixo descritos, implicará na desclassificação automática do(s) candidato(s) ora convocado(s).

Segue relação dos candidatos classificados que deverão comparecer à Secretária acima informada.

Fiscal	de	Obras	e	Posturas
Nome	Aceita ou Desiste da vaga ofertada		Assinatura	
GETÚLIO FRANCISCO TEIXEIRA NETO	Sim() Não() Ausente()			

Rio Rufino (SC), 11 de janeiro de 2024.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() percebo APOSENTADORIA relativa ao cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____.

() NÃO MANTENHO outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual, ou municipal, que impeça minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino na função de _____. Caso venha a assumir vínculo nestas condições, assumo o compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____, sujeito(a) a carga horária de _____ horas semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo discriminados e conforme declaração anexa expedida por _____.

Rio Rufino (SC) ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE BENS
Exercício 2024

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() Não possuo bens.

() Possuo os seguintes bens:

Rio Rufino (SC) ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES
IMPOSTO DE RENDA

Podem ser Dependentes, para efeito do Imposto de Renda :

- 1- Companheiro (a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge;
- 2- Filho (a) ou enteado (a) até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 3- Filho (a) ou enteado(a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos ;
- 4- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 5- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
- 6- Pais, avós e bisavós que, em 2007, tenham recebido rendimentos , tributáveis ou não, até R\$ 14.992,32;
- 7- Menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
- 8- Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

Filho de pais separados:

I- O contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que ficarem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Nesse caso, deve oferecer à tributação, na sua declaração os rendimentos recebidos pelos filhos, inclusive a importância recebida do ex-cônjuge a título de pensão alimentícia;

II- O responsável pelo pagamento da pensão alimentícia pode deduzir o valor efetivamente pago a este título, sendo vedada a dedução do valor correspondente ao dependente, exceto no caso de separação judicial ocorrida em 2007, quando podem ser deduzidos, nesse ano, os valores relativos a dependente e a pensão alimentícia.

O fato de os dependentes receberem no ano-calendário rendimentos tributáveis ou não, não descaracteriza essa condição, desde que tais rendimentos sejam somados aos do declarante.

Eu, _____, portador(a) do RG

_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() não possuo dependentes;

() possuo os seguintes dependentes;

DADOS DO DEPENDENTE

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Assumo inteira responsabilidade pela exatidão das informações contidas nesta declaração e comprometo-me a comunicar qualquer alteração que venha ocorrer.

Rio Rufino (SC) _____ de _____ de 2024.

Assinatura do classificado

5ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

Publicação Nº 5507990

5ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023.

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em razão da homologação do referido Concurso Público nº 01/2023 da necessidade da Administração Pública e, ainda, em obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, tornam público, a CONVOCAÇÃO do(s) classificado(s), abaixo descrito(s), no Concurso Público nº 01/2023, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

CONVOCAÇÃO

O(s) candidato(s) classificado(s) no Concurso Público nº 01/2023, homologado conforme resultado final, publicado em 04/12/2023, para os cargos abaixo relacionados e pertinentes aos requisitos mencionados neste edital, fica(m) convocado(s) a fim de compareça(m) perante a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, sito à Avenida José Oselame, nº 209, CEP 88.658-000, com finalidade de, no dia e horário abaixo especificado para cada cargo, manifestar interesse na vaga a ser oferecida pela Municipalidade e posteriormente, com a devida aceitação, tomar posse em seu respectivo cargo. O(s) (as) candidato(s) (as) ora convocado(s) (as) deverá (ão), providenciar todos os documentos abaixo relacionados:

a) comprovação da nacionalidade brasileira;

b) cópia e original ou cópia autenticada do Título de Eleitor e Certidão Negativa comprovando que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos, expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato for ou esteve domiciliado nos últimos 05(cinco) anos;

c) cópia e original ou cópia autenticada do Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

d) cópia e original ou cópia autenticada do Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);

e) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

f) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;

g) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade;

h) cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP E Carteira de Trabalho;

i) 01 (uma) foto (3x4), recente e sem uso prévio.

j) cópia e original ou cópia autenticada do Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu, e quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe.

l) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os cargos de Motorista I (categoria D, tabela do item 1.1.3. do edital do referido concurso público);

m) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho (poderá, ainda, serem solicitados exames complementares, caso o profissional da saúde julgue necessário);

n) cópia do comprovante de residência (comprovante de residência em nome de outra pessoa, deverá apresentar declaração com firma reconhecida em cartório).

o) certidão Negativa Criminal comprovando que o candidato não foi condenado por crimes contra o Patrimônio, contra os Costumes, contra a Fé Pública e contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado; e Certidão Negativa Cível de que não foi condenado em processos de execução de qualquer natureza e execuções fiscais, bem como pertinentes a privação de seus direitos civis, com sentença

transitada em julgado, expedidas pela distribuição do FORUM da Comarca onde for ou esteve domiciliado o candidato nos últimos 05 (cinco) anos, ou via internet caso o respectivo tribunal emita, a fim de comprovar o pleno exercício de seus direitos civis e não registrar antecedentes criminais e cíveis antes mencionados;

p) declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal; (modelo anexo).

q) declaração de Bens e Valores; (modelo anexo)

r) declaração de dependentes para imposto de renda. (modelo anexo)

s) comprovante de conta para recebimento ou Sicoob (Rio Rufino) ou Banco Brasil.

A entrega dos documentos deverá ocorrer no prazo de 15 dias contados da data de publicação desta convocação, sendo aceito uma prorrogação. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento no horário e data abaixo descritos, implicará na desclassificação automática do(s) candidato(s) ora convocado(s).

Segue relação dos candidatos classificados que deverão comparecer à Secretária acima informada.

Operador de Equipamentos

Nome	Aceita ou Desiste da vaga ofertada	Assinatura
LUIZ HENRIQUE BORGES	Sim() Não() Ausente()	

Rio Rufino (SC), 11 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do RG

_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() percebo APOSENTADORIA relativa ao cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____.

() NÃO MANTENHO outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual, ou municipal, que impeça minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino na função de _____. Caso venha a assumir vínculo nestas condições, assumo o compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____, sujeito(a) a carga horária de _____ horas semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo discriminados e conforme declaração anexa expedida por _____.

Rio Rufino (SC) ____ de ____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE BENS

Exercício 2024

Eu, _____, portador(a) do RG

_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() Não possuo bens.

() Possuo os seguintes bens:

Rio Rufino (SC) ____ de ____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES

IMPOSTO DE RENDA

Podem ser Dependentes, para efeito do Imposto de Renda :

- 1- Companheiro (a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge;
- 2- Filho (a) ou enteado (a) até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 3- Filho (a) ou enteado(a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos ;
- 4- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 5- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
- 6- Pais, avós e bisavós que, em 2007, tenham recebido rendimentos , tributáveis ou não, até R\$ 14.992,32;
- 7- Menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
- 8- Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

Filho de pais separados:

I- O contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que fiquem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Nesse caso, deve oferecer à tributação, na sua declaração os rendimentos recebidos pelos filhos, inclusive a importância recebida do ex-cônjuge a título de pensão alimentícia;

II- O responsável pelo pagamento da pensão alimentícia pode deduzir o valor efetivamente pago a este título, sendo vedada a dedução do valor correspondente ao dependente, exceto no caso de separação judicial ocorrida em 2007, quando podem ser deduzidos, nesse ano, os valores relativos a dependente e a pensão alimentícia.

O fato de os dependentes receberem no ano-calendário rendimentos tributáveis ou não, não descaracteriza essa condição, desde que tais rendimentos sejam somados aos do declarante.

Eu, _____, portador(a) do RG

_____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

() não possuo dependentes;

() possuo os seguintes dependentes;

DADOS DO DEPENDENTE

NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Assumo inteira responsabilidade pela exatidão das informações contidas nesta declaração e comprometo-me a comunicar qualquer alteração que venha ocorrer.

Rio Rufino (SC) ____ de ____ de 2024.

Assinatura do classificado

6ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

Publicação Nº 5508436

6ª CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023.

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, em razão da homologação do referido Concurso Público nº 01/2023 da necessidade da Administração Pública e, ainda, em obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, tornam público, a CONVOCAÇÃO do(s) classificado(s), abaixo descrito(s), no Concurso Público nº 01/2023, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

CONVOCAÇÃO

O(s) candidato(s) classificado(s) no Concurso Público nº 01/2023, homologado conforme resultado final, publicado em 04/12/2023, para os cargos abaixo relacionados e pertinentes aos requisitos mencionados neste edital, fica(m) convocado(s) a fim de compareça(m) perante a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, na sede da prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, sito à Avenida José Oselame, nº 209, CEP 88.658-000, com finalidade de, no dia e horário abaixo especificado para cada cargo, manifestar interesse na vaga a ser oferecida pela Municipalidade e posteriormente, com a devida aceitação, tomar posse em seu respectivo cargo. O(s) (as) candidato(s) (as) ora convocado(s) (as) deverá (ão), providenciar todos os documentos abaixo relacionados:

a) comprovação da nacionalidade brasileira;

b) cópia e original ou cópia autenticada do Título de Eleitor e Certidão Negativa comprovando que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos, expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato for ou esteve domiciliado nos últimos 05(cinco) anos;

c) cópia e original ou cópia autenticada do Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

d) cópia e original ou cópia autenticada do Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);

e) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

f) cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;

- g) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade;
- h) cópia e original do comprovante de inscrição no PIS/PASEP E Carteira de Trabalho;
- i) 01 (uma) foto (3x4), recente e sem uso prévio.
- j) cópia e original ou cópia autenticada do Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu, e quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe.
- l) cópia e original ou cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para os cargos de Motorista I (categoria D, tabela do item 1.1.3. do edital do referido concurso público);
- m) atestado médico admissional expedido por médico do trabalho (poderá, ainda, serem solicitados exames complementares, caso o profissional da saúde julgue necessário);
- n) cópia do comprovante de residência (comprovante de residência em nome de outra pessoa, deverá apresentar declaração com firma reconhecida em cartório).
- o) certidão Negativa Criminal comprovando que o candidato não foi condenado por crimes contra o Patrimônio, contra os Costumes, contra a Fé Pública e contra a Administração Pública, com sentença transitada em julgado; e Certidão Negativa Cível de que não foi condenado em processos de execução de qualquer natureza e execuções fiscais, bem como pertinentes a privação de seus direitos civis, com sentença transitada em julgado, expedidas pela distribuição do FORUM da Comarca onde for ou esteve domiciliado o candidato nos últimos 05 (cinco) anos, ou via internet caso o respectivo tribunal emita, a fim de comprovar o pleno exercício de seus direitos civis e não registrar antecedentes criminais e cíveis antes mencionados;
- p) declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal; (modelo anexo).
- q) declaração de Bens e Valores; (modelo anexo)
- r) declaração de dependentes para imposto de renda. (modelo anexo)
- s) comprovante de conta para recebimento ou Sicoob (Rio Rufino) ou Banco Brasil.

A entrega dos documentos deverá ocorrer no prazo de 15 dias contados da data de publicação desta convocação, sendo aceito uma prorrogação. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento no horário e data abaixo descritos, implicará na desclassificação automática do(s) candidato(s) ora convocado(s).

Segue relação dos candidatos classificados que deverão comparecer à Secretária acima informada.

F	a	r	m	a	c	ê	u	t	i	c	o
Nome	Aceita ou Desiste da vaga ofertada							Assinatura			
DEBORA NANDI MACHADO	Sim() Não() Ausente()										

Rio Rufino (SC), 11 de dezembro de 2023.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza
Diretora de Administração Geral DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() percebo APOSENTADORIA relativa ao cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____.

() NÃO MANTENHO outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual, ou municipal, que impeça minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino na função de _____. Caso venha a assumir vínculo nestas condições, assumo o compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____, sujeito(a) a carga horária de _____ horas semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo discriminados e conforme declaração anexa expedida por _____.

Rio Rufino (SC) ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE BENS
Exercício 2024

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

- () Não possuo bens.
- () Possuo os seguintes bens:

Rio Rufino (SC) ____ de ____ de 2024.

Assinatura do Classificado

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES
IMPOSTO DE RENDA

Podem ser Dependentes, para efeito do Imposto de Renda :

- 1- Companheiro (a) com quem o contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 anos, ou cônjuge;
- 2- Filho (a) ou enteado (a) até 21 anos de idade, ou, em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 3- Filho (a) ou enteado(a) universitário ou cursando escola técnica de segundo grau, até 24 anos ;
- 4- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto(a), sem arrimo dos pais, de quem o contribuinte detenha a guarda judicial, até 21 anos, ou em qualquer idade, quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;
- 5- Irmão (ã), neto (a) ou bisneto (a), sem arrimo dos pais, com idade de 21 anos até 24 anos, se ainda estiver cursando estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau, desde que o contribuinte tenha detido sua guarda judicial até os 21 anos;
- 6- Pais, avós e bisavós que, em 2007, tenham recebido rendimentos , tributáveis ou não, até R\$ 14.992,32;
- 7- Menor pobre até 21 anos que o contribuinte crie e eduque e de quem detenha a guarda judicial;
- 8- Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

- Filho de pais separados:
- I- O contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que ficarem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Nesse caso, deve oferecer à tributação, na sua declaração os rendimentos recebidos pelos filhos, inclusive a importância recebida do ex-cônjuge a título de pensão alimentícia;
- II- O responsável pelo pagamento da pensão alimentícia pode deduzir o valor efetivamente pago a este título, sendo vedada a dedução do valor correspondente ao dependente, exceto no caso de separação judicial ocorrida em 2007, quando podem ser deduzidos, nesse ano, os valores relativos a dependente e a pensão alimentícia.
- O fato de os dependentes receberem no ano-calendário rendimentos tributáveis ou não, não descaracteriza essa condição, desde que tais rendimentos sejam somados aos do declarante.

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, que:

- () não possuo dependentes;
- () possuo os seguintes dependentes;

DADOS	DO	DEPENDENTE
NOME	GRAU DE PARENTESCO	DATA DE NASCIMENTO

Assumo inteira responsabilidade pela exatidão das informações contidas nesta declaração e comprometo-me a comunicar qualquer alteração que venha ocorrer.

Rio Rufino (SC) ____ de ____ de 2024.

Assinatura do classificado

DECRETO Nº 707, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507997

DECRETO Nº 707,
de 11 de janeiro de 2024.

“REVOGA DECRETO 001 DE 10 DE JANEIRO DE 2024”

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que houve erro na sequência numérica de publicação.

DECRETA

Artigo 1º. Fica revogado o Decreto 001 de 10 de janeiro de 2024.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Rio Rufino (SC), 11 de janeiro de 2024.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração Geral

DECRETO Nº 708, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508001

DECRETO Nº 708,
de 11 de janeiro de 2024.

“NOMEIA CONSELHEIROS (A) TUTELARES PARA O QUADRIÊNIO 2024 A 2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ERLON TANCREDO COSTA, prefeito do Município de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e artigo 44, da LEI Municipal nº 522, de 14 de junho de 2013;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cuja regulamentação em âmbito municipal se dá através da Lei Municipal nº 522, de 14 de junho de 2013;

CONSIDERANDO o resultado da votação da eleição para a escolha dos Conselheiros Tutelares ocorrida na data de 1º de outubro de 2023.
DECRETA

Artigo 1º. Ficam nomeados, para a função de Conselheiro(a) Tutelar, para o quadriênio 2024 a 2027, nos termos do artigo 44, da Lei Municipal nº 522 d 14 de junho de 2024:

I – SILVIA MARIA DA LUZ NURNBERGUI;

II – GIZELLI DA SILVA PIRES DE MORES;

III – JAIRANA GUIZONI;

IV – IDEOMAR PEREIRA DA SILVA; e

V- FRANCIELLE DOS PASSOS.

Parágrafo único. Os demais candidatos que participaram da eleição, respeitada a ordem decrescente de votação, estipulada na eleição unificada ocorrida na data de 1 de outubro de 2023, são considerados suplentes, desde que tenham obtido no mínimo 1 (um) voto.

Artigo 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 10 de janeiro de 2024.

Encaminhado para publicação no DOM em
11/1/2024

Mariana Rodrigues de Souza

Diretora de Administração GeralRio Rufino (SC), 11 de janeiro de 2024.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507612

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 484B98035FA2941E1C958745F64242F898667E9D

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 10º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 15. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 1.989,68. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507617

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6BAE5B8E4565DB9A66A5BFF1F6D0DB2925CC3487

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 11º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 16. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 2.487,10. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507623

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08B25A713062FB047F48A1A685D65B7F17103A4C

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 12º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 17. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 1.325,32. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507571

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B64B009F91B5759AB044ED43EBFD99D1F8C8AA1

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 2º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 13. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 1.380,15. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507579

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0ABB809D319E5889CAE45FCE62FC6B095592F319

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 3º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 3. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 3.394,68. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2023

Publicação Nº 5507627

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8DEBFA6AE252360A4CE92DA8190456B9BC9826C1

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 4º termo aditivo ao contrato Nº 62/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 22. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 858,06. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507584

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B64E698E75E7F086AB3A0D517321CB1E934D6D2

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 4º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 8. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 6.796,00. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2023

Publicação Nº 5507631

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1C76C9FDF8A63544E2FC845B7B2A8924C38AF83C
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 5º termo aditivo ao contrato Nº 62/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 22. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 1.165,58. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507589

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 30533B3DC66F8CB7485885A9E04DE92DD9DF637A
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 5º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 19. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 2.264,16. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62/2023

Publicação Nº 5507638

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65CEE183548EE1E377EA7227F8B1292BF5B7509
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 6º termo aditivo ao contrato Nº 62/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 22. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 717,28. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507592

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B380699435721669784EFAB27D50EA1E13DCA08D
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 6º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 14. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 2.487,10. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507597

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4513059D936B1DBF0C0DF5B73010F87133FBB2A8
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 7º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 13. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 2.487,10. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507602

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D4B4B19041DB2BF45AB8A1F6B6A5BBA384A6CA94
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 8º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 13. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 2.930,80. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 71/2023

Publicação Nº 5507607

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5482A7027727FC6B42126BD0F8A2E7E68EFCDD946
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato 9º termo aditivo ao contrato Nº 71/2023 ref. Tomada de preço 09/2023. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP. Objeto: Aditivo de objeto do lote 4. Valor a ser acrescido no contrato original: R\$ 4.976,75. Rodeio 20 de dezembro de 2023. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.820

Publicação Nº 5508742

DECRETO Nº 4.820/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, Chefe do Poder Executivo do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista; considerando a frequente necessidade de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros; considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais, DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores:

- I – Juarez Furtado – Prefeito Municipal;
- II – Valdinei Gregol – Técnico Administrativo I;
- III – Nadir Luiz Pandolfo – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- IV – Andrieli Rotava – Procuradora do Município;
- V – Jane Maira Joris – Secretária Municipal de Saúde;
- VI – Ivandro Roberto Moras – Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- VII – Lilian de Souza de Oliveira – Agente de Combate de Endemias;
- VIII – Saul Fernando Ristow – Secretária Municipal de Administração e Fazenda;
- IX – Jurema Maria Isaías – Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;
- X – Marcelo Furtado – Procurador Geral;
- XI – Nilson Schaeffer - ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;
- XII – Jurandir de Souza Machado - ocupante do cargo de Zelador;
- XIII- Robson Luiz Scholtze - ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;
- XIV – Leonir Marcos Rodrigues da Fonseca – operador de máquinas;
- XV - Josenei Sasset - ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade;
- XVI - Lucimar Luiz Ferrari - ocupante do cargo de Contador;
- XVII – Valmor Giotto – Operador de Máquinas;
- XVIII – Loide Maria Pereira – ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
- XIX – Daniel Mazon – Fiscal de Obras e Posturas;
- XX- Daniel Roque Busa – operador de máquinas;
- XXI- Simone Ceccheler - ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;
- XXII – Viviane Gregol - Conselheira Tutelar;
- XXIII – Evandro Luiz Schaefer - ocupante do cargo de Controle;
- XXIV – Airtton Perondi – Operador de Máquinas;
- XXV – Darci Dumke - ocupante do cargo de Coordenador do CRAS;
- XXVI – Maico Evandro Scopel - operador de máquinas;
- XXVII – Rodrigo Junior Saul – Diretor
- XXVIII – Solange Fischer de Mattos - Agente de Combate de Endemias
- XXIX – Adelar Vicente Ott – Operador de Máquinas;
- XXX – Ana Paula Lorini do Amaral - Diretora
- XXXI – Angelica Tuani Sozinho – Conselheira Tutelar;
- XXXII – Junior Lolato - ocupante do cargo de Mecânico;
- XXXIII – Caroline Comin – Psicóloga;
- XXXIV – Adriana Koch – Técnica de Enfermagem
- XXXV – Jeferson Douglas Breitenbach - ocupante do cargo de Engenheiro;
- XXXVI – Fabiani Camargo da Silva – Nutricionista;
- XXXVII – Aline Gehrke Pessotto – Enfermeira;
- XXXVIII- Fabrício Pizzatto Simon - Técnico Administrativo III;
- XXXIX - Thais Regina Garlet – Farmacêutica;
- XL - Monica Bernardi – Enfermeira;
- XLI – Valério Inácio Mallmann - Operador de Máquinas
- XLII – Paulino Ari Furtado – Secretário de Transporte, Obras e Urbanismo;
- XLIII – Valdecir de Oliveira – Vice-Prefeito;
- XLIV – Gabrieli Zanfonato – Agente de Recursos Humanos;
- XLV – Ana Paula Schlickmann Giotto – Chefe de Setor;

XLVI – Valquíria Giotto Genz – Recepcionista;
XLVII - Jair Zimmer – Técnico Administrativo III;
XLVIII – Luiz Paulo Klauck– Diretor Adjunto
XLIX – Sheila Bianca Cestari Machry – Médica Clínica Geral – Mais Médico
L – Aldoir Carteri – operador de máquinas;
LI – Andrieli Rossa Dallagnol – Fisioterapeuta;
LII – Anderson Luiz Schuster -Diretor;
LIII – Álvaro Olisses Viganó – Coordenador de Licitações , compras e contratos
LIV – Sérgio Sasset – operador de máquinas;
LV – Gilson Garbo – Operador de Máquinas;
LVI – Cleiton de Souza – Chefe de Setor

LVII – José Agenor Ott – operador de máquinas;
LVIII – Maiara Paula Baldo – Fisioterapeuta.
LIX – Paulo Crestani – Pedreiro
LX – Claudiomiro Raimundo Puhl – Operador de Máquinas;
LXI – Vitor Wrasse – Assessor de Planejamento II;
LXII – Marcos Marques Moreira – Médico Clínico Geral;
LXIII – Willian Ezequiel Cortti– Médico Clínico Geral;
LXIV – Jenifer Rodrigues da Fonseca – Médico Veterinário.
LXV - Wilian Leonardo Rodrigues Popp – Sub Diretor
LXVI - Josecleia de Fatima Otto – Assistente Social – Cras
LXVII – Valdecir Ricardo Menon - Chefe de Gabinete.
LXVIII – Luciane Pires Hentges – Conselheira Tutelar.
LXIX – Sidineia Belusso – Conselheira Tutelar.
LXX - Maristela Maria Kopalski – Conselheira Tutelar

Art. 2º - Para que a presente autorização surta efeitos o setor de recursos humanos deverá manter na pasta do servidor cópia atualizada da Carteira Nacional de Habilitação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 4.811/2023 de 21 de Dezembro de 2023. Romelândia, SC, 11 de Janeiro de 2024.

JUAREZ FURTADO
Chefe do Executivo Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data Supra

Saul Fernando Ristow
Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 4.821

Publicação Nº 5508747

DECRETO Nº 4.821/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

CONCEDE REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37 X DA CF/88 NA REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, PENSIONISTAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO PSF.

O Prefeito Municipal de Romelândia em exercício, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei Ordinária 2.074/2013, DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto revisada em 3,71 (três vírgula setenta e um por cento), relativamente à inflação medida pelo INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor - acumulado no ano de 2023, a remuneração dos servidores públicos municipais ativos e inativos, pensionistas e remuneração dos Servidores Municipais do PSF.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de janeiro de 2024.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia/SC, 11 de janeiro de 2024.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Saul Fernando Ristow
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 4.822

Publicação Nº 5508749

DECRETO Nº 4.822/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

	DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.
	O Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei, DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado na ordem de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento) o valor da Unidade Monetária Ambiental – UMA para o exercício financeiro de 2024, que corresponde ao INPC acumulado de janeiro a dezembro de 2023.

Art. 2º. Diante da atualização de que tratar este Decreto o valor da Unidade Monetária Ambiental – UMA para o exercício financeiro de 2024 será na quantia de R\$ R\$ 146,76 (cento e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 11 de janeiro de 2024.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal de Romelândia

DECRETO Nº 4.823

Publicação Nº 5508750

DECRETO Nº 4.823/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

CORRIGE VALOR DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei, DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, disposto no Artigo 355 da Lei Municipal nº. 1.196/1997, conforme prevê o Artigo 356 da mesma Lei.

ART. 2º - Desta forma como prevê o Artigo 356 da Lei nº 1.196/1997, a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, verificada pelo IBGE no ano de 2023 foi de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento), ficando, portanto corrigido o valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ R\$ 5,09 (cinco reais e nove centavos) para R\$ 5,27 (cinco reais e vinte e sete centavos).

ART. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 1.196/1997 de 22 de dezembro de 1997 e na Lei Municipal nº. 1.684/2006 de 18 de Dezembro de 2006.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - revogam-se às disposições em contrário.

Romelândia, SC, 11 de janeiro de 2024.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra

Saul Fernando Ristow
Secretário de Administração e Fazenda

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ALTERAÇÃO EDITAL PE 059/2023

Publicação N° 5509178

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 059/2023
ALTERAÇÃO DE VALORES MÁXIMOS.

Editais de Licitação nº 059/2023 - PE
PUBLICADO NO DOM EM 27/12/2023 - EDIÇÃO N° 4417 PG 1102

Objeto: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição parcelada de gêneros alimentícios destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches do município, para os alunos do SCFV e demais secretarias, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos deste edital.

AVISO DE ALTERAÇÃO DOS VALORES MÁXIMOS DOS ITENS 23, 56, 76, 90, 105 E 115.

Data Limite p/ Recebimento de Propostas: 15/01/2024 até as 13:30, **Local:** Edital e anexos disponível no www.santarosadosul.atende.net ou na Plataforma BLL Compras, maiores informações pelo telefone: 0xx48-35341113, no Depto de Licitações, no horário de expediente, site da Prefeitura de Santa Rosa do Sul – SC.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº008/2024 – DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507633

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº008/2024 – DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Dispensa do serviço público a Servidora abaixo mencionada, nos termos do art. 2º conforme Decreto nº295/2023 – de 04 de setembro de 2023 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSA a Servidora Rosana Lorenzetti ocupante do cargo em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e assistência social, do serviço público no dia 02 de fevereiro de 2024, durante todo o dia, por motivo da mesma ter trabalhado na eleição do Conselho Tutelar de Santiago do Sul/SC, no dia 01 de outubro de 2023, conforme Decreto nº295/2023 – de 04 de setembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de janeiro de 2024.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Edivan Mattiello
Assessor de Secretaria – Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023

Publicação Nº 5508809

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9444472AEFB175C83F00FBBDEB234894F61A7F1D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023

O Chefe de Gabinete torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 290/2023, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DE INFORMÁTICA E FOTOGRAFIA PARA OPERAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO GABINETE DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE REFERNCIA ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, para a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME totalizando em R\$ 2.986,25 para os itens 1,3 e 8 , para a empresa DIOGO DIAS F.INFORMATICA LTDA totalizando em R\$ 7.550,00 para os itens 4 e 7 e para a empresa A5 SOLUCOES LTDA totalizando em R\$ 7.900,00 para o item 6. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net.
São Bento do Sul, 11 de Janeiro de 2024.

JOSE DORIVAL DUMS
CHEFE DE GABINETE

DECRETO Nº 2527/2024

Publicação Nº 5508366

DECRETO Nº 2527, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

SUPLEMENTA PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O PREFEITO, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.910/2023 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas pelo superávit do exercício anterior:

Ação	Recurso	G.N.D	Modalidade	Valor (R\$)
1041	263270000100	4	449051	1.000.000,00
1041	262170000063	4	449051	70.000,00
1041	262170000063	4	449052	100.000,00
1041	260070000064	4	449052	36.065,02
1041	262170000060	4	449052	63.315,26
1042	270031100078	4	449052	33.011,95
2107	260031100001	3	339030	100.000,00
2107	260031100003	3	339030	93.629,86
2107	260031200006	3	339030	215.678,42
2107	260031100005	3	339030	260,10
2107	260070000060	3	339030	70.000,00
2107	262170000063	3	339030	100.000,00
2107	260070000064	3	339030	200.000,00
2107	260070000060	3	339040	80.000,00
2107	260070000064	3	339040	250.000,00
2107	262170000063	3	339040	100.000,00
2107	260070000060	3	339039	81.224,22

2107	260031100001	3	339039	150.000,00
2107	262170000063	3	339039	77.150,59
2107	260070000064	3	339039	132.312,36
2107	260070000064	3	339036	200.000,00
2107	260070000060	3	339032	40.000,00
2107	260070000064	3	319011	100.000,00
2107	260470000054	3	319011	179.184,00
2108	260070000057	3	319011	60.254,09
2108	260070000062	3	319011	52.387,64
2108	260070000057	3	319011	20.000,00
2108	262170000068	3	339039	88.803,32
2108	262170000065	3	339039	343.784,04
2108	260070000065	3	339039	1.753.681,53
2108	260070000062	3	339039	30.000,00
2108	260070000062	3	339033	10.000,00
2108	260070000062	3	339030	20.000,00
2109	275370000006	4	449052	80.000,00
2109	275370000006	3	319011	10.000,00
2109	275370000006	4	449051	120.000,00
2109	260070000066	3	339030	30.000,00
2109	275370000006	3	339030	100.000,00
2109	275370000006	3	339039	100.000,00
2109	260070000066	3	339039	26.866,38
2109	275370000006	3	339040	28.869,98
2110	260070000067	3	339032	71.742,89
2110	262170000067	3	339032	99.107,07
2111	260570000094	3	319016	51.186,00
2111	260570000094	3	339039	184.827,61
2111	260070000070	3	339030	8.880,22
2112	260070000086	3	339014	10.000,00
2112	260070000086	3	319016	41.247,60
2112	260070000086	3	339039	20.000,00
2112	260070000076	3	339039	34.539,24
2112	260070000076	3	339030	30.000,00
2112	260070000076	3	339040	30.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	MARCELO MARQUES Presidente do Fundo Municipal de Saúde
--	---

ERRATAS 10.189/2024 A 10.192/2024

Publicação Nº 5508280

ERRATA PORTARIAS Nº 10.189, 10.190, 10.191 e 10.192/2024
Na publicação das Portarias nº 10.189, 10.190, 10.191 e 10.192, de 3 de janeiro de 2024, na Edição nº 4423 do Diário Oficial dos Municípios - DOM, páginas 842 e 843, de 4 de janeiro de 2024, no local que se lê "São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2023", leia-se "São Bento do Sul, 3 de janeiro de 2024".

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2023

Publicação Nº 5508745

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2023

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME.
DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa funerária para serviços de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social conforme a Lei Federal Nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, parágrafo 1º E 2º , consolidado pela Lei nº 12.435, de 2011 e regulamentada no Município através do Decreto Nº 732 de 20 de agosto de 2021, referente à Concessão de Benefícios Eventuais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 303/2023, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Item	Descrição / Especificação	Qntd	Und	Valor Unt R\$	Valor Total R\$
1	Auxílio Ataúde para óbito de adultos	19	Un	R\$ 2.640,00	R\$ 50.160,00
2	Auxílio Ataúde para óbito de crianças	8	Un	R\$ 1.980,00	R\$ 15.840,00
Total					R\$ 66.000,00

DO VALOR: R\$ 66.000,00 – valor total.
DA VIGÊNCIA: A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados de 01 de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024. São Bento do Sul, 15 de dezembro de 2023.
ASS: GILMAR LUIS POLLUM, pela Secretaria de Assistência Social do Município.
PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 007/2024 FMS

Publicação Nº 5507518

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 007/2024
DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2020 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a CLINICA DE RADIOLOGIA POR IMAGEM DIAGMAX SAO BENTO DO SUL LTDA - DIGIMAX SÃO BENTO DO SUL, CNES nº 9432310, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.
DA ALTERAÇÃO: ALTERA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO: Fica prorrogado o período de vigência do referido Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de Fevereiro de 2024 à 31 de Janeiro de 2025, com base em sua Cláusula Sexta - da vigência e rescisão do Contrato, de acordo com Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.
O valor estimado será de até R\$ 174.577,20 (cento e setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte centavos) para o período prorrogado, para pagamentos conforme Contrato original.
As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.
São Bento do Sul, 09 de Janeiro de 2024.
Ass. MARCELO MARQUES, pelo Fundo Municipal de Saúde.
Ass. CLINICA DE RADIOLOGIA POR IMAGEM DIAGMAX SAO BENTO DO SUL LTDA - DIGIMAX SÃO BENTO DO SUL pela empresa contratada.

PORTARIA Nº 10.217/2024

Publicação Nº 5508317

PORTARIA Nº 10.217, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Reconhece e Ratifica o Auxílio Doença

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 353/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhece e ratifica à TATIANE EDVACH CEZANOVSKI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, auxílio Doença INSS.

Art. 2º O auxílio que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 06/12/2023 a 28/12/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 6 de dezembro de 2023.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete
--	---

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10.218/2024

Publicação Nº 5508338

PORTARIA Nº 10.218, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017 e considerando o que consta no Processo nº 345/2024,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 11 de janeiro de 2024, conceder ao servidor GIOVANI MATEUS PRASS, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, a Função Gratificada de Responsabilidade de Coordenação do Centro de Atendimento Terapêutico, com gratificação pecuniária de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete		
--	---	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10.219/2024

Publicação Nº 5508344

PORTARIA Nº 10.219, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Retira Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº 346/2024,

RESOLVE:

RETIRAR, a partir de 11 de janeiro de 2024, a Função Gratificada de Responsabilidade Técnica Odontológica, concedida à servidora SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETO, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete		
--	---	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10.220/2024

Publicação Nº 5508356

PORTARIA Nº 10.220, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017 e considerando o que consta no Processo nº 346/2024,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 11 de janeiro de 2024, conceder ao servidor GUSTAVO HENRIQUE DE MELLO C. PEDROZA, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, a Função Gratificada de Responsabilidade de Técnica Odontológica, com gratificação pecuniária de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete		
--	---	--	--

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10.221/2024

Publicação Nº 5508359

PORTARIA Nº 10.221, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar BRUNO SEEFELD, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da frota municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2024.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito, em exercício

JOSÉ DORIVAL DUMS Chefe de Gabinete	PATRICK VICENTE Assessor de Gabinete
--	---

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 720, DE 11 DE JANEIRO DE 2024**

Publicação Nº 5508961

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 720, de 11 de janeiro de 2024.

"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º – CONCEDER ao servidor PAULO SERGIO FURTADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, matrícula 478, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme Lei Municipal Nº 228, de 28 de dezembro de 2001, alterada pela Lei Municipal Nº 3977, de 26 de outubro de 2018.

Art.2º – A licença a que se refere o Artigo 1º é relativa ao triênio 2017/2020, e dar-se-á no período de 12/1/2024 a 10/2/2024.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 721, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508971

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 721, de 11 de janeiro de 2024.

**"CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
PARA OS SERVIDORES"**

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – O auxílio alimentação será concedido mensalmente aos servidores públicos lotados no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º – O valor do auxílio alimentação, a partir de 1º de janeiro de 2024, será de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), respeitado o limite estabelecido pelo Decreto Nº 2424, de 28 de novembro de 2023.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2024.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

PORTARIA Nº 08/2024

Publicação Nº 5507580

PORTARIA Nº 008/2024 DE 05/01/2024

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEIS PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES RELATIVAS A LEI 14.133 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 57 da Lei Orgânica do município e o disposto na da Lei nº 14.133/2021 e no art. 2º e 3º do Decreto nº 002/2024 de 02/01/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Servidores públicos Municipais, abaixo relacionados, para realizarem atividades específicas relacionas a Lei nº 14.133/2021, nos termos do art. 2º e 3º do Decreto nº 002/2024 de 02/01/2024.

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇO:

SECRETARIA	NOME	Nº CPF	Nº MATRÍCULA
Administração e Fazenda	Eliseu Mocelin	046.502.519-66	436/05
Saúde	Jucélia Alves 072.416.399-95		621/03
Assistência Social	Fernanda Maria Rauber	108.270.279-07	600/03
Educação Cultura e Esportes	Fernanda Aparecida Link	080.132.979-50	582/05
Agricultura e Meio Ambiente	Vanessa Zuchi	115.149.389-95	687/01
Infraestrutura	Daniel da Silva Fiori	107.682.679-27	685/01

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

SECRETARIA	NOME	Nº CPF	Nº MATRÍCULA
Administração e Fazenda	Eliseu Mocelin	046.502.519-66	436/05
Saúde	Jucélia Alves	072.416.399-95	621/03
Assistência Social	Fernanda Maria Rauber	108.270.279-07	600/03
Educação Cultura e Esportes	Fernanda Aparecida Link	080.132.979-50	582/05
Agricultura e Meio Ambiente	Vanessa Zuchi	115.149.389-95	687/01
Infraestrutura	Daniel da Silva Fiori	107.682.679-27	685/01

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Janeiro de 2024.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Resp. Sec. Municipal da Administração e Fazenda

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

Nº 2213/2024

Publicação Nº 5507667

DECRETO Nº 2213/2024

“DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO MG V - MAPA GENÉRICO DE VALORES E DA UFM - UNIDADE FISCAL MUNICIPAL, FIXA O CUSTO DA ATIVIDADE PARA CÁLCULO DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo Artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul, e pelas disposições do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n. 147/2020,

DECRETA

Art. 1º - Fica determinado, para o exercício de 2024, a atualização dos valores venais dos imóveis no MG V – Mapa Genérico de Valores, no percentual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento), sendo este o índice oficial do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado dos últimos dozes meses no período até novembro de 2023. Parágrafo único - Fica fazendo parte integrante e inseparável do presente Decreto o novo MG V – Mapa Genérico de Valores, com os valores atualizados.

Art. 2º - Fica determinado, para o exercício de 2024, a atualização da UFM (Unidade Fiscal Municipal), no percentual de 4,68% (quatro vírgula sessenta e oito por cento), sendo este o índice oficial do IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado dos últimos dozes meses no período até novembro de 2023. Parágrafo único - O valor da UFM é de R\$ 34,56 (trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme artigo 241 do Código Tributário Municipal.

Art. 3º - O Custo total das TSPED's – Taxas de Serviços Públicos Específicos e Divisíveis para o ano de 2024, abaixo relacionadas, é fixado nos seguintes valores:
I - O Custo Total para a Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSCL - é fixada em R\$ 222.671,10 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e dez centavos);
Art. 4º - Fica determinado, para o exercício de 2024, diante da fixação do custo total da atividade pública específica objeto da Taxa de Serviço de Coleta e de Remoção de Lixo – TSCL, o valor de acordo com a metragem da área construída, conforme a tabela abaixo:

I – Valores para residências:

ÁREA CONSTRUÍDA	Valor Anual em R\$
Até 50m² (cinquenta metros quadrados)	R\$ 91,07
De 51m² (cinquenta e um metros quadrados) a 70m² (setenta metros quadrados)	R\$ 120,38
De 71m² (setenta e um metros quadrados) a 100m² (cem metros quadrados)	R\$ 150,73
De 101m² (cento e um metros quadrados) a 150m² (cento e cinquenta metros quadrados)	R\$ 202,03
Mais de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados)	R\$ 251,23

II – Valores para estabelecimentos Industriais e Comerciais:

ÁREA CONSTRUÍDA	Valor Anual em R\$
Até 100m² (cem metros quadrados)	R\$ 150,73
De 101m² (cento e um metros quadrados) a 200m² (duzentos metros quadrados)	R\$ 252,27
De 201m² (duzentos e um metros quadrados) a 300m² (trezentos metros quadrados)	R\$ 349,63
De 301m² (trezentos e um metros quadrados) a 400m² (quatrocentos metros quadrados)	R\$ 502,46
Mais de 400m² (quatrocentos metros quadrados)	R\$ 604,00

Art. 5º. Fica fixado em R\$ 216,98 (duzentos e dezesseis reais e noventa e oito centavos) o valor anual da COSIP – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, na forma disposta pelo artigo 161 da Lei Complementar n. 147/2020.
Parágrafo Único: Para os imóveis não edificadas a COSIP será lançada juntamente com o IPTU, enquanto que para os edificadas, o lançamento se dará na fatura de energia elétrica por meio de convênio firmado com a CELESC, caso em que será lançado o valor de R\$ 18,08 (dezoito reais e oito centavos) ao mês.
Art. 6º Para os imóveis não edificadas e sem ligação de energia elétrica ao sistema de fornecimento de energia, a contribuição será lançada juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, como este dispuser.

Art. 7º Para os imóveis que possuam ligação de energia elétrica ao sistema de fornecimento de energia, a contribuição será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica mensalmente.

Art. 8º Ficam fixadas em seis o número de parcelas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com vencimento nas datas abaixo relacionadas, referente ao exercício financeiro de 2024 na forma do disposto no artigo 27 da Lei Complementar n. 147/2020:

- 1ª parcela – 11 de março de 2024;
- 2ª parcela - 10 de abril de 2024;
- 3ª parcela – 10 de maio de 2024;
- 4ª parcela - 10 de junho de 2024;
- 5ª parcela - 10 de julho de 2024;
- 6ª parcela – 12 de agosto de 2024.

Art. 9º. Será concedido o desconto de 15% (quinze por cento) do valor total do imposto, caso o pagamento seja feito integralmente até o vencimento da primeira parcela do exercício a que corresponda o lançamento;

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n. 2212/2024 e demais disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 11 de janeiro de 2024.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, na portaria da Prefeitura.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

São Domingos

PREFEITURA

RGF 3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 5507877

Página: 1 / 1
Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 - DEZEMBRO/2023



RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)											
	LIQUIDADAS											
	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Sep/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.235.893,91	1.483.937,96	1.592.341,87	1.575.214,30	1.556.970,26	1.492.975,45	1.493.904,24	1.469.880,58	1.461.315,36	1.594.805,34	1.589.163,91	3.041.573,13
Pessoal Ativo	1.235.893,91	1.483.937,96	1.592.341,87	1.575.214,30	1.556.970,26	1.492.975,45	1.493.904,24	1.469.880,58	1.461.315,36	1.594.805,34	1.589.163,91	3.041.573,13
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	996.991,61	1.209.908,44	1.302.072,65	1.286.015,09	1.261.908,77	1.210.298,17	1.209.271,24	1.189.961,31	1.181.183,06	1.289.017,43	1.297.356,63	2.505.640,45
Obrigações Patronais	238.902,30	274.029,52	290.269,22	288.199,21	295.061,49	282.677,28	284.833,00	279.719,27	280.132,30	305.787,91	291.605,28	535.932,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	15.732,00	15.732,00	15.732,00	15.732,00	14.858,00	14.858,00	13.984,00	14.858,00	14.858,00	14.858,00	14.858,00	180.918,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	15.732,00	15.732,00	15.732,00	15.732,00	14.858,00	14.858,00	13.984,00	14.858,00	14.858,00	14.858,00	14.858,00	180.918,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.220.161,91	1.468.205,96	1.576.609,87	1.559.482,30	1.542.112,26	1.478.117,45	1.479.920,24	1.454.822,58	1.446.457,36	1.579.947,34	1.574.305,91	19.406.858,31
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												
VALOR												
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	48.111.273,93											
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	500.000,00											
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §1º) (VI)	483.635,19											
RECETA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	47.127.638,74											
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)	19.406.858,31											
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	25.448.924,92											
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	24.176.478,67											
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	22.904.032,43											
LIMITE DE ALERTA (XII) = (0,85 x IX) (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	20.566.520,86											

Nota: Este demonstrativo foi elaborado no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 1
Exercício de 2023

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.585.306,82	2.400.688,49	2.140.038,59	6.671.631,56
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.585.306,82	2.400.688,49	2.140.038,59	6.671.631,56
Empréstimos	2.330.675,16	2.160.601,44	1.914.807,13	3.026.100,58
Internos	2.330.675,16	2.160.601,44	1.914.807,13	3.026.100,58
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	3.607.579,85
Internos	0,00	0,00	0,00	3.607.579,85
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	254.631,66	240.087,05	225.231,46	37.951,13
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.213.395,30	11.593.136,16	11.582.640,22	14.838.694,70
Disponibilidade de Caixa¹	9.202.242,16	11.581.983,02	11.571.487,08	14.827.541,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.206.442,16	11.871.249,34	11.879.626,16	15.218.046,80
(-) Restos a Pagar Processados	4.200,00	0,00	0,00	274.121,44
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	289.266,32	308.139,08	116.383,80
Demais Haveres Financeiros	11.153,14	11.153,14	11.153,14	11.153,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	-6.628.088,48	-9.192.447,67	-9.442.601,63	-8.167.063,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.335.291,08	42.943.710,12	43.759.542,77	48.111.273,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	384.434,19	346.230,51	44.490,85	500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	41.950.856,89	42.597.479,61	43.715.051,92	47.611.273,93
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	6.16%	5.64%	4.9%	14.01%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-15.8%	-21.58%	-21.6%	-17.15%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	50.341.028,27	51.116.975,53	52.458.062,30	57.133.528,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	45.306.925,44	46.005.277,98	47.212.256,07	51.420.175,84
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)²	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	858.264,20	45.636,79	21.970,92	227.595,97
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 10/01/2024, às 14:11:41.

1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2023

Página: 1 / 1

Exercício de 2023

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	42.335.291,08	42.943.710,12	43.759.542,77	48.111.273,93
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	384.434,19	346.230,51	44.490,85	500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	41.950.856,89	42.597.479,61	43.715.051,92	47.611.273,93
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	9.229.188,52	9.371.445,51	9.617.311,42	10.474.480,26
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	8.306.269,67	8.434.300,96	8.655.580,28	9.427.032,23

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 10/01/2024, às 14:10:02.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1 / 1

Exercício de 2023

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	3.607.579,85	3.607.579,85
Interna	3.607.579,85	3.607.579,85
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	3.607.579,85	3.607.579,85
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	3.607.579,85	3.607.579,85

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	48.111.273,93	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	500.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	47.611.273,93	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	3.607.579,85	7,58 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	7.617.803,83	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	6.856.023,45	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.332.789,18	7 %

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 10/01/2024, às 14:09:42.

Nota(s) Explicativa(s):

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/ATÉ 3º QUADRIMESTRE DE 2023



RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea “a”)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS LIQUIDADOS E NÃO CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	(i) = (g-h)	
		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras	(e)	(f)						(g) = (a)-(b)-(c)-(d)-(e)-(f)
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício									
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	788.443,25	0,00	0,00	0,00	0,00	24.440,30	0,00	764.002,95	0,00	0,00	17.602,18	
Recursos Não Vinculados de Impostos	17.602,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.602,18	0,00	0,00	17.602,18	
Outros Recursos não Vinculados	770.841,07	0,00	0,00	0,00	0,00	24.440,30	0,00	746.400,77	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	11.748.139,84	0,00	143.866,00	0,00	0,00	18.758,84	0,00	11.585.515,00	60.306,33	0,00	11.525.208,67	
Recursos Vinculados à Educação	688.383,91	0,00	48.529,87	0,00	0,00	7.480,02	0,00	632.394,02	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	124.208,07	0,00	48.529,87	0,00	0,00	7.480,02	0,00	68.218,18	0,00	0,00	68.218,18	
Outros Recursos Vinculados à Educação	564.175,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	564.175,84	0,00	0,00	564.175,84	
Recursos Vinculados à Saúde	762.930,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	762.930,06	16.415,76	0,00	746.514,30	
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	749.251,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	749.251,89	16.415,76	0,00	732.836,13	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	13.678,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.678,17	0,00	0,00	13.678,17	
Recursos Vinculados à Assistência Social	533.775,72	0,00	369,83	0,00	0,00	121,42	0,00	533.284,47	0,00	0,00	533.284,47	
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	3.912.802,55	0,00	94.966,30	0,00	0,00	9.272,92	0,00	3.808.563,33	43.890,57	0,00	3.764.672,76	
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	693.663,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693.663,21	0,00	0,00	693.663,21	
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	3.219.139,34	0,00	94.966,30	0,00	0,00	9.272,92	0,00	3.114.900,12	43.890,57	0,00	3.071.009,55	
Demais Vinculações Legais	5.850.247,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,48	0,00	5.848.343,12	0,00	0,00	5.848.343,12	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	2.454.759,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.454.759,48	0,00	0,00	2.454.759,48	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.774.345,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.774.345,26	0,00	0,00	1.774.345,26	
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Vinculações Legais	1.621.142,86	0,00	0,00	0,00	0,00	1.904,48	0,00	1.619.238,38	0,00	0,00	1.619.238,38	
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (IV) = (I + II + III)	12.536.583,09	0,00	143.866,00	0,00	0,00	43.199,14	0,00	12.349.517,95	60.306,33	0,00	11.542.810,85	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 10/01/2024, às 14:10:57.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Nota(s) Explicativa(s):

RREO 6º BIMESTRE

Publicação Nº 5507865



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1 / 4
Data: 09/01/2024
Exercício de 2023

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	49.100.000,00	49.100.000,00	13.321.760,84	27,13	52.920.799,87	-3.820.799,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	49.068.000,00	49.068.000,00	9.796.933,83	19,97	48.111.273,93	956.726,07
Impostos	3.188.000,00	3.188.000,00	666.280,85	20,90	3.672.829,83	-484.829,83
Taxas	2.695.000,00	2.695.000,00	634.323,79	23,54	3.326.521,22	-631.521,22
Contribuição de Melhoria	478.000,00	478.000,00	31.957,06	6,69	346.308,61	131.691,39
CONTRIBUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Contribuições Sociais	546.000,00	546.000,00	67.443,27	12,35	413.766,27	132.233,73
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	546.000,00	546.000,00	67.443,27	12,35	413.766,27	132.233,73
RECEITA PATRIMONIAL	892.000,00	892.000,00	212.811,67	23,86	1.004.526,19	-112.526,19
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	892.000,00	892.000,00	212.811,67	23,86	1.004.526,19	-112.526,19
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	43.000,00	43.000,00	3.527,50	8,20	32.173,70	10.826,30
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	23.000,00	23.000,00	3.050,00	13,26	11.044,50	11.955,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	3.050,00	0,00	11.044,50	-11.044,50
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF - Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Página: 2 / 4

Data: 09/01/2024

Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.576.000,00	43.576.000,00	8.667.504,27	19,89	41.970.368,67	96,32	1.605.631,33
Transferências da União e de suas Entidades	17.845.000,00	17.845.000,00	4.188.161,26	23,47	17.298.301,22	96,94	546.698,78
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.231.000,00	19.231.000,00	3.388.853,88	17,62	18.658.332,66	97,02	572.667,34
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.500.000,00	6.500.000,00	1.085.428,02	16,70	5.999.552,63	92,30	500.447,37
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	5.061,11	0,00	14.182,16	0,00	-14.182,16
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	800.000,00	800.000,00	176.316,27	22,04	1.006.564,77	125,82	-206.564,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	65.000,00	65.000,00	11.419,14	17,57	69.845,33	107,45	-4.845,33
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	712.000,00	712.000,00	24.792,86	3,48	162.080,39	22,76	549.919,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	23.000,00	23.000,00	140.104,27	609,15	774.639,05	3.368,00	-751.639,05
RECEITAS DE CAPITAL	32.000,00	32.000,00	3.524.827,01	11.015,08	4.809.525,94	15.029,77	-4.777.525,94
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	2.504.472,43	0,00	2.504.472,43	0,00	-2.504.472,43
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	2.504.472,43	0,00	2.504.472,43	0,00	-2.504.472,43
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	2.000,00	636.800,00	31,840,00	636.800,00	31,840,00	-634.800,00
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	256.800,00	25,680,00	256.800,00	25,680,00	-255.800,00
Alienação de Bens Imóveis	1.000,00	1.000,00	380.000,00	38,000,00	380.000,00	38,000,00	-379.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	383.554,58	1.278,52	1.668.253,51	5.560,85	-1.638.253,51
Transferências da União e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	383.366,61	2.555,78	1.663.064,11	11.087,09	-1.648.064,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	15.000,00	15.000,00	187,97	1,25	5.189,40	34,60	9.810,60
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 3 / 4
Data: 09/01/2024
Exercício de 2023

[illegible]

Página: 4 / 4

Data: 09/01/2024

Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO



DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	49.100.000,00	55.815.981,61	5.880.707,61	46.708.565,55	9.107.416,06	9.776.941,56	46.480.969,58	9.335.012,03	46.206.848,14	227.595,97
DESPESAS CORRENTES	46.079.000,00	51.643.010,55	5.865.186,37	44.065.535,23	7.577.475,32	9.571.739,07	43.896.323,07	7.746.687,48	43.622.201,63	169.212,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.737.000,00	24.120.895,89	4.798.140,65	20.678.307,74	3.442.588,15	4.835.596,47	20.678.307,74	3.442.588,15	20.406.642,28	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	520.000,00	520.000,00	-27.586,16	449.413,84	70.586,16	76.548,83	449.413,84	70.586,16	449.413,84	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.822.000,00	27.002.114,66	1.094.631,88	22.937.813,65	4.064.301,01	4.659.593,77	22.768.601,49	4.233.513,17	22.766.145,51	169.212,16
DESPESAS DE CAPITAL	2.971.000,00	4.122.971,06	15.521,24	2.643.030,32	1.479.940,74	205.202,49	2.584.646,51	1.538.324,55	2.584.646,51	58.383,81
INVESTIMENTOS	2.588.000,00	3.544.971,06	25.454,03	2.125.963,11	1.419.007,95	145.132,73	2.067.579,30	1.477.391,76	2.067.579,30	58.383,81
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.000,00	198.000,00	0,00	190.000,00	8.000,00	0,00	190.000,00	8.000,00	190.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	380.000,00	-9.932,79	327.067,21	52.932,79	60.069,76	327.067,21	52.932,79	327.067,21	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	49.100.000,00	55.815.981,61	5.880.707,61	46.708.565,55	9.107.416,06	9.776.941,56	46.480.969,58	9.335.012,03	46.206.848,14	227.595,97
AMORTIZAÇÃO DA DIV./REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	49.100.000,00	55.815.981,61	5.880.707,61	46.708.565,55	9.107.416,06	9.776.941,56	46.480.969,58	9.335.012,03	46.206.848,14	227.595,97
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	6.212.234,32	0,00	0,00	6.439.830,29	0,00	6.713.951,73	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	49.100.000,00	55.815.981,61	5.880.707,61	52.920.799,87	0,00	9.776.941,56	52.920.799,87	0,00	52.920.799,87	227.595,97
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha. Sistema Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:03:46.

Notas(s) Explicativas(s):

Página : 1 / 3

Data de emissão: 09/01/2024

Exercício de 2023

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RR-REO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c")										R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S (f)		
			No Bimestre	Até o Bimestre		%	No Bimestre			Até o Bimestre	%
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	49.100.000,00	55.815.981,61	5.880.707,61	46.708.565,55	100,00	9.107.416,06	9.776.941,56	46.480.969,58	100,00	227.595,97	
LEGISLATIVA	2.000.000,00	2.000.000,00	187.398,36	1.443.384,20	3,09	556.615,80	272.305,78	1.443.384,20	3,11	0,00	
Ação Legislativa	2.000.000,00	2.000.000,00	187.398,36	1.443.384,20	3,09	556.615,80	272.305,78	1.443.384,20	3,11	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	3.439.000,00	5.126.281,64	868.832,59	4.724.772,52	10,12	401.509,12	1.235.784,60	4.721.869,18	10,16	2.903,34	
Administração Geral	3.439.000,00	5.126.281,64	868.832,59	4.724.772,52	10,12	401.509,12	1.235.784,60	4.721.869,18	10,16	2.903,34	
SEGURANÇA PÚBLICA	200.000,00	271.507,24	22.897,28	182.694,12	0,39	88.813,12	52.453,26	182.694,12	0,39	0,00	
Defesa Civil	125.000,00	161.877,58	22.511,90	109.786,65	0,24	52.090,93	35.559,76	109.786,65	0,24	0,00	
Policimento	75.000,00	109.629,66	385,38	72.907,47	0,16	36.722,19	16.893,50	72.907,47	0,16	0,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.279.000,00	2.660.039,81	206.569,03	2.100.357,01	4,50	559.682,80	391.131,67	2.100.357,01	4,52	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	225.000,00	225.000,00	21.229,09	153.980,26	0,33	71.019,74	28.701,26	153.980,26	0,33	0,00	
Assistência ao Idoso	75.000,00	83.812,08	13.825,63	34.142,14	0,07	49.669,94	17.384,75	34.142,14	0,07	0,00	
Assistência Comunitária	1.979.000,00	2.351.227,73	171.514,31	1.912.234,61	4,09	438.993,12	345.045,66	1.912.234,61	4,11	0,00	
SAÚDE	13.500.000,00	15.458.074,46	1.417.554,18	12.807.624,01	27,42	2.650.450,45	3.000.754,00	12.651.532,63	27,22	156.091,38	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	552.000,00	606.574,18	70.047,46	532.107,48	1,14	74.466,70	137.729,05	515.691,72	1,11	16.415,76	
Atenção Básica	12.712.000,00	14.586.119,37	1.324.398,38	12.181.065,90	26,08	2.405.053,47	2.827.903,66	12.041.390,28	25,91	139.675,62	
Suporte Profilático e Terapêutico	142.000,00	171.380,91	25.987,04	64.452,90	0,14	106.928,01	33.987,04	64.452,90	0,14	0,00	
Vigilância Epidemiológica	62.000,00	62.000,00	-2.878,70	26.897,73	0,06	35.102,27	1.154,25	26.897,73	0,06	0,00	
Vigilância Sanitária	32.000,00	32.000,00	0,00	3.100,00	0,01	28.900,00	0,00	3.100,00	0,01	0,00	
EDUCAÇÃO	13.471.000,00	14.862.495,77	2.229.960,58	12.670.171,00	27,13	2.192.324,77	2.875.155,02	12.626.280,43	27,16	43.890,57	
Demais Subfunções	631.000,00	631.000,00	43.507,96	545.327,28	1,17	85.672,72	73.963,65	545.327,28	1,17	0,00	
Educação Infantil	5.199.000,00	5.370.345,26	1.094.483,10	4.405.819,27	9,43	964.525,99	1.210.925,46	4.361.928,70	9,38	43.890,57	
Ensino Fundamental	7.271.000,00	8.141.150,51	1.019.409,66	7.081.394,79	15,16	1.059.755,72	1.517.706,05	7.081.394,79	15,24	0,00	
Ensino Médio	330.000,00	680.000,00	72.559,86	625.575,41	1,34	54.424,59	72.559,86	625.575,41	1,35	0,00	
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	12.054,25	0,03	27.945,75	0,00	12.054,25	0,03	0,00	
CULTURA	619.000,00	654.000,00	26.493,81	638.535,87	1,37	15.464,13	78.723,77	638.535,87	1,37	0,00	
Difusão Cultural	539.000,00	574.000,00	28.042,54	565.093,99	1,21	8.906,01	67.621,18	565.093,99	1,22	0,00	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	80.000,00	80.000,00	-1.548,73	73.441,88	0,16	6.558,12	11.102,59	73.441,88	0,16	0,00	

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO												RS 1	
		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2023	
		Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Sep/2023	Out/2023	Nov/2023	Dez/2023	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		3.686.511,46	4.337.519,28	4.298.000,98	4.219.508,28	4.410.832,02	4.332.831,16	4.871.072,96	4.197.475,47	4.225.416,48	5.053.529,00	4.590.828,03	6.390.347,77	54.623.873,49	56.426.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		146.623,72	287.334,41	471.433,17	314.815,87	411.071,20	238.960,00	293.514,13	348.327,96	242.886,19	251.592,33	302.364,25	383.916,60	3.672.929,83	3.188.000,00
I.P.T.U.		5.843,96	20.095,16	41.646,00	68.337,87	145.072,07	23.843,07	13.571,43	6.130,18	4.489,83	3.446,28	7.167,89	8.135,25	348.273,99	380.000,00
I.S.S.		69.797,54	72.836,67	81.943,73	104.238,34	106.002,92	96.376,53	165.607,56	158.302,56	166.963,31	121.137,86	108.569,65	130.028,12	1.381.804,79	1.015.000,00
I.T.B.I.		41.950,39	103.425,00	237.191,15	42.983,11	43.414,51	30.811,89	27.327,47	45.604,79	40.136,09	47.723,08	42.296,07	5.966,41	708.809,96	600.000,00
I.R.R.F.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		29.031,83	90.977,58	110.652,29	99.276,55	116.077,70	87.928,51	87.007,67	138.290,43	31.305,96	79.275,11	144.330,64	219.788,82	1.233.941,09	1.193.000,00
Contribuições		32.641,48	33.894,26	37.862,12	37.934,48	36.912,74	36.153,02	33.431,61	31.666,32	31.980,12	33.866,85	32.537,50	34.905,77	413.766,27	546.000,00
Receita Patrimonial		89.955,86	57.047,99	94.259,93	9.865,80	96.541,05	88.814,44	90.335,71	98.182,90	81.904,23	84.806,61	83.599,71	129.221,96	1.004.526,19	892.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		89.955,86	57.047,99	94.259,93	9.865,80	96.541,05	88.814,44	90.335,71	98.182,90	81.904,23	84.806,61	83.599,71	129.221,96	1.004.526,19	892.000,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária		4.073,75	2.706,00	3.652,50	2.711,50	2.068,60	4.248,85	1.784,00	2.485,50	3.961,50	943,00	2.102,50	1.425,00	32.173,70	43.000,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		750,00	800,00	900,00	1.050,00	1.200,00	1.650,00	950,00	400,00	-55,50	350,00	2.250,00	800,00	11.044,50	23.000,00
Transferências Correntes		3.405.860,83	3.928.635,90	3.681.714,27	3.841.535,54	3.836.967,01	3.935.042,72	4.390.101,51	3.708.200,39	3.832.866,14	4.070.087,68	4.033.820,30	5.817.925,94	48.482.768,23	50.934.000,00
Cota-Parte do F.P.M.		1.055.741,54	1.432.167,20	876.122,37	1.001.681,28	1.113.529,56	1.040.028,27	1.291.901,71	872.135,36	889.053,66	825.719,74	1.071.342,00	1.701.366,27	13.170.788,96	15.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.408.161,71	1.368.046,66	1.373.026,93	1.497.178,01	1.389.990,33	1.501.947,49	1.473.782,13	1.507.266,39	1.569.039,52	1.542.349,99	1.539.998,08	1.493.603,54	17.684.410,78	20.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		157.293,43	200.008,20	250.946,75	214.158,95	256.696,56	211.200,67	208.135,02	221.366,10	165.091,89	194.653,02	117.537,69	99.001,44	2.286.091,50	2.400.000,00
Cota-Parte do I.T.R.		1.573,61	169,83	88,77	0,00	0,00	56,21	74,99	696,10	12.041,58	36.671,61	194,23	403,67	51.970,60	10.000,00
Transferências da LC 61/1989		13.899,92	9.912,32	12.284,46	12.864,46	11.776,80	14.685,35	13.342,13	11.875,80	15.391,06	17.193,87	14.088,23	15.337,72	162.883,78	180.000,00
Transferências do FUNDEB		467.391,77	499.085,28	469.383,20	503.097,92	500.703,90	501.838,06	479.178,25	492.750,24	485.706,05	504.989,94	499.605,63	595.822,39	5.999.552,63	6.500.000,00
Outras Transferências Correntes		301.798,85	419.246,41	699.861,79	612.323,26	564.269,86	665.287,47	923.695,28	602.089,82	686.542,38	948.509,51	791.054,44	1.982.390,91	9.177.069,98	8.544.000,00
Outras Receitas Correntes		16.605,82	27.100,72	8.178,99	11.595,09	25.870,42	27.961,13	60.947,00	8.202,40	31.893,80	611.893,13	134.163,77	42.152,50	1.006.564,77	800.000,00
DEDUÇÕES (II)		527.603,26	602.060,66	602.493,66	545.222,71	554.409,53	553.583,40	492.618,85	522.671,83	504.176,27	523.317,42	545.631,84	635.610,13	6.512.395,56	7.358.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB		527.603,26	602.060,66	602.493,66	545.222,71	554.409,53	553.583,40	492.618,85	522.671,83	504.176,27	523.317,42	545.631,84	635.610,13	6.512.395,56	7.358.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		3.168.908,20	3.735.458,62	3.795.507,32	3.674.285,57	3.856.422,49	3.779.247,76	4.378.454,11	3.674.803,64	3.721.240,21	4.530.212,18	4.042.196,19	5.754.737,64	48.111.273,93	49.068.000,00
(.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (V) = (III - IV)		3.168.908,20	3.735.458,62	3.795.507,32	3.674.285,57	3.856.422,49	3.779.247,76	4.378.454,11	3.674.803,64	3.721.240,21	4.530.212,18	4.042.196,19	5.254.737,64	47.611.273,93	49.066.000,00
(.) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao cancelamento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 1º) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - VI)		3.168.908,20	3.735.458,62	3.795.507,32	3.674.285,57	3.856.422,49	3.779.247,76	4.378.454,11	3.674.803,64	3.721.240,21	4.530.212,18	4.042.196,19	5.254.737,64	47.611.273,93	49.066.000,00
Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:03:14.		3.162.044,20	3.718.594,62	3.774.887,31	3.655.543,57	3.837.245,73	3.761.313,71	4.360.520,06	3.656.869,59	3.703.308,16	4.262.278,13	4.024.262,14	5.220.773,52	47.127.638,74	48.484.000,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00		
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00		
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00		
DESPESSAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESSAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESSAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESSAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor	0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00			
Investimentos e Aplicações	0,00			
Outros Bens e Direitos	0,00			



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 2/ 2

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Receitas Correntes	0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00			0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) ²	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL			
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00
Investimentos e Aplicações				0,00
Outros Bens e Direitos				0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
Contribuições dos Servidores	0,00			0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0,00			0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:04:39.
Nota(s) Explicativa(s):

São Domingos, 09/01/2024



MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	49.068.000,00	48.111.273,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.188.000,00	3.672.829,83
IPTU	380.000,00	348.273,99
ISS	1.015.000,00	1.381.804,79
ITBI	600.000,00	708.809,96
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.193.000,00	1.233.941,09
Contribuições	546.000,00	413.786,27
Receita Patrimonial	892.000,00	1.004.526,19
Aplicações Financeiras (II)	892.000,00	1.004.526,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	43.576.000,00	41.970.368,67
Cota-Parte FPM	12.460.000,00	10.771.928,54
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	14.131.529,78
Cota-Parte IPVA	1.920.000,00	1.804.863,05
Cota-Parte ITR	8.000,00	41.576,56
Transferências da LC 61/1989	144.000,00	130.307,12
Transferências do FUNDEB	6.500.000,00	5.999.552,63
Outras Transferências Correntes	6.544.000,00	9.090.610,99
Demais Receitas Correntes	866.000,00	1.049.782,97
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	866.000,00	1.049.782,97
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	48.176.000,00	47.106.747,74
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	32.000,00	4.809.525,94
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	2.504.472,43
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	2.000,00	636.800,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	2.000,00	636.800,00
Transferências de Capital	30.000,00	1.668.253,51
Convênios	30.000,00	5.189,40
Outras Transferências de Capital	0,00	1.663.064,11
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	32.000,00	2.305.053,51
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XII + XIV)	48.208.000,00	49.411.801,25
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XII)	48.208.000,00	49.411.801,25



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2023					
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)		51.643.010,55	44.065.535,23	43.896.323,07	43.622.201,63	4.200,00	91.681,45	91.681,45
Pessoal e Encargos Sociais		24.120.895,89	20.678.307,74	20.678.307,74	20.406.642,28	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)		520.000,00	449.413,84	449.413,84	449.413,84	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		27.002.114,66	22.937.813,65	22.768.601,49	22.766.145,51	4.200,00	91.681,45	91.681,45
Transferências Constitucionais e Legais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes		27.002.114,66	22.937.813,65	22.768.601,49	22.766.145,51	4.200,00	91.681,45	91.681,45
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX)		51.123.010,55	43.616.121,39	43.446.909,23	43.172.787,79	4.200,00	91.681,45	91.681,45
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)		4.122.971,06	2.643.030,32	2.584.646,51	2.584.646,51	0,00	722.570,07	722.570,07
Investimentos		3.544.971,06	2.125.963,11	2.067.579,30	2.067.579,30	0,00	722.570,07	722.570,07
Inversões Financeiras		198.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		198.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)		380.000,00	327.067,21	327.067,21	327.067,21	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]		3.742.971,06	2.315.963,11	2.257.579,30	2.257.579,30	0,00	722.570,07	722.570,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)		54.915.981,61	45.932.084,50	45.704.488,53	45.430.367,09	4.200,00	814.251,52	814.251,52
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)		54.915.981,61	45.932.084,50	45.704.488,53	45.430.367,09	4.200,00	814.251,52	814.251,52
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVla - (XXXIla + XXXIib + XXXIic)]						3.162.982,64		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVla - (XXXIla + XXXIib + XXXIic)]						3.162.982,64		
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO						VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência						8.000,00		
JUROS NOMINAIS		Janeiro - Dezembro 2023						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)						1.004.526,19		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)						0,00		
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)						4.167.508,83		



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - DEZEMBRO 2023

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez/2022(a)	Janeiro - Dezembro 2023 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)			
DEDUÇÕES (XL)			
Disponibilidade de Caixa	2.585.306,82	6.671.631,56	
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.213.395,30	14.838.694,70	
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	9.202.242,16	14.827.541,56	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.206.442,16	15.218.046,80	
Demais Haveres Financeiros	4.200,00	274.121,44	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	116.383,80	
	11.153,14	11.153,14	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	-6.628.088,48	-8.167.063,14	
		1.538.974,66	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			
		VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO			
		Janeiro - Dezembro 2023	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		269.921,44	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		2.358.612,73	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		4.167.508,83	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		3.162.982,64	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		3.659.859,07	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		3.659.859,07	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:06:07.
Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2023 / MÊS DEZEMBRO 2023

Página: 1 / 1

Data de emissão: 09/01/2024

Exercício de 2023

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2023 (b)				Em Exercícios Anteriores (g)	Em 31 de Dezembro de 2023 (h)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)										
PODER EXECUTIVO										
FUNDO M. DA SAÚDE	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	139.820,09	718.444,11	814.251,52	44.012,68	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (III) = (I + II):	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	139.820,09	718.444,11	814.251,52	44.012,68	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:03:47.
Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1 / 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.995.000,00	2.438.888,74
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	380.000,00	348.273,99
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	600.000,00	708.809,96
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.015.000,00	1.381.804,79
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.890.000,00	33.307.492,86
2.1 - Cota-Parte FPM	15.300.000,00	13.170.788,96
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.200.000,00	11.994.303,50
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.100.000,00	1.176.485,46
2.2 - Cota-Parte ICMS	20.000.000,00	17.664.410,78
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	162.883,78
2.4 - Cota-Parte ITR	10.000,00	51.970,60
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.256.091,50
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	1.347,24
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	39.885.000,00	35.746.381,60
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))¹	7.358.000,00	6.426.201,48
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.613.250,00	2.510.393,92

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.540.000,00	6.049.438,56
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.540.000,00	6.049.438,56
6.1.1 - Principal	6.500.000,00	5.999.552,63
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	40.000,00	49.885,93
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)²	-858.000,00	-426.648,85
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		186.728,93
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		186.728,93
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		6.236.167,49

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) ³	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.644.163,87	6.096.415,22	6.096.415,22	6.047.885,35	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.440.000,00	5.095.971,24	5.095.971,24	5.048.617,22	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.400.000,00	3.061.815,23	3.061.815,23	3.033.209,21	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.040.000,00	2.034.156,01	2.034.156,01	2.015.408,01	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	1.204.163,87	1.000.443,98	1.000.443,98	999.268,13	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	400.000,00	209.385,72	209.385,72	208.209,87	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	804.163,87	791.058,26	791.058,26	791.058,26	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 2 / 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.992.251,35	5.992.251,35	5.943.721,48	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.992.251,35	5.992.251,35	5.943.721,48	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.095.971,24	5.095.971,24	5.048.617,22	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)		VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)		% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.234.606,99	5.095.971,24		5.095.971,24		84,24
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00		0,00		0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00		0,00		0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)	
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	604.943,86	57.187,21	57.187,21	0,00	0,95	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	550.812,06	186.728,93	104.163,87	0,00	82.565,06	104.163,87
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	550.812,06	186.728,93	104.163,87	0,00	82.565,06	104.163,87
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)	
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.980.000,00	3.799.976,04	3.799.976,04	3.756.494,78	0,00	
20.1 - Educação Infantil	1.210.000,00	778.273,06	778.273,06	773.279,81	0,00	
20.2 - Ensino Fundamental	3.770.000,00	3.021.702,98	3.021.702,98	2.983.214,97	0,00	
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)	
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	11.624.163,87	9.896.391,26	9.896.391,26	9.804.380,13	0,00	
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	5.010.000,00	4.049.474,01	4.049.474,01	4.014.698,89	0,00	
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.614.163,87	5.846.917,25	5.846.917,25	5.789.681,24	0,00	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)				3.799.976,04		
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				6.426.201,48		
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (g)				0,00		
25 - VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)				104.163,87		
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00		
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) ⁷,⁸				0,00		
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)				10.330.341,39		
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ² e ⁵				VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS				8.936.595,40	10.330.341,39	28,90
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ¹		SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 3/ 3
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RS 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		791.000,00		1.127.909,78		
31.1.1 - Salário-Educação		610.000,00		598.840,05		
31.1.2 - PDDE		5.000,00		0,00		
31.1.3 - PNAE		131.000,00		133.765,39		
31.1.4 - PNATE		45.000,00		76.792,21		
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		0,00		318.512,13		
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		570.000,00		1.308.658,70		
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00		
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00		
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		0,00		0,00		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		3.238.331,90	2.773.779,74	2.729.889,17	2.729.889,17	43.890,57
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL		360.345,26	356.345,26	312.454,69	312.454,69	43.890,57
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL		1.526.986,64	1.234.477,54	1.234.477,54	1.234.477,54	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO		680.000,00	625.575,41	625.575,41	625.575,41	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR		40.000,00	12.054,25	12.054,25	12.054,25	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS		631.000,00	545.327,28	545.327,28	545.327,28	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)		14.862.495,77	12.670.171,00	12.626.280,43	12.534.269,30	43.890,57
33.1 - Despesas Correntes		14.277.848,09	12.284.879,10	12.284.879,10	12.192.867,97	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo		7.756.500,00	7.078.751,90	7.078.751,90	6.986.740,77	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes		6.521.348,09	5.206.127,20	5.206.127,20	5.206.127,20	0,00
33.2 - Despesas de Capital		584.647,68	385.291,90	341.401,33	341.401,33	43.890,57
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital		584.647,68	385.291,90	341.401,33	341.401,33	43.890,57
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)		
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		104.163,87		89.133,66		
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		6.049.438,56		598.840,05		
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		6.029.394,36		575.913,28		
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		124.208,07		112.060,43		
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00		
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00		
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)		124.208,07		112.060,43		

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:05:33.

¹ Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³ Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶ As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷ Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 1

Data de emissão: 09/01/2024

Exercício de 2023

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	2.504.472,43	-2.504.472,43

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.122.971,06	2.643.030,32	1.479.940,74
Investimentos	3.544.971,06	2.125.963,11	1.419.007,95
Inversões Financeiras	198.000,00	190.000,00	8.000,00
Amortização da Dívida	380.000,00	327.067,21	52.932,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	4.122.971,06	2.643.030,32	1.479.940,74
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	4.122.971,06	138.557,89	3.984.413,17

São Domingos, 09/01/2024

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:04:02.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PRÓPRIO DE

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2022 A 2098

Página : 1 / 3

Data de emissão: 09/01/2024

Exercício de 2023

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 1 / 1

Exercício de 2023

R\$ 1,00									
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO		
		(a)	(b)				(c) = (a - b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)									
Receita de Alienação de Bens Móveis		3.000,00	742.309,01				-739.309,01		
Receita de Alienação de Bens Imóveis		1.000,00	256.800,00				-255.800,00		
Receita de Alienação de Bens Intangíveis		1.000,00	380.000,00				-379.000,00		
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00	0,00				0,00		
		1.000,00	105.509,01				-104.509,01		
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO	
		(d)	(e)		(f)		(g)	(h) = (d - e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)									
Despesas de Capital		198.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	8.000,00	
Investimentos		198.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	8.000,00	
Inversões Financeiras		3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	
Amortização da Dívida		195.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	5.000,00	
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio dos Servidores Públicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2022	2023					SALDO ATUAL	
		(I)	(j) = (Ib - (IIf+IIg))						
VALOR (III)		1.170.347,33	552.309,01					1.722.656,34	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:04:57.
Nota(s) Explicativa(s):

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.995.000,00	1.995.000,00	2.438.888,74	122,25
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	380.000,00	380.000,00	348.273,99	91,65
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	708.809,96	118,13
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.015.000,00	1.015.000,00	1.381.804,79	136,14
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	36.790.000,00	36.790.000,00	32.129.660,16	87,33
Cota-Parte FPM	14.200.000,00	14.200.000,00	11.994.303,50	84,47
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	51.970,60	519,71
Cota-Parte IPVA	2.400.000,00	2.400.000,00	2.256.091,50	94,00
Cota-Parte ICMS	20.000.000,00	20.000.000,00	17.664.410,78	88,32
Cota-Parte IPI-Exportação	180.000,00	180.000,00	162.883,78	90,49
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)	38.785.000,00	38.785.000,00	34.568.548,90	89,13



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	10.054.000,00	10.054.000,00	9.314.559,57	92,65	9.174.883,95	91,26	9.091.662,36	90,43	139.675,62
Despesas Correntes	9.926.000,00	9.926.000,00	9.270.983,49	93,40	9.131.307,87	91,99	9.048.086,28	91,16	139.675,62
Despesas de Capital	128.000,00	128.000,00	43.576,08	34,04	43.576,08	34,04	43.576,08	34,04	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	10.054.000,00	10.054.000,00	9.314.559,57	92,65	9.174.883,95	91,26	9.091.662,36	90,43	139.675,62



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 3 / 9
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					R\$ 1,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)		9.314.559,57	9.174.883,95		9.091.662,36	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00	0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em		0,00	0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)		0,00	0,00		0,00	
(-) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)		9.314.559,57	9.174.883,95		9.091.662,36	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)					5.185.282,34	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)'		0,00			4.129.277,24	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)						
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		26,95	26,54			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))	
			Empenhadas (i)	Liquidadas (j)		Pagas (k)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)		0,00	0,00	0,00	0,00	

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscritos indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q - u)
Empenhos de 2023	5.185.282,34	9.174.883,95	0,00	222.897,21	0,00	222.897,21	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	4.898.223,60	8.245.707,91	3.347.484,31	13.241,44	0,00	0,00	0,00	13.241,44	0,00	3.347.484,31
Empenhos de 2021	4.083.795,78	6.037.728,74	1.953.932,96	95.848,13	0,00	0,00	6.727,34	0,00	89.120,79	1.864.812,17
Empenhos de 2020	3.357.110,71	5.135.084,71	1.777.974,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.777.974,00
Empenhos de 2019 e anteriores	3.241.428,61	4.944.203,80	1.702.775,19	0,00	225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.703.000,19
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 5 / 9
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.428.000,00	3.428.000,00	3.003.389,02	87,61
Proveniente da União	2.934.000,00	2.934.000,00	2.704.573,64	92,18
Proveniente dos Estados	494.000,00	494.000,00	288.815,38	60,49
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	11.044,50	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.428.000,00	3.428.000,00	3.014.433,52	87,94

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.658.000,00	4.532.119,37	2.814.330,33	62,10	2.814.330,33	62,10	2.814.330,33	62,10	0,00
Despesas Correntes	2.604.000,00	4.438.119,37	2.805.779,70	63,22	2.805.779,70	63,22	2.805.779,70	63,22	0,00
Despesas de Capital	54.000,00	94.000,00	8.550,63	9,10	8.550,63	9,10	8.550,63	9,10	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	552.000,00	606.574,18	532.107,48	87,72	515.691,72	85,02	515.691,72	85,02	16.415,76
Despesas Correntes	552.000,00	606.574,18	532.107,48	87,72	515.691,72	85,02	515.691,72	85,02	16.415,76
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	142.000,00	171.380,91	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	0,00
Despesas Correntes	142.000,00	171.380,91	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	32.000,00	32.000,00	3.100,00	9,69	3.100,00	9,69	3.100,00	9,69	0,00
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	3.100,00	10,33	3.100,00	10,33	3.100,00	10,33	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	62.000,00	62.000,00	26.897,73	43,38	26.897,73	43,38	26.897,73	43,38	0,00
Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	26.897,73	44,83	26.897,73	44,83	26.897,73	44,83	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.446.000,00	5.404.074,46	3.440.888,44	63,67	3.424.472,68	63,37	3.424.472,68	63,37	16.415,76



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página : 7 / 9
Exercício de 2023

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100		
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.712.000,00	14.586.119,37	12.128.889,90	83,15	11.989.214,28	82,20	11.905.992,69	81,63	139.675,62	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	552.000,00	606.574,18	532.107,48	87,72	515.691,72	85,02	515.691,72	85,02	16.415,76	
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	142.000,00	171.380,91	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	64.452,90	37,61	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	32.000,00	32.000,00	3.100,00	9,69	3.100,00	9,69	3.100,00	9,69	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	62.000,00	62.000,00	26.897,73	43,38	26.897,73	43,38	26.897,73	43,38	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	13.500.000,00	15.458.074,46	12.755.448,01	82,52	12.599.356,63	81,51	12.516.135,04	80,97	155.091,38	

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE DE SC	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (e)
		Até o Bimestre (b)	(b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	(c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	(d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	52.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	49.567,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.608,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	52.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS			DESPESAS PAGAS	
	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)		
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)	0,00	0,00	0,00	
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00	
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)	0,00	0,00	0,00	
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)			0,00	

Fonte: Sistema Contábil - Beta Sistemas Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:05:03.
Notas:
* Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
* Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
* Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.
Nota(s) Explicativa(s):

SÃO DOMINGOS, 09/01/2024

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR					SALDO FINAL (acumulado até o bimestre)						
TOTAL DE ATIVOS Ativos Constituídos pela SPE TOTAL DE PASSIVOS Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE Provisões de PPP Outros Passivos ATOS POTENCIAIS PASSIVOS Obrigações Contratuais Riscos não Provisionados Garantias Concedidas Outros Passivos Contingentes	NADA A DECLARAR											
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2) Contratadas (I.1) A contratar (I.2) DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2) Contratadas (I.1) A contratar (I.2)	NADA A DECLARAR											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)												

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:04:37.

Nota(s) Explicativa(s):



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 1 / 2
Exercício de 2023

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre		
RECEITAS			
Previsão Inicial			49.100.000,00
Previsão Atualizada			49.100.000,00
Receitas Realizadas			52.920.799,87
Déficit Orçamentário			0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			3.659.859,07
DESPESAS			
Dotação Inicial			49.100.000,00
Dotação Atualizada			55.815.981,61
Despesas Empenhadas			46.708.565,55
Despesas Liquidadas			46.480.969,58
Despesas Pagas			46.206.848,14
Superávit Orçamentário			6.212.234,32
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas			46.708.565,55
Despesas Liquidadas			46.480.969,58
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
Receita Corrente Líquida			48.111.273,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			47.611.273,93
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			47.127.638,74
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Despesas Previdenciárias Pagas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Despesas Previdenciárias Pagas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	8.000,00	3.162.982,64	39.537,28
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	1.538.974,66	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00
Poder Executivo	4.200,00	0,00	4.200,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	858.264,20	44.012,68	814.251,52	0,00
Poder Executivo	858.264,20	44.012,68	814.251,52	0,00



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página: 2 / 2

Exercício de 2023

Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	862.464,20	44.012,68	818.451,52	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.330.341,39	25%	28,90	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.095.971,24	70%	84,24	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado no Exercício		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito	2.504.472,43		-2.504.472,43	
Despesa de Capital Líquida	2.643.030,32		1.479.940,74	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício (2022)	10º Exercício (2031)	20º Exercício (2041)	35º Exercício (2056)
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado no Exercício		Saldo a Realizar	
Receitas da Alienação de Ativos	742.309,01		-739.309,01	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	190.000,00		8.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	9.314.559,57	15%	26,95	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00			

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS. Emissão: 09/01/2024, às 08:11:34.
Nota(s) Explicativa(s):

São Domingos, 09/01/2024

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.476/2024

Publicação Nº 5507891

DECRETO Nº 4.476, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

ESTABELECE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA O CÁLCULO DA TAXA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL - TCF PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 239 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e tendo em vista o Art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 239 de 17 de novembro de 2023,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos os critérios e procedimentos para o cálculo da Taxa de Compensação Florestal, tendo como índice referencial a Unidade Fiscal de Arrecadação – UFA.

Art. 2º A Taxa de Compensação Florestal – TCF, para os casos de supressão regular de vegetação realizada em decorrência de autorização de corte expedida em processo de licenciamento ambiental, será auferida mediante cálculo descrito no “ANEXO I” deste Decreto.

Art. 3º A Taxa de Compensação Ambiental – TCF, para os casos de supressão irregular de vegetação realizada dentro da área do Município de São Francisco do Sul/SC, em decorrência de processo administrativo de fiscalização ambiental, será auferida mediante cálculo descrito no “ANEXO II” deste Decreto.

§ 1º. Nos casos de supressão irregular de vegetação, quando couber a conversão da área de manutenção ambiental, nos termos do Art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 239 de 17 de novembro de 2023, será adotado, para fins de cálculo, o percentual de 50% de área de manutenção;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 11 de janeiro de 2024.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

RAFAEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

ANEXO I

Metodologia do cálculo da Taxa de Compensação Florestal – TCF a ser recolhida em conta específica, para aquisição de imóvel em unidade de conservação ambiental municipal a título de compensação ambiental por supressão de REGULAR vegetação.

Taxa de Compensação Florestal – T.C.F = V. COMP + V. MANUT.*

* quando couber

V. COMP = (V.UFA x A.Supre.) + FRJ + CN + LCD + Topo

V. MANUT. = (V.UFA x (A.manut.) x 2) + FRJ + CN + LCD + Topo

Onde:

T.C.F. = Taxa de Compensação Florestal. Valor total a ser depositado pelo empreendedor/autuado.

V. COMP. = Valor total do cálculo de área de Compensação.

V. MANUT. = Valor total do cálculo de conversão de área de Manutenção em Compensação.

A.Supre. = Área objeto de supressão de vegetação em metros quadrados (m2), sem considerar a área que seria objeto de Manutenção Florestal.

A.Manut. = Área correspondente a Manutenção Florestal do imóvel em metros quadrados (m2).

V.UFA = Valor da UFA - Unidade Fiscal de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul, instituída pelo Decreto Municipal nº 380/2005, reajustada anualmente via Decreto Municipal, considerando a inflação acumulada pelo INPC.

FRJ = Fundo de Reaparelhamento da Justiça (0,3% do valor correspondente ao produto do cálculo da Área definida para compensação ambiental em metros quadrados (m2) multiplicado pelo Valor da UFA para o corrente ano).

CN = Custos Notariais diversos: escritura, registro, averbações, etc., custos anuais definidos por lei estadual. Valor fixo estabelecido de 1.000,00 UFA's (mil Unidades Fiscais de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul).

LCD = Levantamento cadastral de dados do imóvel e levantamento de dados dos proprietários e compradores. Valor fixo estabelecido de 1.000,00 UFA's (mil Unidades Fiscais de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul).

Topo = Serviços topográficos necessários para aquisição de imóveis rurais: ha/medido (Medição+marcos físicos+picada+inscrição CCIR e georreferenciamento INCRA). Cálculo da área compensação ambiental em metros quadrados (m2) multiplicado pelo Valor de cinco (05) UFA's para o corrente ano.

ANEXO II

Metodologia do cálculo da Taxa de Compensação Florestal – TCF a ser recolhida em conta específica, para aquisição de imóvel em unidade de conservação ambiental municipal a título de compensação ambiental por supressão de IRREGULAR vegetação.

Taxa de Compensação Florestal – T.C.F = V. COMP + V. MANUT.*

* quando couber

V. COMP = (V.UFA x (A.Supre.) x 2) + FRJ + CN + LCD + Topo

V. MANUT. = (V.UFA x (A.manut.) x 2) + FRJ + CN + LCD + Topo

Onde:

T.C.F. = Taxa de Compensação Florestal. Valor total a ser pego pelo requerente/autuado.

V. COMP. = Valor total do cálculo de área de Compensação.

V. MANUT.= Valor total do cálculo de conversão de área de Manutenção em Compensação.

A.Supre. = Área objeto de supressão de vegetação em metros quadrados (m2), sem considerar a área que seria objeto de Manutenção Florestal.

A.Manut. = Área correspondente a manutenção florestal do imóvel em metros quadrados (m2).

V.UFA = Valor da UFA - Unidade Fiscal de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul, instituída pelo Decreto Municipal nº 380/2005, reajustada anualmente via Decreto Municipal considerando a inflação acumulada do INPC.

FRJ = Fundo de Reaparelhamento da Justiça (0,3% do valor correspondente ao produto do cálculo da Área definida para compensação ambiental em metros quadrados (m2) multiplicado pelo Valor da UFA para o corrente ano).

CN = Custos Notariais diversos: escritura, registro, averbações, etc. custos anuais definidos por lei estadual. Valor fixo estabelecido de 1.000,00 UFA's (mil Unidades Fiscais de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul).

LCD = Levantamento cadastral de dados do imóvel e levantamento de dados dos proprietários e compradores. Valor fixo estabelecido de 1.000,00 UFA's (mil Unidades Fiscais de Arrecadação do Município de São Francisco do Sul).

Topo = Serviços topográficos necessários para aquisição de imóveis rurais: ha/medido (Medição+marcos físicos+picada+inscrição CCIR e georreferenciamento INCRA). Cálculo da área compensação ambiental em metros quadrados (m2) multiplicado pelo Valor de cinco (05) UFA's para o corrente ano.

EXTRATO ADIT. 057.6-22 LL SOLUÇÕES

Publicação Nº 5507620

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 057.6-22

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

CONTRATADA: LL SOLUÇÕES E SERVIÇOS - CNPJ nº 22.415.842/0001-47

PROCESSO LICITATÓRIO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 050/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta na Escola Ida Beatriz Brunato de Camargo, neste Município, devidamente descritas no Projeto Executivo e Memorial Descritivo", prorroga o prazo de execução em 05(cinco) meses (20/11/2023 findando em 19/04/2024), sendo a vigência prorrogada também por 05(cinco) meses (20/01/2024 findando em 19/06/2024).

VIGÊNCIA: 20/01/2024 à 19/06/2024

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14001-1015-344905198-13715000/10100

São Francisco do Sul, 20 de Novembro de 2023.

Godofredo Gomes Moreira Filho
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONT. 006-2024 DL. 009-2024 ALUMIVIDROS

Publicação Nº 5507954

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 006/2024 PMSFS
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Contratada: ALUMIVIDROS SFS LTDA
CNPJ: 38.305.227/0001-18
Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência: Início: 10/01/2024 Término: 10/02/2024
Licitação nº: 009/2024 PMSFS
Objeto Contratação da empresa, para fornecimento e instalação de materiais de esquadrias e vidros para manutenção, adequação e conservação dos ambientes, secretarias e setores da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1002-1006-333903024-15007
São Francisco do Sul,11/01/2024

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

LAUDA DL. 009-2024 ALUMIVIDROS

Publicação Nº 5507972

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 009/2024

OBJETO: Dispensa de Licitação, com a empresa ALUMIVIDROS SFS LTDA, inscrita sob CNPJ n. 38.305.227/0001-18, para fornecimento e instalação de materiais de esquadrias e vidros para manutenção, adequação e conservação dos ambientes, secretarias e setores da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.
DISPOSIÇÃO LEGAL: no inciso II do Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133
PREÇO: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1002-1006-333903024-150070000000
SAO FRANCISCO DO SUL (SC), 11/01/2024

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**PORTARIA N.º 003, DE 10 DE JANEIRO DE 2024**

Publicação Nº 5508043

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, 3º andar – Centro

São Francisco do Sul/SC – CEP 89.240-000

CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

PORTARIA n.º 003, de 10 de janeiro de 2024.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 85, alíneas ‘d’, ‘j’ e ‘o’, da Lei Complementar Municipal n.º. 72, de 10 de julho de 2015; de acordo com o art. 84, II, ‘a’, da Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul/SC; de acordo com o art. 84, da Lei Complementar Municipal n.º. 008, de 30 de outubro de 2003; de acordo com a Portaria n.º 037/2023/IPRESF, que concedeu férias regulamentares a servidora, referente ao período aquisitivo 2022/2023; e ainda, considerando o interesse público, diante da necessidade de dar prosseguimento às demandas administrativas e previdenciárias;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER o gozo de FÉRIAS REGULAMENTARES concedidas a servidora SANDRA HELOISA DE BIASI, ocupante do cargo de **DIRETORA FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS** da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, por interesse público, a partir de 12 de janeiro de 2024, dia em que o servidor deverá se apresentar ao seu local de trabalho, restando, portanto, o saldo de 10 (dez) dias, conforme art. 6º, do Decreto Municipal, n.º. 2.621/2017, a serem usufruídos em época oportuna.

1-1

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul/SC, 10 de janeiro de 2024.

IDELSON ALVES PORTO

Presidente do IPRESF

Portaria n.º 18.401/2023

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E SUPRIMENTOS
Publique-se. Registre-se.

Publicado em ____/____/____. Mural

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E SUPRIMENTOS
Publique-se. Registre-se.Publicado em ____/____/____.
Edição DOM nº ____.

(47) 3449-0384

(47) 3449-0384

ipresf@ipresf.sc.gov.br

www.ipresf.sc.gov.br

São João Batista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2024/SMF

Publicação Nº 5507386

PORTARIA 001/2024

Designa servidores para compor a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária – COMAI.

A Secretária Municipal de Finanças, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto Municipal nº 4.770, de 29 de maio de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária (COMAI):

I – Presidente:

a) Luiz Felipe Reis Vargas, arquiteto, matrícula funcional nº 9717, representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura inscrito no CAU;

II – Membros Titulares:

a) Carla Regina Dias, fiscal de tributos, matrícula funcional nº 2500, representante do Departamento de Tributação, titular;

b) João Felipe Duarte, fiscal de tributos, matrícula funcional nº 7670, representante do Departamento de Tributação, titular;

III – Membros Suplentes:

a) Andre Luiz Fernandes Schweitzer, fiscal de tributos, matrícula funcional nº 5618, representante do Departamento de Tributação;

b) Acácio Montibeller, fiscal de tributos, matrícula funcional nº 985, representante do Departamento de Tributação;

Art. 2º Os membros da Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária (COMAI) terão o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de janeiro de 2024.

CARLA PEIXER

Secretária Municipal de Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA DECRETO Nº 009/2024

Publicação Nº 5509070

DECRETO Nº 009/2024

“QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO”

A Prefeita Municipal – em exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 560/2023, datado de 20/10/2023, fica autorizado DESMEMBRAMENTO URBANO nos termos em que foi requerido por JOÃO CARLOS DE SOUZA PALMA JUNIOR, de uma área medindo 3.430,00 m², situado na Rua José Justino Silveira, Bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta Cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO
AREA 1

Denominação: Terreno Urbano
Proprietário: Juliano Martorano Vieira, João Carlos De Souza Palma Junior, Ana Paula Bergamaschi Boff Palma, Carlos Roberto Vieira Palma, Fernanda Bettio Ferreira, Carla Regina Vieira Palma, Sofia Martorano Vieira, Luciana Martorano Vieira, Maria Das Graças Vieira Velho, Paulo Roberto Vieira, Rosangela Viera, Maria Lucia Vieira.
Matrícula do imóvel: 617
Município/UF: São Joaquim-SC
Área (SGL): 2.030,00m²
Perímetro (m): 185,38m

DESCRIÇÃO

A poligonal tem início no marco P1, situado na cerca que faz divisa com a RUA JOSÉ JUSTINO SILVEIRA, segue com o rumo de 52°59'43"NE e percorre 13.43 m por cerca que faz divisa com a RUA JOSÉ JUSTINO SILVEIRA, até o marco P2, segue com o rumo de 52°59'43"NE e percorre 2.94 m por cerca que faz divisa com a RUA JOSÉ JUSTINO SILVEIRA, até o marco P3, segue com o rumo de 35°27'16"SE e percorre 68.11 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos de JULIANO MARTORANO VIEIRA, JOÃO CARLOS DE SOUZA PALMA JUNIOR, ANA PAULA BERGAMASCHI BOFF PALMA, CARLOS ROBERTO VIEIRA PALMA, FERNANDA BETTIO FERREIRA, CARLA REGINA VIEIRA PALMA, SOFIA MARTORANO VIEIRA, LUCIANA MARTORANO VIEIRA, MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA VELHO, PAULO ROBERTO VIEIRA, ROSANGELA VIERA, MARIA LUCIA VIEIRA - MATRICUA 616, até o marco P4, segue com o rumo de 66°20'26"SO e percorre 19.00 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos de JULIANO MARTORANO VIEIRA, JOÃO CARLOS DE SOUZA PALMA JUNIOR, ANA PAULA BERGAMASCHI BOFF PALMA, CARLOS ROBERTO VIEIRA PALMA, FERNANDA BETTIO FERREIRA, CARLA REGINA VIEIRA PALMA, SOFIA MARTORANO VIEIRA, LUCIANA MARTORANO VIEIRA, MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA VELHO, PAULO ROBERTO VIEIRA, ROSANGELA VIERA, MARIA LUCIA VIEIRA - MATRICULA 14512, até o marco P5, segue com o rumo de 66°20'26"SO e percorre 8.94 m por cerca que faz divisa com a RUA ISMENIA PALMA NUNES, até o marco P6, segue com o rumo de 66°20'26"SO e percorre 3.71 m por cerca que faz divisa com a RUA ISMENIA PALMA NUNES, até o marco P7, segue com o rumo de 50°01'22"NO e percorre 21.44 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos do MUNICIPIO DE SÃO JOAQUIM - MATRICULA 617, até o marco P8, segue com o rumo de 36°07'15"NO e percorre 0.33 m por cerca que faz divisa com terrenos de JORGE AGUIAR VALIM- MATRICULA 851, até o marco P9, segue com o rumo de 29°10'13"NO e percorre 21.08 m por cerca que faz divisa com terrenos de JORGE AGUIAR VALIM - MATRICULA 851, até o marco P10, segue com o rumo de 3°41'32"NE e percorre 5.77 m por cerca que faz divisa com terrenos de LUIZ CARLOS COSTA - MATRICULA 3844, até o marco P11, segue com o rumo de 11°42'40"NE e percorre 18.20 m por cerca que faz divisa com terrenos de LUIZ CARLOS COSTA - MATRICULA 3844, até o marco P12, segue com o rumo de 18°07'28"NO e percorre 2.43 m por cerca que faz divisa com terrenos de LUIZ CARLOS COSTA - MATRICULA 3844, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

MEMORIAL DESCRITIVO
AREA 2

Denominação: Terreno Urbano
Proprietário: Município De São Joaquim
Matrícula do imóvel: 617
Município/UF: São Joaquim-SC
Área (SGL): 1.400,00m²
Perímetro (m): 236,00m

DESCRIÇÃO

A poligonal tem início no marco P1, situado na divisa projetada que faz divisa com terrenos de JULIANO MARTORANO VIEIRA, JOÃO CARLOS DE SOUZA PALMA JUNIOR, ANA PAULA BERGAMASCHI BOFF PALMA, CARLOS ROBERTO VIEIRA PALMA, FERNANDA BETTIO FERREIRA,

CARLA REGINA VIEIRA PALMA, SOFIA MARTORANO VIEIRA, LUCIANA MARTORANO VIEIRA, MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA VELHO, PAULO ROBERTO VIEIRA, ROSANGELA VIERA, MARIA LUCIA VIEIRA.- MATRICULA 617 , segue com o rumo de 50°01'22"SE e percorre 21.44 m por divisa projetada que faz divisa com terrenos de JULIANO MARTORANO VIEIRA, JOÃO CARLOS DE SOUZA PALMA JUNIOR, ANA PAULA BERGAMASCHI BOFF PALMA, CARLOS ROBERTO VIEIRA PALMA, FERNANDA BETTIO FERREIRA, CARLA REGINA VIEIRA PALMA, SOFIA MARTORANO VIEIRA, LUCIANA MARTORANO VIEIRA, MARIA DAS GRAÇAS VIEIRA VELHO, PAULO ROBERTO VIEIRA, ROSANGELA VIERA, MARIA LUCIA VIEIRA. - MATRICULA 617, até o marco P2, segue com o rumo de 66°20'26"SO e percorre 3.64 m por cerca que faz divisa com terrenos de RUA ISMENIA PALMA NUNES, até o marco P3, segue com o rumo de 66°20'26"SO e percorre 1.63 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P4, segue com o rumo de 13°36'24"SE e percorre 1.33 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P5, segue com o rumo de 49°08'56"SO e percorre 3.65 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P6, segue com o rumo de 63°34'26"SO e percorre 8.73 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P7, segue com o rumo de 65°38'53"SO e percorre 12.64 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P8, segue com o rumo de 66°19'48"SO e percorre 4.03 m por cerca que faz divisa com terrenos de MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA - MATRICULA 4885, até o marco P9, segue com o rumo de 68°25'06"SO e percorre 9.21 m por cerca que faz divisa com terrenos de ELISEU DA ROSA CANDIDO, NAIR DO CARMO COSTA CANDIDO - MATRICULA 5482, até o marco P10, segue com o rumo de 65°20'21"SO e percorre 21.64 m por cerca que faz divisa com terrenos de ELISEU DA ROSA CANDIDO, NAIR DO CARMO COSTA CANDIDO - MATRICULA 5482, até o marco P11, segue com o rumo de 65°20'21"SO e percorre 3.34 m por cerca que faz divisa com a RUA HIGINO INACIO VELHO, até o marco P12, segue com o rumo de 54°29'19"SO e percorre 11.39 m por cerca que faz divisa com a RUA HIGINO INACIO VELHO, até o marco P13, segue com o rumo de 69°46'17"SO e percorre 29.96 m por cerca que faz divisa com terrenos de OSNI JOSÉ RODRIGUES - MATRICULA 2755, até o marco P14, segue com o rumo de 41°10'19"NE e percorre 16.72 m por cerca que faz divisa com terrenos de JOÃO IRAM SILVA - AREA DE POSSE, até o marco P15, segue com o rumo de 60°19'28"NE e percorre 12.82 m por cerca que faz divisa com terrenos de SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA - MATRICULA 1628, até o marco P16, segue com o rumo de 49°18'20"NE e percorre 12.25 m por cerca que faz divisa com terrenos de MIRIANE DE SOUZA MELO - MATRICULA 1590, até o marco P17, segue com o rumo de 59°12'17"NE e percorre 5.29 m por cerca que faz divisa com terrenos de MIRIANE DE SOUZA MELO - MATRICULA 1590, até o marco P18, segue com o rumo de 52°52'42"NE e percorre 14.82 m por cerca que faz divisa com terrenos de TERESINHA GRACINHA GOMES PADILHA - AREA DE POSSE, até o marco P19, segue com o rumo de 61°36'16"NE e percorre 17.09 m por cerca que faz divisa com terrenos de JOÃO VALDIR RODRIGUES - MATRICULA 2722, até o marco P20, segue com o rumo de 53°52'41"NE e percorre 24.38 m por cerca que faz divisa com terrenos de JORGE AGUIAR VALIM - MATRICULA 851, até o marco P1, onde teve início esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados, especialmente do Memorial Descritivo quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 08 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em exercício

EXTRATO CONTRATO 84/2023 PMSJ

Publicação Nº 5508956

Página: 1 / 3
Página: 1 / 3
Data: 11/01/2024

Mês / Ano de Assinatura
12/2023



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - São Joaquim - SC
CEP: 88600-000 CNPJ: 82.561.093/0001-98 Telefone: (49) 3233-6400

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS

Tipo de Instrumento: Termo de Contrato

Nº Contrato: 84/2023

Contratado: JOSE RONI FERREIRA FERNANDES - BASE FORTE

CNPJ/CPF: 21.155.646/0001-18

Nº Licitação: 4/2023 Nº Processo: 128/2023

Modalidade: Concorrência

Fundamento Legal: 8666

Objeto: Contratação de empresa especializada para executar pavimentações em lajotas sextavadas nas ruas: Rua: Francisco Assis de Bem – trecho 2, João B.P de Assunção, Aristides Afonso Ribeiro Bathke, Francilicio Pinto de Arruda, Dom Pedro II, Eurico Gaspar Dutra, Joaquim Assis Neves da Rosa, Francisco de Assis Martins Dutra, Sebastião P Cunha Mattos e Cristovão Colombo através do FINISA e Av. Assis Mar torano e Rua José Américo, Transferência Especial sob programa nº 09032022 e Planos de Ação 09032022- 0161124 e 09032022-020035 respectivamente.

Data da Assinatura: 27/12/2023

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Valor: 2.967.297,60

Vigência: 27/12/2023 a 26/12/2024

Despesa(s):

- 39 - 02.006.26.782.0011.1002.4.4.90.00.00
- 39 - 02.006.26.782.0011.1002.4.4.90.00.00
- 39 - 02.006.26.782.0011.1002.4.4.90.00.00
- 39 - 02.006.26.782.0011.1002.4.4.90.00.00

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 128/2023 PMSJ

Publicação Nº 5508953

Página: /

CONCORRÊNCIA Nº 4/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2023

HOMOLOGAÇÃO: 27/12/2023 16:21

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar pavimentações em lajotas sextavadas nas ruas: Rua: Francisco Assis de Bem – trecho 2, João B.P de Assunção, Aristides Afonso Ribeiro Bathke, Francilício Pinto de Arruda, Dom Pedro II, Eurico Gaspar Dutra, Joaquim Assis Neves da Rosa, Francisco de Assis Martins Dutra, Sebastião P Cunha Mattos e Cristovão Colombo através do FINISA e Av. Assis Marforano e Rua José Américo, Transferência Especial sob programa nº 09032022 e Planos de Ação 09032022 - 0161124 e 09032022-020035 respectivamente.

CONTRATADO: JOSE RONI FERREIRA FERNANDES - BASE FORTE

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.967.297,60

11/01/2024

Ana Florêncio de Melo Arruda - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2024

Publicação Nº 5508309

PORTARIANº 043/2024

A Prefeita Municipal – em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – PEDRO HERIBERTO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 02/01/2024 à 31/01/2024. – VINICIUS CARDOSO BOLZANI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 02/01/2024 à 16/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de janeiro de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 10 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em Exercício

PORTARIA Nº 044/2024

Publicação Nº 5508315

PORTARIANº 044/2024

A Prefeita Municipal – em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora: – RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, referente ao exercício de 2023/2024, a contar do dia 08/01/2024 à 22/01/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de janeiro de 2024, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 10 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em Exercício

PORTARIA Nº 045/2024

Publicação Nº 5508321

PORTARIANº 045/2024

A Prefeita Municipal – em Exercício de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – CHARLENE VIEIRA SPOLTI, ocupante do cargo de Odontóloga, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 24/01/2024. – GISLAINE ROCHA ANDRADE, ocupante do cargo de Educadora Social, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 08/02/2024. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 19/01/2024. – LENITA APARECIDA SEIFERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 08/02/2024. – RENATA CECHINEL NUNES VANDRESEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 08/02/2024. – RONALDO BATISTELA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2022/2023, a contar do dia 10/01/2024 à 08/02/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de
São Joaquim, 10 de janeiro de 2024.

ANA FLORÊNCIO DE MELO ARRUDA
Prefeita Municipal – em Exercício

São José

PREFEITURA

COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2023

Publicação Nº 5508380

COMUNICADO

NOVA DATA DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2023

PROCESSO Nº 272/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOEDAS COMEMORATIVAS PARA ATENDER A DEMANDA DO 7º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA DE SÃO JOSÉ/SC.

A Prefeitura de São José, por intermédio de sua Pregoeira e equipe de apoio, informa a nova data de abertura do Pregão em epígrafe, após alteração no TERMO DE REFERÊNCIA.

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Recebimento das propostas: até 24 de janeiro de 2024 às 13h30min;

Início da disputa de preços: 24 de janeiro de 2024 às 13h31min;

Mais informações e outros esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail pregao@pmsj.sc.gov.br.

São José, 11 de janeiro de 2024.

Juliana Terezinha da Silva
Pregoeira

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2023

Publicação Nº 5508212

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F838696536F0278485824A8D801A5243BEAA5551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: Nº 174/2023 – IN 065/2023 – Processo Digital nº 20411/2023 – Proc. Adm. nº 302/2023. CONTRATADO: PETSAPP VIDA ANIMAL LTDA. DO OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DA EMPRESA "PETSAPP VIDA ANIMAL LTDA" NA MODALIDADE SAAS (SOFTWARE AS SERVICE – SOFTWARE CINI SERVIÇO) PARA FORNECIMENTO DE UM CONJUNTO DE MÓDULOS E SISTEMAS INTEGRADOS DE INFORMÁTICA (SOFTWARE) PARA DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CUJA PLATAFORMA DÊ SUPORTE GERENCIAL À DIRETORIA DO BEM-ESTAR ANIMAL (DIBEA) E A UNIDADE DE CONTROLE DE ZOONOSSES. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua publicação no PNCP, na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021. VALOR: R\$57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). Data de assinatura: 21 de dezembro de 2023.

PORTARIA 001/2024 - SMS

Publicação Nº 5509155

PORTARIA Nº 001/2024/SMS/SJ

DESIGNA O NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS CONDUTAS INAPROPRIADAS ENVOLVENDO SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos II da Lei Orgânica Municipal, e considerando a demanda recebida por meio dos Memorandos n. 546/2023/SMS e 618/2023/SMS, além do Parecer jurídico n. 26/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS a Secretária da Saúde no uso de suas disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância, em caráter sigiloso, para apurar os fatos descritos nos Memorandos n. 546/2023/SMS e 618/2023/SMS, bem como no Parecer jurídico n. 26/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS.

Art. 2º. Designar Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas acima descritas, sendo integrada pelos seguintes membros e presidida pelo primeiro:

- Beatriz Steingreber de Barros – Matrícula nº 4323459;



- Danielli Stahelin Boeing – Matrícula nº 4291808;
- Taiana de Melo Silva Rocha – Matrícula nº 339792.

Art. 3º. A comissão ora nomeada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Para cumprir suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A participação na comissão será considerada função pública e não remunerada.

São José, 04 de janeiro de 2024.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 002/2024 - SMS

Publicação Nº 5509157

PORTARIA Nº 002/2024/SMS/SJ

DESIGNA O NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS CONDUTAS INAPROPRIADAS ENVOLVENDO SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos II da Lei Orgânica Municipal, e considerando a demanda recebida por meio do Memorando n. 490/2023/VISA/SMS/SJ e Parecer Jurídico n. 27/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS a Secretária da Saúde no uso de suas disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância, em caráter sigiloso, para apurar os fatos descritos no Memorando n. 490/2023/VISA/SMS/SJ e Parecer Jurídico n. 27/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS.

Art. 2º. Designar Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas acima descritas, sendo integrada pelos seguintes membros e presidida pelo primeiro:

- Zilda Schmitt – Matrícula nº 110540;
- Francisco Reis Tristão – Matrícula nº 375179;
- Josiane da Silveira Ribeiro – Matrícula nº 229369.

Art. 3º. A comissão ora nomeada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Para cumprir suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A participação na comissão será considerada função pública e não remunerada.

São José, 04 de janeiro de 2024.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 003/2024 - SMS

Publicação Nº 5509158

PORTARIA Nº 003/2024/SMS/SJ

DESIGNA O NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS CONDUTAS INAPROPRIADAS ENVOLVENDO SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos II da Lei Orgânica Municipal, e considerando a demanda recebida por meio dos Memorandos n. 170/2023/NEPS/SMS/SJ e n. 650/2023/DAP/SMS, bem como do Parecer Jurídico n. 28/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS a Secretária da Saúde no uso de suas disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância, em caráter sigiloso, para apurar os fatos descritos nos Memorandos n. 170/2023/NEPS/SMS/SJ e n. 650/2023/DAP/SMS, bem como do Parecer Jurídico n. 28/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS.

Art. 2º. Designar Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas acima descritas, sendo integrada pelos seguintes membros e presidida pelo primeiro:

- Lilian Vizentin – Matrícula nº 223441;
- Djudi Vieira Rosa – Matrícula nº 4314247;
- Jaíne Rodrigues da Luz – Matrícula nº 4267699.

Art. 3º. A comissão ora nomeada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Para cumprir suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A participação na comissão será considerada função pública e não remunerada.

São José, 04 de janeiro de 2024.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 004/2024 - SMS

Publicação Nº 5509160

PORTARIA Nº 004/2024/SMS/SJ

DESIGNA O NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS CONDUTAS INAPROPRIADAS ENVOLVENDO SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos II da Lei Orgânica Municipal, e considerando a demanda recebida por meio do Memorando n. 523/2023/SMS e Parecer Jurídico n. 29/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS a Secretária da Saúde no uso de suas disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância, em caráter sigiloso, para apurar os fatos descritos no Memorando n. 523/2023/SMS e Parecer Jurídico n. 29/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS.

Art. 2º. Designar Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas acima descritas, sendo integrada pelos seguintes membros e presidida pelo primeiro:

- Lilian Renata Constante – Matrícula nº 4321138;
- Amanda Aparecida Torres Rodelo – Matrícula nº 325287;
- Bruna Telemberg Sell – Matrícula nº 309079.

Art. 3º. A comissão ora nomeada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Para cumprir suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A participação na comissão será considerada função pública e não remunerada.

São José, 04 de janeiro de 2024.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 005/2024 - SMS

Publicação Nº 5509162

PORTARIA Nº 005/2024/SMS/SJ

DESIGNA O NOME DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DE SUPOSTAS CONDUTAS INAPROPRIADAS ENVOLVENDO SERVIDOR.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, incisos II da Lei Orgânica Municipal, e considerando a demanda recebida por meio do Memorando n. 275/2023/VIEP/SMS/PMSJ e Parecer Jurídico n. 31/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS a Secretária da Saúde no uso de suas disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de Sindicância, em caráter sigiloso, para apurar os fatos descritos no Memorando n. 275/2023/VIEP/SMS/PMSJ e Parecer Jurídico n. 31/2023/ASSESSORIA JURÍDICA/SMS.

Art. 2º. Designar Comissão visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas acima descritas, sendo integrada pelos seguintes membros e presidida pelo primeiro:

- Zilda Schmitt – Matrícula nº 110540;
- Jardel Scremin Magagnin – Matrícula nº 4264789;
- Soraya Maciel Goulart Cardoso e Cardoso – Matrícula nº 328081.

Art. 3º. A comissão ora nomeada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º. Para cumprir suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A participação na comissão será considerada função pública e não remunerada.

São José, 04 de janeiro de 2024.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 007/2024 - SMA

Publicação Nº 5509152

PORTARIA– SA – Nº 007/2024

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado na Procuradoria Geral do Município;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
3247	ILSON ELIAS	PROCURADOR MUNICIPAL	1995/2000	15 dias	02/01/2024

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2024.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 08 de janeiro de 2024.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 007/2024 - SMS

Publicação Nº 5509163

PORTARIA Nº 007/2024/SMS/SJ

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA 053/2023 ORIUNDA DA PORTARIA 028/2023 QUE COMPÕE A COMISSÃO DE INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 36974/2023.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias a Portaria nº 054/2023, contados a partir de 06/01/2024, para que seja finalizado o parecer jurídico-contábil que já está em andamento

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São José, 05 de janeiro de 2024.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA 008/2024 - SMA

Publicação Nº 5509153

PORTARIA– SA – Nº 008/2024

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Assistência Social;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
420433	VALDECIR JOSE JUMMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	2015/2022	45 dias	01/02/2024

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2024.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 09 de janeiro de 2024.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA SAS/PMSJ N° 001/2024

Publicação N° 5508562

PORTARIA SAS/PMSJ n° 001, de 08 de janeiro de 2024.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora, Ana Gabriela Confortin Peter de Souza, matrícula n° 426575-0, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços n° 186 e 187/2023, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 070/2023, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/93, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora, Karen Eloise dos Santos, matrícula n° 6156517, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rita de Cassia Faversoni
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA SMS/PMSJ N° 002/2024

Publicação N° 5508230

PORTARIA SMS/PMSJ n° 002, de 03 de janeiro de 2024.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL N° 18.410/23.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor, Vinicius Rodrigues Ramos, matrícula n° 433.491-4 para efetuar a fiscalização do Contrato Administrativo n° 174/2023, decorrente da Inexigibilidade n° 065/2023, nos termos do art. 117 da Lei n° 14.133/21 e do art. 74 do Decreto Municipal n° 18.410/23, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado a servidora, Mabel Cristina Ziegler, matrícula nº 154.628-5, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023

Publicação N° 5509066

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4599DD720008D02531456288C9C090ABF1D170E2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 086/2023 – Processo Digital nº 42799/2023 – Proc. Adm. 310/2023. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, COM A FINALIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM RELAÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO, PARA ATENDER A AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Fornecedor: SMI PRIME CONSULTORIA. Valor Total: R\$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais). Priscilla Adriana Dutra – Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 7817/2024

Publicação Nº 5509046

DECRETO Nº 7.817, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 30, Inciso I, da Lei Complementar Municipal nº. 083, de 29 de novembro de 2019, Estatuto dos Servidores Públicos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a partir de 11 de janeiro de 2024, a servidora pública municipal, SIMONE ZANATTA, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, matrícula n. 4.317-03.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor a partir de 11 de janeiro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Prefeito Municipal em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rafael Santin,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 001/2024/SEMAE

Publicação Nº 5509050

PORTARIA Nº 001/2024/SEMAE

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal, Jair Postay, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, matrícula n. 20-1, referente ao período aquisitivo de 01/06/2022 a 31/05/2023, para serem gozados no período de 02 a 11 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 02 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 002/2024/SEMAE

Publicação Nº 5509052

PORTARIA Nº 002/2024/SEMAE

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 88, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, no período de 09 a 11 de janeiro de 2024, as férias do servidor público municipal, Jair Postay, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, matrícula n. 20-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 09 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ
Prefeito em exercício

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 003/2024/SEMAE

Publicação Nº 5509054

PORTARIA Nº 003/2024/SEMAE

JAIR POSTAY, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas na Lei Complementar n. 073, de 05 de junho de 2018, Art. 88, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, no período de 09 e 10 de janeiro de 2024, as férias do servidor público municipal, Valdecir Lermen, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, junto a Autarquia Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, matrícula n. 11-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 09 de janeiro de 2024.

JAIR POSTAY
Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin
Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 004/2024/SEMAE

Publicação Nº 5509055

PORTARIA Nº 004/2024/SEMAE

JAIR POSTAY, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas na Lei Complementar n. 073, de 05 de junho de 2018, Arts. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Diego Smanhotto, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista, matrícula n.4-1, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021 e 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2021 a 31/03/2022, para serem gozados no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 11 de janeiro de 2024.

JAIR POSTAY

Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin

Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 005/2024/SEMAE

Publicação Nº 5509058

PORTARIA Nº 005/2024/SEMAE

JAIR POSTAY, Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas na Lei Complementar n. 073, de 05 de junho de 2018, Arts. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Cleitiane Mônica Toigo, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Op. Manut. e Exp. do SEMAE, matrícula n. 6-1, referente ao período aquisitivo de 22/04/2020 a 21/04/2021, para serem gozados no período de 17 a 31 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 17 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 11 de janeiro de 2024.

JAIR POSTAY

Diretor Geral do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin

Departamento Pessoal

PORTARIA Nº 028/2024

Publicação Nº 5509048

PORTARIA Nº 028/2024

ELMAR JOSÉ HENTZ, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Catarina de Lima, ocupante do cargo efetivo de Merendeira C.I, matrícula n.1.259-1, referente ao período aquisitivo de 07/02/2022 a 06/02/2023, para serem gozados no período de 03 de janeiro a 1º de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 11 de janeiro de 2024.

ELMAR JOSÉ HENTZ

Prefeito em exercício

NEURÍ BALEN

Secretário Municipal de Transportes e Obras

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin

Departamento Pessoal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.418, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507832

DECRETO Nº 8.418, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

Permite o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, para a realização do evento "Show De Humor com Fabio Rabin", a ser promovido na data de 20 de janeiro de 2024, pela empresa Desfrontera Produções e Eventos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 43.636.139/0001-39.

Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 20 UFRMs (vinte Unidades Fiscais de Referência Municipal), correspondente à quantia de R\$ 3.129,60 (três mil cento e vinte e nove reais e sessenta centavos), conforme disposto no Decreto nº 8.091, de 28 de junho de 2023.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.419, DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510801

DECRETO Nº 8.419, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.

Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 8.075, de 07 de junho de 2023, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a partir de 15 de janeiro de 2024, o Decreto nº 8.075, de 07 de junho de 2023, que "proíbe a realização de horas extras, serviços extraordinários, contratação de pessoal e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2024

Publicação Nº 5507517

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2024.

Abre inscrições e baixa normas para a formação de cadastro de reserva de Professores e de Assistentes Técnicos Pedagógicos, em caráter temporário, para o ano letivo de 2024, na Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.742, de 09 de abril de 2008, suas alterações posteriores e demais disposições legais aplicáveis à espécie;

CONSIDERANDO que embora tenha ocorrido a prorrogação da vigência do Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 09/2022 para o ano letivo de 2024, algumas áreas específicas do ensino não foram supridas devido à insuficiência de candidatos aprovados, havendo a necessidade de formação de novo cadastro de reserva de Professores para referidas áreas;

CONSIDERANDO que o início das aulas na Rede Municipal de Ensino está previsto para 14 de fevereiro de 2024, não havendo tempo hábil para repetição de processo seletivo de provas e de títulos nos mesmos moldes do Edital 09/2022, conforme previsão legal contida no §3º do art. 3º da Lei nº 1.742/2008;

Resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, destinado à formação de cadastro de reserva de Professores e de Assistentes Técnicos Pedagógicos, em caráter temporário, para o ano letivo de 2024, na Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. Dos requisitos indispensáveis para a inscrição:

1.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente ON-LINE, gratuitamente, pelo próprio candidato através do site: www.saolourenco.sc.gov.br/concurso por meio do link disponível para realização de inscrição no Processo Seletivo, no período de 15 a 21 de janeiro de 2024, iniciando às 00h00min do dia 15 de janeiro e finalizando-se às 23h59min do dia 21 de janeiro de 2024.

1.1.2. O candidato deverá ler de forma completa e atenta este Edital, localizar no sítio eletrônico acima mencionado o link correlato ao Processo Seletivo, preencher integralmente e de forma correta a Ficha de Inscrição, fazendo a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza de que possui todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação.

1.1.2.1. O candidato poderá se inscrever para até 02 (duas) funções, respeitado o limite de exercício de 40 (quarenta) horas semanais. Porém, se classificado em ambas, deverá optar por uma das vagas.

1.1.3. O candidato é responsável pelas informações constantes na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros no seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

1.1.4. Ao realizar a sua inscrição on-line o candidato deverá imprimir, verificar a exatidão das informações contidas na Ficha de Inscrição e assinar a mesma, tornando-se responsável pelas informações.

1.1.5. Após preencher a Ficha de Inscrição on-line para dar continuidade ao processo de inscrição no Processo Seletivo, o candidato deverá digitalizar todos os documentos obrigatórios descritos no item 3.5 deste Edital e enviar a documentação conforme as orientações constantes no item 3.1.2, até dia 21 de janeiro de 2024.

1.1.6. Caso o candidato não possua acesso à internet, poderá este fazer uso dos computadores na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 703, Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 07h30min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas.

1.1.7. A validação da inscrição será realizada pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, após analisados os documentos.

1.1.8. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

1.1.9. As inscrições que preencherem as condições exigidas serão homologadas e divulgadas, conjuntamente com a classificação, a partir do dia 25 de janeiro de 2024, no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br/concurso e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

2. DAS VEDAÇÕES

2.1. O candidato não poderá se inscrever neste Processo Seletivo quando:

a) Tiver sofrido penalidade disciplinar no exercício de cargo, emprego ou função pública de quaisquer dos Poderes da União, Estados ou Municípios, nos cinco anos anteriores ao ingresso (artigo 7º, inciso VII da LC 118/2010);

b) Perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10 do artigo 37, da Constituição Federal;

c) Tiver desistido da vaga escolhida em outro Processo Seletivo, cujo edital detinha previsão a respeito de impedimento de firmar novo vínculo contratual com o Município e autarquias municipais, durante o prazo previsto.

2.2. O candidato deverá completar, até a data da admissão, idade mínima de 18 (dezoito) anos.

3. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E TÍTULOS

3.1. Os títulos devem ser digitalizados no modo "frente e verso" no mesmo arquivo, em formato PDF. Entende-se por "digitalizados" os títulos escaneados a partir de seu documento original, sendo desconsiderados títulos "fotografados" ou ainda outro meio que não permita a sua perfeita identificação.

3.1.1. A digitalização deve ser em tamanho real do título, sem qualquer tipo de redução ou ampliação. Títulos digitalizados em tamanhos diversos ao original não serão avaliados, sendo indeferidos e não pontuados. Da mesma forma, deve-se manter o esquema original de cores do título, ou seja, sendo um título "colorido" deve ser digitalizado mantendo-se o padrão de cores, sob pena de indeferimento, em caso de alterações.

3.1.2. Os títulos deverão ser enviados através do site oficial do Município de São Lourenço do Oeste (site da Prefeitura), do seguinte modo:

a) acessar o endereço eletrônico www.saolourenco.sc.gov.br;

b) encontrar a opção "Gestão Digital";

c) clicar na aba "PROTOCOLO";

d) efetuar o cadastro de e-mail e senha de acesso (ou utilizar e-mail e senha já cadastrados), marcando a caixa "não sou um robô" e clicando em prosseguir;

e) selecionar o assunto "Processo Seletivo - Educação";

f) preencher os dados solicitados (nº do processo seletivo, nome do candidato e vaga pretendida);

g) utilizar a opção "anexar" para enviar os documentos e títulos digitalizados;

h) clicar na opção "protocolar".

3.2. Serão indeferidos os documentos e títulos que não atenderem ao disposto neste item, em especial às seguintes ocorrências:

a) Títulos que em seu original são coloridos e são apresentados em preto e branco;

b) Arquivos com margens que não existem no título físico;

c) Arquivos que não contenham a frente e o verso do título dispostas em paginação eletrônica 1 e 2, sendo a página 1 para a frente do título e a página 2 para o seu verso. Títulos que não tenham informações no verso devem apresentar a página 2 em branco;

- d) Títulos digitalizados em proporção diversa ao tamanho real do título, sendo indeferidos os títulos apresentados com compressão ou ampliação;
- e) Arquivos de baixa resolução, que não permitam a correta identificação e avaliação do título apresentado;
- f) Títulos não compreendidos nas categorias ou fora dos prazos de realização previstos aos títulos;
- g) Arquivos que contenham mais de um título, sendo indeferidos todos os apresentados nesta condição;
- h) Arquivos que contenham apenas a frente ou apenas o verso do título, mesmo que disposto em mais de um arquivo;
- i) Títulos que não foram digitalizados a partir do seu documento original, não devendo ser digitalizado a partir de qualquer tipo de cópia;
- j) Arquivos que contenham marcações, numerações, legendas ou qualquer outro elemento que não exista no documento original.

3.3. O prazo de apresentação dos documentos tem início com a abertura das inscrições e se encerra na data e hora previstas para o final das inscrições.

3.4. Somente serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, emitidos em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi CONCLUÍDO. Em caso de declarações, deve constar a justificativa para a não emissão dos certificados, acompanhado do histórico de disciplinas e carga horária.

3.5. Documentos obrigatórios para a inscrição:

- a) Ficha de inscrição on-line, devidamente assinada;
- b) Cédula de Identidade;
- c) Comprovante de situação cadastral no CPF emitido on-line (poderá ser expedido no endereço eletrônico: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);
- d) Comprovante de habilitação na área de atuação, conforme segue:

d.1) Para atuar nas áreas de Espanhol, Arte, Informática, Ensino Religioso, Ciências, Inglês, Educação Especial, Intérprete de Libras, Braille e Assistente Técnico Pedagógico:

HABILITADO:

- a) Diploma e/ou histórico escolar de Licenciatura do curso superior, em conformidade com a disciplina de atuação;
 - a.1) Para o cargo de Professor de Informática: Curso superior em Informática;
 - a.2) Para o cargo de Professor de Educação Especial: Licenciatura em Educação Especial ou Pedagogia com Especialização em Educação Especial ou Psicopedagogia ou Neuropsicopedagogia;
 - a.3) Para o cargo de Professor Intérprete de Libras: Licenciatura em Letras/Libras ou Libras/Língua Portuguesa. Em todas as formações, o candidato deverá ser ouvinte, bem como ter domínio e fluência em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
 - a.4) Para o cargo de Professor de Braille: Licenciatura em Educação Especial ou Pedagogia com certificado específico na área de Deficiência Visual, com carga horária mínima de 40 horas, com domínio do sistema Braille e do Sorobã, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

Obs.: Conforme previsão contida no §2º-A do art. 3º da Lei nº 1.742/2008, o candidato que estiver cursando o último semestre de licenciatura (ou bacharelado, no caso do Professor de Informática) na área de sua inscrição, poderá se inscrever como Professor Habilitado, desde que apresente documento comprobatório expedido pela instituição de ensino frequentada. Em caso de aprovação, na eventual convocação para assumir o cargo, o candidato deverá apresentar os documentos que comprovem a conclusão desta licenciatura, sob pena de reclassificação para o final da lista classificatória, caso não haja a comprovação.

NÃO HABILITADO:

- a) Comprovante de estar cursando a partir da terceira fase (ou semestre) do curso superior em Licenciatura na área em que pretende atuar ou;
- b) Diploma e/ou histórico em outro curso superior em Licenciatura que tenha, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas na disciplina específica ou;
- c) Para as disciplinas de Inglês e Espanhol, poderá se inscrever o candidato que apresentar comprovante de conclusão ou declaração de frequência de mais de 01 (um) ano em Escolas de Línguas;
- d) Para o cargo de Professor de Braille, será admitido diploma e/ou histórico em outro curso superior em Licenciatura, com comprovação de horas de cursos na área específica.

d.1.1) O candidato que no momento da inscrição no Processo Seletivo, porventura não estar em posse do Diploma poderá apresentar Certificado de Conclusão de Curso Superior ou Declaração de Colação de Grau, ambos acompanhados de histórico escolar.

3.6. É necessária a comprovação da qualificação do candidato para fins de classificação, cuja documentação abaixo deverá ser digitalizada (frente e verso) em um único arquivo:

- 3.6.1. Certificado e/ou Diploma de Conclusão de Especialização, Mestrado ou Doutorado na disciplina específica, expedido por instituições de ensino com reconhecimento pelo MEC (mínimo de 360 horas);
- 3.6.2. Declaração de experiência profissional (tempo de serviço), expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias com respectivos períodos, contendo data de início e término da atividade nas Redes de Ensino Municipal, Estadual ou Particular;
- 3.6.3. Cursos extracurriculares: Certificados e declarações de cursos de aperfeiçoamento na área da educação, realizados entre janeiro de 2021 e novembro de 2023, até a quantidade máxima de 200 (duzentas) horas. Serão aceitos certificados digitais que contenham a possibilidade da autenticação eletrônica.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E PONTUAÇÃO

4.1. A classificação e pontuação inicial dos candidatos dar-se-á em ordem decrescente, obedecendo aos seguintes critérios:

4.1.1. Atender toda fase documental exigida:

Para atuação nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental na área desejada:

- a) Especialização específica da disciplina:

- a.1) Pós-Graduação em nível de Doutorado - 10 pontos;
a.2) Pós-Graduação em nível de Mestrado - 08 pontos;
a.3) Pós-Graduação em nível de Especialização - 05 pontos;
a.4) Licenciatura Plena na área de atuação - 04 pontos.
a.5) A pontuação de que trata esta alínea "a" é atribuída ao título mais relevante, sendo necessária apenas a apresentação do título de maior reconhecimento. Somente será pontuado um único título para esta categoria. Em se apresentando mais de um título para este item, os demais serão desconsiderados.
b) Comprovante de estar cursando a partir da terceira fase (ou semestre) do curso superior em Licenciatura na área em que pretende atuar: 3 (três) pontos; ou
c) Licenciatura Plena em outro curso superior, desde que conste na matriz curricular 180 (cento e oitenta) horas/aula na disciplina específica: 3 (três) pontos;
d) Comprovante de curso de línguas para as disciplinas de Inglês e de Espanhol: 2 (dois) pontos;
e) Comprovante de curso de Braille: 2 (dois) pontos.

5. DO DESEMPATE

5.1. Após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste Edital, verificada a ocorrência de empate, o desempate será feito a partir da verificação da soma complementar da pontuação, obtida dos critérios a seguir:

- a) Experiência profissional no magistério;
b) Número de pontos por cursos extracurriculares.

5.2. A atribuição de pontos para cada um dos quesitos deverá observar as regras constantes no subitem 5.5.1 deste Edital.

5.3. No cálculo de pontos por experiência profissional computar-se-á a fração de, no mínimo, 15 (quinze) dias ou mais como um mês e será considerada como data limite 30 de outubro de 2023.

5.4. Para a contagem do tempo de serviço, será efetuada apenas a contagem de um período, independente do candidato ter atuado simultaneamente em mais de uma instituição.

5.5. Da pontuação para desempate

5.5.1. A pontuação para desempate será de forma complementar aos pontos obtidos na forma do item 4 e deverá observar as seguintes regras:

- a) 1,0 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no Magistério, até o limite máximo de 5 (cinco) anos;
b) 1,0 (um) ponto para cada 20 (vinte) horas em cursos, até o limite máximo de 200 (duzentas) horas;
c) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou com maior idade, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso);
d) sorteio público.

5.6. Da pontuação máxima

5.6.1. A pontuação máxima admitida será de 99 (noventa e nove) pontos, observados os critérios estabelecidos nos itens 4.1.1 e 5.5.1 para todos os fins e efeitos.

5.7. Somente será considerado aprovado neste Processo Seletivo o candidato que obtiver pontuação mínima de 01 (um) ponto.

6. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1. As listas classificatórias serão divulgadas no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br/concurso e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br, a partir do dia 25 de janeiro de 2024.

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias, a partir da data da divulgação da classificação preliminar para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, através de requerimento via Gestão Digital/Protocolo/PROT-SME - Protocolo Educação, disponível no site oficial do Município, selecionando como assunto a opção "Recurso Processo Seletivo" e apresentando a fundamentação que entender devida.

7.1.1. A resposta será encaminhada no e-mail cadastrado pelo candidato no sistema Gestão Digital/Protocolo.

7.2. Em hipótese alguma serão fornecidas cópias da documentação de outros candidatos.

7.3. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração o resultado final será homologado por meio de Decreto a ser publicado no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br/concurso e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. DAS VAGAS

8.1. Quando da abertura de vagas, a escolha será realizada de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo e conforme consta do quadro a seguir:

Nº Vagas	Área de atuação	Cargo
CR*	Espanhol - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Espanhol - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Inglês - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Inglês - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Professor de Educação Especial	Habilitado
CR*	Ensino Religioso - Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Ensino Religioso - Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado

CR*	Arte - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Arte - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Informática - Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
CR*	Informática - Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
CR*	Professor Intérprete de libras	Habilitado
CR*	Professor Intérprete de libras	Não Habilitado
CR*	Professor de Braille	Habilitado
CR*	Professor de Braille	Não Habilitado
CR*	Assistente Técnico Pedagógico	Habilitado

*Cadastro de reserva.

8.1.1. Tendo em vista tratar-se de Cadastro de Reserva, quando houver a abertura de vagas os candidatos aprovados serão convocados na estrita ordem de classificação, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, o que deverá ocorrer dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 1.742 de 09 de abril de 2008.

8.2. Os candidatos para o cargo de Professor poderão ter carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, desde que haja compatibilidade de horários.

8.3. Caso o candidato convocado possua outra função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

8.4. O candidato que for aposentado como servidor do magistério público, poderá ser contratado como ACT, em novo cargo do Quadro do Magistério Público Municipal com carga horária de 10 a 40 horas semanais, conforme o item 2 e 3 do Prejulgado nº 1778, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

8.5. Em qualquer momento no decorrer do ano letivo, mediante o surgimento de vaga para o cargo, o candidato poderá ser convocado e deverá manifestar sua aceitação no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará na desistência da vaga.

8.6. Tanto para a convocação quanto para a concordância do candidato, a comunicação se dará por meio do telefone informado na ficha de inscrição e do aplicativo "Whatsapp", cujo conteúdo das mensagens será mantido registrado.

8.6.1. No caso de o candidato não fazer uso do aplicativo referido no item anterior, a convocação se dará por SMS ou através de e-mail, servindo o comprovante de envio como termo inicial do prazo de que trata o item 8.5.

8.7. O candidato classificado para a vaga existente será convocado para a posse, quando então, caso não aceite nenhuma das vagas oferecidas a que tem direito, será deslocado para o final de lista de classificados daquele ano letivo, mediante o remanejamento da mesma, passando-se o candidato imediatamente posterior para o lugar daquele que foi transferido para o fim da lista.

8.8. O candidato que não se fizer presente no dia do preenchimento das vagas, sem apresentar justificativa plausível na mesma data, será excluído do Processo Seletivo e da lista classificatória durante toda a vigência do certame.

8.9. Caso o candidato não compareça, mas apresente a justificativa, será deslocado para o final da lista de classificação daquele ano letivo, passando-se o candidato imediatamente posterior para o lugar daquele que foi transferido para o fim da lista.

8.10. Na eventual admissão de candidato que, no momento da convocação, esteja usufruindo de licença para tratamento da própria saúde ou licença à gestante, aplicar-se-á o disposto no item anterior, ocorrendo o deslocamento para o final de lista de classificados.

8.11. As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as unidades escolares nas quais prestarão serviço.

8.12. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma ficará impedido de escolher outra vaga ou inscrever-se em outro processo seletivo para o Magistério Municipal durante o prazo de vigência deste certame, mesmo que seja em outra área ou em disciplina diversa daquela em que tenha realizado a inscrição, exceto se a desistência decorrer de posse em cargo ou emprego público decorrente de concurso.

8.13. Após o candidato escolher a vaga de seu interesse e caso no decorrer do ano letivo surjam novas vagas, não será permitido remoções e permutas para outras unidades escolares de professores que já fizeram suas opções.

9. DA ADMISSÃO

9.1. A partir da homologação do resultado, cumpridas todas as etapas exigidas, no caso de abertura de vagas, obedecida a ordem de classificação, o candidato deverá realizar exame admissional, por médico da empresa responsável pela área de medicina do trabalho, contratada pelo Município, que conferirá sua aptidão física e mental para a contratação e o preenchimento da respectiva vaga.

9.2. Para fins de admissão, o Professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar ao setor competente desta Municipalidade (setor de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda Adjunta), os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga:

9.2.1. Cópias e originais:

a) Carteira de Identidade;

b) Comprovante de situação cadastral no CPF emitido on-line (poderá ser expedido no endereço eletrônico: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>)

c) Comprovante de qualificação cadastral on line:

<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml>

d) Título Eleitoral e Quitação Eleitoral (última eleição);

e) Carteira de Trabalho e Previdência Social: Série/Número/Data Emissão;

- f) Nº de PIS ou PASEP;
- g) Certificado de Reservista (se for o caso);
- h) Registro no Órgão Profissional de Classe, se for o caso (exigível apenas para o Professor de Educação Física, não sendo o caso deste Edital);
- i) Certidão de Nascimento/Casamento ou Certidão de Óbito (do cônjuge quando for o caso de viúvo (a));
- j) Certidão de filhos menores de 21 anos ou Declaração que não possui dependentes: CPF obrigatório do dependente;
- k) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 (cinco) anos;
- l) Diploma e Histórico Escolar do curso superior para o cargo de Professor Habilitado, em conformidade com a área de atuação, bem como demais exigências constantes no item 3.5, alínea "d" deste Edital;
- m) Comprovante de habilitação/escolaridade descrito no item 3.5, alínea "d", conforme o caso, para o cargo de Professor Não Habilitado;
- n) Endereço atualizado (conta água ou luz);
- o) Número da conta corrente operação 0037 (conta salário) junto a CEF (Caixa Econômica Federal) - levar a autorização do setor de Recursos Humanos para abertura de conta;
- p) Tipagem Sanguínea;
- q) Atestado de Saúde Física Mental (agendado pelo setor de Recursos Humanos);
- r) Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio (art. 15, §3º da LC 118/10);
- s) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, bem como do recebimento de proventos de aposentadoria e sua origem (art. 15, §3º da LC 118/10);
- t) Declaração de Aptidão ao Serviço Público (art. 7º, VII, do Estatuto dos Servidores);
- u) Certidão Criminal - <https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes>
- v) 01 Foto 3x4 Recente;
- x) Telefone para contato.

9.3. O candidato será admitido em caráter excepcional e temporário para fins de suprir a ausência temporária do funcionalismo público e substituição por um período máximo de um ano letivo, podendo ser demitido a qualquer tempo a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

9.4. O Professor admitido mediante o presente Processo Seletivo será submetido ao regime jurídico especial, estabelecido pela Lei n.º 1.742, de 09 de abril de 2008 e alterações (contratação de pessoal do magistério em caráter temporário).

9.5. O candidato admitido por meio do presente Processo Seletivo receberá o vencimento constante no quadro a seguir:

Professor habilitado (ensino superior), com carga horária de 40 horas semanais.	R\$ 4.060,98
Professor não habilitado, com carga horária de 40 horas semanais.	R\$ 2.785,63

9.6. O Professor contratado com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, receberá o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), 50% (cinquenta por cento) e 75% (setenta e cinco por cento), respectivamente, de acordo com o vencimento correspondente à sua habilitação.

9.7. Serão acrescidas ao valor do vencimento, as seguintes vantagens financeiras:

- a) Percentual de acordo com a Lei nº 1.742/2008, e alterações posteriores; e
- b) Vale-alimentação, no valor de R\$ 485,59 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), de acordo com a Lei nº 2.315, de 27 de março de 2017, atualizada, proporcional à carga horária;
- b.1) O vale-alimentação será concedido de forma proporcional de acordo com a carga horária cumprida tendo direito ao seu recebimento integral o servidor com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade para o ano letivo de 2024.

10.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da

Administração, respeitada a classificação obtida. Neste sentido, no que tange ao Cadastro de Reserva, este constitui somente e tão somente uma expectativa de direito do candidato selecionado, portanto, não obrigando o Município à convocação.

10.3. O professor contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07 (sete) dias.

10.3.1. O não cumprimento do disposto no item 10.3 deste Edital implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

10.4. O Município poderá revogar ou rescindir as contratações oriundas deste Processo Seletivo a qualquer tempo, na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações relativas ao cargo ou ineficácia no exercício das atribuições.

10.5. Ao assumir as turmas, o Professor deverá ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecido, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, de acordo com o art. 13, inciso V, da LDB nº 9.394/1996 e art. 14, inciso V, da Lei nº 1.779/2008 do Sistema Municipal de Ensino.

10.6. O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular este Processo Seletivo.

10.7. Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste Edital.

10.8. Os candidatos inscritos neste Processo Seletivo autorizam o uso de seus dados pessoais, nos termos da Instrução Normativa nº 11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

10.9. Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente Edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

10.10. Eventuais vagas que surgirem durante o ano letivo de 2023, serão supridas pela admissão dos classificados para o Cadastro de Reserva neste Processo Seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

10.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação

dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

ANEXO I
(Edital de Processo Seletivo nº 03/2024)

PREVISÃO DE CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	DATA PREVISTA
Inscrições e envio dos documentos (on-line)	15/01/2024 a 21/01/2024
Publicação da homologação das inscrições e classificação preliminar	A partir de 25 de janeiro de 2024
Interposição de recursos à classificação	02 (dois) dias após a divulgação
Homologação do Processo Seletivo	Após o encerramento da fase de recursos

* O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, sendo de total responsabilidade do candidato acompanhar o desenvolvimento do certame nos meios de divulgação previstos neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

ANEXO II
(Edital de Processo Seletivo nº 03/2024)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

PROFESSOR

I - Ministrar aulas garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem; II - executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem; III - elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência; IV - avaliar o desempenho dos alunos de acordo com as normas do Sistema Municipal de Ensino e orientações do Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação; V - cooperar com os serviços dos especialistas em Assuntos Educacionais; VI - promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender diferenças individuais; VII - promover aulas e trabalhos com os alunos que apresentem dificuldade de aprendizagem; VIII - colaborar e comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões e outras promoções, desde que convocado pelo Diretor da escola ou pela Secretaria Municipal de Educação; IX - cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; X - zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com urbanidade; XI - efetuar registros da atuação escolar dos alunos, fornecer dados e relatórios de suas atividades; XII - zelar pela conservação do espaço físico, limpeza e bom nome da escola; XIII - participar e/ ou organizar reuniões com os pais de seus alunos; XIV - seguir as diretrizes do ensino emanadas dos órgãos superiores competentes e as estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino e Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação; XV - desenvolver projetos educacionais e participar de atividades que visem ao aperfeiçoamento e à atualização do profissional da rede municipal de ensino; XVI - realizar acompanhamento das atividades dos alunos na biblioteca escolar ou biblioteca pública; XVII - desempenhar outras tarefas relativas à docência.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes Público Alvo da Educação Especial;
II - Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
III - Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais;
IV - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
V - Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
VI - Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante;
VII - Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação;
VIII - Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes nas atividades escolares;
IX - Elaborar relatórios anuais individuais sobre desenvolvimento dos estudantes público alvo da Educação Especial.

PROFESSOR DE BRAILLE

I - preparar materiais pedagógicos e recursos específicos;
II - avaliar as necessidades educacionais dos alunos;
III - atuar no processo de ensino-aprendizagem;

- IV - pesquisar sobre temas de interesse da área;
- V - demonstrar competências pessoais;
- VI - participar da elaboração do projeto político-pedagógico da escola;
- VII - divulgar conhecimentos da área;
- VIII - participar do desenvolvimento de diferentes programas de atendimento educacional;
- IX - participar de atividades pedagógico-administrativas.

PROFESSOR INTÉRPRETE DE LIBRAS

- I - Mediar situações de comunicação entre surdos e demais membros da comunidade escolar;
- II - viabilizar a interação e a participação efetiva do aluno nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar;
- III - informar à comunidade escolar sobre as formas mais adequadas de comunicação com os alunos surdos;
- IV - interpretar, de forma fidedigna, as informações e conhecimentos veiculados em sala de aula e nas demais;
- V - dar oportunidade à expressão dos alunos surdos por meio da tradução, de forma fidedigna, de suas opiniões e reflexões;
- VI - ter conhecimento prévio e domínio dos conteúdos e temas a serem trabalhados pelo professor, evitando a improvisação e proporcionando maior qualidade nas informações transmitidas;
- VII - ter um relacionamento amistoso com o professor regente de turma, oferecendo informações adequadas sobre a importância da interação deste com os alunos surdos; classe, atividades festivas, entre outros, fazendo as mediações de comunicação necessárias para alunos e/ou profissionais surdos;
- VIII - sugerir aos docentes a adoção das estratégias metodológicas visuais mais adequadas ao favorecimento da aprendizagem dos alunos surdos;
- IX - cumprir integralmente a carga horária designada, de modo a oferecer apoio especializado aos alunos surdos em todas as disciplinas previstas na matriz curricular semanal para a série em questão;
- X - participar das atividades pedagógicas que envolvem o coletivo da escola: reuniões pedagógicas, conselhos de atividades curriculares desenvolvidas no contexto escolar; XI - submeter-se aos direitos e deveres previstos, aos demais profissionais, no regimento da escola;
- XII - estar presente às reuniões pedagógicas e administrativas, limitando sua participação aos seus interesses profissionais, às questões de comunicação e acessibilidade dos surdos, bem como àqueles que se referem à sua função interpretativa e educativa.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

- I - participar de estudos e pesquisas de natureza técnica, administrativa e pedagógica; II - garantir que a escola cumpra sua função social de socialização do conhecimento; III - promover a articulação entre a escola, família e comunidade; IV - participar com a comunidade na (re)construção e efetivação do projeto político pedagógico; V - garantir o acesso e permanência do aluno na escola; VI - participar do diagnóstico da escola junto à comunidade escolar, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive; VII - participar da elaboração do planejamento curricular, garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redimensionador permanente do currículo; VIII - contribuir para que aconteça a articulação teoria-prática; IX - contribuir para que a avaliação se desloque do aluno para o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento; X - atuar no reforço escolar; XI - possibilitar a participação dos pais e alunos no Conselho de Classe; XII - promover a reflexão sobre as consequências sociais do processo de rotulação, discriminação e exclusão do aluno economicamente carente; XIII - promover a articulação trabalho-escola; XIV - discutir alternativas com o Conselho Municipal de Educação para o redimensionamento da educação municipal; XV - criar alternativas com o conselho de merenda escolar para a melhoria no atendimento das reais necessidades nutricionais dos alunos; XVI - garantir que o trabalho seja o princípio educativo na escola; XVII - estimular e promover iniciativas de participação e democratização da escola; XVIII - estimular a reflexão coletiva de valores (ética, cidadania, liberdade, justiça e comprometimento social); XIX - buscar atualização permanente, socializando os conhecimentos; XX - desenvolver o autoconceito positivo, visando a aprendizagem do aluno, bem como a construção de sua identidade pessoal e social; XXI - influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; XXII - efetuar visitas às salas de aula para acompanhamento dos alunos; XXIII - participar do Conselho de Classe tomando as decisões que favoreçam o crescimento do aluno; XXIV - comprometer-se com o encaminhamento dos alunos com problemas de saúde física, mental e audiovisual, buscando a integração e interação dos mesmos no ensino regular; XXV - executar outras tarefas relativas à função de especialistas em educação; XXVI - auxiliar na distribuição de recursos físicos e materiais disponíveis na escola; XXVII - prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem; XXVIII - auxiliar na coleta e organização de informações, dados estatísticos da escola e documentação; XXIX - comprometer-se com atendimento às reais necessidades escolares; XXX - executar outras atividades de acordo com as necessidades da escola.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2024.

AGUSTINHO ASSIS MENEGATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508554

PORTARIA Nº 001, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso VI, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a partir de 03 de fevereiro de 2024, a carga horária do Servidor Publico Municipal CLAUDEMIR RODRIGUES, matrícula nº 44/01, ocupante do cargo efetivo de Agente Cultural III, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de Janeiro de 2024.

JADER GABRIEL IORIS
Presidente da Autarquia

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2024.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

HOMOLOGACAO_SELETIVO_SIMPLIFICADO_N_011_2023_MOTORISTA

Publicação Nº 5508209

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC
ESTADO DE SANTA CATARINA

HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL Nº 011/2023

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Wilson Trevisan, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na legislação vigente, torna público a Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 011/2023 para a seleção de candidatos ao cargo de Motorista.

1.0 MOTORISTA:

Classificação	Candidato	Data de Nascimento	Tempo de Serviço (Anos)	Pontuação
1º	ROBERTO PEDRO BATTISTI	24/08/1962	10	12,00
2º	NELSON GABRIEL DE LLATTO	10/03/1970	10	12,00
3º	MARCOS DRASZEWSKI	29/08/1983	8	10,00
4º	JUAREZ CARLOS SCHREINER	01/06/1971	6	8,00
5º	GABRIEL HENRIQUE KUHN WEBER	22/04/1999	4	6,00
6º	SIDINEI LEÃO	14/07/1987	2	4,00
7º	MAICON JOEL MOSENA	20/12/1987	2	4,00
8º	JONAS REINKE	12/03/1986	1	3,00
9º	CLEITON BONAMIGO ZILLI	11/06/1997	1	3,00
10º	AMARILDO PIEREZAN	07/06/1967	0	2,00
11º	LARQUEJEAN DOS SANTOS ARAUJO	20/04/1973	0	2,00
12º	BERNARDO OPPERMANN ALBERTO	18/06/1997	0	2,00
13º	ROQUE ODY	12/07/1953	DESCCLASSIFICADO Item 6.5, alínea G.	
14º	SANDRO RICARDO MEES	21/06/1976	DESCCLASSIFICADO Item 6.5, alíneas E e G.	

São Miguel do Oeste - SC, 11 de janeiro de 2024

[assinado digitalmente]
Wilson Trevisan
Prefeito Municipal

NOTIFICACAO_TOP_HOUSE

Publicação Nº 5508198

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste/SC
Comissão Permanente de Sanção de Empresas - Portaria nº 0517/2023
Rua Marcílio Dias, 1199, Centro, São Miguel do Oeste - SC, (49) 3631-2000

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA**TOP HOUSE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI**

CNPJ: 37.652.650/0001-21

Serve o presente expediente para NOTIFICAR a pessoa jurídica TOP HOUSE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELLI, CNPJ: 37.652.650/0001-21 acerca da instauração do Processo Administrativo, conforme Portaria nº 0517/2023, de 05 de outubro de 2023, publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

A comissão designada, irá apurar descumprimento contratual e possível aplicação de penalidade em desfavor da empresa TOP HOUSE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº 37.652.650/0001-21, que sagrou-se vencedora do item 01 do Processo Licitatório nº 154/2022, Pregão Eletrônico nº 81/2022, que tinha como objeto o "Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de confecção de tapetes - almofadas sob medida destinados a atender as necessidades das Unidades de Educação Infantil (creches), do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I Termo de Referência do Edital", considerando que há relatos de indícios de inexecução contratual por parte da contratada, referente às Autorizações de Fornecimento nºs 3513/2022, 432/2023 e 1464/2023.

A Cláusula Vigésima Segunda do Edital do Processo Licitatório nº 154/2022, Pregão Eletrônico nº 81/2022, prevê as sanções e penalidades a que a empresa está passível de aplicação, em razão do não cumprimento das obrigações assumidas, conforme segue:

22.1.4. Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no Edital:

I. Advertência;

II. Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;

III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

22.1.5. Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no Edital:

I. Advertência;

II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;

III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

22.1.6. Por causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual:

I. Advertência;

II. Ressarcimento ao erário;

III. Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta; IV. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste, pelo prazo de até 02 (dois) anos."

Concede-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da confirmação de recebimento desta notificação, para que a empresa TOP HOUSE COMÉRCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI apresente a DEFESA PRÉVIA, informando e especificando as provas que pretende produzir, inclusive testemunhal, objetivando esclarecer os fatos sob apuração. Caso não haja manifestação da empresa no prazo concedido, a Comissão procederá com a continuidade do Processo Administrativo.

A investigada poderá acompanhar todos os atos instrutórios do processo, por meio do sistema 1Doc, no link: <https://saomigueldooeste.1doc.com.br> e código externo 776.616.987.523.991.809. Além disso, se necessário, poderá solicitar o processo completo em arquivo PDF a esta comissão.

Por fim, ressalta-se que esta Comissão se encontra em funcionamento, nos dias normais de expediente, na Prefeitura Municipal, no horário das 7h45min às 11h45min, e das 13h15min às 17h15min.

Por gentileza, acusar o recebimento da presente notificação.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de janeiro de 2024.

Gabriela C. Damian Karla M. Utzig Larissa C. Welter
Presidente Membro Membro

PORT_0030_JANETE MARIA RIES EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL 2

Publicação Nº 5508265

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0030/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar 024, de 10 de outubro de 2013, e,

Considerando o Memorando 833/2024, com a solicitação de exoneração da servidora Janete Maria Ries, do cargo de Diretora de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR do cargo de Diretora de Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social, a servidora pública municipal efetiva JANETE MARIA RIES, a partir de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2024, revogando a Portaria SAGP/

DDP n.º 925/2023, de 08 de maio de 2023.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rothenbach
Técnico Administrativo

PORT_0031_INSTAURA_SINDICANCIA_PARA_APURACAO_POSSIVEIS_IRREGULARIDADES_SECRETARIA_MUNICIPAL_DE_OBRAS

Publicação Nº 5508985

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0031/2024

INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega a Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições dos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e

Considerando os termos do artigo 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), que dispõe que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa e o contraditório;

Considerando que os membros que atuarão em cada caso concreto serão designados por Portaria, em sistema de revezamento, compondo-se cada Comissão com, no mínimo, 03 (três) membros, nos termos do artigo 3º do Decreto Municipal n. 9.972/2023;

Considerando o Memorando 12.714/2023, com o relato de possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Obras, no que diz respeito a suposto desvio de função e a orientação para abertura de Processo Sindicante;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Alekssandro Reolon Jardim, matrícula n. 2193592, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Edineia Lorenzet Gewehr, matrícula n. 2200451, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário e Inês Carla Persch Theobald, matrícula n. 2192624, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, todos integrantes da Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pelo Decreto Municipal n. 9.972/2023, para compor Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Edineia Lorenzet Gewehr.

Art. 2º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuarem os trabalhos da Comissão instituída por meio desta Portaria, ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual período, nos termos do parágrafo único do artigo 145 do Estatuto dos Servidores Públicos, e deverá seguir o procedimento estabelecido no Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012.

Art. 4º A Comissão terá que realizar todos os procedimentos necessários de forma eletrônica, por meio do sistema 1DOC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rothenbach
Técnico Administrativo

PORT_0032_RETIFICAR_PORTARIA_2153_2023_FERIAS_DEZEMBRO_2023

Publicação Nº 5508987

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0032/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a emissão da Portaria SAGP/DDP n. 2153/2023, de 20 de dezembro de 2023, de concessão de férias para dezembro de 2023, para os servidores que protocolaram os respectivos pedidos pelo sistema 1DOC e que foram devidamente autorizados pelas chefias imediatas;

Considerando o Memorando 967/2024 com a solicitação de interrupção das férias do servidor Chevanir Noé, diante do retorno do servidor às atividades em 08 de janeiro de 2024;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo;

RESOLVE:
Art. 1º RETIFICAR a Portaria SAGP/DDP n. 2153/2023, de 20 de dezembro de 2023:

Onde se lê:

“Anexo I

Servidor	Data inicial	Data Final
CHEVANIR NOÉ	26/12/2023	24/01/2024

Leia-se:

“Anexo I

Servidor	Data inicial	Data Final
CHEVANIR NOÉ	26/12/2023	07/01/2024

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2024.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rothenbach
Técnico Administrativo

PORT_0033_RETIFICAR_PORTARIA_0026_24_EXONERAR_CONSELHEIROS_TUTELARES

Publicação Nº 5508988

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0033/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e da Lei nº 4.812/2001, de 29 de junho de 2001 e alterações;

Considerando o disposto no art. 32-G, §3º, da Lei Municipal 4.812/2021, que estabelece que o mandato dos Conselheiros Tutelares será de 4 (quatro) anos;

Considerando a Portaria SGPT/DDP n. 8/2020, de 06 de janeiro de 2020, que nomeou como Conselheiras Tutelares Janete Delurdes Zanatta Buffalo, Evanice Terezinha Wronski, Vanice Maria Pilatti Lazarotto, Louise Caroline Kummer Mallmann e Geni de Oliveira;

Considerando a Portaria SAGP/DDP n. 2149/2023, de 20 de dezembro de 2023, que exonerou, a pedido, a servidora Louise Caroline Kummer Mallmann;

Considerando a emissão da Portaria SAGP/DDP n. 0026/2024, de 09 de janeiro de 2024, de exoneração dos Conselheiros Tutelares nomeados pela Portaria SGPT/DDP n. 8/2020, de 06 de janeiro de 2020;

Considerando a omissão da informação da data de vigência da exoneração dos Conselheiros Tutelares, com término de mandato no ano de 2024;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria SAGP/DDP n. 0026/2024, de 09 de janeiro de 2024:

Onde se lê:

“Art. 1º EXONERAR, EM RAZÃO DO TÉRMINO DO MANDATO, os Conselheiros Tutelares atualmente em exercício, nos termos da Lei Municipal n. 4812/2001:

Janete Delurdes Zanatta Buffalo
Evanice Terezinha Wronski
Vanice Maria Pilatti Lazarotto
Geni de Oliveira”

Leia-se:

“Art. 1º EXONERAR, EM RAZÃO DO TÉRMINO DO MANDATO, a partir de 09 de janeiro de 2024, os Conselheiros Tutelares atualmente em exercício, nos termos da Lei Municipal n. 4812/2001:

Janete Delurdes Zanatta Buffalo
Evanice Terezinha Wronski
Vanice Maria Pilatti Lazarotto
Geni de Oliveira”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de janeiro de 2024.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
JANAÍNA MINETTO
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]
Abigail Laís Folmer Rochenbach
Técnico Administrativo

PORT_0034_RETIFICAR_PORTARIA_0027_24_NOMEAR_CONSELHEIROS_TUTELARES

Publicação Nº 5508991

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0034/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e da Lei nº 4.812/2001, de 29 de junho de 2001 e alterações;

Considerando a Resolução 006/2023, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tornou público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Miguel do Oeste;

Considerando a emissão da Portaria SAGP/DDP n. 0027/2024, de 09 de janeiro de 2024, de nomeação dos Conselheiros Tutelares eleitos para iniciarem o mandato no ano de 2024;

Considerando a omissão da informação da data de início da vigência da nomeação dos Conselheiros Tutelares eleitos;

Considerando que a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo.

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a portaria SAGP/DDP n. 0027/2024, de 09 de janeiro de 2024:

Onde se lê:

“Art. 2º O mandato será de 4 (quatro) anos e iniciará ao término do mandato em curso”

Leia-se:

“Art. 2º O mandato será de 4 (quatro) anos e iniciará ao término do mandato em curso, tendo por data inicial o dia 10 de janeiro de 2024.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2024.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Abigail Laís Folmer Rothenbach

Técnico Administrativo

PORT_0035_LUISA_ELLEN_FOLMER_CONTRATAR_EM_CARATER_TEMPORARIO_AGENTE_SAUDE_E_REVOGAR_PORTARIA_0009_24

Publicação Nº 5508992

PORTARIA SAGP/DDP Nº 0035/2024

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da competência que lhe confere o inciso IV, do Art. 1º, do Decreto 9.607/2021, que delega à Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas as competências e atribuições constantes nos incisos VIII, X, XIV, XVI, XIX, XX, XXV, XXVII, XXXIV, XXXV e XLIV, todos do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2023, cujo resultado foi homologado em 30 de junho de 2023;

Considerando o Memorando 47.875/2023, com a solicitação de contratação de profissional para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, para atuar na Unidade Básica de Saúde do bairro São Jorge, em substituição à servidora Marlene de Fatima Lacerda de Mattos, que se encontra em afastamento previdenciário;

Considerando as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde e que atualmente não há concurso público vigente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde;

Considerando a aplicação dos princípios da eficiência, da continuidade da do serviço público e do interesse público à Administração;

Considerando os termos do Contrato de Admissão em Caráter Temporário de Pessoal firmado pelas partes;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Senhora LUISA ELLEN FOLMER, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Unidade Básica de Saúde do bairro São Jorge, na Secretaria Municipal de Saúde, para o período de 05 de janeiro de 2024 até que perdure o afastamento da titular ou até 04 de janeiro de 2026, sem possibilidade de prorrogação.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 78 a 87, 89 a 93, 97 a 111, 115 a 126, 128 a 185, 188, 190, 191, 193 e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2024, revogando a Portaria SAGP/DDP n. 0009/2024, de 04 de janeiro de 2024.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE,SC.

Em 11 de janeiro de 2024.

[assinado digitalmente]

JANAÍNA MINETTO

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

E no Portal da Transparência do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

[assinado digitalmente]

Abigail Laís Folmer Rothenbach

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO 06/2024 - PREFEITURA

Publicação Nº 5507691

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 429C586EE126FC857D479D6FDE91A4DC611A42E9

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir da Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS ALUNOS E PACIENTES QUE APRESENTAM RESTRIÇÕES ALIMENTARES, ALERGIAS OU INTOLERÂNCIAS ATENDIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 15 de janeiro de 2024 até às 08h15 do dia 29 de janeiro de 2024.

Abertura da sessão pública: Às 08h30 do dia 29 de janeiro de 2024.

Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133/2021.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631-2006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de janeiro de 2024.


THAÍS JALINE SIPPERT COSTA

Secretária de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 5/2024

Publicação Nº 5507576

Página: 1 / 2

 <div>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE</div> <div>CNPJ: 82.821.174/0001-80 Telefone: (49) 3631-2000 Endereço: RUA MARCÍLIO DIAS, 1199 - CENTRO CEP: 89900-000 - São Miguel do Oeste</div>	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2024
	Processo Adm.: 5/2024 Data do Processo: 10/01/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:**

5/2024
- b) **Nr. Licitação:**

2/2024 - DL
- c) **Modalidade:**

Dispensa de licitação
- d) **Data de Homologação:**

11/01/2024
- e) **Objeto da Licitação:**

RATEIO CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER E O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE /SC OBJETIVANDO RATEAR DESPESAS DO PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL, QUE PREVÊ SOBRE A GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE IMPACTO LOCAL, BEM COMO NO DESENVOLVIMENTO, ARTICULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, CONFORME LEI FEDERAL N. 11.107/2005 E RESOLUÇÃO Nº 39/2023 DO CONSÓRCIO.

Participante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

Item	Especificação	Marca	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATO DE RATEIO OBJETIVANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - RATEIO DESPESAS DE PESSOAL.		12,000	MES	7.164,5600	85.974,72
2	CONTRATO DE RATEIO OBJETIVANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS - RATEIO DESPESAS DE MANUTENÇÃO.		12,000	MES	3.306,7200	39.680,64
3	CONTRATO DE RATEIO OBJETIVANDO A GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. RATEIO DESPESAS DE INVESTIMENTO.		12,000	MES	551,1200	6.613,44
Total do Participante:						132.268,80

São Miguel do Oeste, 11/01/2024

THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Total Geral: 132.268,80

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Transferências ao Consórcio Conder	07.003.18.542.0031.2963.3.1.71.00.00	R\$ 85.974,72
Transferências ao Consórcio Conder	07.003.18.542.0031.2963.3.3.71.00.00	R\$ 39.680,64
Transferências ao Consórcio Conder	07.003.18.542.0031.2963.4.4.71.00.00	R\$ 6.613,44

São Miguel do Oeste, 11/01/2024

.....
THAIS JALINE SIPPERT COSTA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO
DE PESSOAS

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N° 155/2023

Publicação N° 5508183

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 155/2023

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a senhora MARISTELA TAMBANI BORELLI brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº.683.099.889-15, residente a Rua Libera Julia Rodrigues, nº 04, Real Parque, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a (Processo Seletivo 01/2021), conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de Técnico de enfermagem descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 18/12/2023, findando no dia do retorno da servidora Jessica Guerrilha Svenson.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de 40 (quarenta horas), cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de dezembro de 2023.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

MARISTELA TAMBANI BORELLI

CONTRATADA

Testemunhas:,

PORTARIA Nº 012/2024

Publicação Nº 5507705

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 012/2024

Concede férias ao servidor LORRAN LAURO VITOR FRANCISCO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor LORRAN LAURO VITOR FRANCISCO, ocupante do cargo Secretário Municipal Tributação e Fiscalização, férias de 23 dias que gozará a partir de 08/01/2024 á 30/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 013/2024

Publicação N° 5507710

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 013/2024

Concede férias a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeiro - PSF, férias de 30 dias que gozará a partir de 16/01/2024 á 14/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 014/2024

Publicação N° 5507721

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 014/2024

Concede férias ao servidor ALEXANDRE ADEMAR HOELLER

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor ALEXANDRE ADEMAR HOELLER, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, férias de 12 dias que gozará a partir de 15/01/2024 á 26/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 015/2024

Publicação Nº 5507753

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 015/2024
Concede férias ao servidor LEONARDO RICHARTZ

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor LEONARDO RICHARTZ, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, férias de 20 dias que gozará a partir de 01/02/2024 á 20/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2024

Publicação Nº 5507758

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 016/2024
Concede férias ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor JOSÉ LEONARDO SCHULLER MARTINS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, férias de 07 dias que gozará a partir de 19/02/2024 á 25/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2024

Publicação Nº 5507761

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 017/2024

Concede férias ao servidor FERNANDO MARTINS MEDEIROS

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor FERNANDO MARTINS MEDEIROS, ocupante do cargo de Motorista II, férias de 30 dias que gozará a partir de 11/01/2024 á 09/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 018/2024

Publicação Nº 5507777

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 018/2024

Concede férias a servidora FLAVIA CLASEN DE SOUZA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora FLAVIA CLASEN DE SOUZA, ocupante do cargo de Diretor de Escola, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2024

Publicação Nº 5507780

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 019/2024

Concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora MARICELIA LOHN DA SILVA, ocupante do cargo de Professor Auxiliar de Sala, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 020/2024

Publicação N° 5507782

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 020/2024
Concede férias a servidora JANE JUNCKES

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar n°. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora JANE JUNCKES, ocupante do cargo de Professor Auxiliar de Sala, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 021/2024

Publicação N° 5507788

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 021/2024
Concede férias ao servidor FELIPE PEREIRA RODRIGUES

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar n°. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor FELIPE PEREIRA RODRIGUES, ocupante do cargo de Secretário da Administração e Finanças, férias de 10 dias que gozará a partir de 22/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 022/2024

Publicação N° 5507789

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 022/2024

Concede férias a servidora MARIA CRISTINA CORREIA COSTA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora MARIA CRISTINA CORREIA COSTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Saúde Bucal - PNAISP, férias de 16 dias que gozará a partir de 08/01/2024 á 23/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 023/2024

Publicação N° 5507792

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 023/2024

Concede férias ao servidor LUIZ CARLOS VIEIRA JUNIOR

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias ao servidor LUIZ CARLOS VIEIRA JUNIOR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, férias de 16 dias que gozará a partir de 25/01/2024 á 09/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 024/2024

Publicação N° 5507793

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 024/2024

Concede férias a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora SCHEILA CRISTINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Professor III, férias de 30 dias que gozará a partir de 02/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2024

Publicação Nº 5507796

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 025/2024

Concede férias a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora PATRICIA CRAVO COELHO BARROS, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista, férias de 10 dias que gozará a partir de 22/01/2024 á 31/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 026/2024

Publicação Nº 5507797

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 026/2024

Concede férias a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora FRANCISLEINE KUHN PAVANATI, ocupante do cargo de Secretário da Educação, Cultura e Desporto, férias de 20 dias que gozará a partir de 10/01/2024 á 29/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2023/2024.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 027/2024

Publicação Nº 5507798

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 027/2024
Concede férias a servidora NAZARÉ DA SILVA EMERENCIANO

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora NAZARÉ DA SILVA EMERENCIANO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF férias de 30 dias que gozará a partir de 15/01/2024 á 13/02/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 029/2024

Publicação Nº 5507802

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 029/2024
Concede Licença Prêmio a servidora ALINA LOPES GOYA

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ALINA LOPES GOYA, ocupante do cargo efetivo de Professor III, Licença Prêmio referente ao período aquisitivo 2016 a 2021.

Art. 2.º- O servidor fará gozo da licença pelo período de trinta dias, a partir de 01/02/2024.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2024

Publicação Nº 5508056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 031/2024

Autoriza a readaptação da servidora ANDREIA APARECIDA ANDRE.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Fica autorizada a readaptação da servidora ANDREIA APARECIDA ANDRE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer atividades laborativas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, pelo período de 180 dias a contar de 10/01/2024, conforme determinação de laudo médico pericial.

Art. 2.º- A readaptação não modificara a remuneração e o nível do cargo original.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/01/2024.

Art. 4.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2024

Publicação Nº 5508559

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 032/2024

Concede férias a servidora LISIE SILVA DALSASSO JOAQUIM

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede férias a servidora LISIE SILVA DALSASSO JOAQUIM, ocupante do cargo de Farmacêutica, férias de 10 dias que gozará a partir de 16/01/2024 á 25/01/2024, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, o qual a servidora teve seu gozo de férias interrompido devido a necessidade do interesse público e suas demandas devido a função de seu cargo.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º - Servidora teve seu gozo de férias interrompido, conforme a portaria nº 662/2023.

Art. 4.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 11 de Janeiro de 2024.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA N. 11, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510817

PORTARIA N. 11, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCOS ROBERTO HOSS, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica demitida do cargo ACT de Professora de Inglês a Servidora Maridiane Alves da Silva Schwaab, a partir de 09 de janeiro de 2023.

Art. 2º. Esta Portaria contém seus efeitos a partir da data de sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 11 de janeiro de 2024.

MARCOS ROBERTO HOSS
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 6376/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5510813

DECRETO Nº 6376/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024.

LAURO TOMCZAK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2707/2023 de 18 de dezembro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.101.551,92 (um milhão, cento e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 -SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO

05.004 -SUPERVISÃO ESCOLAR

05.004.12.361.3.2015 -Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.34.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc.	R\$ 595.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.550.0000.0550 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$ 51.022,80
05.004.12.365.3.2026 -Manutenção Jardins	
3.3.90.34.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc.	R\$ 55.000,00
05.004.12.365.3.2016 -Manutenção dos Centros de Educação Infantil	
3.3.90.34.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc.	R\$ 298.000,00

09 -SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.002 -DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.002.8.244.15.2067 -Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
3.3.41.43.00.00.00.00 - 1.500.0000.0500 -Subvencoes Sociais	R\$ 11.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 2.500.0000.0500 -Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R\$ 91.029,12

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO

05.004 - SUPERVISÃO ESCOLAR

05.004.12.361.3.2015 - Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.11.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ R\$595.500,00
05.004.12.365.3.2026 - Manutenção Jardins	
3.1.90.11.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ R\$55.000,00
05.004.12.365.3.2016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil	
3.1.90.11.00.00.00.00 - 1.500.1001.0500 -Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ R\$298.000,00

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.002 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.002.8.244.15.2067 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
3.3.50.43.00.00.00.00 - 1.500.0000.0500 -Subvencoes Sociais	R\$ R\$11.000,00

Art. 3º - Para complementar a Alteração Orçamentária não coberta pelos recursos que trata o artigo 2º será utilizado o Superávit Financeiro proveniente do(s) seguinte(s) recurso(s): Ordinário no valor de R\$ 91.029,12 (noventa e um mil, vinte e nove reais e doze centavos); e de transferência – Salário Educação - no valor de R\$ 51.022,80 (cinquenta e um mil, vinte e dois reais e oitenta centavos).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos no Art. 2º da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de janeiro de 2024.

LAURO TOMCZAK

Prefeito Municipal

Publicado por:

VINICIUS CASANOVA DE OLIVEIRA

Analista de Licitações e Contratos

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 3026

Publicação Nº 5509121

DECRETO Nº 3026, DE 11 JANEIRO DE 2024

Estabelece calendário para cobrança de tributos municipais e altera o prazo de vencimento do Alvara de Funcionamento Regular de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X da Lei Orgânica Municipal e combinado com o art. 62, parágrafo único do art. 132, do art. 228 e art. 263 da Lei Complementar nº 25/2006 que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Seara, revoga leis anteriores, e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º O Calendário Fiscal do exercício de 2024, para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, da Taxa de Verificação de Funcionamento Regular de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços e Outros – TVFR, Taxa de Coleta de Lixo – TCL, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN - Fixo, fica assim estabelecido:

MESES													
TRIBUTU	DIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
IPTU	20			X	X	X							
TVFR	15			X	X	X							
TCL	20			X	X	X							
ISSQN	15			X	X	X	X	X	X				

§ 1º No pagamento em parcela única (valor integral do IPTU), a ser realizado até o dia 20 de março, haverá um desconto de 10% (dez por cento) do valor total do imposto.

§ 2º No pagamento do IPTU em três parcelas, sendo a primeira no dia 20 de março e as demais nos meses seguintes, não haverá o desconto previsto no parágrafo anterior do presente artigo.

§ 3º Fica prorrogado até o dia 15 de março de 2024 a vigência do Alvará de Funcionamento Regular de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria, Prestação de Serviços, emitidos no ano/exercício 2023.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 11 de janeiro de 2024.

Edemilson Canale
Prefeito

Registra-se e Publica-se
Em, 11 de janeiro de 2024

Jerson Antônio Brusamarello
Secretário da Fazenda

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 020/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507437

DECRETO Nº 020/2024 DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ESCALA DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ITAMAR LUIZ FERREIRA, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2023/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o período de férias, constante no Decreto nº 318/2023 de 14 de novembro de 2023, do Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, Sr. ITAMAR LUIZ FERREIRA, conforme descrito abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
24/01/2023 A 23/01/2024	24/01/2024 A 12/02/2024	20 DIAS
24/01/2023 A 23/01/2024	ABONO PECUNIÁRIO	10 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de janeiro de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Planejamento

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2023 - PROGRAMA HABITACIONAL

Publicação Nº 5507436

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2023

HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DE MUNÍCIPES PARA PROGRAMA HABITACIONAL

O Município de Serra Alta e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social tornam pública a prorrogação do prazo para a apresentação dos documentos exigidos no Edital n. 003/2023 (habitação de interesse social com construção de unidade habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida), aos munícipes que obedeceram ao prazo de inscrição no Programa.

O prazo para apresentação/atualização da documentação fica prorrogado até o dia 17 de janeiro de 2024, às 17 horas, junto à Secretaria de Assistência Social desta cidade.

Justifica-se essa prorrogação em decorrência das festividades de final de ano que dificultaram a busca de toda a documentação necessária.

Serra Alta/SC, 10 de janeiro de 2024.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Planejamento

VANTUIR DE MORAIS
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Sombrio

PREFEITURA

ADITIVO 05 AO CONTRATO 04/2021 FMS

Publicação N° 5507493

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO
TERMO ADITIVO 5 - CONTRATO N.04/2021
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: ESPAÇO AQUA ACADEMIA LTDA ME

OBJETO: É objeto do presente termo aditivo conceder reequilíbrio econômico-financeiro, passando para **R\$ 130,00** o valor por sessão, conforme notas fiscal em anexo.

Data da assinatura: 11/01/2024

Rafael dos Santos Silva
Secretário Municipal
de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2024

Publicação N° 5507729

MUNICIPIO DE SOMBRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 3/2024

OBJETO: A presente Ata tem por objetivo o registro de preços para a **eventual prestação de serviços para a manutenção de veículos pesados, caminhões de lixo, caçambas, ônibus, micro-ônibus e afins, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares da frota municipal de Sombrio-SC**, conforme demanda, obedecidas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, bem como as demais condições constantes no Edital e demais Anexos, do Edital de Pregão Eletrônico n° 115/2023

Detentor da Ata: CARMINATTI PEÇAS, COMERCIO E TRANSPORTES LTDA
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR: **R\$ 2.568.500,00**
Processo Licitatório n° 115/2023– Pregão Eletronico
Sombrio, 11 de Janeiro de 2024

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2024

Publicação Nº 5507933

**MUNICIPIO DE SOMBRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2024**

OBJETO: O objeto da presente licitação é a eventual contratação de **serviço de locação, montagem e desmontagem de tendas, tablados e grades de proteção para atender aos diversos eventos promovidos/apoiados pela administração pública municipal de Sombrio/SC**, conforme Termo de Referência, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, quantidades e exigências estabelecidas do Edital de Pregão Eletrônico nº 107/2023

Detentor da Ata: **ATRACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA**

VIGÊNCIA: 12 meses

VALOR: **R\$ 1.052.548,80**

Processo Licitatório nº 107/2023– Pregão Eletronico

Sombrio, 11 de Janeiro de 2024

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 4/2024

Publicação Nº 5507735

**MUNICIPIO DE SOMBRIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2024**

OBJETO: A presente Ata tem por objetivo o registro de preços para a **eventual prestação de serviços para a manutenção de veículos pesados, caminhões de lixo, caçambas, ônibus, micro-ônibus e afins, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares da frota municipal de Sombrio-SC**, conforme demanda, obedecidas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, bem como as demais condições constantes no Edital e demais Anexos, do Edital de Pregão Eletrônico nº 115/2023

Detentor da Ata: **G APARECIDA BORGES TEIXEIRA**

VIGÊNCIA: 12 meses

VALOR: **R\$ 886.000,00**

Processo Licitatório nº 115/2023– Pregão Eletronico

Sombrio, 11 de Janeiro de 2024

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

TA 02 AO CONTRATO 15/2023

Publicação N° 5508017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SOMBRIO
TERMO ADITIVO 02 - CONTRATO N. ° 15/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC
CONTRATADO: MAGNA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: É objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do **Contrato n°15/2023**, até **15/02/2024**

Data da assinatura: 11/01/2024

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Taió

PREFEITURA

CCONTRATO N. 03-2024 - RODRIGO PEDROSO

Publicação Nº 5508595

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE0B07A782AD0AC78B557CF5336D59FB615A3C8E
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 03/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAIÓ E A EMPRESA RODRIGO PEDROSO 04896031903.

Processo administrativo n.º 74/2022
Credenciamento n.º 03/2022

Credenciamento n.º 02/2022 O Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, abaixo denominado CREDENCIANTE e RODRIGO PEDROSO 04896031903, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 37.867.996/0001-47 situada na Rua Expedicionário Rafael Busarello, n. 2290, condomínio Larissa Trentini, Padre Eduardo, Taió - SC, CEP 88.407-000, representada neste ato por seu sócio RODRIGO PEDROSO, portador do CPF n. 048.960.319-03, residente e domiciliado no município de Taió - SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei n. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento n. 03/2022, processo administrativo n. 74/2022, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui-se como objeto do presente edital, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELETRECISTA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, tudo conforme este edital e seus anexos.

1.1 Para tanto define-se:

- MANUTENÇÃO: Atividade que implica em conservar obra, aparelho, máquina e/ou equipamento em bom estado de uso e/ou operação.
- SERVIÇO: toda atividade como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

1.2 As práticas dos serviços a serem contratados devem ser aplicadas segundo as regulamentações baixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego bem como as normalizações acordadas em convenções coletivas de trabalho de cada categoria.

1.3 Os serviços deverão ser executados por pessoal capacitado que desenvolverá as tarefas, acompanhadas e fiscalizadas sua execução, por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1.4 As quantidades propostas são estimadas para o período de 12 (doze) meses a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 O prestador de serviço será convocado, conforme previsão do subitem 6.1.3 do edital de credenciamento vinculado a este contrato, através do e-mail ou telefone indicados na proposta, para que, em até 24 (vinte e quatro) horas, comparecer ao local e elabore orçamento prévio dos serviços de manutenção a serem prestados, possibilitando a expedição da ordem de serviço.

1.1.1 Excetua-se do prazo constante deste item na hipótese de urgência, assim identificada pela administração quando do contato com o fornecedor do serviço, hipótese em que o mesmo deverá comparecer no local em até 2 (duas) horas do contato e prestar, independente de orçamento prévio, o serviço necessário a estancar a urgência relatada.

1.2 No orçamento prévio/estimativo, deverá constar, no mínimo, o tipo de serviço a ser realizado, quantidade estimativa de horas para execução, nome e assinatura do responsável.

1.3 Estancada a urgência, e ainda necessitando de conserto para evitar reincidência, aplica-se o disposto no caput deste item.

2.4 Os serviços regulares de manutenção serão iniciados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

2.5 Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

1.6 O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

1.7 Durante o prazo de garantia, o credenciado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

1.8 O objeto da presente licitação deverá ser prestado pelo credenciado, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Ordem de Compra expedida pelo setor competente do Município.

1.9 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes necessárias para o exercício de cada atividade, sendo de total responsabilidade da Credenciado todas as despesas inerentes à realização dos serviços, como uniformes, E.P.I's, deslocamento, material e/ou equipamentos de trabalho, alimentação, hospedagem, salário, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sob pena do Credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

1.10 O credenciado deverá preencher o Relatório Diário de Obras, fazendo constar data, horário, local, serviços executados, que serão devidamente atestados por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

- 1.11 Será obrigatório a apresentação de cópia do Relatório Diário de Obras juntamente com a Nota Fiscal dos serviços executados;
- 1.12 Fica estabelecido que os serviços serão prestados:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
 - b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.
- 2.13 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.14 Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.
- 2.15 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.
- 2.16 Por ocasião da prestação dos serviços, o Município de Taió-SC, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.17 Os serviços resultantes deste credenciamento deverão, obrigatoriamente, serem feitos parceladamente nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

- 3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento dos serviços e emissão da Nota Fiscal, ou quinzenalmente, no caso de prestação de serviços que forem estimados, através de ordem de serviço, com previsão de conclusão maior que 30 (trinta) dias.
- 3.1.1 A nota fiscal deverá ser entregue à contabilidade acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa);
 - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
 - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
 - f) Relatório do diário de obra.
- 3.2 Fica o CREDENCIANTE/CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;
- 3.3 O pagamento poderá ser susado pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado;
- 3.3.1 Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária "valor registrado = homem/hora".
- 3.3.2 Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser realizados com a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do Município.
- 3.3.3 O fornecedor será comunicado para expedição da nota de serviço pelo setor solicitante, após confirmação dos serviços efetivamente realizados.
- 3.3.4 Não serão aceitas notas fiscais expedidas sem a confirmação dos serviços pela secretaria requisitante, respondendo exclusivamente o prestador do serviço com os custos inerentes à revisão.
- 3.3.5 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
- 3.3.6 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.
- 2.3 Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA CONTRATUAL

- 3.1 O prazo para assinatura do contrato de credenciamento será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do comunicado que a Administração fizer à credenciada, depois de esgotados os prazos recursais, após a homologação do credenciamento.
- 4.2 A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicados pela empresa nos documentos apresentados, bem como pelo Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
- 4.3 Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.
- 4.4 A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato na Central de Licitações, localizada na Prefeitura de Taió, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a empresa sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 em especial o artigo 81.
- 4.5 O contrato reger-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n. 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.
- 4.6 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração Pública a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 4.7 A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readaptação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.
- 4.8 O edital, contratos e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Cumprir as obrigações assumidas no contrato;
- b) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;
- c) Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa contratada para a execução dos serviços;
- d) Efetuar pagamento, nos prazos e condições definidas no Edital;
- e) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- f) Aplicar penalidades às credenciadas, quando for o caso;
- g) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- h) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- i) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- j) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante nos locais destinados à prestação dos serviços;
- k) Exercer o correto acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do município o qual registrará as ocorrências, comunicando a contratada, que deverá providenciar a necessária regularização sempre que apontada;
- l) Solicitar, uma vez comprovada a necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da contratante, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

4.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência sempre que solicitado pelas Secretarias Municipais;
- b) Fornecer o número de funcionários adequadamente para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- c) Fornecer os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município de Taió ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem que se fizerem necessários;
- f) Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- g) A empresa contratada é responsável pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;
- h) Os serviços serão pagos conforme medição efetuada pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- i) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- j) Executar os serviços conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante;
- k) Substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços;
- l) Seguro de vida dos funcionários;
- m) Custos indiretos de administração, encargos sociais e fiscais;
- n) Os funcionários deverão utilizar uniforme da empresa e EPI com atestado de treinamento;
- o) As ferramentas necessárias para operacionalização do serviço;
- p) A empresa deverá prestar todas as certidões necessárias e nota fiscal;
- q) A empresa deverá entregar para fins da segurança de trabalho o Relação de funcionários ou contratados que executarão a reforma, Ficha de registro, PPRA, ASO, Ordem de serviço, Registro de EPI;
- r) Todos os horistas que realizarão trabalho em altura deverão apresentar a NR35 e trabalho com eletricidade a NR10;
- s) A empresa deve apresentar a certificação NR18 dos seu funcionários, se exigido;

5.3 A inadimplência do credenciado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do credenciamento;

5.4 É de inteira responsabilidade do credenciado toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços a serem prestados, tais como: uniformes, E.P.Is., transporte, encargos sociais, alimentação e qualquer outra despesa adicional que possa existir em referência a execução o objeto do presente credenciamento;

5.5 Se o credenciado não atender a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e em Lei;

5.6 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do credenciado pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo do credenciamento;

5.7 O presente Credenciamento é resultado de estimativa para uso durante o exercício de 2022, podendo variar para mais ou para menos e será prestado de forma fragmentada mediante requisição prévia do setor competente, sendo objeto de faturamento e pagamento os serviços efetivamente prestados;

5.8 A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO RECURSO E DA VIGÊNCIA

5.1 A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

5.2 A indicação do prestador de serviço credenciado para a apresentação de orçamentos para as Unidades Demandantes seguirá a ordem de rodízio entre os credenciados para cada item de contratação, gerenciados através de Banco de Dados coordenado por servidor indicado pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, para atuar com fiscal técnico do Contrato, sendo que o serviço deverá ser atestado por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

5.3 O credenciamento da empresa será válido pelo prazo de exercício contábil a contar da data de emissão do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo da validade deste Edital de Credenciamento.

5.4 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício de 2024.

5.5 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser

prorrogado de acordo com a Lei n.º 8.666/93, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

6.1 O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

a) modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO/CONTRATADO;

b) rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

c) fiscalizar-lhe a execução;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.

d) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados;

e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2 As sanções previstas nos subitens “a, c, d”, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 O atraso injustificado na prestação de serviço sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

8.4 A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela credenciada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93;

8.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CREDENCIADO/CONTRATADO;

9.2 Obriga-se o CREDENCIADO/CONTRATADO a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CREDENCIADO/CONTRATADO, fica a CREDENCIANTE/CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação;

9.3 A CREDENCIANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela CREDENCIANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

9.4 A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da CREDENCIANTE.

9.5 A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

9.6 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CREDENCIADO/CONTRATADO e a CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

9.7 O CREDENCIADO/CONTRATADO responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CREDENCIANTE/CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com o CREDENCIADO/CONTRATADO, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho;

9.8 Caso haja condenação da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, o CREDENCIADO/CONTRATADO reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo, portanto, nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

9.2 Este credenciamento será formalizado por Ato do Prefeito, sendo de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

9.3 É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

9.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários;

9.5 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Taió/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Taió, 09 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Município de Taió
Credenciante

RODRIGO PEDROSO 04896031903
Credenciada

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA			
Local do trabalho:			
Profissional:			
Data:			
Horário início / término de trabalho:			Total horas/dia
Matutino		Vespertino	
Equipe presente na obra			
Nome:			Função:
Serviços previstos para o dia:			
Serviços executados:			
Material solicitado (pendente):			
Material recebido:			
Outras ocorrências / observações:			
Assinatura:			

CONTRATO 04-2024 - IRMAOS JAHN (1

Publicação Nº 5508604

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 17D6145CA914C72A698A324381F58DD4E43106A5
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 04/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAIÓ E A EMPRESA IRMAOS JAHN & CIA LTDA ME.

Processo administrativo n.º 74/2022

Credenciamento n.º 03/2022

O Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, abaixo denominado CREDENCIANTE e IRMAOS JAHN & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.671.647/0001-97, situada na Rua Victor Konder, nº 1075, bairro Victor Konder, Taió-SC, representada neste ato por seu sócio WOLFKANG JAHN, portador do CPF nº 538.689.949-04, residente e domiciliado no município de Taió-SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº 03/2022, processo administrativo 74/2022, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui-se como objeto do presente edital, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CARPINTARIA E SERVENTE DE CARPINTEIRO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, tudo conforme este edital e seus anexos.

1.1 Para tanto define-se:

- **MANUTENÇÃO:** Atividade que implica em conservar obra, aparelho, máquina e/ou equipamento em bom estado de uso e/ou operação.
- **SERVIÇO:** toda atividade como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

1.2 As práticas dos serviços a serem contratados devem ser aplicadas segundo as regulamentações baixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego bem como as normalizações acordadas em convenções coletivas de trabalho de cada categoria.

1.3 Os serviços deverão ser executados por pessoal capacitado que desenvolverá as tarefas, acompanhadas e fiscalizadas sua execução, por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1.4 As quantidades propostas são estimadas para o período de 12 (doze) meses a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 O prestador de serviço será convocado, conforme previsão do subitem 6.1.3 do edital de credenciamento vinculado a este contrato, através do e-mail ou telefone indicados na proposta, para que, em até 24 (vinte e quatro) horas, comparecer ao local e elabore orçamento prévio dos serviços de manutenção a serem prestados, possibilitando a expedição da ordem de serviço.

1.1.1 Excetua-se do prazo constante deste item na hipótese de urgência, assim identificada pela administração quando do contato com o fornecedor do serviço, hipótese em que o mesmo deverá comparecer no local em até 2 (duas) horas do contato e prestar, independente de orçamento prévio, o serviço necessário a estancar a urgência relatada.

1.2 No orçamento prévio/estimativo, deverá constar, no mínimo, o tipo de serviço a ser realizado, quantidade estimativa de horas para execução, nome e assinatura do responsável.

1.3 Estancada a urgência, e ainda necessitando de conserto para evitar reincidência, aplica-se o disposto no caput deste item.

2.4 Os serviços regulares de manutenção serão iniciados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

2.5 Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

1.6 O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

1.7 Durante o prazo de garantia, o credenciado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

1.8 O objeto da presente licitação deverá ser prestado pelo credenciado, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Ordem de Compra expedida pelo setor competente do Município.

1.9 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes necessárias para o exercício de cada atividade, sendo de total responsabilidade da Credenciado todas as despesas inerentes à realização dos serviços, como uniformes, E.P.I's, deslocamento, material e/

ou equipamentos de trabalho, alimentação, hospedagem, salário, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sob pena do Credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

1.10 O credenciado deverá preencher o Relatório Diário de Obras, fazendo constar data, horário, local, serviços executados, que serão devidamente atestados por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

1.11 Será obrigatório a apresentação de cópia do Relatório Diário de Obras juntamente com a Nota Fiscal dos serviços executados;

1.12 Fica estabelecido que os serviços serão prestados:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.

2.13 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.14 Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.

2.15 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

2.16 Por ocasião da prestação dos serviços, o Município de Taió-SC, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.17 Os serviços resultantes deste credenciamento deverão, obrigatoriamente, serem feitos parceladamente nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

0.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento dos serviços e emissão da Nota Fiscal, ou quinzenalmente, no caso de prestação de serviços que forem estimados, através de ordem de serviço, com previsão de conclusão maior que 30 (trinta) dias.

3.1.1 A nota fiscal deverá ser entregue à contabilidade acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- f) Relatório do diário de obra.

3.2 Fica o CREDENCIANTE/CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;

3.3 O pagamento poderá ser susado pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado;

3.3.1 Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária "valor registrado = homem/hora".

3.3.2 Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser realizados com a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do Município.

3.3.3 O fornecedor será comunicado para expedição da nota de serviço pelo setor solicitante, após confirmação dos serviços efetivamente realizados.

3.3.4 Não serão aceitas notas fiscais expedidas sem a confirmação dos serviços pela secretaria requisitante, respondendo exclusivamente o prestador do serviço com os custos inerentes à revisão.

3.3.5 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.3.6 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.

2.3 Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA CONTRATUAL

3.1 O prazo para assinatura do contrato de credenciamento será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do comunicado que a Administração fizer à credenciada, depois de esgotados os prazos recursais, após a homologação do credenciamento.

4.2 A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicados pela empresa nos documentos apresentados, bem como pelo Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

4.3 Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.

4.4 A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato na Central de Licitações, localizada na Prefeitura de Taió, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a empresa sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 em especial o artigo 81.

4.5 O contrato reger-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.

4.6 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração Pública a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.7 A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.

4.8 O edital, contratos e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Cumprir as obrigações assumidas no contrato;
- b) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;
- c) Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa contratada para a execução dos serviços;
- d) Efetuar pagamento, nos prazos e condições definidas no Edital;
- e) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- f) Aplicar penalidades às credenciadas, quando for o caso;
- g) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- h) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- i) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- j) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante nos locais destinados à prestação dos serviços;
- k) Exercer o correto acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do município o qual registrará as ocorrências, comunicando a contratada, que deverá providenciar a necessária regularização sempre que apontada;
- l) Solicitar, uma vez comprovada a necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da contratante, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

4.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência sempre que solicitado pelas Secretarias Municipais;
- b) Fornecer o número de funcionários adequadamente para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- c) Fornecer os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município de Taió ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem que se fizerem necessários;
- f) Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- g) A empresa contratada é responsável pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;
- h) Os serviços serão pagos conforme medição efetuada pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- i) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- j) Executar os serviços conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante;
- k) Substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços;
- l) Seguro de vida dos funcionários;
- m) Custos indiretos de administração, encargos sociais e fiscais;
- n) Os funcionários deverão utilizar uniforme da empresa e EPI com atestado de treinamento;
- o) As ferramentas necessárias para operacionalização do serviço;
- p) A empresa deverá prestar todas as certidões necessárias e nota fiscal;
- q) A empresa deverá entregar para fins da segurança de trabalho o Relação de funcionários ou contratados que executarão a reforma, Ficha

de registro, PPRA, ASO, Ordem de serviço, Registro de EPI;

r) Todos os horistas que realizarão trabalho em altura deverão apresentar a NR35 e trabalho com eletricidade a NR10;

s) A empresa deve apresentar a certificação NR18 dos seu funcionários, se exigido;

5.3 A inadimplência do credenciado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do credenciamento;

5.4 É de inteira responsabilidade do credenciado toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços a serem prestados, tais como: uniformes, E.P.Is., transporte, encargos sociais, alimentação e qualquer outra despesa adicional que possa existir em referência a execução o objeto do presente credenciamento;

5.5 Se o credenciado não atender a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e em Lei;

5.6 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do credenciado pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo do credenciamento;

5.7 O presente Credenciamento é resultado de estimativa para uso durante o exercício de 2022, podendo variar para mais ou para menos e será prestado de forma fragmentada mediante requisição prévia do setor competente, sendo objeto de faturamento e pagamento os serviços efetivamente prestados;

5.8 A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO RECURSO E DA VIGÊNCIA

5.1 A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

5.2 A indicação do prestador de serviço credenciado para a apresentação de orçamentos para as Unidades Demandantes seguirá a ordem de rodízio entre os credenciados para cada item de contratação, gerenciados através de Banco de Dados coordenado por servidor indicado pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, para atuar com fiscal técnico do Contrato, sendo que o serviço deverá ser atestado por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

5.3 O credenciamento da empresa será válido pelo prazo de exercício contábil a contar da data de emissão do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de validade deste Edital de Credenciamento.

5.4 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício de 2024.

5.5 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 8.666/2023, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

6.1 O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- a) modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO/CONTRATADO;
- b) rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- c) fiscalizar-lhe a execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
- c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
- d) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2 As sanções previstas nos subitens "a, c, d", poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 O atraso injustificado na prestação de serviço sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

8.4 A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela credenciada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93;

8.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CREDENCIADO/CONTRATADO;

9.2 Obriga-se o CREDENCIADO/CONTRATADO a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CREDENCIADO/CONTRATADO, fica a CREDENCIANTE/CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação;

9.3 A CREDENCIANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela CREDENCIANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

9.4 A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da CREDENCIANTE.

9.5 A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

9.6 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CREDENCIADO/CONTRATADO e a CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

9.7 O CREDENCIADO/CONTRATADO responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CREDENCIANTE/CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com o CREDENCIADO/CONTRATADO, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho;

9.8 Caso haja condenação da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, o CREDENCIADO/CONTRATADO reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo, portanto, nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

9.2 Este credenciamento será formalizado por Ato do Prefeito, sendo de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

9.3 É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

9.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários;

9.5 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Taió/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Taió, 09 de janeiro de 2024.

Município de Taió
Horst Alexandre Purnhagen
Prefeito

Irmãos Jahn & Cia Ltda
Credenciada

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA			
Local do trabalho:			
Profissional:			
Data:			
Horário início / término de trabalho:			Total horas/dia
Matutino	Vespertino		
Equipe presente na obra			
Nome:			Função:
Serviços previstos para o dia:			
Serviços executados:			
Material solicitado (pendente):			
Material recebido:			
Outras ocorrências / observações:			
Assinatura:			

CONTRATO N. 02- 2024 - IRMAOS JAHN (1

Publicação Nº 5508585

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EC0709355BEA14CF729DEFF79F061E4DCEF5D6B3

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 02/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAIÓ E A EMPRESA IRMÃOS JAHN & CIA LTDA.

Processo administrativo n.º 47/2022
Credenciamento n.º 02/2022

O Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, abaixo denominado CREDENCIANTE e IRMÃOS JAHN & CIA LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 13.671.647/0001-97, situada na Rua Victor Konder, nº 1075, bairro Victor Konder, município de Taió-SC, representada neste ato por WOLFKANG JAHN, portador do CPF Nº 538.689.949-04, residente e domiciliado no Município de Taió-SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento nº 02/2022, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui-se como objeto do presente edital, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, tudo conforme este edital e seus anexos.

- 1.1 Para tanto define-se:
- MANUTENÇÃO: Atividade que implica em conservar obra, aparelho, máquina e/ou equipamento em bom estado de uso e/ou operação.
 - SERVIÇO: toda atividade como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

1.2 As práticas dos serviços a serem contratados devem ser aplicadas segundo as regulamentações baixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego bem como as normalizações acordadas em convenções coletivas de trabalho de cada categoria.

1.3 Os serviços deverão ser executados por pessoal capacitado que desenvolverá as tarefas, acompanhadas e fiscalizadas sua execução, por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1.4 As quantidades propostas são estimadas para o período de 12 (doze) meses a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 O prestador de serviço será convocado, conforme previsão do subitem 6.1.3 do edital de credenciamento vinculado a este contrato, através do e-mail ou telefone indicados na proposta, para que, em até 24 (vinte e quatro) horas, comparecer ao local e elabore orçamento prévio dos serviços de manutenção a serem prestados, possibilitando a expedição da ordem de serviço.

1.1.1 Excetua-se do prazo constante deste item na hipótese de urgência, assim identificada pela administração quando do contato com o fornecedor do serviço, hipótese em que o mesmo deverá comparecer no local em até 2 (duas) horas do contato e prestar, independente de orçamento prévio, o serviço necessário a estancar a urgência relatada.

1.2 No orçamento prévio/estimativo, deverá constar, no mínimo, o tipo de serviço a ser realizado, quantidade estimativa de horas para execução, nome e assinatura do responsável.

1.3 Estancada a urgência, e ainda necessitando de conserto para evitar reincidência, aplica-se o disposto no caput deste item.

2.4 Os serviços regulares de manutenção serão iniciados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

2.5 Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

1.6 O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

1.7 Durante o prazo de garantia, o credenciado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

1.8 O objeto da presente licitação deverá ser prestado pelo credenciado, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Ordem de Compra expedida pelo setor competente do Município.

1.9 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes necessárias para o exercício de cada atividade, sendo de total responsabilidade da Credenciado todas as despesas inerentes à realização dos serviços, como uniformes, E.P.I's, deslocamento, material e/ou equipamentos de trabalho, alimentação, hospedagem, salário, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sob pena do Credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

1.10 O credenciado deverá preencher o Relatório Diário de Obras, fazendo constar data, horário, local, serviços executados, que serão devidamente atestados por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

1.11 Será obrigatório a apresentação de cópia do Relatório Diário de Obras juntamente com a Nota Fiscal dos serviços executados;

1.12 Fica estabelecido que os serviços serão prestados:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.

2.13 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.14 Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.

2.15 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

2.16 Por ocasião da prestação dos serviços, o Município de Taió-SC, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.17 Os serviços resultantes deste credenciamento deverão, obrigatoriamente, serem feitos parceladamente nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

0.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento dos serviços e emissão da Nota Fiscal, ou quinzenalmente, no caso de prestação de serviços que forem estimados, através de ordem de serviço, com previsão de conclusão maior que 30 (trinta) dias.

3.1.1 A nota fiscal deverá ser entregue à contabilidade acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- f) Relatório do diário de obra.

3.2 Fica o CREDENCIANTE/CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;

3.3 O pagamento poderá ser susado pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado;

3.3.1 Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária "valor registrado = homem/hora".

3.3.2 Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser realizados com a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do Município.

3.3.3 O fornecedor será comunicado para expedição da nota de serviço pelo setor solicitante, após confirmação dos serviços efetivamente realizados.

3.3.4 Não serão aceitas notas fiscais expedidas sem a confirmação dos serviços pela secretaria requisitante, respondendo exclusivamente o prestador do serviço com os custos inerentes à revisão.

3.3.5 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.3.6 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.

2.3 Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA CONTRATUAL

3.1 O prazo para assinatura do contrato de credenciamento será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do comunicado que a Administração fizer à credenciada, depois de esgotados os prazos recursais, após a homologação do credenciamento.

4.2 A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicados pela empresa nos documentos apresentados, bem como pelo Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

4.3 Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.

4.4 A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato na Central de Licitações, localizada na Prefeitura de Taió, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a empresa sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 em especial o artigo 81.

4.5 O contrato reger-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.

4.6 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração Pública a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.7 A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.

4.8 O edital, contratos e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.2.3.1 Cumprir as obrigações assumidas no contrato;

4.2.3.2 Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;

4.2.3.3 Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa contratada para a execução dos serviços;

4.2.3.4 Efetuar pagamento, nos prazos e condições definidas no Edital;

- 4.2.3.5 Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- 4.2.3.6 Aplicar penalidades às credenciadas, quando for o caso;
- 4.2.3.7 Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- 4.2.3.8 Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- 4.2.3.9 Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- 4.2.3.10 Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante nos locais destinados à prestação dos serviços;
- 4.2.3.11 Exercer o correto acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do município o qual registrará as ocorrências, comunicando a contratada, que deverá providenciar a necessária regularização sempre que apontada;
- 4.2.3.12 Solicitar, uma vez comprovada a necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da contratante, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

4.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência sempre que solicitado pelas Secretarias Municipais;
- b) Fornecer o número de funcionários adequadamente para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- c) Fornecer os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- a) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município de Taió ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- b) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem que se fizerem necessários;
- c) Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- d) A empresa contratada é responsável pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;
- e) Os serviços serão pagos conforme medição efetuada pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência; Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- f) Executar os serviços conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante;
- g) Substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços;
- h) O não comparecimento do Responsável Técnico na obra semanalmente, invalida a prestação do serviço executado durante aquela semana, não sendo passível de pagamento;
- i) Seguro de vida dos funcionários;
- j) Custos indiretos de administração, encargos sociais e fiscais;
- k) Profissional responsável pela reforma, não é necessário na condição de funcionário;
- l) Responsabilidade técnica do devido órgão, incluso taxas, para cada serviço;
- m) O responsável técnico deverá entregar atestado de comparecimento na obra semanal;
- n) Os funcionários deverão utilizar uniforme da empresa e EPI com atestado de treinamento;
- o) As ferramentas necessárias para operacionalização do serviço;
- p) A empresa deverá prestar todas as certidões necessárias e nota fiscal;
- q) A empresa deverá entregar para fins da segurança de trabalho o Relação de funcionários ou contratados que executarão a reforma, Ficha de registro, PPRA, ASO, Ordem de serviço, Registro de EPI;
- r) Todos os horistas que realizarão trabalho em altura deverão apresentar a NR35;
- s) A empresa deve apresentar a certificação NR18 dos seu funcionários;

4.3 A inadimplência do credenciado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do credenciamento;

4.4 É de inteira responsabilidade do credenciado toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços a serem prestados, tais como: uniformes, E.P.Is., transporte, encargos sociais, alimentação e qualquer outra despesa adicional que possa existir em referência a execução o objeto do presente credenciamento;

4.5 Se o credenciado não atender a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e em Lei;

4.6 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do credenciado pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo do credenciamento;

4.7 O presente Credenciamento é resultado de estimativa para uso durante o exercício de 2022, podendo variar para mais ou para menos e será prestado de forma fragmentada mediante requisição prévia do setor competente, sendo objeto de faturamento e pagamento os serviços efetivamente prestados;

4.8 A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO RECURSO E DA VIGÊNCIA

5.1 A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

5.2 A indicação do prestador de serviço credenciado para a apresentação de orçamentos para as Unidades Demandantes seguirá a ordem de rodízio entre os credenciados para cada item de contratação, gerenciados através de Banco de Dados coordenado por servidor indicado pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, para atuar com fiscal técnico do Contrato, sendo que o serviço deverá ser atestado inclusive por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

5.3 O credenciamento da empresa será válido pelo prazo de exercício contábil a contar da data de emissão do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de validade deste Edital de Credenciamento.

5.4 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício de 2024.

5.5 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contado da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 8.666/2023, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

6.1 O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- a) modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO/CONTRATADO;
- b) rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- c) fiscalizar-lhe a execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
- c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
- d) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2 As sanções previstas nos subitens "a, c, d", poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 O atraso injustificado na prestação de serviço sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

8.4 A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela credenciada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93;

8.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CREDENCIADO/CONTRATADO;

9.2 Obriga-se o CREDENCIADO/CONTRATADO a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CREDENCIADO/CONTRATADO, fica a CREDENCIANTE/CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação;

9.3 A CREDENCIANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a

CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela CREDENCIANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

9.4 A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da CREDENCIANTE.

9.5 A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

9.6 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CREDENCIADO/CONTRATADO e a CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

9.7 O CREDENCIADO/CONTRATADO responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CREDENCIANTE/CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com o CREDENCIADO/CONTRATADO, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho;

9.8 Caso haja condenação da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, o CREDENCIADO/CONTRATADO reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo, portanto, nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

9.2 Este credenciamento será formalizado por Ato do Prefeito, sendo de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

9.3 É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

9.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários;

9.5 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Taió/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Taió, 09 de janeiro de 2024.

Município de Taió
Horst Alexandre Purnhagen
Prefeito

Irmãos Jahn & Cia Ltda
Credenciada

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA			
Local do trabalho:			
Profissional:			
Data:			
Horário início / término de trabalho:			Total horas/dia
Matutino		Vespertino	
Equipe presente na obra			
Nome:			Função:

Serviços previstos para o dia:
Serviços executados:
Material solicitado (pendente):
Material recebido:
Outras ocorrências / observações:
Assinatura:

CONTRATO N. 05-2024 - MARCIO ZANGHELINI

Publicação N° 5508709

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6774FEA881AAB49E90884D01BE3EA286CAB7B476

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 05/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAIÓ E A EMPRESA MARCIO ZANGHELINI 03348293995.

Processo administrativo n.º 74/2022

Credenciamento n.º 03/2022

O Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. Horst Alexandre Purnhagen abaixo denominado CREDENCIANTE e a empresa MARCIO ZANGHELINI 03348293995, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n. 48.475.462/0001-91, situada na Rua Felix Cattoni, n. 95, bairro Victor Konder, município de Taió-SC, representada neste ato por Marcio Zanghelini, portador do CPF n. 033.482.939-95, residente e domiciliado no Município de Taió-SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei n. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento n. 03/2022, processo administrativo n. 74/2022, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui-se como objeto do presente edital, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ELETRICISTA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, tudo conforme este edital e seus anexos.

1.1 Para tanto define-se:

- MANUTENÇÃO: Atividade que implica em conservar obra, aparelho, máquina e/ou equipamento em bom estado de uso e/ou operação.
- SERVIÇO: toda atividade como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

1.2 As práticas dos serviços a serem contratados devem ser aplicadas segundo as regulamentações baixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego bem como as normalizações acordadas em convenções coletivas de trabalho de cada categoria.

1.3 Os serviços deverão ser executados por pessoal capacitado que desenvolverá as tarefas, acompanhadas e fiscalizadas sua execução, por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1.4 As quantidades propostas são estimadas para o período de 12 (doze) meses a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 O prestador de serviço será convocado, conforme previsão do subitem 6.1.3 do edital de credenciamento vinculado a este contrato, através do e-mail ou telefone indicados na proposta, para que, em até 24 (vinte e quatro) horas, comparecer ao local e elabore orçamento prévio dos serviços de manutenção a serem prestados, possibilitando a expedição da ordem de serviço.

1.1.1 Excetua-se do prazo constante deste item na hipótese de urgência, assim identificada pela administração quando do contato com o fornecedor do serviço, hipótese em que o mesmo deverá comparecer no local em até 2 (duas) horas do contato e prestar, independente de orçamento prévio, o serviço necessário a estancar a urgência relatada.

1.2 No orçamento prévio/estimativo, deverá constar, no mínimo, o tipo de serviço a ser realizado, quantidade estimativa de horas para execução, nome e assinatura do responsável.

1.3 Estancada a urgência, e ainda necessitando de conserto para evitar reincidência, aplica-se o disposto no caput deste item.

2.4 Os serviços regulares de manutenção serão iniciados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

2.5 Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.

1.6 O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.

1.7 Durante o prazo de garantia, o credenciado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.

1.8 O objeto da presente licitação deverá ser prestado pelo credenciado, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Ordem de Compra expedida pelo setor competente do Município.

1.9 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes necessárias para o exercício de cada atividade, sendo de total responsabilidade da Credenciada todas as despesas inerentes à realização dos serviços, como uniformes, E.P.I's, deslocamento, material e/ou equipamentos de trabalho, alimentação, hospedagem, salário, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sob pena do Credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.

- 1.10 O credenciado deverá preencher o Relatório Diário de Obras, fazendo constar data, horário, local, serviços executados, que serão devidamente atestados por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.
- 1.11 Será obrigatório a apresentação de cópia do Relatório Diário de Obras juntamente com a Nota Fiscal dos serviços executados;
- 1.12 Fica estabelecido que os serviços serão prestados:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
 - b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.
- 2.13 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.14 Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.
- 2.15 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.
- 2.16 Por ocasião da prestação dos serviços, o Município de Taió-SC, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.17 Os serviços resultantes deste credenciamento deverão, obrigatoriamente, serem feitos parceladamente nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

- 3.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento dos serviços e emissão da Nota Fiscal, ou quinzenalmente, no caso de prestação de serviços que forem estimados, através de ordem de serviço, com previsão de conclusão maior que 30 (trinta) dias. Seguindo os valores definidos no edital de credenciamento, correspondente as atividades que a empresa se credenciou de acordo com a cláusula primeira deste contrato.
- 3.1.1 A nota fiscal deverá ser entregue à contabilidade acompanhada dos seguintes documentos:
- a) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa);
 - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
 - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
 - e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
 - f) Relatório do diário de obra.
- 3.2 Fica o CREDENCIANTE/CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;
- 3.3 O pagamento poderá ser sustado pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado;
- 3.3.1 Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária "valor registrado = homem/hora".
- 3.3.2 Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser realizados com a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do Município.
- 3.3.3 O fornecedor será comunicado para expedição da nota de serviço pelo setor solicitante, após confirmação dos serviços efetivamente realizados.
- 3.3.4 Não serão aceitas notas fiscais expedidas sem a confirmação dos serviços pela secretaria requisitante, respondendo exclusivamente o prestador do serviço com os custos inerentes à revisão.
- 3.3.5 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.
- 3.3.6 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.
- 2.3 Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação complementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA CONTRATUAL

- 3.1 O prazo para assinatura do contrato de credenciamento será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do comunicado que a Administração fizer à credenciada, depois de esgotados os prazos recursais, após a homologação do credenciamento.
- 4.2 A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicados pela empresa nos documentos apresentados, bem como pelo Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.
- 4.3 Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.
- 4.4 A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato na Central de Licitações, localizada na Prefeitura de Taió, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a empresa sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 em especial o artigo 81.
- 4.5 O contrato reger-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.
- 4.6 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração Pública a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.
- 4.7 A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.
- 4.8 O edital, contratos e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- a) Cumprir as obrigações assumidas no contrato;
- b) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;
- c) Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa contratada para a execução dos serviços;
- d) Efetuar pagamento, nos prazos e condições definidas no Edital;
- e) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- f) Aplicar penalidades às credenciadas, quando for o caso;
- g) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- h) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- i) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- j) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante nos locais destinados à prestação dos serviços;
- k) Exercer o correto acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do município o qual registrará as ocorrências, comunicando a contratada, que deverá providenciar a necessária regularização sempre que apontada;
- l) Solicitar, uma vez comprovada a necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da contratante, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

4.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência sempre que solicitado pelas Secretarias Municipais;
- b) Fornecer o número de funcionários adequadamente para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- c) Fornecer os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município de Taió ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem que se fizerem necessários;
- f) Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- g) A empresa contratada é responsável pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;
- h) Os serviços serão pagos conforme medição efetuada pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- i) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- j) Executar os serviços conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante;
- k) Substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços;
- l) Seguro de vida dos funcionários;
- m) Custos indiretos de administração, encargos sociais e fiscais;
- n) Os funcionários deverão utilizar uniforme da empresa e EPI com atestado de treinamento;
- o) As ferramentas necessárias para operacionalização do serviço;
- p) A empresa deverá prestar todas as certidões necessárias e nota fiscal;
- q) A empresa deverá entregar para fins da segurança de trabalho o Relação de funcionários ou contratados que executarão a reforma, Ficha de registro, PPRA, ASO, Ordem de serviço, Registro de EPI;
- r) Todos os horistas que realizarão trabalho em altura deverão apresentar a NR35 e trabalho com eletricidade a NR10;
- s) A empresa deve apresentar a certificação NR18 dos seu funcionários, se exigido;

5.3 A inadimplência do credenciado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do credenciamento;

5.4 É de inteira responsabilidade do credenciado toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços a serem prestados, tais como: uniformes, E.P.Is., transporte, encargos sociais, alimentação e qualquer outra despesa adicional que possa existir em referência a execução o objeto do presente credenciamento;

5.5 Se o credenciado não atender a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e em Lei;

5.6 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do credenciado pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo do credenciamento;

5.7 O presente Credenciamento é resultado de estimativa para uso durante o exercício de 2022, podendo variar para mais ou para menos e será prestado de forma fragmentada mediante requisição prévia do setor competente, sendo objeto de faturamento e pagamento os serviços efetivamente prestados;

5.8 A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO RECURSO E DA VIGÊNCIA

5.1 A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

5.2 A indicação do prestador de serviço credenciado para a apresentação de orçamentos para as Unidades Demandantes seguirá a ordem de rodízio entre os credenciados para cada item de contratação, gerenciados através de Banco de Dados coordenado por servidor indicado pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, para atuar com fiscal técnico do Contrato, sendo que o serviço deverá ser atestado por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

5.3 O credenciamento da empresa será válido pelo prazo de exercício contábil a contar da data de emissão do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de validade deste Edital de Credenciamento.

5.4 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício de 2024.
5.5 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 8.666/93, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

6.1 O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:
a) modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO/CONTRATADO;
b) rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
c) fiscalizar-lhe a execução;
d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;
b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
d) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados;
e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2 As sanções previstas nos subitens “a, c, d”, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 O atraso injustificado na prestação de serviço sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

8.4 A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela credenciada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93;

8.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CREDENCIADO/CONTRATADO;

9.2 Obriga-se o CREDENCIADO/CONTRATADO a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CREDENCIADO/CONTRATADO, fica a CREDENCIANTE/CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação;

9.3 A CREDENCIANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela CREDENCIANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

9.4 A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da CREDENCIANTE.

9.5 A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

9.6 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CREDENCIADO/CONTRATADO e a CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

9.7 O CREDENCIADO/CONTRATADO responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CREDENCIANTE/CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com o CREDENCIADO/CONTRATADO, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho;

9.8 Caso haja condenação da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, o CREDENCIADO/CONTRATADO reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo, portanto, nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

10.2 Este credenciamento será formalizado por Ato do Prefeito, sendo de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

10.3 É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

10.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários;

10.5 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Taió/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Taió, 09 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Município de Taió
Credenciante

MARCIO ZANGHELINI 03348293995
Credenciada

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueiredo
OAB/SC 47.288

RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA			
Local do trabalho:			
Profissional:			
Data:			
Horário início / término de trabalho:			Total horas/dia
Matutino		Vespertino	
Equipe presente na obra			
Nome:			Função:
Serviços previstos para o dia:			
Serviços executados:			
Material solicitado (pendente):			
Material recebido:			
Outras ocorrências / observações:			
Assinatura:			

DD1

Publicação Nº 5508725

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DCFFF4EB445075B14A4BE1C48056F10E080AD761
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS N.º 06/2024, DE 09 DE JANEIRO DE 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TAIÓ E A EMPRESA DOUGLAS FERNANDO VICENTE 07263906902.

Processo administrativo n.º 74/2022
Credenciamento n.º 03/2022

O Município de Taió (SC), com sede administrativa na Avenida Luiz Bertoli, 44 – Centro, inscrito no CNPJ sob n. 82.765.488/0001-02, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, abaixo denominado CREDENCIANTE e DOUGLAS FERNANDO VICENTE 07263906902, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.230.796/0001-34 situada na Rua Dolia Ferrari, n. 64, Bairro Seminário, Taió - SC, CEP 89.190-000, representada neste ato por seu sócio Douglas Fernando Vicente, portador do CPF n. 072.639.069-02, residente e domiciliado no município de Taió - SC, abaixo denominada CREDENCIADA, resolvem, de comum acordo e com fundamento na Lei n. 8.666/93 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, tudo de conformidade com o Edital de Credenciamento n. 03/2022, processo administrativo n. 74/2022, anexos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 Constitui-se como objeto do presente edital, CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENCANADOR, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DIRETAS E INDIRETAS DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, tudo conforme este edital e seus anexos.

1.1 Para tanto define-se:

- **MANUTENÇÃO:** Atividade que implica em conservar obra, aparelho, máquina e/ou equipamento em bom estado de uso e/ou operação.
 - **SERVIÇO:** toda atividade como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
- 1.2 As práticas dos serviços a serem contratados devem ser aplicadas segundo as regulamentações baixadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego bem como as normalizações acordadas em convenções coletivas de trabalho de cada categoria.
- 1.3 Os serviços deverão ser executados por pessoal capacitado que desenvolverá as tarefas, acompanhadas e fiscalizadas sua execução, por servidor previamente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 1.4 As quantidades propostas são estimadas para o período de 12 (doze) meses a partir da homologação do processo, podendo sofrer variações nos termos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 1.1 O prestador de serviço será convocado, conforme previsão do subitem 6.1.3 do edital de credenciamento vinculado a este contrato, através do e-mail ou telefone indicados na proposta, para que, em até 24 (vinte e quatro) horas, comparecer ao local e elabore orçamento prévio dos serviços de manutenção a serem prestados, possibilitando a expedição da ordem de serviço.
- 1.1.1 Excetua-se do prazo constante deste item na hipótese de urgência, assim identificada pela administração quando do contato com o fornecedor do serviço, hipótese em que o mesmo deverá comparecer no local em até 2 (duas) horas do contato e prestar, independente de orçamento prévio, o serviço necessário a estancar a urgência relatada.
- 1.2 No orçamento prévio/estimativo, deverá constar, no mínimo, o tipo de serviço a ser realizado, quantidade estimativa de horas para execução, nome e assinatura do responsável.
- 1.3 Estancada a urgência, e ainda necessitando de conserto para evitar reincidência, aplica-se o disposto no caput deste item.
- 2.4 Os serviços regulares de manutenção serão iniciados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 2.5 Os serviços somente poderão ser prestados com o recebimento da respectiva Ordem de Serviço, sendo vedado o início das atividades quando não apresentado o documento.
- 1.6 O serviço deverá possuir prazo de garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da finalização e entrega do mesmo.
- 1.7 Durante o prazo de garantia, o credenciado obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio.
- 1.8 O objeto da presente licitação deverá ser prestado pelo credenciado, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Ordem de Compra expedida pelo setor competente do Município.
- 1.9 Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas vigentes necessárias para o exercício de cada atividade, sendo de total responsabilidade da Credenciado todas as despesas inerentes à realização dos serviços, como uniformes, E.P.I's, deslocamento, material e/ou equipamentos de trabalho, alimentação, hospedagem, salário, encargos trabalhistas, sociais e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, sob pena do Credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93.
- 1.10 O credenciado deverá preencher o Relatório Diário de Obras, fazendo constar data, horário, local, serviços executados, que serão devidamente atestados por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.
- 1.11 Será obrigatório a apresentação de cópia do Relatório Diário de Obras juntamente com a Nota Fiscal dos serviços executados;
- 1.12 Fica estabelecido que os serviços serão prestados:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
 - b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do serviço, quantidade do material e aceitação.
- 2.13 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
- 2.14 Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, Ata de Registro

de Preços, Minuta do Contrato e na Lei.

2.15 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades.

2.16 Por ocasião da prestação dos serviços, o Município de Taió-SC, por intermédio de funcionário designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações dos objetos licitados, obrigando-se a proponente vencedora a promover as devidas substituições no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de comunicação à proponente vencedora, sem qualquer ônus para o Município.

2.17 Os serviços resultantes deste credenciamento deverão, obrigatoriamente, serem feitos parceladamente nas quantidades e dias requisitados por servidor formalmente indicado, sob pena do credenciado incorrer nas infrações previstas neste edital e no Contrato a ser assinado ou instrumento equivalente conforme previsto no art. 62 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento dos serviços e emissão da Nota Fiscal, ou quinzenalmente, no caso de prestação de serviços que forem estimados, através de ordem de serviço, com previsão de conclusão maior que 30 (trinta) dias.

3.1.1 A nota fiscal deverá ser entregue à contabilidade acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Certidão Negativa de débitos Trabalhistas;
- f) Relatório do diário de obra.

3.2 Fica o CREDENCIANTE/CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei;

3.3 O pagamento poderá ser sustado pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado;

3.3.1 Os serviços serão pagos proporcionalmente aos serviços efetivamente realizados na relação unitária "valor registrado = homem/hora".

3.3.2 Os serviços deverão, obrigatoriamente, ser realizados com a respectiva Ordem de Serviço, previamente emitida pelo Setor de Compras do Município.

3.3.3 O fornecedor será comunicado para expedição da nota de serviço pelo setor solicitante, após confirmação dos serviços efetivamente realizados.

3.3.4 Não serão aceitas notas fiscais expedidas sem a confirmação dos serviços pela secretaria requisitante, respondendo exclusivamente o prestador do serviço com os custos inerentes à revisão.

3.3.5 O pagamento será realizado através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.3.6 Não serão realizados pagamentos em contas bancárias que não estiverem em nome da credenciada.

2.3 Incidirá sobre o valor total das notas fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente e caso for o recolhimento do Imposto de Renda - IR.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA CONTRATUAL

3.1 O prazo para assinatura do contrato de credenciamento será de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da data do comunicado que a Administração fizer à credenciada, depois de esgotados os prazos recursais, após a homologação do credenciamento.

4.2 A convocação poderá ser efetivada através do e-mail ou telefone comunicados pela empresa nos documentos apresentados, bem como pelo Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

4.3 Se o termo estabelecido neste item não ocorrer em dia útil ou horário de funcionamento do município, fica prorrogado para o dia útil ou horário de funcionamento subsequente.

4.4 A credenciada deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato na Central de Licitações, localizada na Prefeitura de Taió, não sendo permitido o envio do contrato por correio ou por qualquer outro meio. A inobservância desta determinação caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, estando a empresa sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 em especial o artigo 81.

4.5 O contrato reger-se-á, especialmente no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n. 8.666/1993, edital e preceitos do direito público.

4.6 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração Pública a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

4.7 A credenciada é exclusivamente responsável pela qualidade do serviço e materiais executados direta e indiretamente para consecução do objeto contratado, devendo promover toda e qualquer readequação, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do serviço contratado.

4.8 O edital, contratos e anexos são complementares entre si de forma que qualquer especificação, obrigação, condição ou responsabilidade constante em um ou omitido em outro será considerado válido para todos os fins.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Cumprir as obrigações assumidas no contrato;
- b) Fornecer à Contratada todas as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas;
- c) Permitir o livre acesso dos funcionários da empresa contratada para a execução dos serviços;
- d) Efetuar pagamento, nos prazos e condições definidas no Edital;
- e) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva prestação do serviço deste credenciamento;
- f) Aplicar penalidades às credenciadas, quando for o caso;

- g) Prestar as informações necessárias à perfeita execução do contrato;
- h) Efetuar o pagamento à credenciada no prazo avençado, após a prestação dos serviços e entrega da Nota Fiscal ao setor competente;
- i) Notificar a credenciada, por escrito, da aplicação de qualquer sanção;
- j) Permitir o livre acesso dos empregados da contratada às dependências do contratante nos locais destinados à prestação dos serviços;
- k) Exercer o correto acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do município o qual registrará as ocorrências, comunicando a contratada, que deverá providenciar a necessária regularização sempre que apontada;
- l) Solicitar, uma vez comprovada a necessidade, o afastamento imediato de qualquer empregado ou preposto que, por qualquer motivo venha desmerecer a confiança da fiscalização da contratante, agir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para as quais foram delegadas.

4.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Efetuar os serviços objeto deste Termo de Referência sempre que solicitado pelas Secretarias Municipais;
- b) Fornecer o número de funcionários adequadamente para que os serviços sejam prestados com presteza e agilidade;
- c) Fornecer os materiais necessários para a prestação dos serviços;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Município de Taió ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- e) Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos de segurança, uniformes, despesas de alimentação, transporte e hospedagem que se fizerem necessários;
- f) Emitir Nota Fiscal dos serviços prestados efetuando os devidos recolhimentos tributários exigidos;
- g) A empresa contratada é responsável pela correta destinação do lixo verde, resíduos e entulhos decorrentes da prestação dos serviços;
- h) Os serviços serão pagos conforme medição efetuada pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- i) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- j) Executar os serviços conforme a necessidade e solicitação das Secretarias, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo setor requisitante;
- k) Substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços;
- l) Seguro de vida dos funcionários;
- m) Custos indiretos de administração, encargos sociais e fiscais;
- n) Os funcionários deverão utilizar uniforme da empresa e EPI com atestado de treinamento;
- o) As ferramentas necessárias para operacionalização do serviço;
- p) A empresa deverá prestar todas as certidões necessárias e nota fiscal;
- q) A empresa deverá entregar para fins da segurança de trabalho o Relação de funcionários ou contratados que executarão a reforma, Ficha de registro, PPRA, ASO, Ordem de serviço, Registro de EPI;
- r) Todos os horistas que realizarão trabalho em altura deverão apresentar a NR35 e trabalho com eletricidade a NR10;
- s) A empresa deve apresentar a certificação NR18 dos seu funcionários, se exigido;

5.3 A inadimplência do credenciado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do credenciamento;

5.4 É de inteira responsabilidade do credenciado toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços a serem prestados, tais como: uniformes, E.P.Is., transporte, encargos sociais, alimentação e qualquer outra despesa adicional que possa existir em referência a execução o objeto do presente credenciamento;

5.5 Se o credenciado não atender a solicitação, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e em Lei;

5.6 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do credenciado pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo do credenciamento;

5.7 O presente Credenciamento é resultado de estimativa para uso durante o exercício de 2022, podendo variar para mais ou para menos e será prestado de forma fragmentada mediante requisição prévia do setor competente, sendo objeto de faturamento e pagamento os serviços efetivamente prestados;

5.8 A administração receberá o presente objeto na forma que alude os art. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO, DO RECURSO E DA VIGÊNCIA

5.1 A contratação dos credenciados será efetivada de acordo com a necessidade e conveniência do Município/órgão participante e mediante a expedição de ordem de compra/nota de empenho.

5.2 A indicação do prestador de serviço credenciado para a apresentação de orçamentos para as Unidades Demandantes seguirá a ordem de rodízio entre os credenciados para cada item de contratação, gerenciados através de Banco de Dados coordenado por servidor indicado pela Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio, para atuar com fiscal técnico do Contrato, sendo que o serviço deverá ser atestado por servidor da secretaria requisitante da prestação do serviço a ser executada.

5.3 O credenciamento da empresa será válido pelo prazo de exercício contábil a contar da data de emissão do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de validade deste Edital de Credenciamento.

5.4 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do exercício de 2024.

5.5 O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, incluindo-se o dia de início, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei n.º 8.666/93, através de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CREDENCIANTE/CONTRATANTE

6.1 O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- a) modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CREDENCIADO/CONTRATADO;

- b) rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- c) fiscalizar-lhe a execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e Decreto Municipal n. 6.781/19, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;
- c) Descredenciamento, com rescisão do contrato.
- d) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso na entrega dos objetos no início e/ou concerto/adequação dos serviços contratados;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8.2 As sanções previstas nos subitens “a, c, d”, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3 O atraso injustificado na prestação de serviço sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

8.4 A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

8.5 As multas serão recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que as tenham aplicado, podendo ser descontadas dos valores devidos, o que é totalmente aceito pela credenciada.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

8.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93;

8.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CREDENCIADO/CONTRATADO;

9.2 Obriga-se o CREDENCIADO/CONTRATADO a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CREDENCIADO/CONTRATADO, fica a CREDENCIANTE/CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação;

9.3 A CREDENCIANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CREDENCIADA eximida das responsabilidades relacionadas ou não à execução do objeto e demais atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento. A fiscalização a ser efetuada pela CREDENCIANTE será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

9.4 A CREDENCIADA não poderá transferir, delegar, ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito da CREDENCIANTE.

9.5 A referida prestação de serviços observará, além das disposições legais e regulamentares já mencionadas, todas as demais normas, regulamentações e legislações aplicáveis à espécie.

9.6 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CREDENCIADO/CONTRATADO e a CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

9.7 O CREDENCIADO/CONTRATADO responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CREDENCIANTE/CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com o CREDENCIADO/CONTRATADO, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho;

9.8 Caso haja condenação da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, o CREDENCIADO/CONTRATADO reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo, portanto, nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária;

9.2 Este credenciamento será formalizado por Ato do Prefeito, sendo de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade pelo seu expedidor;

9.3 É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste termo;

9.4 Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários;

9.5 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Taió/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;
E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Taió, 09 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Município de Taió
Credenciante

DOUGLAS FERNANDO VICENTE 07263906902
Credenciada

Testemunhas:

Carlos Cava
CPF: 033.743.249-08

Elves Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-34

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

RELATÓRIO DIÁRIO DE OBRA			
Local do trabalho:			
Profissional:			
Data:			
Horário início / término de trabalho:			Total horas/dia
Matutino		Vespertino	
Equipe presente na obra			
Nome:			Função:
Serviços previstos para o dia:			
Serviços executados:			
Material solicitado (pendente):			
Material recebido:			
Outras ocorrências / observações:			
Assinatura:			

PORTARIA 17.224/2024

Publicação N° 5508823

PORTARIA No 17.724, de 11/01/2024
CONCEDE ALTERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 260/2024.

RESOLVE:

conceder alteração de férias referente ao período aquisitivo 2022/2023, a servidora pública municipal LAISE BLOEMER STRINGARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Administração e Finanças, para então serem usufruídas nos períodos de 15 a 26/01/2024 e 24 a 31/07/2024.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.711/2024

Publicação N° 5507684

PORTARIA No 17.711, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, ROSIMARA BERLANDA, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.712/2024

Publicação N° 5507699

PORTARIA No 17.712, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, LUCIMAR RUDNIK, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.713/2024

Publicação N° 5507704

PORTARIA No 17.713, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, VANIA DA SILVA KRAEMER, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.714/2024

Publicação N° 5507713

PORTARIA No 17.714, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, DÉBORA SALVALAGIO, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.715/2024

Publicação N° 5507719

PORTARIA No 17.715, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, SAMIRA CAROLINE BORGE RODRIGUES MAY, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.716/2024

Publicação N° 5507734

PORTARIA No 17.716, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, TANIA KESTRING JACINTO, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.717/2024

Publicação N° 5507747

PORTARIA No 17.717, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, CLEIDE CRISTIANE ZANGHELINI GUSKI, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.718/2024

Publicação Nº 5507764

PORTARIA No 17.718, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, LÚCIA APARECIDA ISRAEL, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Infantil e Séries Iniciais), com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.719/2024

Publicação Nº 5507786

PORTARIA No 17.719, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, SILVIA SOERENSEN, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Ciências), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.720/2024

Publicação Nº 5507830

PORTARIA No 17.720, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, LUCAS DA SILVA, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Educação Física), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.721/2024

Publicação Nº 5507841

PORTARIA No 17.721, de 11/01/2024
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município – LOM, promulgada em 23 de março de 1990, combinado com o estabelecido no Artigo 9o, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO o Concurso Público Edital no 01/2023;

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final;

CONSIDERANDO o Ofício n.º SECE/011/2024 e a Demanda Interna 17/2024, cadastrada em 10/01/2024.

RESOLVE:

nomear por concurso público, MATHEUS H CARDOSO, no cargo de provimento efetivo de Professor, nível 2 (Ensino Religioso), com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.722/2024

Publicação Nº 5507882

PORTARIA No 17.722, de 11/01/2024
CONCEDE CONVERSÃO EM PECÚNIA E FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e, com fundamento na Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 216/2024.

RESOLVE:

conceder conversão de 1/3 (um terço) em pecúnia e férias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, a servidora pública municipal ROSE-MERI KRENKEL SANDRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Saúde Pública, para então serem usufruídas no período de 22/01/2024 a 10/02/2024.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.723/2024

Publicação Nº 5508732

PORTARIA No 17.723, de 11/01/2024
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro na Seção II, do Capítulo IV, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO os atestados médicos protocolados sob n.º 17833/2023 e 17738/2023.

CONSIDERANDO os Exames Médicos Periciais expedidos pelo Dr. Vitor Rausis Lima, recebidos nesta data.

RESOLVE:

conceder as servidoras públicas municipais, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, conforme segue:

- Elaine Elert Alves de Freitas, no período de 21/12/2023 a 18/06/2024
- Rosangela Ribeiro Wolinger, no período de 21/12/2023 a 19/02/2024

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA 17.725/2024

Publicação Nº 5508874

PORTARIA No 17.725, de 11/01/2024
CONCEDE ALTERAÇÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990 e com fundamento no Art. 109, da Lei Complementar no 252, de 31 de agosto de 2021.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 262/2024.

RESOLVE:

conceder alteração de férias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, para serem usufruídas nos períodos de 05 a 19/02/2024 e 22 a 26/07/2024, a servidora pública municipal PRISCILA HOSANG BISSOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social e exercício na Secretaria de Assistência Social.

P.R.I.

Taió, 11 de janeiro de 2024.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01, DE 24 DE JANEIRO DE 2023

Publicação Nº 5508628

Processo Administrativo nº 04/2022
Pregão Presencial n. 04/2022
Lei Federal nº 8.666/93

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0A81F7C0D86E838A677A4A74C75E45964FE24D8B

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01, DE 24 DE JANEIRO DE 2023, CELEBRADO ENTRE O

MUNICÍPIO DE TAIÓ, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA HFC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., TENDO POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE REGULAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAIÓ.

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, por este instrumento celebram de um lado o Município de Taió, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Luiz Bertoli, nº 44, Centro, Taió/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.765.488/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Horst Alexandre Purnhagen, com fundamento no art. 70 da Lei Orgânica do Município e no art. 3º, inciso IX da Lei nº 1874, de 11 de outubro de 1991, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 11.433.441/0001-01, neste ato representado pela gestora Senhora Rose Cristiane Hermes, conforme Portaria nº 16751, de 17 de fevereiro de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa HFC SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 39.923.126/0001-73 estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, 990, Bairro Centro, no Município de Abelardo Luz/SC, neste ato representada pelo Sr. Lucas Heringer Freire Colodetti, portador da CIRG nº 3145512/SSP-ES e CPF nº 114.317.817-38, doravante denominada CONTRATADA, estabelecem entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, nos termos do Processo Administrativo n. 04/2022 e do Edital de Pregão Presencial n. 04/2022, para prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir de 24 de janeiro de 2024, pelas cláusulas a seguir, expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo é firmado com fulcro no art. 57, inciso II e §2º da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, bem como na CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato que ora se adita.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato até o dia 24 de janeiro de 2025, contados a partir do vencimento do mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA – As despesas do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária do corrente Exercício (2024): 12 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – Referência: 423; Órgão/ Unidade: 12.010; Funcional: 0010.0301.0028; Ação: 2144 - Manutenção das Ações de Atenção Primária; Elemento: 33390000000000000000 - Aplicações diretas; Vínculo 150010020000 - Recursos não vinculados de Impostos – SAÚDE; Subelemento: 3950 - Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais. No exercício vindouro, nova dotação será prevista na Lei Orçamentária (Exercício de 2025), para o atendimento das despesas restantes do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR - Dá-se ao presente aditamento contratual o valor mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), perfazendo o valor global de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO - O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial Municipal, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – Ficam expressamente ratificadas as demais cláusulas, obrigações e condições anteriormente pactuadas no instrumento original.

E, por estarem assim, CONTRATANTE e CONTRATADA, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeitura de Taió/SC, 11 de janeiro de 2024.

ROSE CRISTIANE HERMES Secretária Municipal de Saúde	HORST ALEXANDRE PURNHAGEN Prefeito Municipal de Taió
--	---

LUCAS HERINGER FREIRE COLODETTI
HFC Serviços Médicos Ltda.
CONTRATADA

Testemunhas:

Carlos Cava CPF: 033.743.249-08	Elves Johny Schreiber CPF: 824.726.379-34
------------------------------------	--

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC – 47.288

Tangará

PREFEITURA

EXTRATO 09-01

Publicação Nº 5509142

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Ata de Registro de Preços: nº 009/2024 Processo Licitatório: nº 186/2023 Pregão Eletrônico: nº 064/2023 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA EM TERRENOS DO MUNICÍPIO, ESTRADAS, PONTES E DEMAIS LOCAIS QUE EXIJAM LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS PARA RETIFICAÇÃO, INSERÇÃO DE MEDIDAS, DESMEMBRAMENTOS, CURVAS DE NÍVEL, LOCAÇÃO, PLANALTIMÉTRICO. Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARÁ Contratado: DEON PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA Valor a total: R\$ 107.725,00 (cento e sete mil e setecentos e vinte e cinco reais). Centro Administrativo, 08 de janeiro de 2024.	Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato Contrato Administrativo: nº 010/2024 Processo Licitatório: nº 189/2023 Inegixibilidade: nº 021/2023 Objeto: CONTRATAÇÃO DO SISTEMA ANTIGRANIZO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARÁ Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA Valor a total: R\$ 249.475,56 (duzentos e quarenta e nove mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) Centro Administrativo, 09 de janeiro de 2024.
--	--

EXTRATO 11-01

Publicação Nº 5509143

EXTRATO DE ADITAMENTO

Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato - 07º ADITAMENTO Contrato nº 100/2022 Processo de Licitação: nº 089/2022 Concorrência: nº 001/2022 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ATRAVÉS DA LICITAÇÃO "CONCORRÊNCIA PÚBLICA " REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DA LINHA "LINHO"... Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARÁ Contratado: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI Conforme ofício de solicitação e parecer técnico da Engenharia Civil da Prefeitura a Sra. Schaiane Mucke, tendo parecer jurídico favorável, fica suprimido do contrato o valor de R\$ 215.494,41 (duzentos e quinze mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos) valor referente aos itens que não serão executados na obra. Centro Administrativo, 11 de Janeiro de 2024	Município de Tangará Estado de Santa Catarina Extrato de Contrato – 08º ADITAMENTO Contrato nº 100/2022 Processo de Licitação: nº 089/2022 Concorrência: nº 001/2022 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA ATRAVÉS DA LICITAÇÃO "CONCORRÊNCIA PÚBLICA " REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DA LINHA "LINHO"... Contratante: MUNICÍPIO DE TANGARÁ Contratado: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI Conforme ofício de solicitação e parecer técnico da Engenharia Civil da Prefeitura, a Sra. Schaiane Mucke, tendo parecer jurídico favorável, fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 944.491,00 (novecentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e um reais) valor referente aos itens que serão executados a mais na obra. Centro Administrativo, 11 de Janeiro de 2024
--	--

PORTARIA Nº 054, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. "CONCEDE O PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5507477

PORTARIA Nº 054, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

"CONCEDE O PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Com amparo, no disposto do Art. 46 e 48, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, que a Servidora em questão está desempenhando o controle de todo o patrimônio público, com finalidade de efetuar o cadastro, controle, atualização eletrônica e distribuição de bens patrimoniais do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, o pagamento de Função Gratificada no percentual de 50% (cinquenta por cento), sobre os vencimentos da servidora PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - NÍVEL 10 - CLASSE A, a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01 de janeiro de 2024.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE JANEIRO DE 2024.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº 056, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. "DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA AFASTADA POR EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5507480

PORTARIA Nº 056, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

"DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA AFASTADA POR EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o término do exercício do mandato no Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, o retorno ao trabalho, da servidora LUCIANA RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do cargo de OPERÁRIO BRAÇAL – NÍVEL 06 – CLASSE E, a partir de 10 de Janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE JANEIRO DE 2024.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº 057, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. "DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA AFASTADA POR EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5507482

PORTARIA Nº 057, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

"DETERMINA RETORNO AO TRABALHO A SERVIDORA AFASTADA POR EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 90, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o término do exercício do mandato no Conselho Tutelar;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, o retorno ao trabalho, da servidora MARIANA MARA DA SILVA VANIN, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 06 – CLASSE A, a partir de 10 de Janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE JANEIRO DE 2024.

OSCAR ZIMERMANN DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 2.2023 SMS

Publicação N° 5507736

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TANGARÁ CNPJ: 10.639.346/0001-98 Telefone: (49) 3532-7474 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	Pregão presencial 2/2023
	Número Processo: 46/2023 Data do Processo: 11/12/2023

OBJETO DO PROCESSO

CONCESSÃO ONEROSA DO APARELHO DE ULTRASSOM, SENDO QUE O HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, FOI EXTINTO E COM A REDUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES, A ADMINISTRAÇÃO ENTENDE COMO VANTOJOSO A CESSÃO ONEROSA DO APARELHO DE ULTRASSOM

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS N° 8/2023

Reuniram-se no dia 11/01/2024, as 09:07 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto N° 12/2023, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório N° 46/2023 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participa deste certame a seguinte empresa:

1. INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO, representada neste ato por FELIPE HAMMES TORQUATO.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa manteve o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO, conforme valores seguem abaixo. Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 11/01/2024. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Participante: INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	PERMISSÃO DE USO DE UM APARELHO DE ULTRASSOM COM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK COLORIDA - PERMISSÃO DE USO DE UM APARELHO DE ULTRASSOM COM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK COLORIDA	20,000	UFRM		113,6700	2.273,40
Total do Participante:						2.273,40
Total Geral:						2.273,40

Página: 2 / 2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 11/01/2024

CAMILA BRUNS

MEMBRO

CRISTIANE PICCININ

PREGOEIRO

IVAN PELENTIR DISSEGNA

MEMBRO

ALISON ZAGONEL LESNIESKY

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INSTITUTO MARIA SCHMITT DE
DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA
FELIPE HAMMES TORQUATO

HOMOLOGAÇÃO PR 2/2023 SMS

Publicação Nº 5507791

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TANGARÁ CNPJ: 10.639.346/0001-98 Telefone: (49) 3532-7474 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2023
	Processo Adm.: 46/2023 Data do Processo: 11/12/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 10.520/2002, Art. 1 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 46/2023
b) **Nr. Licitação:** 2/2023 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 11/01/2024
e) **Objeto da Licitação:** *CONCESSÃO ONEROSA DO APARELHO DE ULTRASSOM, SENDO QUE O HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, FOI EXTINTO E COM A REDUÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES, A ADMINISTRAÇÃO ENTENDE COMO VANTOJOSO A CESSÃO ONEROSA DO APARELHO DE ULTRASSOM*

Participante: INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PERMISSÃO DE USO DE UM APARELHO DE ULTRASSOM COM 20,000 UFRM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK COLORIDA - PERMISSÃO DE USO DE UM APARELHO DE ULTRASSOM COM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK COLORIDA			113,67	2.273,40

Total do Participante: 2.273,40

Total Geral: 2.273,40

Tangará, 11/01/2024

OSCAR ZIMMERMANN DOS SANTOS
Prefeito Municipal E.E

Assinatura do Responsável

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2024

Publicação Nº 5508983

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC

"AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO".

Procedimento Administrativo nº. 02/2024.

O MUNICIPIO DE TRES BARRAS - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Decreto Municipal nº. 5.143/2023, e subsidiariamente a Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, que está recebendo propostas para o procedimento de dispensa de licitação eletrônica Nº. 02/2024, cujo é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE E-MAIL CORPORATIVO E MANUTENÇÃO DO PORTAL WEB DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS – SC, conforme especificações e condições contidos no procedimento de dispensa eletrônica.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08 h. e 00 min. do dia 17 de janeiro de 2024.

DATA INICIAL E FINAL DE LANCES: Das 08:00 horas até as 14:30 horas do dia 17 de janeiro de 2024.

LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br, Acesso Identificado"

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 - Centro – Fone/ Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS" e ainda no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Três Barras - SC, 11 de janeiro de 2024.

ANA CLAUDIA DA SILVEIRA QUEGE - PREFEITA MUNICIPAL

CLEUSA TERESINHA DE OLIVEIRA CORREA – AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 17/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508021

DECRETO Nº 17/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA MARLENE ROSSI FONTANELLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município, e o §1º do Art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 1035/2022, de 14 de setembro de 2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado a partir de 05 de janeiro de 2024 até a realização do próximo Processo Seletivo Público para a ÁREA 03 ou até 05 de abril de 2025, o contrato de trabalho por tempo determinado da servidora MARLENE ROSSI FONTANELLA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - ÁREA 03, vinculada ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de janeiro de 2024.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 18/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508022

DECRETO Nº 18/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

REVOGA O DECRETO Nº 379/2023, DE 02 DE AGOSTO DE 2023 QUE "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE REDUÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS GERAIS E DE PESSOAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TREVISO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado a partir de 15 de janeiro de 2024 o Decreto nº 379/2023, de 02 de agosto de 2023 que, "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE REDUÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS GERAIS E DE PESSOAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TREVISO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 19/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508025

DECRETO Nº 19/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

REVOGA O DECRETO Nº 454/2023, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023 QUE "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TREVISÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALERIO MORETTI, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado a partir de 15 de janeiro de 2024 o Decreto nº 454/2023, de 26 de setembro de 2023 que, "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE TREVISÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 20/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508027

DECRETO Nº 20/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

MANTÉM A TABELA DOS TRIBUTOS VIGENTE, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a tabela dos Tributos vigente, para o exercício de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Cadastrado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO, CONTRATO 07-2022, SIDERCOMP (SAMAE

Publicação Nº 5508026

PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 07/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE E EMPRESA SIDERCOMP INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE, cadastrado no CNPJ, sob nº 05.683.868/0001-57, com sede na Avenida Professor José Forest Abatti, 258, Trevisó - SC, representado pelo Sr. João Radael Pires dos Santos, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Anita Piatti Rossi, nº 81, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Trevisó/SC, portador do CPF nº 477.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Sidercomp Informática LTDA CNPJ nº 01.002.502/0001-14

estabelecida na Rua Cônego Aníbal Maria Difrância, nº 19, Pinheirinho, Criciúma/SC, representado neste ato por Adilson Sebastião Salvador, residente e domiciliado na Rua Conego Anibal Maria Di Francia, nº195, Pinheirinho, Criciúma/SC portador do CPF nº 800.xxx.xxx-53, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº 07/2022, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - Fica acrescida a dotação nº 177 referente ao exercício 2024, em substituição à dotação nº 148 do exercício 2023.

Cláusula Segunda – As demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado permanecem em vigor.

Treviso, 11 de janeiro de 2024.

João Radael Pires dos Santos - Diretor

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO, CONTRATO 01-2023, CISAM (SAMAE)

Publicação Nº 5507826

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 01/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL.

Por este instrumento de Contrato, que entre si firmam o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Treviso, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ do MF sob o nº 05.683.868/0001-57, com sede na Avenida Professor Jose Forest Abatti, nº 258, Bairro Centro, CEP 88.715-000, no Município de Treviso, Estado de Santa Catarina, doravante denominado contratante, neste ato representado pelo representante ao final assinado e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL, Consórcio Público de Direito Público inscrito no CNPJ do MF sob o nº 08.486.180/0001-75, com sede na Rua Agenor Loli, nº 189, Bairro Corridas, CEP 88.870-000, no Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante ao final assinado, doravante denominado contratado, resolvem, entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº 01/2023, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica substituída a dotação orçamentária nº 148 pela dotação orçamentaria nº 177, para o exercício 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Treviso, 11 de janeiro de 2024.

João Radael Pires dos Santos - Diretor

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO, CONTRATO 02-2022, LOGPRO (SAMAE)

Publicação Nº 5508510

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 02/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE E A EMPRESA LOGPRÓ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA. ME.

Pelo presente Termo, de um lado o SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE, cadastrado no CNPJ, sob nº 05.683.868/0001-57, com sede na Avenida Professor José Forest Abatti, 258, Treviso - SC, representado pelo Sr. João Radael Pires dos Santos, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Anita Piatti Rossi, nº 81, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Treviso/SC, portador do CPF nº 477.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa LOGPRÓ SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA. ME, cadastrado no CNPJ sob nº 17.211.866/0001-44, com sede na Av. Felipe Schmidt, 2244, centro, Braço do Norte - SC, neste ato representada pelo Sr. Saulo José Possamai, portador do C.P.F. nº 564.xxx.xxx-00,, doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº 02/2021, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira- Fica acrescida a dotação nº 177 referente ao exercício 2024, em substituição à dotação nº 148 do exercício 2023

Cláusula Segunda - As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Treviso, 11 de janeiro de 2024.

João Radael Pires dos Santos - Diretor

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO, CONTRATO 06-2022, UNIFIQUE (SAMAE)

Publicação Nº 5508288

SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 06/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE E A EMPRESA UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A.

Pelo presente Termo, de um lado o SISTEMA AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TREVISÓ - SAMAE, cadastrado no CNPJ, sob nº 05.683.868/0001-57, com sede na Avenida Professor José Forest Abatti, 258, Treviso - SC, representado pelo Sr. João Radael Pires dos Santos, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Anita Piatti Rossi, nº 81, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Treviso/SC, portador do CPF nº 477.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ nº 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 831, Bairro Centro, em Timbó, representado neste ato pela Sra. Claudete Mazon Slachta, portadora do CPF nº 023.xxx.xxx-31,, doravante denominada CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº 06/2021, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - Fica acrescida a dotação nº 177 referente ao exercício 2024, em substituição à dotação nº 148 do exercício 2023.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Treviso, 11 de janeiro de 2024.

João Radael Pires dos Santos - Diretor

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO, CONTRATO 12-2023, DILNEI BADA

Publicação Nº 5507339

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 12/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE TREVISÓ E O SR. DILNEI LUIZ BADA

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICIPIO DE TREVISÓ, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Trevisó – SC, CEP 88862-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Valerio Moretti, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Angelo Dal Bó, nº 370, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Trevisó/SC, inscrito no CPF sob nº 480.XXX.XXX-00, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE e DILNEI BADA, brasileiro, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n – Morro São Pedro - Trevisó – SC, inscrito no CPF sob o Nº 376.XXX.XXX-91, doravante denominado de CONTRATADO, resolvem entre si apostilar o contrato nº 12/2023, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - Fica acrescida a dotação nº 16 referente ao exercício 2024, em substituição à dotação nº 222.

Cláusula Segunda – As demais cláusulas e condições permanecem em vigor. Trevisó, 11 de janeiro de 2024.

Valerio Moretti – Prefeito Municipal

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO, CONTRATO 08-22, ADVOGADO

Publicação Nº 5507573

TERCEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 08/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA MARAGNO & VIRTUOSO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICIPIO DE TREVISÓ, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Trevisó/ SC , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Valerio Moretti, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Angelo Dal Bó, nº 370, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Trevisó/SC, inscrito no CPF sob nº 480.026.319-00, RG nº 1.086.387-7, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE e a empresa MARAGNO & VIRTUOSO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com sede a Travessa Germano Magrin, nº 100, sala 307, Centro, Criciúma/SC, inscrita no CNPJ, sob Nº 29.065.579/0001-52, neste ato representada pelo senhor Alexandre Maragno da Silva, portador do CPF nº 018.340.869-14 , doravante simplesmente denominada de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº.08/2022, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescida a dotação orçamentária nº 16 em substituição a dotação nº 222.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Trevisó, 11 de janeiro de 2024.

Valerio Moretti - Prefeito Municipal

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO, CONTRATO 62-2022, ASSESSORIA CONTÁBIL

Publicação Nº 5507594

SEGUNDO APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE Nº 62/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA ME.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICIPIO DE TREVISÓ, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001- 90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Trevisó/ SC , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Valerio Moretti, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Angelo Dal Bó, nº 370, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Trevisó/SC, inscrito no CPF sob nº 480.026.319-00, RG nº 1.086.387-7, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE e a empresa ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA ME, com sede na Avenida 25 de Julho, nº 2365, 1º andar, sala 43, Centro CEP nº 88.850-000, Forquilha/SC, neste ato representada pelo senhor Guido Vanderlinde Junior, doravante simplesmente denominado de CONTRATADA, resolvem entre si e na melhor forma de direito, apostilar o contrato nº.62/2022, para constar a seguinte alteração: CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescida a dotação orçamentária nº 16, em substituição à dotação nº 222. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Trevisó, 11 de janeiro de 2024.

Valerio Moretti, Prefeito Municipal.

EXTRATO 8º ADITIVO, (PRAZO), CONTRATO 13-22, NELGUI

Publicação Nº 5510776

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 22310A2DA093BE0D3EBF60A9DFA9075130C6A4F4
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 13/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA CONSTRUTORA NELGUI LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICIPIO DE TREVISÓ, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001- 90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Trevisó/ SC , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Valerio Moretti, inscrito no CPF sob nº 480.xxx.xxx-00, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA NELGUI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.851.496/0001-03, com sede central na Rua João Spillere, 315, bairro Santa Augusta, Criciúma/SC, neste ato representada por Nelson Guidi, portador do CPF nº 415.xxx.xxx-72, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem, entre si e na melhor forma de direito, prorrogar o contrato nº 13/2022, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira- DA VIGÊNCIA: O prazo Contratual fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, com vigor a partir do dia 12 de janeiro de 2024.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS: As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Treviso, 12 de janeiro de 2024.
Valerio Moretti - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 72/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508003

PORTARIA Nº 72/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

PRORROGA A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA BRUNA ALBORGHETTI ROSSI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 150 da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a pedido, licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos, a contar de 13 de janeiro de 2024 até 13 de janeiro de 2026, conforme requerimento em anexo, a servidora BRUNA ALBORGHETTI ROSSI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 73/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508004

PORTARIA Nº 73/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA RENATA ROSSI TORAZZI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 15 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 18 de maio de 2022 a 17 de maio de 2023, a servidora RENATA ROSSI TORAZZI, ocupante do cargo de TELEFONISTA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 74/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508007

PORTARIA Nº 74/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS AO SERVIDOR GIOVANI PIACENTINI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do

Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 15 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2022 a 13 de fevereiro de 2023, ao servidor GIOVANI PIACENTINI, ocupante do cargo de ENGENHEIRO CIVIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 75/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508009

PORTARIA Nº 75/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE FÉRIAS + PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA FABIOLA DA SILVA BORGES.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; e o Capítulo III - Das Férias, da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar de 15 de janeiro de 2024, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023, a servidora FABIOLA DA SILVA BORGES, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 76/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508011

PORTARIA Nº 76/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA RAVENA PAVEI JACINTO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 152 caput, parágrafo 1º e o Art. 155 da Lei Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022, e ainda,

CONSIDERANDO, o levantamento realizado junto ao Departamento de Recursos Humanos, comprovando que no período aquisitivo não houve: penalidade disciplinar de suspensão e nem afastamento do cargo em virtude de: licença para tratar de interesses particulares; condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva; afastamento para servir a outro órgão da Administração de Municípios dos Estados, do Distrito Federal, da União, sem ônus para o Município de Treviso; e afastamento para o exercício de mandato eletivo,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio por assiduidade, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 15 de janeiro de 2024, referente ao período aquisitivo de 2019 a 2022, a servidora RAVENA PAVEI JACINTO, matrícula nº 2178-1, ocupante do cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 77/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5508014

PORTARIA Nº 77/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE VACINADORA A SERVIDORA EFETIVA CARIS REGINA BITTENCOURT PIROVANI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 127 da Subseção XI da Lei Complementar Municipal nº 1029/2022, de 12 de agosto de 2022, e suas alterações posteriores, e o Decreto nº 465/2023, de 09 de outubro de 2023, e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de vacinadora de um percentual fixado em 15% (quinze por cento) sobre seu salário base, a contar de janeiro de 2024 a servidora efetiva CARIS REGINA BITTENCOURT PIROVANI, matrícula nº 3591-7, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM - VACINADORA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de janeiro de 2024.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Cadastrada no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrada na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de janeiro de 2024.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

DECRETO 004/2024

Publicação Nº 5508015

DECRETO Nº 004/2024

"NOMEIA COMISSÃO PARA SELETIVO DE ESTÁGIO REMUNERADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO."

O Prefeito de Treze de Maio, Jailso Bardini, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Treze de Maio, DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Estágio Remunerado:

- I – Graziela da Silva Nandi, exercendo a função de Presidente;
- II – Rafaela da Silva Rocha, exercendo a função de Secretária;
- III – Clariane Citadin Formentin, exercendo a função de membro.

Art. 2º. Compete a Comissão designada neste Decreto, à fiscalização, organização e supervisão dos processos seletivos de estagiários realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Turismo de Treze de Maio

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrários.

JAILSO BARDINI
PrefeitoMunicipal

Publicada o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de janeiro de 2024.

CAMILA NANDI ZANELA
Secretária de Administração do Município de Treze de Maio

DECRETO Nº. 005/2024

Publicação Nº 5508833

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO Estado de Santa Catarina

DECRETO Nº 005 DE 11 DE JANEIRO DE 2024

Homologa a chamada pública emergencial 002/2024 da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Exmo Senhor JAILSO BARDINI, Prefeito do Município de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica homologado o Resultado Final da CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL 002/2024, conforme relação constante no anexo único deste instrumento, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos temporário para o quadro de pessoal da Administração Municipal nos termos do art. 37, inc. IX da CF/88, Lei Federal nº 8.745/1993 e art. 31 da Lei Municipal nº 319/1999, objeto do edital nº 002/2024.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO DECRETO /2024
Cargo: Psicólogo

Colocação	Nome	Pontuação	Data de Nascimento
01	ANA CAROLINA FLORENTINO	2,5	04/12/1999
02	JANETE FIGUEREIRO DOZOI	1,0	03/01/1995

Treze de Maio(SC), 11 de janeiro de 2024.

CAMILA NANDI ZANELA

Secretária Municipal de Administração e Finanças

JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação:
Publicado nesta Secretaria na data supra.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio Av. 7 de Setembro, 20 – Centro – Fone/Fax (48) 3625 2100 – 88.710-000 – Treze de Maio – SC prefeitura@trezedemaio.sc.gov.br

Treze Tílias

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024

Publicação Nº 5509019

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Extrato de Processo Licitatório nº 02/2024 – Dispensa De Licitação - 02/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, representado por seu Prefeito, Sr. RUDI OHLWEILER, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, com sede na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, inscrito no CNPJ nº 82.777.251/0001-41

CONTRATADA: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF.

OBJETO: Contratação do sistema denominado Portal de Compras Públicas, para a realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores.

MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA: De acordo com a implantação e obrigatoriedade da Lei 14.133/2021, busca-se atender a necessidade de realização de licitação em meio digital, com padronização de procedimentos, unificação de banco de dados e mais eficiência nas compras públicas e aumento da competitividade, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

A contratação visa atender a demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.

Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração:

- ausência de dispêndio financeiro;
- aumento da competitividade em suas licitações;
- mais celeridade e eficiência em seus procedimentos;
- controle de documentação e atestado de fornecedores;
- possibilidade de personalização de formulários;
- integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e capacitação e cursos operacionais.
- A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:
- a redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;
- a ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;
- o conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;
- a pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online; e
- a certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

A escolha do fornecedor teve como vertente a ausência de dispêndio financeiro, ou seja, o serviço será executado de forma gratuita para a Administração, não afastada a possibilidade da CONTRATADA cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Treze Tílias/SC, dia 10 de janeiro de 2024.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

Trombudo Central

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2023

Publicação Nº 5507974

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CEC89BC0EEE83C3755FCE7F1CD3C83F345EBA4A7

RETIFICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico PMTC Nº 47/2023

Processo Administrativo PMTC Nº 53/2023

OBJETO: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, HORA MÁQUINA DE MOTONIVELADORA E CAMINHÃO CAÇAMBA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS NA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE

Geovana Gessner Klowaski, Prefeita Municipal de Trombudo Central, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RETIFICA o processo epigrafado, conforme segue abaixo:

ANEXO I

Termo de Referência

2. Definição do objeto, estimativas de quantidades e de valores

Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO
2	300 h - Prestação de serviços de hora máquina de motoniveladora, com peso não inferior à 16.000 KG, com potência não inferior à 12 metros cúbicos, com potência de motor não inferior a 220 CV, incluindo operador de máquina e combustível por conta da contratada.

Leia - se:

ITEM	DESCRIÇÃO
2	300 h - Prestação de serviços de horas máquina de Motoniveladora, com peso não inferior à 14.000 KG, com potência não inferior a 140hp, incluindo operador de máquina e combustível por conta da contratada.

ANEXO II

Descrição dos itens, estimativa de quantidades e preços médios

Documento a parte anexo II do sistema

Onde se lê:

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2	300 h - Prestação de serviços de hora máquina de motoniveladora, com peso não inferior à 16.000 KG, com potência não inferior à 12 metros cúbicos, com potência de motor não inferior a 220 CV, incluindo operador de máquina e combustível por conta da contratada.

Leia - se:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2	300 h - Prestação de serviços de horas máquina de Motoniveladora, com peso não inferior à 14.000 KG, com potência não inferior a 140hp, incluindo operador de máquina e combustível por conta da contratada.

Fica mantido na íntegra o Edital do Pregão Eletrônico PMTC nº 47/2023 em tudo o mais que aqui não foi expressamente retificado, razão pela qual é ratificado. Informa ainda que, em função das alterações influenciarem na condição comercial, ficam alteradas as datas, conforme segue:

- 2.1. DO CADASTRO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até as 09h00min do dia 25 de Janeiro de 2024.
- 2.2. DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h15min do dia 25 de Janeiro de 2024.

Trombudo Central, 12 de Janeiro de 2024.

Geovana Gessner Klowaski

Prefeita Municipal

Tubarão

PREFEITURA

1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2023

Publicação Nº 5508938

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2023.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE TUBARÃO através DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

OBJETO: o presente aditivo tem por objeto a alteração da cláusula oitava do termo de convênio nº 003/2023, passando a seguinte redação: "cláusula oitava – do prazo o presente termo tem início a partir desta data e término em 28 de fevereiro de 2024. (...)"

VIGÊNCIA: O presente Termo tem início a partir desta data e término em 28 de fevereiro de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2023.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Na Lei Municipal nº 5.882/2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES

Prefeito Municipal

1º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2023

Publicação Nº 5508978

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º ADITIVO AO TERMO de CONVÊNIO Nº 004/2023.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE TUBARÃO através DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE.

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.

OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Oitava do Termo de Convênio nº 004/2023, passando a seguinte redação: "CLÁUSULA OITAVA: – DO PRAZO O presente Termo tem início a partir desta data e término em 28 de fevereiro de 2024."

VIGÊNCIA: O presente Termo tem início a contar da assinatura e término em 28 de fevereiro de 2024.

DATA DA ASSINATURA: 22 de dezembro de 2023.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Na Lei Municipal nº 5.883/2023.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.451, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5509365

DECRETO Nº 7.451, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerada, a pedido, MARINA MORAES DE FREITAS PEDROZA, CPF nº 006.2XX.XX9-73, a contar desta data, do Cargo Comissionado de Subprocurador Geral, Símbolo CCM2, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.



Tubarão, SC, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.452, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5509353

DECRETO Nº 7.452, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA DO QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerada, IZADORA NUNES DOMINGOS, CPF nº 098.7xx.xx9-58, a contar de 09 de janeiro de 2024, do Cargo Comissionado de Assistente Judiciário, Símbolo CCM4, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.453, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO

Publicação Nº 5509242

DECRETO Nº 7.453, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerado, RAMON DE FAVERI, CPF nº 008.6XX.XX9-41, a contar de 01 de janeiro de 2024, do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Planejamento, Fiscalização e Reconstrução, Símbolo CCM4, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.454, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5509371

DECRETO Nº 7.454, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, FRED LUGI DA CRUZ FLORES, CPF nº 010.1XX.XX9-14, a contar de 10 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Assistente Judiciário, Símbolo CCM4, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.455, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 5509395

DECRETO Nº 7.455, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, IZADORA NUNES DOMINGOS, CPF nº 098.7XX.XX9-58, a contar de 10 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Subprocurador Geral, Símbolo CCM2, da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.456, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO

Publicação Nº 5509411

DECRETO Nº 7.456, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, LARA APARECIDA DA SILVA, CPF nº 114.0xx.xx9-55, a contar de 09 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Oficial de Gabinete, Símbolo CCM5, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC,10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.457, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Publicação Nº 5509255

DECRETO Nº 7.457, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, Lei Complementar nº 375/2023 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, RAMON DE FAVERI, CPF nº 008.6XX.XX9-41, a contar de 01 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Gerente de Operações Riscos e Defesa, Símbolo CCM2, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.458, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA DE GESTÃO

Publicação Nº 5509427

DECRETO Nº 7.458, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA O QUADRO DA SECRETARIA DE GESTÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 35/2011 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeada, TAYSE BARBOSA ORIGE, CPF nº 053.6xx.xx9-18, a contar de 02 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Diretor de Documentação, Símbolo CCM4, da Secretaria de Gestão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.459, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO

Publicação Nº 5509272

DECRETO Nº 7.459, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerado, ROGÉRIO DE SOUZA PAES JÚNIOR, CPF nº 096.1XX.XX9-06, a contar de 01 de janeiro de 2024, do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Prevenção, Preparação e Resposta, Símbolo CCM4, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.460, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Publicação Nº 5509321

DECRETO Nº 7.460, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, Lei Complementar nº 375/2023 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, ROGÉRIO DE SOUZA PAES JÚNIOR, CPF nº 096.1XX.XX9-06, a contar de 01 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Diretor de Projetos de Captação e Educativos, Respostas Rápidas e Comunicação, Símbolo CCM4, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.461, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO

Publicação Nº 5509339

DECRETO Nº 7.461, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDOR DO QUADRO DO GABINETE DO PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Exonerado, JULIO CÉSAR PEREIRA, CPF nº 305.6XX.XX9-49, a contar de 01 de janeiro de 2024, do Cargo Comissionado de Chefe da Divisão de Protocolo e Atendimento, Símbolo CCM6, do Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.462, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Publicação Nº 5509354

DECRETO Nº 7.462, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA O QUADRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Tubarão, Lei Complementar nº 035/2011, Lei Complementar nº 375/2023 e art. 4º da Lei nº 3.802/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica Nomeado, JULIO CÉSAR PEREIRA, CPF nº 305.6XX.XX9-49, a contar de 01 de janeiro de 2024, para o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Manutenção de Equipamentos, Símbolo CCM6, da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

DECRETO Nº 7.463, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA - COMDECON

Publicação Nº 5509185

DECRETO Nº 7.463, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E CIDADANIA - COMDECON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no uso das atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e dispositivos da Lei nº 2.787, de 26 de novembro de 2003,

DECRETA:
Art. 1º Fica Nomeado o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e Cidadania - COMDECON, para o biênio 2024/2025, com a seguinte composição:

I - Representantes da Área Governamental:

- a) Gerente do PROCON:
Bruna de Oliveira Duarte
- b) Representante do Gabinete do Prefeito:
Titular: Karolainy Ribeiro Nunes
Suplente: Eduardo Zabot
- c) Representante da Fundação Municipal de Educação:
Titular: Tatiane Vítório
Suplente: Adriana Mariano Rosa
- d) Representante da Vigilância Sanitária:
Titular: Gabriela Suarez
Suplente: Fernando Garcia
- e) Representante da Secretaria Municipal da Fazenda:
Titular: Romilton Ribeiro Nunes
Suplente: Raphael Bianchini da Silva

II - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

- a) Associação Empresarial de Tubarão-ACIT
Titular: Antônio Carlos Silvério
Suplente: Guilherme Gonçalves
- b) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
Titular: Fernando Soares Nandi
Suplente: Felipe Antunes Nascimento
- c) Associação das Donas de Casa, Consumidores e da Cidadania-ADOCON
Titular: Laurenir Pires
Suplente: Marlise Dal-Bó
- d) Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Titular: Diego Mendes Corrêa
- e) Associação das Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais de Tubarão - AMPE
Titular: Maurício Dobiez

Art. 2º Fica Revogado o Decreto nº 5.803, de 08 de março de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

DECRETO Nº 7.467, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. ALTERA O DECRETO Nº 7.326, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 QUE DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO IPTU, ISS FIXO E TAXAS PARA O ANO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 5509453

DECRETO Nº 7.467, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

ALTERA O DECRETO Nº 7.326, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023 QUE DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO IPTU, ISS FIXO E TAXAS PARA O ANO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO, SC, no exercício de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 001, de 27 de dezembro de 2002, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 1º do Decreto nº 7.326, de 19 de outubro de 2023, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º ...

I - A Taxa de Coleta de Lixo será cobrada em até 11 (onze) parcelas mensais, através da empresa concessionária dos serviços de água e esgoto, na forma do inciso II, artigo 282, da Lei Complementar nº 001/2002, ou em cota única com vencimento em 31/05/2024;

...

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2024.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

PORTARIA Nº 43 DE 09 DE JANEIRO DE 2024 - AGR

Publicação Nº 5509618

PORTARIA Nº 43 DE 09 DE JANEIRO DE 2024.

A Superintendente Geral da Agência Reguladora de Saneamento de Tubarão, AGR-Tubarão, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através do art. 19, inciso X e do §1º, art. 22 da Lei Complementar nº 20, de 27 de junho de 2008, resolve NOMEAR FÁBIO LEMOS, CPF Nº 912.961.459-72, no cargo COMISSIONADO de ASSESSOR DE DESPACHOS INTERNOS E EXTERNOS, (CCM4), de acordo com a legislação em vigor, a contar de 02/01/2024.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 09 de JANEIRO de 2024.

MADELON REBELO PETERS
Superintendente Geral Interina
AGR-Tubarão

PORTARIA PMT Nº 1.862, DE 08 DE JANEIRO DE 2024. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 5509261

PORTARIA PMT Nº 1.862, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício das atribuições,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico RH 60.620/2023;

CONSIDERANDO os termos do Art. 142 da Lei nº 1.660/92; e,

CONSIDERANDO as manifestações da Gerência de Recursos Humanos e do Diretor-Presidente da Pasta;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO ao servidor JOÃO BATISTA SEVERINO CACHOEIRA, CPF nº 827.4xx.xx9-72, Técnico Fiscal Sanitarista, a contar de 07 de fevereiro de 2024, pelo período de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo 02.05.2012-30.04.2017, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 08 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.863, DE 08 DE JANEIRO DE 2024. CONCEDE AGREGAÇÃO INTEGRAL

Publicação Nº 5509435

PORTARIA PMT Nº 1.863, DE 08 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE AGREGAÇÃO INTEGRAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício das atribuições, e:

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 035/2011 e Lei Complementar nº 247/2019;

CONSIDERANDO os documentos que integram o Protocolo Eletrônico RH nº 572/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder AGREGAÇÃO INTEGRAL ao vencimento do Cargo Público do servidor CARLOS EDUARDO PEREIRA DE BONA PORTÃO, CPF nº 037.4XX.XX9-66, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença dos vencimentos do Cargo Comissionado de Secretário Municipal, Agente Político, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, SC, 08 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.864, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 5509425

PORTARIA PMT Nº 1.864, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, TAYNE MARTINS MATIAS, CPF nº 093.5XX.XX9-71, aprovada no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

PORTARIA PMT Nº 1.865, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 5509416

PORTARIA PMT Nº 1.865, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, RODOLFO NOGARETE CATTANEO, CPF nº 037.0XX.XX9-01, aprovado no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de ANALISTA ADMINISTRATIVO, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

PORTARIA PMT Nº 1.866, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 5509406

PORTARIA PMT Nº 1.866, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE ANALISTA ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, MARINA MORAES DE FREITAS PEDROZA, CPF nº 066.2XX.XX9-73, aprovada no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de ANALISTA ADMINISTRATIVO, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

PORTARIA PMT Nº 1.867, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS

Publicação Nº 5509397

PORTARIA PMT Nº 1.867, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, MIGUEL ARCANGELO DE BEM FILHO, CPF nº 730.1XX.XX9-72, aprovado no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.868, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS

Publicação Nº 5509386

PORTARIA PMT Nº 1.868, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO PÚBLICO DE AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, OZAIR PREVE, CPF nº 764.3XX.XX9-00, aprovado no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 10 de janeiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.869, DE 09 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA COMO SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMET

Publicação Nº 5509275

PORTARIA PMT Nº 1.869, DE 09 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA COMO SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMET.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1.842, de 27 de maio de 1994, que cria o Conselho Municipal de Educação.

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.060, de 26 de julho de 2017.

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 33.051/2023;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora ELISANGELA GARCIA BRAGA TEIXEIRA, CPF nº 817.8xx.xx9-68, Professora, como SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMET, de acordo com o inciso I, do Paragrafo Único, do art. 7º, do Decreto nº 4.060/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 09 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.871, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. EXONERA SERVIDORA DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA

Publicação Nº 5509284

PORTARIA PMT Nº 1.871, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
EXONERA SERVIDORA DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições,

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 3.630/2011;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora IZADORA NUNES DOMINGOS, CPF nº 098.7xx.xx9-58, da Comissão de Transparência – Função Secretária, a contar de 09 de janeiro de 2024, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.872, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORES PARA FUNÇÃO DE ATENDENTE DE FARMÁCIA

Publicação Nº 5509291

PORTARIA PMT Nº 1.872, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORES PARA FUNÇÃO DE ATENDENTE DE FARMÁCIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 6.007/2023,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 34.234/2023,

RESOLVE:

1º NOMEAR aos servidores efetivos abaixo relacionados, para a Função de Atendente de Farmácia, sendo atribuída a Gratificação, contar de 02 de janeiro de 2024, nos termos da legislação vigente, conforme segue:

Adelir do Nascimento Mota Amador.
Daiane Eugênio Silverio Pereira
Débora da Silva Silvério
Janete Silva De Piere Pazeto
Joice Costa Motta
Marianne Stagherlin Kratz Fretta
Rosane de Oliveira Rufino Ramos
Sirley Benedet Mendes Vitorazzi
Suelen Costa Santos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.873, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 5509303

PORTARIA PMT Nº 1.873, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício das atribuições,
CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico RH 56.160/2023;
CONSIDERANDO os termos do Art. 142 da Lei nº 1.660/92; e,
CONSIDERANDO as manifestações da Gerência de Recursos Humanos e do Diretor-Presidente da Pasta;

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO a servidora EDINEIA ANTUNES CASCAES VIEIRA, CPF nº 025.6xx.xx9-47, Agente Comunitário de Saúde, a contar de 08 de janeiro de 2024, pelo período de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo 30.09.2017-29.09.2022, conforme legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.874, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Publicação Nº 5509313

PORTARIA PMT Nº 1.874, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício das atribuições,
CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico nº 41.334/2021;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 1.660/92 e suas alterações; e,
CONSIDERANDO as manifestações da Gerência de Recursos Humanos e do Diretor-Presidente da Pasta;

RESOLVE:
Art. 1º PRORROGAR a LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES concedida à servidora SANDRA FERREIRA MUTTINI, CPF nº 334.6xx.xx2-04, Técnico em Enfermagem, por um período de 02 (dois) anos, a contar de 02 de fevereiro de 2024, podendo haver desistência a qualquer tempo, desde que obedecidos os prazos do art. 139 da Lei 1.660, de 16 de junho de 1992, e suas alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Tubarão, SC, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal	TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	---

PORTARIA PMT Nº 1.875, DE 10 DE JANEIRO DE 2024. NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE ENFERMEIRO ESF

Publicação Nº 5509446

PORTARIA PMT Nº 1.875, DE 10 DE JANEIRO DE 2024.
NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO PÚBLICO DE ENFERMEIRO ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUBARÃO-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o cumprimento dos procedimentos preliminares a que se refere o Edital de Concurso Público nº 001/2022, de 08 de março de 2022 e Edital de Convocação nº 013/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 1.660, de 16 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tubarão;

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR, MARIA APARECIDA MARCOLINO, CPF nº 889.6XX.XX9-49, aprovada no Concurso Público nº 001/2022, para exercer o cargo público de ENFERMEIRO ESF, sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a contar de 01 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência e registre-se.

Tubarão, 10 de janeiro de 2024.

JAIRO DOS PASSOS CASCAES Prefeito Municipal		TARCÍSIO HEMKEMEIER Secretário de Gestão Municipal
--	--	---

EXTRATO DE ADITIVO CTR N° 99-2023 - STANG - PMT

Publicação N° 5509680



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL - Aditivo de Prazo
Termo de Contrato n°: 54/2023

Sequência: 2

Processo n°: 99/2023 - Tomada de preços n°: 11/2023

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO - 82928656000133

Contratada: STANG TRANSPORTE E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. -

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação do sistema de drenagem pluvial no prolongamento da Rua Plácido Braz Fernandes, situada no Bairro Guarda Margem Esquerda, Tubarão/SC. Prorroga-se a vigência do Contrato em questão **até 23 /01/2024** a contar de 08/01/2024.

Nova Data Vigência: 23/01/2024

Data da Assinatura: 11/01/2024

EXTRATO DE ADITIVO- CORREIOS

Publicação Nº 5509603

Página: 1 / 1
Data: 11/01/2024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO



EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL - Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)

Termo de Contrato nº: 1/2021

Sequência: 3
Processo nº: 2/2021 - Inexigibilidade de licitação nº: 2/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUBARÃO - 82928656000133
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 34028316002823
Objeto: Contratação da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) para prestação de serviços e venda de produtos inerentes a sua atividade.
Valor: 500.000,00
Valor Aditivo: 500.000,00
Vigência: 14/01/2022
Data da Assinatura: 08/01/2024
Nova Data Vigência: 15/01/2025

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO.ATA.REG.PRECO.N.07/2024

Publicação Nº 5508898

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TURVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Ata de Registro de Preço nº 07/2024
Objeto: O presente procedimento licitatório objetivo registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte, transbordo (fornecimento de caixas estacionárias) e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado, para o município de Turvo/SC, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), do edital de Pregão Presencial nº 127/2023, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
Contratada: RAC SANEAMENTO LTDA
Vigência: A partir de 11/01/2024 a 11/01/2025
Modalidade: Pregão Presencial nº 127/2023
Valor Total: R\$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).
Turvo /SC, 11 de janeiro de 2024.
Sandro Cirimbelli
Prefeito Municipal

EXTRATO.CONTRATO.N.05/2024

Publicação N° 5509067

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5EE04CB0276FA54BA1E1635A2D529F55046617AD

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 05/2024

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

Contratada.: RAC SANEAMENTO LTDA

Valor.: 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais)

Vigência.: Início: 11/01/2024 Término: 31/12/2024

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 127/2023

Recursos.: Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (81) Saldo:
3.808.731,87

Objeto.: O presente procedimento licitatório tem por objetivo o registro de preços, no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual Contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte, transbordo (fornecimento de caixas estacionárias) e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado, para o município de Turvo/SC, obedecendo às definições, especificações e condições constantes no edital e seus anexos, em especial as fixadas no Anexo I -

Turvo, 11 de Janeiro de 2024

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 6.022/2023

Publicação Nº 5507403

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 6.022, De 29 de dezembro de 2023.
Dispõe sobre Atualização Monetária da UFRM e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo o Artigo 3º da Lei Municipal N.º 1.024, de 23 de março de 2015 e parágrafo único do Art. 264 do Código Tributário Municipal;

DECRETA:
Art. 1º O valor da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal para o exercício de 2024, fica reajustado em 4,68% de acordo com o acumulado do IPCA dos últimos doze meses, passando a vigorar no valor de R\$ 205,25 (duzentos e cinco reais e vinte cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 29 de dezembro de 2023.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N. 6.029/2024

Publicação Nº 5507600

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 6.029, De 10 de janeiro de 2024.

“Dispõe sobre atualização do valor do preço público cobrado pelos serviços efetuados com máquinas e equipamentos em propriedades de particulares”

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o parágrafo único do art. 3º da Lei Municipal N.º 1060, de 21 de novembro de 2016;

DECRETA:
Art. 1º Fica atualizado em 4,68%, correspondente ao índice acumulado do IGP_M dos últimos 12 meses, o valor do preço público cobrado pelos serviços prestados com máquinas e equipamentos do município em propriedade de particulares, nos termos da Lei Municipal n.º 1060, de 21 de novembro de 2016, passando a vigorar para o exercício de 2024 os valores constantes na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DA MÁQUINA OU EQUIPAMENTO	PREÇO PÚBLICO DA HORA/MÁQUINAS EM R\$
TRATOR SOB ESTEIRAS	369,55
TRATOR SOB PNEUS	184,77
CAMINHÃO BASCULANTE	166,29
CAMINHÃO TANQUE	184,77
ROLO COMPACTADOR	203,23
RETROESCAVADEIRA	258,66
PA CARREGADEIRA	258,66
MOTONIVELADORA	369,55
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	369,55
CAMINHÃO TRUCK	221,71

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 10 de janeiro de 2024.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N. 6.030/2024

Publicação N° 5507608

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 6.030, De 10 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre Atualização Monetária do valor estabelecido pela Lei n.º 857/2010 e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal em Exercício de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal N.º 857, de 07 de junho de 2010;

DECRETA:

Art. 1º O valor das obrigações de pequeno valor para pagamento direto, sem precatório, pela fazenda pública municipal de União do Oeste para o exercício de 2024 será de até R\$ 11.387,26 (onze mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 10 de janeiro de 2024.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 04, DE 12 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5503457

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Excelentíssimo Senhor Vereador Luan Francisco Varnier, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.

EXONERA RENAN MEDEIROS AMÂNCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Exonera RENAN MEDEIROS AMÂNCIO, do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA, do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, em 12 de janeiro de 2024 (último dia de trabalho).

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 12 de janeiro de 2024.

Vereador Luan Francisco Varnier
Presidente

Vereador Erotides Borges Filho
Primeiro Secretário

Vereador Fabiano Murialdo De Bona
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no site www.camaurussanga.sc.gov.br em 12 de janeiro de 2024.

Vereador Erotides Borges Filho
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

DECRETO N.º 001/2024 INSTITUI NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E AVALIAÇÕES DE BENS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO - SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME ESPECIFICA

Publicação N° 5507881

DECRETO N.º 001/2024

Vargeão - SC, 10 de janeiro de 2024.

INSTITUI NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E AVALIAÇÕES DE BENS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEÃO - SC PARA O EXERCÍCIO DE 2024, CONFORME ESPECIFICA.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do Art. 7º, da Lei nº 14.133/2021 e demais normas vigentes;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída nova Comissão Permanente de Licitações e avaliações de Bens da Prefeitura Municipal de Vargeão - SC, para o exercício de 2024, que será composta pelos seguintes Membros:

I - Membros efetivos:

Nilvani Antunes da Cruz - Presidente

Thiago Fernando Pierog – Secretário

Mariana Sponchiado – Membro

II - Membros Suplentes:

Denise Fátima Piovezan Pavan

III – Pregoeiro:

Nilvani Antunes da Cruz

§ 1º O Pregoeiro exercerá as funções de leiloeiro e pregoeiro, nos processos que haja a necessidade de sua intervenção, podendo convocar sempre que necessário os membros da comissão para prestar auxílio.

§ 2º Fica nomeado, o membro suplente da Comissão de Licitações, para função de Pregoeiro, na ausência do membro titular.

§ 3º Os suplentes poderão ser convocados a qualquer momento pelo Presidente da Comissão, sempre que qualquer um dos efetivos não estiverem presentes.

§ 4º A Comissão Permanente de Licitações estabelecida no caput desenvolverá também os trabalhos de equipe de apoio do Pregão, nos termos do art. 5º, do Decreto 075/2012, de 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações e Avaliações de Bens:

I - Julgar o Registro Cadastral dos Fornecedores;

II – Divulgar a relação dos fornecedores com cadastro aprovado, cancelados e todas as alterações decorrentes;

III – Processar e julgar os processos de licitações;

III – Processar e Julgar, todos os Processos e Avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo único – Das reuniões a Comissão deverá lavrar Ata Circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 001/2023 de 02 de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 10 de janeiro de 2024.VOLMIR FELIPE
Prefeito MunicipalCertifico que o Decreto foi publicado em data supra
Giovani Luiz Wilmsen
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 003/2024 REAJUSTA A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2024

Publicação Nº 5507903

DECRETO N.º 003/2024
Vargão, SC, 11 de janeiro de 2024.

REAJUSTA A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do art. 243, § 1º e 2º, da Lei Complementar 008/03, suas alterações e demais normas vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado em 3,71% a Unidade Fiscal de Referência Municipal –UFRM, que foi atualizada com base no INPC, medido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao acumulado no exercício de 2023, passando a ter a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, o valor de R\$ 3,14 (três reais e catorze centavos), para o exercício de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina,
em 11 de janeiro de 2024.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra
GIOVANI LUIZ WILMSEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 002/2024 CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL REFERENTE ÀS PERDAS INFLACIONÁRIAS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS

Publicação Nº 5507895

DECRETO Nº 002/2024, DE 11 DE JANEIRO DE 2024.

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL REFERENTE ÀS PERDAS INFLACIONÁRIAS AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma da Lei Complementar nº 096/2022 de 21 de novembro de 2022;

Considerando-se a regulamentação do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal disciplinando a Revisão Geral Anual, de forma a assegurar aos empregados/servidores públicos municipais a aplicação do direito constitucionalmente assegurado;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder reposição salarial na ordem de 3,71% (três vírgula setenta e um por cento) sobre o vencimento básico de todos os Servidores e Empregados Públicos Ativos e Inativos do Município de Vargão, para recompor a perda inflacionária apurada no último exercício, pela variação pelo INPC, acumulado do período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 conforme Lei Complementar nº 096/2022 de 21 de novembro de 2022.

Art. 2º A reposição salarial será concedida no mês de janeiro de 2024.

Art. 3º Os recursos para fazer frente à despesa correrão por conta da dotação orçamentária vigente, como previsão para os demais exercícios.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de janeiro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina,
em 11 de janeiro de 2024.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra
GIOVANI LUIZ WILMSEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 004/2024 CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO REMUNERATÓRIA À PENSIONISTA QUE RECEBE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE

Publicação Nº 5507906

DECRETO Nº 004/2024

Vargão, SC, 11 de janeiro de 2024.

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO REMUNERATÓRIA À PENSIONISTA QUE RECEBE REMUNERAÇÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma da Lei Complementar Municipal nº 006/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Complementar a partir de 01/01/2024 em R\$ 54,44 (cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) o valor da remuneração de ILCE MARIN BONAI, pensionista do servidor público municipal inativo Domingos Bonai, sendo que a referida gratificação corresponde a diferença entre a remuneração da pensão de R\$ 1.357,56 (um mil trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) e o salário mínimo nacional vigente de R\$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais) fixado pelo Decreto Federal nº 11.864 de 27/12/2023.

Art. 2º - A complementação será paga até a equiparação do valor da pensão com o valor do salário mínimo nacional vigente ou valor superior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a data de 01/01/2024.

CUMPRA-SE,

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina,
em 11 de janeiro de 2024.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra
GIOVANI LUIZ WILMSEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMETO CONTRATO 01/2021

Publicação Nº 5509107

EXTRATO DO 3º TERMO DE APOSTILAMETO CONTRATO 01/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGÃO
TERCEIRO TERMO APOSTILAMENTO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÃO - SC
CONTRATADA: Betha Sistemas LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: Fica acrescido, de acordo com o índice INP-C acumulado no período e com a cláusula 3 item 3,7 do contrato, em 3,71% o Valor Unitário dos itens do contrato nº 001/2021, de 05 de janeiro de 2021, firmado pelas partes acima qualificadas

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 01/2021

Vargão SC, 05 de janeiro de 2024

Volmir Felipe
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2021

Publicação N° 5509113

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC

CONTRATADA: CPL Desenvolvimento de Software Ltda

CNPJ: 23.299.477/0001-15

OBJETO: Fica acrescido, de acordo com o índice INP-C acumulado no período e com a cláusula 3 item 3,6 do contrato, em 3,71% o Valor Unitário dos itens do contrato nº 002/2021, firmado pelas partes acima qualificadas.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 02/2021

Vargêão SC, 11 de janeiro de 2024

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

E590E73C8A2ED2AC2B5753D2C398C2BCB802C8A7

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMETO CONTRATO 02/2023

Publicação N° 5509098

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMETO CONTRATO 02/2023

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

TERCEIRO TERMO APOSTILAMENTO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO - SC

CONTRATADA: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 10.954.970/0001-80

OBJETO: Fica acrescido, de acordo com o índice INP-C acumulado no período e com a cláusula 3 item 3,7 do contrato, em 3,71% o Valor Unitário dos itens do contrato nº 002/2023, 02 de janeiro de 2023, firmado pelas partes acima qualificadas

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 02/2023

Vargêão SC, 11 de janeiro de 2024

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.461/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Publicação Nº 5507320

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.461/2024, DE 10 DE JANEIRO DE 2024

Dispõe sobre a utilização do regime de adiantamento.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, na forma da Lei Federal 4.320/1964 e tendo em vista do disposto no art. 95, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, e

Considerando o disposto no artigo 68 da Lei Federal 4.320/1964, o qual dispõe que o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação;

Considerando que a Lei Federal 14.133/2021, em seu artigo 95, §2º, definiu que pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento, são aquelas de valor não superior a R\$ 11.981,20 (onze mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos). (valor atualizado pelo Decreto Federal 11.871/2023, de 29 de dezembro de 2023).

DECRETA:

Art 1 - Excepcionalmente, a critério da autoridade administrativa e sob sua responsabilidade, poderá ser concedido adiantamento para pagamento de despesas de pronto pagamento, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 95, §2º, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.320/1964, em seu artigo 68.

Art 2 - O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para pagamento de despesas:

I - com viagens que exijam pronto pagamento;

II - despesas judiciais;

III - urgentes e inadiáveis, cuja a realização não permita delongas;

IV - de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor não ultrapasse 10% do valor estabelecido no art. 95, §2º da Lei Federal 14.133/2021;

Parágrafo único - A adoção do regime de adiantamento deverá ser necessariamente justificada nas hipóteses previstas no inciso II do caput deste artigo.

Art 3 - É vedada a utilização dos recursos obtidos a título de adiantamentos, para:

I - Aquisição de bens permanentes;

II - Aquisição de materiais com objetivo de formação de estoque;

III - Contratação de serviços:

a) De manutenção preventiva de máquinas e equipamentos;

b) De manutenção corretiva de máquinas e equipamentos que estejam sob garantia contratual;

c) De natureza contínua.

Art 4 - O adiantamento deverá ser aplicado dentro do exercício financeiro em que for concedido e com prazo para aplicação de 60 dias, contados da data indicada na nota de empenho, podendo ser menor, considerando o encerramento do exercício financeiro da concessão, devendo o saldo não utilizado ser recolhido a favor da Unidade Gestora concedente.

Art 5 - O agente que receber adiantamento é obrigado, na forma da Lei, a prestar contas de sua aplicação, ficando sujeito automaticamente à tomada de contas, se não o fizer no prazo previsto no artigo 5º, deste decreto.

Art 6 - A prestação de contas será constituída dos seguintes documentos e elementos:

I - relatório de atendimento contendo: número de empenho, data, prazo de prestação de contas, dotação, nome do responsável, finalidade, valor recebido, valor da despesa e valor de restituição ou valor de complemento;

II - relação dos comprovantes de despesa, numerados, rubricados, discriminados (data, tipo de documento, número, razão social e valor) e classificados em ordem cronológica de despesa;

III - comprovantes de despesas em originais (1º via), anexos ao relatório, excetuando-se "bilhetes de passagens" adquiridos, cuja comprovação será feita através de fotocópia legível;

IV - comprovante da restituição do saldo não utilizado, se for o caso;

V - comprovantes da solicitação de empenho complementar, se for o caso;

§ 1 - A prestação de contas, no que tange à documentação e comprovação das despesas, observará as seguintes normas:

I - a despesa (assim entendido o ato ou fato que obriga o pagamento, e não o pagamento em si) só poderá ser efetuada após a emissão do respectivo empenho; consequentemente, não serão admitidos documentos com data anterior à do correspondente empenho;

II - como regra, os comprovantes de despesa deverão ser emitidos com o nome da Unidade Gestora (MUNICÍPIO DE VARGEM, ou FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM, etc), deverá conter discriminação das despesas, quantidade, valor unitário e total;

III - nas operações com estabelecimentos industriais, comerciais, produtores ou prestadores de serviços, dar-se-á absoluta preferência à documentação fiscal (Nota Fiscal, Nota Fiscal-Fatura de Venda a Consumidor, Nota Fiscal de Serviço, Nota Fiscal do Produtor, etc.), devidamente preenchida, sem rasura nem emenda, na forma da respectiva legislação; se houver emenda, sua validade deverá ser ressalvada pelo emitente;

IV - todos os comprovantes das despesas previstas na prestação de contas deverão ser assinados pelo superior hierárquico, imediato ou mediato do agente da despesa, exceto se o agente for Secretário Municipal;

V - as prestações de contas constituir-se-ão em documentos de contabilidade e ficarão arquivadas, à disposição das autoridades responsáveis pelo acompanhamento administrativo e fiscalização financeira, e bem assim dos agentes incumbidos do controle externo;

§ 2 - As prestações de contas deverão, obrigatoriamente, ser feitas no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de retirada

do adiantamento.

§ 3 - A inobservância dos prazos de comprovação das despesas e prestação de contas implicará na aplicação das penalidades por caracterização de alcance, bem como, na inscrição em dívida ativa para cobrança administrativa e judicial. O agente da despesa, deve ser notificado por escrito no dia seguinte do vencimento, pelo setor competente.

Art 7 - Não se fará novo adiantamento:

I - a quem do anterior não haja prestado conta dentro do prazo estabelecido em norma específica;

II - a quem, dentro do prazo fixado nas normas específicas, deixar de atender notificação do órgão para regularizar prestação de contas;

III - a quem já seja responsável por dois adiantamentos.

Art 8 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 10 de janeiro de 2024.

Milena Andersen Lopes,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Vidal Ramos

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2024 - LOCAÇÃO

Publicação Nº 5507570

Página: 1 / 1

 <div>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS CNPJ: 83.102.376/0001-34 Telefone: (47) 3356-2300 Endereço: Avenida Jorge Lacerda, 1180 - Centro CEP: 88443-000 - Vidal Ramos</div>	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2024
	Processo Adm.: 1/2024 Data do Processo: 11/01/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, V e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:**

b) **Nr. Licitação:**

c) **Modalidade:**

d) **Data de Homologação:**

e) **Objeto da Licitação:**
- 1/2024

1/2024 - IL

Inexigibilidade de licitação

11/01/2024

LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL COM MATRICULA 16.220, LOCALIZADO EM VIDAL RAMOS, NA ESTRADA GERAL SANTA LUIZA, INTERIOR, CONCEDE AO LOCATÁRIO O DIREITO DE USO DE UMA ÁREA DE 100M², ONDE JÁ ESTA INSTALADO UMA TORRE DE SINAL DE TV DIGITAL, MEDIANTE PAGAMENTO DE TAXA MENSAL DE ALUGUEL.

Participante: HELIO FRANZEN

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL COM MATRICULA 16.220, LOCALIZADO EM VIDAL RAMOS, NA ESTRADA GERAL SANTA LUIZA, INTERIOR, CONCEDE AO LOCATÁRIO O DIREITO DE USO DE UMA ÁREA DE 100M², ONDE JÁ ESTA INSTALADO UMA TORRE DE SINAL DE TV DIGITAL, MEDIANTE PAGAMENTO DE TAXA MENSAL DE ALUGUEL - LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL COM MATRICULA 16.220, LOCALIZADO EM VIDAL RAMOS, NA ESTRADA GERAL SANTA LUIZA, INTERIOR, CONCEDE AO LOCATÁRIO O DIREITO DE USO DE UMA ÁREA DE 100M², ONDE JÁ ESTA INSTALADO UMA TORRE DE SINAL DE TV DIGITAL, MEDIANTE PAGAMENTO DE TAXA MENSAL DE ALUGUEL	12,000	MENSA	400,00	4.800,00

Total do Participante: 4.800,00

Total Geral: 4.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção das Atividades Administrativas	03.001.04.122.1301.2003.3.3.90.00.00	R\$ 4.800,00

Vidal Ramos, 11/01/2024

NELSON BACK
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura do Responsável

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 21.331/24

Publicação Nº 5507356

DECRETO Nº 21.331/24, DE 9 DE JANEIRO DE 2024

Exonera Diretor do Departamento de Saúde.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 542/2024;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 9 de janeiro de 2024, SILVANA TOCCOLINI, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 4.050/22, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Decreto nº 19.234/22.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 9 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo
Procurador Geral Interino
OAB/SC 19.430

DECRETO Nº 21.332/24

Publicação Nº 5508182

DECRETO Nº 21.332/24, DE 9 DE JANEIRO DE 2024

Nomeia Advogado.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 203/18 e alterações, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 43801/2023;

DECRETA

Art.1º Nomear MARINA SOMAVILLA FEVERSANI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018 - VISAN, homologado em 6 de junho de 2019, para exercer o cargo de provimento efetivo de Advogado, criado pela Lei Complementar nº 203/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 9 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto na VISAN aos 9 dias do mês de janeiro de 2024.

SANDRO ANTÔNIO CAREGNATO
Diretor Presidente

Luciane Maria dos Santos Gemo
Procurador Geral Interino
OAB/SC 19.430

DECRETO Nº 21.334/24

Publicação Nº 5507359

DECRETO Nº 21.334/24, DE 10 DE JANEIRO DE 2024
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.207/2023 de 26 de dezembro de 2023, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 615/2024;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 171.034,68 (cento e setenta e um mil, trinta e quatro reais e sessenta e oito centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

16 – Fundo Municipal De Assistência Social De Videira	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.085 – Proteção Social Básica – SUAS	
3190-266070003501 – Aplicações Diretas	R\$ 33.799,74
3390-266070003584 – Aplicações Diretas	R\$ 3.249,69
3390-266170006501 – Aplicações Diretas	R\$ 9.278,81
4490-266170006501 – Aplicações Diretas	R\$ 5.486,05
16 – Fundo Municipal De Assistência Social De Videira	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.086 – Proteção Especial de Média Complexidade – SUAS	
3190-266070003550 – Aplicações Diretas	R\$ 39.424,10
3390-266170006520 – Aplicações Diretas	R\$ 591,93
4490-266170006520 – Aplicações Diretas	R\$ 3.170,91
16 – Fundo Municipal De Assistência Social De Videira	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.087 – Proteção Especial de Alta Complexidade – SUAS	
3390-266170006540 – Aplicações Diretas	R\$ 36.384,79
4490-266170006540 – Aplicações Diretas	R\$ 4.273,74
16 – Fundo Municipal De Assistência Social De Videira	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.088 – Benefícios Eventuais – SUAS	
3390-266170006509 – Aplicações Diretas	R\$ 5.922,83
16 – Fundo Municipal De Assistência Social De Videira	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Videira	
2.089 – Gestão do FMAS e CMAS	
3390-266070003560 – Aplicações Diretas	R\$ 28.734,65
3390-266170006590 – Aplicações Diretas	R\$ 446,14
4490-266170006590 – Aplicações Diretas	R\$ 271,30
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 171.034,68

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos vinculados ao FMAS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo
Procurador Geral Interino
OAB/SC 19.430

DECRETO Nº 21.335/24

Publicação Nº 5507362

DECRETO Nº 21.335/24, DE 10 DE JANEIRO DE 2024
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.207/2023 de 26 de dezembro de 2023, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 617/2024;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal do Idoso de Videira, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 94.974,03 (noventa e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e três centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

23 – Fundo Municipal do Idoso de Videira	
01 – Fundo Municipal do Idoso de Videira	
2.049 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
3190–275970000095 - Aplicações Diretas	R\$ 79.374,03
3191–275970000095 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
3391–275970000095 - Aplicações Diretas	R\$ 600,00
3390–275970000095 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 94.974,03

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos vinculados ao FMIV.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo
Procurador Geral Interino
OAB/SC 19.430

DECRETO Nº 21.336/24

Publicação Nº 5507366

DECRETO Nº 21.336/24, DE 10 DE JANEIRO DE 2024
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 4.207/2023 de 26 de dezembro de 2023, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 620/2024;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.928,93 (dois mil, novecentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

14 – Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescente	
01 – Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescente	
2.084 – Gestão do FMDCAV	

3390-275970000392 Aplicações Diretas	R\$ 2.928,93
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 2.928,93

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de recursos vinculados ao FMDCAV.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA
Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo
Procurador Geral Interino
OAB/SC 19.430

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0159/2022

Publicação Nº 5508152

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0159/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CAROLINE DZWILEWSKI
CPF: 123.412.019-46
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2022 até 31 de março de 2023
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 209/2023

Publicação Nº 5508156

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 209/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GABRIELE APARECIDA FELIX
CPF: 110.798.749-09
VIGÊNCIA: 27 de março de 2023 até 22 de dezembro de 2023
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 283/2023

Publicação Nº 5508161

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 283/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ALINE MENEZES RODRIGUES BASONI
CPF: 124.374.237-29
VIGÊNCIA: 08 de maio de 2023 até 22 de dezembro de 2023
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0587/2023

Publicação Nº 5507717

Extrato do Termo de Rescisão n. 0587/2023
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0048/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIETE APARECIDA TRUYLIO FRIEDEMANN
CPF: 605.697.359-04
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 22 de dezembro de 2023.

PORTARIA Nº 0012/2024

Publicação Nº 5507340

PORTARIA nº 0012/2024

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 4.050/22, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 78/2024;

RESOLVE

Art. 1º Designa JESSICA MIOTTO, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 8 de janeiro de 2024.

Videira, 10 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA

Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo

Procurador Geral Interino

OAB/SC 19.430

PORTARIA Nº 0013/2024

Publicação Nº 5507343

PORTARIA nº 0013/2024

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

A VICE-PREFEITA NA CHEFIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 4.050/22, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 164/2024;

RESOLVE

Art. 1º Designa PATRICIA RAMBO, Enfermeiro, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviços de Saúde Pública, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 8 de janeiro de 2024.

Videira, 10 de janeiro de 2024.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de janeiro de 2024.

FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA

Secretária de Administração Interina

Luciane Maria dos Santos Gemo

Procurador Geral Interino

OAB/SC 19.430

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA N 07/2024

Publicação Nº 5507417

PORTARIANº 07/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 002/2022, homologado no dia 12 de julho de 2022,

Nome: RAQUEL CASEMIRO
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JANEIRO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.
MODELO

PORTARIA N 08/2024

Publicação Nº 5507430

PORTARIANº 08/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 002/2022, homologado no dia 12 de julho de 2022,

Nome: MARCELO SADLOWSKI
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JANEIRO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA N. 06/2024

Publicação Nº 5507358

PORTARIANº 06/2024

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 002/2022, homologado no dia 12 de julho de 2022,

Nome: MAGALI BONA LANZMASTER
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JANEIRO DE 2024.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0001/2024

Publicação Nº 5507827

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0001/2024
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Detentor da Ata: DAIANA FORROS E DIVISÓRIAS LTDA
Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de divisórias e materiais correlatos (portas e bancadas) e serviços de montagem e desmontagem de divisórias, destinados ao Centro Administrativo, às Secretarias Municipais de Xanxerê, Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê, Polícia Civil e Polícia Militar, na quantidade estimada constante do ANEXO I.
Valor Total: R\$ 190.000,00
Vigência: 12 meses.
Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0006/2021

Publicação Nº 5508808

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0006/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: OPTIDATA LTDA.
Objeto: Tem por objeto o presente contrato, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI ao ambiente do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Xanxerê, incluindo 02 (dois) profissionais técnicos residentes (in loco) por 40h semanais nas dependências da Prefeitura Municipal de Xanxerê e na Secretaria Municipal de Saúde (incluídas as visitas em todas as unidades de Saúde), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 26 de janeiro de 2024 e vigorando até 25 de janeiro de 2025, conforme Ofício da contratada, Ofício da Secretaria de Administração e Finanças e Parecer Jurídico, que seguem em anexo.
Fica reajustado o valor mensal do Item 01 do contrato, pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses em (3,71%), passando a ser de R\$ 6.850,15 (seis mil, oitocentos e cinquenta reais e quinze centavos) mensais, totalizando a importância de R\$ 82.201,80 (oitenta e dois mil, duzentos e um reais e oitenta centavos) anual, conforme Ofício da contratada, Ofício da Secretaria de Administração e Finanças e Parecer Jurídico, que seguem em anexo.
Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0007/2021

Publicação Nº 5508812

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0007/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: SYSTEMUP SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA.
Objeto: Tem por objeto o presente contrato, a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI ao ambiente do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Xanxerê, incluindo 02 (dois) profissionais técnicos residentes (in loco) por 40h semanais nas dependências da Prefeitura Municipal de Xanxerê e na Secretaria Municipal de Saúde (incluídas as visitas em todas as unidades de Saúde), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 26 de janeiro de 2024 e vigorando até 25 de janeiro de 2025, conforme Ofício da contratada, Ofício da Secretaria de Administração e Finanças e Parecer Jurídico, que seguem em anexo.
Fica reajustado o valor mensal dos itens do contrato, pelo INPC acumulado dos últimos 12 meses em (3,71%), conforme Ofício da contratada, Ofício da Secretaria de Administração e Finanças e Parecer Jurídico, que seguem em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MÓDULOS	UND	QNT	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
2	01 (um) Técnico em Informática in loco (residente) para suporte técnico e operação de microinformática junto ao CPD da Prefeitura Municipal, com 40 horas semanais de segunda a sexta feira, conforme Termo de Referência (Anexo II)	Mês	12	R\$ 5.353,60	R\$ 5.552,22

3	01 (um) Técnico em Informática in loco (residente) para suporte técnico e operação de microinformática junto à Secretaria Municipal de Saúde, com 40 horas semanais de segunda a sexta feira, conforme Termo de Referência (Anexo II)	Mês	12	R\$ 5.353,60	R\$ 5.552,22
	TOTAL 12 MESES:				R\$ 133.253,28

Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0023/2024

Publicação Nº 5508113

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0023/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ
Contratado: ELISANE MARCIA SPAGNOLMOLOSSE ME
Objeto: credenciamento de empresas Pessoas Jurídicas, proprietárias de equipamentos agrícolas, “colhedora auto motriz e /ou trator agrícola com potência mínima de 80 cv, equipado com colhedora de forragem e carreta basculante” destinados aos Agricultores, na prestação de serviços de ensilagem de milho e culturas de inverno, mediante celebração de Contrato de Prestação de Serviços entre o Credenciado e o Município de Xanxerê/SC.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor por Hectare	Valor Global
01	Contratação de empresas (pessoa jurídica) proprietárias de equipamentos agrícolas, “colhedora auto motriz e /ou trator agrícola com potência mínima de 80 cv, equipado com colhedora de forragem e carreta basculante” destinados aos Agricultores, na prestação de serviços de ensilagem de milho e culturas de inverno	HA	Até 380	R\$ 1.300,00	R\$ 494.000,00

As quantidades de Procedimentos contratados serão variáveis, mas limitadas as quantidades e valores acima descritos, realizados mediante autorização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuários.
Prazo de vigência: 12 meses
Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0024/2024

Publicação Nº 5508190

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0024/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Contratado: BRUNA LETICIA MARTINS CICHOVICZ ME
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Refeições aos servidores e outros profissionais que desempenharão atividades a disposição da Comissão Central Organizadora, durante a realização da EXPOFEMI 2024, incluindo as forças de segurança pública, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos.
Valor total: R\$ 65.250,00
Prazo de vigência: 30/06/2024
Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERMO DE PATROCÍNIO Nº 0001/2024

Publicação Nº 5508876

Extrato do Termo de Patrocínio nº 0001/2024
Administração pública : MUNICÍPIO DE XANXERÊ.
Patrocinador: P4 TELECOM LTDA
Objeto: captação de ofertas de empresas interessadas em fornecer link de internet e pontos de comunicação por câmeras dentro do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, durante a realização da EXPOFEMI 2024 que será realizada de 24/02/2024 a 03/03/2024, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, em Xanxerê.
Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
Xanxerê-SC, 11 de janeiro de 2024. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DOS CONTRATOS PREGÃO 0113/2023 TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 5508863

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0005/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES MARTINS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 04, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 04: R\$ 8,30 (oito reais e trinta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 190.153,00(cento e noventa mil, cento e cinquenta e três reais)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0006/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: BIANCA TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 02, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 02: R\$ 6,40 (seis reais e quarenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 124.326,40(cento e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0007/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES ABIDO LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 22, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 22: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 96.135,60(noventa e seis mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0008/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES FORMIGA LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 03 e linha 10, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 03: R\$ 8,30(oito reais e trinta centavos) por km rodado.

Valor da Linha 10: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 295.426,20(duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0009/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES CAMBUIN LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 07, linha 13, linha 14, linha 15 e linha 18 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 07: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor da linha 13: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor da linha 14: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor da linha 15: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor da linha 18: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 689.739,60(seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0010/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES BASEGGIO LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 11 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 11: R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos) por km rodado

Valor Total: R\$ 90.288,00(noventa mil, duzentos e oitenta e oito reais)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0011/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: JOSEMAR ZONATTO LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 16, na linha 24 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 16: R\$ 6,58(seis reais e cinquenta e oito centavos) por km rodado.

Valor da Linha 24: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 266.192,88(duzentos e sessenta e seis mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0012/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES ABITUR LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 12, na linha 23 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da Linha 12: R\$ 6,49(seis reais e quarenta e nove centavos) por km rodado.

Valor da Linha 23: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 213.863,76(duzentos e treze mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0013/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES MOREIRA LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 27, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 27: R\$ 6,60(seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 93.667,20(noventa e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0014/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: GILMAR ANTONIO VERARDO

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 21 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 21: R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 145.477,20(cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0015/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: EDIPO FERNANDO GAIO

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 26 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 26: R\$ 5,59(cinco reais e cinquenta e nove centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 129.196,08(cento e vinte e nove mil, cento e noventa e seis reais e oito centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0016/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: DEOCLIDES FRANCISCO PIOVEZANI

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 17 e na linha 19 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 17: R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos) por km rodado.

Valor da Linha 19: \$ 5,38 (cinco reais e trinta e oito centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 179.085,64(cento e setenta e nove mil, oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0017/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: ORSATTO TRANSPORTES LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 05, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 05: R\$ 6,00 (seis reais) por km rodado.

Valor Total: R\$ 179.520,00(cento e setenta e nove mil, quinhentos e vinte reais)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0018/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTE WIND VEAST VOLLEY BALL LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 25, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 25: R\$ 6,20(seis reais e vinte centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 125.178,00(cento e vinte e cinco mil, cento e setenta e oito reais)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0019/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: GL TRANSPORTES LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 09, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 09: R\$ 9,90(nove reais e noventa centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 265.567,50(duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0020/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: GEDM SERVIÇOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 01, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 01: R\$ 6,50(seis reais e cinquenta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 102.284,00(cento e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0021/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TRANSPORTES RODIGHERI LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 04, para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 08: R\$ 3,99(três reais e noventa e nove centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 128.557,80(cento e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0022/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: BV TRANSPORTES LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços de Transporte Escolar, na linha 06 para o ano letivo 2024, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo II itinerário das linhas, partes integrantes do Edital e deste Contrato.

Valor da linha 06: R\$ 8,30(oito reais e trinta centavos) por km rodado.

Valor Total: R\$ 194.668,20(cento e noventa e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)

Prazo de vigência: 12 meses

Xanxerê-SC, 10 de janeiro de 2024. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Xaxim

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO 01 DO CONTRATO 14/2023

Publicação Nº 5508947

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.501.053/0001-83, com sede na Rua Rio Grande, 685, Centro, Xaxim/SC, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Ademir Weber, doravante denominada CONTRATANTE e MARCOS RIBAS EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Fidelis Schramowsky, nº 10 – Térreo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 45.207.275/0001-39, neste ato representada pela Sra. ANA LUCIANE MARCOS inscrita no CPF/MF sob nº 028.523.159-63 e portador da cédula de identidade nº 8250392, de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADA pactuam o presente ADITIVO CONTRATUAL referente ao Contrato Administrativo nº 14/2023, Processo Licitatório nº 07/2023, modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2023 mediante às cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO, FISCALIZAÇÃO E PRORROGAÇÃO

O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 14/2023, pelo período de 17.01.2024 a 17.02.2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente aditivo fundamenta-se no art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA– DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do contrato originário firmado entre as partes Assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Câmara de Vereadores de Xaxim/SC, em 11 de Janeiro 2024.

Ademir Weber Presidente da Câmara de Vereadores Contratante	Ana Luciane Marcos Contratado
---	----------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

Zortéa

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS MÊS 12

Publicação Nº 5508006

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 36/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: WESTCOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.644,68 (cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OPERACIONALIZAR O SISTEMA CENTRALIZADOR DE COMUNICAÇÕES WHATSAPP SERVER PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 22/2020

ADITIVO DE CONTRATO Nº 13/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 22.893,08 (vinte e dois mil oitocentos e noventa e três reais e oito centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO DE INCINERAÇÃO E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS ORIUNDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, GRUPO A, GRUPO B E GRUPO E A SEREM COLETADOS NA UNIDADE SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA; CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO VII DO EDITAL.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 36/2021

ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: CLINICA CLINIVIDA SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 16.744,42 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA E PEDIATRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 061/2022

ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: IMNET TELECOMUNICACOES LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 2.139,90 (dois mil, cento e trinta e nove reais e noventa centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE TELECOMUNICAÇÃO, POSSIBILITANDO O FUNCIONAMENTO DE INTERNET, INCLUINDO TODOS OS EQUIPAMENTOS, OPERAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 07/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: CN SERVIÇOS MEDICOS E SAUDE LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 100.000,00 (cem mil reais)

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA PARA O ANO DE 2023.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 06/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: MENDES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 100.000,00 (cem mil reais)

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA PARA O ANO DE 2023.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 021/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 01/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: CLINICA MEDICA SAO CARLOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: 30.000,00 (trinta mil reais)

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS/CLÍNICAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA PARA O ANO DE 2023.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 027/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 03/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: ALANA DA CAS

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 28/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: ANDREA CARVALHO DE ARAUJO & CIA LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO

CONTRATO PÚBLICO Nº 29/2023

ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2023

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: TROGER CAMARGO & CIA LTDA

Vigência: 28/12/2023 à 31/12/2024

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Mateus Rodrigo Antunes Pires

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 115/2023

Publicação Nº 5507984

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 115/2023

CONTRATO Nº 115/2023

CONTRATANTE: Município de Zortéa - SC

CONTRATADA: CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA- CNPJ nº 12.075.748/0001-32

Vigência: 31/12/2023 a 31/12/2024.

Valor: R\$ 49.656,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais)

OBJETO: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO. O CONTRATANTE entregará ao CONTRATADO durante o exercício de 2023 o valor total de R\$ 49.656,00 (Quarenta e nove mil seiscentos e cinquenta e seis reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 4.138,00 (Quatro mil cento e trinta e oito reais).

Consórcios

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 001 / 2024 - MUNICÍPIO DE CANDEIAS

Publicação Nº 5507783

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MUNICÍPIO DE CANDEIAS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDEIAS
CNPJ: 13.830.336/0001-23
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO Nº 03/2024
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:
Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.
VALOR: R\$ 15.442,77 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 02 / 2024 - CÂMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Publicação Nº 5508505

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Tigrinhos
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tigrinhos
CNPJ: 04.219.209/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 003/2024
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:
CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..
VALOR: R\$ 6.194,64 (seis mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2024.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 03 / 2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL

Publicação Nº 5508579

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul
CNPJ: 82.777.319/0001-92
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 09/2023
CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 5.288,16 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2024.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 500 / 2023 - MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Publicação Nº 5507866

EXTRATO DE CONTRATO Nº 500/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de São Francisco do Sul

CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul

CNPJ: 83.102.269/0001-06

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2022

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 3.748,00 (três mil e setecentos e quarenta e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 29 de agosto de 2024.

Florianópolis, 30 de novembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 501 / 2023 - CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Publicação Nº 5508492

EXTRATO DE CONTRATO Nº 501/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Tangará

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tangará

CNPJ: 78.511.532/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 001/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que possui as seguintes funcionalidades e características: I - sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais; II - portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo; III - transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo; IV - sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital; V - sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e VI - integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema..

VALOR: R\$ 6.194,64 (seis mil, cento e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2028.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 502 / 2023 - MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Publicação Nº 5508601

EXTRATO DE CONTRATO Nº 502/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio do Oeste

CONTRATANTE: Município de Rio do Oeste

CNPJ: 83.102.715/0001-82

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 78/2021

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 5.288,16 (cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 24 de novembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 503 / 2023 - MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Publicação Nº 5508609

EXTRATO DE CONTRATO Nº 503/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio do Oeste

CONTRATANTE: Município de Rio do Oeste

CNPJ: 83.102.715/0001-82

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 889,92 (oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 24 de novembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 504 / 2023 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA

Publicação Nº 5508624

EXTRATO DE CONTRATO Nº 504/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Piratuba

CONTRATANTE: Município de Piratuba

CNPJ: 82.815.481/0001-58

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 00105/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas

ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 10.087,44 (dez mil, oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 505 / 2023 - MUNICÍPIO DE IÇARA

Publicação Nº 5508637

EXTRATO DE CONTRATO Nº 505/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Içara

CONTRATANTE: Município de Içara

CNPJ: 82.916.800/0001-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2021

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

VALOR: R\$ 42.979,92 (quarenta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 506 / 2023 - MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

Publicação Nº 5508840

EXTRATO DE CONTRATO Nº 506/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Criciúma

CONTRATANTE: Município de Criciúma

CNPJ: 82.916.818/0001-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40/2023

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública, que disponibiliza:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma - CIGA SinFAT/SC: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos.

VALOR: R\$ 20.337,73 (vinte mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2024.

Florianópolis, 16 de novembro de 2023.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT24CIN0004 - BECO-CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA

Publicação Nº 5508758

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A7EB0368C665D885DCB517310D552DC42056E9C

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT24CIN0004

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

CONTRATADA: BECO-CASTELO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA

OBJETO: Aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, qual seja, duas Salas Comerciais de n.º 1304 a 1305, localizadas no 13º Pavimento, as quais totalizam 88,502m2 de área privativa e 108,304m2 de área total e duas vagas de garagem nº 107 e 108, localizadas na garagem, no prédio comercial " Ed. Comercial Executivo Imperatriz", as quais totalizam 24,000m2 de área privativa e 55,032m2 de área total, conforme descrição abaixo do imóvel e da unidade autônoma adquirida, bem como especificações contidas nas matrículas dos imóveis, no Termo de Referência, na Proposta apresentada pela VENDEDORA e nas avaliações dos imóveis

Valor Total: R\$ 828.000,00 (oitocentos e vinte e oito mil reais).

Data: 11.01.2024 Vigência: 11.01.2024 a 28.02.2024

Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 003/2024-e

Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2024.

Florianópolis (SC), 11 de janeiro de 2024.

André Luiz de Oliveira

Diretor Executivo do CINCATARINA

CISAM**PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº002/2024**

Publicação Nº 5507725

**CISAM MEIO OESTE****CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

Acesso Cidade Alta, 3815, São Cristóvão – Capinzal/SC CEP: 89665-000

(49) 3555-6972

www.cisam.sc.gov.br

cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

PORTARIA CISAM MO Nº 002/2024 DE 11/01/2024

Edson Antonio Cassiano, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Lucimari Collet Rodrigues de Oliveira (Matr.004) ocupante do Emprego de Provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2022 à 30/06/2023, para serem fruídas no período de 15/01/2024 à 13/02/2024.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se.

Capinzal/SC, 11 de janeiro de 2024.

Edson Antonio Cassiano

Superintendente

Ciente:

Servidor

CIRSURES**RESOLUÇÃO 02/2024 CIRSURES**

Publicação Nº 5508822

RESOLUÇÃO CIRSURES Nº 2/2024

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Treviso, Sr. Valério Moretti, no uso de suas atribuições legais, com base no Contrato de Consórcio Público do CIRSURES, e:

CONSIDERANDO o que dispõe o Contrato de Consórcio Público do CIRSURES, em seus artigos 57, 58 e 59, quanto a contratação temporária de empregados públicos;

CONSIDERANDO que o artigo 59, caput, do Contrato de Consórcio Público do CIRSURES, dispõe que as contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público poderão ocorrer pelo período de 6 (seis) meses, podendo este prazo ser prorrogado, justificadamente;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo – CIRSURES – nº 3/2023, o qual selecionou candidatos ao emprego público de “rasteleiro”, além de outros, para provimento no quadro de pessoal deste Consórcio Público;

CONSIDERANDO a insuficiência de candidatos inscritos e aprovados no Processo Seletivo – CIRSURES – nº 3/2023 a suprir a demanda de trabalho atual do CIRSURES;

CONSIDERANDO que, no momento, faz-se necessária a manutenção do empregado público no emprego público de “rasteleiro”, tendo em vista que o seu contrato de trabalho por tempo determinado encerra sua vigência no dia 13 de janeiro de 2024, e sem o qual sobrecarregará os demais empregados públicos, bem como inviabilizará a regularidade e continuidade dos serviços de pavimentação asfáltica do CIRSURES; CONSIDERANDO as justificativas acima apresentadas, bem como demonstrado o interesse público na situação em apreço,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a contratação do Sr. THIAGO AUGUSTO DE ANDRADE, matrícula nº 109, para exercer o emprego público de “rasteleiro” do quadro de pessoal do CIRSURES, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, em caráter temporário e determinado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Contrato de Consórcio Público do CIRSURES, pelo período de 6 (seis) meses.

Art. 2º. Anote-se a presente à ficha/cadastro funcional do empregado público nomeado em caráter temporário e determinado.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Urussanga/SC, 12 de janeiro de 2024.

VALÉRIO MORETTI

Presidente do CIRSURES

Prefeito de Treviso